

1

ANARQUISMO EM PORTUGAL

(1796 -2024)



Carlos Fontes

ANARQUISMO EM PORTUGAL

(1796 -2024)

Em 2021 comemorou-se os 225 anos da divulgação das primeiras ideias anarquistas em Portugal. Foi a data que pretendemos assinalar com este livro. A sua estrutura base foi elaborada em 1975 quando era redactor do jornal *A Batalha*. Na altura um dos nossos problemas era a ausência de uma história do anarquismo em Portugal que nos permitisse perspectivar as lutas em que estávamos envolvidos. Os anos foram passando e o material reunido ao longo de anos começou a dispersar-se. No Colóquio comemorativo dos 100 anos do jornal *A Batalha*, em 2019, antigos camaradas recordaram-me o projecto que em tempos havia abraçado. Em casa, revolvendo velhos papéis descobri entre eles o plano do livro a publicar e centenas de fichas que ainda conservava. Desde então muito se avançou na redescoberta das ideias e práticas anarquistas em Portugal, o que me tem obrigado a novas leituras, não contando já com os testemunhos de muitos antigos camaradas. Os tempos são outros, mas as lutas no essencial são as mesmas, por isso o plano continua o mesmo com as mudanças impostas pelo tempo.

Entre os princípios do anarquismo que nortearam a ação de incontáveis homens e mulheres o principal foi a libertação do ser humano de tudo o que o inferioriza, o impede de se assumir como um ser autónomo que pensa e decide pela sua cabeça. O seu ideal de sociedade está subordinado à Liberdade, condicionando a sua forma de organização e os meios de a atingir. São princípios que fundamentam uma ética de insubmissão.

A revolta é espontânea. É fruto de uma tomada de consciência de um indivíduo que sente a opressão, manipulação ou a injustiça seja sobre si próprio ou um semelhante. Este é outro princípio comum a todos os anarquistas. Neste sentido, opõem-se a qualquer tipo vanguarda de iluminados que lhes imponha o que devem pensar, como o devem fazer e como agir.

Em todas as revoluções sociais contemporâneas estiveram sempre presentes e procuraram expressar as suas posições, e sempre que as condições o proporcionaram tentaram concretizar os seus princípios políticos. Os mais individualistas entre eles nunca renegaram o seu papel social. O campo privilegiado de luta é o quotidiano, os locais de trabalho ou de residência onde o domínio (poder) de uns sobre outros se exerce. Foi sempre assim ao longo da sua história. Quando tudo parece normalizado, conformado ou pacificado ressurgem através de combates individuais ou de pequenos grupos impelidos por uma ética libertária que não reclama reconhecimento social.

Não é fácil identificar os anarquistas. Pesa sobre eles o rótulo de serem violentos, associas, terroristas, extremistas ou simplesmente utópicos. Ignora-se quantos são. Primeiro porque não votam, ou quando vão às urnas é para anularem o voto ou votarem em branco. Em segundo lugar é frequente não assumirem que são anarquistas, o que os torna indetectáveis e identificáveis. Por último, quando formam grupos ou associações que embora adoptem o ideário anarquista e as suas práticas, recusam reconhecê-las como tais. Uma longa história de repressão que tem sido vítimas gerou esta atitude de precaução. Esta aparente invisibilidade confere-lhe uma importante capacidade de acção, torna-os puros franco-atiradores.

O anarquismo na sua radical afirmação da Liberdade é por natureza plural, combate o dogmatismo, as ideias únicas. Ao longo dos tempos o seu ideário foi sempre amplamente discutido, no entanto os caminhos apontados para o concretizar raramente foram consensuais, daí a diversidade de causas abraçadas pelos anarquistas.

Ao dirigismo e centralismo opõe o federalismo porque permite uma gestão mais participada próxima de cada indivíduo. No campo libertário não há uma única doutrina, estratégia ou meios de luta para a Anarquia mas várias.

Neste sentido abdicamos de adjectivar as suas várias tendências (mutualistas, cooperativistas, colectivistas, comunistas, individualistas, sindicalistas, etc). Adjectivos que tornam muitas vezes incompreensíveis o próprio movimento e a sua constante renovação.

A repercussão social do anarquismo tem variado bastante ao longo da história de Portugal. Para uma melhor compreensão dos respectivos contextos sociais dividimos a sua história em oito grandes períodos:

1796 - 1847: Princípios. Godwin

1848 -1870: Federalismo e Mutualismo. Proudhon

1871- 1885: Impulso Internacional. Bakunine

1886-1910: Movimento Anarquista. Kropotkin

1910-1926: Educação e Sindicalismo. Malatesta

1926-1974: Resistência às Ditaduras. Rudolf Rocker

1974 -1989: Redescoberta e Acção Directa. Murray Bookchin

1990-2024: Novas Lutas. Noam Chomsky

No final do texto notas para além das notas bibliográficas e outros apontamentos, inserimos uma sintética definição de Anarquismo e da Ética Anarquista

1796-1847: Princípios. Godwin

A história do anarquismo em Portugal remonta ao final do século XVIII. Era um tempo de profundas mudanças que não deixavam de ter os seus reflexos no país. Na Grã-Bretanha consolidavam-se as liberdades democráticas, o parlamentarismo, desenvolvia-se a revolução industrial e a concentração da propriedade. Apesar da abundância dos ricos crescia uma chocante pobreza nas cidades. Em 1789 na França eclodiu uma revolução, sob os princípios da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, instaurou-se as liberdades políticas e civis, adoptaram-se reformas que despertaram grande entusiasmo nos meios revolucionários na Europa. A revolução francesa não tardou a radicalizar-se, e em 1793 foi instaurado um regime republicano. As monarquias europeias unem-se para fazerem frente à ameaça emergente.

Em Portugal, cerca de três milhões de pessoas vivem sob uma monarquia absoluta e despótica. Nenhuma instituição limitava as prerrogativas do monarca, cuja autoridade era ilimitada sobre usos e costumes. A lei natural é de interpretação real e a lei divina tem no rei o seu depositário com a concordância da Igreja católica. O Revolução Francesa viera colocar em causa os fundamentos da monarquia absoluta. As novas ideias, embora limitadas a um círculo muito restrito, não deixaram de se difundirem. A *Gazeta de Lisboa*, o principal jornal do país, não tardou ser censurada e a divulgar apenas as notícias que o governo permitia. A Igreja Católica, sentiu-se igualmente ameaçada e atacou sem cessar as novas ideias, servindo-se da experiente Inquisição para perseguir os que se desviavam da religião do Estado. A Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura de Livros reforça a sua vigilância. Pina Manique, o poderoso Intendente-Geral da Polícia foi implacável na perseguição e repressão dos subversivos.

O país estava há muito bloqueado. A censura limitara desde o século XVI o acesso à cultura, ao conhecimento científico e às inovações tecnológicas, criando uma mentalidade desfasada do próprio tempo. A manutenção de um vasto império colonial implicava uma contínua sangria de pessoas, estimulava uma economia baseada na exploração do trabalho escravo nas colónias, importação de produtos no comércio, especulação e o arrendamento improdutivo por parte da minoria de privilegiados. A maioria da população trabalhava na agricultura, em terras cuja propriedade se mantinha inalterável, uma boa parte da qual estava na posse da Igreja. Apesar deste panorama, algumas vozes discordantes não deixavam de se fazerem ouvir (1).

Foi neste contexto de enormes mudanças que dois jovens - Francisco Solano Constâncio (1777-1846) e Henrique Xavier Baeta (1776-1854), entusiastas da revolução francesa, foram para a Grã-Bretanha estudar medicina. Neste país contactaram com as ideias anarquistas de William Godwin (1756-1836) e feministas de Mary Wollstonecraft (1759-1797). O contraste não podia ser maior entre a situação que se vivia em Portugal e aquela que encontraram.

William Godwin

Na Grã-Bretanha, as ideias da revolução francesa de 1789 gerou igualmente um enorme entusiasmo entre muitos intelectuais, como William Godwin, criador da primeira “filosofia anarquista”. Desde de 1789 até falecer manteve-se fiel aos princípios da revolução, e como advogado defendendo aqueles foram perseguidos pelo governo britânico. Foi ainda apontado como tendo ajudado à publicação de *Os Direitos do Homem* de Thomas Paine.

Em 1793 publicou a sua célebre obra *An Enquiry Concerning Political Justice and its Influence on General Virtue and Happiness* (Inquérito acerca da Justiça Política), que teria mais duas edições em 1796 e 1798. A obra causou um enorme impacto nos meios intelectuais. Pela primeira vez o pensamento anarquista era exposto de forma sistemática em dois densos volumes (2). A razão humana para Godwin é o principal instrumento da libertação dos indivíduos, a qual, à medida que se desenvolve, lhes mostra as razões da escravatura em que vivem. A transformação social faz-se, portanto, por esta tomada de consciência, na qual uma educação libertária desempenha uma importante função.

Godwin prosseguiu com uma ampla produção de ensaios, obras literárias e até contos infantis difundido as suas ideias libertárias. Uma destas obras - *An Inquiry Concerning Populacion* - publicada em 1820, traduzida no ano seguinte para francês e comentada em português por Solano Constâncio (3), revelando a sua adesão às ideias de Godwin.

Constâncio era um entusiasta das ideias da revolução francesa, as quais se manteve fiel até falecer. Foi para Londres em 1791, como bolseiro, para se formar em medicina. Descontente com o ensino que encontrou em 1794 mudou-se para Edimburgo e ali permaneceu até 1797, participando ativamente neste período nos debates políticos em curso. Foi nesta altura que entrou em contacto com as ideias de William Godwin e Mary Wollstonecraft.

Em 1796 publicou uma revista *The Ghost* (O Fantasma). O número 13 (Julho de 1796) foi dedicado à educação, referindo as ideias de Mary Wollstonecraft sobre o direitos das mulheres. Constâncio colocava em relevo o facto de Wollstonecraft destruir a ideia da subordinação da mulher em relação ao homem, pugnar pela educação física das mulheres, um ensino misto, a igualdade de género e a mesma liberdade sexual que os homens.

No número 34, o último deste período e o mais combativo (apócrifo, 14 de Julho de 1796), fez uma síntese das ideias de Godwin (4), destacando na sua filosofia a ideia de um aperfeiçoamento contínuo do ser humano, que conduziria a uma sociedade onde não haveria desigualdades sociais, leis, governos, ignorância, em que as uniões serão livres e até se poderia imaginar que a vida seria prolongada indefinidamente. Tratava-se de uma síntese notável da filosofia anarquista.

No ano seguinte publicou *Watson Refuted* (Watson Refutado), em que tomava partido por Thomas Paine no debate com o Bispo de Llandaff, Robert Watson. Constâncio, com apenas 19 anos, em nome da razão atacava a religião, o Estado e as leis como parte de um sistema opressivo que mantinha o povo na ignorância e superstição (5). Não deixava de publicar duras críticas ao ensino da universidade de Edimburgo, mas também à educação que se praticava na Grã-Bretanha, seguindo Godwin.

Apontado como um perigoso radical estrangeiro acabou por fugir para a Alemanha (Hamburgo), seguindo-se a Holanda e por fim Paris. Em 1799 estava de regresso a Lisboa.

Alimentou a ilusão que a invasão francesa de Portugal, em 1807 provocasse uma revolução social no país. A verdade é que pouco antes da invasão se refugiou de novo em Paris (6) e nunca mais regressou a Portugal. Considerava que a França, malgrado seus desvios para a tirania e a barbárie, era ainda assim o instrumento de uma revolução social que libertaria a Europa Ocidental (7). Um sentimento partilhado por muitos portugueses antes e depois da invasão (8). A Inglaterra simbolizava no seu pensamento, a opressão e

exploração dos povos por todo o mundo, com base num sistema económico assente na desigualdade social entre pobres e ricos com a cobertura do Estado.

Solano Constâncio assumia-se como um “cidadão do mundo”, isto é, um cosmopolita, alguém que “não prefere a pátria aos outros países” (*Novo Dicionário Crítico*, p.324), o que o aproxima de Godwin, mas também de Anacharsis Cloots (9). Nutrindo como ele um ódio profundo pela aristocracia, privilegiados e ociosos. Era crítico da religião institucionalizada, revelando-se ateu como Godwin, mas não radical como Jacob Pereira (10).

Entre 1819 e 1821, debruçou-se sobre a “economia política”, a que viria mais tarde a denominar “ciência social” traduzindo para francês três importantes obras de autores ingleses: David Ricardo - *Des Principes de l'Economie Politique et de l'Impôt* (1819); Thomas R. Malthus - *Principes d'Economie politique considerés sous le rapport de leur application pratique* (1820); William Godwin, como dissemos, *Recherches sur la population, et sur la faculté d'accroissement de l'espèce humaine, contenant une réfutation des doctrines de M. Malthus sur cette matière de* (1821). Não se tratou de um simples trabalho de tradutor, mas de um claro programa político que, apoiado em Godwin, pretendeu combater uma concepção de sociedade defendida por Malthus. Sobre esta obra de Godwin publicou em português uma extensa recensão que constituiu um marco da difusão das ideias anarquistas em Portugal, um facto que tem sido ignorado.

Nesta recensão, apoiando-se e citando Godwin, desfez a argumentação de Malthus colocando em evidência que o mesmo desvalorizava o valor do trabalho como criador da riqueza. Afirmava que a pobreza não se devia ao excesso de população mas a uma má organização social, resultante das instituições sociais, nas desigualdades na repartição da propriedade e dos rendimentos do trabalho, dos privilégios, dos estorvos à economia, dos impostos excessivos sobre bens essenciais, da falta de educação da população, de superstições religiosas entre outras.

As ideias de Malthus visariam no fundo justificar o luxo e os privilégios dos ricos numa suposta ação benéfica para a Humanidade. Malthus pretendia que se ensinasse aos pobres que não tinham os mínimos direitos de serem assistidos pelos ricos, e estes deviam ser persuadidos que não tinham nenhuma obrigação de socorrer os pobres. Aos pobres restava-lhes apenas auto-eliminarem-se. Malthus para dar uma explicação científica a esta teoria formulou a sua célebre fórmula: a população cresce em progressão geométrica e os alimentos só crescem em progressão aritmética, logo a pobreza e a fome era uma inevitabilidade. Aos pobres só lhes restava conformarem-se com o seu destino. Acontece que Malthus fundamentou esta “lei” em dados sobre a população dos EUA publicados por Godwin (*Enquiry...*), omitindo que o enorme aumento se devia à emigração europeia. A obra de Godwin pretendia repor os factos, denunciar a imoralidade e a explicação da pobreza como uma fatalidade.

Constâncio revela na sua vasta obra uma adesão as ideias libertárias, sem todavia as ter assumido como tal, o que se acentuou depois de 1837 quando publicou em Paris, o *Armazém dos Conhecimentos Úteis*. Depois de 1809 colocou o foco das suas ideias numa possível revolução em Portugal.

Filosofia Política. Constâncio, como Godwin não separavam a política da moral, orientada por um princípio de justiça universal. Godwin é todavia mais sistemático e filosoficamente mais consistente, atacando todos os obstáculos que corrompem moralmente os seres humanos e os mantêm como escravos (Estado, governos, privilégios, discriminações,

propriedade, ignorância, etc). Nada justificava as desigualdade sociais dado que todos tinham os mesmos direitos naturais. As hierarquias sociais justificadas em nome da religião, da ordem pública, da malignidade intrínseca dos seres humanos, das superioridades inatas entre os seres humanas, eram imposturas que procuravam justificar o direito ilegítimo de uma minoria a governar ou a mandar e a maioria ser governada e espoliado. O único regime aceitável era uma democracia que caminhasse gradualmente para a abolição do Estado que corrompia os cidadãos difundido e impondo estas imposturas.

Organização Social. Constâncio como Godwin defendem uma organização social igualitária, assente, entre outros, numa maior distribuição da propriedade, no fim da acumulação da riqueza por herança, etc. Ambos atribuem às instituições sociais os males da sociedade que reproduzem e eternizam relações de domínio e as desigualdades sociais. O importante para eles não era a riqueza em geral da sociedade, mas a felicidade de pessoas concretas. Godwin não indica nenhum modelo concreto para uma sociedade futura, embora manifeste preferência por uma constituída por pequenas comunidades que permitam uma democracia direta. Constâncio sugere um modelo económico baseado em cooperativas e na pequena propriedade de modo a evitar a exploração capitalista, afirmando: “É preciso que os progressos das artes e das ciências revertam em proveito do homem industrioso e que as empresas manufactureiras, dirigidas por operários e artesãos, possam dispor de capitais a juro moderado”, uma questão que iria preocupar Proudhon. Godwin persistiu em associar a transformação social a um aperfeiçoamento contínuo dos seres humanos que conduziria ao fim dos Estado. Constâncio tornou-se mais céptico em relação à ideia de um progresso contínuo. A revolução em Portugal, por exemplo, era vista como uma interrupção num processo histórico que estava a conduzir o país para a decadência e a irrelevância entre as nações europeias, tantos eram os vícios acumulados desde o século XVI (tirania, corrupção, desprezo pela agricultura e a produção de bens, superstições religiosas, escravatura, militarismo, etc) (*História do Brasil*, 1839). O aperfeiçoamento, embora necessário, não era contínuo, podiam ocorrer processos de regressão.

Educação. Constâncio, seguindo Godwin, defendeu a universalidade e gratuidade do ensino público, unindo teoria e prática, sempre numa perspetiva global de abertura às inovações técnicas e científicas (*Ideias sobre...*, 1821). Mostrou-se particularmente empenhado na divulgação dos conhecimento úteis criando e colaborando em publicações com esta finalidade. A educação era um poderoso instrumento para mudar mentalidades. Uma mentalidade submissa ao rei, aristocratas e à religião era a principal razão por que os portugueses não se revoltavam e não faziam a revolução social que o país carecia.

A educação desempenharia uma função central na transformação social preconizada por Godwin que, em 1784, fundou uma escola privada e para o qual escreveu um vasto programa educativo. A educação devia ser totalmente livre e também integral, desligada de ajustamentos à ordem social vigente. Advogava mesmo que a nenhuma criança devia ser ensinado aquilo que a mesma não quisesse. Ambos se opunham a um ensino baseado em valores nacionais. Godwin fez em grande parte depender a transformação social dos avanços de uma educação libertária criadora de uma nova consciência social.

Igualdade de Direitos. Constâncio condenava as discriminações raciais e a escravatura. Godwin, neste aspecto era mais radical, condena todo os tipo de discriminações fossem elas étnicas, sexuais, sociais, etc. Constâncio recomendava particularmente que Portugal se concentrasse nas suas colónias em África, mas pondo termo ao “abominável tráfico de escravos” e tratando os africanos como iguais (cfr. *Varietés politico-statistiques...*, 1822).

Recorda que desde o século XVI a escravatura dos indígenas, o militarismo e fanatismo religioso foram os principais vícios que estavam na base da decadência de Portugal, e que iriam afectar o futuro das suas colónias quando emancipadas. Chegou a afirmar que se os índios no Brasil ou os negros em África não tivessem sido colonizados tinham gerado grandes e prosperas nações (*Historia do Brasil*, 1839). No *Novo Dicionário Crítico e Etymológico da Lingua Portuguesa* (2.^a edição, 1844) reduziu significativamente a definição de “escravatura” à “quantidade de escravos importados da costa da África para o Brasil” acrescentando “Felizmente acabou o infame tráfico da escravatura”.

Anticolonialismo. Godwin e Constâncio condenaram o comércio internacional assimétrico, e defenderam a libertação dos povos oprimidos e a plena igualdade entre todos. Godwin, em 1793, defendeu o direito dos povos à autodeterminação política. Constâncio envolveu-se, sobretudo em 1809, nos movimentos de libertação das colónias espanholas, liderados pelo venezuelano Francisco de Miranda (1750-1816), servindo de intermediário junto do governo inglês para obter apoio diplomático (11). Com o expressivo pseudónimo Las Casas publicou no periódico inglês *The Statesman*, artigos de apoio a este movimento emancipatório.

Foi através de Constâncio que as ideias de Godwin foram difundidas em Portugal. A sua ligação a Godwin era profunda como está bem patente na biografia que dele escreveu e na análise detalhada que fez da sua obra, publicada em 1838 na *Biographie Universelle, Ancienne et Moderne*, volume 65, pp. 446 a 451. Com grande propriedade, chama a atenção para o “princípio anarchique” que sustenta a “doctrine de Godwin”, um termo que será pouco depois usado por Proudhon.

De Godwin devem ainda ser destacados dois outros textos editados em português (12) em 1840 e 1841:

“Da popularidade entre os antigos, e os modernos. Dos Essays [de Godwin], e “As Cousas como elas na verdade são, ou as aventuras de Caleb Williams”. Este romance escrito em 1794 dirigia-se ao grande público. Nesta obra um jovem do povo reflecte sobre a opressão dos ricos, a impossibilidade dos oprimidos se fazerem respeitar numa sociedade cuja organização social mantém e reproduz esta opressão.

Henrique Xavier Baeta, em 1797 foi estudar medicina na Universidade de Edimburgo. Devido à sua simpatia pela ideias da revolução francesa vira-se obrigado a sair da Universidade de Coimbra, onde cursara filosofia. Na Grã-Bretanha contactou com as ideias de Godwin e da sua primeira mulher - Mary Wollstonecraft. Esta revolucionária, professora, antiesclavagista, defensora do amor livre, presenciou a revolução francesa, e dedicou a sua vida à emancipação das mulheres, tendo publicado cerca de 20 livros (13). Era mãe de Mary Shelley (autora do romance *Frankenstein*). Wollstonecraft estivera em Lisboa no final de 1785, quando veio visitar uma amiga de infância que aqui se encontrava em convalescência, uma visita assinalado por Godwin (14).

As ideias de Wollstonecraft provocaram um forte impacto no jovem Baeta. Após regressar a Portugal publicou, em 1806, uma biografia de Wollstonecraft, assinalando se tratava de uma “firme defensora dos direitos das mulheres”. A obra é acompanhada de um texto de Wollstonecraft sobre uma viagem que fez à Escandinávia (15).

As ideias de Wollstonecraft estavam difundidas. Nísia Floresta (1810-1885), no Brasil, em 1832, publica “Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens”, uma tradução livre da célebre obra Wollstonecraft intitulada *Vindications of the Rights of Women* (16).

A emancipação feminina foi também abordada por Constâncio que defendeu a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Godwin neste aspecto foi mais radical, não só o fez, como pugnou pelas uniões livres e pela libertação sexual.

Na primeira metade do século XIX, com excepção de Constâncio, os mais radicais revolucionários em Portugal, como João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853) nunca se definiram em termos universais. O seu discurso de transformação social confinava-se à realidade portuguesa e brasileira.

Robert Owen

Na esteira de Godwin e Constâncio a obra Robert Owen (1771-1858) que não pode ser ignorada, nomeadamente pelo reflexo das suas ideias em Portugal. Homem de profunda sensibilidade social, tornou-se em 1800, gerente e co-proprietário de uma fábrica de fição em New Lanark, Lanarkshire, perto de Glasgow na Escócia. Destacou-se desde logo pelos benefícios que concedeu aos seus trabalhadores, como a redução do horário de trabalho, melhorias nas condições de higiene e salubridade nos locais de trabalho, construção de casas para os operários, cozinhas e refeitórios públicos, uma escola (*New Institute for the Formation of Character*), um jardim de infância e uma cooperativa. Foi criado um fundo para a assistência na doença, incentivou-se a prática desportiva, mas também se combateu o alcoolismo. Algumas destas iniciativas eram grandes novidades no tempo, e onde é notória a influencia das ideias de Godwin e dos seus discípulos (16.1). Em Janeiro de 1813, conheceram-se pessoalmente tendo-se tornado grandes amigos. A partir desta altura até 1820 radicalizou o discurso passando a ser muito crítico do capitalismo e da religião, preconizando uma economia baseada em cooperativas e a colectivização da propriedade, atribuindo à educação um papel fundamental na transformação social. Fundou nos EUA a *New Harmony* onde procurou, mais uma vez, de forma paternalista realizar a sua "utopia". Constâncio visitou New Lanark, tendo aderido às ideias de Owen, passando a divulgá-las nos seus trabalhos (16.2).

Em Portugal, a fundação da Fábrica de Vista Alegre, em 1819, por José Ferreira Pinto Basto (1774-1839), num espaço onde não havia nenhuma povoação, insere-se neste movimento de utopias realizáveis. Também aqui foi criado um modelo de organização fabril e comunitária similar às existentes em New Lanark, a que não faltava um bairro operário, escola, teatro, banda de música, segundo princípios igualmente paternalistas (16.3).

Autores de inspiração cristã como Charles Fourier (1772-1837), Saint-Simon (1760-1825), Lamennais (1782-1854) ou Lamartine (1790-1869) eram conhecidos e tinha também seguidores em Portugal, mas sobretudo opositores. O caso ilustrativo foi o de Lamennais cuja obra *Palavras de um Crente*, traduzidas em 1836 por António Feliciano de Castilho originou uma réplica da autoria de Alexandre Herculano, *Voz do Profeta* (1837). Se a obra de Lamennais tem os olhos no futuro, parte de posicionamento democrático e republicano, exalta a luta do povo pela liberdade, contra a opressão, a tirania e as leis iníquas, por um mundo mais justo e sem fronteiras. Chegou a acrescentar um capítulo para o ilibar de justificar o recurso à violência (cap. XXVIII). Herculano na sua obra tem os olhos no passado, e numa visão anti-democrática traça um retrato derrotista do povo português, pobre, repleto de imbecis e incapaz de decidir o que melhor lhe convém, olhado com compaixão por outras nações e constantemente castigado por Deus. Os sangue dos soldados da liberdade andaria misturado com os sangue dos tiranos. A liberdade é identificada com a felicidade, para logo ser associada ao cadafalso, ao culto de derramar sangue de tiranos e de servos. O quadro é apocalíptico e o povo denegrido

(16.4). Um discurso que, como veremos, a elite cultural do país irá repetir à exaustão. Noutra obras de Lamennais - *A Escravidão Moderna*, traduzida em 1845, apelava à revolta contra o sistema que não reconhecia a efectiva soberania popular. Soberania que Herculano recusava. O poder político, no seu entendimento, devia ser confiado a uma minoria aristocrática. Encarando a "igualdade democrática" como sinónimo de despotismo das multidões", Anarquia.

Os “Anarchistas”

As palavras “anarquia”, “anarquista” ou “anarquismo” entraram muito cedo no vocabulário político português com um significado contrário à Ordem vigente. A Anarquia em 1789 é definida como uma sociedade onde falta um chefe, um soberano ou regente, o que provocaria uma desordem civil (17). O quadro mental é ainda o do absolutismo. Após a revolução francesa a anarquia passou a ser associada a tudo o que a revolução simbolizava na altura: liberdade, soberania popular, igualdade de direitos, fim do poder da religião... Os anarquistas, na linguagem do tempo, eram os defensores destes ideais, inimigos viscerais dos absolutistas.

Após a fuga da família real para o Brasil, em 1807, o país ficou à deriva. A Corte e as principais famílias que administravam o país estavam ausentes. A sua maior preocupação era que os seus rendimentos e bens fossem enviados para o Brasil. Malgrado devastação provocada pela invasão francesa, o país ficou dividido entre os que se opunham aos franceses e os que os apoiavam. O próprio rei apelara a uma boa recepção aos franceses, no que muitos se excederam. Neste contexto, as novas ideias, como as dos direitos naturais do homem e o ideal de um governo democrático assente na soberania popular foram ganhando terreno. Os franceses, na primeira invasão (19/11/1807 a 2/12/1808), dominaram a administração do país e acabaram por promover o questionamento e a desagregação das antigas estruturas do Estado e as relações de obediência em que assentava a monarquia absoluta.

As revoltas populares contra os franceses e os seus cúmplices acabaram por degenerar em ataques contra as leis, as instituições, a propriedade e os fundamentos do próprio regime monárquico. Instalou-se a desobediência civil. Nas cidades como nos campos, sobretudo entre 1808 e 1810, o "povo" tomou a iniciativa e passou à acção. Os invasores e os colaboracionistas foram perseguidos. Os bens dos "grandes" e da Igreja foram pilhados. Em Arcos de Valdevez, a 10 de Junho de 1808, o povo amotinado, atacou o juiz de fora, metendo-o na cadeia. Os presos foram libertados. A Câmara foi invadida, os vereadores expulsos. O povo deitou fogo aos arquivos da câmara e dos escrivãos, onde constavam os títulos legais da propriedade. Numa assembleia popular foi eleito um novo governo, que publicou leis contrárias às da monarquia. As leis do recrutamento militar foram abolidas, fixaram-se preços para os bens alimentares, suspenderam-se as acções judiciais, os pagamentos à Igreja e os direitos senhoriais, entre outras medidas. Proclamou-se a liberdade das pessoas contra um Estado opressor. Para cúmulo, as leis emanadas desta assembleia popular tinham uma abrangência nacional !. Sufocada a revolta, identificados os seus promotores, um estudante foi apontado como o mentor, uns foram mortos e outros deportados para África (17.1). Nestas rebeliões que ocorreram por todo o país, segundo as autoridades, não faltaram “verdadeiros anarquistas” (18). O termo Oclocracia, a lei imposta por multidões ao poder vigente entrou no discurso político.

A partir de 1809 a administração política e militar foi confiada aos britânicos, que contaram com o apoio da Igreja Católica. Defenderam a manutenção do regime absolutista, combatendo as novas ideias de liberdade e soberania popular. Qualquer alteração ao

anterior regime foi condenada, acusando-se os que o faziam de promoverem a “anarchia” e o domínio dos franceses. Sucedem-se as revoltas e a prisão dos que as defendem. Portugal estava na prática transformado numa colónia britânica, com a concordância da corte que continuava no Brasil. Após um curto período de anglofilia, o ódio contra os novos ocupantes alastra por todo o país. Em 1817, ocorreu uma revolta militar liderada por Gomes Freire de Andrade contra o domínio inglês, mas foi rapidamente dominada.

As populações sentiam-se abandonadas e revoltaram-se contra as obrigações a que estavam sujeitas, como o pagamento de impostos, as contribuições para a Igreja e conventos, etc. A imprensa editada por exilados em Inglaterra e depois em França (19), mas também os acontecimentos revolucionários em Espanha, nomeadamente a Constituição de Cádiz (1812) (20) forneceu um poderoso estímulo à revolta contra o regime em Portugal.

Em Janeiro de 1818 formou-se uma organização política secreta - o Sinédrio - com o objectivo de tomar o poder quando ocorresse o esperado movimento “anárquico” ou uma “revolução”. Aproveitando a ausência do general William Beresford no Brasil, no 24 de Agosto de 1820, no Porto ocorreu uma revolução que pretendia terminar com o “feudalismo” em Portugal (21), pondo fim à violação dos direitos naturais dos portugueses. A revolta no Porto avançou para sul, secundada por movimentos populares que radicalizavam os objectivos iniciais (22). Os cárceres da Inquisição foram assaltados. Nos campos, entre 1820 e 1825, viveu-se um período de enorme agitação, com amotinacões, levantamentos, ações de resistência e de protesto, contra a ordem senhorial, as câmaras municipais, os juizes de fora, escrivão, fiscais do contrabando, militares e a autoridade em geral. Nos domínios da Real Abadia de Alcobaça, os camponeses revoltam-se, deixaram de pagar os tributos que lhes eram impostos. Os frades eram alvo da ira dos camponeses (23).

O mesmo aconteceu em outros mosteiros (23.1). Alimentando a revolta, em plena liberdade, multiplicaram-se as publicações difundindo as novas ideias procurando influenciar a “opinião pública”. Assustado como que estava a acontecer, o corregedor da comarca de Santarém, a 16 de Setembro de 1821 escrevia: “A anarquia está principiada: as autoridades civis sem respeito, já se não passa dia em que não haja uma desobediência, mofa ou enxovalho na presença da autoridade”. Dão conta que o “povo miúdo” é agora “soberano, é quem dá a lei e faz a justiça que quer”, “o povo é quem agora governa” (23.2).

O direito divino do rei e a autoridade baseada na tradição foram questionados. Proclamava-se que a legitimidade do poder era a que decorria da vontade popular ou da nação, através dos seus representantes livremente eleitos. Iniciou-se a convocação das “cortes” para a elaboração de uma constituição liberal. A extinção da monarquia e a instauração um regime republicano fora colocada. As eleições introduziram um dado novo no modo de fazer política.

Como escreve Borges Carneiro (24), tornara-se insuportável que alguém pudesse arrogar-se ser proprietário de um povo ou de um país, dispondo do mesmo livremente para o transmitir aos seus descendentes. Era a questão decisiva que opunha os liberais (anarchistas) aos absolutistas. Entre a Anarquia e o Absolutismo muitos eram os que preferiram abertamente a primeira (25), mas o fantasma da “desordem” esteve sempre presente (26). A Anarquia era sinónimo de soberania popular. *Manual Político do Cidadão Constitucional* (1821) esclarece a forma de governo daqui resultante: um governo

democrático onde o povo é livre e se governa a si mesmo pelos magistrados que ele elege. O que estava longe de poder ser aceite.

A primeira Constituição aprovada em 1822 tratou logo de excluir a esmagadora maioria da população do acesso aos direitos mais básicos de cidadania, como o direito de eleger e ser eleito. Sob os argumentos mais diversos foram excluídos os que não tivessem um rendimento que lhes permitissem viver autonomamente, os analfabetos, as mulheres, os membros de ordens religiosas, os mendigos, os criados, etc. O poder permaneceu confiado à vontade soberana de uma minoria, alegadamente representante do Povo. A participação política da maioria da população era vista como uma ameaça à ordem estabelecida. O rei deixara de ter direito de veto absoluto sobre as leis aprovadas nas Cortes. A liberdade de imprensa era consagrada, embora fosse vista por muitos como um perigo para a Autoridade do Estado.

A reação contra à Constituição por parte dos defensores da Ordem absolutista foi quase imediata. É verdade que D. João VI, após regressar do Brasil jurou a Constituição, mas a nobreza e a Igreja católica passaram a conspirar para a derrubar. Muitos foram os que se recusaram a jurar a Constituição, como o fez o Cardeal Patriarca, manifestando publicamente a sua discordância. Para os liberais não estava em causa a religião e sim a Igreja como Instituição, o fanatismo e as superstições. Foi nesse sentido que extinguiram a Inquisição (31/03/1821), criticaram as congregações religiosas, os privilégios eclesiásticos ou defenderam a redução do número de conventos (27). Era um movimento de secularização que a Igreja não podia aceitar. A oposição foi violenta. Na propaganda da Igreja, um dos temas mais frequentes era que as mudanças que haviam sido introduzidas na sociedade portuguesa iriam conduzi-la para a Anarquia. A Igreja contou na sua luta com um apoio de peso: o Infante D. Miguel.

Após a morte de D. João VI, a Constituição, em 1826, foi substituída por uma Carta Constitucional imposta por D. Pedro IV. O rei voltava a ser a figura central do Poder e a Igreja Católica a religião do Estado. No entender dos liberais era o compromisso possível com entre os defensores da Constituição e os Absolutistas. Na prática um retrocesso nos princípios revolucionários.

Em 1828 D. Miguel e seus apoiantes tomara o poder e restaurou a monarquia absoluta, promovendo o culto da figura do rei como o salvador, respeitador das tradições e de um passado mitificado. Os opositores foram perseguidos, presos e assassinados. Reinava o terror (28). A liberdade foi suprimida. A imprensa era vista como um veículo de difusão do ateísmo, das injustiças e das revoluções (29).

No **Brasil**, a partir de 1821 os “anarquistas” aproveitaram a liberdade de imprensa para defenderem abertamente a independência atacando os militares e a corrupção das autoridades fieis à coroa portuguesa (30). Nos debates da Constituição de 1822, em Lisboa, que estiveram presentes representantes do Brasil, os “anarchistas” foram causados da promoverem a separação de Portugal (30.1). Após a proclamação da independência, o imperador D. Pedro I ou o poderoso José Bonifácio de Andrade e Silva (1763-1838) não se cansavam de atacar os “anarquistas” e “carbonários” com os propagadores das ideias republicanas (31). Contra os anarquistas se ergueu também em 1824, José da Silva Lisboa (1756-1835), visconde de Cairu, com o seu folheto *Pesca de tubarões do Recife em três revoluções dos anarquistas de Pernambuco, com apêndice de conta oficial e memória pública da lealdade da província*. Em defesa do poder absoluto do Imperador D. Pedro I (D. Pedro IV de Portugal) publicou, em 1825 e 1826 o jornal *Triunpho da Legitimidade Contra Facção dos Anarquistas* do Rio de Janeiro. O que pretendiam os

“anarquistas” ? Um projecto liberal radical: um regime republicano federalista, com amplas liberdades, separação de poderes, a participação directa da população na política e o fim da escravatura (32). A revolta que conduziram de forma permanente acabou por conduzir à queda do primeiro imperador do Brasil em 1831 (33). No Rio de Janeiro, em 1835, surge o jornal *O Anarchista Fluminense*. Na revolta de cariz republicano de 1837, conhecida por *Sabinada*, o *Diário do Rio de Janeiro* atribuía a sua autoria ao “Partido Anarquista”. O “anarquista” era sinónimo do revolucionário que lutava contra a ordem estabelecida guiado pelos princípios da revolução francesa. A palavra vinha adquirindo significados que ultrapassavam o liberalismo. Disso dá conta o padre Justiniano da Cunha Pereira (1798-?), em 1838, na comédia *Club dos Anarchistas* quando procurou ridicularizar os “anarchistas” envolvidos no derrube da monarquia brasileira com ideias inspiradas na revolução francesa e nas repúblicas americanas. Dez anos depois, surge *O Grito Anarquial* consolidando a ideia que o “anarquista” era o que se revolta contra as injustiças e se opunha à ordem vigente.

O padre Joaquim Pinto de Campos (1819-1887), em 1860, no folheto, publicado no Rio de Janeiro com o título *Os Anarchistas e a Civilização, Ensaio Político sobre a Situação por um Pernambucano* afirma que os “anarquistas” mais radicais defendiam a emancipação da mulheres, a abolição da monarquia, da religião cristã, da herança e da propriedade; o fim de todos os privilégios, sem excepção, e a criação de uma sociedade baseada no princípio a cada um segundo as suas capacidades.” Segundo ele “Dos anarchistas brotaram outras correntes revolucionárias mais moderadas como os “phalantérios, communismos, fourierismos e socialismos”.

Revoltas Populares

A partir de 1828 quando começa a guerra civil que opôs os Liberais aos Absolutistas, os termos “anarquia”, “anarquista” (34) ou “anarquismo” passaram a ser largamente aplicados para nomear a facção mais radical dos liberais (35) que incentivam as revoltas populares antiestatais e contra os valores tradicionais em nome da Liberdade. Finda a guerra civil, em 1834, os “anarchistas” foram acusados de prosseguir a guerra contra os absolutistas, através de actos de vingança ou ajuste de contas (36), retomando as promessas da revolução de 1820. O própria termo “anarquismo” (sic) foi aplicado para designar a vivência nas localidades sob o domínio de anarchistas como ocorreu no Barreiro em 1835 (37). Os “anarchistas” foram igualmente apontados de conspirarem e lutarem contra facções de liberais que acusam de “devoristas” e corruptos.

Os liberais que haviam voltado ao poder, em 1834, não tardaram a aliarem-se a absolutistas para iniciarem o saque dos bens nacionais (património da Igreja nacionalizado, baldios, etc) (38), num processo que conduziu a uma enorme concentração da propriedade. A população igualmente foi sobrecarregada de impostos para criar e manter um Estado centralista ao serviço de uma minoria parasitária. Os “anarchistas” constituíam a facção mais radical de uma nova guerra civil, ainda que não declarada, opunha várias facções armadas (miguelistas, vintistas) (38.1).

Solano Constâncio no seu “Novo Dicionário...”, em 1836, ignora o termo “socialismo” ou “comunismo” mas não “Anarchia” ou “Anarchista”, não se afastando da definição de 1789. Dando conta das mudanças em curso, não deixa de acrescentar no seu dicionário a palavra “revolucionar”, definindo-a como “operar uma revolução política”, a que acrescenta: “Os franceses revolucionarão a Itália he (é) termo moderno e indispensável”, numa clara mensagem política. Na definição do termo República identifica-a com a “coisa pública”, “o bem do estado” ou “estado social”. Quanto à forma de governo, o povo

poderia governar através dos seus delegados ou "directamente exerce o supremo poder", o que o aproxima de Godwin. Embora vagos estes conceitos assustavam os governos liberais, sobretudo se fossem abraçados por funcionários públicos. Para evitar este perigo, no seu recrutamento passou a exigir-se a obediência cega à lei e a ausência de ideias e práticas "anarquistas" (39), o que se revelou impossível de cumprir.

Soberania Popular. A Carta de 1826 reposta em 1834, eliminou o princípio da soberania popular estabelecido na constituição de 1820. Um princípio que os "anarchistas" não estavam dispostos a ceder. Nas eleições de 1836 restringiu-se também o número dos que podiam votar, ao subir o valor do rendimento mínimo anual que era necessário demonstrar para ser eleitor. Como se isto não bastasse, nas vésperas da abertura do novo parlamento, ocorreu em Espanha um movimento revolucionário que proclamou, em Agosto de 1836, a Constituição de 1812, onde este princípio era consagrado. Esta constituição era desde 1820 o modelo de uma constituição democrática para os "anarchistas" em Portugal. Nesta altura, cerca de 6 mil soldados portugueses, ao abrigo do Tratado da Quádrupla Aliança (1834) combatiam em Espanha pela causa de Isabel II contra os Carlistas, com pesadas baixas. A situação política em Portugal tornara-se insuportável para os "anarchistas".

A 9 de Setembro de 1836 estalou a revolução. O povo de Lisboa impôs o regresso à Constituição de 1822, restabelecendo o princípio da soberania popular. Entre os clubes que mais conspiraram para esta reclamação estava o do Arsenal, conhecido pelos *maltrapilhas da Ribeira*, formado de "elementos anárquicos" (40). A reacção não se fez esperar, no que contou com o apoio da Grã-Bretanha e da Bélgica em defesa da Carta Constitucional. A situação de guerra civil não declarada prosseguiu entre as facções liberais que disputavam o poder. Os miguelistas, defensores da monarquia absoluta, mantiveram a guerrilha no Alentejo e Algarve até 1840. Em Lisboa, a guarda nacional (41), expressão da possível vontade popular, foi massacrada no Rossio a 13/03/1838, de cuja direcção foram acusados "certos anarquistas" (42). Os motins de 14 de Junho neste ano foram igualmente esmagados. Nas Cortes Constituintes, em 1837-1838, tentou-se alcançar um compromisso, do qual veio a resultar a aprovação, em Abril de 1838, de uma constituição que era uma versão minimalista da Constituição de 1822. A reacção conservadora manteve-se muito activa contra a "soberania popular".

A 27 de Janeiro de 1842 Costa Cabral tomou o poder e restaurou a Carta Constitucional. Os "anarchistas", segundo o próprio e o marechal Saldanha, continuaram a liderar as revoltas populares que levaram à guerra civil de 1846-47 (43), tendo suscitado a composição de um hino contra a "anarchia" (44). A novidade destas revoltas populares era a forma como combatiam um Estado que nada lhes dava, mas retirava à maioria da população meios de subsistência e a ameaçava nas suas crenças (45). Paulo Midosi em 1846 compôs a letra do hino evocativo desta revolta onde está bem patente os anseios libertários (46).

A maioria dos conflitos entre 1801 e 1851, foram quase sempre chefiados por militares, políticos e clérigos (47). O banditismo estava amplamente disseminado, nomeadamente no Alentejo e nas Beiras, constituía não raro um meio de sobrevivência, por exemplo, para desertores do exército, num contexto social pela violência. Os motins populares estavam quase sempre ligados aos "impostos senhoriais" que continuavam a ser aplicados, aos impostos municipais e aos cobrados pelo Estado, mas também ao aumento dos preços dos cereais (subsistências). O grau de violência era enorme (48). As lutas mais avançadas centravam-se sobre a defesa da liberdade e do poder local (municipalismo) que estava a ser destruído pela centralização do Estado.

A relação das pessoas como Estado foi-se alterando. O antigo modelo de soberania-punição foi sendo substituído pelo da vigilância omnipresente do Estado, num processo violento marcado por guerras civis, golpes de estado e sangrentas ditaduras.

Despertar para a luta

O avanço da industrialização na Grã-Bretanha, até ao início do século XIX, não foi marcada por reacções violentas dos trabalhadores. A sua atitude foi de relativa resignação, apesar da brutal exploração que eram vítimas, caracterizada por salários muito baixos, horários de superiores a 12 diárias, condições insalubres de alojamento, fome, pobreza, comportamentos arbitrários do patronato, e por uma legislação laboral lhes retirava todos os direitos, como o direito à greve ou associação. As suas primeiras reacções dirigiram-se contra as máquinas, envolvendo-se na sua destruição. Entre 1811 e 1816, centenas de ludistas foram presos e cerca de trinta foram condenados a morrer na forca. Fruto de uma nova consciência, não tardaram a dirigir a sua ira contra os donos das máquinas e o Estado que os forçava a aceitarem a sua exploração. Viram-se forçados a criarem uma série de organizações ilegais (1817), até que o Parlamento Britânico foi compelido a autorizar a organização operária em sindicatos, surgindo então as "Trade-Unions", agrupando os trabalhadores segundo as suas profissões e, por vezes, segundo a sua especialidade. Acompanhando o processo de industrialização, o movimento sindical, espalhou-se a outros países.

Em Portugal, apesar dos atraso na industrialização, na primeira metade do século XIX, não deixaram de se registar acções colectivas de luta por questões como as relações laborais, salários, horários de trabalhos, despedimentos entre outras questões, como a recusa dos trabalhadores em aceitarem práticas do anterior regime absolutista. No início dos século há notícia de greves dos trabalhadores rurais na zona de Santarém (1814), vidreiros da Marinha Grande, no Arsenal da Marinha (1829), em fábricas de tabaco em Lisboa (1834-38), e em cinco fábricas de fundição de serralharia (1849), um greve com enorme repercussão (49). Eram greves que implicavam algum grau de organização dos trabalhadores, ainda que temporário. Ligadas à exploração mineira destaca-se pela sua dimensão inovadora, acções colectivas por "uma distribuição mais justa dos benefícios" e contra a degradação do ambiente devido à mineração que assumiu formas de ludismo (50).

Programa Anarquista

O termo anarquista ainda impreciso, na primeira metade do século XIX, incorporava já um claro programa político que será desenvolvido pelos anarquistas ao longo do século.

Os anarquistas eram herdeiros dos filósofos do século XVIII que haviam construído um sistema de pensamento baseado em conceitos como a natureza humana, direitos naturais, razão, liberdade, igualdade, soberania popular e fraternidade universal. A sua perspectiva era radical.

A razão, a crença a todos comum, guiava o progresso da Humanidade levando-a a sair das trevas, e a eliminar tudo o que a impedia de se libertar: governo, leis, religião, aristocracia, família ou preconceitos. Uma concepção que está bem patente em Godwin. O processo para a mudança que advogavam era através da persuasão individual, capaz de provocar uma tomada de consciência, e esta à revolta. A liberdade neste contexto ultrapassava a simples oposição à tirania ou a reivindicação de liberdades políticas, adquiria um conteúdo difuso face a novas liberdades a conquistar e descobrir. A igualdade

não se circunscrevia também a uma igualdade formal perante a lei, significava uma verdadeira igualdade de direitos, de deveres e condições. Na base desta concepção estavam os “direitos naturais”, inerentes à “natureza humana”.

Eram defensores dos “direitos naturais”, anteriores aos direitos definidos por qualquer Estado, e portanto mais legítimos e universais. Desde o século XVII que estes direitos eram usados para justificar a resistência a leis injustas e a luta contra os regimes absolutistas, de forma a repor a igualdade natural de todos os seres humanos. A Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1791 tornou-se na matriz fundacional do anarquismo. Edmond Burke (1729-1797) em textos publicados em 1790, como o ensaio *Reflections On the Revolution In France* (Reflexões sobre a Revolução na França), tinha a clara consciência que esta revolução introduzia algo de novo na política: os “anarquistas”, como denominava os revolucionários de 1789 abriam uma completa ruptura com o passado, ao estabelecer um “código anárquico”: os direitos do homem. Não se tratava de mais um revolução, como a de 1668 na Inglaterra, mas de uma revolução que pretendia criar tudo de novo, colocando desta forma tudo em causa (51). Jeremy Bentham (1748-1832) na sua obra *Anarchical Fallacies* (Falácias Anárquicas), editada em 1796 faz um cerrada ataque aos direitos naturais. A propagação desta ideia significaria a negação de todos os governos, uma ameaça à aceitação das desigualdades sociais e divisões entre os seres humanos. Godwin partiu dos direitos naturais e extraiu deles as suas potencialidades revolucionárias. Um trabalho que foi depois prosseguido por Proudhon e Bakunine.

A Revolução Francesa de 1789, nesta luta, era a referência fundamental comum a todos os anarquistas. Era demonstração que o povo tinha a capacidade de derrubar regimes tirânicos e instaurar uma nova organização social. A imprensa anarquista ao longo do século XIX irá secundarizar os desvios, as traições e o terror que se seguiu à própria revolução, para a ligar a duas outras revoluções, como a de 1848 e 1871, como etapas que conduziram à plena concretização das três promessas inscritas no lema de 1789: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Kropotkine, na sua obra *A Grande Revolução: 1789-1793*, salientou nesta revolução não apenas um forte movimento popular, um modelo inspirador de revoluções futuras, mas também aquilo que a todo o custo havia que evitar: o centralismo e estatismo que acabaria por trair a própria revolução. As revoluções populares não raro eram aproveitadas para instalar tiranias em nome do povo (52). O anarquista tornou-se sinónimo do revolucionário defensor dos ideais da revolução de 1789 e dos que se opunham à ordem vigente.

A soberania popular, princípio básico da Democracia, definia o princípio da legitimidade do poder e das leis. Era apenas legítimo o governo e as leis que decorressem da vontade livremente expressa do povo. A Democracia Directa era a única forma de governo que o podia corporizar, expressa idealmente em decisões unânimes. Era a defendida pelos anarquistas (53), pois assentava no reconhecimento que todos estavam qualificados para a direcção dos assuntos comuns, assim como minimizava a concentração do poder através da sua ampla distribuição. Na Democracia Representativa, forma imperfeita da Democracia, as decisões seriam sempre tomadas por maiorias, o que implicava ignorar a vontade de minorias, sujeitando-as depois a aceitar o que discordavam. Fosse qual fosse a extensão do sufrágio, implicariam sempre a coação ou repressão de discordantes. Na primeira, os cidadãos manifestavam a sua liberdade e autonomia governando-se a si mesmos (governo do povo pelo povo), na segunda o poder era confiado a putativos representantes da vontade da maioria.

A monarquia constitucional que se estabeleceu em Portugal, negava quer o princípio da soberania popular quer o da democracia representativa. Significou a supremacia do Estado, o centralismo sobre os poderes locais e a autonomia dos municípios. O poder continuou entregue a uma pequena minoria. À esmagadora maioria dos indivíduos não lhes era reconhecida autonomia, capacidade e possibilidade de intervir politicamente, base da cidadania. O que imperava era a longa tradição do regime monárquico avesso a modelos democráticos, igualmente combatidos pela Igreja Católica.

A distribuição de poderes inscritos na Carta Constitucional de 1826, com as várias alterações vigorou até final da monarquia, anulava completamente os resultados eleitorais. A Carta determinava a existência de quatro poderes (legislativo, moderador, executivo e judicial). Ao rei pertenciam dois deles (executivo e moderador), o que lhe permitia nomear e demitir livremente os membros do governo, prorrogar ou adiar as Cortes Gerais, dissolver a Câmara de Deputados, convocar novas eleições sempre que o governo o entendesse. As Cortes eram constituídas por duas câmaras, a dos pares e a dos deputados que na prática eram facilmente manipuláveis. Se a Câmara de Deputados não agradasse ao governo, o rei dissolvia-a e convocava novas eleições. Entre 1851 e 1910, ocorreram 33 eleições gerais de deputados, e só 7 legislaturas foram completas. O poder executivo, controlado pelo rei, dominava o poder legislativo.

A democracia representativa era uma ficção. Apenas uma reduzida percentagem da população podia votar. A percentagem de recenseados em 1864 era rondava os 10% da população total, e no final da monarquia andava nos 11%. Se tivermos em conta que, por exemplo, em 1897 a abstenção foi de 63% ficamos com uma ideia participação eleitoral. As burlas e fraudes eram frequentes. Todo o sistema estava montado para afastar a população da intervenção na sociedade. Os partidos políticos que se formaram, como o Partido Progressista (1842-1851), o Partido Regenerador (1851), o Partido Histórico (1852) ou o Partido Progressista (em 1876 integrou o Partido Histórico), giravam em torno de proeminentes figuras e caciques locais, ligados negócios e à propriedade fundiária. A política estava de tal modo pessoalizada que estes partidos, nem sequer tinham um programa político, ou quando o tinham não o aplicavam quando eram governo. Um expediente que lhes facilitava os compromissos políticos e a troca de favores com os caciques, intermediários entre o poder central e local. Eram estes caciques que financiavam jornais e os centros partidários locais, intervinham na escolha dos candidatos a deputados por determinado círculo em troca de votos. As questões políticas reduziam-se na prática à discussão de interesses pessoais ou de grupos restritos no processo de acumulação oligárquico.

A evolução do sistema partidário, monopolista da "representação popular", gerou um corpo de profissionais da política e dela dependentes. A maioria revelou-se frequentemente alheia à própria legitimidade do poder que dispunham, motivando um crescente descrédito na própria democracia. Não primavam pela sua competência nos cargos que exercia, nem se mostravam particularmente dedicados e exemplares na sua sua conduta ao serviço do bem comum. A literatura do século XIX evidencia o descrédito como eram vistos. O regime monárquico que serviam, estava igualmente desacreditado. A única coisa que verdadeiramente confiavam era no sistema repressivo para assegurar a obediência dos cidadãos.

Apesar do nacionalismo que se procurava incutir, o espírito internacionalista persistiu, alimentado nomeadamente por organizações secretas, como as lojas maçónicas e os livre-pensadores, como José Liberato, no jornal *O Campeão Português*. O federalismo dos povos materializava esta aspiração cosmopolita.

A consciência que a soberania popular e a democracia representativa não passavam de ficções desligaram a população da monarquia constitucional. Contra estas ficções, como veremos, Proudhon irá defender uma forma de concretizar a verdadeira democracia, aquela em que o povo directamente exerce o poder, sem intermediários.

1848 – 1870: Federalismo e Mutualismo. Proudhon

“Ser governado é ser espiolhado, inspecionado, vigiado, dirigido, legislado, regulado, certificado, doutrinado, influenciado, controlado, tributado, pesado, censurado, ordenado, por homens que não têm nem direito nem conhecimento, nem virtude para o fazer. Ser governado significa ser, em cada operação, em cada transacção, em cada movimento, anotado, registado, patenteado, licenciado, autorizado, endossado, admoestado, impedido, reformado, indeferido, detido. É ser, sob pretexto geral, taxado, manobrado, preso como refém, explorado, monopolizado, exortado, enganado, roubado, depois, à menor resistência, a menor palavra de queixa, reprimido, multado, abusado, molestado, seguido, intimidado, batido, desarmado, garrotado, preso, metralhado, julgado, condenado, deportado, esfolado, vendido, traído e, finalmente, escarnecido, ridicularizado, insultado, desonrado. É isto o governo, é esta a sua justiça, é esta a sua moral!”. Pierre-Joseph Proudhon, in *A Ideia Geral da Revolução no Século XIX*.

Difusão das Ideias Proudhon

As ideias de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) (1) surgem em Portugal a partir de 1849, após um período de grande conflitualidade social. Em 1842 a Carta Constitucional de 1826 foi restaurada, dando-se início a um processo de centralismo estatal, concentração da riqueza que beneficia a alta burguesia financeira e de proprietários, através de movimentos especulativos. Sucederam-se reações populares e eclodiu uma guerra civil (Maio de 1846 a Junho de 1847), marcada por uma humilhante intervenção da armada inglesa e tropas espanholas (Patuleia).

Nesta altura a Europa era varrida por revoluções democráticas e de libertação nacional. A monarquia francesa era acusada de se colocar ao lado das forças que combatiam estes movimentos, nomeadamente na Polónia, Suíça, Itália, Espanha ou Portugal. Foram recebidas com grande entusiasmo as notícias da Revolução de Paris, que em Fevereiro de 1848 derrubou a monarquia de Luís Filipe e instaurou a II^a. república (2), tendo o operariado assumido um papel determinante nos acontecimentos. Em Lisboa ocorreram manifestações de apoio. Em Coimbra formou-se a Carbonária Académica com o objectivo de libertar também o país da tirania (3). Esta revolução simbolizava para muitos o retomar dos princípios da revolução de 1793 - Liberdade, Fraternidade e Igualdade.

Nos meios mais avançados, logo em 1848 multiplicaram-se as publicações que defendem os valores de 1793, no quadro de um cristianismo laico, tendo como horizonte uma futura república universal e a soberania do povo, de são exemplos jornais como *O Século* (3.1), *A Alvorada*, *É Tarde*, *O Regenerador*, *O Republicano*, *A Fraternidade* ou *A República*. Custódio José Vieira (1822-1879), por exemplo, no seu opúsculo “*Um, Alguns e Todos ou a História de um Absurdo*” (1848) numa visão escatológica da civilização, indica que o seu termo será uma república universal (“Todos”). As obras de Lamartine sobre a Revolução de 1848 divulgaram em uma visão muito crítica de alguns dos protagonistas, como os saintsimonistas, fourieristas, Louis Blanc ou Proudhon (3.2). No Brasil as novas ideias serão abordadas à luz da providência divina, em 1852, na versão do “socialismo” de José Inácio Abreu e Lima (3.3).

Em Paris portugueses e espanhóis fundam o Clube Democrático Ibérico, e organizam uma manifestação de apoio ao novo governo e à república que percorreram as avenidas de Paris até ao Hotel de Ville. Uma situação que alarmou os governos monárquicos de ambos os países que não tardaram a desencadear uma vasta ação repressiva. A Idêntica situação política e social despertou, como veremos, o primeiro movimento federalista ibérico.

Sousa Brandão foi um dos portugueses que participou na revolução de 1848, onde terá contactado com as ideias de Proudhon (4), mas de outros anarquistas como Anselmo Bellegarrigue. Na rescaldo da revolução, e após regressar a Portugal, em Novembro de 1849 no jornal *Revolução de Setembro* começou a divulgar as ideias de Proudhon (5). No ano seguinte com António Pedro Lopes de Mendonça fundou em Lisboa o primeiro jornal socialista: *Eco dos Operários* (1850-1851), a que se juntou depois o tipógrafo Francisco Vieira da Silva Júnior. O objectivo do jornal era promover o associativismo dos operários para a construção de uma nova sociedade.

O ideário anarquista desenvolvido por Proudhon foi sendo exposto e adaptado por Sousa Brandão à realidade portuguesa. A anarquia pressupunha uma organização política federalista, não hierárquica. A dignidade do trabalho estaria no centro da organização social que devia ser estruturada de modo a propiciar aos trabalhadores o acesso à propriedade dos meios de produção e aos frutos do próprio trabalho. O associativismo seria a expressão da fraternidade e força dos operários. A educação seria chamada a desempenhar uma importante função na socialização, formação moral e capacitação profissional dos trabalhadores, contribuindo para a sua libertação social. Apelava-se de forma contundente à revolta social contra o capitalismo e a exploração dos trabalhadores.

Sousa Brandão declara-se anarquista, seguidor e estudioso de Proudhon. No seu longo artigo "Auctoridade e Anarchia" (*Eco*, 16, 15/08/1850) a identificação com as suas ideias acarretou-lhe a acusação de plágio do jornal *Voix du Peuple* de Proudhon (*Eco*, 19/09/1850). Na polémica que então se abre continuou argumentar com base em Proudhon, revelando que andava a estudar uma das suas obras: *Sistema de Contradições* (*Eco*, 22, 26/09/1850). Sousa Brandão não se ficou por considerações gerais estabeleceu um vasto plano de organização de Portugal segundo a "Anarchia, isto é, o pleno triunfo da soberania popular", começando pela base a "administração de uma freguesia" (*Eco*, nº33, 14/12/1850 a nº41, 1/03/1851). Uma transformação social que deveria ser alcançada num movimento à margem do Estado e contra o Estado. A freguesia, esclareceu depois, correspondia à comuna na sua concepção anarquista.

Lopes de Mendonça (6), adoptou um claro estilo proudhoniano na denúncia do capitalismo. Definiu assim o socialismo: " Um meio de melhorar as condições de trabalho, e de distribuir a riqueza segundo as leis da Justiça, e como um princípio de organização e desenvolvimento para a indústria. Não se trata só de emancipar as classes laboriosas, mas de engrandecer e fecundar o trabalho, de aumentar a quantidade de produção e da riqueza, de prevenir a tirania do capital, pela facilidade do crédito, e pelo espírito de Associação." (*Eco*, nº2, 7/05/1850). Em situações limite de miséria social aceitou a colectivização da propriedade, preferindo todavia a gratuidade do crédito para o acesso à propriedade e aos meios de produção pelos trabalhadores. Como Proudhon recusava encarar a sociedade futura como um sistema fechado (*Eco*, 21, 19/09/1850), definida previamente a "regra e esquadro" por um qualquer "génio". A sua defesa da liberdade, estava assente numa visão cosmopolita do país. Considerava o municipalismo uma forma fechada de organização social. O que Portugal necessitava era de caminhos de ferro e estradas que o ligassem à Europa, obras que careciam de uma forte intervenção do Estado. Uma ideia que está bem presente na polémica que manteve, em 1853, com Alexandre Herculano.

Lopes de Mendonça e Sousa Brandão para darem corpo a estas ideias criaram a Associação dos Operários (1850) que pretendia reunir todas as pessoas de qualquer arte ou ofício. Assumia-se como defensora do Direito ao Trabalho, propunha um banco

operário para transações e ou a criação de novas indústrias, conservatórios (instrução profissional) , bibliotecas, museus, etc. O ambicioso projecto não tardou a ser proibido, mas não tardaram também a criar outras associações similares.

Numa linha de oposição do trabalho contra o capital, o *Eco dos Operários* promovia uma "emancipação anárquica de todas as classes operárias" (*Revolução de Setembro*, nº. 2585). Em Fevereiro de 1851, por exemplo, saúda a ocupação e gestão pelos trabalhadores da Fabrica do Bicalho no Porto (*Eco*, 40, 22/02/1851), apelando que os trabalhadores tivessem em conta os ensinamentos da Revolução em Paris de 1848.

A censura não tardou a actuar. O Governo de Costa Cabral (1842-1851), feroz perseguidor dos "anarchistas" exonerou Sousa Brandão das suas funções no Estado (7/03/1850). Não foi caso único. O engenheiro Gromicho Couceiro quando regressou de França, o governador civil de Lisboa recomendou que o mesmo fosse confinado a uma praça de guerra para poder ser vigiado, sob o argumento que "os anarchistas tramão eficazmente contra a ordem estabelecida" (7).

No Porto após o arranque da industrialização na década de quarenta, assistiu-se entre 1852 e 1856 à criação de várias associações mutualistas (tipógrafos, tecelões, alfaiates, sapateiros, etc), mas também ao aparecimento de uma renovada imprensa operária: A *Esmeralda* (1850) por iniciativa de Marcelino de Matos e onde colaborou entre outros Custódio José Vieira; *Jornal dos Operários* (1852) e a *Voz do Operário* (1853-1873). A linguagem é de denúncia da miséria em que viviam os operários, as medidas preconizadas eram conciliatórias.

Em Lisboa surgiu uma nova e importante organização promotora do associativismo operário e das ideias socialistas: o Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas - CPMCL (1852-1873) (8). Os seus estatutos foram elaborados por Sousa Brandão, a presidência até 1863 foi confiada ao liberal António Rodrigues Sampaio, e na ficou vice-presidência Francisco Vieira da Silva Junior. Em 1854 afirmavam ter 2.114 associados em torno de 17 associações de Lisboa, Porto e Coimbra. O *Jornal do CPMCL* (12/02/1853-1/07/1854) embora assumindo uma posição interclassista procurava passar a ideia que as novas associações que estavam a ser formadas, eram muito diferentes das irmandades. O Centro associava operários e patrões, não questionava a propriedade privada ou o regime, mantinha boas relações com o governo e o parlamento. Um dos pontos altos da sua atividade foi a realização, em 1865, do Congresso Social onde estiveram presentes 71 associações. A partir de 1870, como veremos, entrou no Centro uma nova geração que abriram uma rotura com a sua orientação reformista.

Proudhon nas Cortes Liberais

As ideias anarquistas foram-se disseminando na sociedade portuguesa. Proudhon depois de 1848 torna-se numa referência no debate político (8.1). Aterroriza a França (Câmara dos Deputados, 24/03/1851,p.264), ataca a propriedade (idem, 17/07/1852, p.247). Tornam-se frequentes as referências aos perigos que a leitura dos seus folhetos provocavam (9). Na Câmara dos Pares, por exemplo, em a 9 de Abril de 1855 um Par afirmava " de que em certos quartéis se liam tais folhetos de Proudhon, e (...) além de incendiários, e que excitam à desobediência e à insubordinação para serem lidos nos quartéis aonde não deveriam ser permitidos semelhantes e tão perigosas leituras" (10).

Proudhon a partir da década de sessenta foi encontrando nos debates nas cortes quem nele se apoiasse, nomeadamente sobre temas como a propriedade, os impostos, a

revolução social entre outros. Assistiu-se inclusive, uma diferenciação entre Proudhon e os anarquistas nas Cortes. O governo, e em particular a Câmara dos Pares continuou a identificar até aos anos oitenta, de anarquistas toda a Oposição. Os anarquistas eram os que colocavam em causa a justiça, a legislação emanada das cortes, defendiam a soberania popular e o regresso à constituição de 1822 ou a reforma da Carta Constitucional, o fim da câmara dos pares e esvaziar os poderes do rei. Bakunine foi ignorado nos debates nas Cortes. No princípio dos anos oitenta, como veremos, desaparece os anarquistas sinónimo de opositores ao governo, e passa a debater-se já os perigos dos anarquistas ou anarquistas demolidores da ordem social, os bombistas. Não era fácil citar Proudhon na década de cinquenta ainda que as suas ideias fossem seguidas. Proudhon era um perigoso demolidor das ideias que sustentam a sociedade burguesa, capitalista. Atacava os seus fundamentos na Justiça, Democracia Representativa, Economia, Religião, Moral, Educação ou na Arte. Os ataques de Proudhon à propriedade (*O Que é a Propriedade ?*, ou *Investigações sobre o Princípio do Direito e do Governo*, 1840) horrorizavam a burguesia tanto em França como em Portugal, onde a propriedade era apresentada como um direito absoluto e sagrado, base da ordem e da prosperidade capitalista. Na última obra anuncia uma teoria do valor, do salário e da apropriação capitalista. O capitalismo apropria-se da força colectiva: a riqueza criada pelo trabalho organizado colectivamente. A colectividade é roubada dos trabalhos produzidos. Os operários explorados são despossosados dos valores que produzem e que são acumulados pelos capitalistas. Neste sentido só existe ordem social se a igualdade estiver garantida. A propriedade é portanto um roubo, geradora de desigualdades, privilégios, conflitos sociais, minando a sociabilidade.

Contrariamente à visão do tempo, afirmava todavia que o desenvolvimento histórico não continha em si mesmo a necessidade da revolução social. Embora o sistema de propriedade conduzisse para a destruição social, não era todavia impossível que o mesmo gerasse uma renovada forma de despotismo. A anarquia tinha que resultar de práticas e formas políticas novas que não fossem a continuação das anteriores. Devia acabar com as injustiças, o poder de uns sobre outros, o que só seria possível se os oprimidos, os excluídos se emancipassem, criando formas organizativas alternativas sobre bases livres e igualitárias (autogestão).

Apesar de apenas uma obra de Proudhon ter sido editada em Portugal até 1971 - *Do Princípio da Federação* (Lisboa, 1874) , a sua influência foi enorme na cultura portuguesa no século XIX. Os seus leitores e comentadores liam-no noutras línguas. As suas ideias inspiraram importantes combates, nomeadamente quanto à organização federativa do país.

“Estado Anarquista”

Proudhon negava a necessidade de muitas instituições que formam o Estado, não o Estado. Opõe-se firmemente à existência das que garantem e reproduzem o poder de uns sobre outros (privilégios, injustiças, acumulação da propriedade). A sua principal preocupação política era como descentralizar o mais possível as instituições sociais e o poder dos grupos sociais de modo a evitar a concentração e monopolização do poder, garantindo a cada indivíduo a máxima liberdade e igualdade na capacidade de decisão sobre o colectivo. É neste sentido que ataca a Democracia Representativa defendendo a Democracia Directa.

Proudhon denunciava o capitalismo, como o modelo económico que assenta na acumulação da propriedade e na concentração do poder político. A mesma crítica aplicava

ao comunismo de Karl Marx que levava à sua máxima expressão a concentração do poder e da propriedade. Apelou à revolta contra a autoridade (poderes centralizados) e à constituição de novas formas de governo. Foi um tarefa árdua que Proudhon a partir de 1840 se empenhou até ao fim da vida. A instauração de uma ditadura, como a do proletariado, resumia-se a conquistar o poder político e emanar um conjunto de decretos cuja aplicação seria garantida pela força concentrada no Estado. O mesmo não se passava quanto à criação de um organização social libertária. Defensor intransigente da liberdade opõem-se a todo o tipo de autoridade humana ou divina. A completa liberdade implica uma organização social à margem do Estado. Havia que estabelecer novos princípios e novos modelos de organização social.

a) **Federalismo**. O conceito de federalismo, base de toda a filosofia política de Proudhon, assentava num contrato livremente estabelecido entre indivíduos iguais e onde não existissem sanções. Uma organização social federalista seria constituída por uma infinidade de organizações (profissionais, locais, regionais, internacionais, etc) federadas segundo o mesmo princípio. O federalismo deveria ser expansivo. Proudhon advertia que sem este movimento federalista expansivo a energia revolucionária estava condenada a estiolar. O exemplo da Comuna de Paris, em 1871, confirmou as suas palavras.

Numa perspetiva revolucionária deu particular importância ao associativismo operário (resistência, produção, crédito, socorro e consumo) e à organização local (comunas, municípios).

O município autónomo, assente num contrato livremente negociado pelos cidadãos, sob o seu controlo e gestão era a base da organização social que propunha. Era um espaço de liberdade e do exercício pleno de cidadania. A federação de municípios estrutura ideal para a organização de um país e a melhor forma de evitar o centralismo, a tirania. A descentralização administrativa do Estado, embora positiva, seria sempre insuficiente e ilusória porque mantinha as hierarquias sociais. Para Proudhon e todos os anarquistas, o federalismo não se esgotava no municipalismo, era entendido como a consagração de uma revolução social quotidiana que acabaria com as tiranias, hierarquias sociais, superstições religiosas e a exploração do homem pelo homem. As questões sociais quotidianas tinham prioridade sobre a luta eleitoral, daí a sua posição abstencionista.

Esta ideia de federalismo foi politicamente inspiradora no contexto português. O estado liberal criado a partir de 1834 procurava acabar com os focos de regionalismo impondo-se uma burocracia centralista e única no país, administrada a partir de Lisboa. Foi contra este modelo centralista que pugnou Alexandre Herculano, identificando-o com a tirania e a perda da identidade cultural do país (11). O centralismo prosseguido na Ditadura cabralista (1842-1846) conduziu o país para uma nova guerra civil (1846-1847). Os municípios e freguesias quando não foram suprimidos foram esvaziados de poder, as liberdades restringidas e instaurada uma oligarquia financeira. Como se tudo isto não bastasse, em apuros a Ditadura solicitou em seu apoio a intervenção de forças militares estrangeiras (Inglaterra e Espanha) para combater os revoltosos, numa atitude de manifesta impotência. A difusão das ideias de Proudhon a partir de 1848 permitiram dar uma nova perspectiva política a estas lutas.

Henriques Nogueira (1825-1858), em 1851 publicou *Estudos Sobre a Reforma de Portugal*, uma obra a que não foram alheias as ideias anarquistas de Sousa Brandão no *Eco dos Operários*. Trata-se todavia de um vasto programa político republicano que tinha por objectivo reformar o Estado a partir de dentro, acabando com o centralismo e estabelecendo uma federação de municípios. Advogava a universalização do

associativismo, especialmente de raiz local, para assegurar finalidades assistenciais e educativas.

O seu ideal federalista, como em Proudhon, era igualmente expansivo (12). Henriques Nogueira defendia a federação de todos povos do mundo, um movimento que começaria por uma federação dos povos ibéricos, ainda que tal fosse necessário desagregar a Espanha em vários estados. O "iberismo" foi seguramente influenciado pelos movimentos de unificação na Itália e na Alemanha (13). Em 1854 foram publicados em Portugal e Espanha dois esboços de para a Constituição da República Federal Ibérica (14).

O federalismo permitiria articular as multiplicidade das comunidades locais num ordenamento político que preservaria a identidade de cada comunidade. Eram ideias que tinham eco um pouco por todo o país, despertando uma natural nostalgia pelos antigos concelhos que foram sendo extintos pelo liberalismo. As ideias municipalistas acabaram por ser identificadas com o ideário republicano e o centralismo com a monarquia.

Em 1868 ocorreu na Península ibérica um acontecimento de enorme magnitude que relançou as ideias federalistas. Em Espanha, Isabel II foi destronada seguindo-se um período de enorme agitação política que culminará numa efémera República (Fev.1873-Dez.1874). Os reflexos destes acontecimentos foram imediatos em Portugal. O conceito de federalista sistematizado por Proudhon na sua *Do Princípio Federalista* (1863) foi rapidamente apropriado por uma corrente radical republicana que irrompeu neste ano e que se prolongou até à implantação da República.

Antero de Quental publicou o folheto - *Portugal perante a Revolução em Espanha. Considerações sobre o Futuro da Política Portuguesa no Ponto de Vista da Democracia Ibérica*, onde concluiu que a revolução espanhola partia dos mesmos problemas que Portugal enfrentava e que só tinham solução numa "republica federal" peninsular, o que o levou a negar o nacionalismo (15). O ideal político de Espanha seria o mesmo de Portugal: a democracia e o federalismo. "A democracia é a queda do reinado burguês, e a *federação*, o renascimento da vida local e a ruína da unidade centralizadora" (*Prosas II*, p.47-82).

Oliveira Martins (1845-1894) encontrou no federalismo proudhoniano a harmonia entre o princípio da autoridade e o da liberdade, publicando um conjunto de textos onde procura adaptar o princípio federalista à realidade portuguesa (16). É neste contexto que edita o romance histórico *Phoebus Moniz* (1867) onde opõe à união ibérica dos monárquicos a federação peninsular. No capítulo XI, ataca a autoridade, a teocracia cristã, o direito divino dos reis, e tudo o que provocava a pobreza, ignorância, o crime, as desigualdades, a existência de exploradores e explorados, etc. No meio de um palavreado plagiado de Proudhon advogava como solução milagrosa uma República Federal.

A imprensa republicana federalista adaptou os conceitos proudhonianos ao contexto português. Em 1869 iniciava a publicação do jornal *República Federal dos Estados Portugueses*. Após a sua proibição, reaparece em Abril de 1870 com o título de *República Federal*, estando já articulado com o republicanismo federalista em Espanha, liderado por Emilio Caster e Francisco Pi y Margall. Neste ano surge em Coimbra, *O Trabalho*, juntando federalistas de ambos os países, defendendo uma federação ibérica. Nesta corrente surgiu também em 1870 o jornal *A Republica- Jornal da Democracia Portuguesa*. *O Rebate* (1873-1874) dirigido por Carrilho Videira foi outro importante jornal desta corrente, no qual colaboraram Eduardo Maia, Teófilo de Braga, Silva Pinto, Sérgio Castro, Francisco Cordova y Lopez (espanhol, aliancista, republicano federalista) e outros no qual

se defendeu um programa federalista idêntico ao proposto em 1850 por Sousa Brandão, embora com perspectivas diversas sobre o abstencionismo (17). Em 1874 os defensores de ideias republicanas passaram a ser perseguidos e presos, sob o mais diversos pretextos.

Três outros republicanos federalistas devem ser mencionados: Felizardo de Lima (1839-1905) com uma grande ligação ao movimento operário. Era defensor de uma transformação violenta da sociedade.

Augusto Manuel Alves da Veiga (1850-1924) na sua obra *Estudos de Filosofia Política* (1872), defendeu a abolição do Estado, substituindo-o por uma organização administrativa baseada na federação de municípios. Foi o grande obreiro do republicanismo federal no Porto e chefe dos civis na insurreição republicana do 31 de Janeiro de 1891 (18). Após a implantação da República, em 1911, publicou *A Política Nova: Ideias para a Reorganização da Nacionalidade Portuguesa*, mas nesta altura os republicanos já tinham esquecido tudo aquilo que haviam apregoado durante décadas. **Francisco José Teixeira Bastos** (1856-1901) foi outros dos republicanos federalistas influenciado pelas ideias de Proudhon. Na sua obra *Catecismo Republicano Para Uso do Povo* (1880), em colaboração com Carrilho Videira, mas sobretudo no *Projecto de Um Programa Federalista Radical para o Partido Republicano* (1886), chegou de forma contraditória, a defender o fim da exploração capitalista.

No final dos anos sessenta, fruto destas associações, a República passou a ser associada ao federalismo, municipalismo, socialismo e revolução, em oposição frontal contra o regime monárquico (18.1).

b) **Associativismo**. O regime liberal implantado em 1820 defendeu a libertação dos trabalhadores das antigas corporações profissionais, mas não deixou de negar aos mesmos o direito de associação (19). Queria-os livres para trabalhar e submissos na sociedade.

Proudhon tinha a clara noção do carácter revolucionário do associativismo e das dificuldades de o realizar. Neste sentido, empenhou-se na construção de um programa emancipatório dos operários, articulado com a necessidade de dar resposta aos problemas imediatos da sua própria sobrevivência quotidiana (mutualismo). O associativismo operário era o primeiro passo a empreender, sem a sua união nada seria possível. A sua revolução social proudhoniana era pacífica e gradual.

O liberalismo, a industrialização e a urbanização, como temos referido, alteraram os modos de sociabilidade e as formas de associação tradicionais desligando-as da religião (20), embora com variações de país para país. Malgrado todos os constrangimentos o crescimento do associativismo foi constante e acompanhou as diferentes fases de transformação social. Um fenómeno que preocupou o poder político pelo impacto que poderia assumir esta dinâmica. O seu grande receio não estava na proliferação de associações comerciais, associações filantrópicas, recreativas e de instrução, filarmónicas ou outras similares, mas na constituição de associações profissionais. A união dos trabalhadores era geradora de potenciais focos que podiam perturbar a sua exploração. O anarquismo, neste contexto, era uma ameaça, enquanto corrente política de natureza urbana que emergiu ligado à crítica das condições de trabalho que se impôs com a industrialização.

Portugal ao longo de todo o século XX continuou a ser caracterizado pelo predomínio da ruralidade e uma mentalidade que lhe está associada. Fora de Lisboa e Porto era difícil falar de vida urbana. Apesar deste “atraso” na urbanização e industrialização o desenvolvimento das associações foi-se fazendo, conhecendo um importante incremento nas décadas de 1830 e 1840. Depois da destruição das “corporações de ofício” a 7 de Maio de 1834, proclamada a liberdade de trabalho, foi-se assistindo à lenta criação de associações que foram substituindo num novo contexto social as antigas irmandades e corporações. A primeira associação de tipo novo foi a Sociedade de Artistas Lisbonenses (1838). O ideário cristão de Lamennais ou Saint-Simon predominou entre 1836 e 1852, depois desta data só o segundo resiste algum tempo (21).

A industrialização que despontou a partir de 1851 ligada à "Regeneração" era incipiente. Os capitalistas portugueses estavam mais interessados na especulação financeira e comercial do que na indústria. Assistiu-se todavia a uma forte concentração da propriedade e implantação de algumas fábricas que foram esmagando as pequenas oficinas. O saque e a venda dos bens da Igreja Católica continuaram a alimentar o processo de acumulação capitalista. Apesar deste panorama industrial a dimensão dos problemas sociais avoluma-se impondo-se a necessidade de maior protecção (socorro) e instrução dos operários. Os que fugiam dos campos para as zonas urbanas ficavam entregues à sua sorte, sem nenhuma protecção. Numa população que em 1854 atingia os 3,923 milhões, a elevadíssima mortalidade que se registava traduzia as condições de indigência em que vivia grande parte da população.

As décadas de 50 e 60, em que a influência de Proudhon já se fazia sentir foi marcada pela criação do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas (1852) e de associações mutualistas.

O crescimento do associativismo que então se regista, levou o governo a introduzir novos mecanismos de controlo, proibindo que sem a sua autorização prévia se pudessem organizar assembleias com mais de vinte pessoas para tratar de assuntos políticos, religiosos, literários ou quaisquer outros (Código Civil de 1852, no seu artigo 282º).

Internacionalização do associativismo operário. A fundação em 1864 da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) em Londres que irá ter profundas repercussões no movimento operário. Na sua origem esteve uma visita a Londres, em 1862, de um grupo de operários franceses enviados por Napoleão III para participarem na Exposição Internacional. Constataram não que os seus colegas ingleses usufruíam melhores condições de vida, mas também a ação das Trade-Unions. Estes contactos evoluíram para a criação de uma organização internacional de associações operárias. A AIT era constituída por uma heterogeneidade de correntes ideológicas, nomeadamente proudhonianas.

Estes acontecimentos que eram naturalmente acompanhados em Portugal. Um deles deve ser referido: Bakunine quando viveu e lutou em Itália, entre 1864 e 1867, fundou uma sociedade secreta a *Fraternidade Internacional Revolucionária* (1865). De 1867 a 1869 residiu em Genebra, onde em fundou em Outubro de 1868 a *Aliança Democrática Socialista* que reuniu um grupo de exilados polacos, franceses, italianos e de outros países. Neste ano adere à AIT. Dois dos principais objectivos da Aliança eram o de difundir a AIT e impulsionar a revolução social internacional. No Outono de 1868 foi enviado para Espanha Guiseppe Fanelli (1828-1877) para ali criar uma secção da AIT e outra da Aliança. Foram as mesmas constituídas em Madrid e depois em Barcelona (1870). No ano seguinte foi enviada uma missão a Lisboa com idênticos propósitos.

Embora a influência de Proudhon continuasse a predominar, não era possível passar à margem deste movimento internacional e dos seus novos protagonistas.

c) **Mutualismo**. Foi num contexto de ausência de respostas do liberalismo às condições miseráveis de vida dos trabalhadores que se difundiu nos meios avançados o mutualismo de Proudhon. Como escreveu, a palavra mutualidade tinha como sinónimo recíproco, reciprocidade, vinha do latim *mutuum* que significa empréstimo, em sentido lato troca. Era este o princípio em que assentavam as instituições mutualistas (*Da capacidade Política da Classe Operária* (1865)). Este princípio anulava não só a autoridade, mas também o individualismo estéril. A associação segundo o mutualismo é um sistema de forças livres, onde os direitos e obrigações são iguais, e se compensam livre e mutuamente. Estas comunidades mutualistas organizam-se federativamente de modo a criar um sistema político mais vasto, eliminando toda a autoridade, o domínio de uns sobre outros.

O mutualismo de Proudhon, como modelo social e económico alternativo ao capitalismo, desenvolve-se em três direcções distintas: socorro, crédito, consumo e produção.

- Socorro. Proudhon concebe estas associações operárias como manifestações de uma postura ativa e de entre-ajuda de seres livres e autónomos em pé de igualdade, respondendo aos infortúnios da vida. Uma vez federadas poderiam constituir a base de uma organização social mais vasta.

Em Portugal, as associações mutualistas resultavam da evolução natural das antigas confrarias e irmandade adaptadas a uma sociedade liberal e secular. Entre as suas funções estavam a assistência na doença, desemprego, alimentação, invalidez, na velhice, socorro a orfãos e viúvos, empréstimos, distribuição de refeições, assistência farmacêutica, aperfeiçoamento profissional, assistência. A partir de 1848 registou-se um crescimento extraordinário destas organizações. Em 1871 contavam-se 225 associações abrangendo mais de 67 mil membros. Era uma forma de solidariedade operária que rapidamente foi apadrinhada pelos governos e o patronato. Na maioria destas associações mutualistas a discussão de ideias políticas estava ausente, também não manifestavam tendência para se federarem. A maioria acabou por desaparecer devido à concorrência que entre si exerciam e aos benefícios que disponibilizavam sem receitas suficientes para o fazerem. O princípio da reciprocidade era difícil de ser assimilado, numa sociedade onde predominava uma persistente mentalidade caritativa.

As ideias de Proudhon, pela ampla difusão que tiveram em Portugal, influenciaram certamente os elementos mais ativos deste movimento mutualista.

Fruto da pressão que exerciam sobre o governo, em 1863 foram publicadas as primeiras leis de protecção e salvaguarda dos trabalhadores. A 21 de Outubro era publicada a lei de 5 de Julho que regulamentava as condições de salubridade dos locais de trabalho, seguindo-se lutas infundáveis para serem aplicadas.

O desenvolvimento do mutualismo, como veremos, deu origem às chamadas Caixas de Previdência a base do sistema de Segurança Social em Portugal.

- Crédito. Era um instrumento fundamental para assegurar, no seio de uma sociedade capitalista, o desenvolvimento das organizações operárias. As mesmas representavam todavia dois perigos reais para a revolução: os juros e os rendimentos que os associados pudessem auferir que não decorressem do seu trabalho. Uma situação que poderia

recompor as relações capitalistas em organizações que as pretendiam eliminar. Neste sentido Proudhon advogou a criação de um Banco de Câmbios, o célebre **Banco do Povo**, para atribuição de crédito gratuito que permitiria, por exemplo, que os trabalhadores rurais pudessem adquirir terras de proprietários ociosos.

Em Portugal, as "caixas económicas" surgiram a partir de 1844, sendo a primeira a Caixa Económica de Lisboa. Sob a aparência filantrópica destinaram-se na realidade a suprir as dificuldades de crédito por parte de capitalistas. Só quando o movimento operário se estruturou na década de setenta é que começaram a surgir Caixas Económicas, cuja ação se estendia para além do crédito aos trabalhadores, abrangendo apoios no domínio cultural (instrução) e cooperativo (22).

- Consumo-Produção. Proudhon na sua obra *Solution du Problème Social* (1848) advogava a criação de duas instituições: o Sindicato Geral da Produção e o Sindicato Geral do Consumo que completavam as finalidades do Banco do Povo. Admitia a produção colectiva na Indústria e preferia o trabalho individual na agricultura. É notória influência das ideias de Proudhon nas cooperativas de consumo e produção.

A primeira cooperativa de produção foi Associação Fraternal dos Fabricantes de Tecidos e Artes Correlativas, criada em 1858 durou mais de vinte anos. A Industrial Social criada em 1873, composta por pessoal grevista da Companhia Perseverança, foi um notável exemplo de solidariedade e longevidade. Para o capital inicial contribuíram mais de 75 associações da classe da Fraternidade Operária, mas também figuras como Sousa Brandão, tendo durado mais de meio século. Algumas destas cooperativas foram criadas pelos operários após despedimentos colectivos ou em situações de grande precariedade laboral. No Porto destacou-se, entre outras, a Cooperativa de Tecidos de Algodão, criada em 1876 cuja existência se prolongou até 1898.

Foi na Companhia de Lanifícios da Arrentela que surgiu em 1862 a primeira cooperativa de consumo. Muitas outras se lhe seguiram. José Fontana (23), à semelhança de outros revolucionários, encaravam estas organizações criadas à margem do Estado como os embriões de uma futura sociedade. Não deixavam todavia de as criticarem quando apenas tinham como objectivo o lucro.

O remédio liberal para a miséria que polulava pelas cidades revelou-se um fracasso. Alexandre Herculano, defensor do liberalismo económico, embora algumas das suas ideias o aproximem de Proudhon, como as Caixas Económicas ou a distribuição da propriedade rural através da enfiteuse (emprazamento, foros, etc.), revela uma limitada compreensão da natureza do capitalismo. Proudhon viu com clareza que as contradições do capitalismo conduziam a uma concentração da propriedade, uma contradição entre o patronato e os trabalhadores que não podia ser resolvida pela consciência individual que acabaria esquecida na livre e indefinida concorrência económica, ideal do liberalismo (24). Defendeu por isso a auto-organização dos trabalhadores, como expressão embrionária de uma futura organização social. Os revolucionários portugueses, tendo em conta as condições concretas do país, não procuraram romper com a ordem vigente. Não se lançaram de denunciar a "escravidão moderna" que ocorria nas fábricas, a destruição das indústrias artesanais e a concentração da propriedade. Procuraram sobretudo de forma pacífica promover a criação de associações de apoio mútuo cujo objectivo era minorar os problemas económicos e sociais dos trabalhadores.

As greves foram muito raras até 1872, e quando ocorreram foram frequentemente reprimidas pela polícia. Não estamos ainda perante de associações operárias de

resistência, mas formas associativas diversas dos trabalhadores que aceitavam uma conciliação com o patronato.

Apesar dos fracos resultados alcançados pelos operários no campo económico, como referiu Campos Lima, dois importantíssimos objectivos tinham sido atingidos na sociedade portuguesa: a aspiração a uma “sociedade nova” no sentido da libertação social passou a ser assumida por todos os que sofrem, e a “questão social” passou a ser domínio de todos. “Alastrou-se pela oficina, mereceu a atenção dos governos, penetrou na imprensa, e passou triunfalmente à arte; isto é, levantou as greves, provocou a legislação operária, tornou-se o assunto mais palpitante dos jornais, e no romance e no teatro gritou o protesto e a injustiça ante a nervosidade inflamada das multidões” (25).

Impôs-se também a ideia da necessidade da formação cultural dos operários, sem a qual nenhuma transformação social era possível. Havia que despertar uma consciência social, capacitá-los para gerirem uma “sociedade nova”. Godwin, como vimos, inscreveu a educação nas prioridades da revolução. Proudhon apontou-a como uma necessidade para a emancipação dos operários. Bakunine defenderá uma educação integral. A educação tornou-se central na ação anarquista. A alfabetização, a cultural geral, a divulgação de conhecimentos técnicos e científicos, novos hábitos de sociabilidade e ou a recreação através do teatro, jogos, desporto ou da música (filarmónicas) passaram a ser meios privilegiados desta ação. A anarquia exigia tempo e persistência. Uma ideia que rapidamente foi abraçada por organizações mutualistas. Sinal desta preocupação, a partir da década de sessenta multiplicaram as peças sobre o operário e a sua condição social (26). Outra das preocupações foi com os aprendizes e a forma degradante como eram tratados nas oficinas.

Filosofia

As ideias de Proudhon geraram no meio académico português múltiplas aproximações e rejeições. Uma das suas ideias centrais, desenvolvida na obra *Filosofia da Miséria ou Sistema das Contradições Económicas* (1846) era a existência de uma Justiça universal em nome da qual é inadmissível o domínio de uns sobre outros, ou de uma sociedade sobre outra. As contradições que em Hegel se resolviam através de uma síntese, nele mantém-se numa permanente tensão, contradição (antinomias), procurando novos equilíbrios. Proudhon não acreditava em sociedades perfeitas, mas em sociedades em constante renovação, onde a independência e liberdade individuais deviam ser valores permanentes.

Herculano, por exemplo, aproxima-se de Proudhon na rejeição da tríada hegeliana e a noção de justiça, mas com ressalvas. Proudhon negava a transcendência da Justiça, Herculano admitiu-a (27). É também obrigado a reflectir sobre a legitimidade da propriedade. Escritores insuspeitos de ideias libertárias como Filiciano de Castilho não deixaram de se apoiar em Proudhon quando abordam esta questão (28).

No Porto, em 1852 publica-se na *A Península* (1852-1853), o primeiro estudo de uma obra de Proudhon: *Análise das "Contradições Económicas" de Proudhon* (29) da autoria de Pedro Amorin Viana (30). Procura compreender as bases filosóficas em que assentava o pensamento de Proudhon. Em 1853 José Júlio de Oliveira Pinto, em Coimbra, nas páginas da revista *O Instituto* publica "Proudhon e a Economia Política"(31) e no ano seguinte João da Silva Ferrão de Carvalho Mártens a obra "Proudhon, as Leis Económicas e a Propriedade". Refira-se ainda, neste domínio, o importante trabalho de J.J.de Oliveira Vale - *Proudhon e o Imposto* (1866).

Entre 1858 e 1873 Proudhon começou a ser ensinado pelo lente Joaquim Maria Rodrigues de Brito na Universidade de Coimbra na Cadeira de Filosofia do Direito (Teoria da Mutualidade), cuja filosofia procurou conciliar os ensinamentos de Krause com Proudhon (32). A sua obra *Philosophia do Direito* (1869), assente no conceito da Mutualidade dos Serviços desencadeou durante anos uma longa controversa. Entre os que ensinavam direito e procuraram fazer a mesma conciliação sobressai Manuel Emídio Garcia (autor da *Filosofia do Direito*, 1869) que influenciou na formação proudhoniana de Eça de Queirós em Coimbra (33). António Cândido Ribeiro Costa, na sua *Philosophia Política* (1878), aborda a crítica de Proudhon à Democracia Representativa. Obras que, neste período, ilustram a sua influência na renovação do pensamento em Portugal no século XIX.

Camilo, admirador. Antero e Eça, discípulos

Depois da revolução francesa de 1789 surgiu um movimento que repensou o papel do escritores na sociedade, como cidadãos activos e homens políticos. Saint-Simon e Proudhon, nesta linha, procuraram definir a missão social da arte. Em Portugal, Lopes Mendonça na série de artigos *Ensaio de Critica e Literatura* (1849), foi o primeiro a teorizar esta "utilidade" social da arte, na qual eram feitas sugestões de acções de transformadoras da sociedade (33.1). Era um admirador confesso de Proudhon. Menos conhecido e estudado era o apreço que Camilo Castelo Branco também lhe dedicou. Genial escritor, "reaccionário" (33.2) e "espiritualmente anarquista" (33.3) era um leitor atento de Proudhon, recomendando a sua leitura aos seus mais intimos amigos (33.4). Júlio César Machado, em 1852, compara o impacto seu poema *Harpa do Sceptico - Derradeira Corda da Lyra* a Proudhon (33.5). Na matéria novelesca que habitualmente é associado, o amor, Camilo serve-se de Proudhon para o definir: "A physiologia do amor resume-se em meia dúzia de linhas, como profundamente escreve Proudhon. O amor cuja virtualidade está na geração, tem a sua causa plástica e motriz no ideal" (33.6). Nas suas obras como as *Novelas do Minho*, *Maria Moisés*, *A Viúva do Enforcado* entre outras, onde as camadas mais "baixas" da sociedade são colocadas em primeiro plano. Uma novidade na literatura em Portugal. Proudhon é referido em muitas das suas obras. A primeira surge no *Jornal do Povo*, a 21/11/1850, sob o pseudónimo de Anástácio Lombrigas: "Eu – escrevi ha mezes neste jornal – eu sou o proprietario do futuro. Depois veio o Proudhon – e disse-me a propriedade é um roubo. E com tudo nem o *Ecco dos Operarios*, nem as fecundas aspirações do século, nem a organização do trabalho podem invalidar-me este património de saber que é meu por direito divino!" (33.7). Referências que prossegue depois em romances, crónicas, prefácios, como *Introdução às Memórias d'Além da campa d'um juiz eleito* (jornal *A Verdade*, maio de 1856), *A Neta do Arcediago* (1860), *Romance de um Homem Rico* (1861), *Cenas Contemporâneas* (1862), *Divindade de Jesus e Tradição Apostólica* (1865), *A Infanta Capelista* (1872), *O Visconde de Ouguela* (1872), *O Carrasco de Victor Hugo José Alves* (1872), *Noites de Insónia (Entrada nos Salões, 1874)*, *Mistérios de Fafe* (1877), *Horas de Paz* (1877) ou *História e Sentimentalismo* (1880, I). O nome Proudhon é uma referência constante na sua obra. Na polémica que se levantou quando escreveu *A Corja* (1880), concluindo a genealogia dos *macários correias*, os críticos compararam o seu realismo demolidor a Proudhon (revista *Ribaltas e Gambiarras*, nº.9, 24/02/1881).

Sobre a igualdade de homens e mulheres, Camilo revelou-se mais próximo das ideias anarquistas, por exemplo de Godwin, do que de Proudhon (33.8) e da geração de 70 (33.9). Júlio Diniz, nos seus romances tem sido apontado, com algum exagero, de que as suas burguesinhas não saírem das duas opções "proudhonianas" do que delas

esperavam: "menagère" ou "courtisane" (34). A sua visão do mundo mais é devedora de Lamartine e dos párocos de aldeia (34.1).

Antero de Quental (34.2) e de Eça de Queirós (35), duas figuras maiores do pensamento e da literatura portuguesa fizeram uma síntese criativa das ideias de Proudhon, centrando a sua ação social na reforma dos costumes e da moral numa sociedade marcada pelo conservadorismo e indiferença cívica.

Antero assumiu-se como um admirador e discípulo de Proudhon, cuja obra começou a estudar por volta de 1865. Desde logo a tornou na principal referência das suas ideias sociais, incluindo da sua poesia. Na nota final sobre a "Missão Revolucionária da Poesia" nas *Odes Modernas* (1865) escreve: "A Poesia que quiser corresponder ao sentido mais fundo do seu tempo tem que forçosamente ser revolucionária" numa clara evocação proudhoniana. Depois de se formar em Coimbra foi para Paris, decidido a aprender tipografia como Proudhon !

Ao longo da vida procurou manter-se fiel a um conjunto de valores anarquistas que o tornaram no mentor da "geração 70" (36). Três ideias centrais do seu pensamento libertário:

Evolução. A história da Humanidade (numa perspectiva europocêntrica) mostrava que se caminhava para uma consciencialização progressiva individual e colectiva. O século XIX foi marcado por esta tomada de consciência do Povo. As "falsas promessas de melhoramento, que nunca se realizavam, da parte dos reis, dois sacerdotes e dos poderosos, (o povo) convenceu-se finalmente que não era dessas classes interessadas na sua miséria que deveria esperar o livramento, mas só de si, do seu esforço, da sua virtude e união!" (37). Esta evolução no sentido de uma maior consciência da injustiças sociais não é brusca, mas gradual.

Revolução moral. A chave desta evolução da Humanidade era de natureza moral, entendida como maior autonomia, liberdade e dignidade de todos. Neste sentido, o domínio de uns sobre outros, os privilégios, tiranias, injustiças, a servidão e a ignorância deviam ser banidas tendo em vista uma sociedade mais livre e igualitária.

Organização Social. A liberdade devia de ser "o princípio organizador e director da sociedade, com exclusão de qualquer princípio anterior ou exterior ao direito individual, de qualquer autoridade que não seja a da própria liberdade sobre si própria" (38). Com base neste princípio defendia, como Proudhon, que o trabalho era a única base justa do valor. Só o trabalho valoriza as coisas, só ele tem direito a todo o lucro e retribuições. Condena por isso a existência de capitalistas e proprietários que vivem do trabalho de outros, sem nada produzirem. O mutualismo e o federalismo era, por último, o modelo de organização social que permitia conciliar a liberdade, igualdade e fraternidade.

Eça contactou com a obra de Proudhon ainda na Universidade de Coimbra, cujo estudo que prosseguiu em Lisboa. Nas *Notas Contemporâneas* (cap.VII e VIII) dá-nos um vivo testemunho da influência de Antero neste estudo: "Antero, que desembarcara em Lisboa como um Apóstolo do socialismo, a trazer a palavra aos gentílicos, em breve nos converteu a uma vida mais alta e fecunda. Nós fôramos até aí, no Cenáculo, uns quatro ou cinco demónios, cheios de incoerência e de turbulência. Sob a influência de Antero, logo dois de nós, que andávamos a compor uma ópera-bufa, contendo um novo sistema do Universo, abandonamos essa obra de escandaloso delírio, e começamos à noite a

estudar Proudhon nos três tomos da Justiça na Revolução e na Igreja, quietos à banca, com os pés em capachos, como bons estudantes."

Em 1871 interveio nas célebres Conferências Democráticas do Casino Lisbonense com a conferência - *A Nova Literatura (O Realismo como Nova Expressão da Arte)*, onde defendeu a missão social e moralizadora da arte, retomando ideias desenvolvidas por Proudhon e que aparecem sistematizadas na sua obra póstuma - *O Princípio da Arte e seu Destino Social*. A conferência inscreve-se no mesmo pensamento revolucionário de Proudhon. Eça considera a revolução como um facto permanente, uma manifestação do eterno devir do universo que se manifesta na arte como progresso ou decadência das sociedades. A grande obra da revolução está na reforma dos costumes. A sua tarefa enquanto romancista é escarpelizar os costumes, mostrá-los com minúcia de forma a provocar reacções que os possam modificar, daí a dimensão revolucionária do realismo (39), uma arte comprometida com o seu tempo. Pouco tempo depois publica duas das suas obras mestras onde a influência anarquista é consensual: *O Crime do Padre Amaro* (escrito em 1871, publicado em 1874) e *O Primo Basílio* (1878).

Em Portugal, as ideias de Proudhon embora fossem largamente disseminadas nos meios mais avançados, a verdade é que não se traduziram num movimento organizado com características revolucionárias. Eram ideias que podiam ser abraçadas por trabalhadores como por pequenos proprietários. Apontavam para a criação de uma sociedade municipalista, uma nova mentalidade livre de preconceitos e avessa à moral burguesa. Apelavam à revolta dos oprimidos, os excluídos da sociedade burguesa, e nesta dimensão prepararam o caminho para a ruptura que ocorreu nos anos setenta do século XIX.

1871– 1885: Impulso Internacional. Bakunine

No final da década de sessenta ocorreu uma importante mudança nas ideias sociais em Portugal para a qual concorreu o Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, em Lisboa, principal ponto de encontro e de debate sobre as questões sociais. Apesar do carácter conciliador do Centro nas suas assembleias tiveram um forte impacto a discussão das novas ideias que se começavam a impôr (1). O tempo era de mudança. De toda a Europa chegavam notícias de revoluções e reorganizações no movimento operário que fizeram emergir uma nova geração, onde se destacavam José Fontana, Antero de Quental, Eduardo Maia, Nobre França, João Bonança, José Tedeschi e outros. A revolução em Espanha de 1868, como veremos, constituiu o primeiro grande sobressalto ideológico. O Congresso de Barcelona (Junho de 1870), onde se fundou a Federación Regional Española da AIT foi o chamamento para uma viragem no movimento associativo (2). Os anarquistas revelaram neste congresso uma sólida implantação no operariado, ao ponto do mesmo ser apontado como o início do anarquismo em Espanha.

A Comuna de Paris (18 de março do 1871) foi um dos acontecimentos mais marcantes do século XIX, em que as forças revolucionárias colocaram em prática um vasto programa de transformação social (2.1). O movimento tinha à sua frente, elementos de várias socialistas, entre os quais proudhonianos e bakuninistas como Benoît Malon, Eugène Varlin, Jules Vallès, Louise Michel ou Charles Longuet, tendo sido massacrados dezenas de milhares de pessoas. A imprensa burguesa atacou ferozmente os que se haviam revoltado. O nome de Proudhon é apontado como o mentor. Eça de Queirós, romanceou o facto: um grupo à porta da Casa Havaneza no Chiado apodou-o de “monstro sanguinário” e a maior parte dos presentes imaginava que era ele que tinha incendiado Paris (*O Crime do Padre Amaro*, cap.XXV). Eduardo Maia no seu conhecido folheto - *A Comuna, por um verdadeiro Liberal* - denunciou a campanha reaccionária da imprensa, desmontou as calúnias como “jornalistas venais, estúpidos ou facciosos transviaram a opinião pública, adulterando os factos, forjando calúnias, e não vendo ou fingindo não ver as contradições dos telegramas que comentavam e os comentários contraditórios que faziam”. José Falcão, então republicano federal expôs os motivos da Comuna de Paris: uma revolta em nome do direito e da dignidade humana. “Paris, pálida de fome, de miséria e de heroísmo, impunha respeito ao mundo. Paris, do trabalho, do pensamento e da *Revolução*. Não a Paris da moda, do baile, do melodrama, dos césaes e dos pretorianos” (3).

As Conferências do Casino inserem-se neste contexto assumindo um claro programa de mudança da sociedade portuguesa. Iniciadas 22 de Março foram proibidas pela Portaria de 26 de Junho de 1871. O governo justificava-se a decisão afirmando que as mesmas estavam a atacar a Religião e as instituições políticas. Perante os protestos, Pinheiro Chagas veio a público defender a portaria governamental lembrando a Comuna de Paris. No sessão no Parlamento (6 de Setembro de 1871) atacou os seus promotores dizendo que eram percussores do Socialismo em Portugal. Eça Queirós fez uma defesa do realismo, como uma arte aos serviço da revolução; A conferência de Adolfo Coelho sobre ensino apontava uma via para o ateísmo e o nihilismo. Antero de Quental para a longa decadência em que haviam mergulhado os povos ibéricos só encontrava um remédio: a revolução social. As conferências propagavam um programa revolucionário.

Eram acontecimentos que quebravam a paz política que a regeneração havia instaurado, e que fora acompanhado do crescimento do capitalismo. Os ventos que sopravam da Europa eram todavia de mudança e a todos atingiram.

É conhecida a história desta mudança. Em 1868 foi constituída a Secção de Espanha da AIT, graças à ação de Fanelli, italiano, amigo e colaborador de Bakunine. As dificuldades de comunicação em espanhol foram superadas por Tomás González Morago que serviu de intérprete e por Anselmo Lorenzo. Esta secção era indissociável da Aliança da Democracia Socialista, sobretudo na Catalunha e na Andaluzia. Este predomínio da Aliança na AIT era questionado, em particular pelos elementos ligados ao grupo de Karl Marx no seio do secretariado.

Numa altura de enorme expansão da AIT, três elementos do Conselho Confederal Espanhol (4) delegados da AIT - Francisco Mora (sapateiro), Anselmo Lorenzo (tipógrafo) e Tomás González Morago (gravador) -, deslocaram-se a Lisboa, com o objectivo organizar uma secção da **AIT** em Portugal e outra da **Aliança da Democracia Socialista** de Bakunine (1814-1876) (5). Entre 9 de Junho e 21 de Agosto de 1871 reuniram-se com Antero de Quental, José Fontana, Jaime Batalha Reis e outros revolucionários portugueses (6). A Aliança foi a primeira organização a ser constituída. A sua criação em Espanha e Portugal resultava também da necessidade de separar as aspirações socialistas das republicanas criando uma associação revolucionária (secreta) destinada a impulsionar a AIT e a revolução social. No final do ano, a imprensa dá conta desta expansão dos internacionalistas.

O Programa da Aliança (7) pode ser sintetizado em sete princípios essenciais: Liberdade, Igualdade, Trabalho, Educação, Federalismo, Solidariedade e Internacionalismo.

A **Liberdade** é um direito absoluto e constitutivo dos demais direitos. Exclui a autoridade divina ou humana, a exploração, o domínio de uns sobre outros. Ninguém pode considerar-se livre enquanto existirem outros cuja liberdade lhes seja negada, indivíduos ou povos. A Liberdade implica a destruição do Estado, enquanto sistema opressivo; As relações e uniões entre os seres humanos são inteiramente livres, para se formarem ou desfazerem; os castigos são proibidos e deviam ser substituídos por educação; os funcionários públicos quaisquer que sejam as suas funções devem serem votados; completa liberdade religiosa, mas não a existência de uma casta parasitária que se alimente da credence. Bakunine mostrou-se particularmente preocupado com a ligação da ciência e o Estado uma ameaça, não apenas porque os cientistas e tecnocratas estavam ao serviço do Estado, como poderiam vir a dominar. A advertiu que a diversidade da vida, não poderia ser reduzida à abstração da ciência.

A Liberdade é inseparável da **Igualdade** económica, social, de género, entre povos, etc. O fim de todos todos os privilégios e poderes baseados no ter, ser ou saber; Advoga a colectivização da propriedade e o fim da propriedade hereditária, herança;

O **Trabalho** é a condição necessária para o reconhecimento dos direitos sociais. Ninguém pode explorar ou viver à custa do trabalho de outrém. Todos são livres de não trabalharem, mas nenhuma sociedade é obrigada a sustentar e a ter no seu seio ociosos e outros que nada produzem, a não ser que sejam crianças, inválidos, doentes, etc. O trabalho deve ser acompanhado de ócio para que todos, e não apenas uma minoria, possam ter tempo para desfrutar de prazeres intelectuais;

A **Educação** é uma fonte de liberdade e deve ser assegurada a todos, sem nenhuma distinção de etnia ou género, desde que nascem até serem autónomos (maioridade). As crianças não pertencem aos seus pais, nem sequer à sociedade, mas somente à sua liberdade futura. Deve ser uma educação integral tanto teórica como prática. Exclui-se a possibilidade de a educação poder ser ministrada por instituições religiosas;

O **Federalismo** é a estrutura básica da organização: federação de municípios livres e autónomos, federação de associações de produtores, federações de povos, etc. O Federalismo é criado a partir da base e por ela sempre controlado, de forma a criar tampões ao nascimento de estados unitários, centralistas muito propensos à tirania. Permite também grande diversidade de modelos organizativos de povo para povo. A diversidade é uma riqueza;

A **Solidariedade** é o elemento que une toda a sociedade. A sua base é a consciência individual e a reciprocidade. É um sentimento que levou à associação de produtores, como à luta pela libertação de povos oprimidos;

Internacionalismo. A revolução é mundial, longa e permanente. Opõe-se ao “direito de conquista”, ao colonialismo e opressão de outros povos. Estes como os indivíduos devem ser livres para decidirem o seu destino, pouco importa o seu passado em comum. Não são propriedade de nenhum outro. Defende a criação de tribunais internacionais e até um governo internacional para resolver conflitos ou combater tentações hegemónicas.

Bakunine ao contrário de Marx afirmava que após a revolução o Estado deveria ser abolido e a propriedade colectivizada e confiada a "associações de trabalhadores". O abstencionismo defendido pela Aliança separava os anarquistas dos republicanos, mas também dos marxistas que apostavam na disputa eleitoral. Antero e outros são inteirados das teses que estavam em confronto na AIT, as de Karl Marx e as de Mikhail Bakunine.

As ideias de Bakunine terão agradado mais aos revolucionários em Portugal do que as de Marx. Este episódio marca o início de uma nova fase no movimento emancipador que abre uma rotura a visão conciliadora protagonizada do Centro Promotor com o regime liberal e que conduziu à sua extinção. Sobre o Programa Político da AIT, Antero esclarece que se resume a uma palavra: abstenção. Um princípio adoptado pela maioria das associações de trabalhadores (*O Que é a Internacional ?* Lisboa, Typ. do Futuro, 1871).

Aliança da Democracia Socialista

Bakunine ao contrário de Proudhon defendia que os anarquistas deviam possuir uma organização própria para concretizarem o seu programa político.

Em Lisboa terá ocorrido uma cisão entre os três delegados espanhóis, repetindo-se o que já ocorrera em Espanha (8). Mora e Lorenzo mantiveram uma posição conciliadora com o Conselho de Londres da AIT, ligado a F. Engels e saíram de Portugal a 21 de Agosto de 1871. Talvez por esta razão, Morago terá ficado em Lisboa para organizar uma segunda Aliança (9), que desse seguimento às ideias de Bakunine.

Da primeira Aliança que foi constituída em Junho de 1871 faziam parte José Fontana, Nobre França, Eduardo Maia (10), António Soares Monteiro e outros (11). Na carta que Nobre França escreveu a Magalhães Lima em 1892, acrescentou mais os nomes de Tedeschi, Tito Soares e Gonçalves Lopes. Afirmando o seu carácter secreto, os seus estatutos eram moldados pelos de uma organização idêntica criada por Bakunine e existente em vários países (Espanha, Suíça ou na Bélgica). No relatório de um polícia francês, que investigava em Portugal a Internacional e os refugiados da Comuna refere-se neste movimento também um “livreiro”: Carrilho Videira (12).

Esta Aliança esteve na base da criação da Fraternidade Operária (19 de Janeiro de 1872) que editará *O Pensamento Social* (nº1, 1/02/1872 a nº51, 5/04/1873). A redação do jornal

foi inicialmente constituída Eduardo Maia, Nobre França e Tedeschi, na altura assumidamente aliancistas. Foi aceite depois a colaboração de Oliveira Martins e Augusto Fuschini. O ideário do jornal era claramente anarquista. Proudhon é referido como o “mais formidável pensador dos modernos tempos” (nº2), e o seu ideário está bem presente. O primeiro sinal de conflito surge em Junho. Antero de Quental quando publica um artigo sobre “A Política do Socialismo” (nº16), no qual defendia que o Estado é a expressão e ponto de equilíbrio dos interesses colectivos, elementos da redacção do jornal reagem (13), publicando uma nota: “Parte da redacção deste jornal não aceita e não defende alguma doutrina expandida no artigo que se leu. A política para alguns de nós nada é mais do que a supressão do Estado e a forma das suas relações. Não só concebemos uma Sociedade sem Estado, mas afirmamos que não pode existir sociedade perfeita, justa e moral, existindo o Estado que, para nós, como o confirmam os factos contemporâneos e anteriores, é o resultado da imperfeição, da injustiça e da imoralidade sociais” (14). A partir de Julho de 1872, começam a surgir textos que revelam o afastamento entre autoritários (marxistas) e anti-autoritários (anarquistas). O jornal procura manter-se numa atitude conciliatória publicando textos de anarquistas, como *A Propriedade* de Eduardo Maia e a dar publicidade aos congressos aliancistas belgas (nº43) e espanhóis (nºs. 33 e 48), mesmo depois do Congresso de Haia.

A reacção ao artigo de Antero revela claramente as tensões existentes no seio da Fraternidade Operária, agudizadas pela decisão tomada no Congresso da AIT em Haia (Setembro de 1872), no qual Bakunine e os aliancistas foram expulsos. Um ano depois a Aliança já não existia. As diferenças ideológicas entre os seus membros contribuíram para este desfecho.

Por iniciativa de Morago, ainda em 1871, constituiu-se uma segunda Aliança depois da sua demissão do Conselho Espanhol da A.I.T (16 de Agosto de 1871). Morago queria que a Secção da AIT em Portugal fosse independente da AIT e não subordinada às suas decisões. Um dos membros desta Aliança era o polémico João Bonança (15), um republicano federalista cujas ideias eram muito próximas de Proudhon.

Esta Aliança esteve na base da fundação da Associação Protectora do Trabalho Nacional - APTN (1871), cujos Estatutos empregavam o termo “Aliança” reveladora da influência de Morago e João Bonança. Os seus objectivos pouco se afastavam de um programa proudhoniano, assim do que em 1865 já tinha escrito João Bonança ou antes dele Sousa Brandão. O jornal *O Trabalho* (Janeiro - novembro de 1872), órgão da APTN, em Junho sintetizava-os desta forma: “a emancipação económica do proletariado pelas sociedades cooperativas de produção e consumo, organizadas de modo que os produtos sejam dos produtores; o que vale o mesmo dizer: acaba-se com a exploração do homem pelo homem”. Pretendia-se estabelecer uma “República democrática-social, tendo por base a federação de municípios ou comunas”. Repudiava-se também toda a acção política. A APTN, a primeira organização de resistência em Portugal, assim como e o jornal tinham a sede no Palácio do Fiúza em Alcântara.

As relações entre a Fraternidade Operária e a APTN não foram pacíficas, tendo sido desencadeada uma guerra na imprensa. *O Trabalho* (nº. 25) chegou a acusar a *Fraternidade Operária* pregar a “anarchia, a extinção completa da lei e a destruição da família”, outro dos alvos foram as decisões tomadas no Congresso de Haia. João Bonança acabou por ser acusado de ser um agente secreto no meio operário do Conde de Peniche, antigo grão-mestre da maçonaria (1863-1867), e figura cimeira da política e das conspirações entre 1865 e 1872 (16). Uma acusação que acabou por o afastar do movimento operário, levando à extinção da APTN e da Aliança.

As ideias dos membros destas Alianças, como se constata, eram muito ecléticas. Antero mantinha-se fiel a Proudhon como José Fontana. Nobre França e Eduardo Maia eram os mais próximos do ideário de Bakunine. Na mudança de Nobre França para o reformismo socialista terá pesado a passagem por Lisboa em Agosto de 1872 de Paul Lafargue, cubano, genro de Karl Marx (17). Durante 20 dias procurou contrariar a influência de Proudhon e Bakunine e conseguir o voto da Secção Portuguesa para o Congresso de Haia. Eduardo Maia nos artigos que escreve para *O Pensamento Social*, em 1872, situa-se claramente no ideário proudhoniano, reflectindo todavia uma singular preocupação com a questão da **condição feminina e a sua emancipação** (“A Prostituição”: nº3 e 4; “A Mulher na Sociedade Actual”: nos: 14,15, 17,18 e19.)

O "colectivismo" de Bakunine era uma vaga referência ideológica. Eduardo Maia na sua brochura "**Da Propriedade**" (Lisboa, 1873), deu ao termo colectivização um sentido diferente de Bakunine, para o qual esta assentaria numa apropriação revolucionária colectiva dos meios de produção, o consumo manteria provisoriamente características individuais e o salário ainda subsistiria. No Congresso da AIT em Bruxelas (1868) os “proudhonianos” sustentaram que a colectivização da propriedade deveria ser gradual. No Congresso de 1869, em Basileia, o único em que Bakunine participou, foi discutida e aprovada a sua proposta de abolição do direito de herança. Os marxistas defenderam que a primazia devia ser dada à abolição da propriedade privada que seria socializada pelo Estado. Bakunine opôs-se a esta medida, pois isso significava o reforço do poder do Estado e a manutenção das desigualdades sociais, com a criação de um novo grupo de privilegiados. O objectivo de Bakunine era manter a centralidade do trabalho, acabando com os que viviam apenas de rendimentos herdados. A questão do papel do Estado na revolução social abriu uma ruptura entre anarquistas e marxistas.

Eduardo Maia depois de resumir as decisões dos congressos da AIT, reafirmou que o programa da AIT se resumia a duas palavras - Anarquia e Colectivismo, passando a descrever a colectivização segundo os princípios mutualistas de Proudhon. Como este, sustentava que a concentração da propriedade conduz ao despotismo, fome generalizada e a guerras. Onde ela se acha repartida o luxo é menor, a miséria desaparecia, a liberdade aumentava e o bem-estar chegava a mais indivíduos. Afirmava que a doutrina da internacional assentava na progressiva colectivização da propriedade, cuja gestão e manutenção seria entregue a grupos de indivíduos organizados em cooperativas de consumo e produção. Deixava uma nota de esperança quanto à evolução futura das sociedades: "Por toda a parte o Povo se constitui em sociedades cooperativas de consumo, de produção, de ensino e outras.", através das quais se estava a dar um processo de colectivização da propriedade. À ideia de Bakunine de uma expropriação revolucionária dos meios de produção abstém-se de a comentar (18). A questão da propriedade continuava era, entre todas, a que gerava mais polémica.

Antero de Quental, no folheto “O Que é a Internacional ?” é mais claramente fiel a Proudhon. As mudanças de propriedade deviam assentar na sua progressiva democratização através do desenvolvimento de cooperativas (sobretudo de consumo) e do crédito mutualista. Defendia que seria a melhor forma de evitar a concentração da propriedade e corrigir as injustiças sociais. Em coerência com esta visão, privilegiava as capacidades de iniciativas individuais e uma organização social federalista, potenciadora das iniciativas locais. A sua ideia de igualdade pouco se afastava de um mundo de pequenos proprietários e industriais, autonomizados pelo trabalho próprio, cidadãos exemplares, com uma mentalidade livre muito diferente dos seus antepassados. Antero para que não restassem dúvidas da sua filiação anarquista conclui que o “programa político da Internacional é a abstenção.”

A prioridade dada pelos anarquistas às questões sociais sobre a luta eleitoral abria uma clara ruptura com os republicanos. Como assinalava Teófilo Braga, em 1880, esta posição abstencionista se reforçava o socialismo enfraquecia a luta pela implantação da República e o próprio “Partido Republicano Português”. Desta situação acusou em particular José Fontana e Antero Quental (19).

Nos meios avançados formaram-se três grandes correntes: os socialistas proudhonianos, os republicanos e os monárquicos progressistas. As ideias de revolta social inspiradas por Bakunine, mas combinadas com ideias de Proudhon, adquiriam cada vez mais adeptos.

Secção Portuguesa da AIT

A Secção Portuguesa manifestou oficialmente a sua existência a 10 de Março de 1872, quando pediu a sua adesão à AIT. Era uma pequena estrutura federativa com poucas centenas de membros. Na sua direção surgem dois nomes: Nobre França (secretário) e José Tedeschi (secretário das relações externas). Friedrich Engels surge como seu representante por "correspondência" na AIT, o que facilitou as manobras controleiras dos marxistas.

A publicidade que foi dada à Secção Portuguesa conferiu-lhe uma dimensão exagerada. Não passava de um pequeno grupo de pessoas ligados à Fraternidade Operária.

Sindicalismo

Na década de setenta as associações operárias começaram a abandonar a sua orientação exclusivamente mutualista e assumiram-se como verdadeiros sindicatos, lutando por aumentos salariais e melhores condições de trabalho e vida. Ao fazê-lo passaram então a ser encaradas com desconfiança pelos governos monárquicos e assustaram a burguesia portuguesa.

A grande mudança, como dissemos, ocorreu em Novembro de 1871 quando foi constituída a Associação Fraternidade Operária (FO) em Lisboa. No início contava com apenas 31 associados e rapidamente se confundiu com a Secção Portuguesa da A.I.T, a tal ponto que é difícil distinguir uma da outra. Era uma associação federativa de seções. Depois de Secção de Lisboa, surgiram outras: Almada, Marvila, Campo de Santa Clara, Poço do Bispo, Barreiro, Bucelas, etc. Para além de uma ação sindical, era também uma sociedade de socorros e uma caixa económica. Entre os elementos organizadores destacavam-se José Fontana (secretário-geral), Eduardo Maia, Tedeschi, Felizardo Lima, Soares Monteiro, Gonçalo Lopes, Nobre França. Em 1873 já contava com 10 mil filiados em Lisboa e 8 mil no Porto, e muitos outros milhares nos arredores destas cidades. No Porto, a Fraternidade surge na sequência da greve dos manipuladores de tabacos da Fábrica de Xabregas de Lisboa. O êxito da greve implicou o entendimento com os cigarreiros do Porto, o que aconteceu, quando declararam greve a 11/02/1873 reclamado por um aumento salarial. A magna assembleia fundadora ocorreu, em Agosto de 1873, numa sala em frente ao célebre Salão da Laboriosa, à Rua de Gonçalo Cristovão (Santo Ildefonso). Para esta ação concorreu a ida ao Porto de emissários da FO de Lisboa, dois dos quais foram presos (Silva Lisboa e Miguel Mendes). Procurando expandir organização mais a norte (Braga, Guimarães e Viana do Castelo) foram enviadas outros emissários para estas localidades. O acolhimento nem sempre foi pacífico. Felizardo de Lima, acompanhado do filho e de Júlio Maximo Pereira do Porto a 11/08/1873 seguiram para Guimarães, onde existia uma importante indústria de cutelaria e cortumes. A reacção dos operários e patrões foi violenta e a custo foram salvos de serem linchados (20)

A FO assumiu um papel destacado na dinamização das greves de 1872 e 1873. Se em 1871 se registaram 18 greves, no ano seguinte foram 38 greves, com destaque para a dos metalúrgicos, tipógrafos, tanoeiros, tecelões, calafates, tabaqueiros e ferroviários de Lisboa. Descendo em 1873 para 25. Eram greves com um claro cunho ofensivo. O êxito da FO foi também o motivo da sua extinção, os seus cofres rapidamente ficaram vazios devido ao apoio que dera às greves. A reacção do governo foi a esperada: repressão, novas restrições na constituição de associações operárias, proibição da sua federação e das greves, o que se revelou uma impossibilidade (21).

Este surto grevista constituiu um marco no movimento operário em Portugal, contribuindo para criar uma nova consciência entre os assalariados que se encontravam profundamente divididos. A diversidade de estatutos e condições era a regra, o que dificultava a formulação de objectivos comuns e o associativismo. A maioria da população activa trabalhava na agricultura e nos serviços, e só uma reduzida parte na indústria. As pequenas oficinas constituíam grande parte do tecido industrial, dirigidas por artesãos, artífices e artistas herdeiros de antigas artes, como a tanoaria, serralharia, marcenaria, alfaiataria, sapataria, metalurgia, etc. Dentro de cada classe profissional persistia uma rígida hierarquia entre os mestres, os oficiais e os aprendizes, cujas relações eram marcadas por constantes conflitos. Nas fábricas a esta hierarquia juntava-se a discriminação por género: as mulheres eram vítimas de uma brutal discriminação salarial, abusos infames e humilhantes. As medidas tomadas para a sua protecção, assim como dos aprendizes nunca passaram do papel (22). Os trabalhadores ao domicilio frequentemente esquecidos não deixavam de ser muito numerosos. Algumas categorias profissionais destacava-se por constituírem verdadeiras elites entre os trabalhadores, como os tipógrafos, chapeleiros, corticeiros ou os tabaqueiros, muito ciosos do seu estatuto social. Os trabalhadores rurais assalariados continuam a ser tratados como criados, cujas as revoltas não raro assumiam formas de grande violência.

Congresso de Haia

Apesar de todas as manobras de Marx, Engels e Lafargue, a orientação ideológica tanto da secção portuguesa como da Fraternidade Operária, segundo os testemunhos dos seus principais mentores, continuou a ser anarquista e a seguir o programa da Aliança da Democracia Socialista. Nobre França, numa carta a F. Engels, apontava como meta da luta dos trabalhadores portugueses a Anarquia e não o Comunismo, enfatizando que a mesma deveria orientar a organização e ação da secção portuguesa da Internacional: “Quanto à anarquia, ela não pode ser a desorganização e se ela é o resultado da liberdade absoluta: organizar a anarquia, organizemo-nos para ser anárquicos” (carta 28/08/1872) (23). Azedo Gneco, numa carta também dirigida a Engels, identifica Nobre França como anarquista, atribuindo aos anarquistas a responsabilidade pelo movimento grevista de 1872 -1873 (10/04/1876), acrescentando que o procurou combater (24).

Paul Lafargue que tinha vindo a Portugal em 1872, e após conversar com elementos da secção Portuguesa da AIT, conseguiu o mandato para representar os operários portugueses no Congresso da AIT em Haia (2 a 7 de Setembro de 1872), onde, sem os consultar, tomou decisões em seu nome. Neste congresso, Karl Marx conseguiu que Bakunine e James Guillaume não pudessem participar e fosse aprovada a separação entre a luta económica da luta política, a qual deveria ser conduzida por um partido político. O Conselho Federal foi transferido para os EUA, onde a AIT era muito frágil. Estas manobras que visavam evitar um retrocesso nestas decisões que tinham sido tomadas. Como resposta a esta manobra, foi realizado pouco depois um Congresso em

Saint-Imier à margem da AIT onde estiveram representadas a maioria das secções e Federações e foram aprovadas as teses de Bakunine. A verdade é que a ruptura na AIT estava criada e o movimento operário internacional fora dividido.

No caso da secção portuguesa, o "seu" voto favorável constituiu uma evidente contradição só explicável pela sua ausência no congresso. Bakunine (antiautoritário) opunha-se a Marx (autoritário) defendendo que cada secção devia ter o seu próprio programa de luta, e não um único a nível internacional como pretendia Marx. Nobre França, na carta que escreve a Engels (28/08/1872) manifesta o mesmo entendimento de Bakunine. Como veremos, os elementos da secção portuguesa seguiram o seu próprio programa ignorando as orientações marxistas.

Devido às manobras que levaram à derrota das teses de Bakunine foi decidido constituir em Portugal um Partido Socialista destinado à luta política e a Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa (ATRP) para a luta reivindicativa (sindical).

Em Lisboa, o processo foi lento devido à questão do abstencionismo. A ATRP absorveu a APTN e a FO, sendo os seus estatutos só aprovados em Outubro de 1873. No Porto, apenas em Abril de 1874 se constituiu um pequeno núcleo de operários, na Rua de Santa Catarina, entre os quais se contava um francês - Joseph Delarue (fabricante de pianos) que havia estado envolvido na Comuna de Paris. A sede foi depois transferida em 1878 para o largo da Fontinha.

As acusações de traição, expulsões e interdições de ingresso que marcaram a fundação da ATRP coincidiram com uma crise no movimento operário. A repressão policial abateu-se sobre a mesma, contribuindo para a fuga dos operários. Os republicanos aproveitaram para captarem muitos dos descontentes.

Em Portugal, a secção da AIT entrou-se numa confusão ideológica depois da transferência da sede da AIT para Nova Iorque. À falta de informação que recebiam da AIT, juntava-se as críticas e os apelos vindos do pujante movimento sindical anti-autoritário em Espanha que questionou as decisões do Congresso de Haia.

A fundação do Partido Socialista Português (PSP) foi lenta. Azedo Gneco escreveu que a oposição foi enorme. O processo iniciado em fins de 1873 contou com uma forte oposição dos republicanos federalistas mas também dos anarquistas. Foi então nomeada uma comissão para elaborar o programa do partido composta por Antero, José Fontana, Silva Lisboa, Felizardo de Lima, J. Caetano da Silva e Azedo Gneco. Por um motivo ou outros todos foram afastados ou afastaram-se, ficando sendo a tarefa confiada a um antigo anarquista: Nobre França. A questão do abstencionismo esteve sempre no centro da discórdia. A solução encontrada foi criar um partido tão abrangente que as ideias anarquistas eram nele incorporadas. O PS criado em 1875 era o produto desta amálgama ideológica.

O PSP jogou também durante algum tempo na indefinição sobre a aplicação das resoluções do congresso de Haia. Quando foi convidado a participar no 8^a. Congresso de Berna (1876), o PSP alegou falta de tempo para enviar delegados, apelando todavia à concórdia entre as facções anarquistas e marxistas. Na resposta que deu à carta que lhe foi enviada assinada por P. Brousse, Malatesta, Cafiero e Guillaume apelava que o "equivoco" que dera origem à divisão se desfizesse (Novembro de 1876). Num evidente sinal de apaziguamento, aquando do funeral de José Fontana, os discursos à beira da sepultura foram feitos por Eduardo Maia (anarquista) e Azedo Gneco (dirigente do PS).

No II Congresso Nacional Socialista de 1 a 4 de Fevereiro de 1878, em Lisboa, foi decidido dissolver a ATRP e o PSP numa única organização, o Partido dos Operários Socialistas de Portugal. O POSP passou a ser constituído por centros políticos, cooperativas e associações de classe e continuando a afirmar-se como uma organização abstencionista, posição que não tardou a ser traída.

Programa do POSP

O programa do PS assentava numa matriz próxima do anarquismo de Proudhon, com algumas ideias (colectivistas) de Bakunine e excertos reformistas (25). As ideias de Karl Marx - F. Engels debatidas desde 1847, como o papel do Estado na transição para o comunismo ou a ditadura do proletariado não constavam no programa, nem nas decisões dos congressos do POSP (1877, 1878, 1879, 1880 ou na conferência de 1882).

A estratégia que preconizava era uma transição pacífica para o colectivismo através da criação de um conjunto de organizações operárias (cooperativas, associações de classe, caixas de crédito, etc) que controlariam a economia, e a federação de municípios livres que assegurariam a administração do país. Estes seriam os embriões de um futura sociedade colectivista. A organização política que defendiam para o país seguia à letra as ideias federalistas e municipalistas expostas por Sousa Brandão no *Eco dos Operários*:

"Eis em poucas palavras esta organização política:

Livre instituição e completa autonomia dos municípios, legislados diretamente pelo povo;

Federação municipal, baseada no auxílio mútuo, constituindo o país;

Legislação nacional para uma câmara de delegados municipais responsáveis para com os seus municípes;

Eleição anual do Governo do País pela Câmara, e responsabilidade deste para com ela."
Manifesto eleitoral do POSP publicado a 14 de Setembro de 1879.

A serem concretizadas, como era proclamado, significava a abolição do Estado e a criação de um sistema de democracia directa. Não era possível ser-se mais libertário, a razão que terá motivado Ermelindo António Martins (26) do Porto a concorrer às eleições legislativas em Lisboa, onde obteve 44 votos, a maior votação de todos os candidatos do POSP em Lisboa e no Porto.

Sobre o programa do POSP O *Protesto Operário* nº. 17, em princípios de 1884 escrevia que o corpo de doutrinas que formava o credo dos socialistas portugueses era "a reunião de todas as conclusões positivas, obtidas pelas diferentes escolas socialistas, e portanto, também eles podem pôr à cabeça do seu programa as sacramentais palavras: Atheísmo, Anarchismo e Colectivismo".

O POSP a todo o custo procurava manter-se ligado ao campo libertário. O jornal O *Operário* (1879-1882), órgão da ATRP no Porto publicava regularmente textos de anarquistas, notícias do movimento em Espanha, Itália ou na Rússia (27). Os ataques contra os anarquistas por parte de José Ribeiro, em 1881, neste jornal procuraram sem grande êxito separar as águas. O PSOP em 1889 mandou pela primeira vez delegados a um congresso internacional socialista. Em Paris realizavam-se então dois congressos, um marxista e outro possibilista. Era uma corrente reformista defendida por Paul Brousse,

Benoît Malon e outros da Federação dos Trabalhadores Socialistas de França. Os delegados de Portugal significativamente preferiram participar neste congresso e não no marxista.

Proudhon, Bakunine e Marx

Apesar destas mudanças em Portugal, as ideias de Proudhon continuaram a manter-se bem vivas. Antero no texto que escreve sobre *O que é a Internacional ?* (1872) propõe que na luta contra o patronato os trabalhadores criassem "associações de classe" e "associações mutualistas" sobretudo de consumo. A transformação social seria lenta desempenhando a educação um papel fundamental. No jornal *O Pensamento Social* (nº16, Junho de 1872) escreveu: "O Estado autoritário e capitalista é o nosso inimigo, e desejamos vê-lo destruído. O Estado mutualista, a federação livre do trabalho de todos, esse é o nosso ideal, amamo-lo como a expressão da verdade no seio da sociedade". A sociedade ideal seria no fundo constituída por pequenos proprietários e indústrias autonomizados pelo trabalho próprio. Seguiu o princípio federativo e mutualista de Proudhon e não o colectivo de Bakunine. Em 1874 é publicado "O Princípio Federativo" de Proudhon. Kropotkine, como veremos, retomou esta ideia de apoio-mútuo conferindo-lhe um lugar central na sua filosofia anarquista (28).

Quando a 10 de Janeiro de 1875 foi fundado o Partido Socialista Português (PSP), a reacção dos mutualistas foi imediata. No Porto publicam um jornal - *O Jornal Artístico Social*, com sede na Rua do Bomjardim com fortes ataques ao PSP. Em socorro do partido de Lisboa veio ao Porto uma missão composta por Nobre França, José Maria Conceição Fernandes (serralheiro mecânico), tendo sido realizado no dia 25 de Julho um comício no Salão da Laboriosa. A intervenção no comício de Felizardo de Lima lançou nele a confusão. Para remediar a situação, pouco depois, surgiu em Lisboa o jornal *O Protesto*. O mutualismo não morreu, pelo contrário. Quando em 1886 foi realizado o Congresso Social de Lisboa constatava-se que as associações mutualistas estavam difundidas por todo o país.

Bakunine, seguidor de Proudhon, continuou a opôr-se a toda a limitação da liberdade dos indivíduos, combatendo o estatismo e a religião. O seu princípio fundamental assentava numa concepção universalista da igualdade da natureza humana e dos respectivos direitos. Segundo Bakunine todo o ser humano é possuidor de duas dimensões que definem a sua natureza: uma "fixa" e outra "social" (cultural), numa dualidade entre o inato-adquirido, biológico-cultural. A igualdade da sua natureza torna artificial e condenáveis os privilégios, a desigualdade, a escravatura, o domínio de uns sobre outros. A Desigualdade é fruto da cultura, história e não da natureza. Daí que sustente que todo o ser humano, e não apenas alguns, deve dispor dos meios materiais e morais para desenvolver a sua humanidade. A sociedade deve organizar-se para proporcionar este desenvolvimento acabando com todos os privilégios, injustiças, desigualdades e o domínio de uns sobre outros. Neste sentido aponta como ideal a atingir a criação de uma sociedade onde a propriedade dos meios de produção fosse colectivizada e gerida por organizações de trabalhadores, livremente confederados, respeitando sempre a liberdade e igualdade entre todos.

Algumas das suas ideias estavam longe de serem aceites, como a constituição de uma organização secreta e a colectivização revolucionária da propriedade para ser entregue aos trabalhadores, organizados sob a forma de federações livres. Um dos que reagiu as estas ideias foi Oliveira Martins que em 1873 publicou dois livros: *Teoria do Socialismo - Evolução Política e Económica das Sociedades na Europa; Portugal e o Socialismo*.

Exame constitucional da Sociedade Portuguesa e a sua Organização pelo Socialismo. Em ambos recusava as ideias de Bakunine como "monstruosas", vindas de um "mundo eslavo primitivo, quase selvagens" impróprias para um "mundo moderno."

As ideias de Karl Marx embora fossem conhecidas em Portugal desde a década de cinquenta do século XIX eram recusadas, e assim continuaram a ser durante muitas décadas. O marxismo só começou a ter alguma expressão depois da Revolução Russa de 1917, sobretudo durante a ditadura salazarista.

Não deixa de ser significativo que os principais divulgadores da figura e obra de Marx tenham sido os anarquistas. Qual a razão para a nula receptividade às suas ideias em Portugal? Os historiadores marxistas têm elencado uma infinidade de razões, a principal de todas foi a aceitação de Proudhon (29). Num país cuja história está repleta de longos períodos de tirania, o primado dado à Liberdade por Proudhon era infinitamente mais apelativo do que as ideias marxistas de submissão a um Partido Político, Estatismo da propriedade e da vida comunitária, Ditadura do Proletariado, transformação dos trabalhadores em massas arregimentadas às ordens de uma vanguarda do proletariado. Nenhuma destas ideias convenceu os revolucionários em Portugal. O "socialismo científico" era uma teoria sobre a emancipação dos trabalhadores, mas não era segundo a auto-emancipação dos mesmos.

Uma revolução impossível?

Qual a possibilidade de uma revolução social em Portugal? A questão foi várias vezes abordada no jornal *Revolução de Setembro* (1840-1901). O falhanço das várias revoluções foi quase sempre apontou uma carência fundamental do povo português: a ausência do espírito de cidadania, uma crónica tendência para a obediência e resignação. A célebre revolta de 1846 contra a Ditadura de Costa Cabral, motivada pelas novas leis de recrutamento militar, alterações fiscais e a proibição de realizar enterros dentro de igrejas, nas palavras jocosas de Camilo Castelo Branco teria começado na taberna de Maria Luísa Balaio e de desordem em desordem foi-se espalhando pelo norte do país (*Maria da Fonte*, 1885). É a revolta contra a prepotência que as desencadeia, mas nenhuma outra ideia as orienta. As revoluções em Portugal caíam facilmente na simples desordem e no banditismo.

Nobre França, numa carta que escreve a Engels em Junho de 1872, afirmava claramente que com excepção dele e de Eduardo Maia mais ninguém acreditava numa revolução social em Portugal, nem viam grande utilidade na Internacional. A razão evocada seria ao longo de décadas repetida: a mentalidade dos trabalhadores portugueses. Escreveu: "A classe trabalhadora, totalmente *behind in ideias* (atrasada), sem iniciativa, desconfiada, possuída do preconceito do isolamento, que confunde com a independência, não sabendo ler a maior parte, tendo instintos de sociabilidade quase apagados, possuindo ideias confusas do Estado e da Autoridade, cujos nomes a humilham, não está apta para compreender a ideia de emancipação. Supondo viver em absoluta dependência do estado e da propriedade, estes são os dois únicos poderes que a dominam. Ideias políticas não possui nenhuma também a vida política n'este país é degradante. Os proprietários e industriais agrícolas e fabris, os administradores de concelhos maiores e regedores é quem são os eleitores; os operários são simples rebanhos guiados por aqueles." Face a este panorama a solução era uma mudança gradual da sociedade, onde a instrução teria que ter um papel importante. A arma mais poderosa ao serviço dos tiranos em todas as épocas foi sempre a mentalidade dos oprimidos.

Dispersão, Rupturas e Compromissos

Depois do Congresso de 1872 os anarquistas dispersaram-se.

Um grupo, no qual incluímos Eduardo Maia, Sousa Brandão ou José Fontana aproximou-se ou aderiu ao radicalismo republicano de raiz federalista. Alguns, embora colaboradores, mantiveram-se numa aparente independência como foi o caso de Eduardo Maia que liderou um pequeno grupo de libertários: Cecílio de Sousa, António Policarpo da Silva Lisboa, Miguel Mendes e outros. Em 1873, numa conferência dedicada à AIT realizada na Federação Académica afirmava: "As duas mais importantes afirmações do socialismo operário, que resumem toda a doutrina da Internacional são: em economia, o colectivismo, e em política, a anarquia" (*Da Propriedade*, 1873, p.22). As ideias anarquistas no seu entender continuavam a vigorar na AIT, apesar da expulsão de Bakunine. Em 1879 aderiu ao "anarco-comunismo" de Kropotkine. Em 1887 fez parte do Grupo Comunista-Anarquista de Lisboa de Lisboa e em 1894 do Grupo "Revolução Social" com J.M. Gonçalves Viana (30). Deixou-nos importantes textos, sobre a Comuna, a Propriedade, a Internacional e a Anarquia. O POSP acusou este grupo de após ter abandonado a Aliança envolver-se na criação em Lisboa do Partido Republicano Federal Português (*O Protesto Operário*, 20/01/1884), e no controlo das associações operárias. Com este propósito organizaram vários congressos de associações: a 10 de Junho de 1881 (*O Protesto*, 12/06/1881); 18 de Junho de 1882 (*O Protesto*, 16, 17, 18 e 25/06/1882); a 10 de Junho de 1883 (*O Protesto Operário*, 22/07/1883); Junho de 1884, onde estiveram presentes 44 associações de Lisboa e 5 do Porto (*O Protesto Operário*, 22/06/1884); 10 de Junho 1885 (*A Voz do Operário*, 14/06/1885 e 24/01/1886). Uma acção que lhes deu durante alguns anos a hegemonia nas associações operários, o que constitui um obstáculo à afirmação pública do POSP.

Um outro grupo de anarquistas integrou-se na amálgama do POSP, acabando por manifestarem um crescente descontentamento com o reformismo do partido. O principal motivo foi a crescente desvalorização das lutas laborais em favor da ida às urnas nas eleições camarárias, coligados com os republicanos. No Porto, em 1878, propuseram Nobre França e Oliveira Martins. Os resultados revelaram-se um total fracasso, apenas conseguiram umas dezenas de votos. Azedo Gneco, responsável por esta traição ao proclamado abstencionismo do POSP foi expulso da ATRP e da redacção de *O Protesto*. O III Congresso em Março de 1879 confirmou a opção pelas urnas precipitando as cisões.

O PSOP prossequindo a sua vocação eleitoralista passou a envolver-se em atos públicos com o único objectivo de granjear votos, nomeadamente no campo republicano. No cortejo de 10 de Junho de 1880, comemorativo do terceiro centenário do falecimento de Camões caíram no ridículo. Era uma iniciativa de afirmação republicana. O POSP fez-se representar com uma grande delegação ostentando o estandarte vermelho da Associação do Trabalhadores que foi apreendido pela polícia. Os anarquistas que se haviam recusado a participar no cortejo ridicularizaram o POSP. A questão do abstencionismo residia neste ponto. As greves eram encaradas pelo POSP como perturbadoras da caça ao voto, mas não conseguiram impedir que as mesmas ocorressem.

Um último grupo de anarquistas prosseguiu a luta dentro das associações de classe, lutando pela sua autonomia em relação aos partidos políticos, com os olhos postos no que estava a acontecer em França e Espanha.

Cisões no POSP

As primeiras cisões no POSP ocorreram depois de Março de 1879 quando o III Congresso consagrou a disputa eleitoral. Uma ruptura agravada durante o IV Congresso do POSP, no Porto, em Outubro de 1880, quando foi eleito como tesoureiro do partido um industrial - M. José Martins, que veio a assumir também a redacção do jornal *O Operário*. O POSP estava mergulhado numa enorme confusão ideológica e povoado de oportunistas. O epicentro da rotura anarquista foi a ATRP no Porto.

Em 1880 José António Pinto Barbosa (professor de inglês), membro do POSP, obreiro do jornal *O Operário* (1879), militante da ATRP abandonava esta organização e criou a União Democrática Social - UDS (1880-1887), na extinta Rua do Laranjal, mudando-se depois para a Rua do Almada. Numa situação de compromisso aderiu ao programa transitório do IV Congresso do POSP (Outubro de 1880), que tinha como secretários J.M. Gonçalves Viana e Francisco Viterbo Campos (marceneiro). Não tardou a ser-lhe proibida a dupla filiação na UDS e no POSP. O objectivo da UDS era a autonomia sindical, centrando as lutas nos locais de trabalho, e uma ação municipalista local (31). A UDS desempenhou em 1885 e 1886 destacou-se no Porto pelo impulso que deu à substituição das associações de ofícios da ATRP por associações de classe, começando pela classe dos manipuladores de tabacos (31.1), tecelões de seda, construtores civis, seguindo-se outras, como as do ferro e dos metais. Liderou também a greve dos tabacos de 1887.

Em fins de 1881 surgiu no Largo da Fontinha, também no Porto, a Associação União dos Trabalhadores - AUT (1881-1884), numa iniciativa de Ermelindo António Martins (32), membro fundador da ATRP e destacado dirigente do POSP. Em Novembro de 1879 liderava um grupo que deu um sinal de rotura n' *O Operário* ao anunciar que pretendiam reorganizar a ATRP (33). Apesar disto em 1880 foi eleito para o Conselho Central do POSP para pouco depois abandonar o partido (abril de 1881). Na fundação da AUT contou com o apoio do seu primo José Martins Gonçalves Viana (serralheiro) e a participação de outros anarquistas como D.G. Alecrim, Guedes de Oliveira (1865-1932, na altura aprendiz de litografia), António Joaquim Morais (latoeiro) ou Jerónimo Fernandes Neves (tecelão). Tinha o apoio económico da Cooperativa de Tecidos.

A oficina de Ermelindo, na Rua das Carvalheiras, passou a ser o local de reunião desta organização assumidamente anarquista. Procuraram agrupar-se em grupos de dez elementos, seguindo o modelo das secções da antiga AIT. Uma parte dos seus membros participara na ATRP e estavam ligados a lutas operárias. Esta associação organizou no Porto, em 1882, uma manifestação contra os impostos e o tratado de comércio com a França. Instalou-se na Rua da Firmeza e prometeu editar uma publicação - "O Escravo - Orgão Internacional dos Trabalhadores na Região Portuguesa", tendo como lema: "De cada um segundo as suas forças; a cada um segundo as suas necessidades; não mais deveres sem direitos; não mais direitos sem deveres". O falecimento de Ermelindo a 18 de Julho de 1884 ditou o fim desta organização. J. M. Gonçalves Viana dá-nos uma informação relevante ao afirmar que o único jornal que Ermelindo lia era a *Revista Social de Barcelona*. Tratava-se do periódico anarquista *La Revista Social* (1872-1884), editado em Barcelona, órgão oficioso da Federação dos Trabalhadores da Região Espanhola (FTRP) da AIT. A partir de 1881 passou a ser editado em Madrid, como órgão oficial da FTRP.

O POSP ficou inquieto com estas rupturas. As referências a anarquistas e ao anarquismo passaram a ocupar maior destaque na imprensa socialista. Em 1881, a propósito da adesão da União dos Trabalhadores do Porto ao Congresso Anarquista de Londres,

afirma desconhece a sua existência (O Protesto, 18/09/1881), mostrando-se todavia atento aos seus trabalhos (Protesto, 24/07/1881). O jornal *Le Revolté* é várias vezes citado. Protesta quando Kropotkine é expulso da Suíça, afirmando que havia partido para o meio do povo "a fazer a propaganda das nossas doutrinas, mete bastante respeito aos tiranos de todos os países" (O Protesto, 4/09/1881). Anuncia para Março de 1882, a abertura de um Gabinete de Leitura na Associação de Trabalhadores, onde podiam ser encontradas obras em português e em espanhol. As obras de Proudhon são as destacadas. O ano de 1883 é avassalador neste ponto, por dois acontecimentos relevantes.

A brutal repressão de uma alegada organização secreta anarquista na Andaluzia e Extremadura - La Mano Negra (1882-1884) -, em virtude da mesma anarquistas espanhóis refugiaram-se em Lisboa e no Porto onde a policia fez várias prisões, nomeadamente entre os que os acolheram (34). No Porto, as prisões começaram a 13 de Março de 1883, tendo sido interrogados no tribunal criminal André Fernandez y Blanco, António Fernandes e Juan Mediabille. Os dois primeiros obtiveram fiança, sendo recusada ao último. Três outros foram acusados de os acolherem: Pinto Barbosa, Bessa Carvalho e Sousa Guerra. A Associação dos Trabalhadores de Lisboa, publica em 1883, um poema intitulado "A Mão Negra" de elogio à anarquia da autoria de Soto Maior Júdice, numa ação de solidariedade internacional contra a repressão. Um acontecimento com larga repercussão, nomeadamente n`O *Protesto Operário*.

O célebre Processo de Lyon, no qual Kropotkine entre outros foi acusado, levou, por exemplo, Luiz de Figueiredo, destacado militante socialista, a sair em defesa de Kropotkine (O *Protesto Operário*, 28/01/1883). Um grupo de anarquistas do Porto, publicava no jornal *Le Revolté*, 5^a. ano, n^o.2, 1884, uma mensagem de adesão aos princípios expostos pelos julgados no tribunal correcional de Lyon.

A ruptura entre socialistas e anarquistas não tardou a consumir-se. Esta rotura implicou o estabelecimento de contactos internacionais que foram decisivos para a emergência de um movimento anarquista.

1886-1910: Movimento Anarquista. Kropotkin

No princípio da década de 80, as ideias anarquistas surgem já amplamente difundidas em Portugal. Atribui-se a Elisée Reclus a sua difusão o que é manifestamente um exagero (1). Nas duas visitas que realizou a Portugal, na primeira em Abril de 1886 visitou Lisboa e o Porto e manteve encontros com João António Cardoso (1.1), António José d'Avila, Rosa Viterbo entre outros (*O Germinal*, 9/7/1905). Na segunda em 1887 constatava que a difusão do anarquismo era impressionante: "A Anarquia progride em todo o lado (...). O ano passado havia um só (anarquista) em Lisboa. Hoje são já suficientemente numerosos para difundir milhares de brochuras e editar um jornal" (2).

Tudo leva a crer que no começo de 1886, os anarquistas em Portugal já tinham ligações com o principal jornal anarquista ao tempo - *Le Révolté* - fundado em 1879 por Kropotkine e Reclus. Este jornal a 28 de Fevereiro de 1886 dá conta de manifestações no país contra a concessão da companhia dos tabacos e a criação em Lisboa de um comité anarquista que anunciava a edição de jornal mensal com o título *A Centelha*. Indicava também que a correspondência para Portugal devia ser enviada para J. A. Cardoso em Lisboa. Os contactos internacionais estavam estabelecidos.

As ideias anarquistas estavam implantadas no país, mas faltava um impulso para gerarem um movimento. Foi isso que então aconteceu. António Cardoso e J. M. Gonçalves Viana (metalúrgico) em dois importantes jornais da época - *O Protesto Operário* (Orgão do POSP) e *A Voz do Operário* - desenvolveram uma intensa campanha de propaganda anarquista (3).

O Protesto Operário, órgão do POSP, publicou em 1886 um manifesto abstencionista da secção anarquista-colectivista de Barcelona, com duras críticas. António Cardoso defendeu nas páginas do jornal as ideias do manifesto e continuou a polémica no jornal *A Voz do Operário*, onde J. M. Gonçalo Viana prosseguia uma ativa campanha de propaganda. Perante estas divergências, em Dezembro de 1886, Centro Operário de Lisboa, em Alfama, promoveu um ciclo de "Conferências Contraditórias" sobre as ideias socialistas. Marcaram presença nos debates, J. A. Cardoso, Manuel Pinho, Bento Marques e António José d'Avila na defesa das ideias anarquistas atacando o parlamentarismo defendido pelos socialistas. O repórter na descrição que faz das conferências, procurou suavizar as divergências, concluindo que socialistas e anarquistas trabalhavam para o mesmo fim: a revolução social (*A Voz do Operário*, 12/12/1886).

Era evidente que a ruptura estava consumada. Face aos constantes constrangimentos, os anarquistas resolvem em 1887 criar órgãos próprios de propaganda anarquista.

Em Lisboa António Cardoso formou o grupo *A Centelha*, cuja declaração de princípios é atribuída ao próprio E. Reclus (4). Com José A. Guedes Quinhones cria o jornal *O Revoltado* (Abril de 1887).

No Porto, em Maio de 1887, J.M. Gonçalves Viana formou outro grupo anarquista-comunista e editou em Novembro o número-programa do jornal *A Revolução Social* - "órgão Comunista-Anarchista", com uma tiragem de 3 mil exemplares. Alguns dos membros que haviam pertencido à AUT integraram este grupo. A redação foi instalada na rua de S. Sebastião, 16-2º., residência dos seu redactor. O número 1 saiu a 15 de Janeiro de 1888, tendo como editor António Cândido de Sousa, operário ourives de prata.

Na mesma data, os Grupos Anarchistas de Lisboa e Porto publicaram opúsculo de Kropotkine - *A Anarquia na Evolução Socialista*, rapidamente esgotada.

Formou-se outro grupo na Figueira da Foz. Na Covilhã, em Dezembro constituiu-se o grupo comunista-anarquista Os Vingadores e muitos outros se lhe seguiram. Começa a ser anunciada a criação de novos grupos anarquistas revelando que o movimento se tornara imparável.

Falar de anarquismo era agora reportar-se a "uma escola (...) um movimento de ideias e ações preciso" (J.M.Gonçalves Viana - *A Evolução Anarquista em Portugal*, 1894). Reclus ao longo dos anos, como veremos, manteve uma ativa correspondência com os anarquistas em Portugal.

O Número-Programa d' *A Revolução Social* (Novembro de 1887) trazia algumas novidades. Rompia com o movimento cooperativo de matriz proudhoniana: "As cooperativas de consumo, servem apenas para transacções e especulações comerciais". As cooperativas de produção tinham-se revelado um logro. As organizações de classe, como existiam, eram um tropeço na direcção do progresso. A única organização revolucionária eram os grupos de afinidade, livremente constituídos, tendo como objectivo fomentar a revolta dos oprimidos, numa luta sem tréguas contra a opressão. O jornal *Rebelde* (1889), seguindo a mesma linha propunha o recurso à "greve violenta" nas oficinas, casernas e em todos os recantos onde se albergue a opressão e iniquidade. Uma luta que não conhece fronteiras. *A Revolta* (9/06/1889), definia como objectivo "despertar o povo", arrancá-lo da "inércia", dando-lhe a vida e a iniciativa, o carácter próprio que a burguesia lhe retirou deixando-o "anestesiado".

Reação do POSP

As cisões de anarquistas no PSOP, em 1880 e 1881, obrigaram o partido a definir-se em termos políticos. Os ataques não tardaram (5). José Ribeiro n' *O Protesto Operário*, órgão do POSP, em 1883, iniciou as hostilidades acusando os anarquistas de serem uma "seita" ("objecto do socialismo", 21/02/1883) que depois do Congresso de Haia apenas quererem lançar a "desordem" e o "ódio" entre os trabalhadores (13/01/1884).

Numa tentativa de travar as cisões, o POSP convidou-os a apresentar propostas para reformarem o programa e o regulamento do partido (*O Protesto Operário*, 9/02/1884). Estes responderam no mesmo jornal com ataques ao eleitoralismo e reformismo do POSP (J.A. Cardoso, 25/4/1886 e 9/05/1886). As greves que sucederam foram encaradas com grande preocupação por parte dos dirigentes do POSP. Em 1890 trataram de expulsar da Associação de Trabalhadores destacados anarquistas, como Bartolomeu Constantino.

Propaganda pelo Facto e Comunismo-Anarquista

O anarquismo que em Portugal irrompe em 1887 mostrava estar bem informado sobre as tendências do movimento internacional.

Adoptava o princípio comunista (a cada um segundo as suas necessidades) que desde 1874 em Itália Carlo Cafiero, Corelli, Andrez Costa, Errico Malalesta e outros vinham defendendo a partir da reformulação do colectivismo de Bakunine (a cada uma segundo o seu trabalho).

Seguia também outras ideias desenvolvidas em Itália: a Propaganda pelo Facto, individualmente ou através de pequenos grupos. Apelava a que todos os que se sentissem oprimidos e injustiçados, livre e autonomamente se revoltem e não esperem por nenhuma ordem que lhes seja exterior para o fazerem. A novidade introduzida pelos anarquistas italianos, sobretudo Errico Malatesta foi o conceito pedagogia pela ação. Através de ações, como manifestações, motins, sabotagens, levantamentos insurrecionais e uma infinidade de outras mais, os anarquistas destruíam formas de exercício do poder, despertavam os oprimidos para a luta e mostravam a possibilidade de mudanças sociais através de atos concretos. A ideia da propaganda pelo facto foi formulada em 1876 num artigo do boletim da Federação de Jura escrito por Cafiero e Malatesta. No congresso da AIT em Londres (1881), onde estiveram presentes Kropotkine, Malatesta e Louise Michel recomendava-se que os indivíduos tivessem em conta o estudo das ciências químicas como meio de ataque e defesa, numa alusão ao fabrico de bombas. A partir da década de oitenta sucederam-se os atentados contra reis, presidentes, capitalistas e todos os que corporizavam o domínio e a exploração de seres humanos.

A imprensa libertária em Portugal acompanha estas ideias. N' *O Revoltado*, nº.1 (Fevereiro de 1887) J. A. Cardoso escreveu um elucidativo artigo sobre o conhecido anarquista francês Clément Duval, defensor da propaganda pela ação.

Malatesta ao contrário de Kropokine entendia que a construção do comunismo dependia da vontade dos indivíduos em se libertarem, não era nenhuma inevitabilidade histórica. O "anarquismo científico" ou o "socialismo científico" eram duas falsidades.

As ideias de Piotr Kropotkine (1842-1921) rapidamente se divulgaram entre os anarquistas em Portugal. A primeira tradução de uma das suas obras surgiu logo em 1887: *A Anarquia na Evolução Socialista*. Muitas traduções se seguiram com destaque para a sua obra mais difundida - *A Conquista do Pão* (Porto, 1895), um programa construtivo de uma sociedade comunista libertária (6). Foi durante décadas o mais popular pensador anarquista no país, nomeadamente devido à defesa de uma concepção "científica" do anarquismo, baseada no conceito de "apoio mútuo" o grande motor da natureza e da história da Humanidade. Do seu estudo da vida animal concluiu que embora os animais travassem lutas ferozes para sobreviverem, no essencial não se observavam lutas violentas pela existência entre os animais da mesma espécie. A guerra social entre os humanos não poderia ser encarada como um sinal de progresso, ao contrário da cooperação. As suas obras estão repletas de exemplos do poder criativo proporcionado pela cooperação em liberdade. Apoio-mútuo, Justiça e Moral são conceitos indissociáveis na sua filosofia que se opunham ao "darwinismo social" em voga na sua época.

A sua moral exige o reconhecimento da Igualdade, com base qual deviam ser destruídas as ilusões que oprimem e alienam o ser humano. Recusa a violência e defende uma evolução gradual para a Anarquia.

Kropotkine deu ao anarquismo uma "dimensão de cientificidade" muito ao gosto do século XIX. Embora advertisse que não se esquecessem os cientistas eram apenas humanos, e portanto falíveis, e que a maioria deles pertencia por descendência às classes possuidoras e estavam imersos em preconceitos de sua classe e ao serviço do governo, não deixa de afirmar que os seus contributos eram decisivos para o avanço da humanidade. Mesmo aqueles que combatiam o "anarquismo de Ravachol", como o conselheiro A. Serpa Pimentel (*O Anarquismo*, Lisboa, 1894) ou o visconde de Ouguella

(*A Questão Social*, Lisboa, 1895) ou os evolucionistas como F. Martins de Carvalho (*O Socialismo Científico*, Lisboa, 1894) acabavam por apontar para o "outro" anarquismo, civilizado, científico que traçava os caminhos futuros da Humanidade.

Qual o lugar que Proudhon passou a ter no movimento anarquista? O colectivismo de Bakunine ou o comunismo de Kropotkine deixaram pouco espaço para o seu mutualismo. Embora Proudhon fosse sendo esquecido (7), a verdade é que algumas das suas ideias como mutualismo, cooperativismo e federalismo estavam amplamente assimiladas. O federalismo, por exemplo, passou a ser o princípio anarquista para a estrutura de organizações qualquer que fosse a sua natureza, dado permitir um maior controlo e intervenção directa dos seus membros na tomada de decisões. Era também a base de entendimento de anarquistas e muitos republicanos sobre a organização federalista (municipalista) que preconizavam para o país.

Repressão

Os anarquistas não tardaram a ser alvo de uma brutal repressão. A sua existência em Portugal era vista pelo regime como uma ameaça à ordem estabelecida. O regime monárquico temeu a sua acção, sobretudo depois de 1890 quando entrou numa profunda crise, marcada pelo ultimato Inglês (1890), a revolta republicana no Porto (31 de Janeiro de 1891), a declaração de bancarrota (Janeiro de 1892), a que se seguiu a ditadura de 1895-1896, o reforço dos poderes do rei e outras medidas que representavam um retrocesso em termos democráticos. A monarquia estava minada pela corrupção e o nepotismo, como constava um monárquico: Joaquim António da Silva Cordeiro em *A Crise em seus Aspectos Morais* (1896). Atacou o liberalismo defendido por Alexandre Herculano pois apenas servia aos poderosos, banqueiros e políticos, cavando um fosso entre ricos e pobres. Os republicanos, como Teófilo de Braga, também não traziam nenhuma solução para melhorar as condições dos pobres. A questão económica era indiferente para os republicanos. Acaba por concluir que era impossível acabar com o proletariado e a miséria "sem sair dos moldes da sociedade actual". A esperança que encontra tem uma matriz proudhoniana: o mutualismo e o cooperativismo. O tempo era de revolta, acção directa, contra o sistema e os seus agentes.

As primeiras prisões de anarquistas ocorreram na sequência de célebre bengalada de Manuel Joaquim Pinto, no dia 7 de Fevereiro de 1888, ao deputado Manuel Pinheiro Chagas (8). Pinto foi preso, assim como a sua companheira Júlia Adelaide, e também Albino Gomes de Morais (pintor, transmuntano, antigo membro da Associação dos Trabalhadores do Porto) e Manuel José Martins Vagueiro, José de Sousa (9) e João António Cardoso. No Porto, a imprensa reclamava por uma enérgica repressão policial: J.A. Gonçalves Viana foi preso e conduzido ao Aljube do Porto, como mais um terrível anarquista. Pinto só foi libertado em 1891 e voltou a ser preso em Julho de 1893 por ter realizado duas conferências na associação de trabalhadores em S. Tiago do Cacém (*A Revolta*, 16/07/1893).

A participação dos anarquistas na revolta do Porto, de 1891, acabou por os tornar num alvo a abater.

Em Fevereiro de 1894 foi preso Joaquim Raimundo dos Santos. Em Abril Manuel Silva Mendes é detido em Braga quando distribuía um manifesto anarquista, em Agosto acontece o mesmo a João Marques na cidade de Portalegre.

Em 1895 na sequência dos desacatos a 30 de Junho no Rossio durante a procissão comemorativa do Centenário de Santo António, nas rusgas que se sucederam foram presos Reynaldo Brandão, Mateus Rodrigues, Tirso Augusto dos Santos, Francisco Augusto Soares, Kader, Augusto da Costa e de novo Raimundo dos Santos. Em Setembro seguiram para São Tomé, Angola (Luanda), Moçambique e Timor uma leva de desterrados por três anos. Alguns jornais anarquistas foram proibidos, como *O Libertário* no Porto.

Em 1896 o regime monárquico durante a primeira ditadura de João Franco publicou a infame lei de 13 de Fevereiro destinada a aniquilar o movimento anarquista (10), cuja imprensa foi proibida.

As notícias internacionais sobre os atentados à bomba protagonizados por anarquistas como Ravachol (1859-1892) ou Emile Henry (1872-1894) assustavam a burguesia instalada no poder. Estas ações, como escreve Eça de Queirós, difundiram-se rapidamente pelos motivos mais diversos, nomeadamente pelo desejo de notoriedade de alguns que as praticavam (11).

Alguns grupos em Portugal afirmavam-se também seguidores de Ravachol. *O Lutador* do Porto, em 1895 proclamava: "Não temais a polícia nem a guarda municipal, porque se janizaros têm sabres e revólveres, nós, os explorados, temos a dinamite." Os nomes de alguns grupos são indicativos da afeição por este meio de luta: G. Casério (Lisboa, 1894), G. Vaillaint (Belém, Lisboa, 1894) ou G. Pallas (Lisboa, 1893). Surgem vários jornais clandestinos como *A Sombra de Ravachol* que tinha como legenda: "Sendo a propriedade um roubo, a expropriação é uma necessidade" (*A Revolta*, nº31, 4/06/1893), *O Agitador* (Outubro de 1895), com a divisa "Aparecerá sempre que puder" ou *O Anarquista* (manuscrito, 1895); A Biblioteca d' *A Revolta* edita "A Minha Defesa de Jorge Etièvant, com as suas declarações para serem lidas no julgamento a que foi submetido no Tribunal de Versalhes. A Biblioteca Literária do Porto publica *Ravachol* (1893).

Face à brutal repressão que foram vítimas procuraram encontrar novas formas de propaganda, adoptar títulos menos identificáveis pela polícia ou veicular as suas ideias nas publicações de associações operárias.

No entanto, o que atemorizava mais o poder era combatividade demonstrada pelos anarquistas, muito distinta do conformismo dos socialistas ou dos subitamente apagados republicanos depois da revolta do 31 de Janeiro de 1891.

O pretexto do governo para a infame lei foram alguns atos isolados na maioria deles fabricados pela própria polícia. O primeiro atentado, como referimos, ocorreu a 7 de Fevereiro de 1888, quando Pinheiro Chagas (escritor, ministro, deputado, etc) ridiculariza a anarquista Louise Michel que acabara de ser vítima de mais um atentado em França. No Rossio foi-lhe dado um exemplar da *Revolução Social* e na escadaria do Parlamento Manuel Joaquim Pinto deu-lhe uma bengalada. A imprensa anunciava que em breve o país entrava no caos. Começara a repressão contra os anarquistas. Seguiu-se a morte de um industrial, Cipriano de Oliveira e Silva (1888), e uma bomba junto do Governo Civil do Porto (Setembro de 1889); Prosseguiu com os atentados contra o administrador do concelho de Setúbal (fevereiro de 1890), uma bomba junto dos edifícios do Ministério do Reino e da Câmara Municipal de Lisboa (1891), o Consulado Geral de Espanha como protesto pelas prisões em Jerez (Fevereiro de 1892) e ao Conde de Folgosa (Novembro de 1892). A que se seguiu a incursão na procissão de Santo António (1895) e uma pedrada de Luiz de Mattos contra o rei a 26 de Janeiro de 1896 e no dia seguinte uma

bomba contra o médico que examinou o autor da pedrada, o Dr. Joyce (12). Estes pretextos justificaram a caça aos anarquistas em Portugal levando à prisão e deportação de centenas. A Monarquia assinava também a sua certidão de óbito.

A lei de 13 de Fevereiro condenava à prisão e à deportação para as colónias todo o indivíduo que tivesse ideias anarquistas ou as divulgasse. A imprensa também ficava proibida de qualquer referência aos seus atos ou doutrinas. Era um violento ataque contra a liberdade da imprensa, o que desencadeou muitos protestos. Foi na sequência desta lei que, em 1896, Manuel da Silva Mendes publicou - *Socialismo Libertário ou Anarquismo*. É uma obra singular no pensamento anarquista em Portugal, assente numa ideia fundamental: a crescente complexidade das sociedades humanas conduz à inevitabilidade do anarquismo. A complexidade obrigaria à descentralização e dissolução do próprio poder (12.1).

Apesar da repressão o anarquismo tornou-se neste altura numa referência obrigatória em muitos domínios do país: sindicalismo, educação, arte, cidadania, mudança de mentalidades.

O protesto manteve-se ativo até ao fim da monarquia, contribuindo para a sua queda. O movimento anarquista entra numa luta clandestina, contando com a temível solidariedade internacional. Em 1898 ocorreu um dos momentos cruciais desta luta. A 24 de Abril no Monte Aventino às Antas no Porto, realizou-se um monumental comício contra a Lei, contando com uma vasta adesão de associações operárias. A polícia e o exército mobilizaram para o local um grande número de elementos. A mesa era formada por Guilherme Gonçalves Baptista, Serafim Cardoso de Lucena, Júlio Gabriel. Um estudante de Belas-Artes Cristiano de Carvalho leu uma mensagem de solidariedade dos trabalhadores ingleses. A polícia acabou por prender todos e envia-os para o Aljube em Lisboa. Bernardo Lucas, o advogado dos detidos, com excepção de Cristiano, elaborou um discurso de defesa dos detidos que foi publicado sob a forma do número programa de uma revista: *A Ideia (A Ideia, Periódico Científico, nº. 1, Setembro de 1898)*. Cristiano de Carvalho com Francisco Vaz em 1900 decidem publicar no Porto o jornal *A Aurora* que foi logo apreendido e ambos foram presos. Em Lisboa, na mesma altura, José do Vale, quando se dirigia para casa foi preso sob a acusação de vadiagem.

Disposto a exterminar os anarquistas, o governo fizera-se representar entre 24 de Novembro e 21 de Dezembro de 1898 na “Conferência Internacional pela Defesa Social contra os Anarquistas”, promovida pelo governo italiano (13). As conclusões aprovadas pela maioria dos países europeus, incluindo a Turquia, foram mantidas em segredo, embora fossem seguidas em Portugal com algumas limitações como a aplicação da pena de morte por força da legislação do país (14).

As prisões e deportações de anarquistas e outros que eram acusados de serem seus cúmplices tornaram-se uma prática permanente dos governos monárquicos. O combate pela Liberdade nunca desfaleceu.

Devido ao silêncio imposto e à forma sumária como eram aplicadas as penas é difícil quantificar entre 1896 e 1910 o número de deportados anarquistas. Em 1896 segundo fontes oficiais foram deportados 24, dos quais 10 destinados a Moçambique e 14 a Timor (15). Outra fonte oficial afirmou que depois de 1896 em Lisboa fora deportado um anarquista que fizera a apologia do atentado contra o rei de Itália. Fora de Lisboa mais cinco anarquistas: dois em Seia, dois em S. Tiago do Cacém e um em Olhão. Acrescentou que foram presos dois jornalistas, um a 29/10/1898 e outro a 3/08/1900. A minguada

contabilidade oficial referia outras prisões (1899 e 1901) sem que ocorressem deportações (16). Não faltaram os que sabendo que seriam presos, como o caricaturista Leal da Câmara, fugiram do país.

Para Timor seguiram entre outros os seguintes: Joaquim Raimundo dos Santos (1896-1911), Luís António Nogueira (1896 a 21 de Julho de 1906); José Miranda (1896, faleceu em Timor neste ano); Arnaldo Agosto (1896-?), Sebastião dos Santos (1896 a 1906); Joaquim Marques (1896 a 1906); António Diniz (1896 a 1906); Gilberto Alves dos Santos (1896-1907, morreu em Timor); Cruz (morreu em Timor); Francisco Augusto Soares (1896 a 1905, morreu no regresso a Lisboa); Bernardino Henrique Caldas (1896, morreu em 1897 no Hospital de Dili em Timor); José Dias Loureiro (1896 a 1898, morreu em Dili); Carlos Augusto da Fonseca (1896-1903, morreu em Dili); Rodrigo da Silva (1896-1900, morreu em Dili); José dos Santos (1896, morreu em Timor); João Manuel Rodrigues (conseguiu fugir na África do Sul); Em 1906 alguns regressaram a Portugal amnistiados.

Para Macau sabemos que foi deportado José de Carvalho e Manuel Coelho Traficante e aqui tentaram constituir um grupo anarquista. Foram descobertos e deportados para Timor (1908). Neste território ocorreu em 1907 uma situação inesperada: Um grupo de marinheiros da guarnição da canhoeira Rio Lima promoveram a constituição de um grupo anarquista "Alvorada da Liberdade" com militares da Guarnição local. Para além de intensa propaganda através de cartas, bilhetes, dedicatórias em retratos e textos diversos, promoveram uma subscrição destinada a auxiliar a Escola Livre de Campos Lima em Coimbra (17). Como já ocorrera em 1855 o anarquismo estava difundido dentro dos quartéis minando o regime monárquico.

Para Moçambique foram deportados entre outros Luiz Bernardo de Mattos, preso a 26/01/1896, para cumprir uma pena de 16 anos de degredo, faleceu em 1898; António da Cruz (1896, em 1900 trabalhava como tipógrafo); Justo (1896); Vieira; Patrício Luis Ferreira Leão (operário metalúrgico); Francisco Augusto Soares, por se recusar a ouvir a missa no presídio foi desterrado para Inhambane, onde trabalhou como carpinteiro. Faleceu em São Tomé, a 9 de Junho de 1905, quando regressava a Portugal; José Estevam foi libertado pela Republica mas logo a seguir foi preso por constituir uma Liga Revolucionária em Moçambique.

Para Angola foram deportados Francisco José Frias; Mateus Rodrigues; Firmino José Faias; João Dias d'Oliveira; Manuel Caldeira Feio foi preso a 22/09/1905 em Vila Viçosa, deportado para Angola onde se evadiu. Regressou a Lisboa e voltou a ser deportado agora para a Guiné (*Germinal*, 24/09/1905; *O Mundo*, 26/09/1905);

Na Guiné entre 1896 e 1905 esteve desterrado Manuel Augusto Oliveira.

Muitos outros foram deportados para partes incertas em África como José Ricardo Osório, Loureiro, Antero, António Domingos. Para S. Miguel, nos Açores foi enviado Francisco dos Santos (18) e possivelmente outros.

Anarquistas e Republicanos

A perseguição aos anarquistas acabou por os aproximar dos republicanos, que arrastaram os socialistas possibilistas para um ódio comum à monarquia.

Maçonaria e Carbonária. A repressão levou muitos anarquistas e republicanos radicais a constituírem em Agosto de 1896 uma organização secreta para combater a lei de 13 de Fevereiro e a própria monarquia. Na base desta organização parece ter estado uma loja maçónica - *Obreiros do Futuro* (1896-1907), ligada ao Supremo Conselho Geral Ibérico.

Era longa a lista de conhecidos anarquistas maçons, como Proudhon, Bakunine, Fanelli, Stirner, Reclus ou Kropotkine. Em Portugal contavam-se, entre muitos outros, Emílio Costa, Campos Lima, Manuel Joaquim de Sousa (19) ou Sobral de Campos. O que os atraía parece ter sido a ideia de uma fraternidade universal, que na promessa de E. Kant fundaria uma Paz Perpétua, mas também a luta pelos princípios da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa.

A loja secreta denominada *Bonfim*, tinha a sua sede na Rua 24 de Julho, próximo da Rocha Conde de Óbidos. A sua novidade estava no facto de ser constituída por libertários, com grande experiência nas lutas operárias e alguns no fabrico de engenhos explosivos. A Biblioteca Nova Aurora procurou lançar o debate sobre estas maçónicas com a publicação de um brochura justamente intitulada - *A Maçonaria e o Proletariado*.

Em 1900, registou-se uma forte aproximação aos republicanos, quando foi criada a Carbonária Lusitana, mais conhecida por Carbonária Anarquista (20) que em 1908 se fundiu com a Carbonária Portuguesa. As ações da carbonária eram independentes da maçonaria e do Partido Republicano, embora pontualmente pudessem estar articuladas. A ideia da sua subordinação a um diretório republicano é contrariada pelos testemunhos dos seus participantes (21).

Esta união contra a Lei de 13 de Fevereiro não deixou de preocupar a policia. Um crescente número de anarquistas apelavam à colaboração ativa com os republicanos. Em 1896, Ernesto da Silva que fora o principal apoiante de Azedo Gneco no Partido Socialista adere publicamente ao anarquismo e passou a defender esta colaboração. A mesma posição assumiu, José do Vale quando em 1898 integrou a redação do jornal *A Obra*. Em 1900, um espanhol infiltrou-se no movimento anarquista - Julio Monzó (1882-1943), lançou no jornal socialista *A Luta* uma campanha contra a lei do 13 de Fevereiro, contando desde logo com o apoio da Liga Académica Republicana. A comissão executiva da campanha era constituída por Helidoro Salgado, Teodoro Ribeiro, Ernesto da Silva, Nunes da Silva, Severiano de Carvalho, José de Macedo, Jaime Tavares e Pinto Malheiro. Julio Monzó acabou por ser desmascarado e saiu do país.

Entre os muitos anarquistas que fizeram parte da Loja Obreiros do Futuro e da Carbonária Anarquista, embora nem todos façam parte de ambas, contavam-se José do Valle (jornalista), Bartolomeu Constantino (sapateiro), Brito Benttencourt (professor), Ribeiro de Azevedo (-1904, jornalista), Francisco Veríssimo (serralheiro mecânico), José Jesus Gabriel (torneiro mecânico), Adão Duarte (esteotipador do jornal *O Mundo*), Manuel Vaz Rebordão (funileiro), Jaime Tavares (farmacêutico), José Vidigal (arsenalista), Benjamim José Rebelo (brochante), Júlio Dias (carpinteiro), Sebastião Eugénio (corticeiro), Carlos Antunes (torneiro mecânico), António Alcochetano (caldeireiro de cobre), Manuel Domingos (electricista), Hilário Marques (caldeireiro), João Policarpo (marceneiro), Alvaro dos Santos (emprego bancário), Paulo Tavares (canalizador), Venceslau Dinis Araújo (comerciante), José Nunes (22) e outros.

Face à crescente contestação à lei de 13 de Fevereiro de 1896, o governo empreende a sua revisão a 21 de Novembro de 1907, relegando os crimes de difusão das ideias anarquistas para o julgamento do juiz de instrução. A repressão continuou numa

crescente escalada. Nos últimos anos do regime monárquico foi particularmente violenta, sucedendo-se as perseguições, prisões e assassinatos. Não admira que a reação fosse idêntica: à bomba ! (23) As bombas foram empregues na tentativa de golpe de estado de 28 de Janeiro de 1908, sendo decisivas no golpe de 5 de Outubro de 1910. Não raro ocorriam acidentes no seu fabrico ou manuseamento. Um destes aconteceu a 6 de Agosto de 1907, no bairro da Estrela, rua de Santo António em casa do Manuel Vaz Robordão do qual resultou vários feridos graves: o seu irmão Luiz (cabo da marinha de guerra), Britto Bettencourt (professor de línguas), autor do “Catecismo do Ateu”. A polícia apressou-se a falar de “complots” anarquistas, seguindo-se uma onda de prisões e deportações. A imprensa republicana denunciou as arbitrariedades policiais. Numa onda de solidariedade no dia 19 de Dezembro de 1908 foi levado à cena no Teatro do Principe Real, a peça de Manuel Laranjeira “Amanhã” em benefício de Manuel Robordão que havia perdido uma das mãos.

O caso mais mediático deu-se a 17 de Novembro de 1908 com a explosão num prédio da Rua do Carrião, no quarto de Aquilino Ribeiro (24), tendo morrido dois carbonários libertários António Gonçalves Lopes (médico) e José Martins Belmonte de Lemos (comerciante), a que seguiu nova vaga de prisões (Germinal, nº212, 1/03/1907).

José do Valle, jornalista, editor dos jornais *O Petardo* e *o Dinamite* (25) tornou-se no símbolo do anarquista-bombista pelo emprego que delas fazia e da forma desabrida como justificava o seu emprego (26).

No dia 31 de Janeiro, o governo aprovou mais uma lei para exterminar os anarquistas. A resposta foi rápida. No dia 1 de Fevereiro de 1908 o rei D. Carlos e o príncipe herdeiro Luiz Filipe foram assassinados no Terreiro do Paço. O objectivo era supostamente matar o ditador João Franco, mas as circunstâncias ditaram outro desfecho (27). O dedo foi apontado aos anarquistas, e em particular a um - Alfredo da Costa (28). Augusto Machado resumia mais tarde o acto nas seguintes palavras: “A violência provoca a violência, e enquanto a organização social em que vivemos, subsistir, os casos como o de 1 de Fevereiro terão infelizmente de surgir, pois são o reflexo de violências muito mais criminosas e infames” (*Guerra Social*, nº11, 30 de Janeiro de 1911). É muito significativo que no enterro dos regicidas tenham estado presentes mais de 20 mil pessoas, revelando a falência do regime monárquico.

A 5 de Fevereiro de 1908 após a demissão do João Franco, o governo liderado pelo almirante Ferreira do Amaral declarou nulos os decretos de 21 de Novembro de 1907 e de 31 de Janeiro de 1908, mas manteve as leis de 13 de Fevereiro de 1896 e 21 de Julho de 1899. Os anarquistas continuavam a ser o alvo a abater.

Federação Socialista Livre. Em fins de 1901 foi lançado um manifesto em Lisboa, promovido entre outros por Ernesto da Silva, para a criação de uma “aliança revolucionária” dos anarquistas com os republicanos. É neste contexto que foi criada a *Federação Socialista Livre* - FSL (1901-1906), tendo como órgão o jornal *Germinal* (nº1, 5/10/1902)(29), fundado José do Valle, Dias da Silva e Bartolomeu Constantino. As “bases” da Federação foi publicadas pel’ *O Amigo do Povo* (Nº. 34, 3/08/1902). José do Valle assumiu as funções de secretário.

A FSL possuía ramificações em Lisboa, Porto, Almada, Setúbal, Covilhã, Funchal e outras localidades. Em 1902 anunciava a formação de núcleos em São Paulo e Rio de Janeiro... Os seus militantes muitos dispersos colaboravam em vários órgãos de propaganda, como *O Germinal* (Setúbal), *O Rebelde*, *O Amigo do Povo* (Portalegre), *O Trabalhador*, *A*

Propaganda, A Revolta, A Obra ou A Era Nova (Coimbra). A FSL assumia como um dos principais objectivos lutar contra a Lei do 13 de Fevereiro e o derrube da monarquia. Não registou nenhuma atividade relevante. Em Março de 1902 em aliança com os republicanos organizou uma Conferência Contra a Guerra Sul-Africana. Em Abril de 1904 participou, através de José do Vale, num protesto anarquista internacional relacionado com a prisão dos trabalhadores rurais envolvidos na insurreição de 1 de Agosto de 1903 em Alcalá del Valle (Espanha), e pouco mais. A dispersão dos seus membros por muitas organizações era a sua força, mas também a sua enorme fraqueza quando a coordenação não existia.

Os republicanos depois de 1903 passaram a colaborar mais activamente na propaganda contra a lei de 13 de Fevereiro de 1896, denunciando a barbárie e as arbitrariedades praticadas pelos monárquicos, numa hábil estratégia de condenação pública da Monarquia. Na imprensa republicana destacou-se um jornal nesta campanha: *O Alarme*, diário republicano da tarde no Porto, cujo redator principal era Helidoro Salgado. Entre as denúncias e iniciativas que promoveu sobressai a campanha nacional contra a lei, cuja adesão foi enorme em todo o país (nº.19, 22 de Novembro de 1904). Segundo este jornal (7/12/1904) cinco anarquistas desterrados em Timor haviam falecido até à data. A polícia servia-se de todos os pretextos para os prender: em São Bartolomeu de Messines, em 1904 foram presos Gregório, José Jerónimo, Amadeu da Silva e Filipe. Estavam a conversar na beira da estrada quando foram acusados de partirem vidros num comboio (*O Alarme*, 30/12/1904). O caso mais grave foi todavia a prisão de Bartolomeu Constantino em Junho de 1904, contra o qual a imprensa burguesa no Algarve movera uma enorme campanha. Foi condenado a 3 meses de prisão correcional, seguidos de deportação perpétua para Timor, sendo transferido para a cadeia do Limoeiro em Lisboa. A "Liga de Combate Contra a Lei do 13 de Fevereiro", constituída a 20 de Dezembro, sob a direção de Augusto José Vieira, lançou por todo o país uma intensa campanha de protesto. Um dos maiores protestos que foram realizados ocorreu a 29 de Janeiro de 1905 no Porto, a que assistiram cerca de 7 mil pessoas (*O Alarme*, nº76, 30/01/1905). A Associação de Classe União dos Operários Manipuladores de Tabaco do Porto, por exemplo, na sessão que organizou de protesto contra a lei, denunciando ao mesmo tempo a repressão em geral: "Considerando que a lei é uma rede para caçar nas suas malhas todos os liberais sem distinção de partidos, quando os governos assim o entenderem e que já o número dos mártires sobe a mais de 1500 de diversas classes e partidos" (*O Alarme*, nº87, 13 de Fevereiro de 1905). Perante a onda de contestação que se gerou, Bartolomeu Constantino acabou por ser libertado em Junho de 1905, mas as deportações continuaram. Benjamim José Rebelo foi desterrado para a Guiné.

A FSL que desaparecera em 1905, foi no ano seguinte reconstituída em Lisboa, acentuando agora que privilegiava a ação directa e repudiava a agitação política e parlamentar (*A Era Nova*, nº1, 3/02/1906). Em fevereiro de 1906, com o Partido Republicano lançava um protesto contra o imposto de consumo, o que desmentia a sua proclamada independência. Bartolomeu Constantino aparece como secretário e elemento de ligação à carbonária. A imprensa anarquista divulgava regularmente comunicados desta organização (cfr. *A Era Nova*, 5/05/1906) que tinha grupos em Lisboa, Almada, Setúbal, Covilhã, Algarve, Funchal, etc.

O jornal *A Era Nova*, nº15, a 19 de Maio de 1906, contornando a censura publicava o seguinte anúncio: "IMPORTANTE - O Reino de Portugal muda-se para Timor. Continua a receber encomendas e agradece a visita dos seus estimados fregueses ao seu estabelecimento. Toca a preparar as malas." Era longa a lista dos anarquistas desterrados para Timor, Moçambique, Angola, São Tomé ou Guiné durante a monarquia. A simples

acusação de anarquista servia para prender e deportar todos os que pudessem incomodar o poder. José Miranda faleceu em 1907 desterrado. Neste ano os deportados de Timor foram amnistiados, com excepção de Raimundo dos Santos, acusado de ter participado no atentado ao Dr. Joyce (1896): só em 1911 teve permissão para regressar a Portugal.

A repressão levou a declínio da FSL. No Porto, os anarquistas mantiveram-se federados.

Críticas. Esta aliança de anarquistas e republicanos não era pacífica, embora, como vimos, tivesse antecedentes históricos. A revolta republicana do 31 de Janeiro de 1891 no Porto, contou com a participação de anarquistas e o jornal *Revolução Social* foi proibido. A aproximação era facilitada pela existência dentro do movimento republicano de uma corrente federalista e municipalista. Uma propaganda sustentada por republicanos como Magalhães Lima, grão-mestre da maçonaria (1907-1928), uma personalidade querida dos anarquistas (30). O termo federalismo a partir de 1891 passou a designar-se por descentralismo, afastando-se de possíveis associações ao federalismo ibérico (iberismo). Do lado dos anarquistas temia-se que o movimento fosse arrastado para a luta parlamentar. Em 1903, José Bacelar no jornal *A Obra* atacou esta união. Emílio Costa publica então a brochura *É Preciso a República?* definindo as linhas de entendimento entre anarquistas e republicanos (liberdade, municipalismo, descentralização...).

Alfredo Pimenta, no jornal da Guarda *O Combate* (5 de Abril de 1905) escreve também sobre o tema, repetindo igualmente o que da República esperavam: liberdade e descentralização, em síntese uma república federativa. A separação de águas revelou-se difícil de manter. O jornal *Germinal* de Setúbal, por exemplo, a 12 de Fevereiro de 1905 apoiava as listas republicanas. José do Vale, o mais conhecido anarquista do tempo promovia as listas republicanas.

Campos Lima n`*A Era Nova* (nº4, 24/02/1906) a respeito do intervencionismo chama à atenção que nos países onde a República foi implantada as promessas estavam longe de serem cumpridas. Noutro artigo (nº16, 26/05/1906) escreve que os republicanos "querem fazer dos anarquistas portugueses uma dependência do Partido Republicano" e acrescenta "A tal não chegaremos nunca felizmente".

A verdade é que aliança de anarquistas e republicanos para derrubar a monarquia nunca desapareceu. As próprias ações armadas para a implantar a República passaram contar com anarquistas, como foi o caso da tentativa de golpe de 28 de Janeiro de 1908. Entre os presos implicados no golpe contava-se José do Vale (*A Sementeira*, nº2, Outubro de 1908).

Muitos republicanos persistiam em assumir que tinham os mesmos objectivos que os anarquistas. Helodoro Salgado, nas páginas d`*O Alarime*, declara-se militante republicano, anarquista e idealista (nº. 96, 23 de Fevereiro de 1905). Nas páginas do *Germinal* - Theofilo de Braga afirma que a meta da República é uma sociedade anarquista (nº221, 17 de Maio de 1908). Uma "aliança revolucionária" que levou bastantes anarquistas a passarem para o campo republicano como constatava *A Sementeira* (Nº. 6, Fevereiro de 1909).

José do Vale (31) e Bartolomeu Constantino (32) eram idolatrados na imprensa republicana, que lhes dedicou longas páginas incluindo poemas. O primeiro acabará afastado em 1911 do movimento anarquista quando se candidatou pelo Partido

Republicano às eleições constituintes pelo círculo 38º (não foi eleito). O segundo, manteve-se fiel ao ideário libertário.

Anarquistas e Socialistas

A permanência dos anarquistas no POSP, como vimos, não era pacífica. A sua saída era inevitável. A situação tornou-se ainda mais difícil a partir de 1896: os socialistas ficaram divididos entre o POSP (possibilista, liderados por Manuel Luis de Figueiredo e Francisco Viterbo de Campos), controlando dois jornais (*O Protesto Operário* em Lisboa e *O Trabalho* no Porto) e o então criado Partido Socialista Português (PSP) de Azedo Gneco (marxista) que editou dois jornais (*O Revolucionário* e *A Federação*).

O PSP recusava qualquer entendimento com os anarquistas, embora o seu programa nada tivesse de marxista. Azedo Gneco esteve presente como delegado no Congresso Internacional Socialista em Londres em 1896, onde foi votada a expulsão definitiva dos anarquistas dos Congressos da IIª. Internacional. Na sua concepção marxista, o socialismo era uma inevitabilidade histórica pelo que apenas restava aos operários esperarem por esse dia, mostrando pelo seu comportamento civilizado (ordeiro) que estavam à altura da missão que no futuro lhes cabia: assumirem a gestão da nova sociedade.

A corrente possibilista do POSP que privilegiava a luta económica à luta eleitoral, estabeleceu vários entendimentos com os anarquistas. Em Junho de 1897 colaborara na organização do Congresso Operário da Região Sul, uma iniciativa da Confederação Metalúrgica. Bartolomeu Constantino, em 1898, nas páginas do jornal *A Voz do Trabalho*, órgão dos possibilistas promoveu a criação de uma organização libertária a *União Socialista* (1899), com princípios muito amplos de modo a federar anarquistas, socialistas possibilistas e republicanos. Fruto da ação a 29 de Janeiro de 1899 reuniram-se em Lisboa elementos do POSP e anarquistas. A moção então aprovada apelava à união de esforço, mantendo cada qual a sua autonomia. Publicações socialistas como *A Questão Social* reflectiram na altura esta procura de entendimento. A prática mostrava que o mesmo era impossível. Na sessão de da escola nocturna do Centro Socialista de Gaia, foram os anarquistas convidados a participar. António Costa foi um deles, mas quando se referiu ao "socialismo libertário" o presidente da mesa interrompeu-o. Escandalizado *A Questão Social* (21/10/1900) referiu que a polícia que assistia à sessão permaneceu calada, e os socialistas arvoraram-se em polícias. A sessão terminou num tumulto. O grande obstáculo para o entendimento com os anarquistas era todavia o reformismo dos socialistas, levando-os a condenarem o recurso à greve pelos trabalhadores, como o fizeram no Congresso de Aveiro (6 a 9 de Dezembro de 1902) ou na Greve Geral do Porto em 1903 em que colaboraram com a polícia na sua repressão.

As lutas internas dos socialistas entre o POSP e o PSP prolongaram-se até 1907 quando as duas tendências se uniram, para fazer frente à subida dos republicanos e ao predomínio dos anarquistas no movimento operário.

1º. de Maio. A origem do 1º. de maio, um acontecimento marcante do movimento operário, está ligada à luta pelas oito horas de trabalho diárias. Desde 1866 que os operários reunidos num congresso em Baltimore (EUA) assumiram esta reivindicação como objectivo prioritário. A partir de 1880, com a criação da Federação dos Trabalhadores dos Estados Unidos e Canadá esta luta tem um novo impulso. Em 1884 fixa-se o 1º. de Maio como o dia de greve pela conquista das oito horas de trabalho. Assim aconteceu em 1884, 1885, e sobretudo em 1886 quando ocorreram milhares de

greves por todo os EUA. Em Chicago, grande centro industrial, a agitação foi enorme, o patronato viu-se obrigado a ceder à reivindicação do operariado. Durante uma manifestação, no dia 4 de Maio de 1886, explodiu uma bomba. Oito anarquistas foram acusados de estarem envolvidos nesta mesma, quatro dos quais acabariam enforcados a 11 de Novembro de 1887, e um outro, Ling, se suicidou na véspera do enforcamento. Em 1893, e após um longo inquérito, o governador do Estado de Illinois reconheceu a inocência das vítimas de Chicago. Em Portugal, o impacto dos acontecimentos de Chicago foi rápido. Nove dias depois a imprensa operária em Portugal protestava contra as execuções (*O Protesto Operário*, 20/11/1887), seguindo-se manifestações de repúdio. A Revolução Social manifesta a sua solidariedade com os trabalhadores norte-americanos. O dia 11 de Novembro passou a ser recordado pelo anarquistas como um marco desta luta pela redução do horário de trabalho. No primeiro aniversário deste funesto acontecimento, na *Agrupação Promotora dos Melhoramentos Moraes e Materiais das Classes Populares do Porto*, fundada por operários tecelões em Julho de 1888, na Rua da Saudade, Ilha do Mastro, foi organizada uma sessão solene onde marcaram presença conhecidos anarquistas, como J.M. Gonçalves Viana, José Alves Tino (cerâmico), José da Silva (tecelão) e António Cândido Faria.

No congresso da IIª. Internacional Socialista Internacional reunido em Paris (1889), em que esteve presente uma delegação de socialistas possibilistas (Manoel Luiz de Figueiredo e Francisco Viterbo Campos) foi decidido assinalar esta luta no dia 1º. de Maio, como o Dia da "Festa do Trabalhador". Os anarquistas apesar de preferirem assinalar o dia 11 de Novembro, acabaram por aderir à iniciativa. Em 1890 o 1º. de Maio foi pela primeira vez comemorado em Portugal. Em Lisboa os socialistas limitaram-se a seguir instruções dadas pela polícia fazendo uma discreta romagem ao túmulo de José Fontana no cemitério dos Prazeres. No Porto, anarquistas e socialistas entenderam-se e realizaram uma monumental concentração no Monte Aventino em defesa das oito horas e outras reivindicações operárias. Os republicanos através do jornal *O Primeiro de Janeiro* fizeram circular uma mensagem enganosa que a concentração dos anarquistas seria na Praça D. Pedro, o que gerou alguns contratemplos. Em Coimbra, os anarquistas em Outubro deste ano publicaram o primeiro jornal com o título "1º. de Maio", redigido por José Monteiro, Luis Teixeira, José Alves, José Pereira da Cruz, João Squilário, António Gurri e José Martins. Foi proibido após a revolta republicana do 31 de Janeiro de 1891 no Porto. A comemoração deste dia era distinta para anarquistas e socialista. Os primeiros encaravam-na como uma jornada de luta. Em 1892, um grupo de jovens anarquistas de Lamego, edita o folheto *Mártires de Chicago*. No Porto, em 1893, edita-se outro folheto dedicado "Aos Martyres de Chicago. 11 de Novembro de 1887 a 1893", estendendo a solidariedade aos "garrotados do Jerez" (processo Mano Negra). Os socialistas transformaram o 1º. de Maio numa "festa popular", sem conteúdo revolucionário (33). Em Lisboa, por exemplo, passou a ser assinalada por um cortejo alegórico que começava na Praça dos Restauradores e terminava com os discursos alusivos à festa junto ao túmulo de José Fontana. Em Portugal, a conquista da oito horas de trabalho, como veremos, só foi alcançada parcialmente em 1919, após a derrota do "Reino da Traulitânia" (Porto) e da Monarquia do Monsanto (Lisboa), para a qual muito contribuíram os anarquistas.

Sindicalismo Revolucionário

Os anarquistas a partir de 1872 encaravam as associações de classe não apenas como órgão de defesa, mas sobretudo como meios para fazer uma transformação social. As lutas deviam centrar-se nos locais de trabalho e não nas eleições ou parlamento. Daqui a crítica ao eleitoralismo e as divergências com os socialistas.

A defesa da autonomia das associações luta face aos partidos políticos passou a ser uma posição de princípio dos anarquistas nestas associações. Quando o Partido dos Operários Socialistas de Portugal (POSP), em 1879, resolveu concorrer às eleições contrariando as decisões de anteriores congressos, desencadeou a revolta dos anarquistas no interior das associações. Em 1885, a Associação dos Ferreiros e Artes Correlativas de Lisboa, contrariando as orientações do POSP promoveu o I.º Congresso das Associações de Classe onde foi preconizado que fosse retomada a posição da AIT de 1872, isto é, o abstencionismo. Foram discutidos entre outros assuntos, a regulamentação da aprendizagem, a redução do horário de trabalho e a organização de câmaras sindicais de ofício. O congresso decorreu na Câmara Municipal de Lisboa, tendo sido resolvido considerar feriado o 1.º de Maio. Foram reclamadas bolsas de trabalho. O momento decisivo neste movimento ocorreu no Congresso das Associações de Classe a 27 de março de 1892 no Porto. Os representantes das associações do sul abandonaram o congresso e convocaram um outro para Julho no mesmo ano. Neste congresso de Lisboa foi reafirmada a autonomia das associações operárias face aos partidos políticos e que nelas fossem discutidas questões que afectassem directamente os trabalhadores. Foi uma importante vitória dos anarquistas. Apelou-se à união local das associações, confederá-las em todo o país e definir um programa de organização e de luta. A luta pela autonomia dos sindicatos dos partidos políticos foi adquirindo uma crescente importância nas associações.

A sujeição das associações face ao Estado era outro ponto de discórdia. O excesso de legalismo empurrava as associações para o conservadorismo. O Estado, perante o crescente movimento reivindicativo dos trabalhadores procurou regular as suas relações com o patronato, criando o *Tribunal de Arbitros Avindores* (Lei de 14/08/1889), permitindo a legalização das associações de classe que até então viviam à margem da lei. Os únicos organismos de trabalhadores que tinham existência legal eram as cooperativas (Lei 2/07/1867). O Governo procurava condicionar a sua constituição, fins e funcionamento. A posição dos anarquistas era clara: "Se conclui que o que melhor têm a fazer os operários, que não queiram viver à mercê de qualquer governo, é mandarem ao diabo o legalismo e praticarem a organização livre ou anarquista" (*A Propaganda*, 25/02/1894).

O sindicalismo revolucionário em Portugal, para além da sua dinâmica própria, não deixava de reflectir o que acontecia no mundo. A ideia de uma Greve Geral era desde 1873 assumida como uma poderosa arma ao serviço da revolução social (Congresso da AIT de Verviers, 14/04/1873 e de Antuérpia (15-16/08/1873). Postulava-se que após uma greve geral revolucionária, a federação geral dos sindicatos operários colectivizaria todos os meios de produção e se encarregaria da formação de uma comunidade sem estado, cooperativa e igualitária. Em 1887 foi fundada em Paris outro importante meio revolucionário: a Câmara de Trabalho, um local de encontro de sindicatos e debate de ideias. Em 1892 constituiu-se uma Federação de Câmaras do Trabalho. Numa perspectiva revolucionária as Câmaras de Trabalho depois da greve geral seriam a base da organização política local. Constituiu-se desta forma os princípios da organização social anarco-sindicalistas. Em 1894 para dirigir a Federação foi chamado um novo secretário, Fernand Pelloutier (1867-1901). Graças ao impulso deste anarquista, secundado por outros, estas Câmaras tornaram-se poderosos organismos revolucionários em França. Em 1895 deu-se outro passo importante, a constituição da *Confédération Générale du Travail* - CGT, sobre a base programática da greve geral e do sindicalismo revolucionário. Os anarquistas em Portugal assumiram a CGT francesa como o modelo de organização revolucionária do sindicalismo.

A partir de 1893 os anarquistas entram em força nas associações operárias, abandonando uma orientação centrada em ações individuais ou praticada por pequenos grupos muito dispersos. N' *A Revolta*, neste ano, multiplicam-se os artigos sobre a ação dos anarquistas no movimento operário internacional, formas de associações operárias, a greve geral e outros temas que reveladores da mudança que estava em curso. As críticas ao reformismo das cooperativas mantêm-se (*A Revolta*, 12/02/1893, 5/03/1893...), apela-se à formação de associações para lutarem por melhoramentos locais, combatendo "administrações rotineiras" (*A Revolta*, 1/10/1893).

A imprensa socialista dá conta desta entrada e acusa-os de estarem a dividir os trabalhadores. Estes, por seu lado, acusam o POSP, na pessoa de Azedo Gneco, de inação e de estar apenas preocupado com as eleições. Neste período entre as dezenas de anarquistas que protagonizam esta intervenção nas associações sindicais, destacaram-se Albino de Moraes, Martins Vageiro, João Alvares, Mateus Ruivo, Duarte Pinto Fernandes, Severiano de Carvalho, Gonçalves Viana, António Evaristo, José do Vale, Bartolomeu Constantino e Domingos Mautempo.

Em maio de 1894, o POSP, sob a direção de Azedo Gneco, como resposta às críticas que lhe faziam, organiza um congresso nacional das associações de classe, desdobrado em Lisboa e Porto. No centro dos debates esteve a jornada de 8 horas. Acerca das formas de organização foi votado a criação da Confederação Nacional das Associações de Classe, com os programas das Federações de Lisboa e Porto. A inação manteve-se. Os anarquistas aliados aos socialistas críticos de Azedo Gneco, instalam-se na poderosa Confederação das Associações Metalúrgicas de Lisboa, cujo jornal *O Eco Metalúrgico* começou a divulgar uma nova concepção de ação sindical. Em várias situações ocorreram confrontos violentos, entre socialistas e anarquistas como os que ocorreram a 2/09/1894, durante uma conferência de Azedo Gneco. O Congresso de 1895, em Tomar, foi discutido a questão do operariado das cidades, do mar e do campo, mas pouco se avança em ações concretas. A contestação anarquista às manobras do PSOP sobem de tom.

A intervenção cada vez mais notória dos anarquistas nos sindicatos foi estimulada pelo próprio governo. Em 1895 resolvera expulsar do corpo eleitoral os analfabetos que representavam 80% dos eleitores. Os operários, sem representação social viram na ação directa (sem intermediários) o único meio que lhes garantia uma efectiva intervenção social (34).

Em 1896 consuma-se a ruptura internacional entre anarquistas e socialistas. Em Portugal, os socialistas dividem-se em dois partidos, e muitos dos seus militantes aderem ao anarquismo. A sua presença é cada vez mais significativa no movimento operário, na sua organização e nas lutas. A imprensa operária, como *O Eco Metalúrgico* (1895-1897) ou *O Eco Metalúrgico* (1904) reflectem esta adesão e o abandono do eleitoralismo socialista (35). No congresso operário da região sul e da imprensa operária independente, em Junho de 1897, estiveram presentes 26 associações e 3 jornais, entre eles *A Liberdade*, anarquista. Bartolomeu Constantino ficou na comissão executiva. No ano seguinte estão já em grande número na Associação de Trabalhadores do Porto.

No início do século XX os anarquistas estavam à frente das lutas operárias (36). O POSP tornara-se num obstáculo à organização e lutas do operariado. No VI e último Congresso das Associações e Classe, voltou a votar-se a organização de uma confederação que já havia sido aprovada em 1894. Discutiui-se a questão das greves, com base num parecer que as condenava. Dizia o parecer: "Nenhuma greve deverá ser declarada sem a

Associação ser ouvida; por outro lado, um greve não poderá declarar-se se outra noutra localidade do país existir outra greve". Apesar da oposição dos socialistas, a greve geral no Porto, em 1903 (37) teve um forte impacto em todo o país. O incremento do movimento grevista permitiu melhorar o poder de compra do operariado, e não deixou de contribuir para o derrube da monarquia (38). Os anarquistas preconizavam uma ação independente dos sindicatos dos partidos políticos e a organização de uma Confederação Geral do Trabalho como escreve Emílio Costa (*O Amigo do Povo*, nº28, 22/06/1902), na linha do Congresso de Libertários em Liège.

Em 1906 a concepção de um sindicalismo revolucionário, base da organização de uma futura sociedade está já claramente assimilada na imprensa anarquista (*A Era Nova*, Coimbra, 10/02/1906). As conclusões do Congresso de Amiens (setembro de 1906) veio consagrar esta estratégia (39). Foram organizadas tournés para divulgar pelo país esta concepção de sindicalismo revolucionário. Em 1909, por exemplo, uma foi para o Alentejo e Algarve: João Baptista Otero e Acrácio Progresso contaram então com o apoio de grupos anarquistas locais (*Guerra Social*, nº11, 30/01/1909).

Em Julho de 1909 a Federação Operária de Lisboa, propôs ao Partido Socialista a realização de um congresso operário e cooperativista em duas secções: Lisboa e Porto. Na secção de Lisboa, cujos trabalhos ocorreram na Sociedade de Geografia sob a presidência de Azedo Gneco, estavam presentes representantes de 44 organismos diversos, 3 jornais e 119 delegados. Na secção do Norte, reunidos na Casa do Povo Portuense, estavam 136 delegados em representação de 57 organismos, incluindo cooperativas, mas sem nenhum centro político, ao contrário do que acontecia em Lisboa. As divergências entre anarquistas e socialistas em Lisboa não tardaram, muita coisa os dividia. Uma das mais importantes era a participação de pessoas inscritas pelo PS, com direito a voto, mas que não estavam sindicalizadas. Era um expediente usado por este partido para controlar as decisões tomadas nos congressos operários. Perante estas manobras, os anarquistas em Lisboa, entre os quais se destacava José do Vale, abandonaram o congresso. Reuniram-se na União da União da Construção Civil, onde marcam um novo congresso para o dia 5 de Setembro na sede da Caixa Económica Operária, à Graça. O novo congresso contou com a representação de 31 sindicatos e algumas cooperativas, ocupando-se além dos assuntos do momento, de cinco teses: protecção às mulheres; menores nas fábricas; lei das Associações de Classe; jornada das 8 horas; cooperativismo e organização sindical. Neste congresso foi nomeada uma comissão executiva, tendo como secretário-geral Jorge Coutinho, com a missão de realizar outro congresso com objectivos mais vastos: a constituição de uma confederação sindical. Uma das suas subsecções destinadas à propaganda sindicalista mandou vir de França folhetos, estatutos de sindicatos, de federações, de uniões e da Confederação Geral do Trabalho em França (CGTF), jornais, brochuras (40). Foi também aprovada a tese "Organização Social Sindicalista" que consagrava os princípios do sindicalismo revolucionário. A rotura estava consumada.

O impulso que os anarquistas deram ao movimento sindical, obrigou o regime monárquico a tomar algumas medidas para conter a contestação social. Uma delas foi a Lei de 7 de Agosto 1907 que estabeleceu a obrigatoriedade de um dia de descanso semanal. A medida não se aplicava a todos os sectores económicos, como os trabalhadores da hotelaria ou da restauração, mas abria um princípio que foi desde logo aproveitado para também o reclamar (41).

Propaganda Sindicalista

O avanço dos anarquistas nos sindicatos foi acompanhado de uma persistente divulgação das novas ideias que agitavam o sindicalismo revolucionário, sobretudo na CGTF. Em 1908 um grupo de 4 tipógrafos e um empregado de escritório tomou a iniciativa de avançar para a edição de um jornal destinado a difundir as novas ideias. Foi deste modo que surgiu *A Greve*, o primeiro diário sindical em Portugal, onde colaboraram anarquistas como Alexandre Vieira (41.1), António José d' Avila, Hilário Marques, João Pedro dos Santos, Miguel Cordoba (42), Pinto Quartim e Jorge Coutinho. O jornal como diário não vingou, mas a julgar pelo número de associações de classe e cooperativas assinantes, a adesão foi significativa.

Apesar do conteúdo do jornal estar ainda marcado pelo reformismo dos socialistas, era crescente o entusiasmo pelas novas ideias. Os anarquistas, como refere Alexandre Vieira (43), aproveitaram a ocasião e começaram a editar uma série de brochuras sobre o sindicalismo revolucionário: *Acção Sindicalista* de Victor Griffuelhes; *A Confederação Geral do Trabalho*, de Emile Pouget; *O Sindicalismo* de H. Lagardelle, A. Labriola, B. Kritchewsky, R. Michels e Griffuelhes. As traduções eram de Emílio Costa que nesta altura exercia uma ação de enorme relevo dados os seus contactos com o movimento anarquista e sindicalista em França. Para além destas brochuras foram editadas outras da autoria de Adolfo Lima (*O Contrato de Trabalho*), João Evangelista Campos Lima (*O Movimento Operário em Portugal*) e do socialista Augusto César dos Santos (*A Questão Operária e o Sindicalismo*).

O ambiente era efervescente. No Porto, o Centro Biblioteca de Estudos Sociais inicia uma série de conferências e editou o jornal *O Libertador* (1908) de propaganda sindicalista. O movimento contamina a imprensa reformista: um grupo de manipuladores do tabaco rompe com *A Voz do Operário* e iniciou a publicação do jornal *A Defesa do Operário* (1909) apelando a uma mudança. A Biblioteca de *A Sementeira* publica de Paul Delessaule *A Confederação Geral do Trabalho*. Estas edições ganharam uma nova dimensão após a implantação da República.

Educação

Os anarquistas cedo perceberam que o seu ideal de sociedade só podia ser atingido com indivíduos capazes de livremente pensarem de forma consciente pelas suas próprias cabeças. Uma condição que exigia uma educação livre de todos os preconceitos. No final dos séculos XIX multiplicaram-se as iniciativas pedagógicas de anarquistas. O trabalho pedagógico de Paul Robin entre 1880 e 1894 no orfanato Prévost, em Cempuis foi um marco nesta pedagogia. Um trabalho prosseguido por Luigi Molinari (1866-1918) com a revista *L'Universita Popolare* (1901), a escola moderna de Francesc Ferrer em Barcelona (1906) e outras.

Em Portugal desde o início do século XX, os anarquistas estão envolvidos na criação de projectos educativos: bibliotecas, grupos de teatro, escolas, cursos, etc. No Porto, por exemplo, em 1902 fundam um Comité Académico-Operário tendo como objectivo a criação de escolas. Uma ação em que os sindicatos de influência anarquista estavam profundamente envolvidos.

A renovação em 1905 do corpo docente e da orientação da Escola Oficina n.º 1, no Largo da Graça em Lisboa constituiu um marco neste processo. Os métodos pedagógicos de

professores anarquistas nela desenvolveram, sobretudo depois de 1910 tornaram-se numa referência internacional.

Campos Lima em 1906 desloca-se a Paris onde contacta com a Comuna Escolar "La Ruche", em Rambouillet, dirigida pelo anarquista Sébastien Faure. No regresso fundou em Coimbra um grupo de propaganda da Escola Livre de Ensino Integral, cujo primeiro boletim surgiu em Abril de 1907. O Núcleo de Educação Nova, nesta cidade, editou o jornal *A Era Nova*, no qual participam para além de Campos Lima um vasto número de entusiastas pela difusão de uma educação libertária.

Emílio Costa, em 1908 na cidade de Paris, entrou em contacto com o grupo de fundadores da Liga Internacional de Educação que editava *L'École Renovée*, onde se destacavam Francisco Ferrer (Francesc Ferrer i Guàrdia), Charles Laisant, Max Nordeau, Alfred Naquet e outros. Em Portugal com idênticos propósitos constituiu-se a Liga de Educação Racional que editava *A Escola Nova* (44), e o Grémio de Educação Racional à frente do qual surgia Raul Pires e José Simões Coelho autor do folheto - *Quem é Ferrer*.

Grupos anarquistas promoviam também cursos de alfabetização por todo o país. Em Elvas António José d'Ávila (45) e outros organizava cursos noturnos, segundo o método de João de Deus. Acabou na prisão do Limoeiro em Lisboa, pois usava como livro de leitura *A Anarquia* de Malatesta. Em Coimbrões, Gaia, na sede do Grupo Verdade e Luz, em 1909, António Teixeira Araújo (1888-1965), Serafim Cardoso Lucena, Clemente Vieira dos Santos (1899-1960), Viriato Alves Rente e António Alves Pereira mantinham uma escola de ensino livre.

Entre muitas iniciativas que então ocorreram, destacamos o lançamento a 1 de Junho de 1909, em Lisboa, da revista *Amanhã* - "Revista Popular de Orientação Racional" dirigida por Grácio Ramos e Pinto Quartim (46), virada para a intervenção no campo da pedagogia libertária (47). Entre o seu vasto leque de colaboradores destacamos Ângelo Jorge, José Bacelar, Deolinda Lopes Vieira, Manuel Ribeiro, Emílio Costa, António da Costa Oliveira, José Carlos de Sousa 48, Lucinda Tavares entre outros.

A execução e Francesc Ferrer i Guàrdia (1859-1909) a 13 de Outubro de 1909, em Barcelona gerou uma onda de protesto pelo país e despertou muitos professores para a importância social da sua profissão. Este pensador e pedagogo anarquista, criador da Escola Moderna (1901) e da Liga Internacional para a Educação Racional da Infância (1907) foi acusado de instigar a revolta anti-militarista que se opôs à mobilização de tropas espanholas reservistas para conquistar o norte de Marrocos (26 de Julho a 2 de Agosto de 1909). Esteve em Lisboa no mês de Março, tendo visitado a Escola Oficina nº. 1 na Graça. Foi preso e expulso para Espanha. Após a sua prisão, em Setembro ocorreram em Lisboa grandes manifestações de solidariedade, numa ampla campanha que chegou inclusive às colónias em África. Em Moçambique (Lourenço Marques) os anarquistas editam ainda em 1909 o jornal "Pró-Martir", com uma dedicatória "A Francisco Ferrer, sublime apóstolo da Luz, fuzilado em Montjuich". O produto da venda do jornal destinava-se às "Escolas Racionais de Lisboa". No Porto, o jornal da *A Vida* que já apelara à libertação de Ferrer e José Nakens Pérez (1841-1926) foi processado e o seu director levado a tribunal, e condenado a pagar uma elevada multa e as custas do processo. O jornal viu-se obrigado a suspender a publicação, após 117 números. A imprensa republicana acompanhou as manifestações de repúdio pelo fuzilamento de Ferrer. O *Norte*, diário republicano dedicou quatro páginas ao assunto, com um artigo do então anarquista Alfredo Pimenta (nº. 2572, 14/10/1909). A imprensa monárquica pelo

contrário apressou-se a repudiar as manifestações de solidariedade, caluniando o pedagogo libertário (*A Barricada*, Mealhada, nº186, 30/10/1909).

Universidades Populares e Livres. A instrução dos operários em termos culturais e científicos gerou a partir de finais do século XIX várias iniciativas. Em Lisboa surgiu em 1889 a Academia de Estudos Livres, que em 1904 passou a denominar-se Universidade Popular, ligada ao republicanismo e maçonaria. Manteve-se em atividade até 1925. No Porto foram os anarquistas a promoverem a segunda iniciativa deste género: a Universidade Livre em 1902, pelo Comité Académico-Operário do qual faziam parte entre outros Pádua Correia (1873-1913) e Campos Lima. As suas sessões eram muito concorridas pelos trabalhadores. As divergências internas ditaram o seu fim mas o exemplo ficou. Em 1911, como veremos, ainda no Porto grupo de intelectuais com um passado anarquista iriam criar a Universidade Popular do Porto (49).

Ateísmo

A monarquia desde 1822 transformou os padres em funcionários públicos, garantindo-lhes o vencimento e a aposentação. Estavam pois ao serviço dos vários governos que, conforme as conjunturas políticas, lhes atribuíam as mais diversas funções, nomeadamente na administração local. Os padres tinham deste modo uma dupla função, religiosa e política. Um aspecto que é frequentemente esquecido.

O anticlericalismo no século XIX era uma questão que unia anarquistas, monárquicos liberais, republicanos e socialistas (50) dada a importância que a Igreja Católica possuía na mentalidade submissa do povo português e no funcionamento do próprio Estado. Sustentavam que o atraso de Portugal em relação aos países mais desenvolvidos da Europa se devia a esta mentalidade avessa à liberdade, democracia, educação, ciência e progresso. Os padres eram acusados de explorar a credulidade da população rural, de práticas de pedofilia, violação e prostituição de jovens raparigas. A imprensa católica, cada vez mais pujante, não era esquecida neste combate (50.1). Havia que romper com esta ligação, separando o Estado da Igreja de modo a libertar a população da obscurantismo em que vivia.

Ao contrário dos republicanos cujos ataques se dirigiam contra os clérigos, sobretudo os jesuítas, os anarquistas criticavam também a própria religião, como um meio de submissão a uma entidade assumida como superior. Contrapunham à Religião, a razão e a ciência. Bakunine, por exemplo, considerava a ação da Igreja na propagação da servidão voluntária mais perniciosa do que a exercida por alguns Estados. Neste sentido as publicações anarquistas eram frequentemente estudos sobre a formação histórica de tradições, ritos e crenças de modo a mostrar como as mesmas não passavam de invenções para domínio dos explorados.

O anticlericalismo emergiu em força a partir das Conferências Democráticas no Casino Lisbonense (1871), nas quais Antero acusou a Igreja Católica de promover a decadência dos povos peninsulares e Adolfo Coelho advogar a separação do Estado da Igreja. O movimento que então se criou assume como objectivo a secularização do Estado e da vida pública. Eduardo Maia participou neste combate. Em 1876 integra o grupo que fundou a Associação Promotora do Registo Civil cujo objectivo era retirar à Igreja Católica esta importante função. Pouco depois surgiu a Associação dos Livres Pensadores (1880). Estão na origem da Associação Propagadora do Livre Pensamento (1885), assumidamente anti-clerical, em cujo periódico - *O Livre Exame* são divulgados textos de Bakunine por Helidoro Salgado: "A Religião" (nº1) e "Ou Deus, ou a Liberdade" (nº2).

Bel-Adam traduz *A Peste Religiosa* de John Most (1885). Em 1888 foi editado *O Hereje*, por um grupo de livres pensadores de Lisboa, por ocasião da “Semana Santa”, com a seguinte data: “30 germinal. Ano 98”. No artigo de fundo, intitulado “A Nossa Missão”, declarava-se: “Nem Deus, nem padres, nem Autoridade; Toda a a ideia divina é um princípio erroneo, toda a Autoridade é um agente de retrocesso e tirania, um obstáculo à livre acção humana”.

As primeiras ações públicas anticlericais ocorreram em Junho de 1895: Foi organizado um Congresso Anticatólico pelos republicanos, mas onde os anarquistas marcaram presença. Iniciou-se a organização Círios Civis de propaganda local. A principal intervenção foi todavia a que ocorreu durante o cortejo das Comemorações Antoneanas (28/06/1895). Um grupo de anarquistas ligado ao jornal *Propaganda*, liderado por Bartolomeu Constantino foi acusado de provocar distúrbios e lançar panfletos anticlericais onde se apelava à revolta dos trabalhadores contra a reacção (Cfr. *A Vanguarda*, 29/06/1895). Gerou-se um enorme tumulto na Rua do Ouro e na Praça do Comércio e a Polícia Municipal efectuou uma centena de prisões (51). A imprensa destacou alguns "perigosos" anarquistas como Mateus Rodrigues, Tirso Augusto dos Santos, Francisco Augusto Soares, Kader, Augusto da Costa, Rynaldo Brandão. O jornal *A Propaganda*, editado por Francisco do Espírito Santo (carpinteiro) foi proibido). No Porto conseguem editar apenas um número do semanário *O Libertário*, e na clandestinidade *O Agitador* que responde nestes termos à repressão: "Não protestamos. É como inimigos que desejamos ser tratados. Dos últimos lacaios da realeza e da burguesia que outra coisa esperar?" (*O Agitador*, nº.1, Outubro de 1895).

Este movimento conduziu à criação da Liga dos Livres Pensadores (1899), onde se destacou o temível anarquista José do Vale. Em 1900 esteve presente com outros companheiros no Congresso Anticlerical (29 a 31 de Julho de 1900), no qual foi aprovada uma mensagem ao Congresso Internacional do Livre Pensamento que se realizava em Paris. Nesta afirmava-se: "(...) Deus foi sempre o fundamento de toda a tirania, como o proclamou e provou Proudhon em face da História, nós julgamos que as noções religiosas são também incompatíveis, tanto tanto com a ciência como com a Liberdade”.

Em Setúbal surgiu o jornal *O Germinal* (1903), dirigido por Martins dos Santos, assumindo desde logo uma linha anticlerical e intervencionista (51.1). Os textos que publicou de Bakunine foram peças fundamentais nesta campanha que continuou a advogar a separação do Estado da Igreja. No ano seguinte, em Maio de 1904, surge porto *O Clarão*, tendo na capa uma ilustração de António José da Silva. O seu conteúdo era um violento ataque à religião. A polícia deita mão aos exemplares que encontra. Carlos Augusto Nobre, o autor é preso e acusado de ser um criminoso. Ilibado da acusação volta à carga e até 1914 mantém *O Clarão* (52).

Muitos outros autores foram divulgados pelos anarquistas, como Elisée Reclus, Sébastien Faure, Max Nordau, Félix Le Dantec, Emilio Bossi, Pi y Margall, Émile Chapellier. Entre os portugueses destacaram-se: Tomás da Fonseca (1877-1969) depois da correspondência com Elisée Reclus (1902-1903) ao longo da sua vida concebe e concretizou um programa anticlerical (53). Artigos em jornais e revistas, livros e peças de teatro foram produzidos com esta finalidade; Fernão Boto-Machado (1865-1924) publicou *A Confissão* (1908); Campos Lima entrou neste combate e publica *A Monja e os Católicos* (1899), *Os Reis Magos* (1900); Helidoro Salgado, *Mentiras Religiosas* (1906).; Benjamim Mota, Francisco Bettencourt, José Carlos de Sousa e Faustino Bretes prosseguiram este movimento (54).

Anti-Militarismo

A propaganda anti-militarista em Portugal remontava aos primórdios do anarquismo. Sousa Brandão, em 1850, defendeu a extinção do Exército. Era inconcebível que um país com tão grandes carências canalizasse tão importantes recursos humanos e financeiros para as forças armadas. As críticas posteriores alargaram-se à propaganda nacionalista, guerreira e colonialista.

Eduardo Maia prosseguiu o mesmo combate. O jornal republicano *O Rebate* (n.º 5, 24/02/1889) publicou-lhe uma recolha de textos com o título: “Guerra às Instituições que Tornam Impossível a Paz aos Homens” sobre a “História de um Recruta”. Depois de 1887 a imprensa anarquista passou a publicar regularmente textos anti-militaristas. Dentro dos quartéis constituiu-se em Abril de 1895 o grupo *A Luz Militar* que reuniu militares anarquistas, e ao longo dos tempos muitos outros grupos se formaram nos quartéis. Era uma propaganda sistemática num país, onde as guerras nas colónias era permanente assim como os discursos belicistas.

A ameaça de uma grande guerra na Europa era constante. Neste contexto, em 1899 foi constituída a Liga Portuguesa da Paz que logo contou a participação de anarquistas, como foi o caso de César Porto. Em 1902 publica *A Guerra não Findará?: A Guerra e a sua extinção Evolutiva*, o texto da conferência proferiu nesta organização. Neste ano, José do Valle publica *O Perigo Militar: para os trabalhadores lerem e meditarem*.

No início do século XX dois autores tiveram uma particular influência sobre o posicionamento dos anarquistas face ao militarismo:

Augustin Hamon (1862-1945), na sua fase anarquista publicou duas importantes obras antimilitarista: *A Psicologia do Militar Profissional* (1896), com prefácio do autor expressamente para a edição em português, voltou a ser reeditado em 1912. *Pátria e Internacionalismo* (1900), editado pelo grupo Humanidade Livre conheceu também outras edições. Nestas obras procurou caracterizar e colocar em evidência a mentalidade criminosa dos militares.

Leão Tolstoi (1828-1910) era um escritor de renome mundial, cuja obra no início do século XX era bem conhecida em Portugal. A sua crítica radical do Estado, dos governos, da religião institucional e do militarismo, numa defesa sem concessões do pacifismo, tornaram-no numa referência fundamental para muitos anarquistas. Entre as suas obras então traduzidas e editadas destacamos: *Pão para a Boca* (1901); *O que é a religião* (1902); *Ao Clero* (1903); *Aos Operários* (1903), *Conselhos aos dirigidos* (1904); *O Que Penso da Guerra (Guerra Russo-Japonesa)*, (1905); *A Próxima Revolução* (1908), *A Escravidão Moderna* (1914). A sua concepção de uma sociedade anarquista deixou marcas em figuras tão dispares como J. M. Gonçalves Viana ou Magalhães Lima, grão-mestre da maçonaria.

Não admira que assim que foi constituída em 1904, a Associação Internacional Antimilitarista, por iniciativa de Domela Nieuwenhuis, tenha surgido logo uma secção portuguesa. Dois importantes textos foram pouco depois editados: *Vítimas da Guerra*, Pinto Quartim (1906); *Carta a um Soldado* de Emílio Costa (1907), impressa em Liège (Bélgica), grande número de exemplares foram levados para Curitiba (Brasil) por um jovem polaco entre outros títulos.

Durante o Congresso do Livre Pensamento, em 1908, onde anarquistas e republicanos participavam foi possível constituir a Liga Antimilitarista. Na sua comissão organizadora figuravam anarquistas como Bartolomeu Constantino, José do Vale ou Pinto Quartim. A aliança não tardou a quebrar-se conduzindo à inação desta organização. Era evidente que o objectivo dos republicanos não era a luta contra o militarismo, mas sim o aumento da agitação dentro dos quartéis para criarem as condições para o derrube da monarquia.

Em Julho de 1909 aparece a revista antimilitarista *Paz e Liberdade* (55) da qual fazia parte António da Silva Junior (refratário) tendo sido logo apreendida. Em agosto surge o nº. 2 que proclama: “Nem soldados que nos fuzilem ! Nem pátrias que nos dividam! Queremos a Paz; Não a Paz com canhões e Mauser, com navios e casernas, mas a Paz sem exércitos, nem armadas, nem fronteiras; a reconciliação da Humanidade banhada, então, pelo ardente sol da Liberdade”. António da Silva, animador do Grupo de Camponeses Rebeldes de Carnaxide, participou num comité anti-militarista de Lisboa que reuniu militares e civis, acabou preso em Março de 1911, dando entrada no quartel de Mafra “entre baionetas”. Mantinha um intercâmbio epistolar com Henry Zisley (1872-1945), anarquista individualista e naturista, colaborador das publicações *La Nouvelle Humanité* e *La Vie Naturelle*.

Na imprensa anarquista havia a clara percepção que o mundo caminhava para uma guerra global, como tragicamente se veio a verificar.

Sexualidade

Amor livre, métodos anticonceptivos e propaganda neomathusiana eram bandeiras anarquistas desde o século XIX. A impressionante mortalidade infantil e de mulheres que morriam no parto de crianças, mas também as que eram abandonadas ou se amontoavam nos orfanatos eram realidades incontornáveis. O combate era polémico pois colocava em causa a moral religiosa, separava o prazer da procriação, mas também o capitalismo e o militarismo ao diminuir a mão-de-obra disponível e a carne para canhão. (56). Situações que haviam levado o anarquista Paul Robin (1837-1912) a criar em 1896 a Liga de Regeneração Humana influenciado pela teoria de Malthus. Um combate a que se juntou depois Emma Goldman. Em Portugal a propaganda iniciou-se a partir de 1902, quando Angelo Vaz defende a sua tese na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, e prosseguiu depois na imprensa anarquista ao longo dos anos. Ideias que foram desenvolvidas pelo jornal *A Vida* (1906-1907) no Porto, estabelecendo uma ativa colaboração internacional, que levou à criação da Secção Portuguesa da Federação Internacional de Regeneração Humana, da qual foi o primeiro secretário Amadeu Cardoso da Silva. Em 1909 já se destacava nesta propaganda a revista *Paz e Liberdade*, em Carnaxide, animada por António da Silva Junior, e depois da implantação da República com *O Agitador* (1911) e outras publicações anarquistas.

Entre as muitas publicações que editadas destacamos "Greve dos Ventres" de Luís Bulffi (Porto, 1906), que abordou a questão da procriação numa linguagem simples e directa aos seus potenciais destinatários. Escrevia este autor n`*A Batalha Anarquista* (Coimbra, 1914): “Procriar família numerosa sem a poder alimentar e fugir emigrando, é uma cobardia. Procriar família numerosa sem meios de lhe poder dar pão condenando-a à miséria, é criminoso. O que ama a vida e a liberdade não procria na escravidão”. O artigo era acompanhado de uma receita para lavagens depois do coito por meio de injeção, empregando o irrigado ou a seringa. Não se negava o prazer, fazia-se a sua separação da procriação.

A propaganda neomathusiana era indissociável da que apelava à libertação das mulheres, e que dava voz às próprias mulheres, como é patente n' *O Libertário* (1895, Porto). Foram editados diversos livros e brochuras, como as seguintes: "As Filhas do Povo", Ana Maria Manzoni (1897); "Libertai-vos!", Pinto Quartim; *À Mulher* (1900), Soledad Gustavo (1865-1939) conhecida feminista anarquista; *Às Mulheres*, José Prat (Porto: Biblioteca Despertar, 1904); *Às Mulheres que Pensam no Casamento Legal*, Salvador Mascarenhas (1905), etc..

Cultura

A ação revolucionária dos anarquistas em defesa de uma sociedade de seres humanos livres e iguais suscitou desde 1850 a simpatia e mesmo a adesão de muitos intelectuais, como Antero de Quental, Eça de Queirós, Afonso Lopes Vieira (56.1), Raul Brandão, Sampaio, Alfredo Pimenta, Aquilino Ribeiro, Gomes Leal, Angelina Vidal, Teixeira de Pascoaes, Tomás da Fonseca, Cristiano de Carvalho (pintor), Leal da Câmara (desenhador e caricaturista), etc.. A maioria acabou por acomodar-se ou seguir um caminho contrário ao seu passado anarquista.

Desde o início do século XX que muitos anarquistas estiveram envolvidos na criação de grupos de teatro, mas também na escrita de peças. Era uma forma muito popular de convívio, entretenimento e abordagem de temas sociais. Em Lisboa, por exemplo, estiveram na criação da Sociedade do Teatro Livre, no Teatro do Príncipe Real, introdutor do chamado teatro filosófico-social (1904), de que foi um ativo promotor Luciano de Castro (*Germinal*, nº6, Julho de 1916), cuja orientação social foi vincada em 1905 sob a direção de César Porto (57), Luís da Mota, Adolfo Lima (58) e Severiano de Carvalho (59).

Entre os primeiros dramaturgos anarquistas sobressaiu Ernesto da Silva (1868-1903), tipógrafo, destacado militante do Partido Socialista e redator de *A Federação*. Em 1896 abandona o partido para assumir publicamente um anarquismo de raiz proudhônica (60). Para que não restassem dúvidas publica neste ano *A Ideia Federativa*. Dirigiu um grupo de teatro e escreveu várias peças: *A Capital* (1895), *Os Que Trabalham* (1896), *A Vítima* (1897), *Nova Aurora* (1900), *Os Vencidos* (1902) e *Em Ruínas* (1902). Outro anarquista que surgiu neste período foi Araújo Pereira (1871-1945), co-fundador do Teatro Livre e do Teatro Moderno (1905), divulgador do teatro naturalista de feição social. Foi ator, encenador e autor de várias peças: *Um Pai e Alucinação* (1916), *Um Conto de Gorky* (1914); *Amor e Economia* (1914); *O Lápis Negro* (1927), etc. José Simões Coelho (1880-1946), co-fundador do Teatro Moderno renovou e reflectiu sobre a encenação teatral. Não faltaram compositores de músicas para peças no teatro amador como foi o caso de António da Fonseca Alves (1892-1953).

A "questão social" no princípio do século XX adquire uma crescente importância na literatura portuguesa, tornando-se frequentes as referências a anarquistas e às suas temáticas. *Amanhã* (1901) de Abel Botelho é um desses romances. No quadro de uma "patologia social" descreve os trágicos acontecimentos que envolveram entre Novembro de 1894 e Junho de 1895 as comemorações do sétimo centenário de Santo António. A personagem principal é um anarquista que se apaixona pela filha do dono de uma fábrica em Lisboa. O desfecho tão dramático como ridículo termina num suicídio. A miséria dos meios operários é largamente explorada, no *Filho das Ervas* (1900) de Carlos Malheiro Dias (61) ou em *Os Famintos* (1903) de João Grave que toma a greve geral no Porto neste ano como o elemento central do enredo.

Advogados

Não faltaram no século XIX concepções médicas, antropológicas, psicológicas e sociológicas a darem a cobertura "científica" à hierarquias sociais, de povos e raças. O principal "argumento científico" estava na hereditariedade (genética). Cada "raça" determinava as capacidades inatas dos seus membros, tendências e capacidades mentais. Dentro de cada uma delas, definam-se igualmente características inatas para cada grupo social. Neste sentido, os cruzamentos entre raças ou indivíduos de estratos sociais diferentes deviam ser condenáveis, pois significavam sempre perdas irreparáveis. Francis Galton (1822-1911) ou Gustavo Le Bon (1841-1931) construíram as bases "científicas de uma selecção e aprimoramento dos mais "dotados" e a justificação para o aniquilamento dos restantes (eugenia). A pobreza era atribuída à debilidade mental dos pobres decorrente da sua natureza. As revoltas sociais, entendidas como manifestações contra-natura, resultantes de indivíduos com perturbações mentais. Os anarquistas, segundo Cesare Lombroso eram criminosos inatos (*Gli Anarchici*, 1894). Na barra dos tribunais os advogados que defendiam os trabalhadores e anarquistas tiveram que desmontar esta argumentação, como foi o caso de Bernardo Lucas e Campos Lima.

Bernardo Lucas (1864 -?) não era um anarquista, mas revelou uma grande compreensão do anarquismo na defesa que fez de três operários acusados em 1898 de o defenderem. Negou que a matéria que os operários eram acusados fosse sequer matéria de delito. De forma sustentada mostrou que a acusação que lhes era feita tratava-se de um ataque à liberdade de pensamento e de expressão (62). Ao fazê-lo legitimou a própria revolta, como se depreende do texto publicado na revista *A Ideia*. Um trabalho que irá prosseguir ao destrinçar a violência resultante perturbações mentais e aquela que os indivíduos praticam de forma consciente, uma questão com enormes repercussões sociais na administração da justiça.

Campos Lima partia da posição anarquista de que todos os seres humanos são iguais por natureza, o que os distingue são as condições sociais em que nascem e as oportunidades que lhe são proporcionadas. A pobreza resultava do modo como a sociedade estava organizada. Chocado com as condições degradantes em que vivia a maioria da população, com apenas 17 anos já discursava em comícios operários apelando à luta. Enquanto frequenta o curso de direito na Universidade de Coimbra, envolve-se na criação de escolas, mas também na produção de obras teatrais e literárias promotoras de uma cultura libertária. Defensor intransigente da liberdade, em 1907, é uma das figuras cimeiras da greve académica contra o ditador João Franco, sendo expulso da Universidade. Até ao fim da vida desenvolve uma intensa atividade na imprensa. Como advogado, assim que conclui o seu curso, pôs-se ao serviço das organizações sindicais, integrando a Comissão Organizadora do Congresso Cooperativista e Sindicalista de 1909. Durante décadas foi o principal advogado dos trabalhadores e das suas organizações (63).

Mentalidade Libertária

O combate pela mudança de mentalidades foi dos mais importantes que os anarquistas travaram em Portugal. Portugal no início do século XX continuava a ser marcado por uma mentalidade fechada, onde as distâncias sociais entre ricos e pobres, patrões e trabalhadores eram enormes e assumidas como naturais.

Quando em Novembro de 1887 foi publicado, no Porto, o número-Programa d'A *Revolução Social* (1887-1891) a reacção da imprensa foi imediata. O jornal foi acusado de

estar a contaminar os trabalhadores com uma “terrível epidemia” (nº. 1, 15/01/1888). Para além dos exposição doutrinária do “comunismo anarquista”, o que este jornal evidenciava em várias notícias era falta de dignidade dos trabalhadores. “Aceitam passivamente serem humilhados, castigados e espancados pelos patrões, arriscavam trabalhar em perigosas condições que todos os dias aumentavam “uma legião de aleijados, de viúvas e órfãos por desastres” (nº. 2, 22/01/1888) e maltratavam os aprendizes. Eram alimentados por uma imprensa que os transformava em “cretinos em vez de homens”. Sem dignidade e coragem, numa prova de submissão ao patronato contribuíam com os seus magros salários para pôr flores nas campas das famílias dos patrões. O governo carrega-os de contribuições, obriga-os a pagarem uma licença para trabalharem, e quando reclamavam pão para comer, o que recebiam eram balas (nº. 5, 12/02/1888). Era contra a mentalidade submissa dos próprios trabalhadores e o povo “indiferente” e “apático” que se propunha lutar este jornal, o primeiro assumidamente anarquista.

No século XIX, como referimos, a mentalidade e comportamento de cada indivíduo era definido pelo seu grupo de pertença, com base no qual se elaboravam um conjunto de estereótipos identitários. Depois do “Ultimatum Inglês” (1890), em plena crise económica e financeira, emergiu uma nova vaga de intelectuais que procurou encontrar os “culpados” das crises e dos atrasos do país em relação à Europa. A novidade do diagnóstico estava nas análises “filosóficas” e “científicas” que a maioria destes intelectuais proclamavam. O resultado era sempre o mesmo tendo em conta as características que atribuíam ao povo. Guerra Junqueiro, no seu conhecido poema *Pátria* (1894) e nas anotações finais, afirma que Portugal não passava de um cadáver de um louco sem alma, aguardando uma messiânica salvação. Pouco se podia esperar do povo português: “Um povo imbecilizado e resignado, humilde e macambúzio, fatalista e sonâmbulo, burro de carga, besta de nora...”, os muitos qualificativos que enumera deixam perceber que dele esperar nada se podia. António Nobre, também espera o mesmo deste desgraçado país, cuja única esperança estava no regresso de D. Sebastião ! Sampaio Bruno que chegou a assumir-se como anarquista (64) prossegue na adjectivação do povo português: um povo cruel, feroz e fanatizado por uma religiosidade sem contemplação. A salvação da demência colectiva que afectava o povo estava numa evolução cósmica que inevitavelmente o havia um dia de arrastar para a transcendência (*O Encoberto*). O retrato psicológico traçado por Augusto Fuschini é também pouco animador: “ A sociedade portuguesa parece uma bando de escravos que, indiferentes, inertes e semi-nus, assistem a discussões do preço por que devem ser vendidos, pouco lhes importando ser propriedade deste ou daquele senhor, esperando apenas humildemente que lhes seja garantida a míngua subsistência” (*O Presente e o Futuro de Portugal*, 1899). Basílio Teles reduziu os portugueses à mediocridade: fracos, imprevidentes, privados de faculdades superiores, incapazes de produzirem filósofo. (*Do Ultimato ao 31 de Janeiro*, 1905). Adolfo Coelho descobriu no povo português elementos semíticos negativos que combinados com outros resultam num povo onde falta quase tudo, como iniciativa, individualidade ou educação. O que provocava “retrocesso aos instintos gregários das sociedades animais, revelado na sujeição servil aos chefes que se impõem por um pouco de audácia e na convicção que se ouve exprimir tantas vezes de que só um despotismo pode salvar a nação” (*Obra Etnográfica*).

Nas artes figurativas muitos artistas procuraram fixar estas imagens do povo português. Rafael Bordalo Pinheiro deu expressão identitária ao povo português na figura pouco dignificante do “Zé Povinho”, ignorante, atrasado e submisso ao poder instituído. O pintor José Malhoa, o mais apreciado por monárquicos e republicanos, procurou fixar os traços traços identitários de camadas mais pobres da sociedade portuguesa, para mostrar como

assentavam na credence e boçalidade. O "Salio", outra figura identitária muito popular, traduzia o que se poderia esperar dos camponeses dos arredores de Lisboa: estupidez, grossaria, próprios de uma raça inferior. Face a um povo com estas características muitos afirmavam que nenhuma mudança social seria possível. A "salvação", segundo muitos estes intelectuais, passava pela recusa do que era estrangeiro (xenofobia), um retorno a tradições ancestrais e a um passado mitificado povoado de heróis para refundarem a perdida "identidade" do país.

O discurso ideológico dos anarquistas, pelo contrário, era cosmopolita, advogava uma ética universalista e uma sociedade aberta e igualitária. Dirigia-se a todos os indivíduos, homens e mulheres, em pé de igualdade, apelava à insubmissão, ao fim dos preconceitos. A sua imprensa recusava estereótipos regionalistas e identitários que inferiorizassem as camadas mais pobres da sociedade. Mostrava-se mesmo indiferente perante os "jogos de poder" que alimentavam a "choldra" nacional, como a definia Eça de Queirós, ou a "corja" retratada por Camilo Castelo Branco. Nas suas publicações as imagens do "pitoresco" correntes na imprensa da época davam lugar a imagens que nos remetiam para cidades que ao tempo eram referências mundiais de cultura, ciência e tecnologia. Era um movimento de mudança de mentalidades que alguns definem como "reforma moral" (64.1) .

Era um combate que deliberadamente rompia como uma mentalidade fechada que monárquicos e maioritária entre os republicanos que a assumiam como natural e patriótica, e que teve continuidade no discurso ideológico do Estado Novo.

Foi sobretudo graças à ação persistente dos anarquistas que o proletariado em Portugal, começou a adquirir uma outra consciência. No entanto, ainda no início do século XX estava "longe de representar qualquer ameaça para a chefia burguesa (...) mostrava-se presa fácil para políticos e filósofos, tanto da burguesia como até da aristocracia. Quer nas cidades quer no campo, o operário funcionava, regra geral, como clientela humilde de comerciantes, industriais e proprietários, para não falar da forte influência clerical que o distraía de quaisquer propósitos de rebelião organizada" (65).

Editoras

Para além de um crescente número de jornais, em pouco tempo os anarquistas criaram um conjunto de pequenas editoras (bibliotecas) sobre temas de ideário anarquista (66). Era um trabalho articulado com o movimento anarquista internacional. Não está feito o levantamento destas editoras e das brochuras que editaram, pelo que nos limitamos a referir o início de algumas delas e de títulos ilustrativos do seu labor editorial. Como se pode observar a quase totalidade estão situadas no Porto e Lisboa. A lei de 13 de Fevereiro de 1896 impediu o crescimento destas bibliotecas, mas não a edição de obras que passaram a ter os mais variados editores. Campos Lima e Emilio Costa afirmaram-se como editores e tradutores.

Em 1887 surgiu as seguintes: Biblioteca do Revoltado (Lisboa), que editou "Estudos Filosóficos e sociais" de José Llunay Pujols; a Biblioteca do Trabalhadores (Lisboa e Porto) que se estreou com uma obra de P. Kropotkine - *Anarquia na Evolução Socialista*;

Em 1888 o Grupo Anarquista editou o *Processo dos Anarquistas de Lisboa*;

Em 1889 os Operários Comunistas-Anarquistas (Porto) editou *Poesia Profética da Anarquia*;

Em 1891 surgiu a Biblioteca do Grupo Anarquista Revolução Social (Porto), J.M. Gonçalves Viena publica duas brochuras: *O Anátoma. Filosofia e Crítica Social* (aborda a repressão que se seguiu aos acontecimentos do 31 de Janeiro de 1891) e *A Derrocada*. Publicou *O Crime de Chicago*, de Hugo O Pentecost; A que se seguiu: *O Governo Revolucionário* de P. Kropotkine (1892), *Os Direitos Políticos* de Kropotkine (1892), *Os Mártires do Porvir* (1893); *A Evolução Anarquista em Portugal* (1ª. Parte), J. M. Gonçalves (1894); *A Autoridade e a Anarchia*, de Eduardo Maia (1894); A Biblioteca Primeiro de Maio (Coimbra) editou *A Sociedade Futura* de Jehan Levagre;

Em 1892 apareceu a Biblioteca do Grupo Anarquista Os Vingadores (Lamego) edita *11 de Novembro (Aos Mártires de Chicago)*, Ricardo Mello, a que se seguiu: *10 de Fevereiro (Aos Garrotados do Gerez)* em 1893; *A Revolta* (Porto) publica *A Minha Defesa*, de Jorge Etiévant, seguiu-se *O Salariação*, de P. Kropotkine (1893), *A Lei e a Autoridade* (1893); A Biblioteca O Novo Mundo (Porto) edita *O Livro dos Rotos* de Anton Evar/ Bel-Adam;

Em 1893 a Biblioteca Emancipada de Estudos Sociológicos (Porto) editou *11 de Novembro*, de Edlitam; A Biblioteca Literária (Porto) edita *Ravachol*; *A Conquista da Pão* (1895); *A Psicologia do Militar Profissional*, A. Hamon(1896); *Aos Jovens*, Kropotkine (1896); *O Socialismo e o Congresso de Londres*, A. Hamon (1897); Biblioteca dos Grupos Anarquistas do Porto

Em 1894 surgiu a Propaganda Anarquista/G.Estudos Sociais (Lisboa) com *A Utopia Governamental* de P. Kropotkine. Seguiu-se *O Sentido em Que Somos Anarquistas*, M. Bakunine (1885);

Em 1895 surgiu a Boa Nova que editou *O 1º. de maio*, de Bel-Adam e *As Greves*, de Anton Evar. *A Anarquia*, Malatesta (1895); a Biblioteca Comunista Anarquista do Grupo A Propaganda (Lisboa), editou *As Nossas Convicções. Verdades Elementares*, de J. Illenatenon.

Em 1897 a Biblioteca Estudos Sociais (Lisboa), editou *As Filhas do Povo*, de Ana Maria Manzoni; *A Sociedade Futura. Aos Deserdados de Hoje que comparem e Meditem*, Jean Grave (1901), *A Anarquia Perante os Tribunais. Defesa de Pedro Gori no Processo dos Anarquistas de Genova*(1903); *Mentiras Religiosas. Por uma Filosofia sem Deus. Contra um Deus sem Filosofia*, Helidoro Salgado. Prefácio de Fernando Boto Machado (1906); *Sociedade Moribunda*, vol. I., de Jean Grave (1908), *O Dia das 8 Horas*, CGTF (1909) .

Em 1900 o grupo Humanidade Livre publicou *Pátria e Internacionalismo*, de A. Hamon. Uma conferência realizada em Nantes a 21 de Agosto de 1895.

Em 1904 surgiu Biblioteca Revolucionária (Porto) e editou *Um Século de Expectativa* (1789/1889), de P. Kropotkine; Biblioteca Amigos do Povo (Lisboa) editou *Aos Amigos do Povo*, F.T.M.;

Em 1906 o Grupo Ação Directa publicou *A Propriedade e o Socialismo*, de Claudio de Lisle, seguiu-se *Em Tempo de Eleições*, de Malatesta, *A Propriedade e o Socialismo*, de C. De Lisle. A Biblioteca Geração Nova, edita *O Espírito Revolucionário*, Kropotkine;

Em 1908 Guerra Social editavam *Como Não Ser Anarquista?*, de José Chueca; As edições Novos Horizontes *A Anarquia e a Igreja*, E. Reclus.

Nos últimos tempos da monarquia surgiram algumas editoras que deram grande destaque a obras sobre anarquismo, tais como Editor Gomes de Carvalho - Livraria Central, Lisboa

(*A Próxima Revolução*, Leão Tolstói, 1908; *A Anarquia. A sua Filosofia e o seu Ideal*, Kropotkine, 1908; *A Anarquia. Fim e Meios*, João Grave, 1909;), Editores José Bastos & C^a, Lisboa (*A Confederação Geral do Trabalho*, Emile Pouget, 1909; *Sindicalismo e Socialismo*, H. Lagardelle e outros, 1909.), Ed. Almeida e Sá, sucessores, Porto (*As Theorias Anarchistas*, *Estudos Filosóficos-Sociais*, Charles Malato e Jean Grave, 1909)

Organização

A organização anarquista que se formou a partir de 1887 assentou numa estrutura informal constituída em três níveis:

O primeiro nível era constituído por um órgão de referência, cujas ideias serviam de guia ou orientação global ao movimento. O seu reconhecimento dependia da sua projecção sobre outros grupos, ligações internas e externas, e claro, pertinência das suas ideias. Neste período foram exemplo destes órgãos: *A Revolução Social* ou *O Germinal*.

Neste período, como vimos, houve também várias tentativas de criar organizações de coordenação com os respectivos órgãos de imprensa oficiais. A Aliança da Democracia Socialista de Bakunine não fez história em Portugal, mas a ideia não morreu. O grupo A União Anarquista, em 1895, tentou promover uma “conferência” para discutir, entre outros temas, a questão da organização dos anarquistas (*A Aurora*, 26/11/1911). Os anarquistas intervencionistas, como vimos, foram os mais empenhados em criarem organizações: a Carbonária Lusitana (1896-1908), a União Socialista (1898-1901) ou a Federação Socialista Livre (1901-1906), em amplas frentes de luta com republicanos e socialistas possibilistas. A Aliança Libertária quando surgiu a 18 de Agosto de 1908, numa iniciativa de grupos de Lisboa e da “outra banda”, foi logo acusada de ser mais uma tentativa para “arrebancar” anarquistas, “sob a capa de um comité” (*A Sementeira*, nº5, Janeiro de 1909). A sua vida foi efémera.

No segundo nível temos os diferentes grupos, os quais com grande autonomia, desenvolveram ações específicas e publicaram (ou não) as suas ideias.

Dada a características do anarquismo, temos ainda um nível muito amplo e numeroso constituído por indivíduos que agiam autonomamente, sem ligações a nenhum grupo, inspirando-se nas ideias que eram divulgadas.

Implantação no país

No princípio do século XX o anarquismo estava difundido por todo o país, sobretudo nas localidades onde existia uma forte concentração de operários ou assalariados. Muitos dos seus militantes demonstravam uma larga experiência na organização e nas lutas dos trabalhadores e não raro viraram figuras míticas locais.

Para além destas publicações anarquistas, a seguir indicadas, devemos acrescentar dezenas publicações sindicais, cooperativas, culturais entre outras, onde era notória a sua influência.

Na região do Porto o movimento anarquista adquiriu em 1886 uma vertente organizativa, caracterizada por uma forte intervenção sindical, nomeadamente nas greves de 1886-1888. Estiveram na base da criação da Federação das Associações de Classe do Porto (1892) e lideraram a greve geral de 1903, na qual o jornal *Despertar* desempenhou um papel importante. Em 1907 criaram uma estrutura federativa para melhorarem a sua coordenação. Dois anos depois fundaram o Comité de Propaganda Sindicalista do Porto

que criou um centro e uma Biblioteca de Estudos Sociais que publicou o jornal *O Libertador*.

O número de publicações desde 1897 não parou de aumentar, de que são exemplo as seguintes: *A Revolução Social* (1887-1891), *A Revolta* (1889), *O Emancipador* (1892, revista, António Rodrigues da Silva), *O Grito da Revolta* (1895, clandestino), *O Libertário* (1895, Francisco Machado Fontão), *O Libertador* (1897), *A Ideia* (1890), *A Aurora* (1900, Cristiano de Carvalho); *Socialismo* (1900); *O Proletário* (1901), *A Voz do Tanoeiro* (Gaia, 1901-1902), *O Agitador* (1901), *O Despertar* (Gaia, 1902-1905); *O Clarão* (1904); *A Vida* (1905-1909 e 1909-1910), substituiu *O Despertar*; *Luz e Vida* (1905, revista, Ângelo Jorge), *Livres* (1906-1907, revista, Oldomiro César), *Nova Silva* (1907, revista, Leonardo Coimbra, Jaime Cortesão); *A Cidade Nova* (1908); *O Libertador* (1908-1909); *O Clarão* (1909-1914, revista, Carlos Nobre); *A Barrela* (1909), entre outras publicações portuenses.

Lisboa era na geografia anarquista desde 1850 o principal centro a partir do qual irradiavam muitas iniciativas para todo o país. Era nos bairros operários que se concentravam a maioria das organizações anarquistas, como Alcântara ou a zona da Graça. As numerosas editoras, publicações ou colecções que aqui existam nesta altura reflectiam esta acção. A partir de 1894 os seus redactores começaram a ser presos e as publicações proibidas.

Nas publicações destacaram-se: *O revoltado* (1887); *O Rebelde* (1889), substituído por *A Revolta* (1892-1893); *A Conquista do Bem* (1894), saíram quatro números, os seus redactores foram processados; *A Propaganda* (1894), publicaram pelos menos 61 números e foi apreendido pela policia; *Revista Contemporânea* (1894), *A Liberdade* (1897), *Almanaque Cosmopolita para 1900* (1899), *Germinal* (1902), órgão da Federação Socialista Livre; *O Metalúrgico* (1904); *A Humanidade* (1905-1906); *A Obra*, fundado em 1891, como órgão dos carpinteiros civis, em 1905 sob a direcção de Guedes Quinhones adquire uma feição anarquista; *Germinal !* (1902); *Novos Horizontes* (revista, 1906-1908); *A Sementeira* (Revista, I^a. Serie, 1908-1913, II^a. Serie 1916.-1919); *A Conquista do Pão* (1907); *O Protesto* (1908-1909, res. Pinto Quartim), substituído pelo *Guerra Social* (1908-1909, resp. Jorge Coutinho); *A Boa Nova* (resp. Campos Lima, 1908); *Paz e Liberdade* (revista, 1909); *Amor e Liberdade* (revista, 1904-1905, Tomás Rodrigues Matias, Alfredo Barreto); *O Construtor*, órgão das classes de construção civil e do operariado em geral; *A Luta* (1908); *Amanhã* (revista, 1909, resps. Grácio Ramos, Pinto Quartim); *A Gafanha* (Campos Lima, 1909); *Paz e Liberdade* (Carnaxide, Lisboa); *A Revolta* (1909, res. Eduardo Metzner); *A Acção* (1909), com o sugestivo subtítulo: "Não são os tiranos que fazem os escravos, são os escravos que fazem os tiranos"; *Nova Luta*, dedicado aos empregados do comércio (1909); *Novos Horizontes* (Algés, 1909), etc.

Eram também muito numerosos os grupos que se formaram. Nos primeiros tempos do movimento destacamos: *A Centelha* (1886/87); Grupo Comunista-Anarquista *O Revoltado* (1887); Grupo *Os Rebeldes* (1889); Grupo Anarquista do Poço do Bispo (1892); G. *Os Invisíveis* (1893); G. *Anarquista Pallás* (1893); G. *Anarquista Sempre Avante* (1893, com António Evaristo); G. *Anarquista Caserio* (1894); G. *Comunista-Anarquista Vaillant* (Belém, 1894); G. *Estudos Sociais* (1894); etc.

Na margem sul do Tejo, multiplicaram-se também os grupos anarquistas. No Barreiro, em 1892, surgiu um dos primeiros.

Em Coimbra, a partir do final do século XIX o anarquismo teve uma forte implantação entre os estudantes, mas também no operariado. Os primeiros grupos anarquistas conhecidos surgiram na década de noventa do século XIX com as suas publicações: *1.º de Maio* (1890), *Os Bárbaros* (Revista, 1894), foi substituída pelo periódico *A Conquista do Bem* de Lisboa; *O Caminho* (1896-1897), *Revista Livre* (1902, Campos Lima), *A Verdade* (1903); *A Plebe* (1904); *Arte e Vida* (revista, 1904-1906), *A Amanhã* (1905), substituiu *A Plebe*; *A Era Nova* (1906); etc. Fruto da influência dos anarquistas no meio operário em 1908 constituiu-se a Federação das Associações Operárias de Coimbra que edita *O Despertar* (Novembro de 1908).

Na Universidade lideraram a greve académica de 1907 contra a ditadura de João Franco, com destaque para António Pinto Quartim (expulso) e Campos Lima entre outros (67).

Na região destacamos, em Montemor-o-Velho, o aparecimento do jornal *A Ideia Nova* (1905).

Setúbal no início do século XX passou de uma pacata comunidade rural e piscatória, tornando-se num importante centro da indústria conserveira, registando desde logo uma forte implantação dos anarquistas (68). Na ação de organização e nas lutas sindicais e na mudança de mentalidades o jornal *O Germinal*, fundado em 1903, assumiu um papel destacado ao abalar os brandos costumes do operariado local (69). Associado à corrente intervencionista combateu pela República intervindo em todas as questões na vida da cidade do Sado.

No Algarve o primeiro grupo anarquista surgiu em Faro - *Germinal* (1893), seguiu-se entre outros *Os Invencíveis em Silves* (1893) e *G. Anarquista de Faro* (1895). José Franco afirma que em 1902 se formou em Faro o grupo de propaganda anarquista (*Germinal*) e em Portimão o Núcleo Socialista Livre, por influência do jornal *Germinal*, órgão da Federação Socialista Livre (*A Revolta*, 2/03/1913). Um ano depois, salientou-se o importante trabalho de Bartolomeu Constantino, destacado organizador dos operários algarvios. Entre 1902 e 1905 registou-se um surto de novas associações em Silves, Olhão, Faro e Portimão, assim como de greves por melhores condições de vida (70). Em 1904 foi preso em Olhão acusado de incitar os marítimos à greve que durou dez dias. O seu julgamento, como vimos, desencadeou uma onda de protestos a nível nacional. Foi libertado em 1905. Contribuiu para dar ao anarquismo um forte impulso na região (*A Revolta*, nº11, 16/03/1913; nº14, 6/04/1913), mas também com José Negrão Buízel para o relançamento e difusão do Partido Republicano no Algarve e entre os operários (71).

Noutras regiões do país a imprensa anarquista começou a disseminar-se reflectindo a crescente implantação local.

No Minho, surge em Braga, o *Ideal e Verdade* (1895), em Valença *O Petardo Anarchista* (1897) e em Barcelos: *Alerta* (1905). Era um terreno difícil dada a forte influência da Igreja.

Nas Beiras, os primeiros grupos e publicações libertárias assumiram uma dimensão clandestina. O primeiro grupo Os Vingadores (1887) terá sido constituído em Lamego. A implantação fez-se todavia onde a indústria têxtil estava concentrada. Na Covilhã, em 1905 é publicado o *Agitador*, jornal clandestino. Em Gouveia, outro centro têxtil, surge em 1909 *A Barricada* (1909) que substitui *A Evolução*.

No Alentejo, onde predominava o assalariado rural, a exploração mineira e a indústria corticeira começaram a disseminar-se os grupos anarquistas. Na imprensa local a propaganda anarquista vai-se manifestando. O jornal *O Operário* de Évora que inicia a sua publicação em 1889, oscila entre o anarquismo e o socialismo. Um seu colaborador - J.A.- R. -, na defesa das ideias anarquistas envolve-se em polémicas com o jornal *Manuelino* (5/01/1890). Faz propaganda de publicações anarquistas, recebendo inclusive assinaturas para *A Revolução Social (O Operário, 19/1/1890)*. Em 1909 surge o jornal *Avante !*, assinalando uma forte presença anarquista na cidade. Em Sines, importante centro das indústrias corticeira e conserveira e de marítimos formou-se em 1895 o grupo Os invisíveis na Luta, conhecemos depois o grupo *Acracia* (1900). Foi constante o envolvimento dos anarquistas na organização e nas lutas dos trabalhadores nesta vila. Na greve de que aqui se declarou entre Novembro de 1908 e Março de 1909, foi assassinado um comerciante, sendo logo do mesmo acusado João Francisco o Gumbeta, um “degenerado anarquista” nas palavras do regedor. Diabolizados pelo patronato nada os demoverá nas lutas que se seguiram. Em Portalegre surge *O Amigo do Povo* (1901-1903), e se destaca Emílio Costa.

Na Madeira, o anarquismo irrompe no Funchal, em 1902, com a publicação do jornal *A Ideia. Folha do Socialismo Libertário*, tendo como editor Luiz A. de Gouveia.

Os locais de reunião eram frequentemente nas sedes dos sindicatos, mas também existiam vários centros libertários espalhados pelo país.

Em Paris os anarquistas portugueses que aí residiam fundam, em 1908, um grupo denominado Os políglotas (*A Sementeira*, nº1, setembro de 1908). Cerca de 20 depois os anarquistas exilados em França criaram uma Federação.

Brasil e Moçambique

As contínuas vagas de anarquistas deportados para as antigas colónias, mas também a massiva emigração para o Brasil deram aí um forte contributo à expansão do ideário anarquista.

No Brasil durante a chamada República Velha (1889-1930) assistiu-se à entrada de enormes vagas de emigrantes portugueses, italianos e espanhóis. Muitos eram anarquistas, uns iniciaram-se no Brasil mas a maioria foi na Europa (72). Entre os primeiros anarquistas portugueses destaca-se Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós Vasconcelos, conhecido por Neno Vasco. Foi para o Brasil em 1887, por volta de 1900. Em 1902 dirige já um jornal anarquista - *O Amigo do Povo*, lança a revista *Aurora*, fundou e dirigiu o jornal *A Terra Livre* (1905). Colabora n' *O Diário* (1909-1912). Foi também o autor da tradução do hino *A Internacional* (1909). Abraçou a campanha da fundação das “Escolas Modernas”.

Em Abril de 1911 fixou definitivamente a sua residência em Portugal, mas prosseguiu colaborando com a imprensa libertária no Brasil: *A Lanterna* (São Paulo, 1911-1916), *A Guerra Social* (Rio de Janeiro, 1911-1912), *A Plebe* (São Paulo, 1917-1919), *Spartacus* (RJ, 1919-1920) (73).

Outro dos pioneiros do anarquismo no Brasil foi J. Mota Assunção (operário gráfico), com uma ação libertária absolutamente notável (74). Emigrou em 1887 para o Brasil com o pai e dois irmãos, tendo assistido neste país ao fim da escravatura e à implantação da república. Não tardou a envolver-se na propaganda anarquista participando ou fundado

vários jornais e revistas. No Rio de Janeiro, por exemplo, *O Despertar* (primeiro jornal anarquista da cidade), *O Protesto* (fundado por si em 1899) ou *A Greve*. Em São Paulo, destacamos entre muitas publicações que colaborou *O Amigo do Povo* e a *Terra Livre*. Participou na fundação da Confederação Operária Brasileira, e no seu órgão *A Voz do Trabalhador* de orientação sindicalista revolucionária. Publicou vários livros, traduziu e escreveu peças de teatro numa constante e intensa atividade. A chegada de novas vagas de emigrantes portugueses, como veremos, estruturaram uma poderosa corrente anarquista no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro.

Fruto destas ligações entre os anarquistas dos dois lados do Atlântico não admira que o primeiro romance de Lima Barreto (Afonso Henrique Lima Barreto, 1881-1922) - *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* -, sobre a vida de um jovem negro e os preconceitos culturais tenha sido editado em Lisboa, dada a recusa das editoras brasileiras.

Em Moçambique a imprensa anarquista remonta a 1896. Neste ano chegou a Lourenço Marques (Maputo) Patrício L. F. Leão deportado ao abrigo da lei de 13 de Fevereiro. A 17 de Março de 1897 iniciou a publicação do semanário *Vida Nova* e a repressão não tardou: a polícia espancou-o na via pública e o governador repetiu a mesma façanha. Um dos colaboradores do jornal - Nascimento Ornelas foi deportado para o norte de Moçambique. Apesar das constantes perseguições, o jornal só deixou de ser publicado a 22 de Fevereiro de 1910, após mais um violento assalto (75). A partir de 1905 o jornal republicano *O Progresso* começa publicar também notícias sobre os anarquistas, revelando a enorme influência que tinham entre os operários.

Pouco depois da implantação da República surge *O Incondicional* (8/11/1910) que afirma se a sua redação composta por anarquistas e republicanos. Os anarquistas passam a organizar os trabalhadores, afirmando claramente que o seu objectivo é melhorar as condições de vida da população e preparar a sua emancipação (76).

Ligações Internacionais

A partir de Abril de 1886 quando Elisée Reclus estabeleceu em Lisboa e Portugal contactos com vários anarquistas portugueses as ligações internacionais passaram a ser constantes. A Revolução Social e os seus elementos, por exemplo, fizeram-se representar em 1889 na Conferência Internacional Anarquista de Paris, por meio de uma mensagem.

Cristiano de Carvalho (1874-1940), pintor, destacado militante, quando se vê forçado a exilar-se em França, em 1898, contacta directamente com Kropotkine e E. Reclus, no regresso a Portugal desenvolve uma intensa propaganda anarquista (76.1). Tomás da Fonseca, como vimos, em 1902-1903 manteve um contacto permanente com Elisée Reclus. Emílio Costa, quando estudava na Bélgica, inicia em 1905 a sua colaboração no célebre jornal anarquista *Les Temps Nouveaux*, dirigido por Jean Grave, colaboração que se manteve até 1914. Em 1908 entrou para a administração do jornal *La Revolution*, onde colaborou com os principais vultos do sindicalismo francês como Georges Evetot, Victor Griuffuelhes, Pierre Monatte e Emile Pouget. A Imprensa anarquista tem nos principais centros operários de Portugal larga difusão.

A maior proximidade com Espanha facilitava a ligação ao movimento anarquista neste país, nomeadamente na circulação da imprensa e literatura libertária, ações conjuntas ou apoio a refugiados. A repressão em Espanha provocava a sua fuga para Portugal e vice-versa (77). Fruto destas ligações foi a realização de congressos galaico-portugueses em

Tuy (1901), Viana do Castelo (1902) e Braga (1903) procurando unir numa mesma luta internacional os operários de ambos os países. Não é pois de estranhar que as grandes ações de solidariedade internacional fossem para apoiar as lutas dos trabalhadores espanhóis, como ocorreu em 1882-1884, aquando das execuções dos camponeses em Jerez de la Frontera (*La Mano Negra*) e da matança na *Semana Trágica* em Barcelona em Julho de 1909. Francesc Ferrer i Guardia foi um dos fuzilados.

1910–1926: Educação e Sindicalismo. Malatesta

A implantação da República a 5 de Outubro 1910, contou com a participação decisiva de centenas de anarquistas como José do Vale, José Maria Nunes, Hilário Marques (1878-1949), Hermano Neves, António Rodrigues Pires, João Borges, Sebastião Eugénio (-1926), João Humberto Matias (1893-1977), Raul Magalhães Coutinho (1), José Negrão Buizel ou Policarpo Luís Redondo, colaborador n`A *Sementeira* que morreu nas barricadas. Constantino Mendes, o "Norte", salientou-se nos combates contra a Guarda Municipal em frente da Redação d`O *Mundo* e no largo da Abegoaria, ao destroçar um piquete da cavalaria da guarda. José Joaquim Teixeira Júnior, farmacêutico no Hospital de S. José e na Escola Médica, desviou medicamentos destes estabelecimentos para uma hospital improvisado na Rotunda (2). Bartolomeu Constantino em Cacilhas e Almada mobilizou a população e proclamou a República.

Ao contrário dos temerosos republicanos que se mantiveram na expectativa entre o balneário de São Paulo e o Hotel Central para verem qual o desfecho da revolução (3), os anarquistas lançaram-se ao assalto de quartéis, depósitos de armas e munições, esquadras da polícia, sabotaram as linhas de comboios e pontes para impedirem o reforço dos monárquicos, atacaram as forças que defendiam a monarquia a tiro e à bomba, desceram a avenida da Liberdade, ergueram barricadas, enquanto Machado dos Santos e os seus soldados permaneciam acantonados na Rotunda (4). Não admira que a esmagadora maioria das vítimas mortais dos que se bateram pela República não fossem militares, mas civis. Face à ofensiva popular e à propaganda feita nos quartéis, muitos poucos foram os soldados que se mostraram dispostos a dar a vida pelo rei (5).

A implantação da República provocou um grande entusiasmo nos meios libertários. Na Universidade de Coimbra registaram-se manifestações de júbilo e estragos nos retratos dos reis que ornavam a Sala dos Capelos. "O principal papel coube à *Falange Demagógica*, composta por anarquistas, que tinham como expoentes os escolares de Direito Alfredo Pimenta, Orlando Marçal e Campos Lima, os quais, pela vida adiante, seguiram rumos opostos" (6). Muitos outros anarquistas pelo país participaram no derrube na monarquia esperavam que o novo regime acabasse com a repressão que eram vítimas e cumprisse as promessas que os republicanos haviam feito.

A "aliança estratégica" entre anarquistas e republicanos rapidamente se desfez, assim como a união entre os próprios republicanos que não tardaram a dividir-se em bandos, seguindo cada qual o seu cabecilha. A liberdade foi de imediato cerceada. Como mais tarde reconheceria o grão-mestre da maçonaria Magalhães Lima: "Todo o democrata é republicano, mas nem todo o republicano é democrata" (7). Grande número de republicanos tinham uma mentalidade avessa à própria democracia. O marinheiro Machado Santos, fundador da república e antigo chefe da carbonária foi um excelente exemplo da mentalidade autoritária. Após o derrube na monarquia, acantonado na Rotunda, pretendeu impor uma ditadura republicana. Defendeu um governo que tinha como presidente do Conselho e ministro do Interior Basílio Teles (1856-1923). Este proeminente republicano era um defensor das ditaduras. No seu entender o povo português era ignorante, indolente, crédulo em milagres o que o levava a seguir um qualquer ditador. A única solução política para um povo com estas características era impor-lhe uma ditadura, com um ditador capaz de lidar com um povo tão bárbaro. Durante a 1ª. República manifestou-se sempre desiludido com a qualidade dos ditadores

republicanos, pelo que se afastou da vida política (8). Quem não desistiu da ditadura foi Machado Santos.

Manuel Joaquim de Sousa face a este panorama não tardou a advertir que nada de essencial havia mudado (*A Aurora*, nº15, 30/10/1910). José do Vale chamou à atenção para o carácter burguês da República (*Germinal*, nº338, 5/11/1911). Nada disto impediu que alguns anarquistas intervencionistas abandonassem as suas convicções libertárias e aderissem à onda republicana integrando as suas listas eleitorais, como foi o caso do heterodoxo Fernão Boto-Machado (9) ou de Ramada Curto (*A Aurora*, nº83, Fevereiro de 1912). *A Sementeira*, nº33, Maio de 1911) chegou a falar de uma “debandada” de intelectuais para as hostes republicanas, embora não tenham sido os únicos. A maioria procurou encaixar-se no funcionalismo público, como José Lopes de Oliveira (10). Alguns deles persistiam em reafirmar as suas convicções libertárias. Nesta debandada estavam intelectuais como Leonardo Coimbra (11), Jaime Cortesão, Álvaro Pinto (12), Bourbon e Meneses, Alfredo Pimenta ou Homem de Cristo Filho (13). Alvaro Pinto, fundador e director da revista *A Águia* (1910) embarcou com outros na ideia de definir a “alma portuguesa”, caindo numa poeirenta corrente saudosista, messiânica e paroquial que iria alimentar a chamada “filosofia portuguesa”. A perspectiva universalista e libertária fora esquecida.

O Partido Republicano no poder, liderado pelo bando de Afonso Costa procurou por todos os meios controlar o país. Esqueceu-se das ideias federalistas e impôs o modelo de um estado unitário e centralista propenso ao surgimento de ditaduras. As promessas de melhorias sociais feitas durante a monarquia foram rapidamente esquecidas. Não acabou com os monopólios e as oligarquias, promoveu-as. A maioria da população nunca se sentiu representada na República. As leis eleitorais republicanas limitaram drasticamente o direito de voto. Entre 1913 e 1925 o número de eleitores variou entre 397.038 e 574.206, um número muito inferior ao registado durante a monarquia. O sufrágio universal nunca foi aceite pelos republicanos que desconfiavam da população, em particular dos analfabetos (70%) e das mulheres. O parlamento, dominado pelo Partido Democrático não podia ser dissolvido, aprovando leis sem qualquer controlo. O único meio para mudar de governo era frequentemente através de golpes militares, um expediente que acabou por se banalizar. 24 governos foram derrubados por revoluções ou golpes militares.

Machado Santos aproveitou o descontentamento com os vários governos republicanos para os derrubar, procurando impor soluções militares. Vemo-lo envolvido nos golpes de estado que instauraram a ditadura de Pimenta de Castro (1915) ou a de Sidónio Pais (1917), sob a promessa da criação de uma “república social”, no que contou com a colaboração de libertários. Jaime de Castro (farmacêutico), editor de *Terra Livre* aparece envolvido em dois dos golpes militares de Machado Santos, ambos contra Afonso Costa: a 27 de Abril de 1913 e a 13 de Fevereiro de 1916 (14). *O Intransigente*, jornal que fundou, contou com a colaboração de muitos anarquistas como Adolfo Lima ou Emilio Costa desde 1912 como redactor. Machado Santos acabou assassinado pelos próprios republicanos em 1921 (15).

Violência Republicana

Os republicanos rapidamente se entrincheiraram no Estado e trataram de se armarem contra a população, os monárquicos e as facções internas do Partido Democrático Republicano. Substituíram a famigerada Polícia Civil do tempo da monarquia, por uma não menos sanguinária Polícia Cívica repleta de delinquentes. Em Lisboa e Porto criaram a Guarda Nacional Republicana, um corpo militarizado, igualmente integrada por

facínoras para reprimirem os conflitos sociais, mas que não tardaram a participarem em assassinatos e golpes de estado. Para execuções selectivas de jornalistas e sindicalistas criaram a terrível "Formiga Branca". Pretenderam criar umas forças armadas, segundo o modelo suíço, publicando uma ampla reforma em 1911, mas rapidamente desistiram. A ideia do "povo em armas" era incompatível com um "Império Colonial". Neste sentido foi mantido um corpo permanente praças e de oficiais que na sua maioria eram monárquicos. A república ficou deste modo nas mãos de um corpo de oficiais conservadores e hostis ao próprio regime (16). No ano seguinte, tropa passou a ser usada em acções contra os trabalhadores, o que contribuiu para o seu descrédito junto da população. Foi montada uma poderosa máquina repressiva que procurou sufocar a revolta, através de prisões e deportações em massa.

Neste contexto de enorme violência as bombas artesanais tornaram-se na principal arma de defesa dos cidadãos contra a repressão do Estado. José Maria Nunes, em 1912, edita mesmo um manual dedicado explicar o seu fabrico e emprego: *A Bomba Explosiva*. Acrescenta testemunhos do seu emprego desde a tentativa de golpe republicano de 28 de Janeiro de 1908 ao de 5 de Outubro de 1910. No Porto, no mesmo ano foi lançado o jornal de caricaturas - *A Bomba* - que tinha na direcção artística Cristiano de Carvalho e na literária Álvaro Pinto. Eram publicações de libertários que contribuíram para os associar a bombistas.

O movimento operário foi reprimido de forma violenta pelos republicanos. O primeiro ato de hostilidade foi a regulamentação das greves (Dec.- Lei 6/12/1910). O governo exigia que as mesmas fossem comunicadas com 8 a 12 dias de antecedência, e reconhecia aos patrões o direito de fazerem Lock-Out, de forma retirarem qualquer eficácia às greves. A lei acabou por não ser respeitada, o que servia de argumento para a brutal repressão dos grevistas. Em Setúbal durante uma greve, Mariana do Carmo Torres e António Mendes, ambos anarquistas, foram assassinados no Largo do Carmo a 13 de Março de 1911 pela GNR, recém constituída (17). Foi detido José Carlos Rates, soldador, secretário-geral da Associação dos Trabalhadores das Fábricas de Conservas de Setúbal (18), o que levantou uma enorme onda de solidariedade.

Estas acções repressivas tem uma resposta imediata. A 6 de Agosto foi organizado um grande comício operário no Terreiro do Trigo, onde marcaram presença como oradores destacados anarquistas (*O Intransigente*, nº265, 7/08/1911). No dia 22 de Agosto em Almada numa acção de protesto pela violência policial foram presos entre outros anarquistas Bartolomeu Constantino, Sá Júnior, Inácio Pereira, Jaime de Castro e Teixeira Barbosa (*O Intransigente*, nº281, 23/08/1911 e seguintes).

Os anos de 1911 e 1912 foram marcados por uma forte agitação dos trabalhadores rurais (19). Os latifundiários do Alentejo desrespeitaram as tabelas salariais que haviam meses antes acordado com os trabalhadores. Estes protestaram junto do Governo Civil de Évora. A resposta do governo republicano foi imediata: o sindicato dos trabalhadores rurais foi encerrado, e os que se destacaram presos e enviados para Lisboa, como Inocêncio Vermelho, Artur Nogueira, Manuel Tomás, José Martins ou José Sebastião Cebola (19.1). Declarou-se então uma greve geral dos trabalhadores rurais (12/01/1912). A repressão da GNR foi brutal, registando por todo o distrito de Évora espancamentos, prisões e pelo menos uma vítima mortal. Em Lisboa, a 28 de Janeiro foi declarada uma greve geral de solidariedade com os trabalhadores rurais que se estendeu a outras localidades (Setúbal, Barreiro, Moita, Montijo). O governo volta à repressão violenta. A Casa Sindical (20) no dia 30 de Janeiro foi cercada e presas cerca de 700 pessoas que aí se encontravam. As mulheres e crianças foram para os calabouços da Governo Civil. Os homens distribuídos

entre o navio "Pêro de Alenquer", a Penitenciária e o Forte de Sacavém. Os republicanos manifestavam a firme vontade de esmagar pela força o movimento operário. A 30 de Janeiro numa greve em Aldeia Galega (Montijo) foram presos duas dezenas de trabalhadores, entre eles vários anarquistas. Apesar da brutal repressão, a organização dos trabalhadores prosseguiu. Entre 25 e 26 de Agosto realizou-se o 1.º Congresso do Trabalhadores Rurais, com a representação de 31 sindicatos, abrangendo mais de 12 mil trabalhadores. Era o culminar de uma movimento organizativo para o qual muito contribuíam jornais, como *O Trabalhador Rural* (1912-1914, 1918, 1931), órgão da Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais.

A violência fazia-se sentir no quotidiano, onde eram frequentes os atos arbitrários da polícia. Em Agosto de 1912 o anarquista Manuel de Azevedo quando passava junto ao coreto na Avenida tocava nesse momento o hino da República. Não tirou o chapéu e acabou linchado, hospitalizado e preso durante dois meses. A ruptura entre anarquistas e republicanos estava consumada.

No princípio de 1913 estavam presos 113 operários, muitos dos quais rurais (21). No dia 19 de Janeiro o Dr. José Negrão Buizel por ter participado numa ação de propaganda sindical em Portimão foi preso, e remetido para a cadeia do Limoeiro em Lisboa, onde permanece durante vários meses encarcerado sem culpa formada (*A Revolta*, nº. 3, 19/01/1913). Uma prática habitual durante a monarquia e prosseguida na República. A 23 de Fevereiro em Almada foi a enterrar Alípio Fernando Dinis, operário corticeiro anarquista que fora assassinado pela polícia (*A Revolta*, nº8, 23/02/1913). Estiveram presentes largos milhares de pessoas, quando começou mais um brutal repressão policial (*A Revolta*, nº9, 2/03/1913). Francisco Direitinho, redactor do jornal *Avante !* (Évora) é condenado a 4 anos de deportação.

A ruptura dos anarquistas com a República ocorreu neste ano. Durante o Cortejo Camoniano de 10 de Junho, o anarquista Valério Benjamim Ferreira segurava uma bandeira negra onde estava escrito "Pão ou Trabalho", não tarda a ser agredido mas não largou o estandarte. Na Rua Nova do Almada foi lançada uma bomba, provocando várias vítimas (22). O governo liderada por Afonso Costa aproveita o pretexto e desencadeia uma brutal repressão dos anarquistas declarando o movimento sindical inimigo da República. Só no Forte da Graça, em Elvas, terão sido encarcerados cerca de 130 presos políticos, sem culpa formada. Pinto Quartim foi expulso para o Brasil e o jornal *Terra Livre* proibido (23). A Federação Anarquista da Região Sul foi desmembrada e o seu principal impulsor Bartolomeu Constantino teve que fugir para Trás-os-Montes e depois para Espanha. Valério Benjamim Ferreira acabou por falecer no Limoeiro. Durante o Congresso do Livre do Pensamento em Lisboa, a 5 de Outubro de 1913, com a presença de delegados de vários países, Aurélio Quintanilha (23.1) e a sua esposa Susana distribuíram um manifesto assinado pelos sindicalistas presos denunciando a brutal repressão do governo.

O descontentamento com a República era generalizado. A situação agravou-se como início da Grande Guerra. Cerca de 100 mil soldados sem instrução nem equipamento militar considerado adequado foram atirados contra as tropas alemãs, primeiro em África (1914) e depois nos campos da Flandres (1917), e o desastre foi completo. Humilhados, os militares revoltaram-se contra o regime. Face à deriva dos republicanos no poder sucederam-se os golpes de Estado promovidos pelos próprios republicanos, a que se juntaram as tentativas dos monárquicos para restabelecerem a monarquia, no que contavam com o apoio da Igreja Católica. Algumas destas intentonas contaram também

com o apoio de alguns anarquistas, numa resposta a perseguições que lhes faziam os políticos como Afonso Costa.

Sidonismo. O golpe militar de 5 de Dezembro de 1917 que instaurou a ditadura de Sidónio Pais (1917-1918) foi recebido por alguns anarquistas com certa condescendência e até colaboração (24). A razão imediata era simples, neste dia foram libertados 63 presos políticos, entre eles José Gonçalves Tormenta que estava preso desde Janeiro de 1912, quando assassinou o administrador do concelho da Moita, por ocasião da greve dos trabalhadores rurais. A *Batalha* (nº1, 23/02/1919) referindo-se a este golpe procurava encontrar uma resposta para a questão: “Porque colaborou o operariado no movimento revolucionário de 5 de Dezembro”: o golpe assumiu o “carácter dum movimento de libertação” das violências que, sob a direção de Afonso Costa, vinham sendo cometidas. A verdade é que em pouco tempo as prisões voltaram a ficar cheias. Muitos anarquistas que combateram a nova Ditadura foram presos e barbaramente espancados como António Casimiro da Silva, Francisco Rodrigues Franco (25), José Artur Quaresma (1875-1957), José dos Reis Couto, Norberto Valido (1883-1960), Alfredo Billha, João Maria Major, Manuel Rebelo, etc.

A ditadura de Sidónio, o “presidente-rei”, apoiada por monárquicos, católicos, largos sectores de republicanos e até do PS, colocou rapidamente em prática um vasto programa proto-fascista que seria mais tarde consagrado em 1933 na Constituição do “Estado Novo”: Um Estado forte e centralizado, apoiado numa vasta máquina policial e militar de vigilância, repressão e de propaganda, nomeadamente no culto do próprio Sidónio; Um Estado protector dos grandes latifundiários e proprietários agrícolas, apostado no controlo dos sindicatos e na diminuição dos salários reais na industria; Colaborante ativo com a Igreja Católica e na difusão de valores tradicionais (Ordem, Deus, Pátria, Família).

Após a morte do ditador, da qual foram logo acusados os anarquistas (26), ocorreu um golpe militar que, sob o pretexto de resgatar a ditadura de Sidónio, pretendeu restaurar a monarquia. Apesar da desilusão com a República os anarquistas nunca abandonaram a defesa da Liberdade e do próprio regime republicano.

A tentativa foi iniciada no norte, sendo liderada por Paiva Couceiro (19 de Janeiro a 13 de Fevereiro de 1919), seguindo-se dias depois em Lisboa (22 a 24 de Fevereiro de 1919).

Em Lisboa, perante a indecisão do governo republicano, os anarquistas saíram em defesa da República (*A Batalha*, nº1, 23/02/1919), organizaram manifestações, exigiram armas e com elas atacaram as tropas monárquicas acantonadas no Monsanto. Aurélio Quintanilha, que não quis ser militar, uniformizou-se de alferes de artilharia e foi comandar uma bateria que se instalou na Quintinha e atacou os monárquicos. A recompensa pela ação dos anarquistas foi a libertação de António José de Ávila que se encontrava preso na cadeia do Monsanto desde o tempo da ditadura de Sidónio Pais.

No Porto foi constituído um comité que organizou e armou treze grupos anarquistas para junto com os republicanos derrotarem os monárquicos, num combate em que se destacaram militantes como Afonso Guimarães (?-1925) (*A Batalha*, nº3, 25/02/1919).

Na Cadeia do Limoeiro, Gonçalves Correia não deixou de escrever um texto para *O Rebelde* (nº13, 14/02/1919), cujo título diz tudo: “Viva a República!”. Apesar do desvario dos republicanos havia que defender República.

Numa altura em que o movimento anarquista organizava grandes manifestações de repúdio pela condenação à morte de Sacco e Vanzetti, os republicanos realizaram em Lisboa uma chacina. No impasse provocado por mais um golpe de estado, na noite de 19 para 20 de outubro de 1921, um bando de militares assassinou cinco pessoas: António Granjo (primeiro ministro), Machado dos Santos e Carlos da Maia (heróis republicanos do 5 de Outubro), Freitas da Silva e Botelho de Vasconcelos, tendo fracassado outras tentativas de assassinato. A república entrara num processo de auto-destruição, agravado por um hiperinflação, desvalorização do escudo, descalabro da balança comercial, peso asfixiante da dívida pública, desemprego, falências, crise de subsistências, mas sobretudo uma enorme instabilidade política provocada pela guerra entre as várias facções republicanas. O que também não abrandava era a repressão. No dia 10 de Março de 1922, mais de uma centena de jovens libertários foram enviados presos para os fortes de Sacavém e S. Julião da Barra sem culpa formada, um processo que se tornou habitual.

Apesar disto, quando muitos republicanos resolveram substituir a Primeira República por uma Ditadura, em 1926, os anarquistas uma vez mais vieram para a rua para a defenderem.

Sindicalismo

A implantação da República, marcou o predomínio do sindicalismo no movimento anarquista. A maioria dos militantes concentrou a sua acção nos sindicatos operários, concebendo-os como embriões de uma futura organização (sindicalismo revolucionário). Ideia já apontada por Bakunine e depois desenvolvida por outros teóricos sindicalistas. A acção dos sindicatos ultrapassou o domínio das questões laborais, assumiam uma relevante actuação na promoção da cultura e da educação do operariado.

Desde o início do século que se prosseguia o objectivo de fundar em Portugal uma confederação geral de sindicatos. A cisão ocorrida entre anarquistas e socialistas no Congresso Nacional Operário de 1909 impôs a necessidade de um novo congresso apartidário, sendo eleita para o efeito uma “comissão executiva”. Em simultâneo a imprensa anarquista desenvolvia uma intensa propaganda sobre o “sindicalismo revolucionário”.

A 13/11/1910 era lançado o jornal *O Sindicalista* (27), semanário defensor da classe trabalhadora. Uma muito dinâmica imprensa sindical informava e formava os trabalhadores.

Apenas a 7 de Maio de 1911 foi possível realizar um congresso de sindicatos, na sala da Associação dos Compositores Tipográficos, na Rua de S. Bento, contando com a representação de 91 sindicatos, abrangendo 35 mil associados. Da Ordem de Trabalhos constavam três teses: 1. Princípios Gerais de organização; 2. Greves e Arbitragem ; 3. Legislação Operária. Devido à repressão policial reconheceu-se que não havia condições decidir sobre a confederação sindical, sendo eleita uma nova “comissão executiva para preparar um congresso constitutivo (28). O processo não parou. No Porto constituiu-se a União Geral dos Trabalhadores da Região Norte (1911-1913), sendo eleito Manuel Joaquim de Sousa como secretário-geral (29). A sua orientação era claramente sindicalista revolucionária. Em Lisboa, apesar das manobras dos socialistas, constituiu-se a União dos Sindicatos Operários (USO). No último dia do ano fora inaugurada a Casa Sindical, onde passou a funcionar a Comissão Executiva do Congresso Sindical, a USO, 34 associações de classe, vários jornais operários (*O Sindicalista*, *O Construtor*, *A Defesa*).

O Partido Socialista (PS), por intermédio do seu deputado, juntava-se ao governo no ataque aos sindicalistas e condenação das greves (*Lumem*, Outubro de 1912). Acusaram os trabalhadores rurais de Évora, de na greve de Janeiro de 1912, que “atingiu extraordinárias proporções devido ao carácter revolucionário que foi revistada” de terem seguido os “elementos sindicalistas” e não as ordens do Partido (*A Batalha Socialista*, nº. 8, 20/06/1913). A onda repressiva atingiu na altura dimensões nunca vistas. Todos os membros da “comissão executiva” estavam presos em 1913. O PS tentou tirar partido destas prisões e avançou para a realização de um congresso operário nacional sob o seu controlo (*O Socialista*, 25 e 26 de Setembro de 1913). A Federação Operária de Lisboa ligada a este partido marcou a data do congresso de 30 de Janeiro a 2 de Fevereiro de 1914, na cidade de Tomar. A maioria das associações e a imprensa operária defendia o adiamento. “Na verdade, estando encerradas mais de 20 associações proletárias e presos no Forte de Elvas os mais inteligentes e dedicados propagandistas da organização dos trabalhadores, não achamos oportuna a realização desse Congresso enquanto essas associações não estiverem funcionando novamente. A não ser que haja ocultos motivos políticos, que tendem a desorganizar aqueles operários que não são partidários da desacreditada acção parlamentar, não atinamos com o motivo porque não é adiado para o 1º. de maio, como já foi alvitado, o Congresso Operário” (*O Despertar*, nº2, 18 de Janeiro de 1914). Apesar de desmascarado, o PS insistia na data. Entretanto ocorreram duas greves de ferroviários (Janeiro e Fevereiro) que obrigaram ao adiamento do congresso e o governo libertou os sindicalistas presos, muitos deles sem culpa formada. A manobra do PS caiu por terra.

No I Congresso Sindical de Tomar (14 a 17 de Março de 1914) deu-se mais um passo com a fundação da União Operária Nacional (UON), onde estiveram presentes 103 sindicatos e 7 federações, com uma população de cerca de 90 mil sindicalizados. As manobras politiqueras do PS continuaram e foram sendo desmascaradas. Na primeira sessão do congresso foi retirado o direito de voto a destacados militantes do PS que se apresentaram como “delegados” de associações mas que não participavam na vida das mesmas e nem sequer eram sindicalizados (30). O passo seguinte foi a realização de duas conferências da UON, uma no norte e outra no sul que uniu os sindicatos do país e reforçou a organização (1917).

A UON surgiu contexto de enorme desilusão, como dissemos, sobre as grandes centrais sindicais europeias. A esperada greve geral revolucionária não ocorreu. Clemente Vieira dos Santos escrevia a este respeito: “Quando o governo alemão falou na guerra, o povo alemão devia marchar não para a fronteira, mas sobre Berlim” (*A Aurora*, 17/09/1916). Por outro lado, a UON devido às sucessivas manobras do Partido Socialista acabou por assentar numa série de compromissos que limitaram a sua capacidade de ação. Por último, atravessou um período histórico terrível em que se salientam duas Ditaduras (Pimenta de Castro e Sidónio Pais), a Grande Guerra e a Pneumónica. O governo nunca reconheceu a sua existência.

A UON em Maio de 1918 iniciou a mobilização dos trabalhadores para uma Greve Geral contra a carestia de vida. Foi brutal a repressão que logo se abateu sobre o movimento operário. Apesar disto, nada disso a impediu de marcar, por exemplo, mais de 40 comícios de protesto, mas que logo foram proibidos pelo governo (16/09/1918). A Greve Geral que ocorreu a 18 de Novembro, acabou por coincidir com o pico da Pneumonia e o armistício da Guerra, retirando-lhe algum impacto. A repressão policial e militar foi de extrema violência, em particular no Vale de Santiago, Odemira.

A UON, em Dezembro de 1918 apresentou ao governo de Sidónio Pais uma série de reivindicações, comprometendo-se a abrandar as lutas operárias se as mesmas fossem satisfeitas (*A Batalha*, nº98, 2/06/1919). O governo ignorou-as.

Face à gravidade da situação em que se vivia no país, marcada pelo aumento da miséria e da violência, em Janeiro de 1919, uma comissão composta por Pinto Quartim, Raul Neves Dias, Francisco Cristo, José António de Almeida, Eduardo Freitas, Joaquim Cardoso e Hilário Marques propôs ao Conselho da UON a edição de um jornal diário, órgão do movimento sindical. A 23 de Fevereiro saía o primeiro número jornal, reflexo da extraordinária capacidade de decisão e realização que a organização dava mostras.

No II Congresso da UON que ocorreu entre 13 e 15 de Setembro de 1919 em Coimbra foi finalmente criada a Confederação Geral do Trabalho (1919-1964 ?) (31). Neste congresso fizeram-se representar 119 sindicatos com mais de 130 mil filiados (32), tendo nele sido aprovadas as teses do ideário anarquista para os sindicatos também designadas por "sindicalismo revolucionário".

Os sindicatos até 1919 assentavam numa estrutura essencialmente local: os trabalhadores organizavam-se numa dada cidade ou vila em sindicatos de ofícios, o que dificultava a sua união devido à sua excessiva pulverização. A CGT trouxe uma nova organização sindical: os trabalhadores passaram a organizar-se em sindicatos únicos por indústria, o que aumentou o seu poder reivindicativo. Por outro lado, como explicava Adolfo Morais (pseudónimo de J. Carlos Rates) n' *A Batalha* (nº37, 1/04/1919) era pensada tendo em vista uma futura organização social. Nesta organização sindical que seguia o modelo da CGT francesa, continuavam a faltar as organizações de base, como as Câmaras Sindicais que integrassem elementos assalariados e não assalariados para intervirem nos problemas locais (habitação, educação, cultura, alimentação, preços, etc). Estas uniões locais de sindicatos seriam os embriões de uma municipalidade futura (*A Batalha*, nº137, 13/07/1919), a questão foi retomada em 1923.

Para além desta estrutura sindical, depois da implantação da República surgiram as **uniões sindicais**, com o objectivo de promover a propaganda sindical, a solidariedade entre as diferentes profissões e sectores, estabelecer reivindicações comuns, etc. Difundiram-se por todo o país: Setúbal, Lisboa, Évora, Tomar, Braga, Guimarães, Coimbra, Porto, Lagos, Funchal, Olhão, Faro, Beja, Barreiro, Almada, Viana do Castelo, Vila do Conde, Aveiro, Seixal, Vendas Novas, Portimão, Vila Franca de Xira e Ponta Delgada, tendo adquirido grande importância depois de 1925 (33).

A 23 de Fevereiro de 1919 UON começou a publicar-se o diário ***A Batalha*** (34), inicialmente como órgão da UON e depois da CGT. A intensa atividade de publicações do jornal e dos meios anarquistas, secundava uma ação consistente contra o patronato e as crescentes inclinações ditatoriais na República a que aderiam largos sectores republicanos, católicos e monárquicos.

A Batalha foi várias vezes proibida, mas logo de seguida se procurava encontrar publicações alternativas, como o *Avante !*, diário de tarde, que saiu em 1919, sob a direcção Carlos José de Sousa, ou a *Imprensa de Lisboa* (1921), órgão dos trabalhadores dos jornais, sob a direcção de Campos Lima, tinha duas edições (manhã e tarde).

No princípio dos anos vinte, apesar da situação caótica do país, o movimento sindical somou muitas conquistas, embora exigissem lutas permanentes para serem aplicadas, tais como: As compensações por acidentes de trabalho regulamentadas em 1913 (Lei 83,

Junho de 1913) eram frequentemente recusadas por juizes corruptos; O horário de trabalho de 8 horas diárias foi consagrado em 1919 (Dec. 5516, 7/05/1919), mas as greves para o cumprir continuaram; Os seguros sociais que visavam abranger todos os trabalhadores, embora fossem regulamentados em maio de 1919, estavam longe de serem generalizados. Fruto da constante pressão deram-se alguns passos na construção de bairros operários. A ação sindical não se limitava à esfera reivindicativa, nomeadamente de aumentos salariais ou melhores condições de trabalho, prosseguia numa intensa obra da alfabetização e formação cultural dos trabalhadores.

As **Juventudes Sindicalistas** (JS) foram criadas em Janeiro de 1913, agregando muitos elementos de anteriores organizações como a Juventude Libertária. Entre 1914 e 1915 publicam *O Despertar* (editor Carlos de Sousa e redactor principal Mário Costa). Em 1916 a União das JS já tinha núcleos em 14 cidades e povoações. As JS era uma organização autónoma dos sindicatos, embora fossem por eles apoiadas. Face ao contexto mundial que se vivia, marcado pela Grande Guerra travou uma luta tenaz contra o militarismo e o nacionalismo propagado pelos republicanos, procurando estimular uma consciência social libertária. Para além da ações de propaganda ou angariação de dinheiro para os presos, organizavam uma vasto conjunto de actividades (música, teatro, desporto, etc). A repressão policial procurou de forma sistemática aniquilá-las através de prisões e deportações. A 30 de Setembro de 1919, por exemplo, um comício das JS contra a Carestia de Vida foi disperso pela policia. Entre os que se refugiam na sede da CGT, 83 foram presos.

A fundação da CGT e a publicação d`A *Batalha* constituiu um forte estímulo para o renascimento e expansão das JS. A 18 de Janeiro de 1920 voltou a ser publicado o jornal *O Despertar*, tendo como redactor principal José de Sousa e editor José dos Santos, declarando que a maioria dos seus membros eram filiados na CGT, no edificio da qual aliás tinha a sede. Esta nova fase foi marcada por uma maior preocupação com a formação dos jovens sindicalistas, nomeadamente no plano ético e revolucionário. Com este objectivo em 1922 publicaram *A Moral do Jovem Sindicalista* da autoria de Amílcar Sarmiento, a que se seguiu *A Gestão Sindical no Período Revolucionário* de David de Carvalho e a tese sobre as relação das JS e a organização sindical, apresentada ao III Congresso Operário Nacional (1922). No plano organizativo em 1921 realizaram o seu primeiro congresso. Entre 25 e 27 de Outubro de 1924 no Porto uma importante “Conferência Juvenil”. O segundo congresso ocorreu em 1926, no Barreiro, onde estiverem presentes delegados de 28 localidades do país. Vivia-se em plena ditadura militar.

A sua atividade, sem paralelo na Europa, foi muito intensa e diversificada (35). O contexto mundial impôs novos objectivos de luta. As JS enfrentavam agora a ascensão de regimes totalitários, acções de bandos armados orquestrados pela Polícia, grupos económicos, tendo no seu seio acções de aliciamento para a Juventudes Comunistas. A repressão policial, sob os mais diversos pretextos foi sempre sistemática, tentando aniquilar a sua existência. Centenas de jovens foram presos entre 1920 e 1926, obrigando-os a uma forçada clandestinidade. Manuel Viegas Carrascalão secretário das JS, por exemplo, em Outubro de 1926 foi preso e deportado para Timor.

Pluralidade de Causas

Dentro do movimento anarquista a estratégia do sindicalismo revolucionário embora fosse predominante não era limitativa. Pierre Monatte (36) e Malatesta no Congresso Anarquista de Amesterdão em 1907 evidenciaram um histórico confronto sobre esta questão.

Monatte defendia que os anarquistas se deviam diluir nas organizações sindicais, onde seriam criadas as estruturas necessárias à emancipação dos trabalhadores. Após a Revolução Social o Estado existente seria substituído, na excelente expressão de Campos Lima, por um "Estado Sindicalista" dirigido por sindicalistas, e nesse sentido deviam preparar-se para essa magna tarefa política. Uma "greve geral revolucionária" marcaria o fim do capitalismo e o princípio de um novo mundo. Os sindicatos eram um meio e um fim em si mesmo.

Malatesta defendia pelo contrário que a construção da Anarquia ultrapassava as lutas sindicais, enquadradas por um quadro legal e centradas em reivindicações laborais (contratos, salários, horários e condições de trabalho). Outras importantes lutas para a transformação social nem sequer convinha que fossem assumidas pelos sindicatos, pois podiam enfraquecê-los. Era sabido que quando os sindicatos decidiam lutar contra o parlamentarismo, militarismo ou nacionalismo afastavam muitos trabalhadores, pelo que optavam por manter uma posição "neutral" sobre estas questões. Eram combates que só podiam ser travados por organizações anarquistas fora dos sindicatos, embora neles pudessem e devessem ser discutidos. Eram questões que implicavam uma profunda mudança de mentalidades, entendimento sobre a natureza do poder, etc. Os sindicatos eram um meio privilegiado onde se exercia a ação revolucionária, mas não exclusivo. A revolução social era mais complexa do que os "sindicalistas revolucionários" conjecturavam. A insurreição armada seria indispensável.

Em Portugal a alegada divisão entre anarquismo e sindicalismo revolucionário era essencialmente tática, o que não impediu que durante décadas a questão fosse amplamente debatida (37). Um número considerável de obras foram publicadas sobre este assunto. De forma mais ou menos consistente podemos identificar alguns protagonistas destas duas posições.

Seguindo a posição de Monatte destacaram-se Alexandre Vieira e Manuel Ribeiro incansável tradutor de obras como *O Sindicalismo* de F. Challaye (1912) onde defendia a ideia que o sindicalismo se bastava a si próprio. Nesta linha, em 1920, José Carlos Rates chegou ao ponto de defender a "Ditadura do Proletariado" pela CGT !. Adolfo Lima consagrou a tese da suficiência do sindicalismo nos Congressos da CGT na Covilhã e Santarém.

A posição de Malatesta era defendida por Neno Vasco que desde 1911 divulgava as suas ideias em Portugal, tentando conciliar o anarquismo com o sindicalismo (38). Pouco antes de falecer escreveu uma das obras mais consistentes do anarquismo em Portugal: *Concepção Anarquista do Sindicalismo*, publicada em 1923 pela Editorial A Batalha. Na mesma linha temos Manuel Joaquim de Sousa, Emílio Costa, Adriano Botelho ou Campos Lima.

Para além do sindicalismo muitas outras causas continuaram a serem abraçadas pelos anarquistas.

Malatesta

Durante décadas a imagem do revolucionário secundarizou a do pensador. Em Portugal, só a partir de 1910 é que as suas ideias começaram a ser conhecidas de forma sistemática (39), divergindo em muitos aspectos de Kropotkine, o mais popular pensador anarquista.

Ao contrário Kropotkine recusava a ideia do “anarquismo científico” ou de um “sistema filosófico anarquista”. É arrasadora a sua crítica ao cientismo que pretendia extrair verdades universais e infalíveis aplicáveis a todos os seres humanos, com as quais antecipadamente se pudessem prever comportamentos individuais ou colectivos. O determinismo histórico, uma espécie de teleologia que conduziria a Humanidade para a Anarquia não passava de uma construção ideológica que escondia as aspirações e desejos que cada um formava da justiça, do progresso, etc. Malatesta considera que todas as verdades são provisórias, e nada nos impede de agir contra as injustiças.

A Anarquia, como tal, é uma aspiração humana que não parte de nenhuma verdade, ou suposta verdade, ou necessidade natural, cuja realização depende unicamente da vontade dos seres humanos. O anarquismo assume assim uma dimensão iminentemente ética. É uma atitude antiautoritária e de solidariedade social, um objectivo a realizar por uma vontade criadora.

“Anarquista é, por definição, aquele que não quer ser oprimido e não quer ser opressor ; aquele que quer o máximo de bem-estar, a máxima liberdade, o máximo desenvolvimento possíveis de todos os seres humanos. As suas ideias, a sua vontade tem origem no sentimento de simpatia, de respeito perante todos os seres humanos: sentimento que deve ser bastante forte para induzi-lo a desejar o bem dos demais como o seu próprio e a renunciar às vantagens pessoais que exigem, para serem obtidas, o sacrificio dos demais. Se assim não fosse, por que deveria ser inimigo da opressão e não procurar, ao contrário, converter-se em opressor?”, Malatesta, *Volontá*, 15/06/1913.

Nesta perspectiva que recusa todo o tipo de fatalismos, para produzir efeitos anarquistas é preciso que se manifeste uma vontade anarquista. Esta pode ser formada, estimulada e difundida através de ações, valores, sentimentos. Neste campo, atribuiu grande importância à constituição de organizações anarquistas específicas para, no estrito respeito pelos princípios, proporcionar uma cooperação livre entre iguais na difusão dos ideais libertários. Não se trata de organizações para liderar as “massas”, mantendo-as submissas à vontade de outros, mas para gradualmente proverem a sua tomada de consciência e uma vontade livre que leve os indivíduos a conceber e desejar a Anarquia.

Eram ideias inspiradoras que foram fazendo o seu caminho em Portugal, nomeadamente sobre a questão organizativa.

Educação

A educação ocupava uma posição central no pensamento e ação dos anarquistas na construção de uma nova sociedade, alicerçada sobre o esforço e aperfeiçoamento individual. Acreditavam que mudando os métodos e conteúdos de ensino podia-se criar pessoas mais livres e conscientes, verdadeiros cidadãos de um mundo novo (40). Deixaram a sua marca na Escola Oficina nº1 de Lisboa, em Universidades Populares (41), numa rede de escolas operárias, bibliotecas e em inúmeras iniciativas promotoras de uma cultura libertária. Entre 1917 e 1925 contabilizaram-se 41 escolas no país, directamente controladas pelos sindicatos operários, rurais e de serviços, situadas sobretudo em Lisboa e no sul do país, sem contar com as da *Voz do Operário* (42). Funcionavam durante o dia para as crianças e à noite para adultos.

Os sindicatos ligados ao movimento anarquista desenvolviam um intenso programa de alfabetização e de cultura, criando cursos, escolas, bibliotecas, editando jornais, revistas e livros numa ação cuja verdadeira dimensão ainda está por estudar.

Entre os muitos anarquistas envolvidos nesta campo de ação destacaram-se Adolfo Lima, Campos Lima, César Porto, Faria de Vasconcelos, Mário de Oliveira (1892-1970)(43), Deolinda Lopes Vieira (44), Lucinda Tavares, Augusto Carlos Rodrigues (1881-1956), Aurélio Quintanilha (1892-1987), António Manaças (45), Virgílio Santos, Francisco Quintal (46), João Vieira Alves (1904-1971), Severiano de Carvalho, Carlos José de Sousa, Caetano de Sousa (47) entre muitos outros. Reclus nas suas notas sobre Portugal não deixou de registar que ficara surpreendido com a dimensão do analfabetismo em Portugal. No início do século XX atingia os 80%. Implantada a República os republicanos não tardaram a esquecer o que haviam prometido. Em 1926 haviam mais analfabetos que em 1909. Eram factos que justificavam a ativa militância anarquista neste domínio. O combate pela Liberdade, como afirmava Proudhon, passa também pela luta contra a ignorância.

Não se limitaram a organizar escolas e ensinar, produziram uma apreciável quantidade de publicações e traduções: William Heaford - *A Escola Moderna de Barcelona*. Lisboa: Guimarães & Ca, Editores (1910); Revista *Lumen* (1911-1912), *Educação*, Lisboa, nº1, 1913, revista da *Escola-Oficina*, e em 1918 saiu o *Boletim; Escola Moderna*, Aveiro, 1914; Lima, Adolfo (1914). *Educação e Ensino – Educação Integral*. Lisboa: Guimarães & Ca. Editores; Lima, Adolfo (1916). *Orientação Geral da Educação. Educação Geral e Especial: Educação Técnica*. Separata da “Revista de Educação Geral e Técnica”. Lisboa: Casa Portuguesa; Revista *A Educação Social*. Revista de Pedagogia e Sociologia (1924-1927), Direção de Adolfo Lima; revista *Escola Nova* (1924, Coimbra), órgão da Associação dos Professores de Portugal. Director: Almeida Costa.

Feminismo

Muitas mulheres anarquistas evidenciaram-se na luta pela emancipação feminina, mas a sua ação continua a ser pouco estudada. A imprensa libertária dava uma especial atenção à condição das mulheres trabalhadoras, igualdade de género, mortalidade infantil e das mulheres nos partos, contraceção, etc. Muitas das temáticas que abordaram só voltaram a ser tratados depois de 1974, quando ainda provocavam grande escândalo social... Combates em que se destacaram muitos jornais, como *O Germinal* de Setúbal, fundado em 1903.

Um trabalho recente sobre três publicações anarquistas entre 1908 e 1919, foram identificados os tópicos da abordagem libertária: a) a denúncia dos estereótipos de género e a sua submissão à moral vigente; b) a crítica às diferentes condições de vida das mulheres trabalhadoras e das burguesas; c) a íntima relação entre a dominação de género e a dominação de classe; d) a necessidade de uma emancipação feminina, constatando-se todavia que a mesma estava muito dependente da libertação de outras formas de domínio: política, social, religiosa, simbólica, etc. (48).

Como expressão deste movimento surgiram várias organizações como a União das Mulheres Anarquista formada em Lisboa (1912-1916) que desenvolveu uma intensa propaganda emancipadora, onde se distinguiram Júlia Cruz (companheira de Bartolomeu Constantino) e Margarida Paula (serventuária nas Cozinhas da Assistência). Federou-se na Federação Anarquista da Região Sul (1913-1914) e depois na União Anarquista-Comunista (1915). No Porto destacou-se o Grupo Libertário Louise Michel (1924-1926), o Grupo Carolina Michaelis e o Centro Feminino de Estudos Sociais composto exclusivamente por mulheres, a maioria das quais casadas com anarquistas e com militância nas Juventudes sindicalistas. Muitas outras mulheres anarquistas participaram activamente na organização sindical como foi o caso de Virginia Teixeira Dantas, Maria J.

Peixoto de Almeida, Margarida Peixoto Barros ou Miquelina Maria Possante Sardinha, professora primária (49) ou no apoio que deram a presos, como Laura Arrábida de Sousa ou Luisa do Carmo Franco.

Era uma ação vista com enorme desconfiança pelos republicanos que temiam a intervenção política das mulheres, dado que as consideravam facilmente manipuláveis, nomeadamente pelos padres. Sendo a esmagadora maioria analfabetas eram encaradas como potencialmente inimigas da Liberdade, daí a recusa em lhes concederem o direito de voto. A grande prioridade das feministas republicanas era o adultério, reclamando por uma equiparação neste domínio entre mulheres e homens. Duas grandes exceções foram Adelaide Cabete (1867-1937), filiada na maçonaria adoptou o nome da anarquista Louise Michel. Muito próxima do anarquismo era uma assídua colaboradora d' *A Batalha* (50). Também Maria Veleda (1871-1955), professora primária “vermelha”, tinha como ideal feminista Louise Michel (51). Beatriz Teixeira de Magalhães foi outras das feministas muito próximas das ideias anarquistas. Professora primária, defensora dos princípios da Educação Nova e da Escola Única. Fez parte de várias organizações dos professores e de mulheres, assim como da Universidade Popular Portuguesa.

Anticlericalismo e Sexualidade. O catolicismo foi até 1910 a religião do Estado português e os padres funcionários públicos. No século XIX a muito custo foi possível o registo civil e os enterros civis para os não religiosos. As outras confissões tiveram sempre uma limitada liberdade de culto. A separação da Igreja do Estado, consagrada em 1911, abriu uma natural fractura entre o Estado e Igreja com grandes repercussões na economia, assistência social e na educação, dada a sua presença capilar em todo o território e nas colónias. Onde a separação provocou a mais viva reacção por parte da população contra a República foi pelos decretos que proibiram as manifestações externas de culto, como as procissões, festas religiosas, romarias, círios, o toque dos sinos entre outras. Eclodiram dezenas de conflitos em muitas povoações, pois estas proibições afectavam não apenas crenças e tradições populares, mas também a economia local. Eram conflitos cuja natureza estava fora da esfera estrita da religião. Os ataques contra conventos, igrejas e padres foram muito pontuais, e condenados prontamente por anarquistas (51.1). Raros também foram os bens da igreja confiscados pelo Estado. Estes conflitos não deixaram de servir durante anos para católicos e monárquicos afirmar que a Igreja Católica fora perseguida pela República.

A propaganda anticlerical prosseguiu. Sem o impacto social que tivera no passado, em 1913, realizou-se o Congresso do Livre Pensamento de que Campos Lima foi um dos principais organizadores.

A crítica à moral vigente, como vimos, foi sempre um importante campo de batalha dos anarquistas. A religião e a libertação sexual estavam neste domínio interligadas e originaram a produção de uma extensa literatura por vários anarquistas: Neno Vasco: *O Pecado da Simonia*, 1920, comédia anticlerical; José Carlos de Sousa: *Missionários do Erro*; etc. Jornais anti-clericales como *A Lanterna* (São Paulo, 1911), contavam com uma empenhada colaboração de anarquistas como Neno Vasco.

A moral religiosa vigente era profundamente conservadora dos costumes e castradora da sexualidade. Aquilo que os anarquistas propunham era uma rotura profunda nas crenças e a libertação da sexualidade dos portugueses.

O combate pela libertação da sexualidade desenvolvia-se em torno das teorias neomalthusianistas, mas também do amor livre. Ideias que afrontavam a moral religiosa,

mas também a visão republicana da mulher: mãe e procriadora. Para os anarquistas o prazer era mais importante que a procriação. A propaganda, venda e distribuição de anticoncepcionais integrava esta ação libertadora que foi duramente reprimida pelo regime republicano.

Neste combate em que se distinguiu também Jaime Brasil (52). Primeiro no *Suplemento Semanal d'A Batalha* (1923-1926), com uma série de artigos sobre sexualidade, e depois em plena Ditadura editou entre 1931 e 1933 com vários livros, o que contribuiu para o seu exílio em Espanha e França. Coincidência ou talvez não, na mesma altura, Wilhelm Reich editava na Alemanha *A Revolução Sexual* (1930) e *Psicologia de Massas do Fascismo* (1933) que o levou a refugiar-se na Noruega.

Ao longo deste período destacamos edições como: *A Emancipação da Mulher* (1910), Jakov Novicow; *Mulheres, não procreeis !* (1911), José Teixeira Junior; *O Amor Livre* (1915), Charles Albert, numa tradução de Manuel Ribeiro; *Calvário da Mulher*, Maria Feyo (1915); *Procriação Consciente*, ed. A Sementeira (1920); *Liberdade Sexual das Mulheres* (Lisboa, 1924 ?), Júlio Barcos; *As Mulheres e o Feminismo* (Lisboa, 1929), Emílio Costa; *A Tragédia da Emancipação Feminina* (Lisboa, Publicações Claridade, 191...), Emma Goldman, etc. De Jaime Brasil: *O Problema Sexual*, 1931; *A Questão Sexual*, 1932; *Os Padres e a Questão Sexual*, 1932; *Os Órgãos Sexuais*, 1933; *A União dos Sexos*, 1933;

Homossexualidade. A questão da homossexualidade era uma questão marginal. Nas raras vezes que o tema foi abordado na imprensa anarquista, foi usado como um argumento para atacar moral burguesa e católica. Era um "desvio" difundido nas prisões, internatos, o celibato dos padres, o afastamento forçado entre os sexos, e fomentado igualmente nos ambientes decadentes em que vivia a burguesia. Uma prática contra a natureza que colocava em causa a própria continuidade da espécie. A argumentação mudou no princípio dos anos trinta, quando Jaime Brasil sem deixar de assinalar que se tratava de uma "anomalia" do "foro psíquico", insere a homossexualidade no âmbito da "liberdade individual", e neste sentido, é "o direito de cada um fazer o que entender, desde que não prejudique a liberdade de outrem" (52.1) .

Antimilitarismo e a questão da Grande Guerra

Desde o princípio do século XX que se esperava uma grande guerra na Europa, daí a intensa propaganda antimilitarista (53). Em Portugal, a mentalidade autoritária de monárquicos e republicanos era profundamente belicista. Não admira que dias depois da implantação da República, o primeiro governo provisório apressou-se a encomendar ao Ministério da Guerra a organização da instrução militar nas escolas públicas e privadas. Contra esta medida insurgiu-se a imprensa libertária. *A Sementeira* (nº28, Dezembro de 1910) advertia a mesma contribuía para alimentar uma mentalidade conservadora, o "fanatismo religioso", a "deificação militarista" e o "patriotismo patético", abrindo o caminho a "qualquer aventureiro militar cazarista, ignobilmente ambicioso, ligando-se ao padre, à cruz, explore o filão sempre fecundo do misticismo guerreiro, patriótico e deísta" destruindo a própria República, o que veio a acontecer.

Quando em 1912 rebentou a guerra nos Balcãs, era evidente que se caminhava a passos largos para uma nova guerra que envolveria toda a Europa. Multiplicaram-se as iniciativas dos anarquistas a favor da Paz, realizaram comícios em Lisboa, Porto, Setúbal e Évora. No dia 15 de Dezembro de 1912, por exemplo, foi organizado um grande comício no Terreiro do Trigo em Lisboa, onde foi aprovada uma moção onde se declarava: "O povo operário português resolve (...) impedir a mobilização do exército português se por acaso

os nossos governantes tiverem a vaidade de pretender que Portugal tome parte da conflagração europeia”. Sucederam-se também as habituais prisões. Raul Magalhães Coutinho foi preso por afixar placares anti-militaristas (*A Revolta*, 9/03/1913).

Antes do início da Grande Guerra havia entre os libertários total unanimidade na condenação da guerra. Após a sua eclosão, a 1 de Agosto de 1914, criou-se uma ruptura no movimento anarquista internacional. Kropotkine, James Guillaume, Charles Malato, Jean Grave, Cornelissen entre muitos outros assumiam abertamente uma posição belicista contra a Alemanha, em nome do direito à autodefesa e da democracia. Outros, defendiam uma posição pacifista, assente numa firme recusa de pegar em armas, apelavam à deserção no exército, organizavam manifestações públicas e acções de sabotagem de equipamentos militares. Acima de tudo, esperava-se que as grandes centrais sindicais operárias europeias proclamassem um greve geral revolucionária, o que não aconteceu. Foi uma desilusão marcada por acusações de traição.

Em Portugal cavou-se igualmente a divisão entre os que defendiam a intervenção contra a Alemanha e os abstencionistas. Entre os primeiros estavam Emílio Costa, Augusto Machado, Lopes de Oliveira, Manuel Ribeiro, Campos Lima, Severiano de Carvalho, Bernardo Sá, Adolfo Lima e Sebastião Eugénio, contando na imprensa libertária com o jornal *Germinal*. Entre os segundos sobressaíam Neno Vasco, Aurélio Quintanilha, Clemente Vieira dos Santos, António Alves Pereira, Manuel Joaquim de Sousa, C. Rodrigues, Giordano Bruno, Magalhães Júnior e José Franco tendo como principais órgãos de combate *A Sementeira* de Lisboa e *A Aurora* do Porto. Este jornal não se cansou de denunciar que a guerra não era nacional, democrática ou civilizacional, conforme difundia a propaganda guerrista. “A guerra não é iluminada senão pelos fulgores sinistros da avareza banqueiral, lado insaciamento do industrialismo e da conquista absorvente de novos mercados mundiais...” (*Aurora*, 19/03/1916) (54). Não deixaram também de rebater o principal argumento do governo português para participar na guerra: a defesa das colónias, cuja posse seria ambicionada pela Alemanha. A entrada na guerra, segundo o governo, daria ao país acesso à mesa das negociações em pé de igualdade com os restantes beligerantes. As primeiras expedições militares partiram para Angola e Moçambique em 1914 e para a Flandres em 1916. Quanto às colónias, como veremos, os anarquistas tinham uma posição solitária: defendiam o direito à independência dos povos colonizados. Uma posição inconciliável com o ADN dos republicanos, basta recordar as suas campanhas contra o Ultimato de 1890 (55). Neste sentido, os abstencionistas defendiam a neutralidade de Portugal no conflito. As acusações mútuas entre as duas posições anarquistas acabaram por ter reflexos negativos, como veremos, no desenvolvimento das organizações acratas.

As Juventudes Sindicalistas, criadas em 1914, à semelhança da sua congénere francesa, assumiram desde o início uma firme posição contra a guerra e o militarismo (*O Despertar*, “Em Tempo de Guerra, nº. 5, janeiro de 1915; idem, números 9 e 10, Setembro e Outubro de 1915), no que eram secundadas pelas Juventudes Libertárias, distribuindo comunicados dentro dos quartéis apelando à revolta e deserção.

No Congresso Internacional da Paz, em El Ferrol (Abril-Maio de 1915), os anarquistas portugueses fizeram-se representar. Manuel Joaquim de Sousa e Mário Nogueira pela União Operária Nacional, acompanhados de Serafim Cardoso Lucena, Ernesto da Costa Cardoso, António Alves Pereira (1885-1954) da revista *A Aurora*, e Aurélio Quintanilha em representação das Juventudes Sindicalistas de Portugal e de França. Com esta presença procuravam concertar posições face à guerra com o movimento anarquista em Espanha. Foram todos presos e postos na fronteira. No regresso esta delegação inicia uma série de

conferências pelo país. Em Viana do Castelo Quintanilha foi preso a mando de um antigo anarquista que fora nomeado administrador da cidade (56). Em Lisboa constituiu-se um secretariado para elaborar e difundir comunicados anti-militaristas em várias línguas.

As consequências do início da guerra rapidamente se fizeram sentir. Disparou a especulação dos preços dos bens alimentares, registando-se os primeiros assaltos a estabelecimentos comerciais. No Porto, em Setembro de 1914, ocorreram os primeiros assaltos a estabelecimentos de víveres. Em Lisboa, em março de 1915 quando aumentou o preço do pão, as padarias foram saqueadas. A luta contra o militarismo passou a estar associada à luta contra a especulação dos bens alimentares. O aumento da miséria fez disparar a revolta social duramente reprimida pelas forças policiais e militares. No dia 9 de março, José Francisco é preso em Faro quando discursava. Num Comício no Barreiro, a dia 17 de Outubro, promovido por uma “comissão de operários”, a União Anarquista Comunista faz-se representar por Bartolomeu Constantino e Alfredo da Cruz, em mais um protesto contra a fome e a carestia de vida. Em fins de Outubro ocorre um motim das peixeiras de Lisboa, e na outra banda, em Cacilhas são assaltados depósitos de azeite, seguiu-se uma feroz repressão com novas prisões. Face à barbárie, na *Comuna Livre*, Bernardino dos Santos, escreve sobre “A Bomba ao serviço de uma causa” (nº. 3, 29/11/1915), o apelo ao seu uso era claro.

A agitação social recrudescceu. No dia 28 de Janeiro de 1916 foi distribuído em Lisboa, um manifesto que apelava à insurreição e formação da “comuna portuguesa” (*A Aurora* do Porto, transcreve-o). No dia seguinte desencadeou-se em Lisboa, sobretudo em campo de Ourique e Alcântara uma onda de assaltos e confrontos sangrentos com a polícia, e dezenas dos intervenientes de presos. O director da polícia de investigação, a 9 de Fevereiro, afirmou que era uma insurreição organizada por anarquistas (*Germinal*, nº. 2, Março de 1916). A polícia aproveitou a ocasião para assaltar a Casa Sindical de Lisboa e sedes de sindicatos.

Após a entrada de Portugal na guerra (9 de março de 1916) sucedem-se as vagas de prisões dos anarquistas que se opunham à intervenção, como foi o caso de Emílio Freitas da Silva, António Casimiro da Silva, José dos Reis Couto ou Sabina Lopes Condeça (1888-1977).

Perante os protestos contra a guerra, a 4 de maio de 1916 foi publicado um decreto que sujeita à jurisdição militar actos e factos de natureza civil que “por qualquer meio de propaganda subversiva verbal ou escrita, pública ou clandestina, aconselhem, instiguem ou provoquem os cidadãos portugueses ao não cumprimento dos seus deveres militares, ou ao cometimento de actos atentatórios da integridade e independência da Pátria”. Os anarquistas eram os principais visados. Apesar das proibições a luta prosseguiu contra a guerra-especulação-miséria. No dia 18 de Setembro os mineiros de S. Pedro da Cova invadiram a cidade do Porto, no “Cortejo da Fome”. Um jovem anarquista - Alves da Silva que liderava o protesto acabou morto pela polícia. (*Luta Social*, nº.1, 20/03/1917). Ainda no Porto, 9 de Outubro de 1916 foram assaltadas esquadras da policia, registando-se muitas prisões e alguns mortos. A partir de Setembro de 1916 a luta estava instalada dentro dos quartéis (levantamentos de rancho, insubordinações ou deserções), assim como greves em estabelecimentos militares, incêndios ou recusas de embarques.

As lutas no ano de 1917 não foram menores do que as do ano anterior. A revolta estendeu-se ao “Corpo Expedicionário” em França.

Depois de 1916, o movimento de resistência à guerra adquiriu uma dimensão nacional, acompanhado do uso de bombas e confrontos com a polícia. Em Setúbal, para além dos assaltos a estabelecimentos, as deserções foram muito expressivas. O Governo em março de 1916 desencadeou uma feroz repressão contra a UON. Em Lisboa, no ano seguinte, dispararam os assaltos a armazéns de alimentos (12 a 20 de Julho) e acentuou-se a ferocidade na repressão policial. A UON a 18 de Novembro de 1918, promove com o resposta uma greve geral de protesto.

Depois do armistício prosseguiu a propaganda anti-militarista. Era evidente que uma nova guerra mundial iria acabar por surgir. Em 1919 o soldado Roque foi preso por durante a greve geral dos ferroviários por andar a distribuir panfletos anti-militaristas (*A Batalha*, nº148, 24/07/1919). António M. Peixe foi preso em Almada pela mesma razão. O mesmo motivo em Setembro justificou a prisão de mais de cem jovens das Juventudes Sindicalistas.

O antimilitarismo afrontava directamente dois valores centrais dos republicanos: nacionalismo e militarismo.

O nacionalismo republicano apoiava-se também numa alegada missão transcendente que o país possuía: a criação de um "Império Espiritual", ideia cara à maçonaria e que iria ser tematizada pela chamada "filosofia portuguesa". Era um discurso ideológico que iludia uma abordagem frontal dos atrasos estruturais do país. O internacionalismo e antimilitarismo dos anarquistas ao combater abertamente estes valores despertava o ódio dos republicanos e outras forças conservadoras. O medo de perder as colónias aumentou a onda nacionalista ganhando crescente apoio os discursos patrioteiros, xenófobos e racistas.

A Primeira República deu aos militares um enorme poder, através da militarização da sociedade, para o qual contribuiu o estabelecimento das serviço militar obrigatório, que durante a Grande Guerra levou à mobilização de um terço da população masculina com idade para combater. Durante os dezasseis anos que durou o regime republicano tentaram também resolver os problemas sociais através de intervenções militares que não tardaram a banalizar-se. Neste período ocorreram 42 golpes militares, incluindo as incursões monárquicas. O golpismo acentuou-se depois da Grande Guerra. A administração das colónias foi entregue aos militares. Depois de 1918 a sua presença nos diversos governos foi-se acentuando. Até 1926 doze dos vinte e seis Ministérios (46%) eram presididos por militares. No período anterior (1910-1918) o seu número foi muito inferior (15%) (57). A 28 de Maio de 1926, como veremos, instauraram durante sete anos uma Ditadura Militar.

Anticolonialismo

Em Portugal, os anarquistas denunciavam a barbárie cometida pelos europeus nas colónias, assim como a sua independência. Emílio Costa, por exemplo, em 1902 num jornal anarquista de Portalegre, *O Amigo do Povo* desmonta a argumentação patriótica e civilizadora da posse destes territórios. Neste domínio a rotura dos anarquistas com as posições colonialistas dos republicanos e socialistas era completa. Os primeiros, como é sabido, centraram o combate contra a monarquia na questão colonial, acusando-os seus sucessivos governos de terem abandonado as colónias à cobiça das grandes potências europeias. Foi este o argumento que esteve na base da revolta do 31 de Janeiro de 1891, no próprio derrube da monarquia em 1910 e da participação de Portugal na Iª. Guerra Mundial. Proeminentes figuras republicanas, como Cunha Leal (1888 -1970), mantiveram-

se até ao fim da vida envolvidas em negócios africanos e na defesa da posse das colónias. A elite republicana reunida em volta da *Seara Nova* pouco se afastou desta ideias. O seu ideólogo para as questões coloniais - Quirino Avelino de Jesus -, foi o autor do *Acto Colonial* (1930), publicado numa altura que o ditador Salazar assumiu a pasta das colónias, e que veio a integrar a Constituição de 1933.

Em Moçambique os anarquistas organizaram os operários do porto e dos caminhos de ferro, de forma a lutarem por melhores condições de vida, preparando-os para a sua emancipação e independência do território. Desde 1897 mantinham uma ativa imprensa, sendo de destacar neste período os seguintes jornais: *Os Simples* (1911-1913), a que se seguiu *O Germinal* (1914-1918), onde se sobressaíram militantes como Pedro de Melo (tipógrafo) e Eduardo Carlos Pereira (electricista dos caminhos de ferro). Sucedeu-lhes *O Emancipador* (1919-1937) que seguia os mesmos princípios do jornal *A Batalha* da CGT (58). Era uma posição firme, mas isolada.

Os socialistas tinham uma posicionamento dúbio em relação ao colonialismo. Em 1917, por exemplo, a 2ª. Conferência Socialista Interaliada em Londres, contou com a presença de representantes do Partido Socialista (PS). Um dos temas em debate era a questão das colónias. O representante do PS que estivera em Londres, numa reunião em Lisboa relatou a forma empenhada como o partido havia defendido as colónias de Portugal (59). *A Sementeira* arrasou esta posição hipócrita dos socialistas, num artigo intitulado "Liberdade dos Povos":

"Independência dos povos, direito dos mesmos a disporem de si próprios, guerra pela liberdade, pela democracia... Isto, porém, não se aplica às colónias, ao "império além-mar", ao "património colonial", cujos povos ainda menores e incapazes de se governar, devem continuar sujeitos à autoridade paternal... que não tem pressa de os emancipar, nem de os habilitar a isso." Prossegue a revista anarquista: nesta conferência, a delegação portuguesa esqueceu-se da democracia, do socialismo, da independência dos povos. "Foi (a Londres) para defender o que é "nosso", a "herança dos nossos maiores", a nossa propriedade...", *A Sementeira*, Novembro de 1917.

Os comunistas neste campo, seguiam as orientações e a defesa dos interesses do Partido Comunista Soviético. Carlos Rates, primeiro-secretário do PCP, num dos seus decretos para a Ditadura do Proletariado em Portugal, aceitava a escravatura dos povos da colónias e defendia a sua venda, a fim de, com o seu produto, promover o "fomento da agricultura e comércio em Portugal". Não era caso único entre os comunistas: o Comité Executivo dos partidários da ISV" acusa a CGT de descurar a perda das colónias (*A Internacional*, nº53, 28/11/1925). O PCP nos anos trinta e quarenta continuou a defender que as colónias faziam parte do "património" de Portugal. Uma posição que se manteve até à eclosão da guerra colonial em 1961... (60).

A posição anticolonialista dos anarquistas nunca vacilou. Dois anarquistas destacaram-se neste combate:

Mário Domingues, aderiu ao anarquismo em 1919, e desde logo começou a escrever para n' *A Batalha*, artigos sobre contra o colonialismo, o racismo e a emancipação feminina. Em 1922, lançou uma campanha de defesa da independência de Angola, Moçambique e outras colónias portuguesas (61). Participou ativamente na imprensa africana editada em Lisboa, chefiou a redação de *A Voz d'Africa*, e do *Tribuna d'Africa*, e dirigiu *África Magazine*. Fundou em Lisboa uma organização de jovens para pugnar pela descolonização. No Congresso da CGT, em 1925, a questão da escravatura em África, a

necessidade de uma organização dos negros para a sua libertação é amplamente discutida, sendo aprovada uma revolucionária moção estratégica para a sua revolta nas colónias portuguesas. Mário Domingues publicou importantes obras literárias onde era denunciando o racismo, como *O Preto do Charleston* (1930) e *Má Raça* (1932).

José António Correia de Sousa é outros dos anarquistas que tem sido injustamente esquecido (62). Deportado para Angola em 1919 é confrontado com o tratamento degradante dos deportados e a escravatura dos negros. A partir de 1920 publica na imprensa angolana e n`A *Batalha* vigorosas denúncias da condição dos negros, a escravatura e o massacre de africanos, o seu recrutamento forçado pela Companhia Geral das Construções (*A Batalha*, 13/05/1926) ou pela Sociedade de Emigração de S. Tomé e Príncipe. Ataca a corrupção do governo e a justiça em Angola, em especial os desmandos dos seus governadores, como Norton de Matos, apelando à revolta dos negros e à sua independência. Em Luanda estabeleceu relações com Pedro de Melo, que vindo de Moçambique desenvolve também em Angola a sua actividade jornalística de cariz libertário. Correia de Sousa, para não ser identificado usa vários pseudónimos, nomeadamente na imprensa angolana como *A Verdade* (1919), *Imparcial* (1922-1929) (usa os pseudónimos João Huss e Argos), *Preto no Branco* (1924), *O Espantalho de Angola* (1925), *Notícias de Loanda* (1925), *jornal O Sul d`Angola* (1925), etc. Alguns textos não assinados sobre Angola e publicados n`A *Batalha* são provavelmente da sua autoria e não de Mário Domingos. Em todo o caso este era para ele era uma referência incontornável nesta luta.

Ferreira de Castro foi outro dos libertários que combateu o racismo e pugnou pela independência dos povos africanos. No Brasil para onde emigrou, fundou em 1922 o periódico *A Hora- Arte, Actualidade, Questões Sociais*, onde ataca o colonialismo e a escravatura. Em 1923 publica o seu romance *Sangue Negro*, onde a temática do racismo é central, embora ainda embrulhada numa roupagem decadentista (o suicídio final do protagonista), daí ter mais tarde recusado a obra. No *Suplemento Literário Ilustrada* de *A Batalha*, em 1925, de forma directa e sem rodeios escreve sobre escravatura dos negros, a justiça colonial e a libertação que um dia ocorrerá dos povos africanos.

Não foram casos únicos, como veremos. Em plena Ditadura outros anarquistas estiveram igualmente na linha da frente contra o racismo e o colonialismo.

Uma referência fundamental deve ser feita ao jornal *A Batalha* que, entre 1919 e 1927, publicou continuas informações e comentários sobre as lutas dos trabalhadores, escravatura, revoltas e massacres nas antigas colónias portuguesas, incentivando a criação de condições locais para a sua independência.

Municipalismo

As ideias federalistas e municipalistas dos republicanos foram depressa esquecidas com a aprovação da Constituição de 1911 (62.1). Pelo contrário, o combate dos anarquistas por estas ideias prosseguiu. Em 1917, como veremos, Campos Lima e Sobral de Campos chegaram a defender a criação de um partido anarquista centrado na defesa do “municipalismo revolucionário”. A opção seguida foi que estas acções deveriam ser conduzidas pelas uniões locais de sindicatos.

Urbanismo e Habitação. Élisée Reclus e P. Kropotkine na esteira de Pierre Joseph Proudhon ocuparam-se longamente sobre as condições em que os trabalhadores viviam e a destruição da natureza que a expansão desordenada das cidades estava a provocar.

Preconizam uma nova concepção urbanística, assim como uma mudança na relação dos seres humanos com a natureza. Estão na base da chamada cidade-jardim defendida por Ebenzer Howars (63), cujos discípulos tiveram uma enorme influência sobre os primeiros urbanistas portugueses como Faria da Costa.

Em Portugal, era um tema sempre actual, as degradantes condições de habitação dos operários, as rendas elevadíssimas relativamente aos salários que recebiam. Uma situação que se agravou depois da primeira mundial com o aumento da migração dos camponeses para as cidades. Perante esta situação sucediam-se os anúncios de planos para a criação de bairros económicos, mas as obras nunca se iniciavam. Face a esta situação, a Câmara Municipal de Lisboa entretinha-se a classificar em várias categorias as barracas que proliferavam pela cidade (*A Batalha*, 17/07/1925).

A especulação imobiliária levava a violentos atos de revolta contra os especuladores, como foi o caso praticado pelo corticeiro José Manuel, autor em 1922 de um atentado contra o proprietário das barracas da Rua Tomás Ribeiro, em Lisboa. Homem solidário acolhia na sua modesta casa um dos filhos dos mineiros grevistas de Aljustrel. Não suportou assistir à expulsão de cento e cinquenta inquilinos por um senhorio que usava mandatos falsos para o fazer. Uma indignidade que o Estado não punia, mas para a sua consciência de anarquista era insuportável (64). Os problemas do inquilinato eram amplamente debatidos no movimento sindical. Entre as muitas ações, destacamos a que ocorreu a 1 de Dezembro de 1922. A CGT organizou uma grande manifestação contra o aumento das rendas, obrigando o governo a congelá-las e a publicar uma nova Lei do Inquilinato. Não admira que os anarquistas estivessem envolvidos na organização dos inquilinos, nomeadamente na criação da Associação dos Inquilinos Lisbonenses (1924) e da Associação dos Inquilinos do Norte.

Mutualismo e Cooperativismo. A criação de cooperativas, nomeadamente de consumo, esteve sempre nas preocupações dos anarquistas desde os seus primórdios em Portugal. Desde o século XIX que as cooperativas eram encaradas como meios de libertação dos trabalhadores, ao criarem na economia de mercado formas alternativas de crédito, consumo e produção. Charles Gide sistematizou em 1889 no programa das três etapas (65) as ideias de transformação social pacífica através das cooperativas, concepção que teve a sua expressão na "república de cooperativas" (Ernest Poisson, 1920). Estas ideias que foram adoptadas e difundidas por anarquistas como Daudé-Bancel (Antoine Doudé Achile, 1870-1963). A verdade é que as cooperativas raramente saíam da esfera reformista, forçadas a adoptar métodos de gestão próprios de empresas capitalistas para poderem sobreviver. O número de cooperativas rondava as quatro centenas, quando em Lisboa se formou a Federação Nacional de Cooperativas (1920) que editou o jornal *Ação Cooperativa* (1922-1925). No Porto criou-se a Sociedade Cooperativa União Central de Abastecimentos (1922). Os socialistas, mais do que os anarquistas, estavam particularmente envolvidos neste movimento.

No entanto, a difusão da ideia que a organização sindical (vertical e horizontal) poderia gerir todo o consumo e produção numa sociedade futura acabou por secundarizar o papel revolucionário atribuído às cooperativas.

A sua função para uma transformação social foi abordada na obra de Campo Lima - *A Revolução em Portugal* (1925), onde repetia as críticas que eram feitas às cooperativas: a maioria não se distingue de empresas capitalistas no seu funcionamento, nomeadamente na distribuição desigual dos dividendos entre os associados, etc. Apesar destas e outras

críticas não deixou de atribuir às cooperativas um papel importante, nomeadamente numa fase transitória de um processo revolucionário.

Direitos Humanos

A afirmação que todos os seres humanos possuem um conjunto de direitos naturais invioláveis está na base do anarquismo. John Locke raramente é citado nos textos anarquistas, o que não acontece com os princípios da Liberdade, Igualdade e Fraternidade da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), que se tornaram referências fundamentais nos textos teóricos. Bakunine, como vimos, procurou fundamentar os direitos na natureza dos seres humanos retirando-lhe toda a carga mística, tornando-os em armas na luta contra a tirania e arbitrariedades dos governos.

O primeiro obstáculo a ultrapassar foi desligar estes direitos do quadro do direito de cada Estado particular ao qual estavam confinados, dando-lhes uma efectiva dimensão universal e radicalidade que ultrapassava os quadros jurídicos nacionais. Contra esta expansão se insurgiam as forças conservadoras.

A Igreja Católica desde início que se opunha aos Direitos Humanos, vendo na sua declaração uma forma de afastamento de Deus e dos direitos divinos sobre os homens. Era uma questão com profundas implicações na teológicas (66). No Congresso da Juventude Católica, um jovem e futuro ditador - Oliveira Salazar - proferiu a 22 de Abril de 1914, uma conferência sobre “A Democracia e a Liberdade”, assumindo-se como líder dos estudantes católicos (67). Considerava que os Direitos Humanos estavam “falidos, eram inúteis e ultrapassados. A “Liberdade” era definida por cada Estado e ao mesmo subordinada. A “Igualdade” devia ser substituída pela “Desigualdade” porque esta estimulava a competição. A “Fraternidade” um vago sentimento religioso e pouco mais. Um ataque aos direitos humanos idêntico ao que será feito nos anos vinte, como veremos, pelo Partido Comunista Português.

O segundo obstáculo era legitimar, em nome dos direitos humanos (universais), o dever ético de intervir contra as injustiças independentemente do país onde as mesmas eram cometidas, acabando com a indiferença com que eram encaradas. Uma indiferença justificada muitas vezes em nome do “respeito” por uma dada cultura (costumes, tradições). Não é pois de estranhar que os anarquistas em Portugal estivessem ligados à criação da Liga Portuguesa de Defesa dos Direitos do Homem (1907) e depois à Liga Portuguesa dos Direitos do Homem (Abril de 1921) que contava entre os seus membros anarquistas, como Manuel Joaquim de Sousa. O jornal *A Batalha* deu sempre um grande destaque aos comentários do seu presidente - Magalhães Lima, grão mestre do Oriente Lusitano, e aos comunicados desta organização.

Naturismo, Vegetarianismo e Defesa dos Animais

Defensores de uma relação harmoniosa com a natureza, muitos foram os que se envolveram na propaganda por novos hábitos alimentares e estilos de vida saudáveis, prefiguradoras de uma sociedade mais livre e pacífica (68). Uma corrente com notória influência no anarquismo de Élisée Reclus e de Léon Tolstói.

Entre os que abraçaram a causa do vegetarianismo destacou-se Ângelo Jorge, director de *O Vegetariano* (1909-1935), Amílcar de Sousa e Luciano Silva. Ângelo Jorge (1883-1922), em 1912, publicou um dos raríssimos textos “utópicos” da literatura em Portugal: *Irmânia*, uma “Novela Naturista” (69).

Entre os defensores do Naturismo, destacaram-se Manuel Rodrigues, Celso Ferreira Xavier, José Peralta e Gonçalves Correia que participou no I Congresso Vegetariano e Naturista da Península, que ocorreu em Lisboa em Junho de 1919, com a comunicação "Naturismo e Comunismo: uma aliança sagrada". A Costa da Caparica era um dos locais de eleição de encontro de libertários e da prática de nudismo até ao final dos anos quarenta. Pugnando por uma vida saudável no edifício da sede da CGT, recorde-se, funcionasse a Associação Anti-Alcólica Operária, fundada em Março de 1921.

Apostados numa mudança de mentalidade advogavam uma outra relação com a natureza, incluindo os animais. Neste sentido opunham-se ao seu sacrifício e morte para diversão, como as touradas. A publicação da conferência intitulada "A Acção Dissolvente das Touradas", em 1925, proferida por Vitória Pais Freire de Andrade na Associação de Classe de Empregados de Escritório fez parte de uma vasta campanha contra as touradas, no qual participaram grupos anarquistas, a CGT, sindicatos, universidades populares e muitas outras organizações libertárias. Um combate que prosseguirão ao longo dos anos. A Liga Portuguesa de Defesa dos Animais, fundada em 1923, tinha nas páginas d`A *Batalha* um constante apoio.

Comunas Anarquistas

As primeiras experiências de criação de comunidades livres de preconceitos e segundo princípios libertários remonta ao século XIX. Giovanni Rossi entre 1878 e 1891 publicou cinco livros intitulados *Une commune socialiste*, nos quais descreve uma imaginária comunidade libertária e colectivista. Em 1887 fundou uma Colónia Agrícola em Itália, mas a sua principal realização foi a célebre colónia Cecília (1890-1894) na cidade de Palmeira, estado do Paraná no Brasil. Theodor Hertzka (1845-1924), numa altura que o anti-semitismo estava em crescendo na Áustria sonha criar em Africa um colónia (1890). William Lane da Austrália partiu para o Paraguai com o objectivo de fundar uma comunidade denominada Nova Austrália (1896).

Em Portugal, o primeiro anúncio para a criação de uma comuna anarquista data de 1911, a instalar no sul de Angola (*Germinal*, 349, 4/02/1911). A ideia de vida em comunidade segundo princípios libertários ganhou raízes (70). A primeira tentativa foi uma "Colónia Anarquista Agrícola" fundada em 1913 por grupos de Chaves e de Vidago (1913) cujo principal dinamizador foi Carlos Nobre. Este, pouco depois com António Gonçalves Correia (1886-1967)(71) fundou a *Comuna da Luz* (1917-1918), numa área de 3km² no Vale de Santiago, em Odemira. No jornal *A Questão Social* de Cuba, em 1916, revela que a mesma contava com "cinco dezenas de comunistas, entre mulheres, homens e crianças". Possuía uma só cozinha, um grande refeitório, onde ele próprio era o cozinheiro (nº.6, 6/02/1916). Face a críticas que lhe foram colocadas por Miguel Correia (72) sobre as "comunas livres" nesta sociedade, respondia era uma forma de "comunismo prático" e "como não há possibilidade de viver sem ideal, eu farei o que puder, dentro do campo que escolher para que esse ideal se realize.," (nº8, 20/02/1916). A polémica persistiu Comuna ou Cooperativa? *O Rebelde* de Beja afirma que se tratava de uma cooperativa (nº.8,10/10/1918), n`A *Sementeira* Gonçalves Correia diz o contrário, acrescentando nela já nascera um "homem novo": um filho.

Os latifundiários alentejanos acusavam a Comuna de ser um esconderijo de bandidos, uma campanha difundida pelo jornal *A Folha de Beja*. A partir de 1918 foi acusada de ser um covil de bolchevistas. A comuna foi extinta e Gonçalves Correia preso.

Quando saiu da prisão envolveu-se com Jorge Campelo na aquisição de um vasto terreno em Albarraque (Sintra) para a criação da Comuna Clarão (1922). O projecto que fora idealizado falhou, mas no local manteve-se até aos anos quarenta, sob diversas formas, a ideia de vida comunitária, livre e solidária (73).

Esperanto

As posições cosmopolitas e pacifistas dos anarquistas levou-os a abraçarem desde muito cedo uma língua universal que se dera a conhecer em 1887. Em 1909 surgiu no Porto a primeira publicação esperantista *Portugala Revuo*, e logo de seguida o Grupo Novos Horizontes de Algés, dinamizado por Augusto Machado estava a editar a revista Universal em língua de Zamenhof. O crescimento do movimento após a implantação da República foi acompanhado de um enorme entusiasmo pela difusão do esperantismo. Multiplicam-se os cursos e os meios de aprendizagem. A. Pimentel e Alberto Pedro da Silva editaram um livro destinado à aprendizagem desta língua. Em 1919 foi criada a Federação Esperantista Operária (*Portugala Laborista Esperanto-Federacio*), cujo órgão "Laboro" (Lisboa, 1920) era animado entre outros por Abílio Ribeiro e Adolfo Nunes. Entre os muitos grupos anarquistas esperantistas por todo o país, registamos "La Vero" que procurava difundir esta língua no meio operário, publicou o jornal *La Vero* (nº1, janeiro de 1922).

A neutralidade assumida pelo esperantismo foi cedendo lugar a movimentos comprometidos com a luta contra os nacionalismos e a emergência de regimes ditatoriais. O Partido Comunista da União Soviética não tardou também a procurar controlar as organizações esperantistas. Em 1923 surgia na Rússia um planfleto onde se afirmava que os anarquistas e os sociais-democratas eram mais perigosos que a burguesia declarada (74). As divisões entre os esperantistas não tardaram a acentuarem-se, contribuindo para o crescente declínio. Dado o carácter internacionalista, mas também anti-militarista deste movimento tornou-se um alvo a abater. A Associação Esperantista foi oficialmente proibida em 1936. Apesar da proibição, o ensino do esperanto continuou na clandestinidade e ainda nos anos quarenta os anarquistas editaram um jornal esperantista clandestino.

Stirner - Nietzsche

Os ecos das ideias de Nietzsche aparecem em Portugal, a partir do início dos anos noventa do século XIX. Foi desde logo associado ao anarquismo e depois a Max Stirner (75). O seu primeiro texto publicado no país um extracto de *O Anticristo* apareceu numa revista anarquista: *A Vida* em 1907. O significativo grupo de intelectuais em finais da monarquia fez nesta corrente o seu "tirocínio revolucionário", como Sampaio Bruno, Ângelo Jorge (1883-1922), Alfredo Pimenta (1882-1950), Leonardo Coimbra (1883-1936), Jaime Cortesão (1884-1960), Manuel Laranjeira (1877-1912) e divulgaram-no no seio do anarquismo individualista. O seu discurso era particularmente sedutor para os meios libertários pela sua apologia do indivíduo livre que não se assume nem como mestre, nem como escravo, numa negação radical dos valores sociais, da moral tradicional (cristianismo), do Estado e de tudo o que o impede o indivíduo de manifestar a sua energia vital. Conhecidos anarquistas como Rudolf Rocker ou Emma Goldman salientaram-se igualmente na divulgação da filosofia nietzscheana.

Apesar de um melhor conhecimento que foi sendo adquirido da obra de Nietzsche, manteve-se a ligação ao anarquismo individualista de Stirner. José Franco, em 1918, lança em Setúbal o jornal *Indivíduo Livre*, mensário anarquista Individualista. Em 1921 surgiu no Porto outro jornal desta corrente que se reclama de Stirner e Nietzsche:

Refractários (nº1, 12/11/1921) (76), quinzenário individualista - anarquista, com o lema “fora da lei de deus e de leis dos homens.” Era animado por José Franco (-1951), Juliano José Ribeiro, Délio Vouga, Luciano do Rio, mas indicam-se também outros colaboradores: Luiz Casanova (Dr.), Costa Iscar, Cristiano de Carvalho, André Lorulot (1885-1863, francês) e Henry Zisley (francês). O jornal, contrariando o discurso habitual nos jornais libertários, ataca as multidões, embrutecidas e gregárias, onde afirma “os reacionários encontrarão as suas maiores energias” para a ascensão dos ditadores. Acusa o comunismo “bolchevista” e o da “Batalha” de ser uma “nova escravidão”, ao prometer impor uma igualdade económica, um modelo estático. O único princípio aceitável seria a defesa da liberdade individual. Apoiando-se em Nietzsche, os seus redactores, recusam estar a defender uma nova “aristocracia”. O “super-homem” nietzscheano era somente aquilo a que todos os homens deviam aspirar: superarem-se a si próprios, ultrapassarem tudo aquilo que os impedia de serem únicos, plenamente livres. O individualismo de Proudhon foi acrescentado a um discurso inspirado em Nietzsche e Stirner. O movimento libertário recebeu com indiferença este jornal.

Com igual indiferença foi recebida a obra *Para Além da Revolução* (1925) da autoria de Martinho Nobre de Mello (1891-1985), professor de ciências políticas da Faculdade de Direito de Universidade de Coimbra. Nesta obra insere Nietzsche no pensamento anarquista. Após um longo percurso que começa com Rousseau, passa por Kant, Proudhon, Bakunine e Stirner, entre outros, para concluir que todos geraram o “nihilismo Integral” de Nietzsche e do “filósofo sindicalista” Sorel. A tese central da obra aponta para uma inevitabilidade histórica: o liberalismo, o anarquismo ou marxismo, apesar das suas diferenças acabaram a engordar o “monstro”: o Estado. Conhece e elogia a obra de Campos Lima - *O Estado e a Evolução do Direito* -, mas ao contrário deste afirma que a tendência não é para a descentralização do Estado, o que conduziria à sua eliminação. Pelo contrário, era para o centralismo, o reforço da sua autoridade e o parasitismo dos seus funcionários. O “capitalismo de estado” instaurado na Rússia, no seu “delírio” e “catástrofe” era demonstração desta tendência.

Uma indiferença facilmente explicável se tivermos em conta o percurso do personagem: teórico do Integralismo Lusitano, dirigente da Cruzada Nun’Alvares, próximo da União dos Interesses Económicos, colaborador do jornal *O Século* e outras publicações que advogavam a instauração de uma ditadura em Portugal. Participou nos governos ditatoriais de Sidónio Pais (1918) e depois no de Gomes da Costa (1926), mantendo-se fiel à ditadura até 1974.

Cultura

A enorme influência de E. Reclus e Kropotkine, dois cientistas, no anarquismo em Portugal traduziu-se na crença que a difusão dos conhecimentos científicos constituía um importante contributo para a criação de novas mentalidades mais livres e insubmissas. A imprensa anarquista está repleta de biografias de cientistas e textos de divulgação científica. Reflectem uma crença no poder libertador da ciência que iria progressivamente desaparecer, depois da Primeira Guerra Mundial quando se constatou que muitos cientistas tinham estado envolvidos no fabrico de armas de destruição em massa. A cultura artística foi outro campo de acção muito valorizado pelo anarquismo. A arte e a educação artística faziam parte integrante do processo libertador do indivíduo.

A figura do anarquista revolucionário (Bakunine), bombista (Ravachol), sábio (Kropotkine) ou pacifista (Tolstói) inspirou muitos romances, poemas ou canções nas primeiras décadas do século XX. Um livro saiu fora destes esteriótipos: *O Banqueiro Anarquista*

(1922) de Fernando Pessoa (77). Trata-se de um exercício literário que procura explorar imaginárias contradições do anarquismo. Os seus textos sobre anarquismo revelam um observador atento da dupla dimensão universal e individual do anarquismo. Vitorino Nemésio, no seu romance *Varanda de Pilatos* (1927), retrata o seu amigo anarquista Jaime Brasil, na figura de Venâncio.

Raul Brandão após ter escrito o artigo “Anarchismo” (*Revista D’Hoje*, 1894) revelou-se sempre próximo do anarquismo, em particular na “forma de sentir” as injustiças sociais, na “ilusão” inspiradora, como aparece refletido em obras como *O Doido e a Morte*, *Os Pobres*, *Os Operários*, *O Gebo e a Sombra*, *Jesus Cristo em Lisboa* (em colaboração com Teixeira de Pascoaes) ou quando escreveu sobre a Comuna alentejana de Gonçalves Correia (78).

À semelhança do que acontecera durante o regime monárquico, muitos foram os intelectuais e artistas que durante pelo menos numa fase da sua vida, defenderam o ideário anarquista, como foi o caso de Lopes Oliveira, Manuel Laranjeira, Manuel António Ribeiro, Ferreira de Castro, Mário Domingues, Ângelo Jorge, João Pereira do Rio, João Vieira Alves (1904-1971), Aquilino Ribeiro, José Soares Lopes (1912-1962), Assis Esperança (1892-1975), etc.

A implantação da ditadura em 1926 levou alguns destes intelectuais e artistas a afastarem-se do movimento anarquista, sobretudo a partir do anos trinta quando a repressão se tornou particularmente sanguinária.

Na pintura e no desenho destacaram-se neste período António José de Ávila (1853-1923), Cristiano de Carvalho (1876-1940), Stuart de Carvalhais (79), Roberto Nobre (1903-1969), Guilherme Filipe (1897-1971), Rocha Vieira (1883-1974) ou Bernardo Marques (1898-1962) que colaboraram com a sua criatividade em publicações libertárias. A influência do anarquismo não se fez sentir directamente no movimento modernista em Portugal. A explicação que já foi dada reside no facto de artistas como Amadeo de Sousa Cardoso ou Santa Rita Pintor terem apenas “captado as formas e o estilo” dos movimentos de ruptura internacional, mas não as ideias que os sustentavam. Apenas Fernando Pessoa que se aproximou dos anarquistas foi capaz de assumir em termos conceptuais um destes movimentos: o futurismo.

Os anarquistas cedo viram no Fado, como expressão urbana e popular, uma meio de luta social dos oprimidos, uma posição defendida por Avelino de Sousa, tipógrafo anarquista, na sua obra “O Fado e os seus Censores” (Lisboa, 1912). Outros procuram romper com a visão tradicional do fado em obras como *Fado Livre Racional* (1914).

Entre os fadistas e letristas que se destacaram no chamado “Fado Anarquista” contam-se João Black (João Salustiano Monteiro, 1872-1955) e Joaquim de Campos (1911-1981). Nas prisões cantava-se este fado de revolta. No certame realizado no grupo E da Cadeia do Limoeiro em 1913, António dos Santos brilhou com o fado “O Sublime Anarquismo”, cuja letra foi publicada nas *Canções Sociais* por Sobral de Campos (1913).

O movimento teatral libertário expandiu-se enormemente depois da implantação da República graças ao empenho das organizações sindicais. Em parceria com a Escola-Oficina nº1, dirigida Adolfo Lima, registe-se a criação da Escola-Teatro Araújo Pereira (1924-1926) que contou com a colaboração César Porto, tendo-se distinguido entre nós na renovação estética teatral.

Falta uma análise sistemática às peças de dramaturgos anarquistas, tais como: Ernesto da Silva; Adolfo Lima; Campos Lima; Manuel Laranjeira (?-1912), autor do célebre prólogo dramático *O Amanhã*; Teixeira Jorge Fernandes (1898-1975), autor das peças *Gatunos de Luva Branca* e *A Escumalha* (1923) entre outras.

Entre as diversas publicações registamos: *Cultura Popular* (Março de 1919), boletim do Ateneu Popular em Lisboa.,

Anarquistas e Socialistas

Desde 1896, como vimos, os socialistas liderados por Azedo Gneco para conseguirem chegarem ao parlamento afastaram-se progressivamente do movimento operário, acabando por condenar as greves. Enquanto nos comícios atacavam os governos monárquicos, nos bastidores andavam com os mesmos envolvidos. Azedo Gneco em 1900 foi acusado de receber dinheiro do Conde Burnay. Após a proclamação da República foram encontradas cartas de Alfredo Aquiles Monteverde no Palácio Real onde relatava encontros de conluio com o líder dos socialistas (80).

Depois da implantação da República, o PSP procurando algum reconhecimento internacional passou a cumprir ordens vindas do Partido Social-Democrata Alemão. Quando em Fevereiro de 1912 em Lisboa foi declarada uma greve geral de solidariedade com os trabalhadores de Évora, o PSP atacou os grevistas. O partido recebera ordens de Berlim para o fazer (81). Pouco antes do início da Primeira Mundial o partido alemão reforçou o seu controlo do PS, com a presença de destacados dirigentes em Lisboa. Financiou a campanha eleitoral de 13 de Junho de 1915, na qual conseguiu eleger um deputado pelo círculo do Porto (82). A participação de Portugal na guerra contra a Alemanha quebrou esta ligação. Procurando arduamente lugares para as suas clientelas, em 1918, os socialistas passam a fazer parte de um governo burguês. Uma participação que contrariava o regulamento interno do partido, provocando a saída de muitos militantes.

Num completo desnorte, no Congresso da Figueira da Foz (1919) e no congresso extraordinário (1920) consagrou a participação nos governos burgueses, aprovou também a adesão à IIIª. Internacional para se colocar às ordens de Moscovo. Uma posição servilista que se apressou também a tomar o PCP (1921), para se assumir durante décadas como o mais fiel dos partidos às ordens do Partido Comunista da União Soviética.

A estratégia do PSP depois da criação da CGT foi aliar-se a outros partidos políticos, como o PCP ou o PRP para destruir esta central sindical criando outra sob o seu controlo. Um objectivo que aumentou a sua irrelevância.

Não era fácil o combate travado pelos anarquistas dada a confusão provocado pelos socialistas no movimento operário, conduzindo ao descrédito das ideias socialistas e à apatia.

Anarquistas e Comunistas

A revolução Russa de Outubro de 1917 foi saudada com enorme entusiasmo pelos anarquistas, porém um grande número estavam equivocados sobre a natureza do novo regime. Os "soviets" eram entendidos como unidades autónomas autogestionárias, livres

e igualitárias. Um equívoco que durou alguns anos. Foram muitas as manifestações de solidariedade com a revolução russa até à rotura definitiva em 1922 (83).

Os governos republicanos, o patronato e a Igreja Católica rapidamente perceberam que podiam usar o pretexto dos soviets para reprimirem os anarquistas e o movimento sindical. Tratava-se de impedir a sua manifestação no país.

A *Folha de Beja*, a 19/12/1918, num artigo intitulado "Os Sovietes do Vale" descrevia e apoiava a brutal repressão dos trabalhadores rurais do concelho de Odemira, por parte de milícias armadas de latifundiários com militares. Os trabalhadores haviam aderido à greve geral decretada pela UON a 18/11/1918 contra carestia de vida. Por todo o concelho os trabalhadores e os seus familiares foram espancados, presos e 30 dos mais ativos degredados para Angola, sem culpa formada: 12 de Odemira, 18 da Aldeia do Vale de Santiago e do lugar da Parreira, o seu regresso só ocorreu a 8/09/1919, tendo falecido Romão Farrapo (84). Gonçalves Correia embora estivesse em Beja também foi preso na estação dos caminhos de ferro. O jornal *O Rebelde* de Beja (nº11, 0/12/1918), amplamente censurado sobre esta prisão conclui: "Enfim, seja tudo levado em conta da sua paciência evangélica e santa" (85).

A Igreja Católica não tardou também a difundir a ideia que os anarquistas eram no fundo "bolchevistas". Fariam em Portugal o que haviam feito na Rússia. Em Braga, a cidade dos arcebispos, em 1919 ocorreu a primeira "caça" aos "bolchevistas". O operário Manuel Martins, por falar em greves, acabou preso durante 32 dias, sem nenhuma outra acusação que não fosse a de ser bolchevista. A "caça" era praticada pelos padres nas homilias durante as missas, fomentando o ódio contra as ideias revolucionárias (86). Na greve de 1921 de jornalistas, tipógrafos e distribuidores de jornais que ocorreu em Lisboa, a imprensa de direita sustentou o mesmo tipo de associação: os anarquistas eram bolcheviques. A greve pretendia acabar em Portugal com a Liberdade de imprensa como os bolcheviques haviam feito na Rússia. Para provocar divisões no movimento libertário relatavam a execução de anarquistas na Rússia pelo Partido Comunista Soviético. Argumentos que justificavam a repressão dos grevistas (87).

Federação Maximalista Portuguesa. É neste contexto de confusão ideológica que um grupo de anarquistas entusiasmados pela Revolução Russa, entre os quais se destacavam Manuel António Ribeiro (88) e António M. Peixe, fundaram em 1919 a Federação Maximalista Portuguesa (FMP), "dentro dos princípios anarquistas e sindicalistas que os seus militantes sempre professaram e continuam a professar", como declaram no número 1 no jornal *A Bandeira Vermelha* (5/10/1919-19/06/1921) (89), órgão da FMP. Defendem que não existe diferenças entre o sindicalismo revolucionário e o soviétismo (*A Bandeira Vermelha*, 1/11/1919). A futura organização social após a tomada do poder assentaria numa república federativa de conselhos operários e camponeses. A FMP a par da propaganda sobre a Rússia dos soviets divulgava igualmente as ideias anarquistas. *A Bandeira Vermelha* era distribuída e vendida por todo o país por militantes anarquistas. Muitos foram presos, como foi o caso de Pedro de Assunção e José de Almeida do Núcleo Anarquista de Coimbra quando distribuía nesta cidade o jornal (*A Bandeira Vermelha*, 7/10/1919). Organizavam festas e reuniões para angariar dinheiro para publicar o jornal (90). Esta confusão era alimentada por artigos traduzidos de jornais como o *Pravda*, onde se afirmava que na Rússia "o comunismo-anarquista realizava-se à sombra das instituições soviéticas" (*A Bandeira Vermelha*, 1/02/1920).

A FMP através do seu órgão de imprensa cumpria a missão de divulgar e defender a revolução russa e outras revoltas como a espartaquista (5/01/1919), na qual foram mortos Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht entre outros.

Este jornal não tardou a reflectir a separação de águas entre anarquistas e comunistas, quando começou a publicar em Maio de 1920 uma série de artigos traduzidos da imprensa comunistas internacional, nos quais o anarquismo era atacado. O apoio prestado ao jornal pelos anarquistas desapareceu. O principal ponto de discórdia era a Ditadura do Proletariado. Os acontecimentos da Rússia mostravam que não passava de uma nova tirania exercida por um partido político em nome dos operários e camponeses. Carlos Rates ainda publicou neste ano a sua conhecida obra "Ditadura do Proletariado", na qual sustentava que a Ditadura do Proletariado em Portugal seria dirigida pela CGT ! Uma ideia que não tardou a abandonar depois da fundação do PCP.

Revolução Imediata. O exemplo da Revolução Russa em que ocorreu uma rápida mudança de poder, entusiasmou a maioria dos membros da FMP a defender uma "revolução imediata" em Portugal. Estaria a CGT à altura de a fazer? De organizar uma greve geral revolucionária capaz de operar uma mudança social tão imediata como a que ocorrera na Rússia ? A experiência da CGT em França mostrava que estas centrais sindicais se revelavam insuficientes para esta tarefa.

A questão de fundo era todavia outra: Poderia ocorrer em Portugal uma revolução independente do contexto internacional?. A antiga concepção, apoiada em Kropotkine, era que a revolução social teria que começar num país de grande dimensão, e a partir deste alastraria a outros de menor dimensão. Caso contrário as insurreições estariam condenadas ao fracasso.

Os membros da FMP, pelo contrário, defendiam a ideia de que era possível fazer uma "revolução imediata" Portugal. Sobral de Campos (91), em 1919, critica aqueles que sustentavam que se devia apenas preparar os trabalhadores para darem continuidade à grande revolução que um dia chegaria ao país vinda do exterior. E se em Portugal houvesse uma insurreição movida pela fome e a miséria? Teriam que esperar ? (artigo *A Revolução da Fome, A Batalha*, nº. 57, 21/04/1919. António Peixe respondia aos cépticos advogando uma revolução ibérica (*A Bandeira Vermelha*, 23/11/1919), procurando ultrapassar a questão da pequena dimensão do país. Clemente Vieira dos Santos, atacava todos os que não acreditavam numa revolução imediata: "Não é verdade que há revolucionários que discordam da revolução em Portugal, só porque ele é pequeno e corre os riscos dum bombardeamento da esquadra inglesa e d'uma invasão das tropas espanholas? Nem que o revolucionário estivesse a discutir esses assuntos. O revolucionário, quando se lança na luta, é com fé e com a esperança de que ganhe a partida, de que alcance a vitória; é com a fé e com a esperança de que o povo o secunde, de que seus exemplos sejam apoiados pelos nacionais e pelos internacionais. Em 93, a França fez a revolução na esperança de que o mundo a seguisse. Nos nossos dias, a Rússia faz a revolução, na esperança de que a Europa a secundam, para quem apelou" (*A Bandeira Vermelha*, nº34, 20/06/1920). No ano seguinte, o jornal nega o "preconceito do figurino exterior", isto é, que a revolução em Portugal tinha que vir de fora (*A Bandeira Vermelha*, nº55, 17/04/1920).

A questão prosseguiu mas num outro contexto. Após um período interregno, *A Bandeira Vermelha* ressurgiu a 17/04/1921 (nº55), e noticia a constituição do Partido Comunista Português e que desde logo desencadeia um combate feroz contra os anarquistas e a CGT.

O **Partido Comunista Português** (PCP) foi fundado a 6 de Março de 1921 na sua maioria por ex-militantes anarquistas que continuavam entusiasmados com a revolução russa. O comunismo-marxista continuava a ser apresentado era uma nova versão atualizada do anarquismo corrigido nas suas “insuficiências”, como supostamente os acontecimentos na Rússia, na Ucrânia e em Berlim tinham mostrado ser necessário. A Ditadura do Proletariado era uma necessidade histórica. Na sua fundação foi beneficiado por uma cisão no Partido Socialista, liderada por José Pires Barreira que trouxe para o PCP toda a Juventude Socialista da qual era dirigente. José de Sousa (92), secretário das Juventudes Sindicalistas, aderiu também ao PCP levando consigo muitos jovens adeptos da “Revolução Imediata”.

A questão da revolução em Portugal continuou a estar no centro dos debates. Era possível? Teria que vir de fora? José de Sousa sem hesitações defendia a revolução imediata num só país, como Portugal, evocando em sua defesa Bakunine (*O Comunista*, 13/11/1921). Neste debate que se arrastou por vários anos, interveio também o secretário-geral do PCE R. Marino Garcia. Defendeu todavia que para a revolução vitoriosa a mesma teria que ser ibérica, nem Espanha ou Portugal isoladamente o poderia fazer com êxito, daí propor a formação de um Partido Comunista Ibérico (*A Bandeira Vermelha*, nº 55, 24/04/1921).

Carlos Rates que aderira ao PCP, como membro fundador, opunha-se à ideia da revolução em Portugal isolada de um contexto internacional, defendendo que seria um “desastre”, uma “quimera” (*A Bandeira Vermelha*, 55, 24/04/1921). Afasta esta hipótese de forma ainda mais explícita: “A questão dum revolução isolada de carácter proletariano em Portugal, deve ser posta absolutamente de parte por insustentável. Porém, o Estado de agitação crescente da Europa, tornam perfeitamente viável uma ação combinada com os camaradas espanhóis” (*O Comunista*, 2, 10/06/1923).

O PCP afastava-se assim das posições defendidas pela FMP e adopta a posição da maioria dos anarquistas. Estes defendiam que a revolução em Portugal só seria possível num contexto revolucionário internacional favorável. Uma posição sustentada por Campos Lima na sua obra *A Revolução em Portugal* (1920 e 1925).

No I.º Congresso do PCP, em Novembro de 1923, Humbert-Droz, delegado da III Internacional veio a Portugal impor a direção de Carlos Rates (1922 - 1925) e recordou duas diferenças essenciais entre os comunistas e anarquistas:

- Os sindicatos para os comunistas eram instrumentos na luta económica conduzida pelo partido, e uma vez conquistado o poder político nem para isso serviam.
- A estratégia comunista só funcionava se fosse criado um corpo disciplinado de militantes às ordens do partido, suprimindo-se toda a individualidade (*O Comunista*, nº. 7, novembro de 1923). Os termos que utiliza para caracterizar a disciplina necessária eram idênticos aos aplicados na instrução militar. A disciplina partidária no PCP não foi uma tarefa fácil. O processo exigiu a constituição de um corpo de funcionários pagos pelo partido e dele dependentes para subsistirem (revolucionários profissionais).

Estatismo, Frentismo e Parlamentarismo. O PCP sob a liderança de Carlos Rates, definiram-se algumas orientações programáticas essenciais:

A futura organização social seria baseada no capitalismo de Estado. No nº1 d’*O Comunista* (Maio de 1923) foi publicado um artigo de Lenine intitulado: “O Que é o

Capitalismo de Estado!”. Para que não restassem dúvidas esclarecia-se: “Sem a técnica do grande capitalismo todo o socialismo é impraticável”. Concluindo sobre a superioridade do mesmo dado que nada tinha de perigoso, pois “no Estado Sovietista, o poder se encontra nas mãos dos operários e dos camponeses.” Nesta linha, no nº.4 (15/07/1923), no programa de “um governo operário e camponeses” defendia-se a estatização de toda a sociedade (através de uma completa nacionalização em todos os sectores). O objectivo passava a ser o crescente reforço do poder do Estado através de nacionalizações, colocando-se numa posição nos antípodas dos anarquistas mas em sintonia com os regimes totalitários que emergiam na Europa.

Dada a reduzida dimensão do PCP, para impulsionar estas mudanças na direção que apontara, o partido devia concentrar-se na constituição de frentes políticas com outros partidos que pretendessem a constituição de um Estado forte e interventivo na sociedade. Carlos Rates elegeu o Partido Republicano Radical, embora considere que era uma força “conservadora”, nada impedia os comunistas de afirmarem que “com muito prazer veríamos o PRP no poder e não o há de ser pela nossa oposição” (*O Comunista*, nº22, 12/07/1924). Ideias repetidas na primeira página d’ *O Comunista*, nº23 (27/07/1924). O PCP, como veremos, participou nas intencões do PRP para a instauração de uma ditadura em Portugal.

Sem revolução no horizonte o PCP não descartava a luta eleitoral. Afirmava Carlos Rates: “Declarou o Partido Comunista ao constituir-se o seu anti-parlamentarismo. É um disparate que precisa de ser emendado” (*A Bandeira Vermelha*, 55, 24/04/1921).

Legião Vermelha. A concepção revolucionária da FMP e depois do PCP assentava em ações violentas contra a burguesia e os seus defensores. Um guerra social que haveria de conduzir um dia à conquista do poder e a instauração de uma "ditadura do proletariado". Estas ações que marcaram a história do PCP até 1939, não deixaram de atrair muitos anarquistas seguidores de Bakunine ou Malatesta.

A própria ideia de "revolução social" anarquista era para muitos insatisfatória porque exigia um longo processo preparatório: a nova sociedade seria construída de baixo para cima, num processo em que os trabalhadores iam adquirindo uma nova consciência e se auto-organizavam para a gerir. A transformação social implicava uma mudança de mentalidade dos oprimidos e explorados, condição essencial para o êxito da revolução internacional.

Acontecimentos internos mostravam a necessidade de uma organização armada dos anarquistas. O golpe militar de Paiva Couceiro no Porto, em 1919, quando restaurou durante 25 dias a monarquia mostrou que os anarquistas tinham que se armar para defenderem a República e defenderem os republicanos. As Juventudes Sindicalistas neste ano criaram os chamados Comitês de Defesa Sindical. Em França também se defendia a formação de uma "legião popular" para os trabalhadores responderem a todo o tipo de ameaças (cfr. *A Batalha*, nº.255, 10/11/1919).

Algumas explosões foram atribuídas às Juventudes Sindicalistas, mas não foram assumidas, com excepção de uma em 1920. Neste ano o país foi varrido por uma sucessão de greves de fome, assaltos a estabelecimentos, violência policial e petardos. A explosão de um deles ocorreu a 29 de Dezembro de 1920 no edifício da CGT e matou 3 camaradas - Jaime de Figueiredo, Joaquim Estrela e Armando Santos, dois dos quais sindicalistas. Ficaram feridos 4 jovens: Raul dos Santos, Castro Simões, José Agostinho e

Matias Sequeira que ocasionalmente haviam ido ao local, pois constava que nessa noite ocorreria um novo golpe de Estado (*O Despertar*, nº13, 24/02/1923).

A 19 de Março de 1920 explodiram alguns petardos em Lisboa e logo se seguiu a prisão de jovens sindicalistas e vários jornais foram proibidos, como *Luz ao Povo* de Coimbra, *A Batalha*, *A Bandeira Vermelha* de Lisboa, *A Vida* do Porto, etc. Na vaga prisões foram encarcerados entre outros José de Almeida (Coimbra), Costa Coelho e Julião Ribeiro no Porto.

A “imprensa burguesa” fazia então uma campanha para a eliminação das Juventudes sindicalistas e da própria CGT, acusando os sindicalistas de bombistas.

Foi neste contexto que em 1920 foi criada a Legião Vermelha (LV) por membros da FMP, contando no início com a participação de vários anarquistas. Para a sua fundação terá contribuído a passagem de José de Sousa das Juventudes Sindicalistas para a Federação Maximalista Portuguesa (93). A LV tinha como objectivo através de ações diretas (atentados) destruir os inimigos de um revolução social semelhante à que ocorrera na Rússia. Manteve-se muito ativa até final da década de vinte.

O primeiro atentado foi a 18 de Fevereiro de 1920, quando foi lançado um petardo contra a porta da residência do director da companhia dos telefones, na Calçada das Necessidades, 4 c/v. O governo reagira e criou em Maio um Tribunal de Delitos Sociais para julgar criminosos e bombistas. A 4 de Junho foi assassinado o primeiro juiz (Pedro de Matos) e a 20 de Agosto registava-se o atentado ao segundo (Félix Horta). Não faltaram verdadeiras encenações. No Porto inventou-se a existência de uma “fábrica de bombas” o que serviu de pretexto para a prisão de David de Sousa Ramos (*A Batalha*, nº757, 13/05/1921). Os núcleos das Juventudes Sindicalistas estavam disseminados por todo o país. O seu ideário libertário deixava inquietos os governos republicanos: “A Federação agrupa cerca de 4 mil jovens, que combatem tenazmente o princípio da Autoridade, não excluindo o Partido Comunista” (*O Despertar*, nº17, 21/04/1923). A 12 de Setembro a sede da CGT é ocupada pela policia.

As Juventudes Sindicalistas desde 1921 condenavam estes atentados e atribuem-nos à LV que persistia na mesma prática bombista. Registe-se o atentado de 9 de Setembro de 1922, em Lisboa, contra o presidente da Confederação Patronal (Sérgio Príncipe, um antigo anarquista). No Porto, a 22 de Outubro de 1922 ocorre um atentado contra a Companhia Industrial Portugal & Colónias foram acusados três “anarquistas”: António Augusto Guedes Pinto (ourives), Américo Pereira Dias (Padeiro), e Luis Fernandes Laranjeira (pasteleiro, 1903-1983) antigo militante das Juventudes Sindicalistas. Foram condenados no Tribunal de Defesa Social em Lisboa e deportados em 1924 para Angola. Luis Laranjeira fora já preso em setembro de 1920 por fazer parte do Comité Niillista do Norte tendo-se ligado depois à LV, que não tardou a abandonar; encontramos-lo em 1925 na fundação da UAP.

Em Maio de 1923 aquando da explosão de uma bomba na Rua da Imprensa morria um elemento destacado da LV - António Alves Monteiro, que em fins de 1920 saíra da Juventudes Sindicalistas com José de Sousa para ingressar na Federação Maximalista Portuguesa. Era um defensor da “revolução imediata”. O jornal *O Despertar* (19/05/1923), afirmava que a LV era uma organização comunista e recordava vítimas deste tipo de ações, como Jaime de Figueiredo, Armando Santos, Estrela, Vilaça, José Manuel... (94)

Sobre uma cilada policial nos Olivais para apanhar membros da Legião, o jornal *O Comunista* (nº20, 7/06/1924) escrevia sobre os três jovens assassinados: "Um deles Domingos Silva, o único filiado no PCP, teve baixa em combate, morreu matando". Os dois outros que o acompanharam Jorge Pinheiro e Ezequiel Seigo foram friamente assassinados pela polícia. *O Correio da Noite* (31/05/1924, entrevista um comunista da legião).

A legião não tardou a transformar-se num grupo infiltrado de criminosos envolvidos em ações de retaliação contra a polícia, roubos, assaltos ou atentados por encomenda. Estas acções criavam um clima geral de insegurança, naturalmente aproveitado pelos defensores da "Ordem" para incentivarem uma intervenção militar.

Confrontos

A relação entre anarquistas e comunistas alterou-se profundamente quando em Março de 1921 foi criado o PCP. Os confrontos violentos não tardaram entre os defensores do "comunismo libertário" e os do "comunismo marxista".

A 31 de Janeiro de 1922, *A Batalha*, publicava as resoluções do Congresso Anarquista Internacional em Berlim em que foi refundada a AIT. Declarou-se "contra toda a ditadura quer seja ela exercida pelos de "Direita" quer pelos de "Esquerda", manifestava-se a favor de um sindicalismo livre e independente e denunciava a Internacional Sindical Vermelha (ISV) como uma fachada da Internacional Comunista. A confusão terminara.

Duas revoltas contra a ditadura soviética mereceram uma particular atenção dos anarquistas em Portugal: a revolta dos marinheiros de Cronstadt (março de 1921) e a luta dos camponeses ucranianos entre 1917 e 1921 organizados num exército por Nestor Mackno (95).

Um grupo de 51 defensores do comunismo libertário, presos políticos na Cadeia do Limoeiro, no dia 1 de Novembro de 1922, publicou um "Manifesto Aos Trabalhadores Conscientes", dando conta da forma sectária de funcionamento do PCP. Manuel Maria, um camarada "incauto" iludido pela propaganda comunista, filiou-se neste partido. Ao constatar o erro quis regressar ao "campo sindicalista revolucionário" o que ocasionou o seu assassinato. Tratava-se de um "procedimento ignóbil se assemelha aos "fascistas" italianos, pois o seu fito não é outro senão o desmantelamento da organização operária". De acordo com os signatários, o PCP estava repleto de "indivíduos de carácter duvidoso" que se caracterizavam pelo seu sectarismo e propensão para a violência.

Os comunistas ripostavam acusando as juventudes sindicalistas do Porto e Gaia, por exemplo, de os difamarem ao andarem a distribuir manifestos que concluíam: "Fascismo e Bolchevismo são as duas maiores calamidades sociais existentes, contra elas cumpre agir" (*O Comunista*, nº2, 10/06/1923).

À medida que aumentou o conhecimento do que se passava na União Soviética dirigentes do PCP com um passado anarquista também acabaram por abandonar o PCP ou foram expulsos, como foi o caso de Manuel Ribeiro ou Carlos Rates.

Ofensiva contra a CGT

Grande parte da sua ação do PCP nos anos vinte e princípio dos anos trinta foi destinada a enfraquecer a CGT, criando uma organização sindical paralela. Quando sentiu que não o podia fazer, apostou nas "frentes antifascistas" e na delação à polícia dos militantes anarquistas.

A primeira manobra do PCP ocorreu em 1921, quando de forma fraudulenta, através da CNT enviaram um convite à CGT para se fazer representar em Moscovo no Congresso fundador da Internacional Sindical Vermelha (ISV). A CGT enviou então um delegado que não chegou a tempo de assistir às sessões. Este sindicalista (Perfeito de Carvalho) (96) não apresentou depois o relatório que ficara incumbido de realizar, e publicou depois uma cópia das conclusões do Congresso feitas pelo delegado do PC Francês.

O PCP iniciou uma ativa campanha para a adesão da CGT à ISV. No III Congresso Operário Nacional (II da CGT) na Covilhã, que começou a 1 de Outubro de 1922, a questão da adesão à ISV foi colocada e amplamente rejeitada, ficando em aberto a adesão à AIT. Em meados de 1923 procuraram criar "núcleos revolucionários nos sindicatos, mas sem grande êxito. A 3 de Novembro iniciaram a publicação do jornal *A Internacional que fez uma guerra aberta contra a CGT*, tendo como alvo Manuel Joaquim de Sousa. Perante as insistentes manobras e propaganda do PCP para a subordinação movimento operário às ordens de Moscovo, a CGT a 28 de Setembro de 1924 realizou um referendun a 28 de Setembro de 1924 sobre a adesão à AIT ou ISV: 104 sindicatos pronunciaram-se a favor da AIT e 6 pela ISV, 5 abstiveram-se.

Face à necessidade de clarificar o posicionamento internacional da CGT, em 1925, no IIº Congresso da CGT em Santarém, de 23 a 27 de Setembro de 1925, a esmagadora maioria dos delegados presentes aprovam a adesão da CGT à AIT. Estiveram presentes 113 sindicatos, fazendo-se representar por 144 delegados. 11 federações das indústrias, por 15 delegados; 5 uniões de sindicatos, por 5 delegados, e 22 sindicatos aderiram mas sem representação por dificuldades financeiras. A AIT foi representada por Armando Borghi e a CNT por Adelino Gonzalez e Segundo Blanco. Os comunistas conseguem que alguns sindicatos e as associações de classe dos alfaiates de Lisboa e Porto abandonassem a CGT para ingressar na ISV. A partir daqui estava consumada a ruptura entre o PCP e os seus apêndices sindicais e a CGT.

O **Partido Socialista Português** (PSP) depois de 1919 abriu uma guerra aberta contra os anarquistas. Ramada Curto, líder do PSP, em 1922 inscrevia no programa do partido o combate aos anarquistas e a substituição da CGT pelas "Trade Unions" inglesas, num completo delírio (*República Social*, IIª série, nº52, 24/12/1922). Impotentes, em 1923 resolveram formar uma frente com o PCP para desarticular a CGT. Neste ano, anunciavam que estava em marcha a constituição de uma nova central - *Fraternidade Operária. Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa* -, inspirada numa congénere belga, apresentando a sua receita para as lutas sindicais: "Ter Dinheiro equivale a ter força, ter força equivale a ter vitória, mesmo antes de estabelecer luta" (*República Social*, nº84, 12/08/1923). Prometiam grandes somas de dinheiro. Esta frente PCP-PSP alargou-se às juventudes de ambos os partidos, tendo as juventudes socialistas rapidamente desaparecido.

Em 1925, o PSP com grande entusiasmo, afirmava que estava em marcha a organização de um congresso ou conferência dos sindicatos dissidentes da CGT (*República Social*,

nº196, 18/10/1925). A conferência nunca se realizou, no entanto as manobras continuaram.

A frente do PSP com o PCP, como o primeiro viria a reconhecer só serviu para fortalecer o PCP. Manteve-se a tensão entre anarquistas e comunistas. À medida que aumentava o conhecimento do que se passava na União Soviética muitos dos militantes comunistas com um passado anarquista acabaram por abandonar o PCP ou foram expulsos, como foi o caso de Manuel Ribeiro ou Carlos Rates. Luís Fernandes Laranjeira (pasteleiro), entre 1913 e 1923 militou nas juventudes Sindicalistas, ingressando depois nas juventudes comunistas. Não tardou a abandonar o PCP, pois em 1927 já militava na UAP actuando ao longo dos anos em Setúbal, Porto, Chaves e Vila Real.

No meio destes ataques a CGT lançou em 1925 uma importante publicação: *Renovação*, revista quinzenal de *Arte, Literatura e Atualidades* (97). Foi proibida depois do golpe militar de maio de 1926. Era uma das muitas iniciativas para abranger um público mais vasto, nomeadamente muitos intelectuais que estavam fascinados com o fascismo.

Transformação do Estado

O combate contra o “Capitalismo de Estado” implicou uma revisão do posicionamento dos anarquistas face a uma revolução social (98) e ao próprio Estado. É profundamente redutora a ideia de que os anarquistas apenas queriam destruir o Estado. Na verdade estavam atentos à sua transformação e actuavam inclusive no sentido da sua "transformação socializante" sob o controlo e gestão das populações.

O combate contra o estado liberal no século XIX fazia-se em torno da defesa da liberdade, ameaçada por um crescente centralismo e o aumento da burocracia. Havia a clara percepção que a função o Estado, não trabalhava para melhorar as condições de vida da população, mas para a segurança e a acumulação de capital de uma minoria de oligarcas, dispendo de um dispendioso aparelho de vigilância e intervenção policial e militar. As eleições não passavam de uma panaceia. Face a este panorama, as ideias de Proudhon eram facilmente aceites por quem nada beneficiava com esta organização social. O Estado reduzido à sua mínima expressão, devia ser suprimido de todas as suas funções inúteis para a esmagadora maioria da população, dando lugar a uma organização social assegurada por federações de municípios, por associações de produtores e consumidores geridas pelos próprios.

O Estado liberal não parou todavia de engordar para poder sustentar o próprio desenvolvimento do capitalismo, assegurando-lhe vias de comunicação para a circulação de mercadorias, sistemas de defesa internos e externos mais eficientes, a educação necessária da mão-de-obra, etc. Para conter a contestação interna não deixou também de introduzir algumas melhorias na saúde ou na assistência social, integrando-as sempre numa lógica de mercado ou caritativa. Estas mudanças implicaram o aumento de impostos e outras "contribuições" para fazer face ao aumento da despesas pública e o reforço do funcionalismo público.

Como Bakunine certamente apontou, o Estado para além de reproduzir os interesses da minoria dominante, criou também no seu próprio seio um outro grupo dominante, a burocracia. Um grupo hierarquizado, com interesses próprios no exercício do poder e na sua preservação. A existência desta burocracia decorre da própria existência do Estado, e o seu poder da forma como o mesmo está organizado e da intervenção política dos cidadãos no seu controlo.

O Estado português durante a Primeira República ilustra bem este crescimento. Entre 1910 e 1930 o número de funcionários públicos mais do que duplicou, assim como o número de organismos públicos. Um crescimento deu-se sobretudo nas comunicações, na assistência social para militares e na segurança. Face aos crescentes movimentos sociais que a reclamavam uma maior intervenção do Estado na saúde, assistência social e na habitação, os republicanos anunciavam medidas que não passavam de mera propaganda. A 10 de maio de 1919, por exemplo, numa assentada foram publicados cinco decretos que instituíam um inovador sistema de assistência e previdência social. Com excepção dos seguros de trabalho que já existiam, e cuja responsabilidade era dos patrões, nunca passaram do papel. Os crónicos défices no orçamento do Estado, para além dos custos resultantes da guerra, reflectiam os custos resultantes do crescimento do aparelho de Estado, contrariando a ideologia liberal dos republicanos. Os anarquistas sindicalistas mostraram-se abertos ao aumento do funcionalismo público, sobretudo nas áreas consideradas úteis para a população.

A Greve do Funcionalismo Público. Entre 4 e 14 de Março de 1920 ocorreu um acontecimento da maior relevância: a primeira greve dos funcionalismo público, incluindo de serviços tutelados pelo Estado, como os Telegrafos-Postais. Em causa estava a enorme degradação de remunerações, as desigualdades de vencimentos entre os vários serviços e outras questões. A 23 de Março de 1919 criam a Associação de Classe dos Empregados do Estado que durante meses tenta negociar com o governo, mas sem êxito. Foi então que os "Manga de Alcapa" resolvem adoptar uma forma de luta própria dos operários: a greve. O governo apesar da habitual repressão, acabou por ceder, satisfazendo em parte as reivindicações dos grevistas. A greve apanhou todos de surpresa: os republicanos como os socialistas trataram logo de condenar não apenas a greve, mas sindicalismo do funcionalismo público. O aparelho de Estado poderia ser paralisado. A CGT, prefere falar das suas consequências: Primeiro, a greve poderia originar uma nova atitude dos funcionários públicos, tradicionalmente avessos ao movimento operário e às suas formas de luta. A aversão poderia dar origem à solidariedade. Segundo, os funcionários públicos, na defesa dos seus interesses de classe, poderiam passar a agir contra o próprio Estado, minando a sua autoridade, facilitando deste modo os objectivos da revolução social. Por último, havia todavia o perigo dos funcionários públicos, na defesa dos seus interesses corporativos (postos de trabalho, privilégios, etc) recorrerem à greve para lutarem pela manutenção de serviços do Estado desnecessários ou nocivos para a população. *A Batalha* (21/03/1920) não deixou de vaticinar que no futuro, como acontecera com estes grevistas, as forças policiais quando se sindicalizassem poderiam recorrer à greve e apelassem à solidariedade dos operários que reprimiam. Esta greve teve foi noticia em Inglaterra, França e Espanha, correndo o boato que se havia implantado em Portugal uma "república soviética". A 22 de Dezembro de 1924 foi constituído o Sindicato Nacional dos Empregados do Estado, extinto em 1926 (98.1). Era um facto que o aparelho de Estado estava em profunda mudança.

Foi neste contexto que Campos Lima, escreveu duas obras - *A Revolução em Portugal* (1925) e *Teoria Libertária ou Anarquismo* (1926) onde sistematizou os princípios para a transformação do Estado, nomeadamente em colaboração com outras forças políticas.

Para os anarquistas, em termos gerais, o "Estado (como existe) é uma instituição de opressão para manter a exploração exercida pela classe dominante" (*Teoria*, p.33), nesse sentido deveria ser abolido. O Estado todavia era constituído não por uma mas muitas instituições, algumas das quais se revelavam necessárias ao bom funcionamento de uma

sociedade. A questão seria saber quais deviam ser eliminadas ou transformadas de modo a acabar com a sua função autoritária e reprodutora de relações de poder e privilégios.

Para Campos Lima havia dois princípios essenciais na organização social que qualquer transformação do Estado devia obedecer:

a) Um Estado só seria tolerável desde que garantisse a maior liberdade e autonomia individual (*Revolução*, p.19), assegurando as liberdades básicas (expressão, reunião, associação, etc) incluindo o direito à greve .

b) Um Estado só seria tolerável se evoluísse no sentido da maior autonomia dos corpos administrativos, descentralização dos serviços, do municipalismo segundo uma estrutura federativa. Cada mudança no Estado deveria ter reflexos na descentralização das decisões colectivas, de modo a conferir crescente poder aos cidadãos. Esta evolução no sentido da desagregação da autoridade do Estado Central, implicava a responsabilização dos políticos, dirigentes e funcionários do Estado de modo a acabar com as arbitrariedades e a falta de transparência da coisa pública.

Nesta luta em múltiplas frentes, atribuiu um papel central à ação revolucionária sindical, e em particular do sindicalismo dos funcionários públicos. Destacava a importância das lutas locais, a criação de formas alternativas de produção e gestão económica, e a força da opinião pública incluindo a dos consumidores.

Os grandes inimigos desta luta de libertação eram as forças políticas e económicas que apostavam no centralismo, no reforço do poder do Estado e na acumulação da propriedade. Campos Lima, embora optimista em relação ao futuro, apontava como uma perigosa ilusão - o centralismo que se estava a implantar na Rússia. Era a negação do movimento de emancipação dos trabalhadores, e contrariava uma evolução histórica no sentido da descentralização, na qual os cidadãos vinham progressivamente a adquirir maior liberdade e capacidade de intervenção política.

Implantação no país

Durante a Primeira República a população rondava os seis milhões de habitantes no continente, Açores e Madeira. A grande maioria habitava o campo, e apenas 20% era de condição urbana, metade da qual vivia em Lisboa e Porto. Os anarquistas estavam difundidos por todo o país, embora naturalmente a sua presença se fizesse sentir sobretudo nas regiões urbanas ou onde predominavam rurais assalariados. A imprensa anarquista refletia esta expansão em contextos sociais e económicos muito diversos. Cada uma destas publicações está frequentemente ligada a histórias de repressão policial e de censura, num período de alegadas liberdades democráticas. Alguns notas desta implantação que carece de um estudo aprofundado.

Trás-os-Montes. A implantação nesta região ficou-se a dever, em grande parte, a Bartolomeu Constantino quando se refugiou em Chaves e aqui trabalhou na organização do operariado. Em 1914 começou a publicar-se o jornal *Agitador*, tendo como directora a sua companheira Júlia da Cruz, editor José Bernardino Oliveira e gerente José Augusto Ferreira. Em Janeiro de 1915 foi eleito para a direção da União Operária Transmontana, organização que se faz representar em 1919 no II Congresso Operário.

Minho. A implantação dos anarquistas entre os pequenos agricultores foi muito limitada. A questão da socialização da propriedade e a influência da Igreja Católica, eram fortes

obstáculos à receptividade da sua mensagem em regiões de minifúndio. A enorme emigração registada no Minho, Douro Litoral e Beira Litoral retirava destas regiões muitos dos seus elementos mais dinâmicos. Não deixa de ser curioso constatar que muitos anarquistas expulsos do Brasil eram justamente oriundos destas regiões. Apesar disto, o anarquismo não deixou de estar presente em Braga, a cidade dos arcebispos: a *Luta Social*, saiu em Março de 1917, tendo como director Julio Cruz e editor José Gomes da Rocha Amorim. Ainda em Braga, João Pereira do Rio, "operário barbeiro", revoltado com a perseguição que era vítima, edita a partir de 1921 pequenos livros de propaganda anarquista, mas também de versos, contos, novelas e comentários sobre a cultura dos "pretos" em África (98.2).

Em Viana do Castelo a presença anarquista fazia-se igualmente sentir nesta cidade, destacando-se duas publicações: *A Voz do Faminto* (1914-1916), director Jerónimo Pinto Moreira e editor António J. M. Vidal; *A Voz do Produtor* que saiu a 11 de Janeiro de 1917, cujo primeiro número foi dedicado a Bartolomeu Constantino. Director Manuel Fiúza Jr, editor José R. Reboredo.

O **Porto**, a segunda cidade do país, registou durante a República um modesto crescimento populacional: 194.000 (1911), 203.000 (1920) e 232.000 (1930). Desde fins do século XIX que o movimento anarquista possuía na cidade uma sólida organização. Alguns dos seus centros de estudos ficaram celebrizados não apenas como pontos de encontro, mas também como promotores de uma cultura libertária: o Centro e Biblioteca de Estudos Sociais (Rua das Antas, 218) fundado em 1908 manteve uma atividade regular até 1924; A Escola Dramática Fraternidade Libertária (1912); Núcleo da Juventude Sindicalista do Porto, criado em 1914 funcionou até 1926; O Núcleo das Mulheres Anarquistas (1914); Centro Comunista Libertário, fundado em 1919 funcionou pelo menos até 1927; Centro e Biblioteca de Estudos Sociais "Filhos de Visco" de Gaia, fundado em 1920 funcionou até 1927; Escola e Biblioteca de Estudos Sociais (Rua dos Vanzelleres, nº. 28) fundado em 1923 funcionou até 1927; Escola e Biblioteca da Foz, fundada em 1927 funcionou até 1929, entre outros centros que mantiveram na região uma importante actividade cultural (99)

Destacamos na imprensa libertária portuense: *A Voz do Proletário* (1910); *A Aurora* (Porto, 1910-1920 e 1922-1923, António Alves Pereira, Manuel Joaquim de Sousa, Anthero de Brito, Leopoldo Banafulla); *Os Tempos Novos* (1911, Joaquim A. Ferreira, Anibal Moreira, Anselmo Martins de Oliveira, Amadeu Santos); *A Luz do Provir* (1911, Manuel Joaquim de Sousa); *Comuna Livre* (1915-1916, órgão da UAC), *O Lábaro* (1916, individualista); *Luta Social* (1917); *A Comuna* (Porto, 1920-1927, Serafim Cardoso Lucena, António Teixeira); *Refractários* (1921-1922, José França), "individualista eclético"; *Sol Nascente* (1922, resp. M. Ferreira e R. Ferreira); *Germinal* (1923), *Aurora* (Porto, 1929-1930), *Germinal* (1929), entre outros títulos.

Registemos em Rio Tinto a publicação *O Clarão* (1913, Carlos Nobre e Maria Damasceno, e em Vila do Conde a *A Plebe* (1924-1925), tendo Manuel Cândido Machado como redator e administrador.

Nesta vasta acção, foram muitos os anarquistas que se destacaram, cuja memória carece e de ser resgatada, como é o caso de Rodrigo Manuel Ferreira (-1977).

Beiras. A implantação do anarquismo estava em regra associada à existência de pequenas ou grandes aglomerações de assalariados. Onde os mesmos predominam era forte e esporádica onde rareavam. Em Aveiro a sua implantação remonta ao século XIX,

quando em 1896 foi aí publicado *O Petardo Anarquista*. Durante a primeira República surgiram diversas publicações que reflectiam o seu envolvimento no movimento operário, como *O Grito Social* (Aradas, 1913-1914) ou *O Proletário* (1913). Em Viseu, na Beira Alta, surgiu *A Oficina* (maio de 1922), periódico libertário. As zonas de indústria têxtil, como Gouveia ou a Covilhã, a presença anarquista remontava ao século XIX, tendo-se tornado predominando entre o operariado depois de 1909. Durante a Primeira República surgiu o jornal *O Trabalho* da Covilhã, órgão da Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil (Junho de 1921 a 29 de Outubro de 1933) com um claro posicionamento anarquista. Em 1927, quando este jornal foi suspenso por dois meses, foi substituído pelo jornal *O Têxtil*. Fruto desta presença na região foram aqui realizados três congressos operários na Covilhã, como o da CGT de 1 a 3 de Outubro de 1922. Em Castelo Branco, onde a concentração operária era menor, mesmo assim foram realizados dois congressos.

Coimbra. A cidade pelas suas características era mais rural do que urbana. O crescimento na terceira maior cidade do país foi modesto: 62.872 (1911), 62.870 (1920) e 76.484 (1930). O corpo docente da Universidade mantinha-se profundamente conservador, avesso inclusive à República. Apesar disto, os anarquistas mostraram sempre grande vitalidade. Imprensa: *O Libertador* (1910); *O Clarão* (1910, Ruy Delphim Gomes, Augusto Luiz d'Albuquerque); *A Conquista do Bem* (1910); *Vida Livre* (1911, Alexandre Sobral de Campos, Narciso de Azevedo); *A Revolução Social* (1911-1912); *A Anarquia* (1913), órgão das Juventudes Anarquistas, direcção de Miguel Martins; *O Rebelde* (1913), diretor Augusto Quintas e editor José de Azevedo; *A Revolta* inicia a publicação a 11 de Outubro de 1913. No ano seguinte surge como propriedade da *Aliança Libertária*, tendo como director J. Teixeira, editor António Tavares e administrador A. da Silva; *A Batalha Anarquista* (1914), propriedade das Juventudes libertarias tinha como redator principal Oscar Mausdsly, administrador Vírgilio Marques e editor António Tavares; *Anarquista* (1920), publicação do Núcleo Juventude Anarquista de Coimbra e do grupo libertário "Novos Tempos" do Porto. Amadeu das Neves era o director e José de Almeida o editor; *Luz ao Povo* (1920-1921), órgão do Núcleo da Juventude Anarquista. *Igualdade* (1923) Entre os centros libertários destacamos "Regeneração Social" que contou entre os seus animadores, Afonso de Moura que faleceu deportado em Cabo Verde (1931).

A sul de Coimbra, a implantação do anarquismo, com excepção de indivíduos e grupos isolados, estava sobretudo centrada nas localidades onde existiam significativas concentrações de operários, como Leiria, Marinha Grande, Torres Novas ou Santarém. Deste muito cedo a igreja procurou enquadrar nestas regiões o operariado. Na região de Leiria, as forças conservadoras estavam solidamente implantadas, pouco se afastando do retrato feito por Eça de Queirós, no romance *O Crime do Padre Amaro*. Na cidade de Leiria, destacamos todavia a edição do jornal libertário, *O Rebelde* (Novembro de 1910) que homenageia Tolstoi. Em Torres Novas durante a Primeira República, um grupo de anarquistas, entre os quais se destacou Faustino Brétes fez um importante trabalho na organização do operariado. Face à enorme influência local da Igreja, não deixaram também de assumirem uma postura anticlerical. Quando se instaurava a ditadura militar publicaram dois jornais libertários: *O Resgate*, em março de 1926, tendo como director Faustino Bretes e editor Francisco da Silva Nuno. Publicaram-se 20 números, tendo sido proibido pela ditadura militar a 16/02/1927 e o seu director preso. A 19 de Fevereiro de 1928 surgia *Alma Torrejana*, tendo de novo Faustino Brétes como director, editor e proprietário. Publicara-se apenas 2 números, o jornal foi proibido e o director de novo preso. Em Santarém, a Igreja e não só, procurou mitificar a figura do padre Francisco Nunes da Silva (1790-1868), como o santo protector dos operários da região (100). Nesta

cidade foi realizado em Setembro de 1925, o importante congresso da CGT que consagrou a sua adesão á AIT.

Lisboa. A população de Lisboa cresceu bastante neste período: 435.000 (1911), 486.000 (1920) para quase 600 mil em 1930. Esta forte crescimento, levantou enormes problemas na habitação e na integração da população oriunda dos campos. A imprensa anarquista era muito diversificada, plural, tendo as publicações durações muito diferenciadas. Pelas suas características libertárias, onde se apelava à formação consciência critica individual, foi sempre uma verdadeira escola de jornalistas e escritores. A censura e a repressão policial levaram os seus promotores a mudarem muitas vezes o nome das publicações para continuarem a sua ação social (101).

Na imprensa libertária destacamos: *A Sementeira* (1908-1919, Hilário Marques, Ismael Pimentel, Neno Vasco); *O Agitador* (1911, Virgílio de Sá, Silva Junior, José Teixeira Junior, João Martins do Rego, Santos e Silva), como muitas outras publicações libertárias foi vitima da repressão policial (*O Porto*, 3/09/1911); *Vida Livre* (1911); *Lumen* (Lisboa, 1911-1913, Adolfo Lima, Severino de Carvalho); *Novos Horizontes* (1912, resp. Augusto Machado); *O Anarquista* (1913, Silva Júnior, Martins do Rego); *A Terra Livre* (1913, Pinto Quartim); *O Protesto* (1913); *Germinal* (Lisboa, 1915-1917, Emílio Costa); *A Regeneração* (1914-1915, Artur Figueiredo, Adolfo Nunes, Joaquim Nogueira); *A Voz da Razão* (1915); *Germinal* (1916-1917, Emílio da Costa); *A Revolta* (1918, Alfredo Cruz, Ferreira d'Almeida); *A Nova Aurora* (1919, Manuel da Silva, José dos Santos); *A Anarquia* (1919, José Franco), mensário individualista; *Amanhã* (1922, Campos Lima), "revista quinzenal de intuitos sociais para Portugal, Colónias e Brasil"; *O Anarquista* (1926, resp. Francisco Quintal), entre outras publicações.

Setúbal. Na Península de Setúbal, emergiam nesta altura, quatro importantes centros industriais: Almada (cortiça, conservas, moagens, têxteis, químicos, etc), Seixal (cortiça, vidros, têxteis), Barreiro (complexo da CUF, caminhos de ferro) e Setúbal, onde predominava a industria conserveira que atingiu o apogeu durante a Guerra: 188 unidades fabris, empregando 14.679 trabalhadores (1917) (102). Os anarquistas tinham na cidade desde o início do século XX, um dos seus principais centros de implantação no país. Para além dos centros libertários, alguns locais eram especialmente conhecidos pela sua presença e os debates que neles ocorriam como lojas, oficinas, cafés ou até residências. Em Setúbal um dos casos mais celebrizados foi a barbearia de José Artur Quaresma (1876-1957), onde se vendia a imprensa libertária e marcava presença muitos militantes e a polícia, em frequentes rugas. A Sociedade Promotora de Educação Popular ou o Grupo de Teatro Social eram duas outras referências libertárias na cidade.

Imprensa: *Germinal* (1911-1913), *O Semeador* (nº1, maio de 1915), boletim do Centro de Recreio e Propaganda Livre, tendo como colaboradores Emílio Costa e Nobre Cid; *O Indivíduo Livre* (1918, resp. José Franco), pugnava pelo anarquismo individualista (103). *Terra e Liberdade* (Barreiro, 1930-1931, órgão da UAP, resp. Adriano Pimenta);

Alentejo. É notável a ação dos grupos anarquistas nas organização dos trabalhadores rurais alentejanos. Ao longo de todo o século XIX as lutas dos assalariados passavam quase despercebidas, eram essencialmente de origem individual, ameaças, roubos, fogo posto e outras ações de banditismo (104). A grande propriedade e o absentismo eram duas chagas que mantinham a população na miséria. No distrito de Portalegre mais de um terço dos prédios rústicos estavam nas mãos de proprietários ausentes, muitos dos quais viviam em Lisboa. No Concelho de Évora, por exemplo, mais de 94% da sua área, pertencia à grande propriedade: No Baixo Alentejo, os concelhos onde a propriedade

estava mais dividida (Cuba, Vidigueira e Beja) os pequenos proprietários não possuíam mais do que 24% da sua extensão total.

A acção anarquista foi a de associar os trabalhadores rurais e traçar objectivos comuns. Nesta notável acção destacou-se o Grupo Anarquista "Avante!", fundado em Évora (1908) e editor de um jornal com o mesmo nome (1909). Participou no derrube da monarquia nesta cidade, promoveu e coordenou a criação de dezenas de sindicatos de trabalhadores rurais no Alentejo e na constituição da sua federação, numa acção impressionante. Em 1910 não existia nenhuma associação, as únicas que existiam de eram de pequenos e médios proprietários rurais. Em 1912 já existiam 32 sindicatos rurais, no ano seguinte 94, e em 1914 eram 110. A Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais constituiu-se em 1912, quando se formou também a Casa Sindical de Évora (1912) e se organizou o I Congresso Sindical dos Trabalhadores Rurais de Évora, e outros congressos se seguiram (1913, 1918, 1920, 1922, 1925). Criaram cooperativas de consumo (S. Tiago do Escoural), possuíam tipografias, etc. Apesar de todos os esforços de notáveis militantes como Joaquim José Candieira (secretário-geral da FNTR), este movimento organizativo dos trabalhadores rurais não conseguiu ultrapassar as regiões a norte de Santarém e Castelo Branco.

Em Beja, onde actuavam militantes como Artur Modesto (104.1), não apenas organizaram os sindicatos locais, como criaram um clube desportivo que servia de local de reuniões clandestinas dos anarquistas: o Despertar Sporting Clube de Beja (1920).

Os anarquistas estiveram na linha da frente das movimentos grevistas, como o de 1911, 1912, 1918 e outros. Na luta por melhores condições de vida centenas de trabalhadores foram presos e muitos deportados para as antigas colónias (105). Curiosamente até aos anos quarenta foram raros os trabalhadores alentejanos a aderirem ao PCP.

Gonçalves Correia tornou-se numa figura lendária destas lutas. Em 1916 editou em Cuba o jornal *A Questão Social* cujo primeiro numero mostra a sua crença: "Somos libertários (...) Somos naturistas, queremos dizer: amamos a natureza, mãe duma sublimidade encantadora, senhora absoluta de tudo que se creou". Os redactores e proprietários Gonçalves Correia e Luis Godinho, editores J. F. Borralho Lucas, Luis Godinho e Alves Jorge, e colaboradores Fazenda Jorge e Neves Anacleto

Os anarquistas destacaram-se igualmente na organização e nas lutas dos mineiros (106). Nas Minas de S. Domingos ou em Aljustrel no baixo Alentejo a sua influência manteve-se muito activa até ao fim dos anos quarenta, apesar das constantes prisões de militantes.

Portalegre. Imprensa: *O Semeador* (1912-1914), tendo como director Fernando Costa, e diversos colaboradores, como Emílio Costa, Manuel Maria Ceia ou Luís Gomes.

Évora e Beja. Imprensa: *A Federação*, órgão defensor do povo trabalhador em geral (Estremoz, 1911, João Maria Farinha); *O Rebelde* (Beja, 1916 -1920, Mário A. Correia, Pedro Joaquim da Luz, F. Perpétua, Gonçalves Correia); *O Homem Livre* (Évora, 1918, Alvaro J. Dinis, Joaquim Candieira); *Ávante ! - Precursor da Sociedade Igualitária* (Évora, 1921); *Aurora* (Cercal do Alentejo, 1925), órgão da Federação Anarquista da Região Sul.

Algarve. Apesar da enorme repressão, os anarquistas deram uma forte impulso à organização dos trabalhadores nesta região em vários sectores de atividade. Entre elas destacamos a Associação de Classe dos Trabalhadores Rurais de Silves (1923), que em 1924 sustentou uma greve de três semanas pelas oito horas. Neste concelho, os

anarquistas tinham uma sólida implantação, nomeadamente nas associações de corticeiros (107). De São Bartolomeu de Messines, Correia Pires deixou-nos o seu testemunho.

Imprensa: semanário *O Libertário* (Faro, 1912- 1915), órgão da União Anarquista do Algarve, tendo como director António de Sousa Palma e editor António Pedro da Cruz; *A Ideia* (Faro, 1916), director Raul Duarte, editor António Pedro Cabeleira, administrador Neves Anacleto, e secretaria Rita Seixas. *O Racional* (Olhão, 1922);

Madeira. José Joaquim Teixeira Júnior (108), embora tenha vindo para o continente durante a monarquia, não desistiu de difundir na sua terra o anarquismo. Imprensa: *O Rebelde*, o número 1 saiu a 30 de maio de 1910 e o número 2 a 15 de setembro, com morada no Campo da Barca, 8, no Funchal. Foi impresso na tipografia Minerva Comercial em Évora, mas a polícia atenta intimou o dono da mesma a deixar de o fazer, dificultando deste modo a difusão do “vírus” anarquista na Madeira. Nos anos vinte começou a publicar-se o jornal *A Batalha* que teria um papel de relevo na Revolta da Madeira em 1931.

Açores. A ligação de Antero Quental ao anarquismo pouca influência registou nos Açores. Francisco Soares Silva, pintor da construção civil, entre 1908 e 1912 publicou, em Ponta Delgada, o que terá sido o primeiro jornal anarquista na região: *Vida Nova*. Durante a I^a. República animou uma escola para analfabetos, envolveu-se nas lutas sindicais e participou na fundação da Sociedade Micaelense Protectora dos Animais. Como outros anarquistas ficou seduzido por Machado dos Santos, bandeou-se para o republicanos e em 1921 lançou uma versão insular de *O Intransigente*. Outra publicação tem que se referida, nesta breve síntese: *A Lanterna*, o número 1 saiu a 10 de Julho de 1915, na Ilha Terceira, tendo como redactor principal Aurélio Quintanilha e editor João Ávila (109). Num contexto de enorme repressão, entre 1 de Março de 1926 e 31 de Maio de 1927, publicou-se em São Miguel o jornal *O Estandarte* com evidentes ligações à CGT, numa altura que a mesma havia sido proibida.

Organização

A base da organização anarquista eram os "grupos de afinidade", em geral constituídos por dez elementos, que se federavam entre si para criarem organizações mais amplas. Cada grupo tinha o seu próprio programa de acção e sempre que possível meios de propaganda. Após a implantação da República acelerou-se a criação destes grupos, como tem sido assinalado, assim como o crescimento da imprensa especificamente anarquista.

Aproveitando a liberdade que passaram a dispor no regime republicano rapidamente iniciaram um amplo processo federativo. O jornal *O Corticeiro* foi dos primeiros a defender a necessidade da criação de uma organização anarquista (*A Sementeira*, nº. 29, Janeiro de 1911).

Entre 11 e 13 de Novembro de 1911 decorreu em Lisboa o primeiro congresso anarquista que contou com a presença de 37 grupos, tendo sido constituída a Federação Anarquista do Sul (1911), seguindo-se formação de federações a norte (1912) e da União Anarquista do Algarve (1912). A Federação do Sul desde 1 de Janeiro de 1913 passou a editar o jornal *A Revolta* (110), no qual publicou as bases desta federação a 26 deste mês.

Nesta altura foram igualmente constituídas as Juventudes Libertárias, que depois de 1914 começaram a dissolver-se nas Juventudes Sindicalistas, sem todavia desaparecerem.

Tinham a sua sede na Travessa d'Água da Flor, 55, 1º. Em 1915 surgiu *A Voz da Razão*, quinzenário da Juventude Libertária (Carlos José de Sousa era o redactor principal, Manuel Soares Andrade Cadete o editor). Até inícios dos anos vinte persistiram elementos muito ativos desta organização juvenil na cidade de Coimbra.

O crescente envolvimento dos anarquistas nos sindicatos voltou a colocar a questão se o sindicalismo revolucionário se bastava a si próprio. Em Espanha, após a formação da CNT (1910) gerou-se um forte movimento que defendia a exclusividade da ação anarquista nos sindicatos. Em 1913 nas páginas do semanário *Terra Livre* Emílio Costa nega esta concepção, sustentada por Manuel Ribeiro n' *O Sindicalista*, Carlos Rates, Neno Vasco entre outros. A estratégia sindicalista colhe apesar das críticas maior adesão entre os participantes no debate.

Em 1914 organizaram-se quatro importantes conferências regionais: Coimbra (14 de Junho), Faro (21 de Junho), Porto (21 junho) e Lisboa (27e 28 de Junho) (110.1).

A questão da intervenção na Guerra provocou, como vimos, uma profunda divisão no movimento, o que se reflectiu logo na dificuldade de escolher um delegado para enviar ao Congresso Anarquista Internacional que se pretendia a realizar em Londres (Agosto de 1914).

Procurando superar as divergências em 1915 procurou-se reorganizar o movimento, com a constituição da **União Anarquista Comunista** (UAC), com grupos no Porto, Gaia, Coimbra e Lisboa. Depois da UAC do Norte, em Fevereiro de 1915 foi constituída UAC da Região Sul, cuja sede ficou instalada na Travessa d'Água da Flor, 55, 1º. O comité era constituído pelos seguintes elementos: Bernardino Santos (secretário geral), Augusto Valdez (adjunto), Adolfo Nunes (Externo), Manuel campos (arquivista), Alberto Júlio das Neves (tesoureiro) e tinha como objectivo unir a “família anarquista” (*Germinal*, nº5, 7/02/1915). A UAC tinha como órgão principal o jornal *Comuna Livre* (1915-1916), editado no Porto, com sede na Rua Fernandes Tomás, 224. Editor: Domingos Pereira Rocha. Direcção: Bartolomeu Constantino. A UAC assumiu uma posição abertamente contra a guerra, apelando à deserção dois soldados, defendendo uma resistência armada contra a violência policial, onde a bomba foi assumida como um meio de resistência. Em Janeiro de 1916 foi apontada pela policia como a responsável pela agitação social que então ocorreu. A repressão não se fez esperar, conduzindo à sua extinção.

No movimento anarquista em 1917 ressurgiu a ideia da criação da um “partido avançado” centrado na defesa do “municipalismo revolucionário”. Dois jornais republicanos - *O Primeiro de Janeiro* e o jornal *Portugal* trataram de dar grande destaque à ideia, promovida por dois anarquistas: Campos Lima e Sobral de Campos. A reacção negativa não se fez esperar e a ideia foi abandonada (*A Aurora*, nº19, 29/07/1917). O primado dado ao local de trabalho e ao trabalhador como portador de uma missão histórica de libertação da Humanidade não deixou de secundarizar as ideias municipalistas.

A criação da CGT, em 1919, provocou um refluxo das organizações e publicações especificamente anarquistas. A prioridade passou a ser a militância sindical. Não plano dos princípios discutiu-se a questão se os anarquistas nos sindicatos deviam ou não afirmarem as suas convicções e ocupar cargos de direcção. Contra esta ação centrada quase que exclusivamente nos sindicatos surgiam constantes críticas. O reformismo era inevitável, como constata o jornal *Luz ao Povo*, publicação do Núcleo da Juventude Anarquista de Coimbra (nº.1, Março de 1920) que tinha como diretor Amadeu das Neves e editor José de Almeida.

A fundação do PCP em 1921, impõe como resposta a necessidade da federação dos anarquistas. Após uma longa discussão é organizada a I.^a Conferência Anarquista da Região Portuguesa, a 18 de Março de 1923, em Alenquer, na qual foi criada a **União Anarquista Portuguesa** (UAP). O local foi a casa a mercearia e padaria de um velho militante Jorge Campelo. Devido à repressão policial a conferência decorreu de forma discreta. A ordem de trabalhos foi publicada na *Comuna* de 22 de Junho de 1922. Nela estiveram presentes representantes de 45 grupos e muitos a título individual. Entre os participantes conhecemos os nomes de Jorge Campelo (grupo O Semeador), José Pires de Matos, António José Ávila, José Carlos Sousa, Augusto Carlos Rodrigues, Virgílio de Sousa, Alfredo Marques, Francisco Quintal, Adriano Botelho, Fernando d'Almeida Marques, David de Carvalho, Mário Domingues, José Carlos de Sousa, Alvaro da Costa Ramos, Cristiano de Lima, Manuel Perez (espanhol), Manuel Joaquim de Sousa, Hilário de Matos, Joaquim Gonçalves, António Altavila, Luna de Carvalho, Francisco Costa, António Barreira, Abel Andrade, José Agostinho das Neves, Roberto das Neves, todos de Lisboa. Do Porto Clemente Vieira dos Santos, F. Bento do da Cruz e Damião Castelo. De Setúbal Alvaro Figueiredo, A. J. Buchinho e António Casimiro De Coimbra: João Vieira Alves, Adolfo de Freitas e Arnaldo Simões Januário. José Caetano Júnior da Covilhã, José Liberto de Évora, Francisco Monteiro de Serpa, Gonçalves Correia de Beja e Ernesto Cardoso de Aguiara (110.2). Uma das medidas aprovadas foi o reforço das relações com os anarquistas em Espanha. A situação política assim o exigia para fazer face à repressão. O comité Nacional da UAP tinha 5 membros e os regionais 3 membros cada. A *Comuna* (1/4/1923) dava conta do entusiasmo reinante.

Em 1923 reforça-se a ligação aos anarquistas em Espanha, de onde parte a proposta da constituição de federação ou confederação Ibérica. Em junho realizou-se um encontro em Évora, entre uma delegação Portuguesa (Santos Arranha-CGT, Manuel Joaquim de Sousa - UAP) e uma delegação espanhola (Sebastian Clarà -CNT e outro), e em Dezembro um novo encontro em Sevilha (Manuel Joaquim de Sousa-UAP, Silva Campos-CGT) interceptado pela polícia que prende os negociadores portugueses. Apesar disto os contactos mantiveram-se. O Comité Nacional da UPA sofre várias mudanças, o que dificultou a sua acção. No final do ano realiza-se no Porto, a Conferência Anarquista do Norte, onde esteve presente um delegado do Comité da UAP José Pires de Matos.

A 20 de abril de 1924 realizou-se em Coimbra, uma conferência regional na qual foi constituída a Federação Regional do Centro da UAP, durante a qual foi de novo colocada a questão de uma Federação Anarquista Ibérica. Em Coimbra surgia a revista *Claridade*, ocupando o espaço da *Luz ao Povo* que fora proibida. A UAP, perante a falta de publicações, lança uma editora, cuja primeira obra foi uma brochura de Élisée Reclus intitulada "A Anarquia e a Igreja", num altura que se fazia sentir a propaganda da Igreja Católica a favor de uma Ditadura. Foi criado também um serviço de traduções. Ainda neste ano registou-se o lançamento do jornal *A Plebe* (111), em Vila do Conde, que no seu primeiro número traçava um retrato desolador de 14 anos de regime republicano. Os republicanos não haviam cumprido nenhuma das suas promessas que fizeram quando combatiam a monarquia, mas sobretudo revelaram-se mais brutais para com os trabalhadores.

No plano internacional quando em Abril de 1925, se realizou em Saragoça uma conferência de anarquistas espanhóis, a UPA indicou como seu delegado Francisco Quintal. Devido a problemas na fronteira não conseguiu sair do país, mas um relatório sobre a UAP foi enviado, com o apoio à formação de um "União Anarquista Ibérica". O momento era de enorme tensão. O golpe militar de 18 de Abril de 1925, mostrava uma clara ascensão das forças conservadoras. A UAP reforça a coordenação e a propaganda.

Perante a ameaça cada de uma nova ditadura em Portugal, em 1925, os anarquistas dentro e fora da UAP procuram unir forças, realizando conferências regionais. A primeira conferência da UAP foi a da Região Sul, a 26 de Abril, em Aljustrel, com a representação de grupos de Cercal do Alentejo (A. Alexandre de Melo), S. Domingos (Valentim Adolfo João e Diogo Palma Neves), S. Bartolomeu de Via Gloria, Aljustrel (Francisco Cortes, Manuel António Tomé, Correia Barranco, Felix Diogo, Manuel Luís Rafael, Manuel Patrício), Serpa (José Francisco Monteiro), Odemira (Vasco Feliz), Messines, Sines (Aniceto Lopes), com a presença de membros do comité nacional (Fernando d'Almeida Marques) e da Federação da Região Central (Virgílio de Sousa). O comité regional nomeado: A. Alexandre de Melo, Aniceto Lopes e Francisco João Figueiras (*A Batalha*, 29/04/1925 e 9/05/1925). Foi decidido publicar o jornal *Aurora*, mensário da *Federação Anarquista da Região Sul de Portugal* então constituída (112).

A segunda foi a Conferência Anarquista de Lisboa de 10 a 13 de Maio, por iniciativa de António Pires de Matos, J. Santos Arranha e Virgílio de Sousa, onde foram discutidos temas a Organização e acção local, preparação revolucionária, a questão da violência e da violência revolucionária, teatro social, esperanto, bibliotecas públicas, as mulheres no anarquismo, a moral revolucionária nas prisões e solidariedade. Virgílio de Sousa assumiu um papel de destaque. (Cfr. *A Batalha*, 24/5/1925). A UAP demarcou-se desta conferência, acusando os organizadores de atrapalharem o planeado. As reuniões prosseguiram, não havendo dúvidas que as forças conservadoras haviam criado um ambiente favorável a um golpe de Estado. No 25 de Junho a sede da UAP era assaltada pela policia, tendo sido presos membros da UAP e de vários grupos anarquistas. Num comunicado a UAP reitera a sua intenção de dar "uma forte resistência às violências governamentais".

Em 1926 foi decido criar um órgão da UAP - *O Anarquista* (28/2/1926 -8/8/1926) (113). A questão do fim da República e da posição face ao Sindicalismo Revolucionário passam a estar no centro das discussões. Manuel Joaquim de Sousa depois de participar em Paris numa conferência da AIT, deslocou-se a Marselha para representar a UAP no Congresso que a Federação Grupos Anarquistas de Língua Espanhola em França realizou, entre 13 e 16 de Maio, neste país. Quem esteve igualmente como delegado da UAP foi Manuel Perez que na altura residia em Paris. A difusão das ideias fascistas e os apelos a um ditadura eram tais que, uma vez mais a República implantada em 1910 estava em perigo. *O Anarquista* no n.º.1 (28/02/1926), interrogava-se sobre o que os anarquistas deviam fazer face à enorme influência que exerciam no país as ditaduras de Primo Rivera e de Benito Mussolini. Deviam ou não socorrer a República como o haviam feito no passado? Recordavam os deportados que continuavam na Guiné e os presos que enchiam as prisões em Portugal. A paga foi sempre novas prisões, como acontecera no combate ao golpe militar de 18 de Abril de 1925. Os golpistas foram amnistiados e integrados, os que os combateram foram reprimidos. A posição era "Não!" O n.º.3 (28/03/1926) escrevia que os anarquistas estavam face a um graves dilema: Apoiarem um governo que os reprime de forma tirânica ou reunirem todas as forças contra o fascismo que um vez no poder os irá igualmente reprimir.

A UAP interroga-se também sobre o "sindicalismo revolucionário". Um grupo onde sobressaia Francisco Quintal e Fernando Almeida Marques criticam abertamente a "Ideologia Sindicalista" (n.º.1). O sindicalismo não se podia assumir como o embrião de um "futuro Estado proletariano, com um comité confederal a fazer o papel de presidente da República". O movimento geral revolucionário não podia esquecer outras lutas sociais, como a dos estudantes e o feminismo. Criticam abertamente a posição de Diego Abad de Santillán (1897-1983) e Emilio López Arango que defendiam que os anarquistas deviam

militar exclusivamente nos sindicatos. A questão agravou-se quando a UAP criticou a posição da CGT e de *A Batalha* face à Ditadura Militar instaurada a 28 de Maio de 1926. A reação não se fez esperar, contribuindo para aumentar as tensões interior da CGT (113.1). Mais tarde, Luis Fernandes Laranjeira, no artigo “O Anarquismo na Luta Sindical - Um Esforço Inútil” (*Germinal*, nº1, 5/08/1929), resume a posição que muitos manifestavam em relação ao sindicalismo. Um debate abriu no jornal *Vanguarda Operária* (nº.35, 22/05/1930), onde intervieram Adriano Botelho e Francisco Quintal em defesa da criação de uma organização sindical assumidamente anarquista, semelhante à FORA (Federación Obrera Argentina).

Após o esperado golpe militar de 28 de maio de 1926, *O Anarquista* acusou a CGT de não ter dado a resposta devido aos golpistas. Depois da Espanha foi também instaurada em Portugal uma ditadura militar. No Norte, os anarquistas procuram unir reforçar a sua coordenação e realizam neste ano, a primeira sessão da Conferência Anarquista do Norte, no Sindicato dos Tanoeiros, em Gaia, na qual participaram entre outros Rodrigo Manuel Ferreira, Alvaro da Silva e Sousa, Inácio Luís, Adam Ribas, Ilídio e Abílio Ribeiro, a segunda sessão em 1927 ocorreu no Sindicato dos Empregados dos Eléctricos no Porto.

No meio de uma profunda crise económica e uma ditadura militar, entre 9 e 11 de Janeiro de 1927 realizou-se, em Lisboa, o primeiro congresso da UAP (clandestino). Fez-se representar a União Anarquista Espanhola e a Federação Grupos Anarquistas de Língua Espanhola em França através de J.R. Magriña. De Portugal estavam presentes representantes de 50 grupos e 30 aderentes individuais, oriundo do Porto, Coimbra, Torres Novas, Lisboa, Setúbal, Benavila, Aljustrel, Odemira, Minas de S. Domingos, Cercal do Alentejo, S. Bartolomeu de Via Glória (Mértola), Vila Real de Santo António, Faro e de outros terras de província (*UAP. Boletim Informativo*, nº.1, Abril de 1927). Neste ano, Francisco Quintal em representação da UAP participou em Julho, na conferência anarquista de Valência onde foi criada a FAI - Federação Anarquista Ibérica. No regresso a Portugal foi preso (Setembro) e deportado para Angola, onde se encontrou outros anarquistas igualmente deportados (Arnaldo Simões Junior, Álvaro Ramos e outros). A UAP ficou praticamente desarticulada.

Neste esforço organizativo, os anarquistas em Portugal mantiveram a pluralidade de tendências, mantendo-se à margem da polémica da “plataforma” de A. Archiff, quando o movimento anarquista começou a ser contaminado pelo modelo do partido bolchevista (114).

Editoras. Durante a primeira República foram muitas as editoras libertárias. O aparecimento do jornal *A Batalha* provocou uma mudança no campo editorial libertário, provocando inicialmente uma concentração dos meios de propaganda libertários. A *Sementeira* deixou de publicar a revista com o mesmo nome (1919), para se dedicar à edição de brochuras. Na CGT, em 1923 houve a clara percepção que havia que aprofundar o debate ideológico face à crescente propaganda comunista. Apesar da repressão policial, a Editorial *A Batalha* desenvolveu um vasto programa de publicações: livros, brochuras, a série *Novela Vermelha*, o *Suplemento Semanal Literário e Ilustrado* (3/12/1923-31/01/1927)(114.1), a revista *Renovação* (1925-1926) e o *Almanaque de A Batalha* (1926). Desta acção e da abrangência cultural destas publicações e do próprio jornal acabou por surgir uma verdadeira escola de jornalistas, escritores e artistas que irão deixar uma forte presença na cultura portuguesa. Campos Lima, secundando este movimento editorial, em 1924 funda a editora *Spartacus* que editou não apenas algumas das suas obras suas, mas também de Ferreira de Castro e outros autores.

Grandes editoras mostraram igualmente interesse em editarem sobre temas libertários e obras de anarquistas. Augustin Hamon (1862-1945) neste período reuniu a preferência de várias editoras, como se constata pelas obras publicadas: *Determinismo e Responsabilidade* (1910), *Socialismo e Anarquismo* (19...), *As Lições da Guerra Mundial* (1918), *O Movimento Operário na Grã-Bretanha* seguido do *Socialismo em França* (1920), *A Crise do Socialismo* (1921) e *Psicologia do Anarquista-Socialista* (1925).

Ligações Internacionais. Desde o século XIX que a principal referência dos anarquistas em Portugal era o movimento em França. No entanto, durante a República aumentaram os contactos com os anarquistas espanhóis. Em 1915 no Congresso Internacional Pro-Paz em Ferrol (Espanha) participaram e acabaram presos Manuel Joaquim de Sousa, Serafim Cardoso Lucena (1872-1943) ou António Alves Pereira (1885-1954). No Congresso da CNT, em Dezembro de 1919, a CGT fez-se representar através de Manuel Joaquim de Sousa.

A situação começou a alterar-se depois da Primeira Guerra Mundial, sobretudo quando se instala em Espanha a ditadura do General Primo Rivera (1923). A CNT foi proibida e assistiu-se a uma feroz repressão dos anarquistas. A situação foi olhada com grande preocupação em Portugal, o que está bem reflectido nas páginas do jornal *A Batalha*. Neste ano, realizou-se em Évora uma conferência das organizações operárias de Portugal e Espanha, com a presença de Manuel Joaquim de Sousa (CGT) e de Manuel Perez (CNT). Perante a situação política no dois países, marcados pela ascensão das forças autoritárias foi debatida a questão de acções conjuntas das duas organizações confederais. Em Dezembro uma delegação da CGT constituída por Manuel Joaquim de Sousa e Manuel da Silva Campos (1893-1954, sapateiro, secretário-geral da CGT entre 1923-1925) deslocou-se a Sevilha para conversar com elementos da CNT tendo em vista coordenarem as suas acções, sendo então presos.

No Congresso da CGT em 1925 a AIT fez-se representar através de Armando Borghi e a CNT de Avelino Gonzalez e Segundo Blanco. Neste ano, ocorreu em Barcelona um encontro clandestino de anarquistas portugueses e espanhóis para debaterem a questão de acções conjuntas contra a crescente onda repressiva. A onda totalitária parecia imparável em todo o mundo.

Em Maio (8 a 12) de 1926, Manuel Joaquim de Sousa representou a CGT na Conferência da AIT em Paris, o que motivou uma acesa polémica. A instauração da ditadura militar neste mês em Portugal, acabou por aumentar os contactos e acções de solidariedade com os anarquistas em Espanha. Os dois países viviam agora sob ditaduras militares.

Fruto destes contactos internacionais, como dissemos, foram vários os anarquistas de renome internacional como Jean Grave que participavam em publicações editadas em Portugal.

Anarquistas Portugueses no Brasil

Durante os 16 anos que durou a Primeira República largas centenas de anarquistas foram presos, deportados ou mortos. Muitos fugiram de Portugal, nomeadamente para o Brasil onde prosseguiram a sua atividade revolucionária. Com os anarquistas italianos e espanhóis criaram as principais organizações brasileiras, como a Confederação Operária Brasileira ou a Federação Operária de São Paulo, constituindo a maioria dos dirigentes sindicais. A partir de 1892 desenvolveram um intenso trabalho no lançamento de publicações sindicais e doutrinárias. Estão na linha da frente nas lutas operárias, como a

Greve Geral de 1917 e a greve insurrecional de 1918. Por este motivo a polícia moveu-lhe uma feroz perseguição com vista à sua expulsão. Vagas sucessivas de emigrantes alimentavam este movimento. O censo brasileiro de 1920 registava quase meio milhão de portugueses, sendo 167.198 no Estado de S. Paulo e 172.338 no Distrito Federal (Rio de Janeiro). No princípio dos anos 30, no Rio de Janeiro eram cerca de 450 000!

O primeiro anarquista português expulso foi António da Costa Borlindo, em 1901, acusado de estar envolvido na greve dos condutores de veículos no Rio de Janeiro. Dada a dificuldades legais foi embarcado secretamente para Itália como um "perigoso" anarquista (115). Muitos outros se lhe seguiram, nomeadamente no Rio de Janeiro onde eram maioritários. Entre 1909 e 1930 devido ao seu envolvimento nas lutas operárias dezenas foram expulsos do Brasil, como foi o caso dos seguintes: José Madeira (1919), Ricardo Correia Perpetuo (1919), Adriano pinto da Costa (1919), Galiano Testões (1919), Abel Ribeiro dos Santos (natural de Trás-os-Montes, expulso 1921), Albino Silva (1921), Alexandrino Valente Coutinho (Beira Alta, expulso duas vezes 1921 e 1924), Alvaro Duarte Cerdeira (Castelo de Paiva, 1920), António Alves Pereira Junior (Porto, 1920), António da Costa Coelho (1920), António Fernandes Leite (Ovar, 1920), António Francisco Lopes (Viseu, 1927), António Inácio Barbosa (Almeida, 1921), António Pereira Magalhães (Vila Real, 1930), António Ramos (Vila do Conde, 1919), Armindo de Assunção Ferreira (Guarda, 1921), Artur António da Silva (Beja, 1920), Augusto Frias (Mochagata, 1920), Bento Santos ou Bento Pinto (Figueira da Foz, 1920), Herculano Correia (Caminha, 1920), João Oliveira (Pedrogão Grande, 1921), João Marques Melo (Figueira, 1920), Joaquim José Rodrigues (Vila da Feira, 1924), Joaquim Monteiro (1911), Joaquim Morais (1920), Jorge de Almeida (Aveiro, 1920), José Chaves (Gaia, 1921), José Fernandes Figueiredo (Guarda, 1921), José Gonçalves Brito (Ilha da madeira, 1921), José Maria Esteves (viseu, 1919), José Martins Ruas (Viana do Castelo, 1921), José Rosa da Silva (Beira Alta, 1919), José Maria de Carvalho (duas expulsões 1918 e 1927), José Urbano de Paiva ou Joaquim Rodrigues (1924), Júlio César Leitão (Vila Nova de Foz Coa, 1927), Luiz Lourenço (1921), Manuel Barbosa (1921), Manuel da Rocha Pires (Trás-os-Montes, 1927), Manuel Fernandes Gomes Amorim ou Manuel Fernandes Santa`Anna (Porto, 1919), Manuel Rocha (1921), Sebastião Lourenço (Viseu, 1920), António José Vaz (1924), Elisio do Nascimento (1924), José (Rodolfo) Marques da Costa (1924)(116).

Em São Paulo as expulsões de anarquistas foram igualmente significativas, dado o seu ativismo sindical, como foi o caso de António Candeias Duarte (Coimbra 1881-?) na greve de 1917. Foi preso diversas vezes (1917, 1931, 1939 e 1947). Participou na fundação do PC do Brasil na sua feição anarquista.

Muitos dos que não foram expulsos foram enviados para vários pontos do Brasil, como Oyapock (um rio no extremo do Brasil), Mato Grosso ou o Pará.

José (Rodolfo) Marques da Costa (Perafita, Matosinhos, 1894 - Lisboa, 1964) foi um dos expoentes do anarquismo no Brasil. Em 1917 foi para Belém do Pará (Brasil) onde ingressou no Sindicato da Construção Civil. Entre 1919 e 1920 fundou dois jornais: *A Revolta* e *O Semeador*, jornal de propaganda sindicalista. Dirigiu depois *O Trabalhador*, órgão da Federação Operária do Pará. Em fins de 1921 fixou-se no Rio de Janeiro, onde foi nomeado secretário-geral da Federação Operária do Rio de Janeiro, dirigiu o jornal *Voz do Povo*, colaborou em vários jornais locais anarquistas, mas não só. Fundou o semanário *O Trabalhador* e a revista mensal *Renovação* (1921). Trabalhou também em jornais como *Vanguarda* e *Pátria*. Contrariando ordens da polícia discursou no comício do 1º. de Maio de 1924, participou activamente na revolução de 5 de Julho de 1924 em S.

Paulo, e foi expulso do Brasil (Agosto). Assim que chegou a Lisboa, integrou-se logo no movimento sindical, e em 1925 foi preso no Porto e deportado para a Guiné(117).

Um grande número destes anarquistas mal chegavam a Portugal eram presos, sendo a polícia informada das suas atividades revolucionárias (118). Em Setembro de 1919, um grupo de 11 anarquistas expulsos do Brasil assim que chegaram a Lisboa foram logo presos na esquadra do Caminho Novo. Em Outubro com mais 4 também expulsos do Brasil estavam a caminho de Cabo Verde para onde foram deportados (*A Bandeira Vermelha*, 10/1919). As prisões não pararam. Alguns dos que presos foram deportados para o norte do Brasil, como foi o caso, em Julho de 1925, do Abílio Lebre (natural de Setúbal) do jornal anarquista *A Vanguarda* de São Paulo.

À semelhança do que aconteceu em Portugal os marxistas no Brasil ignoraram ou omitiram a ação dos anarquistas nomeadamente os vindos de Portugal.

Depois do golpe de 1930, à semelhança do que ocorreu em Portugal, o movimento sindical brasileiro sofreu uma brutal repressão. O Estado intervém nos sindicatos e exclui deles os estrangeiros. O PCB aproveitou a situação para contribuir para a desagregação do sindicalismo de inspiração anarquista, enfraquecendo o movimento operário brasileiro.

Solidariedade

Desde que o século XIX que eram organizadas ações de angariação de fundos para apoio a deportados, presos, grevistas e outras situações de grande necessidade, como desemprego ou doença. Esta ações de recolha de fundos, como vimos, ultrapassavam fronteiras: 31 libertários radicados em New Bedford (EUA), por intermédio de Alfredo Gaspar, enviam dinheiro para apoiarem os camaradas presos no Monsanto (1924), numa ação de solidariedade que se prolongou até meados dos anos trinta. Perante a dimensão e gravidade destas situações, a CGT possuía um Secretariado Nacional de Assistência Profissional, Jurídico e de Solidariedade que socorria não apenas os operários confederados. Esta estrutura desdobrava-se noutras organizações, como a Comissão de Solidariedade aos Presos por Questões Sociais (1923). A 30 de Janeiro de 1927 foi organizada a Conferência Regional do Comité Pró-Presos, com a presença de delegados da CGT, Juventudes Sindicalistas e grupos anarquistas, tendo sido constituídos a Federação Portuguesa de Solidariedade a Presos e Perseguidos por Questões Sociais, integrando o Comité Executivo e o Comité de Lisboa.

Os deportados do Brasil desde 1919 eram objecto de uma atenção especial, nomeadamente pela forma desamparada como chegavam a Portugal. Durante a República as prisões estiverem quase sempre repletas de operários e presos políticos, que nelas permaneciam longos períodos sem culpa formada. *A Batalha* dedicava um largo espaço aos apoios destinados a deportados em Angra do Heroísmo (Açores), Guiné, Cabo Verde, Angola e Timor. Os refugiados, nomeadamente em França e Espanha não deixavam também de ser apoiados.

Os **filhos dos grevistas** eram acolhidos por outros operários em Lisboa e Porto, como aconteceu durante as greves dos mineiros de Aljustrel (1922-1923), nos têxteis da Covilhã (1923), dos mineiros de S. Pedro da Cova (1923) ou dos corticeiros de Silves (1924). Este último caso é ilustrativo da brutalidade do regime republicano. Durante a greve os filhos dos grevistas foram acolhidos por famílias de operários desde Vila Real de Santo António a Lagos. No dia 22 de Junho de 1924, um grupo delas regressou de comboio a Silves, tendo sido recebidas com grande alegria pelas suas famílias. Quem não gostou foi a GNR

que resolveu a tiro acabar com a “festa”, matando Francisco dos Santos Gonçalves e ferindo 14 pessoas, entre os quais 9 crianças. Fruto da revolta que se gerou surgiram dois grupos anarquistas: Grupo Libertário “Mártires 22 de Junho” de Silves e o Grupo Libertário “Os Unificadores” de S. Bartolomeu de Messines. Estas ações de solidariedade não se confinavam apenas a Portugal. Foram também organizadas ações de apoio a crianças, por exemplo, da Alemanha (1924).

As **campanhas internacionais** na tradição internacionalista eram constantes, verificando-se protestos e manifestações contra expulsões, prisões ou mortes de revolucionários noutros países, como os massacres na Rússia e na Ucrânia, a prisão, julgamento e morte de Sacco e Vanzetti (1920-1927), a morte de Mateu e Nicolau em Espanha (1924), a expulsão de Paulo da Silva de França (1926), etc.

A vaga de prisões que sucedeu ao golpe de fevereiro de 1927, como veremos, obrigaram a uma reorganização nesta estrutura.

1926-1974: Resistência às Ditaduras-I. Rudolf Rocker

No final dos anos vinte, muitos pensadores anarquistas, como Rudolf Rocker, apontavam para uma ascensão de Estados totalitários, explorando o filão do nacionalismo. Na sua obra “Nacionalismo e Cultura”, escrita na Alemanha em 1933, colocou em evidência este fenómeno. As grandes potências mundiais, assentes numa cultura nacionalista e políticas centralistas estavam a enveredar por políticas aniquiladoras da diversidade cultural e lançarem-se em movimentos expansionistas. O resultado previsível seria a extinção de minorias, controlo e absorção de pequenos estados vizinhos sob o mais variados pretextos, o que implicaria o crescente armamento, guerras e o extermínio de povos. Com uma visão surpreendente previu a II Guerra Mundial e os seus horrores. Descreveu com enorme detalhe a constituição dos Estados totalitários e os seus processos de domínio e manipulação de grandes massas. No prefácio à edição inglesa (1946) descreveu a emergência da chamada “Guerra Fria”, o expansionismo da Rússia e dos EUA e as tarefas do movimento anarquista internacional na defesa da liberdade. Portugal, na sua pequena escala, não foi uma excepção neste contexto mundial.

Em Portugal, o golpe militar de 28 de maio 1926 que instaurou mais uma Ditadura, acabou por marcar a história do país até aos nossos dias. A resposta do movimento anarquista foi a possível num contexto interno e externo que lhe era adverso, nada mais ridículo do que a reduzir a um conflito entre os jornalistas de *A Batalha* e a CGT. O golpe militar gerou uma natural tensão interna na CGT provocando a sua reorganização. Em 1926 deu-se a entrada de Mário Castelhana (1896-1940) e Manuel Henriques Rijo (1897-1974) para o Conselho Confederal e depois para o Comité Confederal, e a direção de *A Batalha* foi confiada ao primeiro (1).

A Primeira República (1910-1926) foi marcada por conflitos de poder entre os republicanos. Criaram um sistema eleitoral que garantia a continuidade do mesmo partido no poder: o Partido Democrático. A forma de resolverem os problemas do país, mudanças de governo foi através de golpes de estado, incluindo de assassinatos. Às questões sociais levantadas pelo trabalhadores respondiam com a sua sistemática repressão, destruição das suas organizações, perseguições, prisões e deportações. Multiplicavam-se os casos de corrupção, especulação financeira e imobiliária. A brutal emigração registada espelhava a falta de trabalho e as miseráveis condições em que vivia a maior parte da população. A denúncia que os anarquistas e *A Batalha* faziam destes caos, e do que se passavam nas colónias colocavam em sobressalto uma burguesia parasitária que delas vivia.

O patronato desde o princípio dos anos vinte envolveu-se numa ampla conspiração para derrubar a República, instaurando em Portugal uma Ditadura semelhante às que existiam em Espanha ou Itália. Objectivo que não foi alheia a constituição, em 1924, da União dos Interesses Económicos, recheada de golpistas. Os principais jornais, com destaque para o *Diário de Notícias* e *O Século* de João Pereira Rosa (envolvido numa tentativa de golpe de estado em 1925), defendiam abertamente esta solução. O patronato reclamava nos serviços, nas fábricas e nos campos por uma regressão na organização e nas conquistas alcançadas pelos trabalhadores.

Os católicos em guerra aberta com a República, mitificavam a ditadura de **Sidónio Pais**. Nas palavras de João de Castro fora um enviado de Deus:

“Era o arcanjo libertador. Quando ele ajoelhava diante de Deus nas Igrejas a multidão inteira caía de bruços a ouvir a conversa de Deus com Portugal por intermédio do seu filho amado”, *Discursos e Alocuções de Sidónio Pais. Um ano de Ditadura*, 1924.

Os monárquicos desde 1919 passaram também a defendê-la, como um via para o retorno à monarquia.

Discursos similares alimentavam uma profusa literatura reaccionária que apelava à emergência de um novo Ditador. Grande número de intelectuais estavam igualmente fascinados com o ideário "enérgico" dos fascistas italianos. Depois de 1922 o fascismo italiano passou a ser defendido como uma solução para a instabilidade da República, multiplicando-se os artigos de divulgação na imprensa e sobre a figura de Mussolini, como os escritos por António Ferro. Foi com agrado que a imprensa noticiou em Setembro de 1923 a instauração da ditadura militar de Primo Rivera em Espanha. O jornal *A Batalha* foi o único jornal que se mostrou abertamente crítico e prosseguiu sozinho, remando contra a maré (2). Apregoava-se para breve também uma ditadura militar em Portugal, a qual era apresentada como uma inevitabilidade em 1926. O contexto internacional era favorável à implantação de ditaduras. Por toda a Europa se assistia à ascensão de regimes autoritários, e ao esmagamento das "forças democráticas" (3).

A imprensa libertária procurava contrariar uma onda que muitos começavam a pensar ser imparável. O *Despertar*, órgão das Juventudes Sindicalistas, em 1923, escrevia: “Perigo a esconjurar: O Fascismo em Portugal. Trama-se na sombra o aniquilamento das organizações revolucionárias e a eliminação dos seus militantes impõem-se a resistência” (nº22, 21/07/1923). Foram muitas as advertências e as iniciativas contra esta vaga. Em 1926, por exemplo, a revista *Renovação* (nº13, 1/01/1926) interrogava-se sobre “Que é o fascismo?”. Em Abril era organizada “A Semana Anti-Fascista”, no salão da Construção Civil na Calçada do Combro (*Renovação*, 19, 1/04/1926).

Após o golpe militar de 28 de maio, o republicano Agostinho de Campos, passava em revista os regimes que existiam na Europa e concluía que o golpe era um ajustamento do país ao panorama político internacional, onde predominavam as ditaduras. As democracias estavam em extinção. Por isso a aceitação do golpe foi “o mais geral e unânime que se tem visto”, não tendo sido sequer necessário “desengatilhar uma espingarda” (Crónica da Quinzena, *Revista Ilustração*, nº13, 1/07/1926).

Os comunistas sob a liderança de José Carlos Rates, secretário-geral do PCP, deram também um importante contributo para a instauração de uma ditadura. Para além manobras destinadas a enfraquecer a CGT e dos ataques desferidos contra a “liberdade e democracia burguesa” defendidos pelos anarquistas, dois aspectos devem ser referidos: os atentados da Legião Vermelha que deram sobejos pretextos para uma brutal repressão policial, e a aliança com “partidos golpistas” que pretendiam derrubar a República.

Carlos Rates antes e depois do seu regresso da URSS (verão de 1924) envolveu o PCP com dois dos partidos que emergiram da Noite Sangrenta (19 de outubro de 1921): o Partido Republicano Radical (PRR) e o Esquerda Democrática de José Domingos dos Santos. Assumiam-se como partidos “esquerdistas” que pretendiam refundar a república, que acusavam de ter soçobrado à corrupção, injustiça social e à religião. Afirmavam combater as ditaduras mas estavam envolvidos em conspirações armadas. As preferências do PCP centravam-se no PRR, dada a sua maior influência nos militares da guarnição de Lisboa. A mudança de governo, como vimos, fazia-se preferencialmente através de golpes militares. Os socialistas eram esclarecedores a este respeito. Em 1923

denunciavam que no Centro Republicano Radical, na Av. Saraiva de Carvalho, no Porto, o que ali abundava eram bombas, espingardas e outro material de guerra (*República Social*, nº. 89, 16/09/1923). Na explosão que ali ocorreu morreram três militantes do PRR tendo sido outros presos (4). Neste ano ocorreu o primeiro golpe do PRR em que o PCP esteve se envolvido, mas foi logo abortado (cfr. *República Social*, nº. 92, 7/10/1923). Outras participações se lhe seguiram: a 29 de Agosto (assalto ao Quartel de S. Jorge) e 12 de Setembro de 1924 (assalto ao Ministério da Guerra, Central de Correios e Telégrafos), secundado por grande actividade da Legião Vermelha (LV). A situação era de enorme instabilidade, esperando-se golpes militares a todo o momento.

O PCP e a Função dos Legionários. Desde o princípio de Abril de 1925 que a LV, infiltrada de criminosos, lançava o terror na cidade de Lisboa. Um grupo de criminosos, entre os quais Carlos Frederico Bacelar e Sousa (5), fabricava cédulas de 20 centavos e estampilhas falsas. Outros bandos assaltavam “clubs” e os cobradores de estabelecimentos comerciais. Redobram a sua actividade nos atentados e explosões de bombas. Não faltavam protestos da população, comerciantes e outros exigindo uma intervenção policial.

Os “legionários” procuravam associar estas ações a lutas sindicais, o que era vivamente repudiado pela CGT. Sobral Campos e Jaime Fonseca, secretário da organização Presos Sociais - Combatentes em Prol da Emancipação Humana, não se cansavam de denunciar estas manobras dos “legionários”, vendo nas mesmas um pretexto para a perseguição que era movida aos sindicalistas, tendo por objectivo destruir a CGT e instaurar uma ditadura militar (*Diário de Lisboa*, 11/04/1925). Sindicalistas presos no Limoeiro recusaram receber da LV parte do produto dos seus roubos. Neves Anacleto, ex-membro do PCP e da LV, numa carta publicada no jornal *Moca de Faro* (nº142, 7/06/1926), afirmava que esta organização se havia constituído para assassinar o secretário-geral da CGT (Manuel Joaquim de Sousa) e o secretário-geral da Federação da Construção Civil (Joaquim Cardoso) (5.1). A destruição da CGT era um objectivo comum do PCP e da Polícia.

A 18 de Abril de 1925, ocorreu um novo golpe militar, cujo objectivo era implantar uma ditadura militar. A CGT respondeu com a proclamação de uma greve geral de protesto. O governo aproveitou o pretexto para uma nova vaga de prisões de sindicalistas, e deportações para Angra do Heroísmo (30 de Abril). A acusação de serem “legionários” banalizou-se, doravante servia para prender todos os insurgentes.

O atentado da Legião Vermelha, a 15 de Maio, contra o comandante da polícia João Maria Ferreira do Amaral foi o pretexto que as forças policiais esperavam para lançarem uma vasta onda de prisões e deportações, com a qual prenderam decapitar o movimento anarquista, a CGT e as Juventudes Sindicalistas. A simples acusação de legionário feita pela polícia permitia-lhe perseguir, prender e deportar os seus membros, sem culpa formada. A imprensa, sobretudo o jornal *O Século*, em conluio com a polícia, promoveu uma campanha de intoxicação da população de modo a justificar cerca de duas centenas de prisões arbitrárias, muitas vezes com o simples objectivo de intimidação. Noticiava-se, por exemplo, que a Legião Vermelha se estava a desdobrar em outras organizações, como uma legião vermelha feminina, criada pela “amante” de José Gomes Pereira, Avante. O *Diário de Lisboa* de 28/07/1925 noticiava que a polícia tinha presas cerca de 60 pessoas acusadas de participarem no atentado, as quais aguardavam a sua deportação para a Guiné. As esquadras do Caminho Novo, Mónicas, Pátio do Fradique, Santa Marta, Rato, Alcantara, Terramotos, Caminho de Ferro, Pampulha, Mouraria e outros calabouços estavam repletas de anarquistas mantidos incomunicáveis e sem culpa formada durante meses, partilhando as mesmas celas com criminosos, tuberculosos, com sarna e

esquizofrénicos (*A Batalha*, 28/10/1925). A situação repetia-se por todo o país. Aristides Ribeiro publica uma carta em verso - *Pregão da Revolta* -, acusando destes crimes dois dos presidentes do ministério (Vitorino Guimarães e António Maria da Silva).

A custo *A Batalha* vai conseguindo obter o nome dos detidos, publicando a sua listagens, sendo várias edições do jornal apreendidas. Nas listagens dos presos, para além de um jornalista (José ou Rodolfo Marques da Costa), constavam alfaites, barbeiros, funcionários públicos e municipais, manipuladores de pão, operários de mobiliário, tanoaria, marítimos, metalúrgicos, da construção civil, do calçado, tecelões, gráficos, engraxadores, ferroviários, vendedores de jornais, etc (*A Batalha*, 3/06/1925, 6/06/1925, 7/06/1925, 27/06/1925...). Era evidente que se pretendia atacar toda a organização da CGT, diminuindo-lhe a sua capacidade de resposta. Marques da Costa conseguiu fugir em 1928 para Dakar, e daqui para França, onde veio a participar no apoio e organização dos exilados anarquistas de Portugal.

A 29 de Maio de 1925, a bordo do cruzador Carvalho Araújo seguiram para a Guiné 18 sindicalistas deportados todos sem culpa formada (*A Batalha*, 30/05/1925), com os quais seguiam também presos de delito comum. Em Angra do Heroísmo embarcaram outros deportados que aí se encontravam. No total eram 46 os deportados, uns desembarcaram em Cabo Verde e outros na Guiné (*A Batalha*, 3/07/1925). A CGT através d' *A Batalha* realizou uma intensa campanha de denúncia destas prisões. Uma acção secundada pela Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa e outras organizações sindicais. A imprensa internacional não deixou também de as referir. O país mergulhara numa onda de terror e intimidação. Indiferente aos protestos, o governo prosseguiu com as prisões. Entre os deportados na Guiné não tardaram a ocorrer as primeiras mortes entre os deportados: Manuel Tavares (barbeiro), João Nunes Carreira (descarregador), Manuel Duarte (manipulador do pão), José Alves dos Santos e José Gomes Pereira (o conhecido Avante), enlouqueceu.

A Polícia a 5 de Julho chegou a afirmar que havia concluído a investigação do atentado da LV, incluindo de outras ações bombistas. Entre os habituais cabecilhas da Legião, indicara vários anarquistas, apontando o dedo ao Sindicato dos Descarregadores de Mar e Terra, assim como ao Sindicato dos Padeiros, cuja Caixa de Auxílio alegadamente financiara as ações dos legionários (*Diário de Lisboa*, 6/07/1925). O assalto todavia da polícia à sede da CGT (2/10/1925) deixou claro que o objectivo do governo era o seu desmantelamento. As perseguições, prisões e deportações não terminariam enquanto o objectivo não fosse atingido (5.2). A Câmara do Trabalho de Lisboa e uma comissão pró-presos que se formara (dirigida por Alfredo Lopes), organizou uma importante ação de protesto no dia 21 de Dezembro. Cerca de 2 mil manifestantes foram alvejados quando se dirigiam ao parlamento para apresentarem o seu protesto, denunciando falsidades e ausência de provas.

Muitos dos membros da LV eram apontados como pertencendo ao PCP, e que encontravam na propaganda comunista uma justificação "social" para o banditismo. Em Junho de 1925 era assassinado pela polícia Domingos Pereira, manipulador do pão, membro do PCP e chefe da Legião (cfr. *O Comunista*, nº25, 20/06/1925). Em Agosto de 1925 morria na Guiné Manuel Tavares, barbeiro, filiado no PCP e membro da Legião (*O Comunista*, nº38, 15/08/1925). Em 1926 o governo português pedia a extradição de Paulo da Silva refugiado em França. Era membro do PCP e segundo a polícia participara no atentado ao comandante da polícia (*O Comunista*, nº46, 1/05/1926)..

O PCP, liderado por Carlos Rates, estava igualmente com o PRR e a Esquerda Democrática, partidos apostados num golpe militar. O jornal *A República Radical* nº.1 (28/11/1924) editado no Barreiro definiu o perfil do homem necessário para liderar o golpe à democracia: uma mistura menos “sofrida” de Lenine com Mussolini, um ditador-salvador. Um ano depois, o jornal *A República Radical*, nº5, (1/11/1925) informava orgulhosamente os seus leitores da adesão do general Gomes da Costa ao PRR.

Em fins de 1925 Carlos Rates estava insatisfeito com a participação do PCP nas alianças com os golpistas, ainda não haviam produzido o resultado desejado. Decidiu então aproveitar os seus contactos e influência pessoal para acelerar o fim da República. Nas eleições de 8 de Novembro de 1925, Carlos Rates e mais sete membros do PCP integram a lista de candidatos da Esquerda Democrática. A magra votação que obteve, levou-o a uma nova mudança. Tornou-se jornalista n’*O Século* de João Pereira da Rosa, um dos principais conspiradores contra a democracia e a liberdade(6). Estava afastado do PCP, mas não da ideia de uma ditadura. Mais tarde, veio a público em Julho de 1931, enaltecer Salazar e a Ditadura, afirmando que havia aderido à União Nacional (*Diário da Manhã*, 16/7/1931), e deixar-lhe duas recomendações: preservar a autonomia sindical e defender o municipalismo. Ironia?

Em 1926 estavam criadas várias frentes para derrubar a democracia. O PCP com o PRR e outras forças políticas estava envolvido nesta acção (7). A 3 de Fevereiro ocorreu uma nova tentativa de golpe. Várias datas foram inclusive anunciadas publicamente para o desfecho fatal, num clima que lhe era favorável: sucessivos escândalos gerados por corrupção endémica e o descalabro das finanças públicas. Na propaganda comunista só haviam duas alternativas: o fascismo ou o comunismo. O regime democrático era uma ilusão. A partir de 1923 O PCP lançara um ataque contra a “Liberdade Burguesa” e a Democracia que considerava desacreditada. À Democracia só restava os “sindicalistas da Calçada do Combro a defender-lhes os sagrados princípios” (*O Comunista*, nº8, 20/12/1923). Estes ataques levaram à saída de Lima de Carvalho do PCP. O jornal aproveitava para anunciar aos menos avisados que “A Internacional Comunista não se constituiu para ressuscitar a defunta “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” (*O Comunista*, nº.10, 12/01/1924). Os direitos fundamentais dos seres humanos eram desta forma negados. A Igreja Católica, os fascistas e os nazis assumiriam a mesma posição. A exigência do respeito pelos Direitos Humanos tornou-se corrente nas páginas d’*A Batalha*, em especial em questões que envolviam actuações arbitrarias do Estado.

Igreja Católica. A Igreja liderava a outra das frentes apostadas no derrube da democracia. Desde 1915 que tinha um partido político próprio - o Centro Católico Português (CCP), constituído segundo indicações do Vaticano. Manteve uma firme oposição à regime republicano, à maçonaria e ao laicismo, contando com o apoio dos monárquicos.

Em 1917 ocorreram dois acontecimentos que acabaram por ter uma enorme influência nas relações entre a Igreja e o Estado.

O primeiro foi as "aparições de Fátima" (Maio a Outubro de 1917), à volta do qual se agregou a Igreja Católica em Portugal. Os anarquistas no início pouca atenção concederam ao fenómeno, remeteram-no para o campo da religiosidade popular com a qual eram condescendentes. Não deixa de ser curioso referir que um dos primeiros negociantes a explorar o fenómeno de Fátima - Gilberto Fernandes dos Santos foi tido como “anarquista”. Foi ele que mandou fazer e ofereceu a imagem de Fátima (1920), dedicando-se durante anos a explorar a crença popular. Na panóplia do seus produtos

não faltava a “Água de Fátima”, postais e santinhos cuja aquisição garantia milagrosos resultados. A fundação em 1923 da Congregação de N^a. Sr^a. do Rosário de Fátima sediada em Santarém, foi encarada pelos anarquistas como o avanço da "fanatização" que se propagou pelo país (*A Batalha*, 5/02/ 1926). O fenómeno de Fátima foi fazendo o seu caminho, ligando-se aos movimentos que defendiam uma ditadura em Portugal.

O segundo foi a Ditadura de Sidónio País implantada a 5 de Dezembro de 1917 e que contou com apoiado pela Igreja Católica. As relações diplomáticas com o Vaticano foram restabelecidas. Foram reintegrados os bispos depostos, reviu-se e suavizou-se a lei da Separação. Cinco deputados católicos tomaram assento nas Câmaras. Igreja passou a difundir a ideia que fora um "ditador salvador da pátria" e outro igual seria necessário para concluir a obra que iniciara.

O papa Bento XV, em 1919, procurou diminuir o envolvimento político da Igreja nas lutas contra a República. Dirigiu ao episcopado português uma encíclica recomendando que a não tomasse partido por nenhuma facção política, e obedecesse às "autoridades legítimas". O Centro Católico Português foi reorganizado. A Igreja embora continuasse a defender a implantação de uma ditadura, viu-se obrigada a afastar-se dos monárquicos e da *Action Française* liderada por Daudet e Maurras (7.2). Manteve todavia um grande entusiasmo pela obra de Mussolini em Itália. Neste sentido, contribuiu para criar as condições para o nascimento de um novo movimento político que, unindo a Igreja Católica e os militares, pugnava-se por uma ditadura inspirada no fascismo italiano: A "Cruzada Nun`Alvares, fundada em 1918, por figuras como Anselmo Braancamp Freire. O golpe militar de 18 de Abril de 1925, apoiado pela Cruzada foi revelador do poder que este grupo havia adquirira no aparelho militar (7.3). Em fevereiro de 1926, numa sessão que promoveu na Sociedade de Geografia apresentou um programa para a instauração de uma ditadura e a fascização dos sindicatos que virá a ser posto em prática em 1933. Salazar dirigia na altura os "cruzados" em Coimbra (7.4). *A Batalha* denunciou não apenas a natureza fascista desta organização, mas a cruzada que vinha fazendo pelo país para desencadear um golpe militar. A partir de 5 de Fevereiro de 1926 procurou durante meses desmontar a rede católica que estava a ser criada para derrubar a república, numa campanha informativa que contou com artigos de Tomás da Fonseca (7.5). O grande objectivo da Igreja era acabar com a sua separação do Estado, voltando a ser sustentada pelo erário público como a religião do regime.

Reacção

O golpe militar de 28 de maio de 1926, liderado pelo general Gomes da Costa, membro do PRR, instaurou a anunciada ditadura militar. Não apanhou ninguém de surpresa, e no entanto não deixou de provocar alguma hesitação. A organização do golpe começou no princípio de 1926, mas só no mês de maio, os conspiradores chegaram a um acordo sobre quem comandaria a revolta. As hesitações deviam-se sobretudo às várias correntes que no Exército estavam envolvidas no golpe. Entre os chefes militares não havia um discurso único. Ao longo de seis anos, as várias correntes foram sendo anuladas, numa sucessão de compromissos, acabando o poder por ser concentrado numa única pessoa, o ditador (7.6). No dia 9 de julho Costa Gomes foi derrubado pelo general Óscar Carmona. A ditadura passou a ter um novo chefe assumidamente defensor uma ditadura de estilo fascista, propagador de discursos nacionalistas e da missão divina que o país era chamado a cumprir. Cioso de se legitimar, a 25 de março de 1928, como candidato único, num sufrágio muito restrito foi eleito presidente da república, cargo que exerceu até falecer em 1951.

Os militares foram naturalmente os grandes beneficiários do golpe. Até 1974 desfrutaram de inúmeros privilégios, nomeadamente no acesso a cargos na administração central e local, em instituições e empresas públicas. A Igreja católica foi a outra beneficiada pelo golpe, colocando os seus homens no poder. Em Braga, recebera de Gomes da Costa a promessa de que seriam restituídos à Igreja os bens que lhe haviam pertencido e que estavam na posse do Estado; a aposentação dos párocos; a liberdade do ensino religioso, pelo menos nas escolas particulares e o reconhecimento da personalidade jurídica da Igreja, o que foi atendido no dia 6 de Julho. O primeiro governo saído do golpe tinha três ministros representantes da Igreja: Oliveira Salazar (finanças), Manuel Rodrigues Junior (Justiça e cultos) e Mendes dos Remédios (Instrução pública), mas que não chegou a governar devido à confusão que se instalou. A igreja persistiu na defesa da implantação de uma ditadura e no regresso de Salazar ao poder. A imprensa católica, bispos e padres nas missas passou a exaltar a "obra" mirífica do ministro das finanças, o futuro ditador.

Face ao golpe militar de 28 de Maio, o debate entre os anarquistas dividia-se entre uma resposta imediata (Greve Geral) ou outra mais demorada e ampla que pudesse agregar outras forças. O certo é que os militares não esperaram e iniciaram a destruição do regime democrático. O parlamento foi dissolvido, as liberdades políticas individuais suspensas, instituiu-se a censura prévia e uma justiça assente em processos sumários dos opositores (8). Sucederam-se as prisões e deportações para as antigas colónias por todo o país. Em Leiria, por exemplo, causou grande impacto a prisão de José Agostinho das Neves e Domingos da Conceição Felizardo, dois conhecidos anarquistas, desta cidade, prontamente acusados pelo *O Século* (6/08/1926) de pertencerem à "legião vermelha". Alberto Moniz da Silva foi desterrado para Angola e Amílcar Ferreira Dias (1878-1943) para a Guiné.

A falta de uma resposta da CGT imediata ao golpe de maio de 1926 adensou a polémica sobre a ida neste mês de Manuel Joaquim de Sousa à conferência da AIT em Paris. Embora a escolha no Comité Confederal tenha sido por votação secreta rapidamente foi questionada por um grupo ligado a José da Silva Santos Arranha (9), director d' *A Batalha*. O assunto foi discutido na imprensa da época, onde era notório o excesso de protagonismo de Santos Arranha, no que era apoiado por elementos socialistas e comunistas, interessados na divisão da CGT. O jornal *O Anarquista*, como vimos, entrou também na liça e fez uma série de acusações, nomeadamente sob o desvio reformista d' *A Batalha*. No centro das acusações estava uma reunião no Quartel do Carmo, entre o general Costa Gomes, Henrique Galvão, o almirante Mendes Cabeçadas e representantes da CGT, entre os quais se contava Santos Arranha. Os militares prometeram-lhes que não tomariam uma orientação fascista, o que foi veiculado pelo jornal. Tratou-se todavia de uma iniciativa sem a aprovação da CGT. O conflito interno da CGT prosseguiu. Ainda em 1926 Arranha foi substituído por Manuel Joaquim de Sousa, como director interino, dando lugar pouco tempo depois a Mário Castelhana à frente do jornal. Para o Comité Confederal entraram também Alberto Dias (secretário das federações) e Adriano Botelho (secretariado das uniões).

Após o golpe militar, *A Choldra*, órgão da Esquerda Democrática que tinha como alvo privilegiado as Juventudes Sindicalistas, a CGT e os anarquistas fez um rasgado elogio à Legião Vermelha (*A Choldra*, nº. 21, 19/06/1926). Graças à sua ação desestabilizadora os militares finalmente haviam decidido tomar o poder.

O PSP face ao golpe militar, numa carta que J. Fernando Alves escreve a Gomes da Costa pede-lhe que não confunda os socialistas com os partidos e políticos republicanos. Noutra carta dirigida ao "Dr. Oliveira Salazar", manifestam grandes esperanças do mesmo

como ministro da fazenda e esperam que “não saia do poder emporcalhado” (*República Social*, nº. 229, 12/06/1926). Nisto se resumia a sua posição política.

O ambiente político era de feroz repressão, multiplicando-se os ataques contra a CGT e os anarquistas por todo o país. A Casa Sindical do Funchal, onde funcionava o jornal *A Batalha* foi assaltada (*A Batalha*, 3/02/1927). Para apoiar os presos constituiu-se a Federação Portuguesa de Solidariedade a Presos e Perseguidos por Delitos de Carácter Social, clarificando-se também a participação de anarquistas no Socorro Vermelho ligado ao PCP.

A primeira grande ação contra a Ditadura ocorreu em 1927, a 3 de Fevereiro no Porto e a 7 em Lisboa. Foi uma confrontação violenta, na qual participaram militares insurretos e civis. Os militares que assumiram o poder em maio de 1926, lançaram o país à beira da bancarrota, pretendendo contrair um empréstimo externo. O caso foi aproveitado para se criar uma ampla frente contra o empréstimo e a restauração das liberdades. A CGT e os anarquistas participaram ativamente neste movimento.

No **Porto**, o golpe foi comando pelo general Sousa Dias com escassas forças militares. A maioria das forças armadas manteve-se fiel à Ditadura. Perante a frágil situação, militares insurretos e civis prepararam-se para resistir às ofensivas e montaram barricadas em Campanhã, Bonfim, Marquês de Pombal, Santa Catarina, Praça da Liberdade, Cordoaria, Monchique, tendo como centro a Batalha. Os combates foram violentos, contando-se dezenas de mortes. Faltaram alimentos e a cidade foi bombardeada. No dia 6 de Fevereiro, Sousa Dias rendeu-se. O número de mortos ultrapassou a sete dezenas, os feridos a três centenas, os presos segundo a polícia foram cerca de quinhentos. Fora do Porto, o apoio veio dos trabalhadores dos comboios do sul e sueste.

Em **Lisboa**, persistiu a agitação e as prisões, mas a maioria do exército manteve-se fiel à Ditadura. No dia 7 de Fevereiro, o tenente da marinha Agatão Lança, em Alcântara lançou uma revolta militar, secundada por civis, com o apoio da CGT e avançou para o centro da cidade, concentrando-se no Príncipe Real. O Depósito de Material de Guerra e a Fábrica de Armas foram assaltadas. O Arsenal da Marinha aderiu à revolta. A área entre o Rato, Bairro Alto e o Arsenal foi controlada pelos revoltosos. Erguem-se barricadas. O *Diário de Notícias* e um suplemento de *A Batalha* apelaram à revolta contra a Ditadura. Apesar das muitas ações, não apenas em Lisboa, a revolta acabou por confinar-se ao Bairro Alto, sendo a população bombardeada, nomeadamente pela aviação. Contabilizaram-se centenas de mortos. No dia 9 de Fevereiro, os militares revoltosos renderam-se, massa revolta continuou nas ruas.

Nestas revolta, para além da participação de civis no Porto e em Lisboa, registaram-se ações nas ruas das Caldas da Rainha, Vale de Santarém, Torres Vedras, Oeiras, Cascais, Barreiro, Setúbal e Évora, as linhas telegráficas foram cortadas, câmaras municipais foram atacadas e gritou-se pela liberdade.

Na sequência desta revolta a CGT e todos os organismos federativos sindicais foram proibidos. *A Batalha* foi suspensa e as suas instalações na Calçada do Combro destruídas a 5/02/1927. Reapareceu 1/04/1927, não como diário, sendo o último número legal saiu a 26/05/1927. As Juventudes Sindicalistas desaparecem na vaga de prisões. Quase todos os membros do Comité Confederal foram presos.

As prisões estavam repletas de anarquistas, e ainda mais ficaram após a revolta. No Porto, em Março, a razia foi enorme. As sedes das organizações sindicais foram

assaltadas e os seus bens destruídos ou vendidos pela polícia. A sede d'A *Comuna* também foi assaltada e apreendido tudo o que ali foi encontrado. A tipografia, móveis e biblioteca que foram levados para a Abegoaria do Município, sendo mais tarde resgatada a tipografia. A sua direcção e colaboradores foram presos (*A Batalha*, 5/4/1927 e 27/04/1927).

Em Coimbra, entre os muitos presos contavam-se Roberto das Neves, o seu irmão António Barreto Pedroso (guarda-livros), João Fernandes (proprietário de um café na Rua dos Padeiros), Arnaldo Simões Januário (*A Batalha*, 6/04/1927), Amadeu Ferreira Neves (merceneiro), Francisco Baptista Duarte (funileiro), Lúcio Maria da Conceição (metalúrgico) e João Veiga (empregado do comercio) (*A Batalha*, 16/04/1926), outras se seguiram como a de Ricardo Vitorino Barbosa, acusado de fazer parte do grupo Os Rebeldes (*A Batalha*, 21/04/1927), Afonso de Moura (operário). No Alentejo as prisões procuraram desarticular os sindicatos rurais e movimento anarquista. Em Benavila, por exemplo, foi preso Joaquim Dias Povoas. Em Cercal do Alentejo Alexandre de Melo (alfaiate), do jornal anarquista *Aurora!* (*A Batalha*, 22/04/1927), nas Minas de S. Domingos - Valentim Adolfo João (operário). No dia 21 de Maio de 1927 a policia assaltou a sede da Federação Rural de Évora e sindicato da Graça do Divor recolhendo documentação para novas prisões.

Entre os ferroviários foram feitas dezenas de prisões, em particular os do Sul e Sueste (*A Batalha*, 15/04/1927 e 19/04/1927). Da linha do Minho e Douro foram deportados muitos outros a bordo do *Lourenço Marques*.

No dia 13 de Abril de 1927 partiu de Lisboa o navio Pêro d'Alenquer levando a bordo 222 presos, 63 acusados de serem sindicalistas (presos políticos), 98 gatunos e desordeiros e 59 vadios. Os sindicalistas foram para Timor, os restantes para a Guiné. O navio fez escala em cabo Verde, Guiné, Moçambique e Macau e ao longo dos percurso houve entradas e saídas de presos. As colónias funcionavam como grandes presídios. O navio chegou a Timor a 26 de Setembro com 75 deportados (presos políticos). Dada a sua formação profissional foi enorme o seu impacto na economia, em obras públicas, na administração local e até na defesa de Timor aquando na invasão japonesa (10). Sem meios para os sustentar o governador permitiu que cada um procurasse os próprios meios de subsistência. Muitos acabaram por se fixar, criar família e nunca regressaram a Portugal.

Entre os deportados anarquistas contavam-se Manuel Viegas Carrascalão (tipógrafo, secretário-geral das Juventudes sindicalistas, preso em 1925 e condenado 6 anos de prisão, 1901-), Manuel dos Santos Quintas (1902-), Raul Pereira dos Santos (1902-) (11), Álvaro Damas (metalúrgico, 1903-1958), Alfredo Pereira Vaz (calceteiro, 1906-?), Amadeu Carlos das Neves, o mocho (1900-?), Alfredo dos Santos (1899-?), António da Conceição Pereira (operário da construção civil), Domingos Paiva (metalúrgico, 1902-1955), Francisco Ureña Prieto (espanhol, 1903-?), José Castelo, João Maria Major, Manuel dos Santos Quintas, Amândio Pinto, José de Almeida Figueiredo, José Lopes (1906-1950), Luis Ferreira da Silva (?-1942, assassinado pelos japoneses), Mário dos Santos Fontainhas (?-1935), Abel Venâncio da Silva (1905-?), Albertino Abrantes Castanheira (1899-?), António Dias (1884—1942, assassinado pelos japoneses), Carlos Saldanha (1902-?), Elpídio Duarte Pedroso da Silva, Eugénio Augusto Ribeiro, João Fernandes Pinto, Joaquim Manuel Cardoso, José Caetano Castela, José Rodrigues d'Almeida, o Silva Padeiro (1905-?), Mário Gonçalves (?- 1942, assassinado pelos japoneses), Pedro de Jesus (1901-?), Pedro Guia de Oliveira (1905-?), Raul Honório (1907-1976), António

Francisco dos Santos, António Francisco Serra, António Teixeira, o António Ilhéu (?-1942, assassinado pelos japoneses), Calisto Gonçalves Pinto da Silva, Eurico Lino Gonçalves Marques de Oliveira, Francisco Fernandes, Francisco Fernandes Camacho, João Abílio Ferreira, João de Sousa, Joaquim Espírito Santo da Mota Vasconcelos, João Fernandes Lopes, Rodrigo Rodrigues (1898-?), António da Conceição Pereira (1900-?), António Gonçalves, o Pirinéu (1896-?), Celso Pinto Marques dos Santos, Francisco da Silva Gomes, o Chico Belezas, Francisco Ramos da Graça (1904-1942, assassinado pelos japoneses), Jacinto Estrela (1908-), Jaurés Américo Viegas, João dos Santos, o João Algarvio, João Gomes (1903-), João Maria Major (1893-), João Clemente, o Agarra, Joaquim da Silva, o mirolho (1902-1963), Joaquim Luís Carriquico (1901-), José Filipe (1906-1964), José da Silva Godinho, o Gordinho (1899-1948), Manuel Pereira, o Pereirita (1901-?), Mizael Dias Macedo, o Brasileiro (1879-1933), Paulo Soares, o Paulino (1900-), Raul da Silva Dias Monteiro, o Orelhas (assassinado, em 1942, pelos japoneses), Sebastião da Graça (?-1968), Severino Faria Coelho (1902-1942, assassinado pelos japoneses), Vanzelino dos Santos Costa. Entre estes deportados é provável que alguns fossem tenham estado ligados à Legião Vermelha (12). Não é possível todavia confirmá-lo, dado a policia servir-se deste pretexto para perseguir, prender e deportar centenas de anarquistas.

A única certeza que possuíam era que enquanto lutassem pela liberdade as prisões iriam prosseguir. Era longa a lista dos deportados e não só em Angola (*A Batalha*, 22/04/1927, 24/04/1927 e 27/04/1927). No dia 15 de Novembro Mário Castelhana, Manuel Henriques Rijo, Domingos Lopes Bibi, os irmãos Marques Pereira (Armando e Alfredo) e Francisco Quintal foram deportados para Angola, onde iriam encontrar Álvaro da Costa Ramos, Arnaldo Simões Januário, António Inácio Martins (1901-1965) e José Alberto (13). Aproveitaram a ocasião para desenvolver uma activa propaganda neste território colonial.

As prisões em Portugal, como o Aljube de Lisboa, encheram-se de presos anarquistas como José Viegas Samurinho, Raul Elias Adão, Manuel da Cunha Estrela, Adolfo Lima, César Porto, António Alves Pereira, Emídio Santana (13.1), Faustino Bretes (14), José Pires de Matos, etc. No Aljube do Porto, repetia-se a mesma situação, Manuel Cândido Machado foi preso sob a acusação de ser anarquista, a mesma acusação levou também à prisão José Pedro Lourenço de Vila Nova de Gaia.

A policia percebeu que a CGT, embora ilegalizada, continuava a sua firme acção. Aproveitou a onda de repudio público pelo atentado contra o director da Biblioteca Nacional, ao qual a CGT era alheia, para justificar o assaltar a 4 de Novembro de 1927 a sua sede onde funcionava a redacção d`*A Batalha* e muitos outros organismos. Tudo o que encontrou foi destruído. Vivia-se num clima de extrema violência policial.

A Onda Reaccionária

Após a revolta do "7 de Fevereiro" era evidente que a onda reaccionária que dominava o país, tinha como objectivo acabar com a liberdade, usando todos os pretextos: o interesse nacional, a falência do liberalismo, o caos do parlamentarismo, as conspirações maçónicas, a ditadura do Partido Democrático, o laicismo, a ameaça do bochevismo... A Igreja Católica defendia uma ditadura, inspirada no fascismo italiano. Os monárquicos, sobretudo depois de 1919, apoiavam uma ditadura militar, embora preferissem uma monarquia ibérica dual. Vários partidos republicanos, como o Partido Nacionalista Republicano, o Partido Radical Republicano ou a União Liberal Republicana de Cunha Leal há muito que defendiam também uma ditadura. Inspirados no movimento fascista foram igualmente ensaiadas várias organizações para defesa da ditadura: a Milícia

Nacional (Fevereiro de 1927), Milícia Lusitana (Março de 1927), a Liga Nacional 28 de Maio (fins de 1927), a União Nacional Republicana, a União Nacional (1930). O Partido Socialista mantinha uma posição ambígua, mas colaborante com a ditadura. Não faltaram também manifestações de apoio à ditadura, nomeadamente de estudantes universitários de Lisboa, Porto e Coimbra (Fevereiro de 1927). Uma legião de intelectuais nos anos vinte, mostravam-se fascinados com o fascismo italiano. O ministro de Portugal junto do governo italiano (Trindade Coelho), escrevia na imprensa italiana artigos contra a democracia em Portugal, enaltecendo as ditaduras de Itália e Espanha. Artigos que eram depois difundidos no país (14.1). O patronato, como vimos, apoiava sem hesitações soluções ditatoriais. A Itália mussoliniana, em Novembro de 1926, apressou-se a formar em Portugal o 1.º *Fascio* entre os residentes italianos. Na mesma altura o jornal *Novidades*, órgão do Episcopado, publicava afirmações elogiosas de altas figuras do Vaticano pelo fascismo. De Espanha, a ditadura de Primo Rivera, mostrou-se disponível para conceder um empréstimo destinado a financiar os desvarios da ditadura militar.

Os mais destacados dos republicanos democratas, após o 7 de Fevereiro, refugiaram-se em França, atacando a ditadura e organizando novos golpes de estado em Portugal (14.2). A CGT e os anarquistas persistiram numa dura resistência contra a ditadura. As prisões sucediam-se. No final de Outubro de 1927, a União do Professorado Primário é proibida e os seus dirigentes presos, entre eles contavam-se destacados anarquistas como Adolfo Lima, César Porto e outros afins como Jaime Carvalhão Duarte. O jornal *A Federação Escolar* foi suspenso.

O ano de 1928 foi particularmente devastadora. José Agostinho das Neves (1905-1974) foi preso neste ano quando andava a distribuir propaganda. Deportado para a Guiné (Maio de 1929), conseguiu fugir para o Senegal. Em 1935 já estava em França, como correspondente de vários jornais (*República*, *O Diabo*). A CGT, em especial os ferroviários do Sul e Sueste apoiaram mais uma revolta a 20 de Julho de 1928, cujo epicentro estava no Castelo de S. Jorge, não seria a última. Os anarquistas depois dos sangrentos acontecimentos, sobretudo de Fevereiro de 1927, que se saldaram por centenas de mortos, perceberam que não estavam perante mais uma curta ditadura como a de Pimenta de Castro (1915) ou a de Sidónio Pais (1917-1918). Grande parte do exército estava apostado numa Ditadura semelhante às que se estavam a espalhar pela Europa, tendo como referência a de Mussolini em Itália e a do general Primo de Rivera em Espanha (1923-1930). Uma vez mais aliaram-se aos republicanos que em Portugal ou no exílio defendiam a liberdade e a República. Não era uma posição fácil de aceitar.

Perante a brutal repressão que se abateu sobre o movimento, muitos militantes, intelectuais e artistas, como Stuart de Carvalhais, Manuel da Conceição Afonso (15) afastam-se do movimento.

Reorganização

Em 1928 a coordenação da UAP estava praticamente desarticulada, só restavam em liberdade Carlos Teixeira da Silva e Adriano Botelho que contaram com o apoio de António Rodrigues dos Santos. A vaga de assassinatos e prisões que se sucederam levou que alguns anarquistas fugissem para França.

Em Portugal para apoiar presos foi criada, como vimos, a Federação Portuguesa de Solidariedade com os Presos e Perseguidos Políticos, cuja sede era na Calçada do Combro, 38, 2.º andar. Esta e outras organizações libertárias angariavam dinheiro para pagarem a advogados, multas e outras despesas com os camaradas presos, socorro às

suas famílias, campanhas de denúncia, edições, etc. Alguns militantes em Portugal destacaram-se no apoio directo aos presos. Em França, como veremos, foi criada a Federação Anarquista dos Portugueses Exilados (FAPE) em 1930.

Os períodos de abrandamento da repressão policial, como aconteceu em 1929 e 1930, foram rapidamente aproveitados para o lançamento de jornais e outras publicações, com o aviso: “visado pela comissão de censura”. No Porto, apesar da censura, conseguem publicar *Germinal* (quinzenário, 1929) (16), a revista *Aurora* (1929-1930)(17), a *Vanguarda Operária* (1929-1930)(18) e a revista *A Cultura* por Campos Lima (19). Em Coimbra editava-se “Igualdade” (1928-1929)(20). No Barreiro surgiu o jornal a *Terra e Liberdade* (1930-1931) (21) como órgão da ALP. A *Batalha* é relançada, em 1930, num curto período de tempo. Os assaltos da policia não tardaram a acabar com estas publicações legais.

Aproveitando o facto da edição de livros não ter censura prévia foram criadas duas editoras: Edições do Pensamento Acrata, numa iniciativa de Álvaro da Costa Ramos e Emídio Santana, nesta editora foram publicados de Adriano Botelho *A Conquista do Poder* (1932), de Max Nettleau *Cooperação entre Sindicalismo e o Anarquismo*, e de Mário Castelhana, *Os Organismo de Transporte na Revolução Social* (1932). A Editorial O *Argonauta*, numa iniciativa de vários sindicatos, editou a importante obra de Pierre Besnard- *Os Sindicatos Operários e a Revolução Social* (1931). Outras obras relevantes editadas neste contexto: Emílio Costa: *Karl Marx* (1930), *Sindicalismo Independente* (1931), *Jean-Jaurés* (1931); Manuel Joaquim de Sousa: *O Sindicalismo em Portugal* (1931). A repressão acabava por cair sobre os autores e distribuidores: Gonçalves Correia quando reeditou em 1931 "A Felicidade de todos os seres na Sociedade Futura", texto apresentado na Conferência no V Congresso dos Trabalhadores Rurais (1922) foi preso em 1932. A Polícia política considerava-o um perigoso revolucionário em todo o Alentejo.

No início dos anos trinta os anarquistas reorganizavam-se e prepararam-se para novos combates contra a Ditadura (22). Em Novembro de 1930 diversos elementos da extinta UAP, como Manuel Joaquim de Sousa, José António Correia de Sousa, Emídio Santana, Constantino de Figueiredo, Mário de Oliveira, Roberto das Neves entre outros fundam a **Aliança Libertária de Lisboa**, e rapidamente surgiram outras pelo país: Aliança Libertária Alentejana, Aliança Libertária do Barreiro, Aliança Libertária do Seixal, Aliança Libertária de Setúbal, Aliança Libertária de Messines, etc. e grupos isolados noutras regiões. Para melhor coordenar este movimento em Junho de 1931 foi criada a **Aliança Libertária Portuguesa** (ALP), que se desdobrava em três federações regionais: Norte (Porto, Coimbra), Centro (Lisboa, Setúbal) e Sul (Alentejo e Algarve). No Porto, onde se destacava José Rodrigues Roboredo, persistiu uma organização baseada em grupos de afinidade. No resto do país a estrutura adoptada passou a ser agrupamentos locais muito alargados. A maior de todas as alianças era a Aliança Libertária de Lisboa, com sede na Travessa Água da Flor onde tiveram papel destacado Francisco Melo Ramos, Manuel Joaquim de Sousa, José António Correia de Sousa, António Albuquerque, António Costa e Bernardino Dias, Emídio Santana, Manuel Joaquim e *Germinal* de Sousa (23) e muitos outros. Quando foi proibido o jornal *Terra e Liberdade* do Barreiro, foi decidido lançar um jornal clandestino - *Acção Libertária*, mas a repressão não tardou, atrasando a saída do nº. 2 (novembro de 1931) como dá conta o editorial. Em Ponte de Sôr, onde na altura residia Francisco Quintal, a 4 de Outubro de 1931 foi realizada uma importante reunião da AL do Alentejo onde compareceram representantes de grupos de praticamente todo o Alentejo.

II República Espanhola. A implantação da II República em Espanha, a 14 de abril de 1931, apesar da feroz repressão, deu aos anarquistas em Portugal um novo ânimo. A Espanha passou a ser o refúgio dos fugiam à perseguição da Ditadura, desfrutando ali de grande liberdade de movimentos. Em Portugal, pelo contrário, a vasta comunidade de espanhóis que aqui viviam, mais de 15 mil, passou a ser objecto de uma apertada vigilância da polícia política. O país tornou-se também o refúgio para milhares de exilados espanhóis defensores da monarquia e activos conspiradores contra república, como o general Sanjurjo, a quem a ditadura concedeu todo o tipo de facilidades.

FARP. Na conferência realizada em Junho de 1932, no Grupo Dramático de Belém, foi decido transformar a ALP na Federação Anarquista da Região Portuguesa (FARP) passando a integrar a Federação Anarquista Ibérica (FAI) (23.1). O comité nacional era constituído por José António Correia de Sousa (secretário), Emídio Santana, Francisco Quintal, Adriano Pimenta substituído por Miquelino da Silva. Foi decido enviar J.A. Correia de Sousa como delegado da FARP ao Plenário de Regiões da FAI que se realizou entre 31 de Julho e 3 de Agosto em Madrid. Trouxe consigo o plano das acções a realizar em Espanha no caso de eclodir um movimento revolucionário. Este documento foi apreendido pela polícia política em Portugal.

A ALP (FARP) estava intimamente ligada à CGT, participando na organização das suas acções. A greve que a CGT declarou a 12 de Outubro de 1932 nas Minas de São Domingos foi conduzida pela Aliança Libertária Alentejana, apoiada pelo Grupo anarquista de Mértola e pelo sindicato dos trabalhadores rurais desta localidade. Nestas localidades é de destacar a acção de José Vaz Rodrigues, Francisco Mestre Valadas Ramos Junior, Florival Graça, Francisco Ximenes, António Moura (espanhol), Valentim Adolfo João (24) e outros. Uma acção que se prolongou até meados de Dezembro.

A ALP (FARP) sofreu em Novembro e Dezembro de 1932 um duro golpe quando foram presos José António Correia de Sousa (industrial de vernizes), Francisco Quintal (caixeiro viajante), Francisco Cardoso Pires (sapateiro), Alfredo Crispim Duarte (carpinteiro), Eurico Pinto Mateus (estucador), Alberto Augusto de Almeida (padreiro), Joaquim Miquelino Silva (torneiro mecânico). Luís Fernandes Laranjeira (pasteleiro) viveu em Chaves e Vila Real, muito próximo da fronteira com a Galiza, assumindo a missão de receber, expedir e distribuir a correspondência com o exterior. Foi preso e deportado para os Açores. A polícia descobre em casa de J.A. Correia de Sousa um documento em castelhano com instruções de como actuar "En caso de Revolucion", reflectindo o ambiente que se vivia em Espanha.

Neste ano sucederam-se nas prisões de anarquistas, como a de Abílio Augusto Belchior (1898-1937), acusado de um atentado bombista neste ano, acaba em 1936 no Tarrafal, onde faleceu no ano seguinte. Luís Joaquim Portela (24.1). António Inácio Martins é novamente preso, desta vez no Forte de Peniche, até 1934. António Pimentel foi preso em 1932 e depois em 1933. Manuel da Cunha Estrela foi preso em Peniche.

Neste contexto de intensa repressão, a ALP (FARP) conseguiu resistir e continuar a sua acção.

No Plenário peninsular da FAI, reunido em Madrid (Outubro de 1933), o relatório do delegado português referia a existência de 40 grupos com cerca de 1000 filiados, um número redondo certamente exagerado. Os anarquistas em Portugal procuravam unir forças para derrubar a Ditadura, contando com o apoio da FAI e da CNT, possibilitando-

lhes criar uma retaguarda em Espanha (24.2). Esta estratégia acabou por ser revelar uma contínua desilusão.

Juventudes Libertárias. Em meados de 1932, numa reunião na Sociedade Esperantista Antawen foi decidido criar formalmente as Juventudes Libertárias- Região Portuguesa, uma decisão provavelmente influenciada pela criação em Espanha da Federación Ibérica de Juventudes Libertárias (FIJL) (24.3). Apesar da sistemática repressão policial, as Juventudes Libertárias evidenciaram-se, como veremos, pela sua combatividade contra a ditadura. O primeiro número d'O *Jovem Anarquista*, porta-voz das JL -Região Portuguesa, saiu em Novembro de 1934 e o nº. 3 em janeiro de 1935.

FAPE

A seguir à revolta de Fevereiro de 1927, como dissemos, sucedeu-se uma enorme vaga de prisões o que levou muitos anarquistas a exilarem-se, nomeadamente em França (Leal da Câmara, Vasco da Fonseca, Jaime Brasil, Agostinho das Neves, etc), mas também em outros países, atirados para fora de Portugal pelas sucessivas vagas de perseguições.

Na costa leste dos EUA, em New Bedford, Fall River, Newark, Newport, Rhode Island, Cambridge, Ossining ou Boston existiam nos anos vinte e trinta importantes comunidades de emigrantes e exilados portugueses. Nas duas primeiras cidades, cerca de um quarto da população era de origem portuguesa. Os anarquistas tinham o seu principal núcleo em New Bedford. Em 1924, como vimos, três dezenas enviavam dinheiro para apoiar camaradas presos em Portugal. Em Abril de 1926 António Alves Pereira, Diamantino Teixeira e António da Costa foram presos por fazerem propaganda da Anarquia (25). Deve-se-lhes a criação de três jornais em Fall River: *A Verdade*, *O Combate* e *A Luta* em New Bedford (1926-1929), um "jornal de combate às religiões" (26). Os anarquistas portugueses estavam empenhados nas lutas operárias, nomeadamente na greve de 1928, da indústria algodoeira, que durou seis meses. Dois nomes destacaram-se nesta greve que envolveu mais de 309 mil trabalhadores: Eulália Mendes (Gouveia, 1910-2004), que virá a aderir ao PC dos EUA, e Augusto Pinto, deportado para Portugal. A polícia política portuguesa fê-lo desaparecer durante a viagem. A fundação do Ateneu de Estudos Libertários, cuja iniciativa se deveu a militantes como Alfredo Gaspar é significativa da ação destes libertários. Apesar da censura e da distância mantiveram sempre uma forte ligação ao movimento em Portugal. No jornal *Terra e Liberdade* editado no Barreiro (nº.3, Outubro de 1930) M. Martins iniciava uma crónica a partir de New Bedford. Em 1934 participam na criação de Aliança Liberal Portuguesa nesta cidade, uma ampla frente que reunia elementos da "extrema esquerda republicana até às teorias filosófico-sociais de Tolstói." (27), editava o jornal *A Liberdade*, tendo como responsáveis Alfredo Gaspar, Francisco Rebelo e Jaime Fonseca. Os seus membros, como era corrente na época, não se livraram por parte de seus inimigos salazaristas do rótulo de "comunistas", o que os tornou alvos a abater pela polícia local. O Ateneu libertário fundado em 1929 na cidade de Newark, graças a militantes como de Guilherme Pereira é outro marco desta ação internacional.

Em Paris organizam em 1930 a FAPE (Federação Anarquista Portuguesa Exilada) sob a coordenação José Marques da Costa. Foram estabelecidas ligações com núcleos de anarquistas portugueses exilados em Espanha, Argentina, Brasil, EUA, e com os deportados em África e Timor (*Vanguarda Operária*, nº. 49, 31/08/1930). Em 1931 a FAPE desenvolveu uma campanha internacional para evitar a extradição de três anarquistas italianos - Giuseppe Volonté, Giovanni Bidoli e Cesare Cuffini de Espanha para Portugal. Não o conseguiu impedir e os mesmos acabaram às mãos de Mussolini.

Depois da implantação da República em Espanha foram criadas as condições para a instalação da resistência republicana (27.1) e anarquista neste país. A implantação da FAPE sofreu um forte impulso quando Marques da Costa foi expulso de França para Espanha, em 1932, por estar envolvido no movimento sindical. Foram constituídos núcleos de exilados para além de Madrid, em Barcelona, Valência, Sevilha e Vigo. A partir de Espanha tornou-se mais fácil editar propaganda, nomeadamente manifestos para serem difundidos em Portugal. Em Sevilha em 1931, por exemplo, José Maria de Almeida Júnior, co-fundador do Centro Republicano Radical e conhecido bombista, colaborou na edição de um panfleto dirigido “Aos Soldados, Marinheiros e ao Povo Português em Geral” (Foi deportado para o Tarrafal em 1936). Começou a publicar-se em Abril o jornal *Rebelião* (1ª. serie, 1932), porta-voz da FAPE.

A Espanha pela sua proximidade, como dissemos, passou a ser o refugio para muitos anarquistas como Manuel Gomes de Matos (mecânico naval), Adriano Pimenta (corticeiro do Barreiro), Jaime Rebelo (marítimo de Setúbal), Manuel António Boto (ferroviário, Barreiro), Manuel Firmo, Roberto das Neves (1931) e José Rodrigues Reboredo (pasteleiro, 1891-1952) o que deu uma vida nova ao núcleo de Vigo (1932-1933). Na Argentina formou-se em 1933 um grupo anarquista português que editou o jornal *A Acção Anarquista*. José Lopes Soares que havido sido deportado para Timor, em 1933 foi transferido para Moçambique onde organiza um núcleo da FAPE. Após regressar a Portugal, ajudou a reorganizar a FARP depois da greve geral do 18 de Janeiro de 1934 (28).

Grupos de imigrantes e exilados tiveram um papel muito relevante no incentivo à luta contra a Ditadura em Portugal, nomeadamente através de continuas manifestações (28.1).

Ligações Internacionais. A Ditadura do general Primo Rivera em Espanha (1923-1930) e a Ditadura Militar em Portugal (1926-1933) exigiram um reforço do entendimento dos anarquistas nos dois países. Em maio de 1926 ocorreu entre eles um encontro em Marselha (França) onde foi aprovado a constituição da **Federação Anarquista Ibérica**, ficando sediado em Lisboa o respectivo comité constitutivo. A revolta de Fevereiro de 1927 e as prisões que se seguiram impossibilitaram a ação do comité. No dia 24 e 25 de Junho deste ano, organizou-se em Valência, o Congresso fundacional da Federação Anarquista Ibérica (FAI), onde estiveram presentes Germinal de Sousa e Francisco Quintal da UAP, cuja participação foi muito discreta. Em Portugal pouco ou nada se avançou. Na conferência da FAI, em Junho de 1931, ficou evidente que a FAI era uma organização espanhola, não prestando o apoio que dela esperavam os anarquistas portugueses. Maior apoio obtinham da rede de exilados em França e Espanha. A constituição da FARP, em 1932, pouco melhorou a situação.

A CGT fez-se representar no Congresso da AIT em Madrid (1931) por Manuel Joaquim de Sousa e João Miranda, e no Congresso da CNT em maio de 1936, em Saragoça através de Emídio Santana.

Os contactos com os anarquistas espanhóis e as crescentes adesões à CNT geravam entre os militantes em Portugal a convicção de uma possível Revolução Social em Espanha.

Prossegue a Resistência. Em Portugal a luta contra a miséria e a ditadura não abrandou. A CGT continuava desde 1927 na clandestinidade e tinha grande número dos seus militantes presos e deportados. A CGT procurando furar o cerco, em maio de 1929

começou a publicar o *Boletim da CGT* e no Porto lança a *Vanguarda Operária*. Em Évora, a Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais passou à clandestinidade, e editou como elemento de ligação o boletim *O Trabalhador Rural* (1929-1931 ?), mas a federação não tardou a ser proibida. Prosseguiu a acção com outro nome: Comissão de Relações Nacionais de Estudo e Defesa da Classe Rural.

A CGT reagindo contra as manobras do PCP para a destruir, em 1930, decidiu apresentar-se publicamente como **Comissão Inter-federal de Defesa dos Trabalhadores** (*Vanguarda Operária*, nº.43, 20/07/1930). Em Lisboa publica *A Batalha*, como órgão da “Comissão Inter-Confederal”, numa edição semanal de 13/09/1930 a 6/12/1930 (13 números) (29), não tardou que fosse proibida. A custo a imprensa operária ligada à CGT ia procurando furar o cerco policial. Em 1931, o grupo libertário metalúrgico edita *Luta de Classes*, número único. São exemplo, como vimos, a edição de publicações como o *Argonauta*, órgão do Sindicato dos Marinheiros Mercantes; *Solidariedade Mineira e Metalúrgica*, dirigido por Emídio Santana (Dezembro de 1931 - Maio de 1933). Novos militantes faziam-se à luta, como Luísa do Carmo Franco (1914-1999), eleita delegada do Sindicato Único Conserveiro. Furar o cerco policial era cada vez mais difícil.

A luta contra a Ditadura prosseguia, assim como as prisões. Em Setembro de 1930 os padeiros e distribuidores de pão de Lisboa entraram em greve, na sequência da qual foram presos os dirigentes e delegados do Sindicato dos Manipuladores de Pão (anarquista). O impacto desta greve foi enorme. Afonso de Moura (1898-1931), ceramista e ativo militante em Coimbra foi preso a 23 de Dezembro, por conspirar contra a Ditadura Militar, deportado Cabo Verde a 6 de junho de 1931. Morreu a 7 de Dezembro deste ano nesta antiga colónia.

1931 foi um ano de revolta generalizada no continente, nos Açores, na Madeira e na Guiné. Em Setúbal declara-se uma greve de pescadores que durou 92 dias. Entre os anarquistas que lideraram a greve e foram presos destacaram-se Jaime Rebelo (1890-1975), Luís Branco ou João Atanásio (deportado para Cabo Verde). A prisão de Jaime Rebelo constituiu um exemplo paradigmático do drama vivido pelos presos políticos. Temendo não poder suportar as torturas de que eram vítimas e trair os seus companheiros, entre a planta do pé e a meia levou para a prisão uma lâmina de barbear escondida. Pegou na lamina e cortou a língua, tendo sido hospitalizado. Jaime Cortesão ao saber deste acto escreveu um belo poema de louvor à coragem e verticalidade do anarquista (30). Após sair da prisão foi para Espanha, onde lutou contra o franquismo nas fileiras da CNT/FAI.

A Ditadura procurava dispersar os deportados por Portugal e colónias de modo a isolá-los, o que nem sempre conseguia. Em Agosto de 1930, um grupo de deportados em Angola tentou organizar uma revolta, levando a que a Ditadura retirasse todos os deportados políticos deste território. Nas várias mudanças para isolar os presos políticos, um grupo quinze anarquistas deportados acabaram por serem transferidos para a Ilha do Pico nos Açores, para depois serem levados para Cabo Verde: Castelhana, Rijo, Bibi, Domingos da Silva, Anibal Dantas (30.1), Fernando Barros e a sua esposa Margarida Barros, Manuel Portules Saraiva, Sebastião José Valoroso, Miguel da Silva, António Carvalho, Manuel João, Raul de Sousa, Anastácio Ramos, José da Silva, António Nunes e José Júlio Ferreira.

Quando o barco que os transportava para Cabo Verde, o paquete "Carvalho Araújo", chegava a Madeira, deu-se a eclosão da Revolta da Madeira (4 de Abril a 2 de

Maio de 1931), chefiada pelo general Sousa Dias (31). De imediato os anarquistas deportados com outros que aqui viviam, apoiam a revolta contra a Ditadura. Castelhana assumiu então a direção do jornal *A Batalha* do Funchal, apelando à revolta. Este jornal, em tudo idêntico ao órgão da CGT publicou-se entre 8 de Maio de 1926 e meados de 1935 (32). O movimento contou com ações de solidariedade, dirigidas por deportados nos Açores (São Miguel e Terceira) a que se juntou uma revolta na Guiné. Muitas outras ações se seguiram, como o movimento armado de 26 de Agosto de 1931, na sequência do qual José Severino Melo Bandeira foi preso e deportado para Timor. Fracassada mais esta revolta fogem para o Continente. Fernando Barros e Anastácio Ramos sequestraram um vapor e obrigam a tripulação a trazê-los para o continente, onde conseguem fugir para Espanha, fixando-se em Barcelona, integrando-se na CNT. Castelhana e outros ficaram na clandestinidade em Portugal.

Estas ações na Madeira foram secundadas por manifestações de revolta dos estudantes universitários de Lisboa que solicitaram o apoio da CGT que lhes foi dado, seguindo-se numerosas prisões. Roberto das Neves é preso e ferido a tiro pela polícia quando se barricou com outros anarquistas na Faculdade de Medicina de Lisboa. Internado sob prisão, conseguiu invadir-se disfarçado de enfermeiro, exilando-se em Espanha. A greve estendeu-se à maior parte das faculdades de Lisboa e Porto, como aos liceus. O jornal comunista *O Militante* relatou a reunião dos estudantes com a CGT dando desta forma informações à polícia para apanhar anarquistas. Emídio Santana foi um dos presos na altura, tendo sido confrontado com a informação divulgada pelo jornal do PCP.

Anticolonialismo

A ditadura saída do golpe de 28 de Maio manteve-se firme na defesa do colonialismo. É certo que denegriu a imagem dos altos-comissários republicanos, como Norton de Matos, para enaltecer o Ministério das Colónias. Restringiu a sua autonomia, aboliu as missões laicas e investiu nas missões religiosas, hierarquizou o estatuto dos habitantes das colónias (assimilados, não-assinalados). A sua grande preocupação foi disfarçar o trabalho forçado (escravatura), assunto que passará a constar na agenda internacional da ONU depois de 1946.

A imprensa libertária, com destaque para *A Batalha*, publicava regularmente informações sobre as lutas e a condição dos trabalhadores e negros nas colónias portuguesas. A sua perspectiva, como fazia questão de acentuar, era universalista, recusando o preconceito patriótico (*A Batalha*, 30/10/1926). Nesse sentido, como em Portugal apelava à emancipação de todos os indivíduos (32.1) e à independência das próprias colónias.

Mário Castelhana nos três anos que viveu deportado em Angola (1927 a 1930) deixou-nos um retrato, que tem sido injustamente ignorado, sobre a condição dos negros neste território, e o que devia ser feito para a sua emancipação e independência. A obra - *Quatro Anos de Deportação* foi escrita em 1931, mas só foi publicada em 1975. Ainda sobre o colonialismo de Angola. Arnaldo Simões Januário, em plena Ditadura Militar conseguiu publicar na revista *Aurora* (1930) uma série artigos sobre a brutalidade do colonialismo neste território, os quais infelizmente não puderam ter continuidade. A revista foi proibida e as suas instalações assaltadas pela polícia.

Pinto Quartim entre 1930 e 1936 viveu e trabalhou em Angola, e quase de imediato inicia a luta contra a ditadura neste território. É apontado como tendo colaborado na revolta de 1930 contra Salazar. Na imprensa local desenvolve uma intensa actividade contra o racismo e o colonialismo, como *O Planalto* que dirigiu entre 1930 e 1932, a *Província de*

Angola (1932-1933) e outros jornais. Escreveu peças de teatro. Abordou na imprensa em Portugal questões africanas, em publicações como *O Diabo*, *Humanidade* ou na revista *Ver e Crer* (33). Em 1936 trabalhou num livro intitulado - *Mulatos (Comentários ao problema da mestiçagem em Angola)* - onde denuncia a discriminação que eram alvo em Angola. Parte do princípio que era não apenas algo inevitável a mestiçagem dos povos, mas estava generalizada: "O próprio povo alemão que se supõe ariano puro, é um dos misturados. E nós, portugueses, que somos senão o produto de mescegeração de povos indígenas, primeiros habitantes da Península, com as suas sucessivas invasões arianas (índios), semitas e árabes?" (manuscrito existente no HSS do ICS).

Era um combate que os anarquistas estavam sozinhos. Os comunistas mantiveram-se até aos anos 60 apegados à defesa das colónias. Bento Gonçalves, secretário-geral do PCP, aquando da visita de Carmona a Cabo Verde (1939) ofereceu-se para esculpir os escudos coloniais que lhe seriam oferecidos. O Programa de Emergência Nacional do Governo Provisório do MUNAF, que o PCP era subscritor pronunciava-se pela "unidade de Portugal com as colónias". Os republicanos e socialistas permaneceram fiéis na defesa da colónias, acusando a Ditadura de não as defender. Quando a guerra estalou em 1961, muito foram os que, como Ramado Curto (socialista), vieram a terreiro apoiar a luta armada contra os movimentos de libertação.

Deportações

Desde 1896 os anarquistas que eram deportados para prisões nas antigas colónias portuguesas como Timor (Campo de Okussi), Guiné, Angola ou Moçambique. Nada mudou durante a 1ª. República nem na Ditadura. As prisões da Madeira, Açores (Angra do Heroísmo, Forte de São João Baptista), Aljube, Peniche, Limoeiro, Penitenciária de Lisboa ou de Coimbra e outras estiveram quase sempre ocupadas com anarquistas presos.

Em 1931 seguiram para Timor cerca de 500 presos políticos em duas levas, uma em Junho e outra em Setembro. Muitos destes "presos políticos" eram republicanos que haviam estado envolvidos nas conspirações no ano anterior (34). Entre os deportados contavam-se vários anarquistas como Bernardino de Oliveira Dias (1908-?), Bernardino Maria dos Santos (1877-1958), J Victor da Conceição (preso em 1930); César Augusto de Castro (serralheiro, 1901-1980), Joaquim da Silva (trabalhador da indústria conserveira, morreu em Timor), Melo Bandeira, Fernando Augusto Mariz (assassinado em 1942 pelos japoneses), Fernando Martins (assassinado em 1942 pelos japoneses), Francisco Guedes Palmeiro entre outros.

Arnaldo Simões Januário mal chegou, em 1931, abriu uma barbearia, organizou a **Aliança Libertária de Timor** e editou clandestinamente um boletim da Aliança Libertária distribuído por toda a ilha. Descoberto o boletim, vários anarquistas foram condenados a trabalhos forçados. Os anarquistas conseguiram publicar na imprensa internacional notícias prisões, deportações e lutas dos trabalhadores em Portugal (35). Raul dos Santos, por exemplo, escrevia para o jornal anarquista de Buenos Aires - *La Protesta*, onde denunciava o regime colonial e as condições em que viviam os deportados. Numa rusga policial foi descoberto um destes artigos, com o testemunho de Francisco Ramos Graça que foi sujeito a maus tratos. A amnistia decretada em 1932 a todos os deportados, não se aplicou em Timor aos considerados "mais perigosos", uma centena. O governador temendo não conseguir controlar a situação mandou regressar a Portugal, em 1933, quatro anarquistas: Arnaldo Simões Januário, Raul dos Santos, Manuel dos Santos Quintas e João Maria Major.

A passagem da “Ditadura Militar” para o “Estado Novo” em 1933, o marcou um maior envolvimento dos militares na repressão política dos opositores ao regime. Entre 1933 e 1945 mais de 10 mil presos políticos foram ser julgados em tribunais militares, com base em processos sumários. Foi neste período que ocorreu mais de 75% de pessoas presas e condenadas em toda a ditadura (36).

Entre as muitas revoadas de prisões, a que ocorreu em meados de 1933 foi particularmente devastadora. Em Janeiro no Bairro de Alcântara numerosos anarquistas foram presos. Seguiram-se prisões por todo o país. Entre os presos contavam-se José Augusto de Castro (deportado para os Açores); Zacarias de Lima (1901-1967) veio do Porto para a Penitenciária de Lisboa, e ainda em 1938 aguardava julgamento; Francisco Melo Ramos (16 de Maio), José Vaz Rodrigues (militante anarquista das Minas de São Domingos, Mértola). Da Aliança Libertária do Barreiro foram presos, entre outros, Alfredo José da Costa, José António Machado (37), Manuel Cardoso, Fernando Pedro Cândido, Manuel Ramos Billot. A 21 de Agosto em Lisboa, por exemplo, foram presos na Travessa da Água da Flor, 16, 1º., entre outros, Jaime de Oliveira e Castro, Homero de Virgílio de Azevedo Freitas Sampaio, Francisco Cunha Vicente, José Augusto de Castro e Germinal de Sousa. Dois dias depois foi preso Manuel Joaquim de Sousa (secretário-geral da CGT desde Julho de 1931).

Comunistas e Socialistas

Os anarquistas eram o alvo a abater para os comunistas e socialistas. A frente única que havia construído em 1923 não tardou a desfazer-se, motivando mútuas acusações de traição e vingança. Os Socialistas estavam descredibilizados e inoperantes. Os Comunistas estavam reduzidos a um bando de sectários, apostados em ações violentas. Acusavam os anarquistas de fazer o jogo da burguesia ao denunciar o regime tirânico que se havia instalado na Rússia e os crimes praticados na Ucrânia. Os anarquistas respondiam na revista *Aurora* que nada os demoveria da denuncia da tirania onde quer que existisse. O II Congresso do PCP (Maio de 1926) confirmou esta orientação sectária provocando uma debandada de militantes. Num relatório enviado em 1928 à IC afirmaram que estavam reduzidos a 70 militantes, 50 em Lisboa e 20 no Porto. A principal célula era a do Arsenal da Marinha. O Congresso do PCP em 1929, com o apoio da União Soviética, conduziu à reorganização do partido e criação de um corpo de funcionários, cuja ação de propaganda se revelou mais eficaz. Seduzidos por esta mudança vários anarquistas aderiram ao PCP.

As dificuldades de coordenação do movimento sindical pela CGT depois de 1927 foram aproveitadas pelo PCP para promover a criação de uma nova central sindical (*Vanguarda Operária*, nº.34, 15/05/1930 e nº. 37, 5/06/1930). Desencadeou uma intensa campanha de difamações e manobras no interior dos sindicatos.

Estes ataques do **PCP** obedeciam a orientações aprovadas no IIIª. Congresso da Internacional Comunista, a conhecida linha política de “Classe Contra Classe” (1928). O *Proletário*, órgão do PCP centrou-se em ataques pessoais contra elementos da CGT, sobretudo Manuel José de Sousa rotulado de “Anarco-Fascista”. Apregoou adesões que nunca existiram (*Vanguarda Operária*, nº42, 13/07/1930). Combatendo os desvios à linha traçada, o *Avante* (nº5, junho de 1931) relembra de forma sintética o significado da mesma, escrevendo que não era tolerada “a mais insignificante colaboração com qualquer outro partido político, o que daria lugar a um degenerescência dos seus princípios puramente classistas e revolucionárias”. O resultado foi o aumento exponencial

de ataques pessoais, purgas internas, conflitos nos sindicatos, delações na polícia para desmascarar os falsos revolucionários.

Estando a CGT ilegalizada, os comunistas numa reunião dos sindicatos de Lisboa, a 19 de Setembro de 1930, na sede da Associação de Classe dos Descarregadores do Porto de Lisboa, avançaram para a criação de uma Comissão Intersindical de Lisboa (ISL), tendo como secretário-geral um antigo anarquista (José de Sousa).

O **PSP** logo após o golpe militar de 28 de maio de 1926 rompeu a frente com o PCP, acusando este partido de estar a fazer o recrutamento dos seus militantes para os colocar ao serviço da Rússia, usando de expedientes como os peditórios a favor do Socorro Vermelho (*República Social*, nº. 245, 2/10/1926). Uma manobra que a própria CGT, anos depois, também denunciou (38).

O PSP que fora poupado na repressão entre 1927 e 1929, aproveitou este período para atacar e denunciar os anarquistas e comunistas à polícia. O *Proletário* e a *República Social* (orgão do PSP) trocavam acusações e prosseguiram as delações. Face à iniciativa dos comunistas, o PSP avança no Porto, em 1929, para a criação da Federação das Associações Operárias (FAO), inicialmente com apenas três associações (manipuladores de tabaco, artes metalúrgicas e ofícios de ourives), a que se juntaram depois outras associações. O *Germinal* (nº. 3, 209/11/1929) escrevia que havia caído a máscara aos socialistas. Uma vez que não tinham conseguido “empalmar” a CGT através do “canto das sereias” da Frente Única, avançavam agora para a criação da FAO.

O PS não tardou a ser recompensado pela sua colaboração com a Ditadura: em Maio de 1929, o socialista Alberto Carneiro foi nomeado para representar os trabalhadores portugueses na XII Conferência Internacional do Trabalho promovida pela Nações Unidas (*República Social*, 384, 6/07/1929). Em 1930 tentou formar a Federação Operária de Lisboa (*República Social*, nº.458, 20/12/1930), que se mostrou também pronta a colaborar com a Ditadura Militar nas questões laborais. O PSP continuou a denunciar os comunistas, incluindo as suas manobras para desagregar a CGT: fraudes cometidas, delações, agressões, insultos, etc. Publicita igualmente as sucessivas purgas internas de militantes acusados de serem fascistas (*República Social*, nº. 471, 21/03/1931). Fez queixas à polícia do roubo de fundos dos sindicatos por parte de membros do PCP (*República Social*, nº. 519, 20/02/1932). Em detalhadas notícias sobre as acções dos comunistas forneceu à Polícia Política nomes de militantes deste partido, mas também de anarquistas. Destacados militantes socialistas, como César Nogueira ou Jaime Ferreira Dias na revista *Pensamento*, em 1931, justificam a própria Ditadura como a resposta necessária pelo mau comportamento cívico do operariado sob a orientação da CGT (38.1). Os resultados destas delações e acusações foi o enfraquecimento do movimento operário na sua resistência à Ditadura.

Para muitos anarquistas a experiência na Intersindical e outras organizações comunistas revelavam-se frequentemente uma desilusão. Eurico Pinto Mateus, por exemplo, depois de estar no conselho da Intersindical abandonou-a e retornou ao campo anarquista. José de Sousa acabaria em 1939 por abandonar o PCP.

A **Intersindical** era uma correia de transmissão do PCP procurando afirmar-se no meio sindical através de reivindicações e acções pontuais. Em 1932, decretou para o dia 29 de Fevereiro de 1932, uma Greve Geral contra a imposição do governo de um desconto de 2% no salário dos trabalhadores para a criação de um fundo de desemprego. Apesar da propaganda nada aconteceu nesse dia, nem sequer nos locais onde se dizia o PCP tinha

forte implantação. A "Greve Geral" nunca ocorreu mas foi apregoada na XII Reunião Plenária da Internacional Comunista por José de Sousa como uma grandiosa acção revolucionária. Embora possuísse um corpo de funcionários ao seu serviço, o PCP continuava a não ter uma efectiva implantação no operariado.

A CGT voltou à luta e nas comemorações do 1º. de maio de 1933 as Minas de São Domingos voltaram a paralisar. A prisão de anarquistas prolongou-se por vários meses (39).

A CGT que se havia demarcado da acção do PCP, a 30 de Maio de 1932 promoveu um protesto nacional reclamando trabalho e a abolição dos 2% sobre os salários. Em muitas empresas houve paralisações, nomeadamente distrito do Porto, Valença do Minho, Almada, no Alentejo as e nas Minas de S. Domingos e em Silves. Em Lisboa, destacou-se a greve na Carris. A policia descobriu a sede da CGT, e sede também da Aliança Libertária de Lisboa e do Sindicato do Mobiliário, na Travessa da Água da Flor, destruiu o que encontrou, levando importantes arquivos. Na vaga de prisões que se seguiu, foi preso a maioria do Comité Confederal e cerca de 200 operários (39.1).

Estado Novo

A Ditadura Militar encontrou no general Carmona, a primeira figura com largo consenso entre os militares. A situação económica agravou-se, com a desastrosa gestão das contas públicas pelos militares. A dívida pública atingiu proporções incontroláveis, com os militares açambarcarem a grande fatia do orçamento do Estado. Para resolverem a grave situação em que lançaram o país, tentaram obter sem êxito, um enorme empréstimo internacional. Face a este descalabro da sua manifesta incompetência, foram buscar Salazar para a pasta das Finanças (27/04/1928). Ao contrário dos militares, este fundador do partido da Igreja Católica, tinha uma ideologia e um programa político. Prometeu-lhes resolver a questão da finanças públicas, através de um corte sistemático nas despesas públicas, mas sem mexer nos privilégios dos militares. As suas ideias políticas são conhecidas: Defendia que todo o poder vinha de Deus, e através da sua providência eram escolhidos aqueles que o devem exercer. Acha-se o eleito entre os eleitos. Neste sentido, repudia os direitos humanos e a democracia. Afirma que a divisão de poderes, tinha os dias contados. O poder executivo não tardaria, por exemplo, a absorver o legislativo nas democracias europeias. O seu nacionalismo assentava no pressuposto que todas as nações, tinham uma missão a cumprir que transcendia os cidadãos, e à qual os mesmos se deviam submeter debaixo da autoridade do chefe (39.2). O modelo político que melhor materializa estas ideias era a figura do rei absoluto e as corporações medievais, estas com os contributos do fascismo italiano. Em quatro anos acaba por dominar o Estado e afastar os que achavam igualmente predestinados ao mando (39.3).

Fascização dos Sindicatos

Ditadura passou a ser dirigida por Salazar (5/07/1932) quando começou a construção do então chamado "Estado Novo" (40). Foi elaborada uma nova Constituição da "Ditadura Nacional"(plebiscito em Abril de 1933), a que Salazar nunca obedeceu (40.1). Foi reorganizada a polícia política (PVDE), o Secretariado de Propaganda (SPN) dois instrumentos fundamentais do Estado Novo. O Estatuto do Trabalho Nacional, versão portuguesa da *Carta del Lavoro* italiana, foi consagrada na Constituição da de 1933. O corporativismo, assentava numa forte intervenção do Estado na Economia que tudo controla. Na vasta hierarquia a que os diferentes grupos sociais estão submetidos, no escalão inferior estavam os "sindicatos nacionais únicos" e os grémios patronais, ambos

integrados numa corporação. O direito à greve foi suprimido, assim como a possibilidade de se relacionarem com organizações internacionais. A sua orientação era obrigatoriamente colaboracionista, devendo subordinar-se aos interesses da economia nacional definidas pelo governo. Cada conflito laboral é considerado um factor de desintegração da sociedade, sendo os mesmos regulados por tribunais estatais do trabalho. A "luta de classes" é repudiada. As associações operárias foram proibidas (1933). No topo desta estrutura corporativa de inspiração medieval estava a Câmara Corporativa cujos membros eram nomeados pelo governo, tendo funções meramente consultivas.

O Condicionamento Industrial, outro dos instrumentos políticos do Estado Novo combatia a concorrência entre as empresas, limitando a criação de novas, nomeadamente de capital estrangeiro. As que existiam podiam impedir a entrada de novas no mercado. Os apoios do Estado eram apenas para as grandes empresas. A "paz social" seria obtida através do imobilismo económico e da repressão dos trabalhadores. O corporativismo, nas palavras de Marcelo Caetano, autor do Estatuto de Trabalho Nacional era a resposta aos problemas do individualismo, da Liberdade, a falência democracia e aos desejos do proletariado que julgava poder "consumir na medida não só das suas necessidades, como também dos seus caprichos" (40.2). Foi para pôr cobro a estes desvarios que o corporativismo havia sido criado em Portugal.

O Partido Socialista auto-dissolveu-se, tendo feito um elogio aos novos "sindicatos nacionais". Abreu Vieira, num artigo com este título, revelou a adesão total dos socialistas às formulas corporativistas e a toda a orgânica corporativa (*O Protesto*, nº561, 26/03/1934). Era o culminar de anos de delação na imprensa socialista. Os comunistas no VII Congresso da Internacional Comunista em 1935, no qual o secretário-geral Bento Gonçalves participou, decidiram abandonar a criação de organização sindical clandestina (a Intersindical) e militar nos sindicatos corporativos para os conquistar. Os anarquistas procuravam manter clandestinamente os antigos sindicatos e a CGT.

A maioria dos sindicatos preferiu a dissolução à subordinação ao Estado (41). A Ditadura proclamou que a quotização seria facultativa, mas rapidamente se impôs a sua obrigatoriedade, sendo a mesma descontada nas férias (42). A polícia não tardou a assaltar os sindicatos onde suspeitava haver resistência, apropriou-se de bens, incluindo das contas bancárias. António Soares (1908-1955) e Júlio de Campos do Sindicato dos Chapeleiros do Porto foram presos e barbaramente espancados quando procuravam retirar do sindicato o que só aos trabalhadores pertencia.

A CGT preparou-se para dar uma resposta ao fim do sindicalismo livre e independente em Portugal, procurando unir nesta resposta todas forças antifascistas possíveis. O Conselho Confederal incumbiu o Secretariado de lançar as bases de uma greve geral, o qual era constituído na altura por Mário Castelhana, Manuel Henriques Rijo e José Francisco.

O PCP após o fracasso das suas ações de protesto durante o 1º. de maio de 1933 veio também propor à CGT uma reunião para criar uma frente comum antifascista. A reunião ocorreu a 24 de Junho de 1933 no Sindicato do Pessoal do Depósito do Arsenal do Exército. Seguindo a habitual prática, os comunistas embora fossem minoritários, trataram de manobrar a reunião tendo em vista ocuparem a maioria dos cargos num Comité de Unidade Sindical Antifascista. Face a esta situação os delegados da CGT, assim como os sindicatos autónomos abandonaram a reunião. Ao ficarem isolados, os comunistas acabaram por recuar.

A CGT em Julho de 1933 incumbiu Rijo de formar um Comité de Ação, formado por Acácio Tomás Aquino (42.1), Custódio da Costa e Serafim Rodrigues. Muitos outros anarquistas colaboraram ativamente com este comité como Jorge Mateus, António Conrado, Manuel Augusto da Costa, Bernardino Xavier, Soares Lopes, Tarciso de Sousa, Alvaro da Costa Ramos, Eurico Pinto Mateus, João Serra, Joaquim Montes, Manuel Vilanova / Manuel Rodriguez Vilanueva (padeiro de nacionalidade espanhola), Romão dos Santos Duarte e outros.

O Secretariado ficava com o trabalho de organização e propaganda. Mário Castelhana estabeleceu as cifras e códigos. Por todo o país foram sendo criados comités regionais e eleitos os coordenadores.

Foram convidados a colaborar os sindicatos autónomos (COSA), socialistas (Federação das Associações Operárias - FAO) e comunistas (Intersindical), a que se associou um grupo de republicanos que preparavam mais uma ação armada. Desta forma surgiu uma Frente Única Antifascista. O PCP mostrou-se dividido entre José de Sousa e Bento Gonçalves e, por não terem meios, limitou-se a organizar comités locais onde havia alguns militantes.

As fugas de informação para a polícia durante a preparação da greve geral foram constantes, assim como as prisões. Em Novembro de 1933 uma vaga de prisões afastou os republicanos. A 11 de Novembro foi preso Acácio Tomás Aquino e a 16 do mesmo mês José Francisco (43). Mário Castelhana substituiu Acácio e ficou com as ligações em código. A 14 de Janeiro de 1934 era preso, por denúncia, Mário Castelhana. A custo os que eram presos foram substituídos por novos elementos.

Depois de vários adiamentos a greve geral foi marcada para o dia 18 de Janeiro de 1934. A Polícia estava informada da preparação da greve geral, só desconhecia o dia e a sua possível dimensão. Na noite do dia 17, na Estrada de Chelas deflagrou uma bomba, lançada pelo comunista José Ribeiro. A polícia e os militares montaram um rápido cerco à cidade de Lisboa e iniciaram as prisões (44).

Apesar desta traição a Greve Geral acaba por acontecer, tendo-se registado ações de grande impacto em muitos pontos do país: Lisboa, Coimbra, Leiria, Barreiro, Almada, Martingança, Silves, Elvas (Vila Boim, Terrugem)(45), Algez-Tunes-Funcheira, Marinha Grande e outros pontos. Em Silves a greve prolongou-se até ao dia 22, tendo sido presos 35 operários corticeiros, 23 dos quais eram anarquistas. A imprensa afecta ao regime atribuiu, como era costume, a autoria da greve geral aos comunistas. O PCP através do jornal *O Proletário* (n.º 1, Março de 1934) reclamou os “louros” dos acontecimentos, sobretudo na Marinha Grande, Almada e Silves. Acusa a CGT, a FAO e o sindicatos autónomos da greve não ser nacional, apelidando os seus militantes de “traidores”, “espantalhos” e “castrados”. Mais tarde irá considerar esta greve de “pura anarquizada” (46). A CGT não tardou a rebater apropriação da greve pelos PCP (*A Batalha* (série III, n.º 1, Abril de 1934), como mais uma manobra de propaganda comunista. Uma apropriação comunista que é feita até aos nossos dias através de constantes mistificações (47), procurando fixar neste acontecimento o “fim do anarquismo em Portugal”.

Após a greve a CGT não tardou a apelar aos trabalhadores para não desarmarem. O Comité de Relações Sindicais de Almada, em Novembro de 1934, num comunicado apela à formação de sindicatos clandestinos. O mesmo apelo foi dirigido em Dezembro aos trabalhadores de Torres Vedras. O Grupo Sindicalista *O Provir* manifestou-se através de

um panfleto, apoiante do Sindicalismo Revolucionário. Estes são alguns dos sinais de organização clandestina que se reorganizava na luta contra a Ditadura.

Tornou-se evidente que não era possível manter sindicatos clandestinos, pelo que foi decidido constituir em cada ramo grupos de militantes responsáveis e determinados para a ação e a propaganda. A sua natureza passou a ser marcadamente ideológica (48).

Nova Vaga de Prisões

Na sequência da revolta de 18 de Janeiro de 1934 seguiu-se uma vaga de prisões, sobretudo de anarquistas ou simpatizantes. As prisões ficaram sobrelotadas.

Na cadeia do Aljube em Lisboa, acumulavam-se os presos anarquistas, como José Lopes Eduardo (?-2003), operário corticeiro. *A Batalha* (clandestina, nº. 2, maio de 1934) relatava as terríveis condições em que estavam os presos na Trafaria, assim como o assassinato de Manuel Vieira Tomé, operário ferroviário, na cadeia do Aljube pela polícia, e a morte de Victor da Conceição (49). A tortura nesta prisão de Jorge Mateus Junior (pedreiro) atirou-o para o Hospital do Rego, temendo-se pela sua vida (*A Dor*, nº1, junho de 1934).

Em Setembro de 1934 seguiu para a Angra do Heroísmo uma nova leva de presos, uma parte dos quais foi depois enviada para o Tarrafal.

Em Peniche onde se encontrava preso Manuel Joaquim de Sousa, foram encarcerados destacados militantes, como José Francisco (1933-1936), Júlio da Purificação, António Augusto Quaresma (49.1), Tarcísio de Sousa (1935-36), Barnabé Fernandes (foi depois para Angra), Sebastião de Almeida (1908-1993) ou José S. Lopes. Em Angra do Heroísmo estava preso, entre outros, Jorge José da Silva (1903-1995), depois de passar pela prisão em Lisboa e Peniche. José N. Buísel, conhecido militante e professor em Portimão, foi vítima de brutais torturas no calabouço 8 do Governo Civil, e solto em Agosto de 1937 (50).

Alguns anarquistas conseguiram fugir, como foi o caso Adélio Gaito (-1975), corticeiro que se refugiou nos EUA. Eurico Pinto Mateus fugiu para Espanha, mas acabou preso em 1937 e deportado para o Tarrafal.

Para o terrível campo de concentração do Tarrafal (Cabo Verde), desde 1936 foram deportados os seguintes anarquistas: Pedro de Matos Filipe (1905-1937), morreu no Tarrafal; Mário dos Santos Castelhana (1896-1936), morreu no Tarrafal; Acácio Tomás de Aquino, José Correia Pires (50.1); Custódio da Costa; Arnaldo Simões Januário (1897-1938), morreu no Tarrafal; Alvaro da Costa Ramos; Manuel Firmo (1909-2005); Manuel Francisco Rodrigues ((50.2); Abílio Augusto Belchior (1887-1937), morreu no Tarrafal; Manuel Henriques Rijo; José Reboredo; Joaquim Montes (1912-1943), morreu no Tarrafal; José Manuel Alves dos Reis (1894-1943), morreu no Tarrafal; Manuel Augusto da Costa (1887-1945), morreu no Tarrafal; António Enes Faro; José Ricardo do Vale; António Augusto Russo; Júlio Mascarenhas; José Severino Melo Bandeira; Abílio Guimarães; Américo Martins Vicente; João Gomes; Joaquim Pedro (1910-2000); José de Almeida; Carlos Pereira Ribeiro; Manuel Boto; Bernardo Casaleiro Pratas (1899-1989); Joaquim Duarte Ferreira; Américo Fernandes; José Ventura Paixão; José Bernardo (1907-1987); Francisco Domingues Quintas (1889-1937), morreu no Tarrafal; Abílio Gonçalves (1901-2004)(50.3); António Gato Pinto (1902-1973); José Alexandre; António dos Santos Marcelino Mesquita (51); Eurico Pinto Mateus.

FAPE

As repressão que se seguiu à Greve Geral levou à fuga de um numeroso grupo de anarquistas para Espanha, entre os quais se contavam Alberto Dias, Tarciso de Sousa, Eurico Pinto Mateus e Custódio Bresce de Lima. Foi então constituído um novo secretariado da FAPE que passou a contar, para além de Marques da Costa, com Eurico e Custódio. Em Março de 1935 o secretariado passa a ser formado por Reboredo, Correia Pires e Pedro Boaventura. Em Agosto, a sede da FAPE foi obrigada a transferir-se para Sevilha, ficando a coordená-la Germinal de Sousa e dois membros do grupo *Humanidade Livre*. Conflitos internos sobre a orientação a seguir só foram ultrapassados em Junho de 1936 quando a FAPE, tendo à sua frente Reboredo, voltou a Madrid. A segunda série do jornal *Rebelião* surgiu em 1935, dirigida por Roberto Barreto Pedroso Neves (1907-1981), terminando em 1938.

A FAPE que tinha desempenhado um importante papel na ligação entre os exilados e na propaganda contra a ditadura em Portugal, perdeu a sua autonomia durante a guerra civil espanhola. Muitos foram os que deram o seu contributo para a sua ação como André Adam Ribas ou José Lousada. Em Madrid formaram também o Núcleo Cultural Português que editou o boletim *A Voz do Núcleo*, que se ramificou depois por Barcelona, Valência e na Galiza.

CGT

Manuel Henriques Rijo, Alberto da Conceição Dias, Eurico Pinto Mateus e Melo Bandeira formavam o comité confederal da CGT depois da greve geral. As prisões não pararam e Rijo foi preso meses depois, obrigando a uma nova reorganização. Em fins de 1934 o movimento anarquista estava naturalmente afectado, e a sua reorganização foi sendo cada vez mais lenta.

A tipografia que possuíam na Ramada foi transferida para a Rua Fidé, ao Pote de Água por José Severino Melo Bandeira e Alvaro da Costa Ramos. *A Batalha* voltou a ser publicada na segunda quinzena de Abril de 1934 (3ª. série) e o 2º. número saiu um mês depois. Aqui se imprimiram outras publicações clandestinas e tarjetas. Com a prisão de Melo Bandeira a 30 de Maio de 1934, por denúncia de um indivíduo da Covilhã, a tipografia foi apreendida (52). Foi suspensa também a publicação do jornal *O Eléctrico Libertário* e do *Eco Metalúrgico*. A CGT divulgou então um panfleto de exortação aos trabalhadores para que apoiassem a imprensa clandestina: *Vozes Clandestinas de Portugal*. A guerra contra a ditadura em defesa da liberdade prosseguia apesar das inúmeras prisões, deportações e assassinatos.

A vaga de prisões de 1934 desarticulou não apenas as estruturas da CGT, mas também as da FARP, obrigando a uma constante reinvenção. As duas organizações estavam cada vez mais interligadas. Em Outubro de 1934, por exemplo, ocorreu em Ponte de Sor, na oficina de Manuel dos Santos Sardinha (carpinteiro de carros), um plenário de militantes ligados aos sindicatos rurais. Um dos militantes presentes José Dias Póvoas tornou-se fotógrafo ambulante, passando a funcionar como elemento de ligação entre grupos e militantes isolados.

Em 1935 deram-se importantes avanços na reorganização da CGT. O comité confederal passou a ser constituído por Emídio Santana, Adriano Botelho, Joaquim Miquelino da Silva (do grupo *Terra e Liberdade* do Barreiro), Manuel da Silva Campos. Sem uma

tipografia recorre-se à publicação de boletins de que são exemplo os seguintes: "*Sindicato Metalúrgico. Boletim Informativo do Sindicato Único Metalúrgico de Lisboa*. nº6, Janeiro de 1935; *Operário do Mobiliário. Boletim do Sindicato Único do Mobiliário*, nº4. 1935 (?). Do Boletim da CGT foram publicados sete números. Em Março de 1935 iniciou-se a publicação da 4ª. série d'A *Batalha* por Joaquim Manuel da Costa, numa cave da Rua Carvalho Araújo, só sendo possível publicar três números, devido a um assalto da polícia. Arranjada uma nova tipografia, foi a mesma instalada na Venda Nova, uma operação auxiliada por Carlos Cruz (53); apenas se conseguiu publicar um número. A feroz repressão policial obrigava a contínuas mudanças. Bernardina Antunes Araújo Neves (c.1894-) é detida a 23/03/1935 em Coimbra. Recebia e distribuía *A Batalha*. Faleceu pouco depois de ser presa.

A Revolução em Espanha no Horizonte

A 17 de Julho de 1936, deu-se o levantamento militar em Melilla. O general Sanjurjo, chefe da revolta nacionalista que residia em Cascais, morreu num acidente quando se despenhou a avioneta que o levaria a Burgos para se juntar aos rebeldes. Foi substituído pelo general Francisco Franco. A imprensa portuguesa, com raras excepções, tomou partido pelos militares revoltosos. Por todo o país foram organizadas campanhas de recolha de donativos. A 11 de Agosto era concedido em Lisboa, o primeiro empréstimo em dinheiro aos nacionalistas, entregue por Alfredo da Silva, o empresário da CUF à Junta Nacional de Defesa de Burgos. A 14 Agosto os nacionalistas tomam Badajoz, e a partir desta altura a Ditadura passa a apoiar abertamente o golpe em Espanha, sendo dos primeiros países a reconhecer o novo regime. Foram recrutados 10 mil voluntários que, sob a designação de Viriatos combateram ao lado dos nacionalistas. Entre 4 a 5 mil foram mortos. Em Agosto de 1937 a situação de milhares de refugiados espanhóis era dramática. Os fortes de Caxias em Lisboa, da Graça em Elvas, de São João de Deus em Bragança e de São Julião da Barra encheram-se de refugiados. Foram criados campos de concentração em Mourão, Amareleja e Barrancos. Os que eram presos pela polícia eram entregues na fronteira, o que significava a sua morte. As tripulações de barcos franceses, ingleses e noruegueses, a troco de dinheiro facilitavam o transporte de espanhóis como clandestinos para outros países (53.1). Os anarquistas em Portugal deram apoio a estes refugiados, às acções desenvolvidas pela CNT e a FAI, assim como procuravam boicotar o apoio logístico que a Ditadura fornecia aos nacionalistas.

JJLL. As Juventudes Libertárias (JJLL), neste contexto mantiveram um grande dinamismo, e registaram uma expressiva atividade clandestina depois do verão de 1935. O entusiasmo era enorme entre os jovens. Apesar das sucessivas prisões dos seus membros, como veremos, mantiveram-se bastante activos até aos anos cinquenta. Editaram em Maio de 1936 *O Despertar*, como órgão da Federação das Juventudes Libertárias da Região Portuguesa (54). Em Lisboa, a base da organização estava sediada na Sociedade Esperantista Antawen, na Rua da Costa, em Alcântara. De forma regular continuaram a organizar debates, excursões e encontros na Mata da Caparica e em Albarraque.

A **FAI-FARP** redobrou o esforço editorial. As frequentes prisões dos seus membros implicavam um contínuo recomeço da mesma publicação. Em Janeiro 1935 surgia em Lisboa a 1ª. série do boletim *Acção Anarquista*, do Comité de Relações Anarquistas, cujo nº.1 da 2ª. série surgirá em Abril de 1936, e o nº. 2 em Junho. Em Dezembro de 1935 começou a publicar-se o *Boletim Acrata* da FAI-FARP, cujo último número data de 1939 (27 números?). O grupo Os Fiéis, em Dezembro de 1937, publicou "ABC do Revolucionário" e logo avisa que "Sai Quando Pode". Ainda neste ano de 1937 surge O

Libertário da FAI-FARP. A constante vaga de prisões exigia, como dissemos, um contínuo recomeçar de todo o processo com novos elementos.

A *Batalha* volta de novo a ser publicada numa tipografia clandestina na Rua Lopes apoiada por Avelino (1936), onde se conseguiu imprimir o número do 1º. de Maio de 1936. Correia Pires deixou-nos um impressionante testemunho desta tipografia. Estando na clandestinidade, a organização Confederal arranhou-lhe nesta rua uma casa, prestes a estrear, para se alojar com a mulher e cinco crianças seus filhos, partilhando o local com a tipografia (55).

Seguiu-se Terramotos e após novas prisões, a tipografia foi instalada numa furna na Serra do Monsanto, à entrada da Rua Feliciano de Sousa. Nas publicações aqui impressas, como *O Libertário* ou *O Despertar* participou o então jovem José António Machado do Barreiro. Em Setembro de 1937 surgiu o último número d' *A Batalha* na década de trinta (57). Para colmatar a ausência de um meio de comunicação entre os militantes, a CGT continuou a publicação do Boletim, cujo nº. 14 saiu em Julho de 1939 .

Ainda em 1936, surgiu em Abril, o jornal *União Sindical*, Órgão da União dos Sindicatos de Lisboa da CGT. Em Junho de 1937 surgiu *Acção Sindical*, órgão dos sindicatos da Lisboa, aderentes à CGT.

Ao mesmo tempo que combatem a Ditadura em Portugal participam ativamente na luta armada do povo espanhol contra o Franco. Estiveram na linha da frente no assalto ao quartel de la Montaña em Madrid, que os fascistas haviam tomado a 19 de Julho de 1936. Germinal de Sousa (1909-1968), por exemplo, foi secretário-geral da FAI (1938-39), comandou como delegado político a Coluna Terra y Libertad. Entre os muitos que combateram em Espanha destacaram-se ainda Jaime Rebelo, Vivaldo Fagundes, Aníbal Dantas, José Marques da Costa, Manuel António Boto (ferroviário do Barreiro, integrou o Serviço de Informações Militares), José Agostinho das Neves, Francisco Taveira, Jaime Brasil, José Gonçalves Lima, José Rodrigues Reboredo, Manuel Firmo (ferroviário do Barreiro), Manuel Francisco Rodrigues, Manuel José Lourenço, Raul Pereira dos Santos, José Mestre Valadas Ramos Júnior (morto em combate), Romão Duarte (fuzilado), Manuel Gomes de Matos, Francisco Xavier da Silva (morreu em combate na Catalunha), Eurico Pinto Mateus, Adriano Pimenta e o seu irmão Severino Pimenta, etc. Em 1936 criaram a Rádio Fantasma que a partir de Espanha fazia uma desmontagem das notícias da Ditadura em Portugal, referenciava os locais de actuação da policia, as prisões e as deportações.

Estes anarquistas portugueses são conhecidos devido à sua ligação a organizações anarquistas no país. A maioria dos que combateram, foram mortos, presos e espoliados é desconhecida. Viviam em Espanha, participavam nas organizações anarquistas, mas não tinham qualquer ligação a organizações em Portugal. Na Galiza, por exemplo, os historiadores tem vindo a identificar anarquistas como José Dias que integrou as colunas de mineiros na Corunha, e que se ocultou num sotão entre 1936 e 1937, quando foi denunciado e preso. António Teixeira, pedreiro, que vivia em Lugo, onde foi preso por ter participado no confisco de armas, viu a sua família espoliada (55.1) .

Frente Popular. Perante o avanço dos regimes totalitários na Europa e a consolidação da ditadura em Portugal, sobretudo a partir de 1927 foram-se formando organizações antifascistas, e realizadas acções pontuais conjuntas de anarquistas, republicanos, socialistas entre outros. A implantação da República em Espanha em 1931 permitira criar

neste país uma base para ações no interior de Portugal. Ações que depois de 1936 passaram a ser apoiadas pelo regime republicano, enquanto Salazar apoiava Franco.

Neste contexto que ganhava terreno a ideia da criação de “Frentes Populares” antifascistas. A vitória da Frente Popular em França (Dezembro de 1935) e depois em Espanha (Fevereiro de 1936) seduziu muitos anarquistas, como Roberto das Neves representante a CGT na AIT, que defendia a sua constituição em Portugal. Não era o único nesta defesa. Num recanto da mata do Alfeite a questão foi discutida e rejeitada num plenário de militantes da CGT (58). O debate prosseguiu. O *Libertário* cujo primeiro número surgiu em Maio de 1935, editado pelo grupo Terra Livre, voltou a ser editado em Abril de 1937 para apelar à formação de uma "União Antifascista", reflectindo a tendência que se afirmava no movimento libertário. O nº. 2 desta série surgiu em Agosto de 1937.

Experiências no passado recente mostravam-se todavia muito negativas, quando envolviam elementos dos PCP, o que dificultava o entendimento. A questão foi ultrapassada envolvendo facções republicanas exiladas em Espanha, com ligações a elementos em Portugal. Entre os republicanos neste país destacavam-se Jaime Cortesão, Jaime Morais e Alberto Moura Pinto, tendo na cúpula Afonso Costa e depois Bernardino Machado, e como elementos de ligação ao interior Basílio Lopes Pereira, José Maria Pereira (Silva da Madeira) e Luis Dias Amado. Os republicanos apostavam no derrube da ditadura através de uma acção militar, sem descurarem o apoio à República em Espanha.

Luís Dias Amado (republicano da LPCGF), em fins de 1935 contactou Emídio Santana (membro do Comité Confederal) para a CGT aderir à Frente Popular que se havia constituído com republicanos, socialistas (representados por Manuel Serzedelo da Costa Tassara e Silvino Ferreira, dos Sindicatos Autónomos) e comunistas, mas nada se adiantou. Após a eclosão da Guerra Civil em Espanha (julho de 1936), os republicanos sediados em Barcelona enviaram a Portugal “Silva da Madeira” (João Ferreira da Costa e Silva, 1901-1972) com a missão de envolver a CGT e os anarquistas na Frente Popular para sabotarem o apoio que a ditadura dava a Franco. Este, com Silvino e Tassara, reuniram-se com Emídio Santana, que conseguiu a adesão de outros elementos libertários: Zeferino e Jaime de Abreu do Comité Confederal e José Vaz Rodrigues do Comité da FARP. Formou-se deste modo informal a Frente Popular Portuguesa integrando anarquistas. Entre as numerosas ações que foram realizadas destacaram-se as de 20 e 21 de Janeiro de 1937 quando rebentaram bombas no Ministério da Educação, no Consulado de Espanha, no emissor do Rádio Clube Português e ainda junto aos depósitos de combustíveis da *Vasum Oil Company* em Alcântara, antecederam de atos de sabotagem a comboios de abastecimento que se dirigiam para Espanha. Seguiu-se o atentado contra Salazar a 4 de Junho, no qual participaram os anarquistas Carlos Morais da Cruz (1903-1973), Emídio Santana (1906-1988), José Lopes (-1952), José Vaz Rodrigues (-1948), Valentim Adolfo João, Joaquim Cavaco Marques, Raul Pimenta (-1945), Armindo José Estevão, Francisco Xavier da Silva e outros (antifascistas, republicanos, socialistas e comunistas), e uma nova vaga de prisões. A polícia sempre soube que havia uma mulher envolvida no atentado mas nunca a descobriu: Lígia de Oliveira, uma jovem das Juventudes Libertárias (59).

O PCP, como era seu hábito, distanciou-se destas ações, acusando os seus autores de terrorismo.

A adesão à Frente Popular continuou a ser discutida. Em Setembro de 1938, o Comité Confederal da CGT realizou em Benfica uma reunião para discutir o assunto. Estiveram presentes Júlio Duarte, Alberto Dias, Paiva (?), Silva Campos e Adriano Botelho; Dado

não haver unanimidade a nada foi decidido. Neste ano, Julio Duarte representou a CGT num congresso da Frente Popular em Paris, convocado por anarquistas espanhóis.

A luta continua. A CGT, embora muito limitada na sua ação procura reorganizar mobilizar os trabalhadores rurais. Em Outubro de 1937 inicia a publicação de *Camponesa*, um boletim informativo para o mundo rural.

A FARP em 1937 recomenda a constituição de pequenos grupos de 3 ou 4 elementos para acções contra o regime. As reuniões passaram a ser realizadas fora das zonas onde os mesmos actuavam, como forma de manter evitar as prisões, sem as conseguirem evitar. António José Saraiva Mesquita e José Franklim Fernandes Barroso foram presos e a polícia descobriu que a Sociedade Alunos do Apolo era um local de recrutamento dos anarquistas e foi no encalço de Abílio, Horácio da Piedade Vitor e Gastão que distribuem *O Despertar* (orgão das Juventudes Libertárias), *O Clarão* (orgão das Juventudes Libertárias de Lisboa)⁽⁶⁰⁾ e *A Batalha*. Neste ano, Abílio de Sousa Faria (1906-1963) foi cercado na sua casa pela Polícia Política, mas conseguiu fugir, com José Augusto Godinho, para França, onde colabora no jornal *A Liberdade*. Foi preso e expulso para Portugal, onde voltou a ser preso. António Teixeira Araújo foi preso pela terceira vez em 1937.

As Juventudes Libertárias (JJLL), funcionando como uma estrutura autónoma da CGT e da FARP-FAI mantiveram-se muito activas entre 1936 e 1938, sobretudo em Lisboa e na margem sul, Coimbra, Porto e no Alentejo (região de Évora). Em 1937 realizaram um congresso clandestino, onde estabeleceram as bases orgânicas das JJLL e constituem uma “Frente Revolucionária da Juventude”. Defenderam a queda da ditadura por uma insurreição popular anti-fascista, e que as primeiras medidas a tomar pelo novo governo deveriam ser a nacionalização da banca, dos transportes, etc. (*Despertar*, maio de 1937). A ideia preconizada de uma colaboração com um governo anti-fascista decorria da experiência da CNT em Espanha.

Havia a clara percepção que o desfecho da guerra em Espanha determinaria a continuidade da Ditadura em Portugal. Esta questão levou a FAI-Região Portuguesa e as FIJL-Região Portuguesa a editar o folheto: “18 de Julho de 1936 a 18 de Julho de 1938”. As lutas prosseguiram, como dava conta o panfleto da FAI -Comité do Sado dirigido “Ao Operariado da Cidade de Setúbal”.

Terminada a Guerra Civil em Espanha (Abril de 1939) com a vitória dos falangistas, celebrado o Pacto Germano-Soviético (Agosto) e iniciada a Segunda Guerra Mundial com a invasão da Polónia (setembro), a Ditadura em Portugal quase conseguiu aniquilar todas as forças que se lhe opunham.

A publicação de panfletos manteve-se, assim como os apelos à luta. Em Novembro de 1939 a FAI e as Juventudes Libertárias, num panfleto reflectiam grande preocupação pelo evoluir dos acontecimentos internacionais.

Em 1939 a Polícia Política publicou um jornal com o título *A Batalha*, destinado a lançar a confusão nos mais distraídos, fazendo crer que a CGT passara a apoiar a Ditadura ⁽⁶¹⁾. A CGT, a FARP e a FIJL denunciavam a manobra através de panfletos.

O PCP continuou a minar a oposição ao regime, com posições contraditórias. Em Agosto de 1939 era assinado o Pacto Germano-Soviético. O PCP seguindo as instruções de Moscovo tomou uma posição pró-hitleriana. Bento Gonçalves, em nome da Organização

Comunista Prisional do Tarrafal e do PCP propôs uma trégua à Ditadura, uma posição que não deixou de provocar cisões internas. Em 1940 substitui o *Avante!* pelo *Em Frente!*, cujo primeiro número reafirmava esta posição.

Neste contexto político de enormes contradições, a situação acabou por mostrar-se favorável à consolidação da ditadura em Portugal. Ao apregoar que estava a combater o comunismo recebia um forte apoio interno da Igreja Católica e externo de outras ditaduras (Espanha, Alemanha, Itália, etc), mas também de democracias (Inglaterra, EUA, França, etc.).

O Mito do Comunismo. Desde 1917, como vimos, procurava-se identificar os anarquistas com os "bolchevistas", que tinham como objectivo criar um regime idêntico ao que foi criado na Rússia. As notícias sobre a barbárie que acontecia na Rússia Soviética serviam de pretexto para a repressão: havia que evitar a mesma situação em Portugal, eliminando os "bolchevistas". Um pretexto que serviu para a Ditadura Militar (1926-1933) prender republicanos que foram igualmente acusados de "bolchevistas".

A partir de 1933 a Ditadura (Estado Novo) passou a usar o termo comunista em vez de bolchevista, identificando todas as ações revolucionárias, greves ou protestos como "obra de comunistas". A referência aos anarquistas passou de forma mais sistemática a ser omitida na imprensa do regime. O objectivo era criar na opinião pública a ideia que os revolucionários em Portugal estavam todos ao serviço da União Soviética. Desta forma ao fazê-lo, a Ditadura acabou por promover o PCP dando-lhe uma dimensão que nunca teve, um facto que muitos historiadores têm vindo a constatar. Em Janeiro de 1938, por exemplo, a polícia política apreende a tipografia clandestina que os anarquistas possuíam no forno de cal, na rua do Alvito. O jornal *A Voz*, assim como a Emissora Nacional, no dia 23 de Janeiro, noticiou que fora apreendida uma tipografia dos comunistas, financiada com dinheiro vindo da Rússia. Esta passou a ser a versão oficial das acções anarquistas.

Uma estratégia de propaganda que era bem acolhida em muitos países, onde Salazar era apresentado como o grande combatente ao comunismo mundial. No santuário de Fátima orava-se pela conversão da Rússia.

Castração Cultural. Os princípios anarquistas negam qualquer visão monolítica da criação artística, o que não implica que muitos artistas e escritores anarquistas tenham reflectido preocupações sociais nas suas obras. Ferreira de Castro em obras como *Emigrantes* (1928), *A Selva* (1930) ou *A Lã e a Neve* (1948) são exemplos desta atitude libertária. O mesmo se poderá igualmente dizer da obra de Assis Esperança, colaborador de *A Batalha*, como está bem patente em romances como *Ressurgir* (1928), *O Dilúvio* (1932, novela), *Gente de Bem* (1938), *Servidão* (1941), *Trinta Dinheiros* (1958) ou *Pão Incerto* (1964) (61.1).

O combate entre anarquistas e comunistas travou-se também no campo da cultura. Jaime Brasil e António Fagim, em 1930, editam o semanário *O Globo* contrariando o bloqueio cultural do regime. Um jornal como *O Diabo* (1934-1940) ou a revista *Sol Nascente* (1937-1940), a cuja fundação está ligado o anarquista João Soares Lopes, mostraram de início uma grande abertura, com a participação de anarquistas e comunistas. Não tardou muito que os comunistas passassem a impor um discurso artístico monolítico: o neo-realista, um programa político imposto aos artistas pelo Partido Comunista Soviético (1934). Os novos censores, como Alves Redol (seguidor da cartilha de Georgi Plekhov) ou Álvaro Cunhal multiplicaram-se nos ataques a uma "arte inútil", isto é, a arte que não estava diretamente ao serviço da propaganda do PCP. Era preciso criar uma arte para as

massas, baseada num receituário determinado superiormente pelo partido. São criticadas as influências de Proudhon na cultura portuguesa assim como a liberdade artística. Este discurso cultural dito revolucionário, acabou por impor-se a partir de 1939 num ambiente social marcado por regimes totalitários. A arte oficial das ditaduras fosse na Alemanha Nazi ou na Rússia Soviética era formalmente idêntica, dada a sua natureza propagandística e totalitária destes regimes, assentes numa exaltação nacionalista (62).

Toda a arte moderna era sumariamente classificada como burguesa ou reacionária. No plano internacional artistas com um passado anarquista, como Walter Benjamim alertavam para o facto dos partidos comunistas imporem uma castração intelectual e criativa aos seus membros. Contra esta visão redutora da arte Herbert Read escreve obras como *O significado da Arte* (1931), *A Filosofia da Arte Moderna* (1937), *A Arte e a Sociedade* (1937), *A Filosofia do Anarquismo* (1940) ou *A Educação pela Arte* (1943) que infelizmente só foram traduzidas em português muitos anos depois. O ambiente totalitário dominante era avesso à expressão individual e liberdade criativa.

Num contexto de feroz repressão, poetas e escritores como Miguel Torga inseriram-se na corrente libertária sem usar rótulos (63). Defensor intransigente da liberdade, antimilitarista, pugnava por um socialismo de raiz anarquista (cfr. *O Sexto Dia da Criação do Mundo*, vol.I, 1981). O corvo “Vicente” é um dos mais belos contos sobre a insubmissão anarquista contra o conformismo social e as injustiças (cf. *Os Bichos*, 1940). Na mesma corrente libertária se inseriu Agostinho da Silva (64), ou Abel Salazar que se definia como “anarquista científico” desde a sua juventude.

No campo da educação o combate libertário enfrentava agora uma visão classicista e sexista imposta pela Ditadura, seguidora das orientações da Igreja Católica. Alguns anarquistas não deixaram de publicar importantes obras onde registaram as suas reflexões, metodologias e experiências pedagógicas libertárias que haviam realizado, como foi o caso de Adolfo Lima: *Metodologia* (2 volumes, 1932), *Pedagogia Sociológica. Princípios de Pedagogia e Plano de uma Reorganização Geral da Educação*. 2 volumes, 1936, *Enciclopédia-Pedagógica Progredior*, vol. I Porto, 1936; Mário de Oliveira, editou a revista “Educação” (1930) e *A Escola Única* (1933).

Ética Anarquista e Exílio

Com o triunfo de Franco em Espanha, os anarquistas em Portugal ficaram isolados. Não possuíam, como os membros do PCP, apoios financeiros e de propaganda externos, nem um país que pudesse acolher e formar os seus militantes. Recusavam também a existência de revolucionários profissionais. Estavam entregues a si mesmos, como sempre tinham estado. A sua principal arma para continuar a luta não era a obediência a um chefe ou partido, mas as suas convicções. Nos tribunais a maioria assumia a responsabilidade pelos seus atos, denunciando a barbárie da Ditadura. Era também uma forma de ilibarem outros camaradas. Nisto se distinguiam claramente dos comunistas, onde as purgas se sucediam quando a obediência à linha seguida pelo partido vacilava. Prosseguiam a luta sozinhos contra a Ditadura em Portugal ou no exílio, sem precisarem das ordens de outros para o fazer.

Esta conduta individual desde o século XIX que era objecto de importantes reflexões teóricas. Augustin Hamon (1862-1945) na sua pesquisa sobre a *Psicologia do Anarquista-Socialista* (1893) destacou neles o espírito de revolta, o amor à liberdade, o individualismo, o altruísmo e a sensibilidade, o sentimento de justiça entre outras características. A revolta do indivíduo é todavia a condição primeira da sua libertação. Por

ela o indivíduo coloca-se num contínuo estado de desobediência face à autoridade. O que conduz à questão da auto-responsabilização do indivíduo, porque chamou a si o governo e a responsabilidade dos seus actos (65).

Kropotkine na mesma altura tentou definir os princípios de uma ética anarquista, projecto que abandonou. Charles Malato (1857- 1938) preferiu centrar-se por volta de 1900, na definição de uma “conduta anarquista”. A questão voltou a ser revalorizada quando o anarquismo enveredou por um “obreirismo” influenciado pelo sindicalismo e a revolução russa. A perspectiva universalista ficou limitada a uma “moral de classe”, operária. O anarquismo virou em muitos casos doutrina. Kropotkine em 1922 retomou os seus estudos de uma ética anarquista, numa perspectiva evolucionista, onde o “apoio-mutuo” era seu corolário. Era uma ética sem obrigação, nem sanção na qual a justiça era máxima virtude, mas ficou incompleta (66). Nos terríveis anos trinta, perante a ascensão de regimes totalitários, sentiu-se de novo a necessidade de estabelecer as bases de uma conduta libertária. A pressão dos nacionalismos e das forças autoritárias tendia a anular toda a individualidade, impondo a “moral do grupo”. Max Nettlau (1865-1944), o maior historiador e arquivista do movimento na sua época, produziu sobre o assunto algumas das suas mais importantes páginas. Recordou então que a “missão” do anarquista é lutar pela liberdade, eliminando tudo o que impede um ser humano de ser integralmente livre (desigualdades, discriminações, preconceitos, etc). Nesse sentido, a sua moral não se podia confundir com nenhuma moral particular (país, raça, profissão, classe ou grupo). É universal. O combate pela liberdade não é privilégio de nenhum grupo social particular é de todos os que sentem oprimidos, revoltados com as injustiças. Faz-se em qualquer lugar e circunstância. A responsabilidade pelos actos é de quem os pratica, pensa e decide. Parte da consciência, convicções de cada um.

A brutal repressão que se abateu o movimento dispersou os anarquistas. Em França procurou-se apoiar e ligar os anarquistas que chegavam a este país. Em Saint-Ouen ter-se-á publicado um boletim com o título *A Batalha* (66.1). José Agostinho das Neves e Jaime Brasil, com outros companheiros como Abílio de Sousa Faria, editaram várias publicações: *Novos Horizontes* (1937) e *A Liberdade* (1938-1939) (67) que não tardaram a ser proibidas. Agostinho das Neves ainda tentou editar em espanhol o jornal *Democracia* (nº1, Outubro de 1939) mas também foi proibido. As ditaduras estavam unidas na repressão.

Finda a Guerra Civil em Espanha o destino de muitos anarquistas foi os campos de concentração em Espanha (S. Pedro da Cadera e outros) e em França. Neste país, em 1939 foi criado um campo em Gurs (Aquitânia, França) para onde foram levados os combatentes contra a Ditadura em Espanha. Neste ano contava com 332 portugueses prisioneiros, a maioria dos quais eram anarquistas. Em Julho protestaram contra o seu ajuntamento com comunistas, exigindo a separação dos mesmos.

Na raia entre a Galiza e Portugal prosseguiu a luta armada contra o regime franquista. Algumas aldeias portuguesas, sobretudo nos concelhos de Vinhais e Chaves acolheram muitos refugiados e serviram de retaguarda para estas ações. No dia 20 de Dezembro de 1946, um grupo de guerrilheiros que se havia refugiado na aldeia de Cambedo da Raia, onde dois dos quais tinham parentes, foi cercada e bombardeada pela Guarda Civil espanhola, a GNR, o exército, a Guarda Fiscal e a PIDE. Bernardino Garcia e García, preferiu suicidar-se a ser preso. João Salgado Ribeiro, conhecido músico e libertário foi morto. Demétrio Garcia Alvarez foi condenado a 28 anos de degredo, um parte dos quais passou no Tarrafal. Foram também presos oito galegos e cinquenta e cinco portugueses, dezoito dos quais de Cambedo (68).

Com a ocupação da França em 1940 pela Alemanha Nazi os exilados anarquistas nos campos de concentração eram tratados como escravos, como foi o caso de Jaime Rebelo, José Rodrigues Reboredo, Manuel Firmo (69), Francisco Xavier, Manuel Francisco Rodrigues ou Vasco de Castro.

Agostinho das Neves denunciado como oposicionista ao regime de Vichy foi preso em Abril de 1940. Foi levado como prisioneiro para o Estádio Roland Garros, e daqui para o campo de concentração de Vernet d'Ariège, onde trabalhou como escravo. Em Junho 1944 foi enviado para o campo de extermínio de Dachau, onde recebe o número 94250 e já perto da morte foi libertado pelos aliados. Mantém-se em França como correspondente de jornais de Portugal (*Jornal de Notícias*). Para tentar evitar esta situação Jaime Rebelo, fugiu para Espanha, onde foi preso e entregue à polícia portuguesa que o remeteu para a prisão de Peniche, seguindo-se as do Aljube e do Limoeiro.

Outros, como Germinal de Sousa, destacado militante da FAI, depois de passar pelos campos de concentração Vernet, Bjefta (1942), Berrouaghia (fins de 1943), exilou-se na Argélia (1943-1948), vindo mais tarde para Portugal.

Os que se mostram resistentes às ordens da polícia francesa, como Abílio Faria ou José Godinho (1903-1962) foram entregues à polícia portuguesa e acabaram encarcerados. Regressados a Portugal, em 1940, J. R. Reboredo e Manuel Francisco Rodrigues foram presos e acabaram deportados para o Tarrafal.

Durante a IIª. guerra mundial, Timor foi ocupado por forças japoneses, australianas e holandesas. Muitos dos anarquistas que ainda se encontravam deportados integraram as forças australianas, tendo participado em ações de guerrilha para expulsar dos japoneses, como foi o caso de Manuel Viegas Carrascalão, Pereira Vaz, A. Damas, António da Conceição Pereira, A. J. e J. Filipe, D. Paiva, F. Ureña Prieto e I. Gonçalves. Vários foram assassinados. Os australianos seguindo instruções da ditadura portuguesa internaram-os em 1943 num campo de concentração na Austrália. Finda guerra foram devolvidos a Timor. A Ditadura encerrou o campo mas prosseguiu com a prisão. Godinho, por exemplo, foi enviado para Portugal em 1946 e quando aqui chegou foi preso pela PIDE.

Muitos outros foram para a América Latina: Argentina: José de Brito; Vivaldo Fagundes foi para a Argentina em 1928, onde integrou a redação do jornal *La Batalla* que o enviou para Espanha durante a guerra civil. Em Maio de 1937 estava nas barricadas de Barcelona. Depois da guerra foi internado num campo de Concentração em França, vindo depois para Portugal. Aqui integrou o Comité Confederal da CG.T. Para Brasil seguiram António Costa Carvalho, Tércio Miranda, Jorge Campelo, Roberto das Neves (1942), Pedro Ferreira da Silva, Manuel António Vinhais, Inocêncio Câmara Pires, Fernando Neves, Miguel Lopes, António Corrêa Ramiro da Nóbrega, Diamantino Augusto, Luciano Trigo, entre outros. Neste país não tardaram a desenvolver uma importante ação de propaganda contra a Ditadura em Portugal.

Roberto das Neves, por exemplo, quando chegou ao Brasil em 1942 já tinha um longo passado como militante anarquista. Foi preso várias vezes: 1926, 1927 e 1929 quando era diretor do jornal *A Igualdade* (Coimbra); outras prisões se lhe seguiram. Em 1931 estava em Madrid onde ajudou à reorganização da Federação Anarquista de Portugueses Exilados e escreveu no seu jornal *Rebelião*. No Brasil, em 1945, participou na criação do Comité Português Anti-Fascista. No ano seguinte fundou a Editora Germinal, onde foram publicadas importantes obras de denúncia da ditadura em Portugal, sobre anarquismo, ateísmo, esperanto, naturismo e outras temáticas libertárias.

Organização nas Prisões

Com centenas de anarquistas detidos não tardou a surgissem no interior das prisões organizações e jornais manuscritos clandestinos. Em Junho de 1934 surgiu **A Dor no Presídio** da Trafaria, tendo sido também nas prisões do Aljube e em Peniche, com impressionantes relatos da situação nelas vividas, manifestando enorme preocupação pela vida dos camaradas que acabavam de ser presos e que desconheciam para onde haviam sido levados (69.1).

Na Ilha Terceira editaram o **Brado Libertário** (1934-35) e **O Esforço Libertário**. Em Lisboa editaram **O Momento** (1938), no qual participaram Emídio Santana, José Lopes Júnior, Pinto da Cruz e Carlos Cruz. Na Penitenciária de Coimbra relançaram o jornal **O Momento** e depois o **Claridade** (1938). Estas organizações mantiveram-se muito ativas até princípios aos anos cinquenta no Tarrafal, Fortaleza de Peniche, Aljube, Penitenciarias de Lisboa e de Coimbra.

A organização Libertária **Prisional** do campo de concentração do Tarrafal era a seguida com maior atenção devido às suas terríveis condições. A custo os presos conseguiam passar informações para o exterior, as quais chegavam a Portugal com grande atraso. Apelavam aos libertários em Portugal para integrarem uma frente anti-fascista. Foi neste sentido que Acácio Tomás Aquino apelou à participação no Conselho Nacional Anti-Fascista (carta de 8 de **Fevereiro** de 1945). O objectivo era a libertação da morte lenta a que estavam condenados. Os anarquistas em Portugal e no estrangeiro nunca esmoreceram em denunciar a existência deste campo de concentração e apelar a libertação dos seus presos.

Na Penitenciária de Coimbra para onde foram levados em Março de 1939, estavam dez dos acusados do atentado a Salazar: Emídio Santana, José Vaz Rodrigues (morreu na prisão 1948), Raul Pimenta (morreu na prisão em 1945), José Lopes (morreu na prisão 1952), João Veloso, Virgílio Ribeiro, Jaime Antunes Duarte, Francisco Damião, António Cruz. Os anarquistas continuaram a editar o jornal manuscrito "O Momento" o que já faziam clandestinamente na Penitenciaria de Lisboa. Formou-se nesta prisão o grupo Claridade, onde sobressaia Emídio Santana (70). Depois da Segunda Guerra Mundial, graças aos contactos que haviam conseguido realizar com o exterior editara também a partir da prisão um "Boletim" copiógrafado: *CGT - Orgão Regional* (1945 a Setembro de 1947). Só Em 1953 saíram da prisão os últimos presos anarquistas da leva de 1939.

Da Fortaleza de Peniche, onde muitos anarquistas cumpriam longas penas de prisão, chegavam ao exterior apelos à realização de campanhas de solidariedade. Os anarquistas ao contrário dos republicanos e comunistas não eram amnistiados, conforme denunciava Inácio dos Santos Quintas (carta de 27/10/1945).

Muitos destes militantes anarquistas vítimas das piores torturas morriam nas enfermarias das prisões ou nos hospitais, como foi o caso de Carlos Tavares Ferreira (1904-1937), da Fajã de Baixo, em S. Miguel. Anarquista, destacado sindicalista dos trabalhadores rurais, cofundador da casa do povo. Após ser preso a 16/10/1936 foi enviado para o depósito de Presos de Angra do Heroísmo, veio a falecer na Casa de Saúde de S. Rafael, a 31/07/1937 devido aos maus tratos que foi vítima. Outro caso foi Martins Sequeira, em Dezembro de 1942 que faleceu no Hospital do Desterro. Muitos dos que passaram longos anos de prisão e deportação em África ou em Timor, quando eram libertados tinham a saúde fragilizada e pouco tempo de vida lhes restava.

A necessidade de estruturar este apoio aos presos levou à criação, em 1946 de um Comité de Solidariedade que funcionou até aos anos sessenta. Carlos Teixeira da Silva (1901-1965, sapateiro e empregado do comércio) coordenou durante os anos 30 e 40 este apoio.

Fome, Resistência e Diversão. No princípio dos anos quarenta, devido à guerra, impõem-se o racionamento e a subida dos preços dos produtos alimentares. Enquanto a miséria alastrava entre a maioria da população, crescia a especulação, os lucros das empresas ligadas à exportação de matérias primas, têxteis, conservas, bens alimentares e outros produtos manufacturados. A concentração da propriedade acelera, assim como a formação de grandes grupos económicos. A situação de miséria agravada por uma política de baixos salários da ditadura, encontrou a resposta possível nas greves de 1942 a 1944. Os próprios "sindicatos nacionais" para tentarem adquirir alguma credibilidade junto dos trabalhadores, em 1942, não deixam de encenar o seu descontentamento num comício em Lisboa e numa reunião com Salazar (70.1). A resposta do regime foi o aumento da repressão e a diversão. É neste período da guerra que são criadas a Taça de Portugal (1938/39), a Exposição do Mundo Português (1940), a Feira Popular de Lisboa (1943) e tantas outras iniciativas pelo país muito "populares". Portugal estava em festa e a Europa em guerra, era a mensagem que jornais como *O Século* ou *o Diário de Notícias*, tiveram um papel de destaque na sua difusão.

Reorganização do Movimento Libertário e da CGT

a esmagadora maioria dos anarquistas estava identificada pela polícia política, devido à sua exposição pública durante a Primeira República, apreensão de arquivos de organizações (da UAP, das Alianças Libertárias, listas de assinantes de jornais, etc), às delações em interrogatórios, etc. Centenas tinham já passado pelas prisões e eram obrigados a apresentações periódicas nas esquadras. Entre 1939 e 1944 assistiu-se à desarticulação da FARP-FAI, FAPE e da CGT. O Comité Confederal neste período ficou reduzido a Adriano Botelho, Alberto da Conceição Dias e Carlos Teixeira da Silva.

Apesar disto muitos dos que saíam da prisão continuaram a lutar pela suas convicções (71). Apesar da repressão procurava-se por todos os meios unir os militantes. Em Setúbal um grupo em 1940 pretendeu formar uma Associação Cultural, a Polícia Política rapidamente interveio e prendeu os seus promotores: José Quaresma, Afonso do Nascimento Ventura (1887-1967), Armando Prates e Libânio Leal. A vigilância policial era apertada.

Juventudes Libertárias. No principio dos anos 40 tentou-se reorganizar o movimento anarquista, com um forte impulso das Juventudes Libertárias (JJLL), menos afectadas pelas sucessivas vagas de prisões (72). As JJLL promovem reuniões, circulares internas, difundem panfletos (73) e editam folhetos (74). Em Junho de 1943 constituiu-se em Lisboa o Comité Regional da Federação das JJLL de Portugal, que logo apelou à reorganização da CGT. Foram-se formando vários grupos: *Iconoclastas*, *Neno Vasco*, *Terra e Liberdade*, etc. Iniciou a publicação de um suplemento *O Jovem Libertário*, 6 números (75), e em Julho também de 1943, surgiu *O Despertar* (nº. 1. IVª, série), impresso, com duas páginas. O número 2 surgiu em Agosto e o 3 em Setembro. Ainda em 1943 foi editada uma brochura intitulada: *O Meu Manual de Conduta Moral*, escrito por José Joaquim da Graça (1915-1994), que com a sua companheira integraram o grupo de educação sexual "Despertar" e o grupo "Terra e Liberdade". A igualdade de género e a sexualidade eram dois dos temas mais abordados entre os jovens libertários.

Em Dezembro de 1945 começou a ser publicado o *Boletim* das JJLL., cujo número 12 sairia em Novembro de 1946 (76). Asseguram a distribuição d' *A Batalha*, organizam uma biblioteca, etc. A falta de literatura e imprensa internacional anarquista dificultava a expansão do movimento: "muitos dos nossos jovens são mais libertários por sentimento que por cultura", escrevia-se em 1946 num ofício dirigido ao Comité da FIJL em França, onde se comunicava a existência desta organização em Portugal. Aos poucos conseguiram restabelecer os contactos com o movimento em França, Espanha, Brasil, EUA e Argentina. A ideia inicial de uma fusão com a organização similar em Espanha foi abandonada.

Entre estes jovens destacavam-se Manuel Nascimento, Mário Borges, Américo Ferreira, Franklim Costa, Fausto Fernandez, Júlio Silva, Moisés Silva Ramos, Eduardo Eurico dos Santos (?-1997, do grupo Espartaco de Campo de Ourique), entre outros. Em 1947 surge em Coimbra a *Revolta*, como órgão local. Neste ano lançavam a V^a. série d' *O Despertar* (10 números) (77). Foram os grupos de Almada que asseguraram, em 1948, a sua edição e o aumento da tiragem, assim como distribuição por Lisboa, Setúbal, Barreiro, Almada, Montijo, Cascais, Porto, Santiago do Cacém e outras localidades (78). Em julho de 1948, em Coimbra, foi publicada uma "folha de combate" intitulada "Juventude Livre".

Em Dezembro *A Batalha* (nº.12, V^a. Série, 1948), fazia uma alusão a um pleno nacional de militantes, realizado a 26 de Outubro, no qual foi aprovada uma moção da JJLL de apoio ao comité confederal da CGT. A partir desta data deixamos de ter referências na imprensa (clandestina) às Juventudes Libertárias em Portugal. A repressão policial conseguira quebrar a revolta da juventude. Organizações da Igreja Católica, como a Acção Católica Portuguesa apresentavam na altura números impressionantes de jovens filiados.

Desde 1939 que muitos anarquistas passam a estavam envolvidos no apoio a refugiados espanhóis para outros países. Roberto das Neves, por exemplo, participou na organização do seu transporte marítimo para o México. As JJLL tiveram neste domínio uma relevante ação, nomeadamente no apoio aos espanhóis que a partir de Lisboa se dirigiam para a França depois de 1945. Uma ação nem sempre era coroada de êxito. Quando os refugiados eram descobertos pela Polícia Política eram entregues à polícia espanhola.

FARP-FAI. Ao contrário do que seria de esperar a FARP não foi reorganizada. O que não impediu a constituição de grupos afinidade, entre 1945 e 1949, em Lisboa, Setúbal e Coimbra que colaboram no esforço de reorganização da CGT. O grupo Os Iconoclastas de Lisboa (1945-46), publicou um boletim (6 números).

CGT. A reorganização da CGT mostrou-se uma tarefa bastante difícil. Os principais elementos do Conselho Confederal estavam presos. Após vários impasses acabou por se criar uma Comissão Pró-Reorganização da CGT que num plenário em Outubro de 1944, registava as enormes dificuldades que tinha em arranjar dinheiro para comprar uma tipografia e prestar apoio aos camaradas presos e desterrados. Apesar disto foram difundidos vários panfletos apelando à luta contra a ditadura ou denunciando os seus crimes (79). Em Dezembro de 1944 surgiu um número especial d' *A Batalha*, com quatro páginas.

O fim da II^a. Guerra Mundial deu um novo impulso à reorganização da CGT. Havia a convicção de que a Ditadura tinha os dias contactos. Colocou-se então a necessidade de

modificar a estrutura orgânica para melhor a adaptar à clandestinidade. Esta foi pensada de modo a possibilitar uma futura reorganização:

- a) Grupos sindicais de profissão e mistos, constituíam a base da organização, e seriam os embriões de futuros sindicatos. Em Lisboa, com alguma estabilidade, formaram-se grupos profissionais do comércio, motoristas, mecânicos e anexos, construção civil e manufactores do calçado.
- b) A nível local, a união destes grupos, formou a Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa.
- c) A coordenação a nível nacional era assegurada pelo Comité Confederal.

Em 1945 surgia já um Comité Confederal Provisório (CCP). Na sua composição destacavam-se os nomes com os respectivos pseudónimos: Marques da Costa (Vanderley), Carlos Morais da Cruz (Camilo, 1904-?), Carlos Teixeira da Silva (1901-1965), Jorge José da Silva (Julião, afastou-se por motivos profissionais), a que se juntou Adriano Botelho (Lima, em 1945), José Vivaldo de Sousa Fagundes (Vicente, 1905-1968), Alberto da Conceição Dias (A. David, 1894-1964), António M. de Melo Pimentel da Fonseca (Pinho, 1907-1949, contabilista e professor, pertencia ao sindicato dos empregados de escritório), Júlio Duarte (carpinteiro, exilou-se depois no Brasil). Para além das dificuldades de organização local e da aquisição e manutenção de uma tipografia, colocava-se a questão da colaboração com outras forças políticas, o que era rejeitado pela maioria dos membros do CCP.

A CGT tinha núcleos ativos em Lisboa, Porto, Coimbra, Setúbal, Sintra, Barreiro, Montijo, Santiago do Cacém, Almada, Mafra, Torres Novas, Cascais, Faro, Évora, etc.

O primeiro número da 5ª. série d' *A Batalha* surgiu em Janeiro de 1946, provocando de imediato uma aberta polémica. O jornal sob a coordenação de Marques da Costa, centrava-se na questão da "Unidade" anti-fascista, esquecendo a situação do país. As críticas feitas, sobretudo por Vivaldo Fagundes, levaram ao afastamento de Carlos Cruz (Fevereiro), Marques da Costa e outros elementos. Foram chamados para o Comité Confederal Correia Pires (C. Pedro, 1907-1976) e Alberto Moniz da Silva (Silveira, ?-1951).

Vivaldo assumiu a edição do jornal, com a colaboração de Tavares, um operário gráfico. A tipografia foi instalada num quarto na Vila Gadanhada ao Caminho de Baixo na Penha de França. Não tardou a mudar para a própria casa que Vivaldo alugou no Alto do Pina, sendo o jornal composto por um primo do mesmo. A qualidade do jornal era péssima, segundo os seus críticos. O número 21 desta série surgiu em Dezembro de 1949 (80).

Em 1946 publicou-se um Boletim da Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa (4 números). A última publicação impressa do Comité Confederal foi a reedição de um folheto de José Carlos de Sousa (1886-1935) - *Missionários do Erro e da Mentira* (edições confederais), em Janeiro de 1950. O texto de cariz anti-clerical, no contexto da Ditadura, denunciava o papel da Igreja na sua manutenção. No folheto apelava-se à filiação na CGT.

Em Coimbra entre Julho de 1946 e Setembro de 1947 editavam-se 10 números de um Boletim, que se assumia como órgão regional da CGT, mas que não tinha qualquer ligação com o Comité Confederal. Tinha a sua sede na Penitenciária, contando com

apoios fora dela (José de Almeida e outros). Eram das vozes mais críticas em relação ao Comité Confederal e à sua posição neutralista face aos partidos políticos.

A CGT, melhor dizendo, um comité confederal, manteve-se clandestinamente como elemento de ligação entre os anarquistas até meados dos anos 60.

Relações Internacionais. O movimento anarquista e a CGT procuravam estabelecer as suas relações internacionais, nomeadamente com a A.I.T., a CNT e a CRIA (Comissão de Relações Internacionais Anarquistas, fundada em 1948). Uma tarefa difícil dado o controlo que a polícia política mantinha sobre os correios, o que obrigava a mudar os endereços da correspondência. Outros dos problemas eram os agentes da ditadura espanhola que procuravam infiltrar-se no movimento anarquista, fazendo-se passar por refugiados, representantes da CNT, etc. A CGT, em 1946, faz-se representar na AIT através de Adam José Ribas.

MUD

A maioria dos anarquistas sempre colaborou ativamente com outras forças políticas contra certas medidas governamentais. O abstencionismo nem sempre foi seguido quer em ditaduras quer nas democracias. Nos anos quarenta e cinquenta a questão provocava uma enorme discórdia entre os anarquistas, sobretudo a respeito da reorganização da CGT. Para muitos deles, como Vivaldo Fagundes era difícil colaborar com republicanos. Na memória de todos estava ainda bem viva as perseguições e assassinatos de tantos anarquistas pelos governos republicanos. O mesmo se podia dizer dos fuzilamentos de anarquistas pelos comunistas na Rússia, Ucrânia ou em Espanha, para não falar da forma como tentarem destruir a CGT.

Porém face à consolidação da Ditadura, parecia não haver outra solução senão unir forças para a derrubar. Este foi o caminho seguido por muitos anarquistas. A partir de 1943 a situação internacional alterou-se, com as sucessivas derrotas sofridas pela Alemanha, Itália, Japão e outras ditaduras. Em Portugal começava-se a acreditar que o fim das ditaduras estava para breve, o surto grevista que então ocorreu reflecte este desejo mudança (81). Começou a formar-se neste ano uma ampla frente de oposição à Ditadura, constituída por republicanos, anarquistas, socialistas, comunistas, monárquicos e católicos.

No final da guerra, a 8 de Outubro de 1945, no Centro Republicano Almirante Reis, criou-se uma ampla organização oposicionista - o Movimento de Unidade Democrática (MUD) (82), o que foi prontamente saudado pelo Conselho Confederal. Grande número anarquistas estiveram na origem ou aderiram ao MUD, como Pinto Quartim (Comissão consultiva), Alberto Dias (Comissão Central em 1946), Emílio Costa (Comissão Consultiva), Alexandre Vieira (Comissão Consultiva) entre outros.

No Porto, os anarquistas empenharam-se na criação de células do MUD nas fábricas e localidades, secundarizando a reorganização da CGT. Uma acção em que estavam também envolvidos os comunistas que aproveitaram para se implantar no meio operário.

Os anarquistas participaram ativamente na campanha eleitoral de Norton de Matos (1949) e, como veremos, em muitas outras ações oposicionistas ao regime. Esta colaboração era reclamada pela Organização Libertária dos Presos do Tarrafal, mas também pelos presos da Penitenciária de Coimbra, com destaque para Emídio Santana. O derrube da Ditadura sobrepunha-se à reorganização da CGT, o que gerava crescentes

conflitos internos. A mesma discórdia ocorria em Espanha: a CNT no interior defendia a colaboração com outros partidos para derrubar Franco, a CNT no exílio pelo contrário defendia a absoluta neutralidade.

1926-1974: Resistência às Ditaduras-II. Daniel Cohn-Bendit

Depois da Segunda Guerra Mundial o mundo entrou numa nova guerra global, agora entre dois blocos político-militares, um liderado pelos EUA e outro pela União Soviética (URSS). Ambos demonstraram ter capacidade para influenciar directa ou indirectamente a emergência de revoluções e contra-revoluções em qualquer parte do mundo. Os regimes totalitários nos anos trinta, mas sobretudo a confrontação destes blocos durante a Guerra Fria esvaziaram as ideias de autonomia das luta dos trabalhadores face ao poder. Em nome dos "avanços revolucionários" exige-se a submissão das lutas em cada país a organizações supra-nacionais. A autonomia dos trabalhadores cultivada nos movimentos anarquistas torna-se incompreensível para os próprios trabalhadores.

A expansão dos regimes comunistas no mundo parecia imparável na Europa, mas também no resto do mundo. Muitos dos movimentos de descolonização assumiam-se frequentemente como comunistas e instauravam regimes ditatoriais. Os progressos alcançados pela URSS em termos tecnológicos, nomeadamente na industria de armamento provocavam um forte impacto a nível mundial, gerando crescentes adesões ao comunismo. Destacados intelectuais na Europa, como Jean-Paul Sartre, manifestavam-se publicamente seduzidos pela ditadura soviética. O "progresso" alcançado e uma apregoada "Igualdade" faziam esquecer a ausência de Liberdade.

Desde meados dos anos trinta, a ditadura em Portugal era apontado, como uma referência no combate ao comunismo internacional. Depois da segunda guerra mundial multiplicaram-se as manifestações de apoio por parte dos EUA e da Grã-Bretanha: visitas das suas esquadras navais (1946 e 1948 respetivamente); declaração do reconhecimento pelo apoio prestado durante a guerra (1946); apoio à entrada na ONU, contra o veto da URSS (1946); entrada na NATO, como membro fundador (1949); acordo de defesa com os EUA, etc. Manifestações de apoio à Ditadura prolongaram-se até ao inicio dos anos sessenta, quando o movimento internacional de descolonização veio esfriar este apoio.

Os militares em 1945 foram afastados da condenação dos presos políticos, de forma a salvaguardar a "imagem" de neutralidade da instituição militar. Os tribunais militares foram substituídos nestas funções por Tribunais Plenários e juízes de carreira, mas onde a polícia política tinha um papel central na elaboração dos processos.

A Igreja Católica continuou a colaborar ativamente na propaganda da ditadura, para manter e reforçar na sociedade portuguesa uma mentalidade conformista e de obediência, assente no medo ao Estado, o temor de Deus e o culto de Salazar como o salvador da pátria da "balbúrdia" da República e do Comunismo.

Os ideólogos do "corporativismo português", como J. Pires Cardoso, com a queda do fascismo italiano, assinalavam o isolamento corporativismo em Portugal no contexto internacional. O tempo não era de ditaduras contra o liberalismo e a democracia, mas de afirmação das democracias contra os totalitarismos. Não tardaram a dizer que era preciso repensar o corporativismo e que havia que o completar, ajustando-o aos novos tempos, em "democracias orgânicas" ou em "corporativismo de associação". Era uma assunto que deixara de ter importância para Salazar. A ditadura era para continuar porque Portugal tinha uma missão a cumprir: salvar as colónias e o país da influência comunista. Disso deu conta o seu sucessor Marcelo Caetano na obra *Portugal e o Direito Colonial Internacional* (1948) e nas suas sucessivas edições. A ditadura passara a estar dependente da solução colonial.

O PCP, com um eficaz aparelho de propaganda, continuou a capitalizar os descontentamentos contra a ditadura. Após as eleições de 1949, a unidade da Oposição criada em torno do general Norton de Matos fragmentou-se. O clima internacional criado pela “Guerra Fria” provocou o afastamento da colaboração com os comunistas. Muitas das suas posições tornaram-se inadmissíveis para os democratas. O partido, fiel agente da Rússia em Portugal, defendia a ocupação dos países do leste da Europa, ao mesmo tempo que atacava o imperialismo dos EUA ou se opunha à aplicação do Plano Marshall no país, vendo no mesmo um instrumento de controlo da economia portuguesa. Perante o crescente movimento internacional de descolonização continuava a defender que as colónias eram possessões portuguesas. Assumia posições extremadas de sectarismo e a intolerância em relação a outras forças políticas, o que provocou o seu isolamento.

Divisão dos Libertários

O movimento libertário no início dos anos cinquenta ficou desarticulado, impondo-se a ideia de ações individuais no seio da corrente antifascista. A ética anarquista manteve até 1974 centenas de militantes neste combate.

Comité Confederal. O grupo que compunha o Comité Confederal continuou a defender a total independência dos anarquistas das outras forças políticas e uma intervenção centrada na reorganização da CGT. Apesar desta situação, o Comité não deixou de apoiar todos os camaradas presos e as suas famílias ao longo dos anos. Em finais dos anos cinquenta o Comité estava reduzido a dois elementos permanentes: Vivaldo Fagundes e Adriano Botelho. O primeiro, nos anos sessenta estava profundamente desiludido com o marasmo da sociedade portuguesa e acabou por regressar a Barcelona onde faleceu em 1968 (83).

Intervencionistas. Desde o início dos anos quarenta foi-se formando um numeroso grupo de militantes que defendia uma revisão dos princípios libertários, no quadro de uma frente anti-fascista. Uma posição que reflectia a experiência da participação de anarquistas no governo em Espanha, a complexidade que os estados haviam adquirido, assim como o problema da revolução social num mundo dominado por grandes potências militares (84). A intervenção sindicalista ou a reorganização da antiga CGT não eram entendidos como centrais ou prioritárias. Foram acusados de traírem os princípios libertários, e contribuído para diluir o movimento anarquista entre as forças oposicionistas ao regime.

Em 1943 surgiu a ideia de criar uma organização denominada *Aliança Popular e Emancipatória*, na qual colaborou Manuel Joaquim de Sousa e Jaime Brasil, entre outros. Um dos seus objectivos era “neutralizar (...) a obra reacionária do governo e da Igreja envolvidos no embrutecimento geral do povo”. Seria constituída por comités locais, regionais, estudantis e de indústria. Tinha igualmente em vista preparar as condições para a futura organização da CGT.

Um grupo de “notáveis” libertários, em 1945, quando a queda da ditadura lhes parecia iminente, passaram a reunir-se no Café Chiado. O grupo constituído por Campo Lima, Alexandre Vieira, Emílio Costa, Pinto Quartim, Jaime Brasil entre outros, decidiram elaborar um documento sobre a transição do regime fascista para uma sociedade libertária. Propunha-se criar uma organização que defenderia uma nova constituição baseada numa federação de municípios e de associações, tendo na cúpula um Congresso Nacional. Defendiam a colaboração com um governo revolucionário capaz de concretizar este plano.

No Tarrafal, segundo o testemunho de António Gato Pinto, assistiu-se depois de 1941 à desagregação da Organização Libertária Presional do Tarrafal. A causa foi atribuída à chegada ao Campo de Concentração de Manuel Boto, Manuel Firmo, Carlos Pereira Ribeiro e Júlio Mascarenhas que defendiam uma revisão das ideias libertárias e a unidade da luta contra o fascismo, preconizando a constituição de um “partido anarquista”. Contra esta posição, segundo este testemunho, opunha-se Abílio Guimarães, Américo Martins Vicente, António Gato Pinto, João Gomes, Joaquim Pedro, José de Almeida, José Correia Pires e José Reboredo (85). O certo é que a ideia foi germinado. Após regressarem do Tarrafal Manuel António Boto, Manuel Firmo, Acácio Tomás Aquino, José de Almeida e outros, para além do grupo de Coimbra (Emídio Santana) e Germinal de Sousa defenderam a partir de 1945 a criação de uma organização muito ampla de Libertários, que colaborasse com outras forças políticas para derrubar a ditadura. Emídio Santana do Grupo Claridade, em 1945, como veremos, colocou à discussão uma nova estratégia e no ano seguinte anunciaram a criação da Aliança Libertária de Coimbra.

Manuel Henriques Rijo trouxe do Tarrafal, em meados de 1946, o projecto da criação de um “Comité Nacional Anarquista”, constituído por quadros semi-profissionais para coordenação do movimento a par da CGT. Na prática era a formação de um novo partido, o que foi rejeitado (86). Emídio Santana, em 1953, propõe a criação de “movimento socialista federalismo” para intervir em cooperativas, sindicatos (inclusive nos sindicatos nacionais), municípios e nas mais diversas associações.

Nenhuma destas organizações vingou, contribuindo apenas para a divisão do movimento e a sua desarticulação, o que não impediu a continuação da luta por centenas de militantes. Embora muitos continuem a reunirem-se, a sua ação era sobretudo individual. Jaime Brasil é um exemplo deste ação. Eduardo Lourenço classifica-o de “Heterodoxo” e pede-lhe um comentário ao seu livro “Heterodoxias” (Coimbra, 1949). Na carta que lhe dirige descreve a atitude de um libertário:

“ Desconfio muito dos ortodoxos, daqueles que *sabem e têm certezas*. Por mim, sou apenas um pobre homem que duvida e humildemente confessa a sua ignorância. Em ideologia, religião, política, *não sei* distinguir qual a boa e verdadeira. Será por não mo explicarem de modo a convencer-me; será por ser muito rude de entendimento. Em qualquer dos casos, que poderia fazer para acreditar? Como não sei, não creio. Busco sempre as possíveis vias do conhecimento, pronto a retractar-me amanhã do que disse ontem, a confessar o meu erro, quando vir surgir a evidência da verdade.

Não é uma atitude cómoda a de remar contra a maré das ideias-feitas, dos pensamentos estereotipados, dos “slogans”. Refugio-me num individualismo, que parece não ser moda, recusando-me a ser, voluntariamente, rês de rebanho. Isto é muito mal visto, porque quem não se arregimenta numa loja, numa igrejinha, num partido, está condenado a ser por todos suspeitado de inimigo e tratado como tal. Tenho sofrido e sofro as consequências dessa atitude; mas, já agora, é tarde para mudar.”

“Vejo que V. Exa., que deve ser um homem novo, se interessa pela heterodoxia. Rejubilo. Se alguma coisa me punge é ver os jovens “engagés”, como os velhos, adorando ídolos, fanatizados por doutrinas, acarneirados também. Alio à ideia de juventude as de independência, de inconformidade, de rebeldia mesmo. Esperava que este meado do século fizesse pujar tais atitudes, como o final do passado deixava entrever. Parece que me enganei, pois, tanto dum lado como doutro, o fanatismo é o mesmo”.

Na polémica que se vê envolvido em 1950, quando Agustina Bessa Luis o acusa de ser um "místico" e de na crítica literária obedecer ao ditames de uma ideologia, escreve: "Efectivamente tenho ideias, e não uma ideologia. Essas ideias são contrárias a todas as místicas. Por isso, não pode ser místico quem as tem. Somos muito poucos, em todo o mundo, os que temos tais ideias. Chegámos a elas, não por ideologia e mística, mas por raciocínio e lógica. Não queremos a liberdade condicionada ou relativa. Queremo-la integral e para todos. Somos totalitários da liberdade, os libertários totais. Para nós, o único limite da liberdade é a própria liberdade. A liberdade de uns termina onde começa a liberdade de outros" (86.1).

A propaganda comunista procurava passar a ideia que os jovens anarquistas se tinham transferido em massa nos anos quarenta para o PCP (87). Os mais velhos ter-se-iam mantido fiéis às suas convicções libertárias, mas reconheciam que era o caminho a seguir pelos mais jovens. Esta versão aparece retratada no conhecido romance de Álvaro Cunhal - *Até Amanhã, Camaradas !* Um "velho anarquista" sentido-se sem forças confessa à sua filha, prestes a tornar-se funcionária do partido: "- Sempre fui anarquista e anarquista morrerei. Não concordo com o sistema de governo que os comunistas defendem nem com muitas coisas da sua teoria e da sua organização. Mas são eles que ganham o coração da juventude e são afinal os únicos que fazem alguma coisa. Estar com eles é estar contra os patrões...". O romance retrata igualmente as qualidades dos jovens funcionários do partido: obedientes, sem ideias próprias ou sentimentos, vivem para o partido e em função do mesmo. Habilmente procura veicular a ideia que "lutar pela liberdade" e "lutar pela liberdade para depois instaurar uma ditadura" era a mesma coisa. Uma confusão que, como veremos, depois de Abril de 1974 se tornou bem patente.

Mudanças

O Grupo Claridade de Coimbra, integrado entre outros por Emídio Santana, a 13/05/1945, elaborou um importante documento estratégico intitulado "Problemas Actuais do Anarquismo e sindicalismo". Apontava para uma mudança na sociedade: do indivíduo produtor estava a passar-se para o indivíduo consumidor. Esta mudança iria desvalorizar os locais de trabalho como centros onde se faria a revolução, para os locais onde as pessoas habitam, vivem, consomem. Daí a importância das cooperativas, mutualidade, organizações de consumidores, etc. Defendia-se inclusive a intervenção da CGT nos municípios. Esta visão era combatida por outros militantes, como Rudolfo Marques da Costa que chamava a atenção para o papel reformista das cooperativas no passado, e afirmando que a participação nos municípios implicava a colaboração com o poder instituído.

A reflexão e programa de acção elaborado no pós-guerra por Germinal de Sousa reflectiam a mesma orientação, mas davam conta de uma enorme mudança na transformação das funções do estado no século XX, e da formação de blocos políticos no mundo que agora era preciso ter em conta.

Economia, Trabalho e Resistência

Nos anos cinquenta no país havia todavia uma realidade que não podia ser negada: após um quarto de século de regime ditatorial, as condições em que vivia a maioria da população continuavam a ser miseráveis. O Condicionamento Industrial como já era reconhecido em 1945 havia fracassado. As empresas existentes revelavam-se incapazes de cobrirem as necessidades do mercado interno. A balança comercial mantinha um deficit crónico que não parava de se agravar.

A Ditadura (Estado Novo) passara a orientar a economia e os apoios para a criação de grandes empresas e grupos económicos. A década foi marcada por um forte investimento público na renovação de Lisboa e de algumas infraestruturas (produção eléctrica e vias de comunicação). Registou-se também de investimentos privados na indústria, o que se reflectiu no crescimento da "população activa operária" que passou de 624.683 em 1940, para 767.825 em 1950 e para os 913.631 de 1960, mas foram investimentos muito concentrada em alguns concelhos dos distritos de Lisboa-Setúbal e Aveiro-Porto-Braga (88).

A agricultura, onde trabalhava a maioria da população activa foi abandonada. A excepção neste panorama foram os latifundiários que continuaram a ser protegidos através de uma política de baixos salários e pela repressão policial.

Apesar dos investimentos muito concentrados em certas regiões e sectores económicos foi uma década de estagnação económica. A miséria não parou de aumentar. A partir de meados da década ocorreu a emigração em massa que começou a despovoar aldeias, vilas e até cidades de província, numa fuga massiva para Lisboa, Porto e Setúbal e depois para o estrangeiro. Membros da Igreja católica que mantinham uma íntima colaboração com o regime começaram, no final da década, a questioná-lo.

Na Europa o pós-guerra, a reconstrução gerou um rápido crescimento económico. Em pouco tempo, a maioria recuperou os níveis de produção anteriores à segunda guerra mundial. Um crescimento que se verificou também nos países dominados pela União Soviética. O crescimento que se verificava em Portugal era bastante inferior. As comparações estatísticas com outros países europeus, em áreas como o rendimento das famílias, a saúde ou a educação, não deixa dúvidas desta chocante realidade.

Apesar desta situação, a resistência nesta década abrandou. A população agrícola manteve-se na "apatia" (88.1), apenas no Alentejo, e em particular no distrito de Beja, registaram-se algumas greves. Na Indústria registaram-se esporádicas greves dos pescadores (1952, 1955), litógrafos (1952), conserveiros (1952), textéis (1952, 1953, 1954), mineiros (1957) e outros sectores.

A Oposição à Ditadura concentrou as suas energias nas eleições presidenciais, esperando "demitir" Salazar nas urnas.

Profissionais da Política. O PCP, financiado pela antiga União Soviética, inaugurou em Portugal a carreira do profissional da política, caracterizada pelo centralismo, rígida hierarquia e hegemonia. Os funcionários vivem em função do partido que os formou e sustenta e lhes atribuiu o poder, nomeadamente no controlo de futuros funcionários e restantes militantes. A década de cinquenta marcou a consolidação deste modelo partidário (88.2). O PCP, dado como extinto em 1949, mergulhou então numa feroz luta interna, entre os funcionários seguidores de Moscovo e os que pretendiam alguma autonomia. Os que se atreviam a colocar em causa a linha imposta por Moscovo, eram expulsos, perseguidos ou mesmo assassinados, como foi o caso de Manuel Domingues, morto a 5 de Maio de 1952 no Pinhal de Belas. O poder dos funcionários era total. Centenas de militantes foram afastados, mulheres usadas e abusadas, períodos da história do partido foram apagados. As forças não comunistas que se recusavam a integrar uma frente com o PCP eram acusadas de colaborarem com o regime, as que o faziam acabavam segregadas devido ao sectarismo e manobras controleiras deste partido. A morte de Estaline, em 1953, não alterou a fidelidade do partido às ordens de Moscovo. A revolta em Berlim Oriental (1953), a denúncia dos crimes de Estaline em

1956, as revoltas na Hungria e na Polónia neste ano não provocaram aqui nenhum sobressalto ideológico. Os valores cultivados no partido não se afastavam dos impostos pela ditadura: obediência aos chefes e negação da individualidade. Álvaro Cunhal, no seu conhecido relatório "A Tendência Anarco-Liberal na Organização do Trabalho de Direcção" (1960), critica dirigentes do partido e o jornal *Avante!* por não lhe prestarem o culto que lhe era devido, seguindo o exemplo de Estaline, Hitler, Salazar ou Mao. Era um típico produto de uma mentalidade autoritária, conservadora e hierárquica que desta forma contribuiu para consolidar uma das mais longas ditaduras da Europa. Apenas nos anos cinquenta, o PCP, de forma ambígua se afastou de uma visão colonialista que tinha sobre as "províncias ultramarinas", mas só o fez quando a União Soviética as procurava captar para a sua órbita, apoiando os movimentos de libertação.

A desagregação da CGT, devido à enorme repressão que os seus membros foram vítimas, mas também à opção de não agirem dentro dos "sindicatos nacionais" individualizou as acções dos anarquistas nos locais de trabalho. Não faltam histórias de acções individuais, reveladoras de uma enorme coragem e força de convicções na luta contra as injustiças e a emancipação dos trabalhadores. A expressão colectiva destas acções, contudo, foi desaparecendo à medida soçobrava a comunicação organizada que as sinalizava e as perspectivava.

Cooperativismo Libertário

No século XIX o ideário cooperativo de Proudhon tornou-se também uma bandeira dos Socialistas. Quando em 1933 resolveram dissolver o Partido, numa conferência em Coimbra, sob a direcção de Alfredo Franco, transformaram as secções do partido em cooperativas. Foi neste contexto que foi constituída a cooperativa Fraternidade Operária Lisbonense em Lisboa. Esta organização permaneceu moribunda até finais dos anos 40, quando nela entrou um grupo de anarquistas e comunistas. António Sérgio era a figura tutelar. Nesta altura Emílio Costa editou um "caderno histórico" sobre cooperativismo (1946), onde considerava que as associações mutualistas de inspiração proudhoniana nunca passaram de acções de socorro social, depositando nas cooperativas as suas esperanças de transformação social, evocando o programa de Charles Gide.

António Sérgio, numa concepção mais vasta do mutualismo de Proudhon desde os anos vinte que vinha elaborando a sua visão do "socialismo libertário"⁽⁸⁹⁾, onde o cooperativismo assumia um papel destacado. A Fraternidade rapidamente atraiu antigos militantes anarquistas, como Emídio Santana, Germinal de Sousa, Acácio Tomás Aquino, Custódio da Costa, Correia Pires, Carlos Ferreira, Carlos Cruz, José de Brito, Moisés da Silva Ramos ^(89.1) e outros. A esmagadora maioria tinham um longo historial de lutas e de prisões pela liberdade. Não omitiam as suas convicções. O Ateneu passou a ter uma nova dinâmica. Em 1951 começou a ser editado o "Boletim Cooperativo", e depois um boletim interno (Cooperação). Em 1956 houve uma mudança de estatutos e foi adoptado o nome de Ateneu Cooperativo pelo qual passou a ser conhecido, tornando-se num ponto de reunião e de acção de muitos opositores ao regime. Moisés foi o seu primeiro presidente (1956), tomando a iniciativa de realizar uma Reunião Magna das Cooperativas que se traduziu na fundação da UNICOOPE (União das Cooperativas Abastecedoras, em 1955) entre muitas outras acções. As manobras controleiras do PCP foram os responsáveis por constantes conflitos internos que só desapareceram em 1959 ⁽⁹⁰⁾. Neste ano o Ateneu passou a ter como o presidente José Hipólito Santos (1932-2017) e como vice-presidente Germinal de Sousa. O Ateneu foi fechado em 1972, por se recusar a submeter os seus Estatutos à aprovação da Ditadura. Emídio Santana e Moisés da

Silva Ramos salvaram a documentação do Ateneu, e outra documentação anarquista que aí estava guardada, como o espólio de Manuel Joaquim de Sousa, documentos relativos à antiga CGT, de congressos operários, etc. Emídio Santana ficou com a chave até ao 25 de Abril de 1974. No prosseguimento desta acção em cooperativas, um grupo de anarquistas, entre os quais se contava Emídio Santana e Moisés participou na criação da DECO - Associação de Defesa do Consumidor (1974).

Um pouco por todo o país, muitos outros anarquistas envolveram-se no movimento cooperativo. No Porto, por exemplo, José Augusto de Castro (1905-1997), editor d' *O Germinal* e director d' *A Vanguarda Operária* e mais recentemente do jornal *O Progresso da Foz*, deu um forte impulso à Cooperativa Operária da Foz e à UNICOOPE (91).

Municipalismo

O gravíssimo problema da habitação era uma das áreas de intervenção do municipalismo libertário desde a Primeira República, e assim continuou. A habitação não podia ser encarada como um negócio, mas como sim como uma necessidade básica. A verdade é que até ao século XXI os bairros de barracas ou construções precárias abundavam por todo o país.

Não é pois de estranhar que Emídio Santana quando saiu da prisão em 1953 passasse também a agir na Associação dos Inquilinos Lisbonenses, onde militavam outros anarquistas. Em 1957 Moisés foi eleito presidente da Associação dando-lhe uma nova dinâmica, como a organização da Exposição Habitacional no Mundo, na Sociedade Nacional de Belas-Artes. Emídio seguiu-se-lhe na presidência em 1965, continuando com uma série de ações que causavam grande incómodo para a Ditadura. Em Abril de 1974 a AIL contava com mais de 30 mil associados, persistindo na mesma linha de luta em prol da habitação para todos (comício em Junho de 1974). Passou também a apoiar as comissões de moradores que surgiram pelo país (92). Emídio Santana em Janeiro de 1975 foi substituído por Hipólito Santos, que na altura se ligou ao PRP-BR.

Ao longo da Ditadura a falta de habitações não parava de se agravar, sobretudo a partir do final dos anos cinquenta com a deslocalização em massa da população dos campos para as cidades. Em 1970, segundo números do próprio governo estimava-se que cerca de dois milhões pessoas viviam em condições precárias de alojamento. Em barracas 34.740 famílias, em regime de sub-locação 66.175 e em fogos superlotados 552.345, sobretudo nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal (93). Os miseráveis ordenados auferidos por centenas de milhares de trabalhadores não lhes permitiam pagar as rendas especulativas praticadas nos grandes centros urbanos. Era neste importante combate que muitos anarquistas continuavam envolvidos (94).

A repressão sobre os anarquistas continuou de forma sistemática. A 14 de Fevereiro de 1957 no Porto Manuel Fiuza Junior foi espancado até à morte pela policia. Era o antigo diretor do quinzenário anarquista *A Voz do Faminto*.

Direitos Humanos

Nem todos os anarquistas assumiram o cooperativismo ou o inquilinato como campo de luta emancipatória. Pinto Quartim, por exemplo, assumiu a defesa dos direitos humanos. Em Fevereiro de 1953 integra a comissão de propaganda no directório da Liga dos Direitos Humanos, e em Novembro a Comissão Pró-Liberdade de Expressão. Uma Liga onde combateram destacados anarquistas como Manuel Joaquim de Sousa. É neste

quadro de "direitos fundamentais" que passa a ser discutida a questão da Democracia e da Liberdade.

Os anarquistas não se cansaram de denunciar que a democracia tal qual como existia e existe. É um regime que tende a perpetuar desigualdades e a legitimar injustiças, caindo frequentemente em oligarquias ou ditaduras. A questão é estrutural e não circunstancial.

A democracia tem em si a promessa de instituir um governo do povo e pelo povo. No entanto, o sistema de representação em que assenta sempre excluiu a maioria da população de exercer este poder, impondo uma multiplicidade de condicionantes à possibilidade de representação, em função do rendimento, género, raça, crenças religiosas, filiações partidárias, etc. Na prática, em qualquer sociedade democrática, só uma pequena minoria é que tem o efectivo direito de ser eleito e decidir sobre a vida dos restantes cidadãos. O que acaba inevitavelmente por gerar frustração, desilusão ou revolta quando os cidadãos tomam consciência do funcionamento do sistema. Este facto deriva do regime democrático estarem assentes num aparelho estatal centralista que foi criado justamente para manter e perpetuar o poder de uma minoria. Quando a minoria se sente ameaçada utiliza expedientes democráticos para suprimir as limitadas capacidades de decisão dos cidadãos, concentrando o poder de decisão política num ditador, partido ou oligarcas. Os "direitos fundamentais" são depressa esquecidos, muitas vezes em nome da defesa da Democracia.

Desta constatação não se pode extrair a conclusão que para os anarquistas a Democracia seja igual a Ditadura ou Despotismo. A história do anarquismo em Portugal mostra claramente que estiveram sempre na linha da frente na defesa da democracia quando a mesma foi ameaçada ou espezinhada. A participação traumática no governo durante a Guerra Civil de Espanha (1936-1939) confirma este posicionamento. Dir-se-á que o seu objectivo é implantarem uma verdadeira democracia, derrubando todos os entraves que impedem que cada cidadão, em plena liberdade e igualdade, quotidianamente participe na tomada de decisões que afectam a comunidade que faz parte: a democracia directa. É neste sentido que lutam contra o aparelho estatal, o centralismo, enquanto mecanismo repressivo que perpétua as desigualdades e injustiças sociais. Numa "hierarquia de valores" a primazia é sempre dada à Liberdade e não à Democracia.

Cultura

No final dos anos quarenta emergia um novo movimento cultural que procurava romper com as limitações propagandísticas do neo-realismo: o surrealismo de matriz libertária (94.1). Mário Cesariny (1923-2006) depois do seu encontro em Paris com André Breton (1947) descobriu no surrealismo a liberdade criativa que os ideólogos comunistas negavam aos artistas, o que o aproximou do Anarquismo. António Maria Lisboa na mesma linha encontrou na Anarquia a liberdade que urgia descobrir (95). Quem o fez também de forma explícita foi Mário-Henrique Leiria (1923-1980) em 1949. Numa carta a Cesariny escreve: "Reduzo-me a tentar, aqui, destruir tudo quanto posso, desde o conceito de família destes gajinhos, até às noções idiotas de arte e literatura que eles possuem. Estou possivelmente a caminho de uma posição anarquista declarada" (96). Cesariny assumindo um claro posicionamento anarquista, em 1962 proclamou o "abjeccionismo", um apelo à insubmissão no plano artístico (97). Outros poetas e artistas vieram a assumir idênticos posicionamentos surrealistas e libertários (98).

Moscovo combatia abertamente as novas correntes literárias e artísticas doutrinando “intelectuais”, por exemplo, em movimentos pela Paz. No Congresso dos Intelectuais pela Paz, em agosto de 1948, na Polónia, em que participou uma delegação portuguesa afecta ao PCP (o físico Manuel Tavares, o psiquiatra João dos Santos, o escritor Alves Redol e o músico Fernando Lopes Graça). Alexander Fadeiéu, escritor e membro do Comité Central do PCUS resumiu o entendimento comunista sobre a nova literatura: “Se os chacais pudessem aprender a escrever à máquina e se as hienas soubessem usar a caneta, o que eles comporiam assemelhar-se-ia sem dúvida aos livros dos Miller, dos Eliot, dos Malraux e outros Sartre...”.

Alguns dos artistas que se haviam ligado ao PCP, criando uma arte segundo os ditames dos teóricos soviéticos, nos cinquenta começaram a compreender que estavam desfasados dos movimentos artísticos internacionais e praticavam uma arte que formalmente pouco se distinguia da que era apoiada pela Ditadura. Abraçaram então a chamada “arte abstrata” que afrontava directamente a arte do regime. A “forma” podia ser tão revolucionária como o “conteúdo” para usarmos uma terminologia aristotélica.

Revitalização

No final dos anos cinquenta a oposição à ditadura agregava muitos dos que a ajudaram a implantar - militares e católicos -, sucederam-se uma série de ações que iriam abalar o regime. Como era de esperar, participaram ativamente na campanha de Humberto Delgado (1958), Movimento da Sé (1959), golpe militar de Botelho Moniz (1961) e no ataque ao quartel de Beja (1962). Um dos dirigentes desta última acção era o capitão Manuel Pedroso Marques, casado com Primavera Acrata das Neves (1933-1981), filha de Roberto das Neves. Tendo falhado a insurreição refugiou-se na Embaixada do Brasil em Lisboa de onde só conseguiu sair para o Brasil em Junho de 1963 (*O Libertário* de S. Paulo, nº. 20-21, Junho-Julho de 1963).

Neste contexto ganhou força a ideia da luta armada contra a ditadura, para a qual muito contribuiu a ação dos exilados no Brasil, Venezuela e depois em França

Retaguarda Brasileira

Desde 1945 que os exilados anarquistas no Brasil estavam na linha da frente em ações contra ditadura em Portugal.

O principal ativista era Roberto das Neves. Em 1946 fundou a Editora Germinal que publicou um vasto conjunto de obras que causavam um vivo incómodo ao regime em Portugal. Nos anos sessenta, no seu catálogo constavam obras de Humberto Delgado, Henrique Galvão, Fernando Quiroga, Tomaz da Fonseca entre outros.

Outros anarquistas portugueses exilados procuravam denunciar os crimes da Ditadura em Portugal à imprensa internacional, como foi o caso de Pedro Ferreira da Silva, nas páginas do jornal *Ação Directa* no Rio de Janeiro (1946).

Edgar Rodrigues pseudónimo de António Francisco Correia (1921-2009) chegou ao Brasil em 1951, e de imediato iniciou a denúncia da barbárie da ditadura em Portugal na imprensa local e internacional, com base nas informações que recebia de uma rede de contactos clandestinos no país. Procurou também registar as memórias do movimento libertário que a Ditadura procurava apagar. No final dos anos 50 começou publicar obras sobre a história do movimento operário e anarquista no Brasil e depois em Portugal. Na

Inquisição de Salazar (1957) foi o seu primeiro livro, seguido de *A Fome em Portugal* (1958), *O Retrato da Ditadura Portuguesa* (1962) e mais 59 livros até falecer.

Acções que recrudesceram quando, em Abril de 1959, chegou ao Brasil Humberto Delgado que se havia exilado na Embaixada deste país em Lisboa. Assumiu-se desde logo como chefe do Movimento Nacional Independente, que colaborava com outra organização Movimento Anti-Fascista dos Portugueses do Brasil onde agiam Roberto das Neves e Jaime Cortesão. Neste ano Henrique Galvão depois de ter estado exilado na embaixada da Argentina em Lisboa, e de se fixar neste país, mudou-se para a Venezuela onde a comunidade portuguesa era numerosa. Os exilados portugueses e espanhóis possuíam aqui activas organizações. A conexão entre os exilados no Brasil e na Venezuela começou desde logo a funcionar, planeando-se ações armadas para chamar a atenção mundial para as ditaduras em Portugal e Espanha, assim como o seu derrube pelas armas (99).

O relacionamento entre Humberto Delgado e Roberto das Neves cedo se mostrou incompatível com o anarquista, dado o feitio autoritário do general. No entanto todo o apoio lhe foi prestado, assim como a Henrique Galvão, em 1961, quando o Paquete Santa Maria sequestrado aportou ao Brasil.

A imprensa anarquista do Brasil, como *O Libertário* de S. Paulo promovia de forma sistemática campanhas de denúncia dos crimes das ditaduras em Portugal e Espanha.

O governo português incomodado com estas campanhas no Brasil, reagiu através dos seus agentes locais, os quais editaram neste país publicações contra os anarquistas, acusando-os de serem auxiliares do movimento comunista internacional (100).

Com a instauração da ditadura no Brasil (1964) começou a repressão dos exilados portugueses. No dia 15 de Outubro de 1969 um grupo de 15 anarquistas, entre os quais se contavam Roberto das Neves e Pietro Ferrua foram presos, acusados de atividades subversivas, como o fabrico de bombas para a guerrilha. A prova desta acusação foi um folheto intitulado "Acção Directa" onde se explicava como fabricar explosivos. A sua publicação fora um pedido de Humberto Delgado à Editora Germinal destinada à luta armada em Portugal (101).

MAR

Nas ações desencadeadas entre 1958 e 1962 destacam-se uma série de indivíduos sem filiações partidária como Hermínio da Palma Inácio ou Hipólito dos Santos (libertário) lutavam pela Liberdade e pelo derrube da ditadura. No exílio, surgiram então várias organizações de luta armada, como o Mar- Movimento de Ação Revolucionária (1962). Hipólito dos Santos foi o dirigente para as relações externas. O Mar estava filiado na Frente Patriótica de Libertação Nacional com sede na Argélia. Moisés Silva Ramos actuou como elemento de ligação com outros anarquistas no país. Era constante a presença de anarquistas nestes movimentos (102).

O comité confederal da GGT terá reunido pela última vez em Fevereiro de 1964 (103). Na análise que fez da Ditadura destacou um fenómeno novo: os estudantes começavam a manifestar-se, uma situação que poderia contribuir para fim do regime. Era uma referência importante tendo em conta o contexto nacional e internacional. Acumulavam-se os sinais evidentes de que algo estava a mudar na juventude portuguesa, despoletado

pelo início da Guerra Colonial (1961) que representou uma enorme sangria de jovens, fugas do país e massacres de populações nas colónias.

Face à proibição da comemoração do Dia do Estudante, na Universidade de Lisboa ocorre uma manifestação estudantil no dia 24 de Março de 1962. A polícia espancou e prendeu estudantes e ocupou as instalações da universidade. A contestação em Lisboa prolongou-se até Junho. Em Coimbra dois meses depois eclodia nova greve de estudantes. No dia 27 de Agosto dezenas de estudantes foram presos e enviados para Caxias. Entre eles estava Mário Silva (1929-2016), co-fundador do Círculo de Artes Plásticas na Universidade (1958) que sempre se declarou "anarquista". A contestação internacional à guerra do Vietname, sobretudo depois de 1964, funcionou como um poderoso estímulo ao envolvimento político dos jovens em todo o mundo.

O jornal *O Libertário* de S. Paulo (Janeiro de 1963) denunciou a prisão e tortura de três anarquistas durante as manifestações do 1º. de Maio de 1962: José Marques e os irmãos Alberto e Carlos Simões Januário, filhos de Arnaldo Simões Januário morto no Tarrafal. Foram acusados de andar a distribuir comunicados apelando à participação nestas manifestações. O mesmo jornal, no número de Agosto-Setembro de 1963, referia que durante a manifestação do 1º. de Maio de 1963 na cidade do Porto, fora assassinado um anarquista - Agostinho Fineza. O jornal afirma que se trata de um militante anarquista, contrariando a versão divulgada pelo PCP que era um militante comunista.

Em Abril de 1964 foi libertado na prisão de Peniche - Valentim Adolfo João (1902-1970) -, o último preso anarquista, antigo presidente do sindicato dos mineiros de S. Domingos. Depois do atentado a Salazar de 1937, manteve-se na clandestinidade até 1946 quando foi preso em Setúbal. Era acusado de ter fornecido o dinamite para o atentado.

Desarticulado o movimento devido à repressão, o anarquismo continuou a persistir graças à acção individual de algumas centenas de antigos militantes, muitos dos quais contavam com longos anos de prisão.

Contestação Global

Nos anos sessenta em todo mundo voltava a ouvir-se falar de anarquismo, sobretudo devido a novos fenómenos sociais, desilusão perante os regimes comunistas, tecnocracia, contestação à guerra, emergência da juventude, questões em torno da sexualidade e da cultura.

A Europa, nesta década, vivia um "boom" no crescimento económico, muito à custa dos investimentos dos EUA. A escassez de mão-de-obra que se verificou, por exemplo, na Alemanha (R. Federal) ou em França foi suprida por vagas de imigrantes portugueses, espanhóis, italianos, gregos, mas também do norte de África.

Em Portugal apesar do crescimento económico que então se regista, a situação vivida no país era dramática. A organização corporativa implantada em 1933 bloqueava o próprio desenvolvimento económico. Desde 1945 que o rendimento das famílias e a produtividade na agricultura e indústria em Portugal vinha-se distanciando negativamente de outros países como a Espanha, Grécia, Turquia, Irlanda, para não falarmos do abismo que existia em relação a outros países como a Grã-Bretanha ou a França (103.1).

A assistência social que fora confiada às misericórdias e outras instituições religiosas assentava na caridade. A Previdência Social estava circunscrita a alguns grupos

profissionais e grandes empresas, revelava um chocante contraste quando comparada com outros países europeus. A esmagadora maioria dos trabalhadores estava completamente desprotegida na velhice ou quando deixava de poder trabalhar.

A pobreza generalizada nos campos levou a uma fuga massiva da população para o estrangeiro (França e Alemanha) e para as zonas onde estavam a ocorrer a internacionalização industrial (Lisboa-Setúbal). Os ranchos migratórios de trabalhadores não tardaram a desaparecer. A agricultura assente na exploração intensiva da mão-de-obra com salários de simples subsistência entrou em rápido declínio. A crescente escassez de mão-de-obra que se passou a verificar, estimulou o aparecimento de movimentos reivindicativos de trabalhadores rurais reclamando por melhores salários e condições de vida e pelas 8 horas de trabalho (1962). A tardia introdução de máquinas (tratores e ceifeiras-debulhadoras) ou a florestação dos baldios (monocultura dos eucaliptos) não resolveu o problema da pobreza nos campos, mas antes agravou a situação dos que ficaram agarrados à terra. A agricultura havia perdido grande parte da sua importância económica. Em resultado das deslocalizações internas e das crónicas carências habitacionais, na região de Lisboa assistiu-se à proliferação de enormes bairros de barracas. A maioria dos que fugia das zonas rurais, onde continuava a viver a maior parte da população, seguiu os habituais caminhos da emigração, assistindo-se a fortes concentrações de portugueses em países como a França ou a Alemanha Federal e em menor escala a Suíça e Bélgica. Vastas regiões no país foram votadas ao abandono.

Os principais indicadores sobre as condições da vida da população, como dissemos, colocavam Portugal entre os piores da Europa. Como se tudo isto não fosse suficiente, a guerra colonial entre 1961 e 1974 mobilizava dezenas de milhares de jovens por ano. A sua factura pesava no orçamento de estado, impedindo investimentos sentidos como necessários em muitas outras áreas, como a saúde, educação, infraestruturas, etc. A Ditadura para equilibrar o orçamento de Estado, abandonou o seu propagandeado nacionalismo, e abre completamente a economia do país e das colónias ao capital estrangeiro. Facilitou a instalação de empresas estrangeiras, a exportação de lucros, concedendo maiores facilidades de aduaneiras e fiscais. Prosseguiu o desmantelamento do Condicionamento Industrial de forma a estimular a criação de novas empresas. Apostou igualmente no turismo, cujo fluxo de turistas não parou de aumentar, atingindo mais de 2 milhões em 1968. A parte principal das receitas continuou, como era hábito, a vir das remessas dos emigrantes.

Em termos internacionais, a segunda metade dos sessenta é marcada pelo aumento da contestação social. Um dos seus marcos simbólicos foi a "revolução de Maio de 1968", em França, na qual Daniel Cohn-Bendit acaba por simbolizar uma novo tipo de revolta, onde a aspiração a uma plena liberdade desafiava abertamente a Autoridade nas suas diferentes expressões. A palavra de ordem - "É proibido proibir" (*Il est interdit d'interdire*) condensava todo um programa libertário onde tudo era posto em causa. Acontecimentos e ideias que não deixaram de ter os seus reflexos em Portugal.

A emigração em massa para países europeus, implicaram vivências de liberdade e uma maior circulação da informação que não deixaram de provocar mudanças de mentalidade numa sociedade cuja Ditadura pretendia "orgulhosamente só". Os apoios externos e internos começaram a desaparecer. As expectativas criadas, quando Salazar foi substituído por outro ditador chamado Marcelo Caetano, não tardaram a serem goradas. Os dois baluartes da ditadura, a Igreja Católica e o Exército, começaram a conspirar para a derrubar ao perceberem que a mesma estava isolada internacionalmente e sem solução para a guerra nas colónias.

Neste ano, os anarquistas estavam de novo na ribalta colaborando activamente com outros grupos oposicionistas ao regime. Nas greves e protestos que ocorrem em Portugal, surgem elementos das mais diversas forças políticas, católicos, socialistas, comunistas de vários quadrantes e anarquistas. Estes fizeram-se de novo representa em congressos anarquistas internacionais, como os de 1968 e 1971 por Reis Sequeira. Aproveitaram as eleições de 1969 para atacar a ditadura. Emídio Santana, por exemplo, participa em comícios da CDE e CEUD, no II Congresso Republicano de Aveiro (1969). Exemplos não faltam deste tipo de intervenções políticas quando estava em causa valores fundamentais como a defesa da Liberdade. Internacionalmente falava-se do ressurgimento do anarquismo.

Nos EUA, desde finais dos anos 50 emergiu um forte movimento contestatário contra a tecnocracia e a cultura dominante. Nos anos 60 a contestação à guerra do Vietname fez explodir este movimento. As obras de Herbert Marcuse ou de Freud inspiraram a revolta da juventude levando-a a procurar vivências alternativas, numa busca de liberdade contrária a modelos autoritários. Um movimento cunhado por Theodore Roszak de "ContraCultura".

As ditaduras do Bloco Comunista deixaram de ser entusiasmantes para muitos intelectuais, como tinham sido nos anos cinquenta. A disputa pela liderança mundial do comunismo entre o PC Chinês e o PC Soviético abriu uma forte cisão ideológica no comunismo. Perante o desabar das ilusões comunistas, algumas das ditaduras passam a afirmarem-se como "diferentes" (Jugoslávia, Checoslováquia, Argélia, Cuba, Egipto, etc.) até apregoavam novos processos de organização do trabalho, como a "autogestão". O terror acabou por se impor, quando a população procurou libertar-se da opressão. Na Checoslováquia a insurreição contra a ditadura comunista, e o posterior esmagamento pela intervenção soviética, deixou os marxistas perante o dilema de continuarem a defenderem a barbárie ou procurarem alternativas.

Muitos marxistas desiludidos procuraram outras vias para a transformação social, tomando agora a liberdade como um valor fundamental. Recusava as "vanguardas", as "vanguardas operárias", a "ditadura do proletariado", o "centralismo democrático", etc. Foi neste contexto que surgiram os "marxistas libertários", "marxistas autogestionários", etc. A aproximação e apropriação de ideias anarquistas tornou-se por demais evidente.

Miguel Serras Pereira deu-nos o seu testemunho. Por volta de 1966/67 a linguagem política no meio estudantil de Lisboa parecia-lhe de uma "aridez inabitável", numa cidade onde a repressão e a miséria dos bairros da lata se impunham, assim como a omnipresença da rede de cumplicidades com o fascismo. A linguagem poética era a única onde pulsava a "libertação". A visão política libertária veio-lhe da leitura de *A Vida Quotidiana no Mundo Moderno* de Henri Lefebvre, cuja edição em Portugal data de 1969. Na crítica da vida quotidiana descobre a possibilidade de uma subversão do quadro institucional que aprisiona a vida social, onde a Utopia funciona como modelo inspirador (104).

Outros aderiram ao anarquismo a partir da leitura dos textos da "Internationale Situationniste", cujos membros se consideravam mais "libertários" que os próprios anarquistas, especialmente em ações imediatas de luta e no seu comportamento diário. O caso do trotskismo em Portugal é exemplificativo deste processo. Surgiu na Universidade de Coimbra em fins de 1968 no seio de um grupo de estudantes revoltados com a situação do país. Não tinham nenhuma ligação partidária, ficaram fascinados com a ideia de uma revolução permanente, global. Em 1971 fundaram um Grupo de Acção Comunista

em Coimbra, a que se seguiram outros em Lisboa e no Porto. Apesar da sua ligação à Liga Comunista Internacional (1973) a sua aproximação ao anarquismo, nomeadamente na defesa da liberdade e formas de luta foi sempre uma constante, segundo o testemunho dos seus mais destacados militantes (105).

Memórias

Durante a longa Ditadura a memória histórica do anarquismo em Portugal foi silenciada. A transmissão directa, apoiada por testemunhos pessoais foi sendo anulada por uma feroz repressão. Os textos escritos impedidos de circular pela censura. A ideia que se procurou consolidar sobre os anarquistas era não passavam de bandos de indivíduos que haviam enveredado pela violência, atentados à bomba, recusando todo o tipo de normas.

A Ditadura ao identificar todas as ações revolucionárias como sendo obra dos comunistas ao serviço da Rússia, acabou por promover o PCP durante décadas. Criou-se, como dissemos, o mito de que todas as ações de protesto ou reivindicativas dos trabalhadores que ocorriam eram controladas por este partido. Este discurso perdeu a sua força na segunda metade dos anos sessenta, quando a comunicação social começou a dar conta de importantes movimentos revolucionários à margem dos partidos comunistas. Em Portugal o mesmo fenómeno ocorreu, assistindo-se ao “nascimento” na esfera pública de movimentos de contestação católicos, socialistas, republicanos, etc.

As publicações sobre anarquismo eram raríssimas. A censura de forma sistemática procurou apagar a memória da sua existência. Alexandre Vieira entre 1950 e 1960, remando contra a maré, publicou três livros sobre a história do sindicalismo (106). Todas as referências a pessoas vivas foram cuidadosamente pensadas para não as comprometer perante a polícia política.

Nos anos 60 deu-se alguma atenção a Proudhon: Vitor de Sá escreveu sobre Amorim Viana e Proudhon (1960) mas o seu objectivo não era o anarquismo e sim os primórdios do marxismo em Portugal. A. Petrus entre 1961 e 1965 recolheu e publicou textos sobre a influência de Proudhon na cultura portuguesa.

Em meados da década sessenta demarcaram-se as diferentes orientações ideológicas dos historiadores sobre o movimento operário em Portugal:

a) Os historiadores do regime procuraram difundir a ideia que os problemas com que se debateram os operários na Primeira República foram resolvidos pelo Estado Novo. Este é o objectivo do livro de Costa Junior - *Breve História do Movimento Operário Português* (1964).

b) A corrente marxista ligada ao PCP e similares procurou fabricar uma história do movimento operário que começava com o surgimento das ideias marxistas em Portugal, o impacto da Revolução Russa, e como a formação e evolução do PCP tinham vindo corrigir os erros do anarquismo e do reformismo dos socialistas. A tese principal era que o anarquismo era uma corrente pequeno-burguesa que pelas suas insuficiências teórico-práticas na liderança do movimento operário tinha permitido a ascensão do fascismo. Fora mesmo o seu responsável. A ideia implícita era que se o PCP estivesse na liderança do operariado não teria havido nenhuma ditadura em Portugal (106.1). Em 1965 o PCP produziu a história oficial do operariado que será usada como uma cartilha pelos seus militantes (107). Outras correntes marxistas, em guerra com o PCP, procuravam construir a sua versão dos acontecimentos: a história do PCP estaria repleta de traições aos

trabalhadores, pelo que era necessário fundar um novo partido, aproveitando as lições da revolução chinesa, albanesa, etc. Entre os historiadores marxistas fiéis ao PCP ou em luta como o mesmo destacaram-se Vitor de Sá, Alfredo Margarido, Armando de Castro, Ana Maria Alves ou José Pacheco Pereira. Em todo o caso, as várias correntes marxistas convergiam numa mesma solução política para o país: a substituição da ditadura "fascista" por uma "ditadura do proletariado".

c) A corrente herdeira de republicanos e socialistas continuava a resgatar a memória da república, mostrando como nem tudo tinha sido mau para o operariado. Entre os marxistas César de Oliveira, foi aquele que maior abertura mostrou ao considerar o papel dos anarquistas nas lutas sociais. Em 1972 publicou no Porto, uma compilação de textos intitulada: *O Estado, A Democracia Burguesa, A Prática Revolucionária e o Anarquismo*. Nas suas obras procurou reunir vasta documentação sobre o movimento operário: *Da Casa Sindical ao Forte de Sacavém de Frutuoso Fermino* (1971), *O Congresso Sindicalista de 1911* (1971), *Operariado e a República Democrática (1910-1914)* (1972), *O Socialismo em Portugal 1950-1900* (1973), *A Criação da União Operária Nacional* (1973), uma linha editorial prosseguida depois de 1974. Nesta altura afastou-se do PCP e aderiu ao PS.

d) A corrente libertária foi a mais tardia. Fruto de acontecimentos mundiais que desde meados dos anos sessenta que se registava alguma curiosidade pelas ideias anarquistas. Em 1966, por exemplo, publicou-se *A História Breve do Anarquismo* de Henri Arvon. Em 1970 de James Joll *Anarquistas e Anarquismo* e no ano seguinte *O Anarquismo* de George Woodcock, seguiu-se *O que é a Propriedade?* de Proudhon, e *Bakunine* de Henri Arvon. Em 1970 de Alexandre Vieira publicou-se *Para a História do Sindicalismo em Portugal*. Dois anos depois surge uma nova edição de *O Movimento Operário em Portugal* de Campos Lima - , e em 1974 a 2ª. edição de *O Sindicalismo em Portugal*, de Manuel Joaquim de Sousa, com prefácio e notas de Emídio Santana.

João Medina em 1972 publicou *Eça de Queiróz e o Anarquismo*, seguidos de dois ou três interessantes artigos ao longo dos anos (108). Em 1973 finalmente um historiador que paulatinamente foi trazendo novos elementos para a história do movimento anarquista em Portugal: Carlos da Fonseca (109). A sua obra - *A Origem da 1ª. Internacional em Lisboa - O Centenário da Federação Portuguesa*, marcou uma ruptura com a historiografia marxista que estava a ser produzida em Portugal. O papel histórico dos anarquistas na organização e luta dos trabalhadores voltava a ser lembrado e contextualizado.

Face aos acontecimentos internacionais, sobretudo em França, a imprensa da época interroga-se sobre a história e o ideário anarquista. A revista *Vida Mundial* dedica-lhe um número com o título: "Ressurgimento do Anarquismo" (6/02/1970). A revista *O Tempo e o Modo* no mesmo ano publica "Anti-Autoritarismo, Anarquismo, Sindicalismo" de Luís Matoso (nº. 84), e de Moisés da Silva Ramos (militante anarquista) - "O Socialismo Reformista. A Experiência portuguesa até à 1ª. Guerra Mundial" (nº.82). Descobre-se a intervenção libertária na recuperação da história do movimento operário em Portugal.

Libertários Exilados na Europa

Muitos jovens fugidos à Ditadura ou à guerra colonial, espalhados pela Europa, sobretudo em França, aderem às ideias libertárias. Os acontecimentos de Maio de 1968 em França parecem ter sido decisivos para esta aproximação. Em Paris destacou-se um grupo em volta dos *Cadernos de Circunstância* (1968-1970, 7 números) que procurou despertar os emigrantes portugueses para uma intervenção social. Entre os seus membros contavam-

se João Freire (desertor), Jorge Valadas (Charles Reeve), José Maria Carvalho Ferreira, Carlos da Fonseca (1940-2017, refractário da tropa, exilado, professor universitário em Paris). Na sua maioria eram jovens estudantes descontentes com o PCP ou do maoísmo, seguidores do "comunismo dos conselhos" (Rosa Luxemburgo) ou da Internacional Situacionista e outros movimentos radicais. Após a vitória que alcançaram em 1970 na CGT, assim como uma melhor compreensão das suas opções ideológicas aproximam-se do anarquismo, e estabelecem contactos com antigos militantes em Portugal.

Outros por lá andavam como Júlio Carrapato (1947-2016, em 1968 exilou-se em França, esteve nas barricadas) ou Julio Henriques. Alguns haviam passado pelas fileiras do PCP, como foi o caso de Gabriel Morato (1940-2005). Foi preso em 1965 quando era estudante do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, e secretário-geral da reunião inter-associações de Lisboa. Após sair da prisão, em 1966, afastou-se do PCP e exilou-se em Paris, onde contactou com o movimento anarquista. Regressou a Portugal logo após o 25/04/1975 tornando-se num dos mais ativos militantes anarquistas. João Bernardo ilustra igualmente o percurso de muitos outros jovens. Foi militante do PCP (1964-1966), sempre nas lutas estudantis, saiu para aderir a um grupo maoista (1966). Perseguido pela polícia política exilou-se em Paris (1967) mantendo-se ligado a grupos maoistas. Em 1971 já estava a criticar o maoismo e o leninismo e a defender o denominado "marxismo libertário" acabando por ser expulso. Na sua obra "Para uma Teoria do Modo de Produção Comunista" (Porto, Fev. de 1975), afirma-se convicto que as suas teses seriam interpretadas como anarquistas. O que de facto aconteceu. Sustentava que a verdadeira revolução começava quando os Conselhos Operários e os Conselhos de Moradores, sem intermediários se federavam e assumiam a produção e a gestão dos bairros. Eles representavam uma forma embrionária do futuro "Estado em extinção" (p.75). Em 1974 com Rita Delgado e João Crisóstomo fundou o jornal *Combate* (1974-1978) de clara tendência libertária.

Neste contexto que surgem algumas publicações de anarquistas no exílio: em Londres - *O Clarão* (nº.1º, março de 1973,), por Claude Moreira; Paris - *Nova Porta* (1973), *Portugal Libertário* (suplemento de *Front Liberaire*, 1973-1974) ou *A Ideia* (maio de 1974, João Freire). Na Alemanha *A Batalha* foi ciclostilada. Em Londres (Julho de 1973), participam nas manifestações de repúdio à visita do ditador Marcelo Caetano. Projectam para Junho de 1974 uma conferência em Paris.

A quase totalidade os 750 mil portugueses que em 1973 viviam em França entrou no país clandestinamente. Era muito precária a sua situação nos locais de trabalho, na rua eram vítimas de ataques racistas e xenófobos. As mulheres rotuladas de putas. A *Organisation Révolutionnaire Anarchiste* (ORA), fundada em 1968, desenvolveu múltiplas ações de apoio aos emigrantes portugueses, com participação de sete anarquistas, entre os quais se contava José Luis de Brito. Uma destas iniciativas foi a publicação de oito números, entre outubro de 1973 e maio de 1974 de *Portugal Libertário*, um suplemento de *Front Liberaire*. O jornal noticiava igualmente acções da resistência em Portugal e apelava à independência das colónias.

Alguns destes jovens regressou a Portugal, e no pós-25 de Abril de 1974, assumiram um papel relevante na difusão das ideias libertárias.

Cultura

Os anos sessenta foram marcados eclosão da chamada "música de intervenção" que retomou em Portugal, a antiga tradição do "fado anarquista" muito popular no final da monarquia e durante a 1ª. República. Zeca Afonso neste género musical um pioneiro que, curiosamente, segundo o seu biógrafo assumia-se como um libertário (110). Na vaga de jovens que seguiram para o estrangeiro iam alguns músicos que foram fortemente influenciados por cantores libertários como Georges Bressens ou Léon Ferré, como foi o caso de Sérgio Godinho (111). Foi para a Suíça em 1963 para estudar Psicologia, mas ao aderir ao ideário anarquista, o seu percurso foi outro. Em maio de 1968 estava nas lutas que então se travaram. Fez depois parte do *Living Theatre*, uma companhia libertária nascida no EUA. Os treze membros da companhia, incluindo Sérgio em 1970 foram presos a mando da Ditadura brasileira durante o Festival de inverno, um acontecimento de renome mundial, na cidade de Ouro Preto. De volta França a partir de em 1971 gravou e participou na gravação de importantes obras discográficas marcadas por uma acutilante crítica social. Em Paris encontrava-se desde 1968 outro músico que foi uma referência durante anos no movimento anarquista: Jorge Palma. Fugido à polícia política (1968), por lá andava igualmente Helder Costa que passou do maoísmo ao anarquismo.

No campo da literatura, a figura do anarquista continuou a ser explorada nos romances, com mais ou menos complexidade, como encontramos em José Rodrigues Miguéis em *Escola do Paraíso* (1960), *Filhos de Lisboa* inserido no romance *Nikali* (1971), *O Milagre de Salomé* (1975) e *Idealista no Mundo Real* (1991).

Expressando o regresso das ideias anarquista ao espaço público, Álvaro Lapa (1939-2006), escritor e pintor, nas *Profecias de Abdul Varetti, escritor falhado* (1972), num dos 22 textos bordados em lona escreve: "Um anarquismo integral, de produção natural, será a forma que se antevê irá ser escolhida pela humanidade emancipada. "

Os "Continuadores" dos Anarquistas

No final dos anos sessenta o PCP, instrumento da PC União Soviético (PCUS), estava isolado. O comunismo internacional estava fragmentado. Desde 1961 que o PCUS era atacado pelo PC Chinês e Albanês de ser um partido burguês, contra-revolucionário, e estar ao serviço do imperialismo mundial entre outras acusações similares. O PCP manteve-se fielmente ao serviço do PCUS, apoiou o esmagamento das revoltas nos países no leste da Europa, como ocorreu na Checoslováquia (1968). Os acontecimentos em Maio de 1968 provocam um novo sobressalto. Um destacado intelectual do partido, Claude Prévost (*Les Etudiants et le Gauchisme*, Paris, 1968) (112) descobriu que as ideias que movem os estudantes eram iguais às que encontrava nos vários capítulos da obra de Daniel Guérin: *L'anarchisme. De la doctrine à l'action* (Paris, 1965). A situação era grave: os estudantes atreviam-se a colocar em causa os fundamentos do "socialismo científico", o trabalho dos "revolucionários científicos" enquanto "vanguarda" do proletariado.

Neste contexto muitos militantes (mais esclarecidos) abandonaram o PCP, e procuraram outras opções ideológicas onde a Liberdade fosse um valor estimável. Outros afastaram-se porque acusaram o PCP de se ter aburguesado e deixado de lutar pela revolução social, seguiram as teses maoístas e albanesas ou guerrilheiras, a que juntaram a luta contra a Guerra Colonial. Em 1970 surgiram novos grupos marxistas que pretendem reconstituir um novo Partido Comunista (MRPP, PCTP-ML, etc) ou iniciar a luta armada contra a Ditadura (FPLN, Brigadas Revolucionárias, PRP).

A resposta comunista a estes movimentos foi elaborada em Moscovo. O PCUS, pela pena de historiadores como Boris Leibzón (1968), afirmou que todos estes movimentos não passavam de manifestações anarquistas. Recordava que Trotski era no fundo anarquista, e Mao-Tse-Tung também o fora durante anos, e a própria "revolução cultural" usava métodos anarquistas (113). Nesta linha, Álvaro Cunhal em 1970 escreveu *Radicalismo Pequeno Burguês de Fachada Socialista* (114) onde repete a mesma argumentação do PCUS, acusando todos aqueles que se manifestavam na sociedade portuguesa à margem do PCP de serem seguidores dos anarquistas.

A Derrocada

O Estado Novo em 1973 estava velho e decadente, no entanto as suas organizações corporativas mantinham-se, como era o caso das estruturas sindicais. Os números que dispomos reportam-se a 1969, quando existiam 325 sindicatos, que contavam com 841.818 sócios e 569.022 contribuintes, isto é, trabalhadores que mesmo não estando inscritos eram obrigados a descontar para o sindicato. Na quase totalidade estes sindicatos tinham um âmbito distrital, apenas 31 tinham era de âmbito nacional, na sua maioria de profissões liberais ou de alto nível de qualificação. Para agregar esta pluralidade de "sindicatos únicos", o regime autorizou a criação de 23 federações e 6 uniões. Não estavam abrangidos os trabalhadores rurais, os pescadores e o funcionalismo público. No total a estrutura burocrática, muito dispersa para evitar ligações entre os trabalhadores era servida por 1237 funcionários (115). Controlada pelo Estado nunca saiu dos objectivos e limites fixados pela Ditadura, apesar da militância que no seu interior supostamente se fazia. As greves foram sempre feitas à margem destes "sindicatos nacionais". A mudança, como é sabido, ocorreu na fase final da Ditadura. O novo ditador abriu a possibilidade da negociação da contratação colectiva de trabalho, admitindo alguma conflitualidade (1969). Medidas que procuravam ir ao encontro de exigências da OIT (116). Esta abertura acabou por animar a intervenção nos sindicatos e disputas nas suas eleições num ambiente social de crescente contestação ao regime. No dia 28 de Setembro de 1970, cinco direcções sindicais reunidas na sede do Sindicato dos Metalúrgicos decidem convocar uma reunião intersindical para o dia 11 de Outubro, convidando 19 outros sindicatos. A convocatória é assinada por apenas quatro sindicatos, maioritariamente dirigidos por "católicos progressistas", para discutirem a contratação colectiva, os horários de trabalho, a censura e a liberdade de reunião. Três dos dirigentes destes sindicatos - metalúrgicos, lanifícios e caixeiros - pertenciam aos chamados "católicos progressistas. Esta reunião marcou o início da Intersindical, como estrutura permanente de coordenação nacional dos sindicatos. A Intersindical foi dominada, como veremos, pelo PCP depois de 1974 sendo transformada na actual CGTP. Nas eleições dos sindicatos as listas favoráveis ao regime foram sendo derrotadas e as greves multiplicaram-se.

A mudança que se verificava nos "sindicatos nacionais" não pode ser desligado do que se passava no país, onde apesar da repressão, a derrocada do regime é iminente. A Oposição à Ditadura, em 1969, realizou o II Congresso Republicano em Aveiro, numa manifestação de força. Emídio Santana, como dissemos, foi um dos participantes e orador. O III Congresso da Oposição em 1973, também em Aveiro, assume já uma atitude de confronto aberto com o regime. A continuação da guerra colonial leva os católicos a oporem-se também ao regime. Em 1970, recorde-se, o papa recebeu os líderes dos movimentos de libertação de Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau e de Moçambique. O regime sentiu-se traído pela Igreja. A greve da fome na Capela do Rato (30-31 Dezembro de 1972) confirmou esta ruptura. Na própria Assembleia Nacional, em 1969, surgiu um grupo de deputados, a Ala Liberal, a reclamar uma mudança no regime. Os seus 19

deputados não tardaram desiludidos a abandoná-la, quando caiu por terra as suas propostas para uma profunda reforma da constituição (117). Nas universidades a revolta estava generalizada, e desde 1972 as escolas secundárias estavam em luta. As prisões e o assassinato do estudante Ribeiro Santos (12/10/1972) aprofundaram a ruptura entre a juventude e o regime.

O ditador Marcelo Caetano, de 16 a 18 de Julho de 1973, deslocou-se a Londres em visita oficial para comemorar o 6^a. Centenário do Tratado de Tagilde (Aliança Luso-Britânica). Era um momento crucial para o regime cada vez mais isolado nas grandes organizações mundiais. É recebido por grandes manifestações. No dia 10 de Julho, o padre Adrian Hastings, no *The London Times*, denunciou os massacres das forças militares portuguesas em Wiriyamu, na província do Tete, Moçambique (16/12/1972). Pelo menos 385 pessoas foram assassinadas pela 6^a. Companhia dos Comandos de Moçambique. Um acontecimento com grande repercussão na opinião pública britânica. No dia 15 de Julho, junto à Embaixada de Portugal em Belgrave Square, cercada por um forte contingente policial, milhares de pessoas manifestaram-se contra a ditadura em Portugal e em apoio à independência de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e outras colónias. Entre as numerosas organizações presentes, contavam-se as de emigrantes portugueses, o PS (partido recém formado) e os movimentos de libertação (MPLA, FRELIMO, PAIGC). Por todo o lado onde o ditador andou, foram organizadas manifestações de protesto, como no Palácio de Buckingham, Museu Britânico (paragem simbólica de trabalhadores) ou no Royal Naval College em Greenwich (estivadores filiados no TGWU despejaram lixo na limousine do ditador). Claude Moreira, um jovem anarquista exilado em Londres, publicou um filme, em Setembro de 1973, com imagens destas manifestações. Cópias do filme com o título - *Caetano Assassino* - são difundidas a partir do seguinte endereço: Cinema Livre, 140 Camden High Street, Plat, London.

Na guerra nas colónias anunciava-se uma derrota militar a curto prazo na Guiné-Bissau. O congresso dos combatentes em Junho de 1973, dá-se conta que a solução para o fim da guerra era política e não militar. A contestação aumenta entre os próprio oficiais da forças armadas. O "Império Colonial" tinha os dias contados. Em Setembro de 1973, a Guiné-Bissau e Cabo Verde declaram a sua independência, logo reconhecida por oitenta e dois membros da Organização das Nações Unidas. A 22 de Fevereiro de 1974, o general António Spínola, reconhecendo a inevitabilidade da derrota militar na Guiné, publica *Portugal e o Futura*, levantando a questão da autodeterminação. O regime entra em choque.

Os anarquistas, em 1973, voltavam a reunir-se para preparem a sua afirmação enquanto movimento.

1974 –1989: Redescoberta e Acção Directa. Murray Bookchin

O golpe militar do 25 de Abril de 1974 não foi uma surpresa. Era esperado, de tal modo a situação política no país e militar nas colónias se tornara insustentável. Revelou também que muito poucos já se mostravam dispostos a defender a Ditadura. No dia do golpe os apelos dos militares insurrectos, para que a população se mantivesse em casa foram recusados. Em Lisboa "o Povo saiu à rua" !. Multidões acorreram aos locais de confronto com as forças que defendiam o regime. A sede da Polícia Política (PIDE) foi cercada, tendo morrido nesta acção popular José James Harteley Barneto (escriturário), Fernando Luís Barreiros dos Reis (soldado), José Guilherme Rego Arruda (estudante de Filosofia) e Fernando Carvalho Gesteira (empregado de comércio). A sede da Legião Portuguesa foi assaltada. No Largo do Carmo onde o governo se refugiou uma multidão aglomerou-se e exigiu a sua rendição. Junto às prisões exigiu-se a libertação dos presos políticos. Milhares de pessoas, acompanharam e incentivaram os militares insurrectos nas suas movimentações militares. A dimensão destes movimentos populares, acabou por ditar o fim de todas as hesitações políticas e militares no derrube da Ditadura.

Com o regresso da democracia, o "movimento anarquista" volta a ressurgir. A longa ditadura (48 anos) apagou praticamente a memória do passado do movimento e do seu ideário, estimulando uma mentalidade submissa e sectária.

Os dois primeiros anos da "revolução" foram marcados pela questão da descolonização e da democracia versus ditadura.

O movimento liderado pelo General Spínola (presidente provisório da República), apoiado pela Direita, procurou reunir apoios para promoverem um golpe de estado que permitisse o regresso ao passado, impedindo a independência das colónias. O comício da "Maioria Silenciosa" no Campo Pequeno, a intentona do 28 de Setembro de 1974 ou a tentativa de golpe de 11 de Março de 1975 foram o canto do cisne deste movimento. Era um objectivo que se revelava impossível não apenas por os militares se recusarem a voltar a combater, mas sobretudo pela forte oposição de movimentos nas ruas. A rápida declaração do reconhecimento da independência dos povos africanos ajudou a acabar com as ilusões neocoloniais: Guiné-Bissau (10/07/1974), Moçambique(25/06/1975), Cabo Verde (5/07/1975), S. Tomé e Príncipe (12/07/1975 e Angola (11/11/1975). A vinda de cerca de um milhão de "retornados" das ex-colónias acabou por ser mais pacífica do que o esperado, rapidamente foram-se integrando na sociedade portuguesa, muitos dos quais com um vivo sentimento de terem sido abandonados pelo "Império". O que prosseguiu , como veremos, foram as acções terroristas destinadas a liquidar todos os "comunistas", conceito muito abrangente como durante a Ditadura.

A situação política em Portugal que então se vivia não pode ser desligada do contexto internacional, nomeadamente da luta entre a antiga União Soviética e os EUA. Os vários partidos que então se formaram receberam importantes apoios para servirem um ou outro bloco.

A maioria dos militares envolvidos no golpe de 25 de Abril de 1974, tentaram desde o início controlar o poder político. Arvoraram-se em donos da "revolução de Abril" e assumiram-se como os seus ideólogos. A Junta de Salvação Nacional saída do golpe foi em Março de 1975 substituída por um Conselho da Revolução, cujo objectivo era controlar uma revolução que os "políticos" deveriam executar sob as orientações do Movimento das Forças Armadas (MFA). A questão é que estes militares "revolucionários"

ou "progressistas", na linguagem do tempo, eram continuamente ultrapassados pelo movimentos populares e a agitação nos quartéis. A "Revolução" apadrinhada pelos mesmos, no verão de 1975, revelou-se num fracasso. A partir de Setembro de 1975, a única solução vislumbravam era porem ordem nos quartéis, e seguirem as opções políticas apoiadas pelos dois partidos mais votados nas eleições constituintes de 25 de Abril de 1975 (PS e PPD) e da Igreja.

A ideia de uma ditadura em Portugal era então abertamente defendida pelos marxistas de todos os matizes. Em termos organizativos, de propaganda e de militância as forças marxistas destacavam-se claramente sobre as restantes correntes ideológicas. Através de uma estratégia de infiltração e controlo muitas publicações, como as revistas *Seara Nova* ou o *Tempo e o Modo*, jornais ou editoras tornaram-se órgãos de propaganda das forças comunistas. O PCP apoiante incondicional do regime da União Soviética, defendia a estatização da economia e controlo de todas as atividades sociais e culturais pelo Estado. Contava também com importantes apoios dentro das forças armadas. Nos sucessivos governos provisórios conseguiu que fosse aprovada legislação que reforçava a sua implantação no movimento sindical através da Intersindical. Os outros partidos marxistas eram defensores de um modelo sociedade tipo chinês (Mao Tsé Tung), albanês (Enver Hoxha), vietnamita (Ho Chi Minh), cambojano (khmers vermelhos) ou dos norte-coreanos (Kim Il-sung) e de outras ditaduras comunistas. Um largo grupo dos militares "revolucionários" do MFA, com destaque para Otelo Saraiva de Carvalho defendiam o modelo cubano de Fidel de Castro. O grupo mais moderado estava fascinado pelo modelo de Tito na Jugoslávia. Outros propunham uma réplica do regime argelino.

Ontem, como hoje, não faltaram tiranias a patrocinar associações de amizade e viagens de propaganda. A "revolução social" apontada aos trabalhadores implicava, em todo o caso, uma nova ditadura e a obediência a um partido ou aos militares. Não se pretendia pessoas que pensassem mas massas que fossem conduzidas por "militares progressistas" ou uma "vanguarda do proletariado". Foram amplamente divulgados textos dos "grandes líderes da classe operária" como Lenine, Estaline, Mao Tsé Tung, Enver Hoxha e de funcionários de partidos comunistas sobre os malifícios do anarquismo com a demonstração dos benefícios das ditaduras em nome do "proletariado" (1).

O PCP, a força política melhor organizada que se impôs depois de Abril de 1974, não tardou a desencadear um golpe militar, tirando partido do rápido controlo que havia adquirido em sectores estratégicos do aparelho de Estado, sindicatos, empresas públicas, e sobretudo da influência que tinha entre muitos militares. Na madrugada do dia 25 de Novembro de 1975, militares que lhe eram afectos, nomeadamente no corpo de paraquedistas ocupam posições estratégicas na região de Lisboa e na televisão. A contra-ofensiva militar, com o apoio do PS, PPD e a Igreja, não se fez esperar. Há muito que vinha sendo preparada. O golpe foi rapidamente dominado, registaram-se várias mortes, dezenas de prisões, fugas para Cuba, Angola ou Moçambique de muitos dos implicados. A agitação nos quartéis desapareceu. Uma tentativa de golpe que o PCP depois tentou negar (1.1). Sem o apoio militar, muitos dos movimentos populares que não haviam adquirido nenhuma autonomia face ao poder desapareceram, muito embora os problemas sociais se tenham agravado. O 25 de Novembro foi sentido como uma traição.

Neste contexto, a ideia de uma integração na Comunidade Económica Europeia, cujo pedido foi feito em 1977, mostrou-se mais apelativa que o regresso a uma nova Ditadura.

No renascido movimento anarquista, ao longo da segunda metade dos anos setenta, foram-se afirmando vários núcleos de acção e tendências que procuraram dar a resposta possível aos seus combates de sempre.

A Batalha / CEL

Em **Lisboa**, logo a seguir ao golpe militar do 25 de Abril de 1974, Emídio Santana com dezenas de antigos militantes reúnem-se no Ateneu Cooperativo, na Rua dos Anjos, para relançarem o movimento libertário em Portugal, e em particular as ideias "anarco-sindicalistas". O ânimo era enorme. Abriu-se em Junho uma sede na Rua Angelina Vidal, nº.17-2º. esq., e criou-se o esboço de uma organização denominada Movimento Libertário Português (MLP) que se desdobrou em entrevistas nos jornais. As ideias ainda eram pouco consistentes, a repressão tinha deixado as suas marcas. A ideia do MLP, enquanto organização, não tardou a morrer. Numa rápida conjugação de esforços, a 19 de Julho de 1974 realiza-se um grande comício na Voz do Operário, comemorativo da "Revolução Espanhola" (2).

As energias dos libertários concentraram-se na reedição do jornal *A Batalha*, tendo sido constituído a Cooperativa Editora *A Batalha*. O primeiro número saiu a 21 de Setembro de 1974, como "Jornal Sindicalista Revolucionário", fazendo referência a ter sido o antigo órgão da Confederação Geral do Trabalho. A ideia era lançar as bases de uma ampla organização libertária, embora baseada em princípios anarquistas. Nesta abertura distinguia-se, como veremos, da organização que se pretendia formar no Centro de Cultura Libertária de Almada. *A Batalha* partir do nº 20, a 8 de Agosto de 1975 passou a afirmar-se como "Jornal Anarco-Sindicalista". A edição do jornal foi acompanhada pela edição de pequenos textos. A sede d' *A Batalha* tornou-se no principal centro do movimento anarquista no país. Em 11 de Novembro de 1975 foi decido criar a Aliança Libertária e Anarco-Sindicalista (ALAS).

Em Abril de 1976 o jornal teve que abandonar a sua sede na Angelina Vidal, para se instalar no final do ano na Av. Álvares Cabral, 27 A, e voltar a readquirir a dinâmica entretanto perdida. No meio destas mudanças, em Outubro de 1978 decidiu-se extinguir a Cooperativa e criar o Centro de Estudos Libertários (CEL), um processo concluído em Agosto de 1979. De novo houve que mudar de sede, em 1981, agora para a Av. D.Carlos, nº128, onde ficou até princípios de 1985, para se instalar durante alguns meses na sede da Base-FUT (Rua de S. Bento, 672), até aterrar no final de 1986 na Rua Marquez de Ponte de Lima, 37-2ª. Dtº. As sucessivas mudanças da sede do jornal afectaram profundamente o trabalho que era desenvolvido na sua elaboração e difusão. A redacção e maquetagem chegou a funcionar durante 1983 na Livraria Contra-a-Corrente (Rua da Atalaia, nº204-206).

Centro de Cultura Libertária / FARP- FAI

Em Almada foi rápida a reorganização dos anarquistas, constituindo na cidade o seu mais estável polo de acção. A 13 de Maio de 1974 formavam o Centro de Cultura Libertária (CCL). Primeiro com sede na Rua Fernão Lopes, nº12, r/c em Almada e depois na Rua Cândido dos Reis, 121-1º. Dtº. (Cacilhas). Em Junho promoveram na "Incrível Almadense" um polémico comício devido a afirmações de alinhamento com o MFA (Movimento das Forças Armadas), e a 22 de Janeiro de 1975 lançaram o jornal *A Voz Anarquista*. Três dias depois, os Grupos Autónomos Anarquistas, promovem um comício no Ginásio do Liceu de Beja, evocativa de memória de antigas lutas dos trabalhadores rurais no Alentejo e de figuras como Gonçalves Correia. Estas acções eram sobretudo impulsionadas por

antigos militantes como Francisco Quintal, José Correia Pires, José Paulo Lola (1901-?), Sebastião de Almeida (1908-?), Viriato F. C. Pereira (1927-?), Jorge Quaresma (1905-1990), José Eduardo (1909 -?), Fernando Paiva (1925-?), mas com mais jovens como Carlos Pimpão (1949-2023).

Embora *A Voz Anarquista* fosse marcada pela tentativa de difundir a memória perdida do “anarquismo militante”, dava igualmente espaço a expressões muito diversificadas, como a “utopia” de um editor de obras de “ficção científica”: Eurico da Fonseca (*A Sociedade do Futuro*, 1979) (3). A tecnologia surgia aos olhos de muitos anarquistas como a chave para a construção de uma sociedade libertária (4), muito ao gosto de Kropotkine ou do seu amigo Júlio Verne (5).

O CCL protagonizava a corrente do chamado “anarquismo militante” que defendia a existência de organizações específicas de anarquistas, assumindo causas muito diversificadas. Retomava a memória da UAP, Aliança Libertária e em particular da FARP-FAI. Esta corrente agregava outros grupos e respectivas publicações como a revista *A Ideia* (início de publicação 1974, França) ou *O Libertário* (1975). Associado a esta corrente, em Agosto de 1974, tinha-se formado os Grupos Anarquistas Autónomos. Em Setembro de 1974 diz-se aderente ao MLP, fazendo sair vários comunicados sobre a situação política que se vivia. Revelando grande capacidade de ação, por exemplo, 25/01/1975 organizam o Comício de Beja e a 3/03/1975 a manifestação de solidariedade com os trabalhadores espanhóis. Forma-se entretanto o Grupo Os Revoltados que impulsionam a criação da Associação dos Grupos Anarquistas Autónomos (AGAA), cuja plataforma data de Julho de 1975, assim como o 1º . Boletim da AGAA. O 2º. boletim surge já sob a forma de uma revista: *Ação Directa* (1975-1979), caracterizada desde por uma crítica radical à democracia formal, militarismo, sistema prisional, legalismo, entre outros temas (7). Entre os seus membros destacavam-se Gabriel Morato, Jorge Mota Prego, João Guerreiro, Rui Vaz de Carvalho (8) e Júlio Carrapato. O "grupo" em 1976 aderiu à FARP, saiu em 1977 e acabou por dissolver-se em 1981.

Fruto destas ligações, a FARP-FAI foi reconstituída a 14/12/1975, baseada em grupos de afinidade, segundo o modelo de síntese da Federação Anarquista Francesa, mas em estreita ligação com os anarquistas em Espanha(6). João Freire foi determinante neste processo. Entre as ações públicas da FARP registe-se o comício de 15/01/1977 na *Voz do Operário*. Em Fevereiro deste ano João Freire é preso em Espanha com mais 46 companheiros da FAI. Ao contrário do que João Freire pretendia realizou-se no Rossio um expressiva manifestação de protesto que terminou em confrontos com a polícia.

Não eram pacíficas as relações dentro da FARP, nomeadamente sobre os meios e modos de acção. A 15 e 16/10/1977 dois grupos da FARP promoveram uma "Conferência Libertária" na sede d' *A Batalha*: vieram mais de 150 anarquistas do Porto, Leiria, Coimbra e Setúbal, e ainda três espanhóis da Andaluzia. João Freire declarou que a FARP tinha então catorze grupos. Entre os temas a discussão (Anarquismo e Coordenação Anarquista, As Causas da Debilidade do Movimentos Anarquista em Portugal e Intervenção Social), a Organização foi o tema que gerou maior discussão. Durante o debate manifestou-se uma grande oposição à necessidade de uma organização permanente. As críticas mútuas e excessos de protagonismo anularam os entendimentos alcançados, apesar dos apelos de André Bandeira (Porto).

A 17 de Novembro de 1979 na sede do Grupo de Cultura e Acção Libertária de Almada, um plenário, decidiu suspender a actividade da FARP, terminando desta forma o equívoco da FAI-FARP. O iberismo de alguns dos seus membros, sem nenhuma perspectiva

federalista global, estava em contradição com os princípios anarquistas. Na base destes desentendimentos estava igualmente a influência uma corrente que surgiu da cisão da ORA, em 1976, a OCL- *Organisation Communiste Libertaire* (França), que tinha expressão em Portugal no Grupo *Acção Directa*.

A revista *A Ideia*, a principal publicação desta corrente, a partir de 1977 foi-se transformando numa publicação cultural de pendor literário. Inicialmente ainda abordou numa perspectiva de acção social questões como ecologia, feminismo, sindicalismo ou pacifismo, com o passar dos anos a "criação estética" (poética e pictórica) passou a ser central na orientação desta publicação (8.1).

Ateneus Libertários

No **Porto** onde desde 1887, o movimento anarquista fora sempre marcado por grande combatividade, mostrou-se depois de Abril de 1974 disperso. A primeira manifestação ocorreu a 11 de Maio de 1974 quando vários grupos convocam um "meeting" para o jardim da Cordoaria e proclamaram que "O superorgasmo da revolução não pode estagnar com um simples golpe de Estado". Manifestaram-se contra todos os Estados, a família tradicional, a religião, a oligarquia dos partidos, a repressão sexual, a exploração capitalista, a guerra colonial, o imperialismo, "os chefezinhos" de toda a cor, estão ao lado dos proletários, lumpen, artistas, presos, os homossexuais, as vítimas do racismo, com os terroristas revolucionários, nomeadamente da FAI, MIL, Banda Baader (Meinhof), os Wethermen "até que tomem o poder". A radicalidade do discurso e a provocação como arma revolucionária era claramente assumida no comunicado. Muitas outras provocações efémeras se seguiram até aos anos oitenta, depois evaporaram-se num conformismo cada vez mais acentuado. O movimento persistiu, ainda que sem grande articulação. Graças à acção persistente de alguns companheiros, em 1979 abriu um ateneu libertário no Porto.

No **Montijo** em 1976 foi fundado o Centro Libertário de Cultura Popular (Rua Manuel Neves Nunes de Almeida, 32). Em **Leiria** abriu o Ateneu Libertário (Junho de 1978-1981) (9) e em Junho de 1979 foi criado o Ateneu Libertário de **Coimbra**. Por todo o país grupos e indivíduos dispersos afirmam-se anarquistas, realizando muitas ações pontuais.

A criação destes ateneus motivou a realização de um encontro, no dia 13 de Outubro de 1979, em Coimbra dos Ateneus Libertários de Leiria, Coimbra, Porto e individuais da zona centro. Deste encontro resultou a União de Libertários e Anarquistas (ULA) (10). A ULA dissolveu-se na Coordenadora Libertária que surgiu do encontro conferência libertária, realizada em Coimbra a 26 Setembro de 1981. O encontro foi alargado a companheiros de todo o país.

Crítica do Poder. A brutal repressão e silenciamento que foi alvo o movimento anarquista deixou marcas profundas em Portugal. Em 1974 existia um fosso entre os "novos" e os "velhos". A crítica do poder (domínio, alienação) continuou a assentar, ainda que fragmentariamente nos textos clássicos de Proudhon, Bakunine (11), Errico Malatesta, Kropotkine ou Emma Goldamn. A que os mais novos juntaram os textos de Paul Goodman, Murray Bookchin (12) e um leque muito alargado de pensadores incluindo "revisionistas" das teses marxistas. Entre eles destacamos Wilhelm Reich, Erich Fromm, H. Marcuse, Hananh Arendt , Michel Foucault, Guy Debord, Raul Vaneigen, Pierre Clastres, Jean Baudrillard ou até Karl Popper.

As ideias de Wilhelm Reich e de Erich Fromm sobre a psicologia de massas do fascismo e o autoritarismo, por exemplo, deram importantes contributos a compreensão de uma questão que jovens libertários então colocavam como alguma insistência: como foi possível que a maioria da população portuguesa durante décadas aceitasse passivamente a Ditadura ? Sofrendo constantes humilhações por parte de quem a explorava e oprimia, em vez de se revoltar em massa, resignada, limitava-se a emigrar como se isso fosse uma fatalidade para quem nasce em Portugal. Era incompreensível também a opção de muitos jovens que após a queda da Ditadura lutavam por instaurar uma outra no país, tomando a Rússia, China, Albânia, Cuba ou a Coreia do Norte como modelos políticos a seguir. O medo da liberdade leva-os a desejar uma nova prisão. Questões que na imprensa anarquista eram indissociáveis dos mecanismos de controlo social, manipulação de massas, a alienação social e das contribuições dadas pelo movimento da anti-psiquiatria. Durante o século XX, como era denunciado, os mecanismos de controlo social tinham sido reforçados, com a entrada ao serviço do Estado de um vasto conjunto de profissionais como psiquiatras, psicólogos, sociólogos ou urbanistas. A sua função política era a de transformarem problemas cujas causas decorrem da organização social ou ambientais, em problemas individuais ou de grupos específicos.

Anti-militarismo. Contra a corrente na altura que bajulava os militares, os anarquistas irrompem em 1974 com um discurso anti-militarismo. Combatem a mitificação do MFA, recordando que haviam sido os militares que em 1926 haviam instaurado uma ditadura no país e durante 48 anos a apoiaram. Só decidiram derrubar a ditadura quando constataram que não podiam derrotar os movimentos de libertação nas colónias e o regime estava decadente. O poder que exerceram na sociedade portuguesa, entre 1974 e 1982, através do Junta de Salvação Nacional/Conselho da Revolução não deixa de ser um elemento limitador da liberdade dos cidadãos(13). Os anarquistas reconheciam que não havia condições para a destruição das forças armadas, substituindo-as pelo povo em armas. Era todavia uma ilusão pensar que as mesmas podiam ser internamente transformadas, como então se afirmava. Uma ilusão que tinha como protagonistas um grupo de militares profissionais "progressistas" que auto-proclamavam-se, sem sucesso, comandantes de movimentos populares que estavam a abalar os princípios base da instituição militar (hierarquia, unidade de comando e obediência às ordens), levando a uma crise no sistema capitalista. A imprensa anarquista era clara sobre esta questão: não sendo as forças armadas destruídas, os princípios em que assenta a instituição militar voltariam a ser reconstituídos e a ordem voltaria aos quartéis, o que aconteceu a 25 de Novembro de 1975. Foi o fim da célebre "Aliança Povo-MFA". Doravante, a instituição militar passou a assumir sem disfarces a sua natureza de guardião do sistema capitalista.

Vários anarquistas participaram na altura em movimentos revolucionários nos quartéis, segundo as suas declarações pretenderam prolongar a quebra de autoridade interna nos quartéis, de forma a impedir a mobilização de tropas para as colónias, e facilitar a expansão das organizações de base, como as comissões de trabalhadores e de moradores (13.1).

Entre as várias iniciativas libertárias, refira-se pelo seu significado histórico, o segundo encontro de objectores e objectoras de consciência, a 30 e 31 de Janeiro de 1982 em Coimbra, com a presença de 30 indivíduos de Portugal e Espanha (14) .

Estas acções não se circunscreviam apenas ao militarismo em Portugal. Em termos globais a imprensa anarquista evidenciou a sua oposição contra o Imperialismo, o

Nacionalismo, a Guerra e a Industria de Armamento. Um combate que deve ser feito no interior de cada país, recusando-se a tomar partido por qualquer dos blocos militares em confronto, e assim como a defesa "unidade e a segurança nacional", pretexto que se servem os Estados para aniquilar a resistência e o reforço do militarismo. O que tem destacado é todavia a enorme capacidade destrutiva global que está instalada e que não tem paralelo no passado, colocando em risco a própria sobrevivência da Humanidade. Enormes arsenais nucleares, de armas químicas e biológicas cujo único objectivo manterem pelo terror os domínios de cada bloco político-militar de modo a assegurar o saque. Um objectivo que implica constantes ameaças, chantagens e intervenções militares directas ou indirectas nas regiões insurgentes. Um confronto cuja tensão aumentou nos anos oitenta com a emergência da China como potência global da China, e cujo arsenal militar tem vindo a registar um crescimento exponencial de acordo com as suas ambições expansionistas.

Nas últimas décadas a crítica da Guerra, suscitou uma profunda reflexão sobre a cultura que a tem valorizado, nomeadamente a produção de uma visão romanceada de heróis, de conquistas que conduziram ao extermínio de inúmeros povos. Um campo em que o anti-militarismo se uniu ao feminismo (14.1).

Lutas Armadas. A mudança de regime em 1974 foi acompanhada por uma luta armada entre a direita e a esquerda, destinadas a criar um ambiente político favorável a um golpe de Estado. A questão da violência política e a luta armada eram objecto de uma reflexão permanente no movimento anarquista, basta consultar a sua imprensa para o constatar. Se o recurso às armas contra a ditadura era consensual, o mesmo não se passava quanto às acções armadas que se prolongaram até final dos anos oitenta.

Desde finais de 1974 partidos e movimentos como o MDLP, ELP, PDC, CDS ou o PPD, começaram a abrir caminho para o poder através de assassinatos, assaltos, perseguições e acções intimidatórias, e uma crescente onda de atentados bombistas praticada por uma rede de criminosos (1.2). Esta rede criminosa, que se formou a partir do MDLP, dirigido por António Spinola, Alpoim Galvão e Sanches Osório, agregava para além de militares, policia e políticos, um vasto grupo de elementos saudosos da Ditadura. Era financiado por empresários, sobretudo do norte do país. A igreja católica através dos seus mais altos representantes, como o cónego Melo (1927-2008), com a benção de Francisco Maria da Silva, arcebispo de Braga, participou nestas acções terroristas. Povoações como Rio Maior, no verão de 1975 ganharam grande visibilidade pública, não pela qualidade de vida que a população desfrutava, mas por actos de agressão a adversários políticos e na destruição, acções simbolizadas numa "moca". O alvo imediato destes atentados eram os "comunistas", mas o objectivo era criar na população um sentimento geral de insegurança que favorecesse a ascensão de governos autoritários. Estas acções terroristas da Direita eram secundadas por uma feroz repressão policial, na qual foram assassinadas e feridas dezenas de pessoas em manifestações pacíficas (1.3).

O PRP/BR, com o qual muitos anarquistas manifestavam grande simpatia, nomeadamente devido à luta que sustentaram contra a Ditadura, enveredou em 1975 pela luta armada no novo regime político. O alegado objectivo era apoiar militarmente a luta dos trabalhadores, criando um ambiente insurreccional susceptível de implantar uma organização social autogestionária. Sem nenhuma implantação nas empresas e nos campos, nem sequer nos quartéis ao contrário do que afirmavam, acabaram por se dedicar a assaltar bancos e a realizar atentados. Em 1978 o PRP/BR auto-extinguiu-se.

Os seus principais elementos quando forma presos não deixaram de ter o apoio de anarquistas, em memória da sua luta contra a Ditadura.

Militantes do ex-PRP/BR e militares "Progressistas", após a Direita ter chegado ao poder em 1979, retomaram a luta armada para prosseguirem o projecto político basista do MFA que fora interrompido no 25 de Novembro de 1975. As Brigadas 25 de Abril, lideradas por Otelo Saraiva de Carvalho, não tinham nenhuma simpatia entre os anarquistas apesar de falarem de um organização social de gestão directa. Em pouco tempo passaram a dedicar-se quase que exclusivamente a assaltos a bancos e atentados bombistas. Auto-extingiram-se em 1991.

Estatismo. O "processo revolucionário" que se seguiu ao golpe militar, procurou manter intacta a organização corporativa do Estado, com as modificações introduzidas pelo ditador Marcelo Caetano, mudando apenas os titulares dos diversos cargos políticos. Após ao 11 de Março de 1974, sob a tutela militar do "Conselho da Revolução", assistiu-se inclusive ao reforço do centralismo e do poder do Estado sobre a sociedade. Passaram a pertencer ao Estado a banca, os seguros, telecomunicações, os principais órgão da imprensa, incluindo a televisão, uma série de indústrias básicas, os hospitais que eram misericórdias, as caixas de previdência que não totalmente suas. A maioria dos sectores da actividade, incluindo a Cultura, passaram para o controlo ou dependência financeira do Estado. Desapareceram os grandes grupos privados que haviam medrado à sombra da Ditadura (1.4).

A "construção dos socialismo", consagrada na Constituição de 1976, fez emergir o Estado-Patrão, e com ele aumentou desmesuradamente o funcionalismo público e os défices para o sustentar. O crescimento do Estado, sem controlo, estimulou uma cultura de saques oportunistas por parte dos partidos políticos, que passaram a ver no Estado e nas empresas e instituições públicas ou semi-públicas, um vasto campo para empregos dos seus militantes em formação ou para a compensação por longas militâncias. A orgânica do Estado, Governos Regionais, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, passou a ser reconfigurada de acordo com as necessidades de emprego dos aparelhos partidários. A corrupção e o saque tornaram-se crónicos. Era uma evidência que o Estado havia penetrado em todos os níveis da sociedade, estabelecendo uma vasta cadeia hierárquica no qual os cidadão se integravam. Uma integração, cujo controlo rompia com a distinção entre vida privada e pública que se esbateu, e que passou a colocar em causa liberdade dos cidadãos, questão omnipresente na imprensa anarquista.

Partidocracia. A instauração da democracia foi acompanhada consagração do princípio que o exercício do poder político seria confiado aos partidos políticos. Doravante a participação política dos cidadãos deveria fazer-se no seu seio, sob o pretexto que os mesmos estavam abertos à sociedade e eram a sua expressão natural. As eleições seriam o último acto da participação dos cidadãos ao escolherem o partido da sua preferência. Como era de esperar, nada disto aconteceu. Os partidos revelaram-se organizações fechadas. Era também uma ilusão a alegada selecção interna que fariam dos melhores entre os melhores da "elite política". A sucessão interminável de dirigentes políticos, sem os mínimos princípios éticos, evidenciou que os partidos albergavam no seu seio bandos de oportunistas e corruptos que com a maior das facilidades atingiam os mais altos cargos no partido e na administração pública. Foi também evidente que os partidos estavam longe de se destacarem pelas suas propostas políticas. A maioria das vezes, não passam de promessas contraditórias e elaboradas na ocasião com o único objectivo de captarem votos. O Estado e partidos rapidamente acabaram por fundiram-se.

Antes de haver uma nova Constituição para o país(1976) já estava assegurado o seu domínio no aparelho estatal. O escrutínio público da público da corrupção no Estado e empresas públicas foi desta forma bloqueado. A denúncia da ilusão que rodeia as eleições pelos anarquistas, a seguir a 1975, causou de início alguma perplexidade na maioria da população portuguesa. Após uma longa ditadura em que as eleições eram uma farsa, em democracia cada eleitor ficou convencido que iria decidir com o seu voto o futuro do país: "Agora será diferente!" foi o que a maioria pensou. A proposta anarquista do "Galo de Barcelos ao Poder" antecipava a desilusão que não tardou a impor-se entre os eleitores. As eleições nunca foram o garante da democracia ou da liberdade dos cidadãos. A história está repleta de exemplos de ditaduras saídas de eleições democráticas, demagogos legitimados nas urnas que conduziram povos para catástrofes sociais, políticos legitimados pelas urnas no exercício do poder negaram tudo o que haviam prometido fazer.

Para muitos anarquistas a questão do abstencionismo, votar ou não votar, era na prática irrelevante. O verdadeiro problema estava na mentalidade que estava a ser criada que se traduzia numa submissão quotidiana ao Estado, partidos políticos, patrões, etc. Era esta atitude imbecil (dependência) que tornava utópicas todas as lutas por uma sociedade livre e igualitária. As ilusões de mudança em volta de cada nova "eleição" pouco mais eram do que a continuidade da mesma atitude de entrega a outros de decisões que diziam respeito ao próprio. As "mobilizações populares" andavam ao sabor das lutas partidárias que centravam no Estado a resolução de todos os problemas.

A única participação na sociedade que era solicitada aos cidadãos resumia-se a "descarregar" votos num partido político na altura das eleições. Durante as eleições constitucionais de 1975 surgiram várias publicações provocadoras como a "Merda" nº1, seguido do nº. 2 que vendeu mais de 170 mil exemplares segundo a Cooperativa de Fomento Acrata criada por José de Brito (15). A ideia pegou surgiram outras congéneres como "O Peido", "O Grande Peido", "Merdário", "Hebdomerdário" e outras com títulos inspirados nas latrinas. Às publicações juntou-se as frases humoradas dois "anarcas" que originaram outro sucesso comercial: uma antologia (16). O "Anarca" substituiu a imagem popular do anarquista tradicionalmente associado ao bombista. Por todo o país o "A" circundado assinava inscrições de todo o tipo, nem sempre com humor.

No Porto, nas eleições legislativas de 1976, numa intervenção mais habitual, três anarquistas foram presos a 11 de Novembro por andarem a distribuir comunicados anti-eleitorais.

O sistema político que fora instituído, castrador da autonomia dos cidadãos, era revoltante para muitos jovens. Nuno Artur Silva, reportando-se a essa época testemunha: "Logo a seguir ao PREC, toda a gente tinha um partido e eu e os meus amigos éramos anarcas e dedicavamo-nos a pintar paredes com frases "Vota na Abelha Maia" (*Expresso*, 25/03/2019).

Profissionalização da Política. Entre 1974 e o princípio dos anos oitenta a população portuguesa foi doutrinada para aderir ou se definir partidariamente. A televisão do Estado, a única que existia, participava neste processo. A democracia representativa, assente na delegação do poder dos cidadãos numa minoria, foi corporizada num pequeno grupo de partidos políticos que rapidamente começaram a "formar" milhares de "políticos profissionais". Uma burocracia partidária que assegurava e dava continuidade ao monopólio da representação dos cidadãos nos cargos políticos, o que foi consagrado na Constituição e na legislação corrente. O modelo do PCP foi rapidamente replicado. A

grande base de recrutamento foi as "juventudes partidárias". Os "jotas" como eram e são designados, jovens sem qualquer experiência profissional e totalmente dependentes dos respectivos partidos, foram sendo "encaixados" no aparelho de Estado, autarquias, empresas e instituições públicas. Um sistema que permitia aos partidos compensar os seus militantes pelo trabalho desenvolvido e a sujeição a que foram submetidos. A única participação livre que era permitida aos cidadãos nas eleições estava limitada às juntas de freguesia. Procurou-se afastá-los de qualquer intervenção na sociedade desde que não se sujeitassem aos espartilhos partidários. O sistema foi aplicado em muitas outras áreas, como os sindicatos, onde os lugares nas direções eram distribuídos em função das tendências partidárias. A cidadania foi empobrecida e a liberdade condicionada.

A questão da partidocracia era também particularmente sentida por artistas - músicos, interpretes, pintores ou humoristas - compelidos a terem um partido e a afirmarem as suas preferências partidárias em público. O expediente seguido por um número considerável era afirmarem-se "anarcas" ou "anarquistas" de forma não serem limitados na sua criatividade, como foi o caso de Nicolau Breyner, Herman José, etc. Outros, como Vitorino assumiram-se como continuadores da rebeldia de antigos anarquistas. No seu primeiro disco fez-se acompanhar na capa por um deles, dedicando a José de Brito uma bela canção: "Morra Quem Não tem Amores". O "rótulo" de anarquistas permitia-lhes uma liberdade que doutra forma não teriam, mas que nada esclarecia sobre o seu posicionamento face à arte. Em Braga foi editado *A Estética Anarquista* de André Reszler, pela editora Eros (1977). Foram também traduzidas algumas obras fundamentais de Herbert Read que nos anos 30 procuravam romper com uma visão propagandista da arte que então imperava.

Entre os criadores próximos do movimento anarquista que defendiam uma arte sem barreiras, explorando novos horizontes, destacamos Manuel Almeida e Sousa, que se desdobrou em múltiplas intervenções e criações, como o grupo de teatro *A Mandrágora*.

Num contexto social dominado por visões concentracionárias, muitos anarquistas colaboraram com outras forças políticas na defesa da Liberdade ou do planeta, nomeadamente os "marxistas libertários" (concelhos operários, Rosa Luxemburgo, etc), Base-FUT, Movimento Ecológico (Afonso Cautela), etc.

Lutas Laborais / Sindicalismo. À volta do jornal *A Batalha* formou-se um vasto grupo de anarquistas de diversas idades, mas que tinham como referência antigos militantes, portadores de memórias de resistência à ditadura e de intervenção sindical (17). Defendiam uma participação ativa nos locais de trabalho e nos sindicatos, onde se forjaria a emancipação dos trabalhadores. A questão é que a mentalidade dos trabalhadores em 1974 era muito distinta dos operários da antiga CGT. A esmagadora maioria nascera, vivera sempre em Ditadura, e sonhava também como uma nova Ditadura, conduzida por um partido de trabalhadores. A estrutura económica assentava agora em sectores de mão-de obra intensiva e de baixos salários, como a indústria têxtil (17.1), cuja concepção dos produtos e a sua comercialização pertenciam a grupos internacionais. O que facilitou a sua rápida deslocalização e encerramento de fábricas e estaleiros navais. Os baixos salários eram a sua vantagem competitiva no mercado europeu.

Os sindicatos na altura estavam a ser controlados maioritariamente pelo PCP através da Intersindical. Este partido depois de Abril de 1974, sob o pretexto do saneamento dos fascistas das direções dos antigos "sindicatos nacionais", conseguiu colocar à frente destes os seus militantes.

O grande assalto do PCP foi contudo ao Ministério do Trabalho. Uma operação que contou com dois importantes aliados entre 1/07/1974 e 19/09/1975: Vasco Gonçalves, primeiro-ministro e Costa Martins, ministro do Trabalho. Através de medidas legislativas, acções de rua promovidas pelo PCP-Intersindical e outras de propaganda como “Batalha da Produção” (6/10/1974), repetida a 10/06/1975 por iniciativa da Intersindical, foi controlando os sindicatos e muitas empresas. Através de sucessivos diplomas legislativos foi sendo consagrado este controlo partidário dos sindicatos. A 14 de Janeiro o PCP-Intersindical organizou uma grande manifestação a favor de uma única central sindical: a Intersindical. Outras se lhe seguiram até à sua aprovação legal (Dec.-Lei, nº.215-A/75). A liberdade e independência sindical voltava a desaparecer em Portugal, numa continuidade do corporativismo fascista. Durante o Iº. Congresso da Intersindical (25 a 27 de Julho de 1975) reforçaram o seu poder, iniciando um processo de expulsão dos opositores internos, provocando uma onda de contestação. Face aos desmandos, com a queda o Vº. Governo, Costa Martins acabou por se refugiar em Cuba e depois em Angola. Numa prova de força reveladora dos novos métodos de acção sindical, no dia 12 de Novembro de 1975, a Intersindical conseguiu mobilizar dezenas de milhares de operários da construção civil para fazerem um cerco à Assembleia Constituinte. Estes operários exigiam que o novo ministro do trabalho os recebesse e decretasse um novo Contrato Colectivo de Trabalho. A acção sindical fazia-se agora através de pressões sobre os governos e sobre o parlamento, conduzidas pelo PCP. No IIº. Congresso da Intersindical, em 1977, esta central sindical assumiu-se como uma correia de transmissão do PCP e passou a garantir financiamento e emprego a grande número dos seus funcionários. A nova central sindical que se formou em 1978 - UGT - constituiu uma reacção partidária (PSD e PS) contra a hegemonia que o PCP havia adquirido nos sindicatos. O sindicalismo em Portugal passou a estar submetido a estratégias partidárias, centradas na queda ou permanência de governos ou na conquista de lugares no parlamento.

No princípio de 1975 a situação nos campos era explosiva. O desemprego era generalizado, agravado pelo abandono dos campos e fuga dos proprietários agrícolas, a desmobilização milhares de soldados e pelo aumento dos entraves à emigração portuguesa para nos países europeus afectados por uma crise económica. A partir de Fevereiro assistiu-se à ocupação de grandes latifúndios, sobretudo no Alentejo. Era a resposta à falta de trabalho e à necessidade de encontrar meios de subsistência. Foi um movimento que rapidamente se expandiu. Em princípios de 1976 calculava-se que tivessem sido ocupados 1,130 milhões de hectares, tendo-se formado cerca de 500 organizações formais e informais para a sua gestão, onde trabalhavam 44 mil trabalhadores (homens) a tempo inteiro e 28 mil (mulheres) a tempo parcial.

A *Batalha* evidenciava várias fragilidades nestas organizações agrárias: as ocupações eram acima de tudo um recurso de sobrevivência numa situação de desemprego generalizado, e não tinham nenhuma perspectiva emancipatória. A divisão entre dirigentes/dirigidos manteve-se que sempre inalterada. Uma constatação feita por quem vivia directamente os acontecimentos (*A Sementeira*, maio de 1977). Algumas experiências de produção, foram encaradas como potencialmente promissoras, como a Cooperativa Comunal de Árgea (Torres Novas, 1975-1977), fundada por elementos da LUAR e libertários.

Neste contexto era difícil introduzir ideias federalistas num sistema capitalista. Os recursos financeiros gerados eram escassos (simples subsistência), os quais eram continuamente diminuídos pela entrada de novos desempregados. Eram igualmente correntes os boicotes aos fornecimentos de sementes e equipamentos. Como se tudo isto não bastasse, o PCP lançou-se numa ofensiva para controlar a “reforma agrária”,

instituindo um modelo inspirado na União Soviética: a UCPs. A guerra partidária não tardou a dividir os trabalhadores, obrigados a andarem em manifestações de propaganda nas ruas de Lisboa para defenderem os seus “postos de trabalho” e a legislação aprovada no tempo de Vasco Gonçalves. Enquanto isto acontecia no norte e no centro o país, padres e proprietários agrícolas lançavam uma onda assassinos e perseguições contra os “comunistas”. Dois anos depois do seu início a “reforma agrária” entrava em rápida extinção. As terras não tardaram a voltar ao seu crónico abandono e o despovoamento do Alentejo continuou.

A ocupação de empresas que se verificou a partir do início de 1975, na maioria dos casos devido ao abandono dos patrões, traduziu-se em muitas experiências de autogestão, as quais foram desde logo associadas ao anarquismo. O influente semanário *Expresso*, a 22/02/1975, escrevia a propósito deste movimento de um “recrudescimento do anarco-sindicalismo”. Numa entrevista um jornalista norte-americano (Tood Darling) mostrava-se preocupado com a autogestão de empresas e de campos, “perigosamente anarquistas” (*Expresso*, maio de 1975). Muitas outras notícias faziam o mesmo tipo de associação. Era um movimento espontâneo de trabalhadores que colocava em causa a propriedade privada, e como tal era um “perigo social”. O jornal *O Libertário* (nº4, 1/07/1975) aquando do Vº. Governo Provisório defendeu publicamente a aliança entre os anarquistas e os Conselhos Revolucionários - PRP e LUAR. Ambos tentavam centrar as lutas dos trabalhadores nos locais de trabalho e a partir deles desenvolver o movimento revolucionário.

O movimento de autogestão era encarado grande desconfiança pelos partidos de Esquerda. O PS sem o criticar, opunha-se ao processo. O PCP embora não o hostilizasse opunha-se abertamente à sua expansão e à federação das empresas em autogestão (17.2). Os sindicatos encaravam este movimento como concorrentes ao seu poder. Ora, um dos aspectos mais marcantes do movimento social entre 1974 e 1975 foi o surgimento por todo o país de comissões de trabalhadores, de moradores em cidades e aldeias e até de soldados nos quartéis. Neste contexto que a partir de Março de 1975 Carlos Fontes de forma sistemática escreve n’*A Batalha*, e de forma menos regular na *Voz Anarquista*, sobre estas experiências autogestionárias à margem dos partidos políticos que potenciavam um movimento revolucionário mais amplo (18). A publicação de diversos textos, como “Anarco-Sindicalismo e Autogestão” de René Berthier (1975), contribuía para perspectivar o processo em curso. Uma reflexão a que se juntou Júlio Palma (19) e outros. No final dos anos 70, abordam de forma crítica o sindicalismo que havia sido implantado como parte dos novos mecanismos de poder.

ALAS. O jornal *A Batalha* que ressurgiu em Setembro de 1974 continuou a assumir-se como “Sindicalista-Revolucionário”. O problema era que muitos poucos anarquistas estavam dispostos a intervir nos sindicatos, manifestando-se mais empenhados noutras lutas. Os reivindicações assumidas pelos sindicatos estavam integradas no mercado capitalista, não ultrapassando os seus limites, nem colocando em causa o sistema. Fruto de um compromisso entre antigos e novos militantes, como dissemos, Novembro de 1975 foi decidido criar a **ALAS**, uma federação libertária cujos membros estavam organizados por núcleos de empresa, escolas, bairros ou localidades, tendo como objectivo impulsionar uma sociedade autogestionária. Os seus membros podiam participar em mais do que um núcleo, com uma ampla autonomia de acção. As decisões seriam em plenários tomadas. Um secretariado nacional daria seguimento às decisões tomadas num congresso, que nunca se chegou a realizar (19.1). A forma de organização foi muito criticada, assim como a sua vocação para uma intervenção centrada nos locais de

trabalho e de residência, o que acabou por minar a sua expansão. A sua concepção sindical que preconizava pouco se afastava da antiga CGT (19.2). Desapareceu em 1977.

Reconstrução da CGT. A FARP a partir de Outubro de 1976 decidiu promover a ideia de criar em Portugal uma extensão da CNT.

Em Coimbra, a 27/12/1977, um grupo de trabalhadores anarquistas resolveram constituir um SOV (Sindicato de Ofícios Vários) segundo o modelo da CNT, uma iniciativa destinada ao fracasso. Esta espúria colagem ao movimento anarquista em Espanha tinha como consequência importar para Portugal os seus problemas e conflitos internos, o que não tardou a acontecer. Estava no ar a peregrina ideia de fazer em Portugal uma réplica da CNT. Um grupo do jornal *A Batalha* retomou a ideia em 1979 e lançou-se durante vários meses numa série de iniciativas para promover o modelo da CNT. Entre estas iniciativas registe-se as seguintes: Em Lisboa, a 27 de Janeiro de 1979, o Primeiro Encontro Anarco-Sindicalista, no Centro Nacional de Cultural, que contou com a presença de camaradas de vários países e delegados da CNT. No Porto, a 21 de Abril de 1979, um debate sobre anarquismo e anarco-sindicalismo, no Anfiteatro da Escola Superior de Belas Artes; Em Beja, um comício a 28 de Abril de 1979 sobre anarco-sindicalismo, na Sociedade Capricho Bejense.

O 1º. Encontro Anarco-Sindicalista da zona centro (5 e 6 de Outubro de 1979), em Coimbra, contou com a presença de simpatizantes e militantes dos distritos de Aveiro, Leiria, Viseu, Guarda, Covilhã e Coimbra. O encontro, como era expectável, fracassou nos seus objectivos. Para além dos problemas já apontados, faltava-lhes um programa e uma estrutura organizativa ajustada à realidade do movimento anarquista em Portugal. Como era de esperar também o V Congresso da CNT (Dezembro de 1979) terminou numa profunda crise interna, com reflexos imediatos em Portugal.

Passada a fase da CNT seguiu-se a ideia mais ajustada de criar um núcleo da AIT em Portugal, projecto que remontava a 1974 (20). Neste sentido, a 28 de Fevereiro de 1981, realizou-se em Aveiro um encontro com membros do secretariado da AIT de Madrid (Manuel Olmedo, Angel Espinosa e Artur) com três companheiros portugueses: Jorge Domingues (Sabugal), Manuel Cristiano (Autonomia Operária, Aveiro) e Miguel Serras Pereira (Aveiro). No dia 5 de Dezembro deste ano, com a presença de alguns “anarco-sindicalistas” foi organizado também em Aveiro um encontro com a AIT, defendendo-se agora a reconstituição da CGT. A ideia criação de um núcleo da AIT, como veremos, não morreu.

A Batalha, reflectindo os debates internos sobre o movimento sindical, sem o esquecer, depois de 1979 o jornal passou a ter uma organização temática. O objectivo era estruturar campos de acção e reflexão teórica: Luta dos Trabalhadores (sindicalismo, etc), Outras lutas e questões (feminismo, arte, prisões, anti-psiquiatria, toxicoddependências, etc), Quotidiano (municipalismo, intervenções locais, urbanismo, espaços públicos, escolas, etc), Ecologia, Movimento Libertário (teoria, história, biografias, etc) e Acontecimentos Internacionais. Estrutura que se mantém até meados de 1985, fruto de uma mudança na orientação estratégica. As questões ecológicas, a crítica do quotidiano e o panorama internacional sobrepõe-se ao sindicalismo e lutas laborais.

Lutas de Moradores. O panorama da habitação em Portugal em 1974 era uma verdadeira tragédia social. Em Lisboa, por exemplo, mais de cem mil pessoas viviam em bairros de barracas. Os próprios bairros pré-fabricados que, desde os anos 40 tinham sido construídos com materiais de má qualidade e com áreas exíguas, estavam numa ruína.

No Porto, se não haviam bairros de barracas, proliferavam as "ilhas" e edifícios sem as mínimas condições sobrelotados. Enquanto isto acontecia, milhares de casas do Estado e de privados estavam devolutas. Dois dias depois do golpe de militar, em Lisboa começaram as primeiras ocupações de casas devolutas, como aconteceu no Bairro da Boa Vista (Benfica), bairro 2 de Maio (Ajuda), Relógio (Chelas, Marvila), Amendoiras (Chelas-Marvila), Horta Nova (Carnide) e em outros lugares da cidade. Movimento que alastrou a todo o país. Pouco meses ocorriam também as primeiras grandes manifestações de moradores reclamando por habitações. Foi um movimento a que muitos anarquistas estiveram directamente envolvidos.

Face à pressão dos moradores e das suas comissões entretanto constituídas, a título experimental, em Agosto de 1974, foi criado o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), com base em experiências e reflexões que o arquitecto Nuno Teotónio Pereira e outros, haviam desenvolvido na Associação dos Inquilinos Lisbonenses, nos anos cinquenta e sessenta, impulsionadas por anarquistas, como Moisés do Espírito Santo ou Emídio Santana (20.1). Apostando no cooperativismo e na figura do "morador cooperador", equipas de técnicos ao serviço do Estado, com a colaboração de voluntários, e em diálogo com os moradores, estudavam soluções arquitetónicas para os problemas habitacionais que localmente eram colocados. Soluções que passavam pela auto-construção, auto-gestão das obras, formação de cooperativas de construção, absorção de desempregados dum local, pelas obras desse mesmo local e outras medidas similares. O projecto SAAL foi combatido por todos os partidos, sem excepção (20.2). Na Assembleia Constituinte(24/9/1975), foi associado ao "anarco-populismo". Em Lisboa, onde a partidarização era mais intensa, o projecto foi boicotado. Os melhores resultados acabaram por ser no Porto, onde se formou uma barreira à intervenção partidária. O SAAL como programa do Estado foi "extinto" em Novembro de 1976, e o apoio às iniciativas de moradores na transformação dos bairros foi remetido para as câmaras municipais. Os bairros clandestinos, na maioria dos casos sem as mínimas infra-estruturas, como acessos, água ou electricidade continuaram a proliferar, não apenas em Lisboa, mas por todo o país (20.3).

Feminismo. A situação das mulheres em 1974 pouco se alterara. Discriminadas no trabalho, subalternizadas em casa e na sociedade. Vítimas frequentes de violência doméstica e limitadas no seus direitos estavam reféns primeiros dos pais e depois dos maridos. No Código Civil Português em 1975 consagrava os chamados "crimes de honra" permitindo que o marido ou o pai matassem a mulher ou a filha nestes casos. Só em 1978 desapareceu a norma que dava aos homens a autoridade sobre as esposas e os filhos. O direito ao voto era uma questão irrelevante. Foi neste combate contra a discriminação e uma mentalidade machista que surgiu o "anarco-feminismo" desligado do seu passado histórico em Portugal. Décadas de ditadura tinham conseguido apagar as ideias que nortearam as lutas pela libertação das mulheres no passado. Foi preciso descobrir tudo de novo e abraçar novas referências na luta pela emancipação feminina, como Emma Goldman. Um combate no início muito centrado na igualdade de género (direitos iguais), contra a discriminação no trabalho, a criminalização do aborto, o machismo e a violência doméstica. Avançou rapidamente para outras causas igualmente relevantes, como o controlo sobre o próprio corpo, a sexualidade e a heterossexualidade, alternativas à família nuclear, novos direitos, fim de estereótipos sexuais e de relacionamentos opressivos, ou de expressões culturais, religiosas e outras que inferiorizam e discriminam as mulheres. A revista *Ideia* (nº13, 1979) através vários textos ilustra bem o posicionamento anarquista sobre esta questão. É preciso recordar que a radicalidade deste discurso era na altura alvo de fortes reacções por parte de forças conservadoras,

como ocorreu na manifestação do Movimento de Libertação das Mulheres, no dia 13 de Janeiro de 1975, no Parque Eduardo VII. Um grupo de mulheres numa encenação, em pretendiam incendiar símbolos de noivas, donas de casa, grávidas, trabalhadoras ou simplesmente de mulheres, de forma a mostrar como as mesmas nestas situações eram exploradas, discriminadas ou reduzidas à condição de meros objectos publicitários para a promoção de todo o tipo de produtos. Milhares de homens, sobretudo jovens ligados ao PCP, cercaram-nas e numa manifestação de puro machismo, empunhando cartazes ofensivos, insultaram-nas e ameaçaram violá-las. Obrigadas a refugiarem-se num prédio, nem assim os agressores desistiram. Uma jovem por ali passava foi completamente despida, e salva "no último momento por um jornalista indignado" (20.4). Se nesta ação, a reacção conservadora veio de partidos de esquerda, a partir de 1978 a luta pela despenalização do aborto, encontrou na Igreja Católica o seu principal adversário. Levado a referendo em 1998 foi o mesmo chumbado. Só foi aprovado em 2007, em novo referendo. A libertação das mulheres em Portugal não era uma questão pacífica.

Homossexualidade. A reivindicação da abolição das medidas discriminatórias da homossexualidade foi colocada a 11 de Maio de 1974, na cidade do Porto, na primeira manifestação anarquista em Portugal. A questão será depois sistematicamente abordada na imprensa do movimento. Na primeira grande discussão pública do tema foi nos *Encontros «Ser (homo)sexual»*, realizados pelo Centro Nacional de Cultura, em Lisboa, em 1982. A maioria da assistência era constituída por anarquistas (20.5). A sua extrema sensibilidade às questões da discriminação de seres humanos levaram-nos a esgotarem os espaços disponíveis. Em 1974 a homossexualidade era punível ao abrigo dos Artigos 390º e 391º do Código Penal de 1852, muito reforçados pela lei de 30 de Julho de 1912. A despenalização total da homossexualidade surgiria apenas com o Código Penal de 1982, mas mantiveram-se muitas outras medidas discriminatórias, nomeadamente nas forças armadas. A entrada de Portugal para a então CEE (actual UE) concorreu para este processo de abolição da discriminação de minorias sexuais que persistiu durante décadas.

Prisões. Desde 1974 que a condição dos presos, a questão dos encarceramento esteve no centro das acções do anarquistas. As prisões estavam cheias de reclusos em condições degradantes, muitos dos quais sofrendo de graves problemas mentais. Na sequência da golpe e contra-golpe de 25 de Novembro de 1975, mais cheias ficaram com a entrada de centenas de presos políticos, e de outros que depois foram sendo condenados, como as "Brigadas Revolucionárias" ou "Brigadas 25 de Abril".

Ecologia. A crítica às concepções filosóficas que encaravam a natureza como um mero recurso material a explorar, assim como as proposta para outra relação com mesma, sempre fizeram parte integrante do pensamento anarquista. Os jovens que aderiram ao movimento depois de 1974, por desconheciam esta relação, inspiraram-se noutras fontes, nomeadamente os movimentos alternativos que haviam despertado nos EUA nos anos 60 (contracultura). Cedo o problema ecológico foi abraçado sobretudo pelas novas gerações de anarquistas, decorrente de uma maior consciência global das consequências da industrialização, poluição, utilização de produtos químicos (pesticidas), concentrações urbanas caóticas, consumismo irresponsável, etc. Não faltavam alertas sobre o estado do planeta.

As questões ecológicas imediatas sentidas em Portugal prendiam-se com a degradação do ambiente. O país era na altura uma enorme lixeira. Apontava-se a ausência de sistemas de esgotos e águas canalizadas, rios poluídos, etc. O abandono dos campos devido à emigração em massa nos anos 60 não tardou a fazer disparar os fogos

florestais, repetindo-se todos os anos as mesmas tragédias. Como se tudo isto não bastasse pretendia-se construir uma central nuclear (1976-1978). O objectivo dos anarquistas não se limitava a exigir medidas públicas para melhorar o ambiente. As explicações dadas pela ciência são importantes, mas também não chegam. O problema ecológico, a degradação do ambiente que hoje está a destruir o planeta são de natureza social. Resultam da organização social, do tipo de economia desenvolvido, de tecnologia, etc. É neste campo que os anarquistas se situavam, mostrando, por exemplo, como o sistema capitalista na sua dinâmica reprodutiva, com colaboração do Estado, estava a destruir a estabilidade dos ecossistemas, a diminuir a biodiversidade. Numa perspectiva mais global apontavam para uma catástrofe planetária, com a destruição na vida no planeta motivada pela lógica capitalista privada ou de Estado.

O grupo que editou *O Libertário* (1975) participou ativamente na organização na primeira comemoração do Dia Mundial do Ambiente em Portugal. Com outros grupos libertários participou nas manifestações em Ferrel (Peniche) contra o projecto da construção de uma central nuclear. Dois dos momentos marcantes desta acção foi a manifestação popular (15/03/1976) e o I Festival pela Vida Contra o Nuclear, nas Caldas da Rainha (21-22 Janeiro de 1978). O projecto foi definitivamente abandonado em 1982. O grupo ecológico da Associação de Estudantes da Universidade de Coimbra, maioritariamente constituído por anarquistas teve uma atuação relevante, na defesa da ecologia, pacifismo e anti-militarismo (1976). O Ateneu Libertário de Leiria, em Setembro de 1981, denunciava a conivência da Câmara Municipal de Leiria na morte do Rio Liz. A 12 e 13 de Março de 1983, participam no primeiro grande encontro de ecologista portugueses que procura coordenar a sua acção a nível nacional, vencendo a dispersão. São alguns dos muitos exemplos destas intervenções.

Duas figuras se salientaram, ambas próximas do movimento anarquista: Afonso Cautela (1933-2018), libertário (21), poeta surrealista e jornalista, fundador do Movimento Ecológico Português, e José Carlos Costa Marques que registou nas páginas d' *A Batalha* (nº116, 1986), a fase em que não dava votos ser-se ecologista em Portugal. No plano ideológico registam-se as seguintes publicações: o boletim *Frente Ecológica* (1975-1977), com sede em Paço d'Arcos; *Alternativa* (1976-1978); *Urtiga* (1978-1985); a colecção de livros *Viver é Preciso* (1974-1978) (22). Não deixa de ser significativo que este movimento entre 1974 e meados dos anos oitenta tenha retomado causas que mobilizavam os anarquistas desde finais do século XIX. Muitos dos textos que foram então editados podiam ter sido escritos por E. Reclus ou Kropotkin.

O movimento ecológico não reunia todavia a unanimidade entre os anarquistas. A confusão era grande. O PCP e os outros partidos de esquerda apregoavam que a poluição era um problema que só existia nos países capitalistas. Nos países comunistas como a União Soviética ou a China o problema a questão não se colocava. O PCP para esvaziar o movimento ecologista, em 1982, cria o Partido Os Verdes que durante anos concorreu às eleições coligado com este partido, e repetia a mesma propaganda.

Face a este panorama, muitos eram os que o denunciavam a “ecologia” como uma nova ideologia do capitalismo, capaz de unir os partidos tanto à esquerda como à direita. A revista *A Ideia* (nº. 9, 1977/78) ao fazer o ponto da situação, mostrou a coincidência de posições entre ecologistas radicais e anarquistas, mas salientou também a recuperação da ecologia como uma nova fonte de rendimento das empresas capitalistas, e como estava a funcionar como engodo por parte de novos e antigos partidos políticos nas disputas eleitorais. O discurso ecológico estava a tornar-se numa panaceia. A própria responsabilidade pela degradação do ambiente, desperdício e fim dos recursos naturais

passaram a ser atribuídos aos consumidores e não ao sistema capitalista que os explora à exaustão. Desta forma as relações de exploração dos trabalhadores foram omitidas e os trabalhadores mentalizados para aceitarem a redução das suas condições de existência em nome do “ambiente” (23).

Na Corrente. No largo espectro do movimento devem ser assinaladas período a persistência e consistência das posições toltstoianas de Manuel Francisco Rodrigues que publicou três importantes obras, uma sobre as suas memórias do Tarrafal e duas outras sobre a concepção do "socialismo em liberdade", onde desenvolve um vasto programa libertário gradualista baseado em Proudhon (*Idée Générale de la Révolution...*), com os olhos postos no "socialismo" na Suécia. Kropotkine não é esquecido, assim como a importância conferida à ciência e à educação no processo de transformação social. Devido ao contexto político da altura não teve a repercussão devida.

Movimento Punk. No anos setenta, quando a sociedade ocidental se conformava ao consumismo, e se esboravam os movimentos de contestação social, emergiram os grupos Punk. Era um grito de revolta contra o sistema de opressão e exploração instalado (desigualdades sociais, racismo, repressão policial, etc). A partir de 1977 multiplicam-se os grupos Punk no movimento anarquista, ligados à produção de fanzines e bandas de música. Os fanzines punks pouco se distinguem no seu conteúdo, aspectos gráfico, produção e distribuição de muitas publicações anarquistas na altura. A primazia é atribuída a "Desordem Total" (1978-1979) de Nuno Esterco, Luis Bosta e Pedro Merda, assim como a "Estado de Sítio" (1978), editado por Paulo Borges (24), então um jovem anarquista frequentador da sede de *A Batalha*.

A primeira banda punk - *Aqui d'El Rock* (1977), fazia claro um apelo à revolta contra o sistema (25). Neste ano *Sex Pistols* cantam o tema "Anarchy in the UK". Outras bandas punk se lhes seguiram como as de Paulo Borges (Minas & Armadilhas, 1978), Zé Leonel (*Faíscas, Xutos & Pontapés, Peste & Sida, Ex-Votos*). As letras de muitas canções abordavam temáticas anarquistas.

A relação entre as várias tendências anarquistas não foi pacífica. O contexto político na altura era marcado por violentos confrontos partidários, geradores de uma mentalidade sectária, o que não deixou de ter os seus reflexos no movimento anarquista.

Memória. No final dos anos 70 impôs-se a necessidade de escrever a história do movimento anarquista em Portugal. A memória dos movimentos sociais era um campo de batalha ideológica, com destaque para alguns temas como o “18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande”, os “presos do Tarrafal”, o “atentado contra Salazar” (26) ou uma versão deturpada da “revolta dos marinheiros a 8 de Setembro de 1936”. Antigos militantes anarquistas protestavam contra a apropriação e deturpação das suas lutas pelo PCP. O desconhecimento do passado era enorme. Uma profusa literatura comunista, nomeadamente sobre o movimento operário, procurava difundir a ideia que a história do país no século XX resumia-se à luta dos comunistas para libertarem o povo português de uma “Ditadura fascista”. Multiplicavam-se os episódios em que os comunistas atacavam todos os que evocavam antigas lutas operárias como suas. Emídio Santana, Edmundo Pedro e membros da UGT, a 18 de Janeiro de 1982, pretenderam assinalar na Marinha Grande a greve geral de 1934. O PCP, a CGTP, e a Câmara Municipal, então presidida por um comunista, procuraram impedir fisicamente esta homenagem. O resultado foi um confronto violento, insultos e uma dezena de feridos, um dos quais em estado grave. O PCP arrogava-se o direito de ser o único que podia realizar estes actos no local.

As poucas obras publicadas sobre a história do anarquismo em Portugal mostravam-se insuficientes para alterarem a narrativa dominante. A literatura mais abundante da intervenção dos anarquistas nos acontecimentos revolucionários em Espanha, entre 1936-1939, de nada servia neste contexto.

A “normalidade democrática” que se estabeleceu em Portugal levou a que os anarquistas, pela primeira vez confiassem em instituições públicas para guardarem a sua documentação histórica. Entre 1980 e 1985 foi depositado na BNP um importante espólio de documentação do movimento anarquista e do operariado (Arquivo Histórico-Social). Em **1987** iniciou-se as comemorações dos cem anos da "primeira manifestação pública e autónoma do movimento anarquista em Portugal: a proclamação do grupo anarquista-comunista de Lisboa, após a vinda a Lisboa de Réclus no ano anterior" (Iniciativa Libertária "Portugal -1987". Projecto). Foi organizado na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) uma exposição, que seguiu depois para o Porto, Coimbra e outras localidades. A história do anarquismo passou a ser objecto de estudos académicos e a sustentar carreiras universitárias. O que não deixou de ser criticado, num comunicado do G. Acção Directa (28/05/1986) por verem nesta iniciativa a transformação do anarquismo numa "componente oficial do tal Estado, dito liberal ou mínimo".

Neste âmbito saliente-se o vídeo documentário “Memória Subversiva – história do anarquismo e do sindicalismo em Portugal”, realizado por Stefanie Zoche e José Tavares, com produção da Crise Luxuosa. Reune e regista o depoimentos de 21 antigos militantes. A primeira sessão foi feita na sede do jornal *A Batalha* e foi apresentado no Festival de Cinema da Figueira da Foz.

Dispersão. Desde o início a grande tendência do movimento foi para a dispersão de grupos e acções, havendo pouca propensão para a constituição de federações. Eram grupos constituídos essencialmente por jovens seguidores de análises situacionistas, "puks" e outros discursos subversivos e literários em voga. O tempo era-lhes especialmente difícil. A seguir ao golpe militar de 25 de Abril de 1974 até 1977 assistiu-se à arregimentação da juventude por partidos políticos de esquerda (PCP, MRPP, UDP, etc) ou à direita (PSD, CDS, etc) para actuarem como milícias destinadas a intimidarem ou atacarem fisicamente os seus adversários políticos, usando métodos similares aos das juventudes hitlerianas. Muitas escolas secundárias e faculdades tornaram-se palco de violentos combates.

Os jovens libertários mostravam-se despertos para novos tipos de intervenções: ecologia, combate à destruição dos recursos naturais, ao consumo irresponsável, indústria de armamento, desigualdades no mundo, feminismo, preconceitos sexuais, racismo, etc. Um pouco por todo o país, sobretudo a partir de 1975, esta corrente produzia numerosas publicações quase sempre efémeras e fotocopiadas, de que são exemplo a revista "O Abutre" (anarquista-situacionista), "O Pasquim" (Março de 1975) e "Novo Pasquim"(1975) que se insurgiu contra as palavras "anarcas" nas paredes de Lisboa (nº2, Set.1975); "O Libertário", Abril); "Fora de Jogo-Miséria do Quotidiano. Quotidiano de Miséria"; "Escaramuça" (Lisboa, Outubro). No final do ano editou-se em Leiria a revista "Revolta" (1975-1980).

Dirigida ao meio estudantil destacou-se a revista "Não!" do CARM (Julho de 1975). Fundou-se a Coodenadora Estudantil Comunista Libertária em Lisboa que editou depois o boletim "O Revoltado" (Junho de 1976). Pelas escolas secundárias do país, surgiram diversos grupos anarquistas, e entre elas sobressaía o da Escola Secundaria António Arroio (escola de artes).

Seguem-se, em 1976 "Satanás" (Dez 1976-Junho 1979, Almada, Carlos Reis), "O Dia das Bruxas" do colectivo Merdário; "O Rastilho" (maio), órgão do grupo autónomo dos milicianos da liberdade, "Terra Livre" (Amesterdão, 1976 -1979), "Sabotagem" (Junho de 1976 - Julho 1977), "O Apoio Mútuo" (Évora, Novembro), "Satanás" (Almada, Dez.1976-junho de 1979), etc.

Em 1977 continuaram a surgir novas publicações como "Lanterna Negra" (Janeiro), "O Anarquista" (Janeiro), "A Acção" (Tomar, grupo de estudantes), "A Sementeira" (Lisboa, Maio), "Guerra Social" (maio, Coimbra), e a revista "Subversão Internacional" (Lisboa, 1977-1981) muito seguida no movimento.

No ano de 1978 prosseguiu a dinâmica anterior: No Algarve (Faro) surgiu o jornal *O Meridional* (Abril). Entre as publicações mais efemeras registaram-se *A Abordagem* (Coimbra), *O Corvo* (Lisboa), *Criar-Gota-A-Gota* (Lisboa), *Recortes do Arco da Velha*, *Miseráveis de Veludo e Seda*, etc. No ano seguinte edita-se o "Pasquim" (junho).

O carácter efêmero destas publicamos que proliferam por todo o país, espelhavam o inconformismo de inúmeros jovens que não se conformavam aos espalhos partidários para manifestarem a sua voz e individualidade.

Organização. Apesar de várias tentativas entre 1974 e 1980 não foi possível criar uma organização permanente de coordenação do movimento anarquista. Este assentava nos contactos directos, e nas múltiplas iniciativas que foram sendo promovidas: manifestações, encontros, festas, debates, acampamentos. Entre as manifestações organizadas destaca-se a do 1º. de maio de 1977, a primeira onde não houve uma colagem ao movimento em Espanha. Na Praça de Figueira registou-se uma forte presença de libertários, numa altura de recuo do movimento social.

Organizou-se da I Semana de Presença Libertária de 2-8/07 de 1978, uma iniciativa da revista *A Ideia*, com a colaboração de *A Batalha* e *Voz Anarquista*. A II Semana ocorreu de 17/10 a 2/11 de 1980 no Centro Social e Paroquial de Alcântara, com um amplo leque de debates a serem abordados (objecção de consciência, prisões, ecologia, anarquismo, surrealismo), para além de teatro (Grupo Mandrágora), música e banca de publicações. A 11 de Abril deste ano foi organizada uma Festa d'A Batalha, n'A *Voz do Operário* marcada pelas atuações de grupos punk, como os *Xutos & Pontapés* (Zé Leonel), *Minas & Armadilhas* (Paulo Borges), Fausto, Vitorino, actuações de Adelaide João e do grupo Mandrágora. A Festa que se realizou a 16/10/1982 também no mesmo espaço, onde participaram Jorge Palma, Vitorino, Serge Utgé-Royo, o grupo Mandrágora entre outros, num ambiente de concórdia entre as várias tendências. O mesmo ocorreu pouco depois na Conferência Libertária em Coimbra (6-7/11/1982). Seguiram-se-lhe um Camping Libertário Internacional de 1 a 19 de Agosto de 1984. O espectáculo *Música e Utopia*, a 28/5/1986 no Cinema Alvalade (Lisboa), com a presença de Jorge Palma, Serge Utgé-Royo e Ramon Muns entre outros, cujo adesão do público ficou abaixo das expectativas que foram criadas.

O CCL (Almada), em 1977, procurou colmatar a lacuna que existia devida à dispersão dos grupos e editou o *Boletim de Relações Anarquistas. Informações e contactos* (1977-1979). Um trabalho que ciclicamente é recomeçado.

Editoras e Livrarias. Depois de 1974 surgiram várias editoras de obras de anarquistas: A Batalha (1975), Editora Sementeira (1977-1991), a Cooperativa Cultural Editora Fomento

Acrata (José de Brito, 1975), a Editora Sotavento (Júlio Carrapato). Em 1979 surgiu A Antígona que muito tem divulgado a literatura anarquista.

Em Lisboa a livraria Assírio & Alvim era um dos principais pontos de venda das publicações anarquistas. Na Rua da Atalaia a Contra-a-Corrente (abriu em Outubro de 1975), estava ligada ao jornal *Combate*, e aí chegou a funcionar a redação do jornal *A Batalha*. Em Faro surgiu a livraria Sotavento (1978). No Porto surgiu a Erva Daninha, a Contra-a-Corrente e a Utopia (1982) (26.1). Em Coimbra, onde a Centelha depois de 1969 criou raízes dispaes, destacamos a livraria A Crise (1984-1988).

Apesar da falta de literatura para uma reflexão teórica consistente, a difusão do ideário anarquista prosseguiu. Foram organizadas diversas acções que procuraram estimular a intervenção dos cidadãos na sociedade á margem dos espartilhos partidários e dos militares.

Ligações Internacionais. A situação política em Espanha desencadeou durante largos anos muitas ações em Portugal, nomeadamente no apoio prestado a membros da CNT e FAI. Em Almada, o CCL à semelhança do que ocorria em Lisboa, acolheu anarquistas espanhóis perseguidos pela ditadura franquista (Rafael, Jaime, Paloma, Paco...), num apartamento situado na Praceta Jornal de Almada, nº.4 - 4 andar. Em Lisboa, uma casa ocupada na rua Ribeiro Sanches em fins e 1974, rotulada de “Comuna Kronstadt”, deu abrigo a vários anarquistas espanhóis como Fernando Arrikagoitia de Vitoria (Euskadi), envolvido no movimento ecológico. Na altura havia a convicção que a consolidação da democracia em Portugal estava dependente da queda da ditadura em Espanha. Grupos de extrema-direita envolvidos em acções golpistas em Portugal eram acolhidos e apoiados neste país. Hoje sabemos que Franco propôs aos EUA invadir Portugal. O tempo era de grande tensão nas relações entre os dois países. O primeiro grande comício do jornal *A Batalha*, como dissemos, foi organizado 19/07/1974 para comemorar a Revolução Espanhola. No dia 13 de Fevereiro, um grupo de refugiados anarquistas espanhóis, numa ação de protesto contra da ditadura franquista incendeia três autocarros da empresa espanhola Melia. A 3/03/1975 realizou-se uma manifestação de solidariedade para com os trabalhadores espanhóis, começou no Rossio e terminou junto à Embaixada de Espanha, quando passava um ano sobre o assassinato de Salvador Puig Antich (2/03/1974). Uma manifestação organizada pelos Grupos Autónomos Anarquistas (26.2). Nova manifestação no dia 1/05/1975, na praça de Figueira promovida por anarquistas da Euskadi, refugiados em Portugal. Um pouco por toda a cidade de Lisboa escreveram a palavra “Askatasuna” (Liberdade em Basco) num grito de revolta contra ditadura franquista. Na cidade Universitária, a 19 de Julho 1975 voltou-se a comemorar-se a Revolução Espanhola. A prisão a 6/09/1975 no Barreiro de um camarada português, dois espanhóis e um chileno quando se dirigiam a Espanha ainda submetida a uma ditadura. Recordemos também os protestos junto à embaixada e consulados quando foram condenados à morte em Espanha 5 revolucionários (27/09/1975). O apoio aos exilados e refugiados espanhóis até à morte de Franco foi constante. Em Outubro de 1980 José Tavares foi preso pela brigada civil da PSP a pedido do Estado espanhol, uma situação que se arrastou durante quatro anos. Era membro do Ateneu Libertário de Leiria. Muitas ações foram exclusivamente realizadas para debater a história e atualidade do anarco-sindicalismo em Espanha. Sessões onde a presença de anarquistas espanhóis era frequente, mas cujos resultados foram quase sempre infrutíferos.

Entre as ligações internacionais destacaram-se os contactos que foram mantidos com a central sindical sueca SAC (Sveriges Arbetares Centralorganisation). Os frequentes contactos com a CNT ou a FAI de Espanha, como se tornou evidente, traduziam-se

também na importação para Portugal das divisões internas e polémicas em que estavam mergulhadas estas organizações.

Durante alguns anos a “revolução portuguesa” atraiu as atenções mundiais, muitos anarquistas de vários países vieram constatar *in loco* os acontecimentos, como Daniel Conhn-Bendit no verão de 1975. A conclusão de uma mesa redonda em que participou foi óbvia: Uma revolução dirigida por militares era a negação de uma revolução social. Apesar de algumas experiências de gestão directa que tinham observado em fábricas, bairros e nos campos, mantinha-se intacto o Estado, o poder militar, a escravatura assalariada e a divisão do trabalho. O sistema de domínio e exploração não era posto em causa. Era assustadora a mentalidade retrógrada que se manifestava nomeadamente em discursos e práticas machistas. Os sindicatos dirigidos pelos partidos políticos actuavam como travões das lutas operárias impedindo a sua expressão de massas. No essencial estava a ocorrer a independência das colónias e havia liberdade (*República*, 4 e 5 de Agosto de 1975).

Alguns acabaram por ficar, como foi o caso de um casal de jovens alemães: Kerstin Botter e Gerd Hübner, Em 1981 criaram na serra algarvia, junto a Silves, a comuna anarquista da Parreirinha. Entre as várias iniciativas que promoveu destaca-se um encontro internacional anarquista em 1987. A comuna terminou em 1992, não sem antes ser uma das fundadoras da Federação Anarquista das Colectividades de Campo (27).

Conformismo

Os anos oitenta marcaram um viragem profunda na agitação social, em direcção ao crónico conformismo da sociedade portuguesa. Uma viragem consagrada em 1983, quando se tornou evidente que o país entrara na "normalidade democrática", com a rápida recomposição de grandes fortunas. No horizonte fixou-se a entrada na CEE (atual União Europeia) para 1 de janeiro de 1986. Os fundos comunitários não tardaram a chegar, e com eles a habitual sucessão de casos de corrupção. Entre 1985 e 1995 instalou-se um governo de direita, com maioria absoluta, que procurou moldar o país às regras liberais da CEE.

A partidocracia consolidou-se e os cidadãos assumiram a posição de novos “súbditos”. O “operário” de quem outrora tudo se esperava desapareceu do discurso político emancipatório. Foi substituído pelo “trabalhador”, termo cada vez mais vago pelas múltiplas categorias que comporta. Os “teóricos” das vanguardas desde os anos sessenta foram elegendo e eliminando os possíveis sucessores dos operários na revolução social. Soçobraram porque se “aburguesaram” ou “conformaram” à sociedade capitalista. O discurso ideológico que passou a imperar na literatura ocidental era sobre o “Homem” da “sociedade de consumo”: narcisista, epicurista, relativista em termos de valores e sobretudo incapaz de ter um pensamento crítico global. O “conformismo” que todos os “homens” se haviam rendido, anulava ilusoriamente desigualdades sociais e geográficas. Nesta onda neoliberal e consumista, difundiu-se uma cultura de diversão (espectáculo) avessa a envolvimento em causas sociais. Gilles Lipovetsky escreve dois sintomáticos ensaios: *A Era do Vazio: Ensaio sobre o Individualismo Contemporâneo* (1983) e *O Império do Efêmero* (1987). No final da década o cineasta John Carpenter produz um metáfora destes tempos: *Eles Vivem* (1988). Um trabalhador, John Nada, ao usar uns óculos escuros usados pela classe dominante, descobre que esta era constituída por seres alienígenas. Procuravam dominar o mundo, difundido um ideologia baseada na obediência, passividade, consumismo e ausência de espírito crítico.

O PCP, escorado nos aparelhos sindicais e na administração de autarquias, opondo-se a qualquer mudança da legislação aprovada entre 1974 e 1975 foi sobrevivendo, fazendo crescentes purgas internas de dissidentes e cumprindo os indispensáveis rituais de contestação nas ruas. A extrema-esquerda (estalinistas, maoistas, trotskistas, enveroxistas, castristas, etc) foi desaparecendo à medida que a informação aumentou sobre os regimes tirânicos que tinham andado a defender. A "Ditadura do Proletariado" foi eliminada do discurso político comunista.

O panorama internacional nos anos oitenta foi marcado pelo avanço do capitalismo selvagem, o neoliberalismo. A obsessão era enriquecer rapidamente não importando os meios, o culto da privatização e do sector privado, numa retórica acrítica dos mercados sem entraves. Duas personagens simbolizam este período: Ronald Reagan nos EUA (gov.1981-1989) e M. Thatcher na Inglaterra (gov.1979-1990). Nos países de capitalismo privado assistiu-se à grande concentração da propriedade até ao final do século XX, aumentando as desigualdades entre uma minoria riquíssima e a maioria da população. Enquanto isto acontecia a Ocidente, o bloco soviético não resistiu à contestação interna e entrou em rápida desagregação. O movimento sindical apoiado pela Igreja Católica polaca deu o impulso decisivo para a derrocada há muito anunciada.

Movimento anarquista. Não passou imune a estas mudanças (29). O número de publicações começou a rarear, reflectindo o refluxo do movimento social. Destaca-se em Março de 1980, o aparecimento de "Uma Pedrada no Charco". Sinal dos tempos, em Janeiro de 1984 foi publicado o último número de *Voz Anarquista*, projectando-se a edição de uma revista cultural. *A Batalha* atravessou na altura graves dificuldades, obrigando a uma nova organização. O indiferentismo perante as questões sociais atribuíam-se na altura à falta de uma cultura libertária. Para o colmatar foi lançada a revista *Antítese* do Centro de Cultura Libertária em Almada (nº1, Dezembro de 1984), *A Margem* e a *Pravda-Revista de Malasartes* (1982-1992) em Coimbra, a *Contra-Informação* (Nov.1984) em Leiria e a revista *Maldição* (1986-1988) em Coimbra.

No movimento das rádios livres assinala-se a Rádio Caos (Porto, 102 MHZ FM) numa iniciativa de António Oliveira que ainda emitia em 1984.

No movimento Punk o ideário anarquista passou a ser mais assumido, difundindo-se o chamado "Anarco-Punks". Proliferam as fanzines de que são exemplo *Subversão* (1982), *O Subúrbios* (1985), *Tosse Convulsa* (1985), *O Cadáver Esquisito* (Porto,1986), *Lixo Anarquista* (1986-97), *O Suicídio Colectivo* (1987), *Anarkozine* (1987), *Post-Scriptum* (1987-88), *Morte à Censura* (1988), *Culto Urbano* (1988-1989), etc. Entre as bandas anarco-punks destaca-se a *Crise Total*, com o tema "Queremos Anarquia" (1985), "Assassinos do Poder " (1983) e a banda *Kú de Judas* com o tema "Anarquia em Portugal Já " (1985).

João Freire, um conhecido sociólogo que utiliza o método de "observação participante", num dos seus trabalhos académicos sobre o movimento anarquista, em 1984, escrevia que estava em curso um processo "revisionista" no anarquismo:

" Assim, à referência ao trabalho substitui-se a referência à cultura e à informação; ao actor social "movimento operário" opõe-se-lhe os "novos movimentos sociais" ou de maneira ainda mais pulverizada os "cidadãos-trabalhadores-consumidores"; a noção de "revolução" é criticada e dá origem a conceitos como "processo", "sistema" ou "mutação"; a legitimidade da violência é confrontada com a ideia de "direitos humanos" e interpelada pelos fenómenos do totalitarismo e da dissidência; o ecologismo, o pacifismo e o

feminismo, temas desde sempre presentes no pensamento libertário, agigantam-se e tornam-se predominantes, pelo menos nas suas práticas; discute-se a "terceira vaga" tecnológica, que conta com partidários e opositores; ao socialismo dominante no seu pensamento, sobretudo económico, sucede-se a redescoberta do liberal, esquecido e menosprezado durante muito tempo; o próprio tema da participação institucional nos sistemas políticos (municipal, mas também nacional e em instituições especializadas escola, empresa, etc) deixa de ser tabu para se tornar objecto de debate público. E por aí adiante" (30).

O balanço que no final dos anos 80 foi realizado na sede d' *A Batalha* na Rua Marquês de Ponte de Lima, 37-2º, Dto, revelou a pulverização de ideias que percorriam o movimento em todo o mundo. Carlos Fontes falava de uma "galáxia libertária" procurando criar uma imagem das ideias e práticas libertárias em curso que só poderiam alicerçar-se em acções individuais. Lendo a imprensa libertária dos anos oitenta destacamos três áreas que nem sempre reflectiram uma intervenção social consequente:

Crítica do Poder. A questão do poder e a sua natureza nos anos oitenta tornou-se mais abrangente, mas também menos concreto. Na interpretação clássica o poder estava demasiado centrado na dominação exercida pelo poder político (estatal), na relação assimétrica governantes/governados. Na nova concepção de poder que se começou a difundir, a sua manifestação está mais disseminada por toda a sociedade: instituições, relações humanas, comportamentos, saberes, linguagem... É através desta multiplicidade de manifestações que o poder se institui, interioriza, reproduz e se reinventa. O combate contra o poder passou a ser encarado como algo que quotidianamente somos confrontados, tantas são as formas que o mesmo pode assumir. Não apenas se manifesta sob a forma de preconceitos (morais, sexuais, etc), relações humanas hierárquicas ou usos de formas tradicionais de domínio e manipulação (nacionalismos, religiões, partidos políticos, etnias e tribos de toda a espécie).

Tecnologia. A crítica dos anarquistas à ciência e tecnologia desde o século XIX centraram sobretudo nas posições, assumidas por Bakunine e a de Kropotkine, que se resumiam na necessidade da vigilância dos seus usos e da ascensão dos tecnocratas ao poder. O envolvimento dos cientistas e engenheiros desde a primeira guerra mundial na criação de sofisticado armamento de destruição colocaram em risco a própria humanidade. Uma constatação assustadora para os que acreditavam na bondade da tecnociência ou pelo menos na sua neutralidade. Desde os anos sessenta passou a advogar-se o regresso ao passado pré-industrial, o que se revelou uma impossibilidade. A tecnologia e os seus artefactos invadiram o quotidiano, criaram dependências, tornaram-se "indispensáveis" ou assim são apresentados. Ninguém hoje imagina um mundo sem automóveis, aviões, cruzeiros, televisões e tantas outras coisas "necessárias". Graças ao seu crescente poder, estas invenções passaram a mediar as relações entre os seres humanos e destes com a natureza. A sua capacidade destrutiva no ambiente, quando abandonadas como lixo, revelou-se idêntica à de guerras.

A partir dos anos setenta, o desenvolvimento exponencial da informatização alterou a relação do Estado com os cidadãos. O Estado passou ter ao seu dispor poderosos meios de recolha e tratamento de informação sobre vida de cada cidadão, permitindo-lhe uma maior vigilância, controlo e manipulação de comportamentos. A coacção foi automatizada, a ciberpolicia tornou-se uma realidade. Nas empresas, a mesma vontade de domínio, impôs o desenvolvimento da robótica, reduzindo drasticamente a mão-de-obra necessária no processo produtivo, atirando os trabalhadores para situações laborais de precariedade, ficando frequentemente de dependência de subsídios do Estado. Máquinas ditas

"inteligentes" passaram a controlar os trabalhadores, definindo-lhes tarefas e ritmos de produção. Os tecnocratas deixaram de ser simples serviçais do poder, para serem também poder. Uma nova realidade abordado, em 1987, no Colóquio Internacional Tecnologia e Liberdade (31).

Cidadania Global. Outro aspecto marcante dos anos oitenta foi emergência do conceito de cidadania global, ancorado nos Direitos Humanos e numa visão ecológica global. Do combate em nome das liberdades e dos direitos sociais (direito à habitação, saúde, educação, cultura, etc) tem vindo a assumir-se cada vez uma dimensão universalista, onde se situa o anarquismo. A sua posição de princípio é de recusa da ideia de que alguém, entidade singular ou colectiva, possa assumir-se como "proprietário" de porções do planeta que a todos pertence. É por esta razão que combatem todas as fronteiras e defendem o direito à hospitalidade em qualquer parte do mundo, independente da condição de quem se desloca. Concedem todavia, que o direito de residência possa ser acordado de forma a evitar conflitos, nomeadamente na partilha do espaço dos recursos existentes.

Esta perspectiva implica igualmente ultrapassar os discursos fragmentados sobre o "trabalhador", o "morador" ou "o migrante", enquadrando-os no conceito mais amplo de "cidadãos do mundo". Uma velha ideia libertária que tem sido recuperada, embora tenha perdido muito do conteúdo revolucionário de outrora.

Era evidente que numa sociedade marcada pelo individualismo e a "cultura do homem sentado", os movimentos de cidadãos haviam-se tornado menos orgânicos e mais espontâneos, muitas vezes caracterizados por ações isoladas. Muitos dos discursos de anarquistas passaram a referir-se a acções individuais, vagamente inspiradas em Max Stirner. O jornal *O Meridional* foi o primeiro que trouxe os seus textos para debate, uma reflexão que tem prosseguido até hoje (32). A emergência desta corrente individualista foi atribuída na altura à influência no movimento anarquista de artistas e de intelectuais. Sem envolvimento em lutas sociais, encontravam em Stirner uma justificação para uma postura egocêntrica, exaltante do "Eu". Outra explicação atribuía esta emergência à crescente sensação de impotência dos indivíduos perante poderes globais cada vez mais distantes, que nem os estados nacionais controlavam. Esta sensação de impotência levava os indivíduos a refugiarem-se nos seus pequenos mundos, desligando-se de ações solidárias com outros e para outros. Pensadores anarquistas norte-americanos, como Henry David Thoreau (desobediência civil) foram também pela primeira vez traduzidos e estudados (33).

Jorge Domingos destacou-se neste período ao assumir lutas individuais de grande simbolismo: um protesto contra a informatização da vida dos cidadãos pelo Estado, recusou inscrever-se no "número de contribuinte". A Escola Secundária de Paredes onde trabalhava não lhe pagou o ordenado e entrou em greve da fome (Julho de 1980). Era uma alerta para a criação que bases de dados que estavam a ser criadas e que constituem um ataque à privacidade dos cidadãos. Contra as péssimas condições dos transportes públicos, onde os comboios circulavam com a 2ª. classe apinhada e a 1ª. classe vazia, com um bilhete de 2ª. ocupou a 1ª., recusou-se pagar a multa e foi preso. A acção incentivou outros passageiros a fazerem o mesmo. Estas e outras ações individuais, com uma forte mensagem social, tiveram uma larga repercussão na comunicação social (1981).

Estas ações individuais passaram a ser "legitimadas" também em nome de uma cidadania global. Face às arbitrariedades dos Estados, a questão da cidadania no quadro da

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) tornou-se um importante instrumento na promoção da dignidade, liberdade e igualdade entre todos os seres humanos. Uma referência capaz de mobilizar ações locais de solidariedade com a luta de povos pela criação de sociedades mais dignas. Era o patamar mínimo que nenhum ser humano devia abdicar. Em nome dos Direitos Humanos passou a defender-se a livre circulação de pessoas no mundo ou o apoio às populações migrantes cuja cidadania que não lhes era reconhecida. Apoio igualmente a minorias cujos direitos, nomeadamente de orientação sexual ou de disporem do seu corpo era negado, um combate que se quer universal pela liberdade.

Na verdade, muitos dos novos “cidadãos do mundo” embora não se identifiquem com nenhum país, estão longe do cosmopolitismo anarquista, manifestam-se ostensivamente indiferentes às injustiças no mundo, vagueiam num individualismo egocêntrico, reflexo do liberalismo reinante.

Foi num destes combates que os anarquistas vieram à rua em Dezembro de 1989 em Lisboa, manifestarem-se contra o assassinato de José Carvalho (dirigente do PSR) por neonazis. Uma morte que anunciava o recrudescimento de antigos combates libertários na sociedade portuguesa contra o racismo e xenofobia.

No quadro desta cidadania teceu-se uma Ética Global que compromete o cidadão com as consequências futuras das suas ações, nomeadamente no consumo de produtos e uso de espaços, que alimentam o saque global das multinacionais, a destruição da vida no planeta e recursos naturais, perpetuando as desigualdade entre os povos.

Alguns movimentos de cidadãos nos anos oitenta passaram a explorar os novos meios de comunicação, como as rádios piratas e depois a informática como potenciais meios de intervenção social.

Municipalismo. Desde os primórdios que o anarquismo em Portugal está associado à defesa da autonomia dos municípios e a sua federação, como base de uma futura organização social. A questão adquire grande importância nos anos oitenta, originando uma significativa produção teórica. Neste domínio existe uma continuidade entre Sousa Brandão e Campos Lima (*A Revolução em Portugal, 1925*). Ambos advogavam a completa transferência de competências do Estado central para os municípios, onde se construiriam formas auto-gestionárias de toda a atividade social e económica. Faziam-no porque acreditavam que os municípios, sendo a estrutura administrativa mais próxima dos cidadãos, eram aquelas onde a sua participação podia ser mais facilmente exercida.

Esta concepção municipalista está igualmente presente no "Programa Libertário", elaborado e publicado pela revista *A Ideia* em Agosto de 1980. Para além de algumas sugestões decorrentes do contexto do tempo, a matriz é a mesma. Nesta altura começam também a ser difundidas as ideias de “municipalismo Libertário” ou “comunitarismo de Murray Bookchin que conferem uma enorme importância à intervenção local, nomeadamente para a formação de uma consciência ética libertária.

A verdade é que a Ditadura (1926-1974) esvaziou o poder dos municípios (Câmaras e Juntas de Freguesia) transformando-os meros instrumentos do Estado central debaixo do controlo dos governos civis.

A seguir ao 25 de Abril de 1974 as Assembleias Municipais e de Freguesia foram durante um curto espaço de tempo verdadeiras assembleias populares, registando uma larga

participação dos cidadãos. A Constituição de 1976, estabeleceu que os órgãos representativos dos municípios e freguesias eram as respectivas assembleias, e as câmaras e as juntas órgãos colegiais perante elas responsáveis. As autarquias por estarem mais próximas da população deviam assentar numa ampla participação dos cidadãos nelas residentes. Verdade é que nada disto ocorreu. A longa tradição centralista da Ditadura no país não foi alterada, quando as autarquias estavam totalmente dependentes do Estado e confiadas a presidentes da confiança do regime. O apregoado pluralismo após o 25 de Abril de 1974 não passou de um discurso retórico destituído de conteúdo. Ultrapassado um breve sobressalto inicial, em pouco tempo voltou a instalar-se o presidencialismo nas autarquias herdado da Ditadura. Os cidadãos foram rapidamente limitados na sua participação política, as assembleias secundarizadas nas suas funções, os vogais e vereadores sem pelouro reduzidos a meras figuras decorativas durante quatro anos. A Oposição cerceada nos seus mais elementares direitos. O que passou a imperar foi um sistema anti-democrático presidencialista. Os únicos órgãos que passaram a ter alguma visibilidade pública foram os presidentes das Câmaras e os das Juntas de Freguesia, figuras que nem constam da Constituição do país. Não raro assumem-se como proprietários das câmaras ou das juntas. Todo o poder está neles concentrado. O sistema revelou-se ainda mais aberrante quando se constata que o presidente da câmara municipal ou da junta de freguesia, uma vez eleito não podem ser demitido pelas respectivas Assembleias. Pode mesmo perder a total confiança do grupo político que faz parte, os vereadores ou vogais da sua equipa demitirem-se em bloco, mesmo assim a lei permite-lhe que continue firme no seu posto, e encontre uma qualquer solução governativa entre os restantes eleitos. Pouco importa o expediente e a qualidade dos executivos assim formados. Neste sistema, o principal órgão fiscalizador, a assembleia municipal ou de freguesia, foram profundamente fragilizados. A Oposição (os vereadores ou os vogais sem pelouros) são encarados frequentemente como "forças de bloqueio". Os executivos recusam dar-lhes meios humanos e materiais para exercerem as suas funções, temendo que adquiram visibilidade perante os eleitores. O número de reuniões foi limitado ao mínimo exigido pela lei de forma a evitar o confronto de ideias, a apresentação de propostas alternativas em relação às apresentadas pelo "Chefe", lei-se presidente.

Após as eleições de 1977 rapidamente se percebeu que os municípios não passavam de instrumentos nas disputas eleitorais dos partidos políticos, para os quais eram canalizados importantes recursos financeiros das autarquias. A corrupção nas juntas de freguesia e nas câmaras municipais tornou-se endémica. Em pouco tempo emergiram também por todo o país autarcas que se arrogaram de promotores culturais do "povo", competência que não admitem partilhar. Só eles sabem o que o "povo" quer e gosta. O caciquismo cultural havia-se instalado.

A ausência de uma efectiva participação dos cidadãos acabou por consolidar este caciquismo. Os espaços públicos, bens comuns, foram sendo abandonados. Em cidades como Lisboa as praças e jardins públicos foram amputados em favor de estradas ou parques de estacionamento. As varandas dos edifícios foram fechadas por marquises, numa clara manifestação de afastamento social. A anomia social foi-se instalando nos grandes e pequenos centros urbanos, desligando os cidadãos dos espaços públicos onde vivem, estimulando a indiferença social.

A degradação urbana e social das nossas cidades tem vindo a impor a necessidade de um renovado municipalismo, onde a participação dos cidadãos seja mais atuante e decisiva, sem a qual não existe mudança social possível. Era apontado, apesar de tudo, como um dos campos de acção mais promissores para anarquistas.

O sindicalismo nos anos oitenta estava reduzido a questões salariais que na esmagadora das vezes eram remetidos para a esfera jurídica, um assunto de advogados. Uma função limitadíssima quando emergia a consciência que o trabalhador é acima de tudo um cidadão. As suas responsabilidades sociais ultrapassam as funções que exerce no local de trabalho. A sua remuneração e condições de vida, ao contrário do que acontecia no passado, em muitos casos nem sequer está dependente do seu trabalho.

No final da década a revolta nos países do leste desfez o bloco soviético. O neoliberalismo surgiu como o grande vencedor da chamada "Guerra Fria".

1990–2024: Novas Lutas. Noam Chomsky

Em Portugal nos anos 90, grande parte dos antigos militantes anarquistas haviam já falecido. Os mais jovens em Portugal têm manifestado grande dificuldade em dar continuidade a um movimento de ideias e práticas que a globalização mostrou serem pertinentes.

A mundialização do capitalismo nas últimas décadas produziu um arrasador fenómeno de destruição de valores, hábitos e modos de vida tradicionais. Uma avalanche de inovações tecnológicas, a expansão do consumo de massa e o aumento da população, 8 biliões de pessoas (2022), associados à mobilidade permitiram sustentar esta destruição, tornando-a num facto irreversível. A Europa que durante séculos se pensou como o centro do mundo, abandonou esta crença procurando agora descobrir o lugar que nele ocupa. De continente exportador de pessoas passou a terra de imigrantes, sem os quais a sua economia não funciona. A presente heterogeneidade de etnias, culturas e religiões exigem a redefinição da chamada “identidade nacional” em muitos países. Um trabalho sistemático de desconstrução foi arruinando nacionalismos, religiões, categorias artísticas e filosóficas, colapsando ideologias políticas que se julgavam portadores de verdades eternas. Foi, sem ironia, um progresso real.

A "Queda do Muro de Berlim, em 1989 mudou de forma abrupta o panorama internacional, levando ao desaparecimento da União Soviética (1991), mostrando em toda a extensão a barbárie que desde 1917 fora instalada na Rússia e nos países sob o seu controlo. O "homem novo" prometido pelo Partido Comunista, submetido durante décadas a uma implacável ditadura, acabou nas mãos dos novos ditadores. O culto da obediência ao partido, acabou por facilitar sem grande contestação a substituição dos antigos dirigentes comunistas por capitalistas (oligarcas) saídos do aparelho soviético. Em pouco tempo acumularam e passaram a ostentar enormes fortunas produto de sucessivos saques. Os novos czares instalados no Kremlin não tardaram também a tentar de restaurar os símbolos e o território da antiga Rússia imperial e soviética, invadindo e anexando territórios de povos que se haviam libertado: Chechénia, 1994, 1994; Geórgia-Abcássia e Ossétia do Sul, 2008; Ucrânia - Crimeia, 2014; Ucrânia, 2022). A apoiar o esmagamento de revoltas em países sob o seu domínio, como a Bielorrússia (2020-2021) ou o Cazaquistão (2022).

A China sob a direção do Partido Comunista, nos anos oitenta, não deixou de ter os seus sobressaltos. O massacre em 1989 na Praça de Tianamen foi um aviso para os que queriam Liberdade. A ditadura era para continuar e os insurgentes seriam abatidos. Ficou claro que a escravatura a que estavam submetidos os trabalhadores chineses em nada se distinguia da que estavam submetidos os trabalhavam em regimes ditatoriais ocidentais. A revolta significa a prisão ou a morte. Caída a máscara, o Partido Comunista Chinês passou a mostrar como 1,4 mil milhões de pessoas eram instrumentalizadas numa política de expansão e domínio do mundo usando as regras do capitalismo, nomeadamente no controlo da Ásia Central e dos recursos da África e da América do Sul, sem descurar a anexação da Mongólia interior ou do Tibete ou a aniquilação dos povos insurgentes dentro da própria China. Neste quadro expansionista agressivo, prepara-se agora para se afirmar como um potência militar global capaz de ditar as suas regras ao mundo.

A Coreia do Norte continuou a levar ao extremo o centralismo marxista, concentrando o poder numa única família divinizada. A primeira monarquia absoluta assumidamente

comunista do mundo. Copiando o modelo concentracionário do comunismo soviético, com paradas de inspiração nazis elevaram ao extremo da barbárie a "ditadura do proletariado". Em Cuba os dirigentes sob uma fachada comunista instalaram também uma decrépita monarquia absoluta. O ditador Fidel de Castro, depois de um longo reinado (1959-2008), nomeia para lhe suceder o irmão Raul de Castro e este, por sua vez, qual monarca, nomeia o seu sucessor (2018).

O desabar da ideologia comunista sobretudo nestes países, foi por muitos interpretado como o "fim de todas as ideologias" e o triunfo definitivo do capitalismo. A partir desta altura só restaria aos revolucionários lutarem por problemas locais esquecendo, por exemplo, a situação do catastrófica do planeta ou a barbárie. O liberalismo reinante nos EUA afirmou-se durante algum tempo como o único modelo social. Os comentadores liberais não tardaram a dizer que se estava perante o Fim da História (1). O mundo doravante pertencia ao capitalismo liberal. O futuro seria moldado pela paz, a democracia representativa e o mercado livre. Pura ilusão. A guerra entre blocos continuou, agora sem disfarces, são todos capitalistas, uns liberais outros estatistas, mas todos vivendo da brutal exploração dos trabalhadores.

O panorama mundial, como fazia eco a imprensa anarquista, continuava tão sanguinário como antes. A luta do povo timorense contra a ocupação indonésia, merecia uma especial atenção (1.1). O mesmo se passava em relação à guerra entre Israel e os Palestinos, e as mudanças e conflitos no leste da Europa.

Os sinais eram de novas guerras, não de paz. Desde finais dos anos 70 do século XX que se assistia à crescente barbárie praticada em nome do Islão. No Irão, Líbia, Afeganistão, Paquistão e em tantos outros países, o Corão, escrito no século VII, passou a ser a letra da Lei dos nossos dias, numa verdadeira regressão histórica e civilizacional. A sucessão de atentados em nome da religião islâmica na Europa e EUA pareciam confirmar a debatida a tese do Choque de Civilizações de Samuel P. Huntington(1996): "As guerras civilizacionais são intermitentes; os conflitos civilizacionais são intermináveis" (1.2). A desconfiança mútua entre "ocidentais" (leia-se cristãos) e "orientais" (leia-se muçulmanos) em vários países europeus exacerbou as questões identitárias. A tolerância face a diferenças, nomeadamente religiosas, foi aproveitada para difundir a barbárie. Líderes de grupos sociais, em nome da defesa e preservação da identidade étnica, religiosa ou cultural do respectivo grupo, pregavam o ódio, o domínio de uns sobre outros, escravizam ou violam os seus membros.

Não eram precisos estes exemplos para mostrar a barbárie no mundo. Não faltam nele regimes tirânicos, cujos líderes esbanjam recursos que tirariam da extrema miséria milhões dos seus habitantes, mas que são muito apreciados por turistas amantes de tradições e costumes exóticos.

Ao contrário da paz que se anunciava, o mundo continuava em guerras, nomeadamente económicas. O capitalismo é expansivo, senão declina. A concorrência global que está instalada devora incessantemente recursos naturais e humanos, assim como as mais frágeis economias. O medo, a precariedade e a ausência de meios de sobrevivência e esperança fez emergir vagas de excluídos que vagueiam pelo mundo fugindo a uma morte colectiva ou à indigência. A solidariedade é uma palavra que raramente tem uma tradução na prática. O que por todo o mundo impera é o culto do dinheiro, símbolo por excelência do poder e reconhecimento social. A acumulação de riquezas na posse de um único indivíduo é celebrada como um triunfo civilizacional...

No final do século XX, as antigas e laboriosas concepções de uma "sociedade perfeita" que terminaria com todos os conflitos sociais, surgiam agora aos olhos de muitos anarquistas como "utopias" concentracionárias e totalitárias, só possíveis de serem realizadas através do esmagamento da diversidade e da barbárie. Houve um claro abandono de propostas totalizantes para a sociedade, como seja o comunismo libertário. Foi abandonada também a crença, cara a Kropotkine, num progresso que nos conduziria infalivelmente a uma sociedade perfeita (Anarquia). Os objectivos das lutas passaram a ser parciais, limitados ou locais. A ideia de emancipação, cujo centro de acção era os locais de trabalho, foi secundarizada, impôs-se o quotidiano como campo de acção essencialmente individual, subjectiva, e fundamentada numa ética de insubmissão e revolta (1.3). Era o regresso à dupla dimensão poética e conspirativa do anarquismo que inspiraram obras como *O Homem que era Quinta-Feira* de G.K. Chesterton (1.4).

O vazio provocado pelo fim da ideia de uma Revolução Social tem sido substituído por de acções de "revolta" e "resistência" contra o poder. Passou a falar-se em mudar o mundo sem conquistar o poder político (1.5), um campo de acção onde o anarquismo revela maior capacidade e flexibilidade. Quando se observa as formas de luta e de organização, as narrativas e reportórios dos novos movimentos de sociais descobre-se que as suas referências são muitas vezes explicitamente anarquistas (1.6). A "Propaganda pela Acção" de Malatesta estava de volta.

Em Portugal o movimento anarquista, seguiu a tendência internacional, tendo-se assistido à pulverização de causas e à dificuldade de encontrar um "programa comum" de acção dos libertários. A reflexão afastou-se frequentemente da acção prática, como constata M. Ricardo de Sousa (*Os Caminhos da Anarquia*, Lisboa, 2011).

É igualmente notória a influência de filósofos anarquistas dos USA, onde muitas vezes se tem procurado confundir anarquismo com liberalismo, a defesa da Liberdade com a do mercado e da propriedade privada. A internet facilitou o acesso às suas obras e ideias. Entre eles destacamos os seguintes: Robert Paul Wolff (*Defense of Anarchism*, 1970), David Friedman, (*Mecanismo da Liberdade*, 1973), Robert Nozick (*Anarquia, Estado e Utopia*, 1974), Hakim Bey (Peter Lamborn Wilson, *T.A.Z.: Zona Autónoma Temporária*, 1985), John Zerzan, Todd May (*A filosofia política do anarquismo pós-estruturalista*, 1994), Saul Newman, Lewis Call, David Graeber, etc.

Perspectivas Filosóficas.

Na confusão ideológica que se instalou no movimento anarquista nos anos noventa, recolocaram-se velhas questões. Dois nomes mostraram a sua actualidade. O primeiro foi Proudhon e o segundo Kropotkine.

Francisco Trindade foi um dos anarquistas que melhor percebeu as profundas consequências ideológicas resultantes da falência da União Soviética. Entre 1989 e 2001 publicou vários textos sobre Proudhon que tiveram o mérito de voltar a discutir o seu pensamento (1.7). Proudhon foi o primeiro a demonstrar o erro em que se baseava a "dialéctica" hegeliana apropriada por Karl Marx: a "síntese" que culminaria numa "sociedade perfeita", no "fim da história" e no "último homem" era o produto de uma alquimia, um misticismo que se fosse levado à prática só podia conduzir a uma nova barbárie (o comunismo). Os regimes comunistas no século XX demonstraram à sociedade a previsão de Proudhon. Até a crítica de Karl Popper sobre as "utopias" (sociedades fechadas) ganhava um novo sentido.

Na filosofia de Proudhon , a vida, as sociedades ou o próprio universo são movidos por contínuas oposições (luta de contrários) irresolúveis. Esta “guerra” pode ser transformada mas não aniquilada. Os equilíbrios são sempre precários, a tensão é permanente. Nas contradições sociais, os injustiçados, oprimidos, governados e explorados estão “condenados” a travar uma luta permanente contra tudo o que impede a sua libertação: o capital, o centralismo, a religião, o militarismo, em suma, aquilo que significa ou permite o domínio de uns sobre outros (autoridade).

Neste combate sem fim, os oprimidos à medida que a sua libertação avançar devem criar formas alternativas que lhes permita controlar a sua própria vida sem intermediários, contrariando a tendência para a concentração da propriedade ou o centralismo dos Estados. Proudhon não se cansou de afirmar na necessidade da criação de organizações políticas alternativas, quer potenciando as unidades administrativas próximas dos cidadãos (municípios) ou outras na esfera económica isentas de relações de poder de uns sobre outros (mutualismo, federalismo). A democracia directa é o objectivo político a atingir. Na sua filosofia não existe uma sociedade perfeita, mas sociedades mais ou menos livres e igualitárias. Nada é estático ou garantido, os retrocessos são sempre possíveis, daí a revolta contra o autoritarismo ser permanente (1.8). O Fim da História só acontece quando o último ser humano desaparecer.

Kropotkine afirmava que as sociedades humanas eram movidas por um princípio de apoio-mútuo que as encaminhava inexoravelmente para a Anarquia. A continuação das guerras e das ditaduras no mundo negava aparentemente este princípio. Luc Ferry, em 2010, publicava um polémico livro: *A Revolução do Amor* (1.9) que vindo ao encontro do pensamento de Kropotkine. O princípio de cooperação deixa de ser biológico e passa a ser social, produto da mudança das relações entre sexos (casamentos por amor) e dos novos cuidados dos pais para com os filhos. Os laços fraternais que contaminaram o funcionamento dos regimes democráticos. O futuro que passou a ser pensado em termos da construção de uma fraternidade universal. A cooperação e a ciência foram chamadas a removendo todos os obstáculos que surgiram, e tudo isto tem vindo a acontecer com o mundo em guerra. A melhor prova desta evolução, segundo Luc Ferry, está no facto de nos países democráticos da Europa, as condições de vida, a justiça, a saúde, a educação ou a segurança são hoje incomparavelmente melhores do que no século XIX. A Liberdade e respeito pelos Direitos Humanos foram a bandeira desta "revolução do amor". Os povos que viveram em Liberdade e Democracia, levados por este sentimento de fraternidade, passaram a ser mais generosos e solidários com outros povos, assim como mais sensíveis à questão do planeta que irão deixar às futuras gerações. Manifestam grande resistência ao nacionalismo e acções belicistas. Não por acaso, em 2021, foi publicado em português a obra marcante de Kropotkine: *Apoio-Mútuo: Um factor de Evolução* (1902), onde justamente defende a cooperação e não a feroz competição entre os indivíduos que impulsiona a Humanidade. Um discurso optimista sobre o futuro que contrasta com as visões apocalípticas correntes. David Graeber e David Wengrow (*O Princípio de Tudo: Uma Nova História da Humanidade*, 1921), nesta linha, questionaram a versão da história da humanidade corrente. Mostraram que esta nunca foi linear, nem única. Foi sempre muito diversa desde as origens. Se alguns povos seguiram formas de organização sociais hierárquicas, autoritárias, machista e guerreiras, outros houve que na mesma altura estabeleceram uma organização social igualitária, assente numa cooperação pacífica e no apoio mútuo entre os seus membros. Todas as opções políticas ontem como hoje, estão sempre em aberto.

Panorama em Portugal

Portugal no final dos anos noventa era muito diferente de 1974. Muita coisa mudara. Após a entrada na CEE (atual União Europeia) a 1 de Janeiro de 1986, as grandes decisões políticas sobre o país passaram a ser tomadas em Bruxelas. Era o início da chamada "soberania partilhada".

Assistiu-se à desindustrialização, abandono da agricultura, implantação de grandes cadeias comerciais, etc. A economia portuguesa tornou-se uma economia de serviços. A população passou a viajar para o estrangeiro com maior frequência. O analfabetismo passou a ser residual. A miséria generalizada que antes se observava por todo o país, e que desencadeava revoltas espontâneas dos trabalhadores desapareceu. A pobreza persistente, mas mais dispersa e concentrada em certas regiões, camadas da população, idosos, desempregados e trabalhadores sem qualificações. O que não mudou, antes se acentuou foram as desigualdades sociais. No final da década de noventa, assistiu-se à entrada de sucessivas vagas de imigrantes (brasileiros, ucranianos, romenos, moldavos, russos, chineses, etc.), a diversidade de culturas passou a ser a regra no país. Estas mudanças alteraram as condições para a mobilização dos trabalhadores para uma transformação social. A própria ideia de revolução social há muito que desapareceu do discurso político da "esquerda". Não mobiliza como no passado, atemoriza. A maioria dos trabalhadores mostra-se presentemente integrada no sistema capitalista, definindo o seu comportamento de satisfação ou insatisfação social pelas expectativas de consumo.

Depois da queda do colapso da União Soviética, em 1991, os vários partidos marxistas entraram num rápido declínio e fragmentação. No PCP multiplicaram-se as expulsões e saídas de centenas de militantes "históricos" exigindo uma mudança na política do partido, a que o secretário-geral (Álvaro Cunhal, 1913-2005) se opunha. A maioria procurou refúgio no PS e PSD, obtendo benefícios que o PCP já não tinha condições de lhes dar. A mesma desagregação ocorreu entre os pequenos partidos e grupos marxistas (estalinistas, maoistas, trotskistas, etc) defensores de vários tipos de ditaduras e modelos de capitalismo de estado. Percebendo que caminhavam para a irrelevância, os grupos mais dinâmicos iniciaram um radical processo de fusões e amalgama de ideias. A mais bem sucedida fusão foi a do Bloco de Esquerda, fundado em 1999, que se assumiu como um "partido de causas": sexuais, laborais, ambientalistas, sindicalistas, eutanásia, entre outras, muito distintas das que constavam nos programas dos partidos que estiveram na sua génese. Foi esta abrangência de causas que seduziram alguns anarquistas a tornarem-se "bloquistas" (2)

Havia que encontrar um novo "programa de lutas comuns", o que se revelou difícil para os anarquistas em Portugal. As mudanças operadas no mundo e no país não se traduziram em novos objectivos de luta alargados, adensaram conflitos internos.

O jornal *A Batalha* manteve-se, mas no meio de polémicas com alguns dos seus novos directores. Após a morte Emídio Santana (Setembro de 1988) assumiu a direcção do jornal José Maria Carvalho Ferreira (1989-1990). O jornal passou a ostentar o subtítulo "Jornal de Expressão Anarquista" o que constituiu um corte com o seu passado sindicalista, e deixou marcas. O jornal afastou-se do terreno da intervenção social, assumindo-se como um jornal teórico e de memórias, repleto de longos textos. A passagem pela direcção de Moisés Silva Ramos foi curta embora consensual: entre Julho e Setembro de 1990, mas não alterou a nova orientação.

Seguiu-se Maria da Conceição Magos Jorge (1953-2001) entre Janeiro de 1992 e Dezembro de 1996, que pouco depois de desempenhar esta função apareceu como candidata pelo Bloco de Esquerda ao Parlamento Europeu (1999) (3). *A Batalha* alarga agora o leque de temas tratados e autores.

Neste caos, a continuidade do jornal foi assegurada por militantes como Francisco Trindade (Dir.:Jan. 1997/Agost.1998), apoiado por Luis Garcia e Silva (1933-2020) e Elisa Areias que continuaram a dar apoio ao novo director: João Santiago (Dir.:1998 -2017), que prosseguem a mesma matriz teórica e de memórias. Entretanto, em Junho de 2004, em virtude da alienação do Palácio Rosa pela CML, a sede do jornal muda para as novas instalações na Azinhaga das Aleguezas (Olivais).

Seguiu-se António da Cruz (Dir.: Setembro de 2019-) que ficará associado a uma nova orientação do jornal, muito distante de uma acção revolucionária centrada em quem trabalha. O jornal continuou a sua linha de combate contra todas as formas de poder, reflectindo as novas fontes de inspiração: Stirner, Emma Goldman, Noam Chomsky, Murray Bookchin e tantos outros.

Na revista *A Ideia* os problemas não foram menores. A direcção da publicação foi assumida por Miguel Serras Pereira (nº. 54, Maio de 1990) que trouxe para a revista a confusão ideológica que reinava entre os “marxistas libertários” perante a derrocada da União Soviética, expressa numa manta de retalhos denominada “Nova Plataforma Editorial”. A revista entrou num debate interno que não era o seu e acabou suspensa no número seguinte (1991). A *Editora Sementeira* foi dissolvida. João Freire afastou-se da revista e passou a argumentar que mudara de ideias, era agora um adepto de teses liberais próximas das defendidas por Robert Nozick (*Anarquia, Estado e Utopia*), mas também da intervenção americana no mundo para defender os valores ditos ocidentais. Em 2007 publicou uma extensa crítica a muitos anarquistas, sob a forma de uma exaltante autobiografia sociológica (4). O anarquismo era coisa do passado ou um objecto de estudo de sociólogos ou historiadores. A resposta de Júlio Carrapato, um dos visados, foi contundente na crítica ao professor catedrático do ISCTE (5). A revista reapareceu em 2001, pela mão do seu proprietário, numa linha editorial marcadamente literária. Nesta altura uma antiga colaboradora d’*A Ideia* - Maria de Lurdes Rodrigues andava pelo PS, tendo sido nomeada ministra da Educação (2005-2009). Um antigo militante, Paulo Borges, em 2009, surgia como o fundador de um novo partido: PAN (6). O tempo era de grande confusão de ideias. Em 2012 a revista passou a ser dirigida por A. Cândido Franco que lhe tem dado continuidade como revista de “cultura libertária”.

De tudo isto surgiram algumas positivas. Perante a dissolução da cooperativa Sementeira, um pequeno grupo onde pontificava Jorge M. Colaço, em 1993 funda a Associação Modos de Ser - Associação Livre, editando ainda neste ano a revista *Singularidades - Modos de Ser Inconformista*, muito centrada sobre a não-violência, o antimilitarismo e a poesia (7).

A revista a *Utopia* apareceu em 1995, e depois de alguns números de análises sociais acutilantes confina-se à literatura e acabou suspensa em 2012.

Neste turbilhão surgiu uma incisiva de âmbito internacional: a *A-infos* (1991) informações mensais provenientes de uma cooperação alemã, belga e francesa, à qual se juntaram anarquistas de Holanda, Grécia e Portugal (apartado 21477 - 1134 Lisboa), e mais tarde Itália, Espanha... A edição portuguesa, como as outras em suporte papel, foi inicialmente feita por companheiros de Lisboa, Coimbra, Portimão, Leiria. O último número da edição

portuguesa é de junho de 1999. Numa iniciativa de Miguel Baptista surgiu depois o *A-infos Português virtual*.

Noam Chomsky. Desde Abril de 1974 que o movimento anarquista tem atraído grande número de estudantes e professores universitários. Alguns têm encontrado no anarquismo material para teses de doutoramento, mestrado, livros ou artigos académicos. Outros fazem aqui o seu tirocínio político, antes de ingressarem num partido político, onde esperam obter poder e compensações que o anarquismo não lhes dá. No movimento anarquista têm a preocupação de ficar sempre num plano teórico, distanciado da realidade, não se envolvendo em nenhuma luta popular ou ação que possa colocar em causa a sua imagem de académicos, intelectuais. O seu objectivo é, se possível, adquirir notoriedade pública sem envolvimento político, de modo a estar disponíveis para abraçar uma oferta rentável.

O fenómeno como escreveu Noam Chomsky (8) está na base da sua formação. Habitados ao longo do seu percurso escolar a obedecer e procurarem ser reconhecidos pelos seus superiores, acabam por se julgarem acima da imensa massa dos comuns dos cidadãos: os que não obedeceram ou não tiveram professores a quem obedecer são os estúpidos. Os que conseguiram notoriedade pública têm a possibilidade de optar por dois caminhos: Assumirem-se como uma “vanguarda” apta a conduzir uma massa de estúpidos a um futuro que, por serem estúpidos são incapazes de compreender e descobrir por si próprias. Os intelectuais marxistas-leninistas encarnaram na perfeição este tipo de intelectuais revolucionários. Os intelectuais, hoje muito numerosos, são os que não acreditam num futuro melhor para as massas, pretendem apenas tirar partido da sua formação para servir os poderosos, os que têm o poder efectivo. Um trabalho ao serviço do poder e da exploração das massas, com o qual esperam obter algum poder e benefício (9).

É por esta razão, que como referia Noam Chomsky em 1995 numa entrevista ao jornal *A Batalha*: "não existem praticamente intelectuais anarquistas, pela simples razão que o anarquismo não oferece aos intelectuais qualquer posição de poder e privilégio". No entanto, constata que os sentimentos anarquistas estavam bastante disseminados. Muito do que se passava por todo o mundo têm um carácter libertador. O problema é que estas ações continuavam com poucas possibilidades de serem articulados de modo construtivo. Restava aos anarquistas continuar a fazer o que sempre haviam feito: "Ajudar as pessoas a controlar as suas própria vida, a compreender o mundo em que vivem, a organizar-se para enfrentar e destruir a autoridade ilegítima, ou seja qualquer forma de autoridade que não possa provar a sua legitimidade: uma prova que raramente pode ser feita. É tarefa dos libertários e da sua imprensa mostrar isso, ajudar os outros a compreendê-lo, aprender com as lutas populares e contribuir para elas. Como tem sido sempre." (10).

Na verdade esta atitude era o reflexo de um tempo em que a maioria dos portugueses abdicou a sua capacidade de decisão e entregou-a a uma minoria (partidos políticos).

Causas e Perspectivas

Os anarquistas desde o século XVIII, como vimos, apesar da pluralidade das suas acções e interesses, sempre procuram definir um "programa de acção", onde a acção individual ou colectiva se exercia com maior ou menor consenso. Hoje não é diferente, basta consultar a sua imprensa.

1. Crítica do Poder

O que leva seres humanos a aceitarem passivamente serem dominados, dirigidos, humilhados e explorados por outros? Dada a pluralidade de análises sobre as formas como o poder se manifesta, estas áreas para muitos parecerão demasiado redutoras, simplistas (11). A reflexão crítica das diversas formas de dominação, como é expectável, continua a ocupar um lugar central em inúmeros textos anarquistas. Questões que não sendo novas são objecto de permanentes reflexões em função dos novos contextos.

Bakunine, como vimos, chamou à atenção para a emergência social de um vasto grupo de trabalhadores altamente qualificados, como cientistas e engenheiros, cuja função era desenvolverem novos mecanismos de domínio dos trabalhadores. Nos nossos dias este trabalho é exercido por um sem número de especialistas que estuda a melhor forma de domínio da população. Os mecanismos de controlo e vigilância política e social dos cidadãos estão agora mais sofisticados, possibilitados por avanços tecnológicos, nomeadamente da chamada "Inteligência Artificial". A expansão das "redes sociais" facilitaram os processos de controlo e vigilância dos cidadãos, uma tarefa a que estes activamente passaram a colaborar com o Estado. De forma espontânea passaram a descrever detalhadamente origens, personalidade, gostos, quotidiano, amigos ou tendências políticas. As antigas reservas sobre a exposição pública da vida privada desapareceram numa orgia de tudo expor comunicando. Os mercados ficaram também à escuta destas preciosas informações que lhes permitiram conhecer os desejos de cada um, para logo propor ou fornecer os produtos para os saciar. O marketing político e comercial explora agora as novas e formidáveis oportunidades de mercado. Produtos feitos à medida.

Apregando importantes descobertas "científicas" e em nome da "eficácia social", os indivíduos passaram a ser convidados a deixarem-se representar, a entregarem a intermediários as decisões sobre a sua vida e da comunidade que integram, a quem "sabe melhor" o que lhes convém. Trata-se de um vasto mecanismo de controlo e exploração social que conta ao seu serviço com milhões de cientistas, técnicos e intelectuais que procuram detectar indivíduos com "problemas" ou "desvios" à "normalidade" para os enquadrarem no sistema (tecnocracia). Fazem-no em nome da "ciência" alegadamente ao serviço da "felicidade" ou "bem estar" da população. O resultado é o conformismo. A revolta contra as injustiças é vista como um distúrbio psicológico. Na prática este "psicologismo" contribui para manter os mecanismos de domínio e o saque.

A crise financeira e económica de 2008, por muitos anunciada como um sinal do colapso do capitalismo, mostrou a final que o sistema tendo ao seu serviço estes milhões de especialistas foi capaz de se reinventar, resgatando os bancos com dinheiro público, incorporou novas tecnologias que dispensaram milhões de trabalhadores (automação), produziu um enorme aumento da burocracia digital (vigilância e auto-controlo) e da precariedade laboral, proporcionando igualmente novas acumulações de capital por parte de uma minoria. Nunca a acumulação de capital foi tanta na posse de tão poucos.

Estes mecanismos de controlo, foram reforçados com a Pandemia (2020-2022). Em muitos Estados foram testados em larga escala sofisticados mecanismos tecnológicos de vigilância, controlo e repressão dos cidadãos. Foram criadas bases de dados sobre as suas vidas que permitem prever atitudes, comportamentos ou tendências políticas, numa dimensão que nenhuma ditadura no passado conseguira realizar. A eficácia demonstrada por estas tecnologias de controlo, vieram também lembrar que a tecnologia não é, nem nunca foi neutra. Estão criadas as condições tecnológicas para a instauração de regimes “democráticos totalitários” como tem alertado a imprensa anarquista. Devido à globalização estas reflexões estão inseridas, com maior frequência, em movimentos internacionais.

Revoltas. A partir da consciência destes mecanismos e relações de poder instituídas, o principal foco das acções anarquistas, desenvolve-se um largo espectro de acções possíveis, desde a simples resistência espontânea e individual à revolta colectiva organizada para atingir objectivos concretos.

A desobediência civil, enquanto recusa da submissão e da autoridade, das certezas dadas como adquiridas é sempre uma via possível, que coloca os que a praticam à margem da lei (11.1). Num mundo em que o Estado detém o monopólio da força, e os governantes tem ao seu dispor policias, tribunais e um sem número de especialistas para estudar a melhor forma de reprimir os insurgentes, a primeira questão a avaliar é a relação custo-benefício em relação ao objectivo pretendido. Em todo o caso, quando se tem consciência da opressão e da mentira intencional, a desobediência impõem-se, como um imperativo pessoal.

As revoltas colectivas não estão isentas desta avaliação (11.2). É certo que as lutas sociais perderam boa parte da sua dimensão “profética” e “utópica” que no passado as animavam. São hoje sobretudo reactivas, contra medidas governativas. Luta-se para conservar o que foi conquistado no passado. Uma posição teórica que implica defender como legítimas as relações assimétricas existentes. Por falta de imaginação, incide-se sobre os mesmos temas, cujas respostas por parte dos que exercem o poder são já conhecidas. Novos objectivos são raros. Os próprios resultados concretos das lutas são frequentemente esquecidos. A sua avaliação oscila entre a satisfação pelo elevado número de manifestantes mobilizados e o reencontro festivo com velhos amigos, e o auto-flagelamento por se saber que nada foi conseguido. No máximo apenas se impediu por algum tempo de uma mudança no sistema. Não é fácil sair da lógica instituída para a contestação social, muito codificada e demasiado festiva.

É por isso que o conceito anarquista da acção directa está de volta, em revoltas inorgânicas, centrada em objectivos concretos e imprevistos, de grande ou pouca visibilidade, dentro e fora das instituições privadas e estatais.

2. Cidadania

Na concepção política anarquista todo o ser humano é também um cidadão do mundo, com direitos naturais iguais aos de qualquer outro ser humano. Há uma união entre a pessoa e o cidadão (11.3). Uma concepção que está na génese do anarquismo, quando no século XVIII rompeu com a dissociação que vinha sendo feita, e que implicou vários combates: o fim do confinamento da cidadania a um dado território e às regras jurídicas nele estabelecidas; a plena igualdade de direitos, não importa a nação, género, religião ou cultura. O objectivo último é a criar uma comunidade solidária de cidadãos do mundo que se orientem por valores universais de liberdade e igualdade.

O individualismo que emergiu no século XIX, como uma das bandeiras dos anarquistas, não constitui uma renúncia à cidadania, constitui antes a afirmação do reconhecimento da singularidade e autonomia do indivíduo. Nem sempre todavia os dois conceitos se tem mostrados harmonizáveis. Num sentido positivo, a individualização reclamou um estatuto para os indivíduos que superava as condicionantes legais que a cidadania tende a comportar. Num sentido negativo, quando o individualismo estimulado pela lógica de mercado capitalista, hipervalorizou o bem estar individual face às necessidades colectivas, encerrou os indivíduos num egocentrismo estéril, criando um fosso entre as queixas individuais e as reclamações colectivas. A aspiração a uma sociedade justa acabou por ser tornar incompreensível, dada a diluição dos laços de pertença, afectos e de proximidade. As questões sociais são remetidas para outros que não os implicados, nomeadamente para os partidos políticos que passaram a ser encarados como empresas prestadoras de serviços.

O próprio conceito de cidadania tem sido esvaziado. O sistema político que foi gerado transformou a cidadania e a participação política dos cidadãos num simulacro, remetido para atos privados, desligados de contactos sociais e sentimentos de pertença. O resultado tem sido o isolamento social e o seu afastamento de acções que envolvam compromissos ou causas sociais. As consequências desta anomia social é o crescente desinteresse pela sociedade e a própria dignidade.

É por estas razões que o combate social por uma sociedade justa passa pela luta por uma plena cidadania, numa perspectiva universal. A crónica carência de um espírito de cidadania, particularmente notório na população portuguesa, tornou a luta pela emancipação um combate utópico. A luta emancipatória passa necessariamente por envolver os cidadãos nas questões sociais, estimular e ampliar a sua intervenção directa na gestão da coisa pública. É um passo essencial para uma transformação social libertária. Neste sentido, os anarquistas contestam a democracia representativa reclamando a descentralização das decisões políticas e a criação de formas de democracia directa. É um combate minoritário, mas coerentemente assumido por todos aqueles que não abdicam de seguirem as suas convicções, nem das decisões que afectam as suas vidas entregando-as a políticos, técnicos e especialistas disto e daquilo.

O lema anarquista continua a ser o mesmo de sempre: se queres algo que acreditas ser justo, avança, luta, não esperes que outros o façam por ti. Sem abdicares da tua liberdade junta-se a outros que prossigam objectivos idênticos, um apelo permanente na imprensa libertária.

Discriminação. Herdeiros de uma tradição que funda os direitos dos indivíduos na natureza humana e não no ordenamento jurídico da cada país, os anarquistas persistem no seu combate contra todo o tipo de discriminações, não importa o país, a religião ou as tradições culturais. A sua particular sensibilidade a esta questão, como vimos, torna-os igualmente nos eternos combatentes por "novos direitos" sempre numa perspectiva universalista.

Migrantes. A questão da cidadania e no seu acesso não podem ser desligada das mudanças na composição da população europeia e na portuguesa em particular. Desde meados dos anos 60 que se tem assistido a um crescente declínio demográfico na população europeia, apenas compensado com a entrada de migrantes provenientes de regiões de mundo com elevadas taxas de fecundidade e pobreza. Não é expectável que na Europa venha a ocorrer qualquer recuperação demográfica sem a entrada de

imigrantes. A “recuperação” a ocorrer só poderia dar-se através de um retrocesso na libertação das mulheres, na sua individualidade, sexualidade, autonomia, etc.

A vinda em massa de imigrantes para um sociedade, por mais cosmopolita que seja, não deixa de constituir um terreno fértil para movimentos populistas que exploram os receios em vastas camadas da população que temem a perda da sua “cultura”, “valores”, “dignidade” ou “estatutos sociais”. Os imigrantes passam a ser acusados de estarem a invadir o país, substituindo a sua população, e são rapidamente transformados no “bode expiatório” de todos os problemas. Uma ideia que alimenta movimentos xenófobos ou racistas.

No caso português, a situação é agravada dada as suas taxas de fecundidade, as mais baixas do mundo. O declínio demográfico é acentuado por uma emigração “histórica”. Uma parte significativa da população continua a emigrar pelas razões mais diversas, sobretudo económicas. Em 2022 mais de 2 milhões de portugueses emigrantes residiam no estrangeiro. A maioria dos quais nunca estiveram envolvidos em acções em prol da comunidade onde nasceram ou viveram (12). Durante a ditadura cultivou-se a imagem que o emigrante português era dócil e trabalhador, e facilmente se sujeitava a qualquer trabalho nas piores condições. Desde o século XIX a grande preocupação dos partidos políticos em relação aos emigrantes era com as remessas de dinheiro que enviavam, tudo o mais era secundário. Nos nossos dias a situação pouco se alterou.

Se muitos portugueses não se assumem como cidadãos no seu país, outros há que aqui vivem e trabalham e à qual esta cidadania é negada: os imigrantes (5,2% da população portuguesa. Censo de 2021), superando os 10% em 2024. Desde a entrada de Portugal na CEE (atual UE) que a população em Portugal é cada mais heterogénea quanto às suas origens. Na sua maioria quando chegaram ao país desconheciam a língua e a cultura, enfrentaram um sistema burocrático opaco e segregacionista, o que facilitou o tráfico de seres humanos, a sua brutal exploração e escravatura por redes de criminosos e o patronato. É-lhes negado o acesso à cidadania sob as formas mais diversas. O combate pela dignidade dos migrantes faz parte do ideário dos anarquistas defensores de um mundo sem fronteiras. Nas últimas décadas assinalam-se diversas iniciativas de anarquistas no apoio à aprendizagem da língua portuguesa, legalização, campanhas de denúncia da sua exploração e de ataques racistas contra imigrantes que se tem multiplicado.

Excluídos. A perspectiva universalista dos anarquistas, assenta desde o século XVIII num conjunto de direitos fundamentais que devem ser reconhecidos a todos os seres humanos. Vítimas de perseguições e assassinatos por não aceitarem a “normalidade” que lhes é imposta, deu aos anarquistas uma particular sensibilidade para analisarem a questão das prisões e do sistema de exclusão social que impera nas nossas sociedades. Embora não existam em Portugal filiais de organizações como a *Cruz Negra Anarquista* (Anarchist Black Cross - ABC), isso não impede defenderem a abolição das prisões e da sociedade-prisão, como forma de “regeneração” dos ultrapassaram a linha da normalidade. Não prestam todavia apoio indiscriminado a todos os presos, nomeadamente aos que foram condenados por estupro ou pedofilia. Apesar de não terem numa ideia precisa de uma sociedade sem prisões, isso não os impede de considerarem que o actual sistema de “regeneração” causa mais danos do que benefícios aos condenados. Nas lutas actuais destacamos a defesa da dignidade dos **presos** (denúncia de maus tratos, torturas e assassinatos nas prisões). As degradantes condições das prisões portuguesas, onde estão estavam encarcerados em 2021 mais de 11.500 pessoas, tem provocado um elevado número de mortes. Foram centenas nos últimos seis

anos. A abolição do sistema prisional é o objectivo a atingir. A questão que não sendo nova (13), tem assumido nas últimas décadas um redobrado empenho.

Auto-Excluídos. A defesa de alegadas identidades étnicas, culturais, religiosas, sexuais e outras continuam a privar da liberdade centenas de milhares de indivíduos, desenvolvendo no seu seio de cada grupo lógicas de auto-exclusão em relação à comunidade. Não há abertura mas fechamento, a intervenção social universalista é substituída pela defesa dos interesses exclusivos da "tribo". Um terreno igualmente propício para a emergência de líderes que em nome da defesa desta "identidade do grupo", submetem os seus membros a um verdadeira tirania. O caso dos "ciganos" é um exemplo paradigmático desta auto-exclusão identitária. Gerações "ciganos", em nome da defesa da sua identidade cultural, frequentemente legitimam práticas de pedofilia e de marginalidade social regressiva. Continuam a ser notícia pela forma brutal como reprimem e oprimem todos os seus membros que aspiram à libertação das suas tradições, privando-os de acesso à educação e intervenção progressiva na sociedade. Algo semelhante se poderia dizer de certas seitas religiosas.

O terreno da cidadania, numa perspectiva anarquista, defende sociedades abertas e indivíduos que sem esquecer as suas raízes se assumem como cidadãos do mundo.

3. Organização Social

Os anarquistas defendem uma outra forma de organização da sociedade, segundo que garantam a pela igualdade de direitos e de liberdade, baseada numa participação activa e directa dos cidadãos, num modelo que hoje designamos por autogestão. Recusam a actual forma de organização social - Estatista. Na análise que fazem da evolução do Estado, enquanto macro-estrutura hierárquica, sustentam que o mesmo mantém, reproduz e perpétua as desigualdades sociais e as relações de poder. Embora não confundam uma ditadura como uma democracia, não deixam de considerar que os princípios em que democracia representativa mantém intactas as relações de poder, discriminam e subjagam os indivíduos, nomeadamente pelo ordenamento jurídico, institucional e ideológico. Na esmagadora maioria dos casos, nem sequer a legitimidade democrática dos alegados representantes do "povo" está assegurada. As medidas da chamada "democracia participativa" que visam corrigir os defeitos da "democracia representativa" não passam de mais um logro lançado pela minoria que controla o poder político.

O Estado no século XXI não é todavia o do século XIX, devido à complexidade e funções que adquiriu. Passou a assumir também múltiplas funções sociais relevantes como resposta a lutas sociais, incluindo de anarquistas ! O que ressalta todavia nos Estados actuais é a enorme diferença de estatutos, remunerações e privilégios entre as várias camadas de dirigentes, funcionários e indivíduos que "prestam" serviços para o Estado. Uma vasta burocracia, como assinalou Bakunine, com interesses próprios a defender, e na qual uma minoria auferia rendimentos idênticos aos de abastados capitalistas.

Os estados europeus, incluindo o português, depois da IIª. Guerra Mundial entraram num processo de crescente integração económica, e mais recentemente também política de que a União Europeia é maior expressão. No essencial esta macro-organização reproduz e reforça os mesmos mecanismos de domínio e exploração que são apontados aos estados nacionais.

Partidocracia. A partidocracia que se instalou no país depois de 1974, criou um sistema político que procura eliminar a participação dos cidadãos fora dos partidos políticos, os quais distribuem entre si os cargos públicos incluindo os da justiça. A comunicação social é controlada pelos aparelhos partidários e fabrica contínuos simulacros de debates públicos de modo a dar a ilusão de diversidade de pontos de vista. Os partidos incorporaram os avanços da psicologia de massas, estudos de mercado, técnicas de marketing e artes circenses procurando dominar o espaço mediático através de um contínuo espectáculo. Os candidatos são recrutados, lançados ou promovidos como produtos. Não importam as ideias, o seu envolvimento em casos de corrupção, tudo pode ser reciclado desde que o candidato seja reconhecido pelo público. A consolidação da partidocracia acabou por gerar verdadeiras castas familiares que se reproduzem, perpetuam e unem para garantir o acesso e manutenção de cargos públicos.

A crescente percepção deste mecanismo de poder por parte da população tem gerado crescentes níveis de abstenção eleitoral. Trata-se de uma atitude tanto pode traduzir uma posição emancipatória, desde que acompanhada de uma intervenção social alternativa, como de uma atitude de alheamento social, o que manifestamente parece ser o caso. Uma atitude de indiferença reforçada pela constatação de uma corrupção endémica no chamado “poder legislativo”(14), “judicial” (15), “executivo” (16) e “policial” totalmente partidarizados. A longa tradição de impunidade, opacidade e exploração da população por parte dos que exercem cargos públicos tem mantido e consolidado este sistema. Na ausência de uma atitude emancipatória libertária, estas percepções têm despertado entre a população apenas instintos básicos de inveja, vingança, maledicência, gosto pela intrigalhada e apelos à “Ordem” e “Salvadores da Pátria”, com os resultados conhecidos.

Nas eleições legislativas em 2019 registou-se um nível record de 51,43%, a que se somaram 2,51% votos em branco e 2,36% de votos nulos. A questão é que a maioria dos portugueses, embora sintam que “não contam para nada”, desistiram de lutar por outras formas alternativas de intervenção na sociedade, denúncia e exigência de transparência e controlo por parte dos cidadãos. Nas eleições de 2022 e 2024, embora a abstenção tenha diminuído foi em todo caso superior a 40%.

Desde a integração de Portugal na União Europeia (UE) a 1 de Janeiro de 1986, que a maioria da população se sente cada vez mais afastada fisicamente dos centros de decisão política. Ao certo já ninguém sabe quem está a tomar decisões que afectam as suas vidas. Um afastamento que está bem patente na enorme abstenção nas chamadas eleições europeias. Nas eleições de 2019 a abstenção foi de 69,3%, os votos em branco 4,3% e os nulos 2,7%. Números que reflectem os danos provocados pela partidocracia no afastamento da população da coisa pública. Nas eleições presidenciais, onde se escolhe directamente quem, por exemplo, garante a separação dos diversos poderes impedindo a sua concentração ditatorial, a desconfiança nos candidatos é crescente. A abstenção em 2016 foi o dobro de 1976, fixando-se nos 51,3%, sem contar com 2,1% de votos branco e nulos.

Nova Onda. Estes números não podem ser dissociados de uma mentalidade latente na população portuguesa que se mostra avessa à intervenção comunitária, e propensa à aceitação de regimes autoritários. Num contexto internacional favorável a este tipo de regimes, se aproveitado internamente por líderes populistas hábeis em explorar as ideias retrógradas latentes, a sociedade portuguesa recua no tempo.

A maioria da população mostra-se indiferente pela coisa pública - o Bem Comum -, o que estimula a aceitação de regimes autocráticos e o reforço do poder do Estado sobre os

cidadãos. A relação dos portugueses com a democracia só tem paralelo com a da população dos países do leste da Europa, como está bem patente num estudo internacional sobre "Os valores dos Portugueses" coordenado por Alice Ramos e Pedro C. Magalhães, e que foi publicado em 2021 pela Fundação Calouste Gulbenkian. Cerca de 75% da população aceita ser governada por especialistas (tecnocratas), prescindindo de eleições; 63% aceita ser governado por um líder forte que não tenha que se preocupar nem com o parlamento nem com as eleições. 34% aceitam mesmo uma ditadura militar.

Neste contexto de demissão da própria cidadania, ganha um particular sentido a denúncia dos anarquistas das eleições como um derrota dos cidadãos. A questão não está no voto, mas no acto de auto-limitarem a sua alegada "participação cívica" à entrega de um papel de quatro em quatro anos para elegerem indivíduos que durante os restantes dias lhes vão condicionar a vida. O apelo da imprensa anarquista é para uma intervenção permanente, e a criação de uma organização social que o estimule (Democracia Directa).

O exercício do poder é inseparável da coacção, da limitação da vontade de outros. É por isso que o poder não pode dispensar incutir o Medo, como forma de inibição de desvios, da manifestação de acções de protesto ou revoltas contra a ordem estabelecida. Quando o medo momentaneamente desaparece, as mais terríficas ditaduras desabam. A violência policial cumpre na lógica do exercício do poder a função de interiorizar o medo, produzir o conformismo.

No princípio do novo milénio, assistiu-se em Portugal à emergência de movimentos políticos que procuram explorar o medo e os instintos mais primitivos da população para dominar a sociedade. O aumento da imigração, a minoria cigana e a corrupção dos políticos, foram usados alimentar esta onda reacionária. Um livro de filosofia então editado constituiu um êxito editorial, com o significativo título: *O Medo de Existir* (2004) da autoria de José Gil. Era o retrato de um país amedrontado, conformista, atávico e indiferente à "coisa pública". Continuava bloqueado em termos democráticos.

Uma nefasta personagem que dava pelo nome Cavaco Silva, eleito presidente da república em 2006, deu corpo a esta onda de regresso ao passado. Um sistema judicial partidariado em conjunto com uma comunicação social "sensacionalista" produziu um série de "processos judiciais" destinados a perseguir, incriminar, humilhar e julgar na praça pública os seus inimigos políticos. O objectivo não era julgar um qualquer crime face à lei estabelecida, mas explorar mediaticamente a aniquilação da vítima num longo espectáculo. Quanto mais sórdido e degradante fosse o espectáculo mais rentável era para os jornais e televisões e maior notoriedade conferida aos juizes. Como nos autos da Inquisição a população foi estimulada a atacar e ridicularizar estes alvos, como se fosse um festim (17). Curiosamente, neste regresso ao triste passado da história de Portugal, assistiu-se nas universidades ao renascimento de praxes de submissão e humilhação dos "caloiros". Na mesma altura, certa comunicação social, procurou fazer ressurgir a figura do ditador Oliveira Salazar. Num concurso televisivo da RTP destinado a "saber" quem tinha sido o melhor português de sempre, dezenas de milhares de portugueses manifestaram-se saudosos de uma ditadura, e deram-lhe a vitória (26/3/2007). As livrarias foram inundadas de obras sobre o ditador.

A revolta e insubmissão anarquista só podia ser encarada com pavor, medo visceral. Uma manifestação que colocou a polícia em sobressalto ocorreu no dia 25 de Abril de 2007. Cerca de 300 anarquistas concentraram-se na Praça da Figueira em Lisboa manifestando-se contra o "Fascismo e o Capitalismo", dirigindo-se depois para o Chiado. A polícia carregou sobre os manifestantes tendo sido detidos onze anarquistas. A

imprensa sensacionalista (*Correio da Manhã*) referiu que se tratavam de "anarcas", entre os quais se contavam criminosos e até estrangeiros delinquentes. O jornal *Público* entrevistou dez dos participantes e não conseguiu descobrir nenhum dos alegados criminosos. O certo é que a Polícia Judiciária desde então passou a vigiar uma "Rede Libertária" que supostamente em maio de 2010, tencionava atentar contra a vida do famigerado Aníbal Cavaco Silva (*Correio da Manhã*, 07/05/2010); *Diário de Notícias*, 07/05/2010). No final constatou-se que o suposto atentado não passava do produto de uma mente delirante. Pouco depois aquando da cimeira da NATO em Lisboa a histeria jornalística foi total ao associarem os grupos anarquistas à Al-Queda (*Diário de Notícias*, 5/06/2010).

Em 2011, nas comemorações do 1º de Maio em Setúbal, e depois em Lisboa (3 de Junho) os anarquistas fizeram ouvir a sua voz contra a violência policial e corrupção no país. Portugal é na União Europeia percebido como um dos países mais corruptos. Um facto que consta em inúmeros relatórios sobre transparência. Os grandes grupos económicos controlam a produção de leis e negócios do Estado, através dos partidos políticos. Na justiça somam-se também os casos de juizes e funcionários corruptos, envolvidos em manobras partidárias ou tentações judicialistas. Nas forças policiais, regista-se uma forte infiltração de elementos racistas e xenófobos, acumulam-se os casos de e situações de horror indescritível. No concelho de Odemira, em 2018 e 2019, militares da GNR sequestraram imigrantes, para gozo colectivo, filmaram-se a agredir e humilhá-los. Em Beja, a 12 de Novembro de 2019, um agente da PSP tortura e humilha um trabalhador agrícola estrangeiro. Em Março de 2020 ocorreu mais um exemplo paradigmático: o cidadão ucraniano Ihor Humenyk foi barbaramente espancado até à morte no Aeroporto Internacional de Lisboa. O caso foi assumido como "natural", sucederam-se meses e meses de encobrimento corporativo e só veio a público graças à acção de jornalistas livres. Foi com a mesma indiferença que se soube que todos os partidos políticos na Assembleia da República tinham aprovada uma lei (nº. 27/21, 27/05/2021) destinada a controlar a opinião dos cidadãos pelo Estado e entidades privadas (Carta Portuguesa dos Direitos na Era Digital), sob o pretexto da defesa da Democracia de alegados ataques na internet.

Nesta onda autoritária, as forças policiais não se limitaram a deter, humilham os detidos, como ocorreu com os jovens envolvidos nas manifestações contra os combustíveis fósseis, em que alertavam para o incerto futuro do planeta (*Climaximo*). Durante um protesto no Viaduto Duarte Pacheco, no dia 12 de Dezembro de 2023, foram detidos pela PSP 11 activistas, 6 mulheres e 5 homens, e algemados durante 10 horas. Numa acção policial que visava a sua humilhação, própria de ditaduras, as 6 mulheres foram obrigadas a despirem-se totalmente duas vezes, uma na esquadra do Calvário (Alcantara) e outra no Comando Metropolitano de Lisboa, em Moscavide.

Nos últimos anos, movimentos de extrema-direita têm realizados crescentes acções de intimidação de imigrantes, jornalistas e adversários políticos, uma prática que se generalizou. Na mesma altura, significativamente, foram organizadas manifestações torculentas por sindicatos da polícia que ameaçaram derrubar o próprio governo, se não aceitasse as suas reivindicações. Nesta escalada, no dia 3 de Fevereiro de 2024, o presidente do Sindicato Nacional da Polícia, numa entrevista a um canal de televisão - SIC, ameaçou publicamente o governo (em gestão) que caso não cedesse as suas reivindicações, os policia poderiam derrubar o governo, impedir a realização de eleições legislativas (10/03/2024) e desencadear acções à margem da "ordem pública" (*Público*, 3/02/2024). No dia em que ocorreu esta ameaça de um golpe de

estado, um bando de criminosos concentrou-se no Largo de Camões em Lisboa, e numa encenação nazi a que não faltaram tochas, apelou à expulsão dos imigrantes muçulmanos. O seu objectivo inicial era um confronto violento com os imigrantes no Largo do Martim Moniz e Rua do Benfoso. No dia 19 de Fevereiro 2024, centenas de policias cercaram o Teatro Capitólio, onde ocorria um debate entre dois líderes partidários. Não faltaram insultos a jornalistas e palavras intimidatórias. Uma manifestação que ocorreu à margem da lei, de que as forças policiais são garantes do seu cumprimento. Uma acção interpretada, como mais um sinal da crescente influência da extrema-direita nas forças policiais em Portugal. Cerca de um ano antes, recorde-se, um partido de extrema-direita (Chega) cercou a sede de um partido político no Largo do Rato, numa idêntica acção de intimidação. Estes tipos de acções, foram assumidas por quem menos se esperava: no dia 10 de Junho de 2023, meia dúzia de professores mostraram cartazes em que governantes do país surgiam com lapiz espetados nos olhos. Proferem insultos racistas ao primeiro-ministro, de origem indiana. Estava criado o ambiente para que aqueles que comungam destas ideias em silêncio as assumam, sem censura social, perante outros.

Os resultados das eleições legislativas de 10 de março de 2024, tornou manifesto o que estava latente: um milhão de portugueses defendem ideias racistas, xenófobas e um Estado isolacionista autoritário.

Na longa história do anarquismo em Portugal, estas vagas reacionárias, não sendo nenhuma novidade, mostram todavia que os processos de regressão humana e social são sempre uma possibilidade a ter em conta.

Religião. Em Portugal, a Igreja Católica foi até aos anos sessenta, um poderoso aparelho ao serviço do Estado na defesa de valores conformistas e de uma moral sexual castradora. A sua umbilical ligação à Ditadura, como vimos, fez com que fosse perdendo influência à medida que a população foi tomando conhecimento e consciência desta cumplicidade. Depois de 1974, década após década esta quebra da influência foi sendo cada vez mais notória. Com as sucessivas vagas de imigração, sobretudo a partir dos anos noventa, passou a ter a crescente concorrência das seitas evangélicas, hindus, muçulmanas, entre muitas outras. O ateísmo foi fazendo também o seu caminho. As denúncias de pedofilia que em 2023 "abalou" a Igreja, não sendo de todo uma novidade, não deixou de acentuar a perda de influência do catolicismo, por muito que se afirme o contrário. O problema, não o podemos ignorar, é que as seitas religiosas que tem vindo a ocupar o "espaço" da Igreja Católica trazem perigos acrescidos, como a defesa de modelos políticos teocratas, a discriminação das mulheres, o fanatismo religioso ou a exploração económica desenfreada dos crentes. Ideias que no passado foram alvo de duros combates dos anarquistas, e que representam um claro retrocesso social nas sociedades europeias. Hoje como no passado a luta contra a "peste religiosa" continua a mesma.

O genocídio de palestinianos por israelitas na Faixa de Gaza, como resposta aos crimes praticados pelo Hamas (braço armado da Jihad Islâmica Palestina), 7 de Outubro de 2023, mostrou que o Estado Israelita é um estado terrorista e racista, que tem como objectivo aniquilar os palestinianos para ocupar o seu território. Um Estado que se mostra capaz de praticar acções idênticas às que foram praticadas pelos nazis contra os judeus. Contra estas acções criminosas dos israelitas, jovens anarquistas em Portugal, não tem deixado de manifestarem-se, pondo fim à ideia que criticar o Estado de Israel é atacar o judaísmo.

Na imprensa anarquista, sem grandes novidades, hoje como no passado são apontadas duas vias essenciais para uma transformação social, no sentido anarquista. A predominância de uma ou outra depende do contexto histórico:

- A libertação radical da sociedade será feita através de uma insurreição popular, capaz de demolir as estruturas de poder ao serviço de uma minoria. A gestão da sociedade será realizada por federações de organismos de produção, de consumo e de municípios, tendo na base comissões de trabalho ou de residência, segundo princípios libertários. Nesse momento crucial, o Estado como o conhecemos será extinto, desaparecendo com ele as hierarquias e desigualdades sociais que mantinha e reproduzia. Esta ideia de uma insurreição tem sido apontada como uma impossibilidade, tendo em conta a experiência da revolução espanhola de 1936. As mudanças que nela ocorreram foram sempre localizadas, contingentes e decorreram no quadro de uma guerra civil (18).
- A libertação é um processo gradual feito de avanços e retrocessos. A corrente educativa, assim como a de não-violência apontam para uma transformação social baseada na formação de uma nova consciência, mas estão longe de poder serem assumidas como estratégia de transformação social. Os resultados são sempre muito limitados e contingentes. A corrente proudhônica que assentou a sua estratégia na criação de organizações paralelas ao Estado, como cooperativas e outras organizações autogeridas e igualitárias, os seus resultados na transformação social tem sido questionados desde o século XIX. Desde os anos oitenta do século XX, por exemplo, o chamado "sector social" tem vindo a adquirir um grande desenvolvimento a nível mundial, sobretudo para "compensar" a falta de respostas do Estado na saúde, assistência social, desemprego, educação, etc. No entanto as ideias federativas e libertárias estão ausentes na maioria destas organizações (19). A perspectiva actual que aparece espelhada nas publicações libertárias, aponta a realização de lutas individuais ou colectivas com objectivos concretos contra situações repressivas, discriminatórias ou danosas para a comunidade, e que são susceptíveis de provocar reconfigurações pontuais no funcionamento do Estado, nomeadamente através da radicalização das expectativas sociais dos cidadãos, levando-os a assumirem o controlo directo das decisões políticas (20). As causas da luta são frequentemente centradas em torno de espaços públicos, vivências e bens comunitários, situações de concretas de injustiça social ou de direitos. As áreas onde o Estado intervém como parceiro, permitem evidenciar nestas lutas, a sua função reguladora ao serviço de uma minoria. Estas acções, em todo o caso são "prefigurações" de uma outra forma de organização social que se quer real. É sabido, todavia, que as melhorias alcançadas podem ser rapidamente integradas na economia de mercado. É uma luta sem fim entre dois poderes, o do Estado e o dos cidadãos (contrapoderes).

Numa sociedade onde os cidadãos se mostram pouco interventivos, as vias mais gradualistas têm sido as mais defendidas, o que está em consonância com uma prática anarquista mais inorgânica e polarizada.

4. Trabalho

Embora muitos anarquistas questionem a centralidade que no passado foi dada às lutas laborais no processo de emancipação social, o certo é que estas lutas não foram nem podem ser abandonadas.

A palavra "trabalhador" passou a ter um conteúdo difuso, tantas são as categorias, estatutos, situações profissionais e interesses abrangidos. A libertação que antes era projectada a partir dos locais de trabalho é hoje pensada também fora deles. A ideia de uma "vanguarda operária" que encabeçaria a revolução social caiu no esquecimento. A melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores na Europa, muito diversas das que existiam no passado, "amorteceu" a combatividade e as aspirações libertárias dos trabalhadores, mas não só. Os "novos trabalhadores" estão a ser submetidos a uma feroz tirania, em nome da rentabilidade e da flexibilidade. Dizem-lhes que a produção e o serviço para serem rentáveis (sustentáveis - competitivos) tem exigências que se sobrepõe aos horários de trabalho, aos problemas pessoais ou familiares. Os que ultrapassaram os 50 anos de idade vivem atemorizados caso percam o emprego. As mulheres que estão em paridade na ocupação dos postos de trabalho com os homens, em países como Portugal, não retiram nenhuma vantagem da situação, muito pelo contrário. A todos é esperado que estejam permanentemente disponíveis para "colaborarem" e prestarem contas ao controlo burocrático que lhes é imposto. É do seu interesse que estejam constantemente a aprender para estarem à altura das exigências que lhes são feitas. A flexibilidade que lhes foi anunciada como o aumento da sua independência face aos patrões, está a empurrá-los para trabalhos cada vez mais precários. Uma precariedade que os mantém na incerteza, numa constante alternância entre emprego e desemprego, impedindo-os de perspectivarem o futuro e assumirem compromissos estáveis. O nomadismo involuntário instalou-se no "novo mundo do trabalho". O resultado tem sido o crescente aumento de casos de doenças mentais, famílias desestruturadas em todos os grupos sociais.

É por isso que a crítica do "trabalho" é inseparável da crítica instrumentos ideológicos de alienação dos trabalhadores (21).

Assistimos hoje a fenómenos impensáveis noutras épocas: operários a tomarem como inimigos não os patrões mas os migrantes. Milhões de pessoas que na "lotaria social" nasceram em países e regiões atingidas pela fome, alterações climáticas, conflitos políticos e religiosos a sobrevivência é uma prova quotidiana de resistência. Emigrar significa a esperança possível onde ela não existe. Estes migrantes são apontados pelos operários como uma ameaçada aos seus postos e condições de trabalho, levando-os a apoiarem líderes políticos populistas, xenófobos e racistas que lhes prometem empregos seguros.

Escravidão. Portugal tem uma longa história ligada à escravidão, não apenas de outros povos mas também da própria população. Não causou especial indignação quando a partir dos anos noventa do século XX, se soube que milhares de portugueses com perturbações mentais estavam a ser levados como escravos para herdades em Espanha (La Rioja, campos da Andaluzia, etc), cujos processos judiciais ainda decorrem. A partir de inícios do novo milénio multiplicam-se em Portugal os casos da escravidão de milhares de imigrantes, sobretudo no Alentejo. Um negócio lucrativo que conta com a cumplicidade das autarquias locais, gerido por uma rede criminosa onde participam agentes do Estado (inspectores do trabalho e outros), polícias, empresas agrícolas, senhorios, etc. Uma questão que não provoca também numa ação por parte das estruturas sindicais no Alentejo ou nacionais.

Sindicalismo. A indiferença e apatia está instalada no movimento sindical. Apenas dá sinais de existir nos momentos rituais do costume, como o 1º de Maio. É um momento de convívio e de comes e bebes. O número de filiados não tem parado de diminuir. Os trabalhadores começaram a perceber que os sindicatos os usam como simples meios nas

lutas interpartidárias pelo controlo do poder. A taxa de sindicalização que em 1978 era de 60,8% passou para 8,3% (MTSS) ou 15,3% segundo a OCDE. As centrais sindicais são meras correias de transmissão de partidos políticos, tendo contribuído decisivamente para o descrédito que o sindicalismo goza em Portugal. A UGT está ao serviço do PS - PSD. A CGTP é controlada pelo PCP. Este partido cada vez mais reduzido na sua implantação social aposta a sua sobrevivência nas estruturas sindicais desta organização. Desde 2012 os secretários-gerais da CGTP são igualmente membros do Comité Central do PCP. A independência sindical há muito que não existe. Nada que os anarquistas há décadas não tenham apontado. A ideia que se generalizou é que descontar para os sindicatos significa é contribuir para custear os funcionários do PCP.

Os sindicatos alternativos que surgiram têm registado pouca ou esporádica adesão. As acções de maior impacto tem desencadeadas por movimentos de revolta pontuais, mas que mobilizam grande número de manifestantes de foi exemplo a Manifestação dos Precários em março de 2011. Quase duzentas mil pessoas, sobretudo jovens, vieram para a rua exigir o fim da precariedade nos trabalhos. Uma das novidades desta manifestação foi a recusa de interferências partidárias.

Alguns sindicatos tem sido criados para atingir objectivos espúrios ao sindicalismo. Três exemplos:

Nas forças policiais multiplicaram-se os sindicatos com o propósito de livrarem os seus membros do "serviço". Nestes sindicatos o número de filiados é igual ao de dirigentes sindicais. Com base na lei existente podem-se ausentar do serviço nas esquadras alegando estarem a fazer trabalho sindical (2020). Outras prosseguem objectivos criminosos. Em Novembro de 2022 foi revelado que algumas destas associações eram dirigidas e constituídas por polícias ligados a movimentos de extrema-direita que difundiam nas "redes sociais" discursos racistas, xenófobos e salazaristas, onde não faltaram apelos à perseguição e assassinato selectivo de jornalistas e outras "incómodas" pessoas. Tornou-se cada vez mais frequentes acções policiais de intimidação da população. No dia 12/12/2023, numa acção de acção de protesto contra as políticas ambientais, no viaduto Duarte Pacheco, foram detidos 11 activistas, 6 dos quais eram mulheres. Numa acção que visava a sua humilhação, as jovens foram obrigadas a despirem completamente em duas esquadras diferentes. Nesta escalada conduzida pela extrema direita, no dia 3 de Fevereiro de 2024, o presidente do Sindicato Nacional da Policia, numa entrevista a um canal de televisão - SIC, ameaçou publicamente o governo (em gestão) que caso não cedessem as suas reivindicações, os policia poderiam derrubar o governo, impedir a realização de eleições legislativas (10/03/2024) e desencadear acções à margem da "ordem pública" (*Público*, 3/02/2024). No dia em que ocorreu esta ameaça a um golpe de estado, um bando de criminosos concentrou-se no Largo de Camões em Lisboa, e numa encenação nazi a que não faltaram tochas, apelou-se à expulsão dos imigrantes muçulmanos. O objectivo inicial do bando era um confronto violento com os imigrantes no Largo do Martim Moniz e Rua do Benfornoso. Uma conexão reveladora da ameaça à liberdade que alguns sindicatos passaram a constituir.

Estas perversões do sindicalismo, contaminaram todos os níveis do aparelho judiciário, levando procuradores da Justiça, a virem a publico em 2023 a denunciarem desvios autoritários e justicialistas na investigação criminal, induzidos por pressões do próprio sindicato dos magistrados.

A associação sindical dos motoristas de materiais perigosos é outro exemplo desta perversão do sindicalismo. Quando decidiram avançar para a greve, contrataram um

advogado para servir de porta-voz e dirigente sindical (2019). Este, pouco depois, aproveitando a notoriedade adquirida aparece como candidato às eleições legislativas.

À margem das estruturas sindicais partidarizadas têm surgido múltiplos movimentos de contestação laboral contra a precariedade, arbitrariedades, ausência de horários, assédio moral e sexual entre outras causas. Na sua maioria são movimentos pontuais em torno de objectivos concretos. A enorme adesão dos professores, em 2023, a um movimento grevista desencadeado por um pequeno sindicato (S.T.O.P.) que se afirma apartidário, traduz a crescente consciência dos trabalhadores da manipulação e instrumentalização que são objecto pelos sindicatos afectos à CGT ou UGT. A luta pela total independência sindical dos partidos políticos é a única forma de retirar o sindicalismo em Portugal do lamaçal em que está atolado.

As comissões de trabalhadores continuam limitadas pela legislação aprovada entre 1975 e 1977 que tinha como objectivo proteger a hegemonia dos sindicatos pela Intersindical (CGTP), proibindo-as de negociar salários e carreiras profissionais. Quando existem, como aconteceu na Autoeuropa, são boicotadas pelos sindicatos e presas fáceis de partidos políticos. O reflexo desta situação foi a fragilização da força dos trabalhadores nos locais de trabalho.

No movimento anarquista é indissociável destas lutas dos trabalhadores, lutando pela sua independência face às organizações partidárias. Passaram a marcar presença igualmente em diversas manifestações sindicais, como o faziam no passado, pugnando por princípios básicos dos sindicalismo revolucionário: independência sindical e ação directa. A luta contra a precariedade laboral é a sua grande preocupação.

A ASUL, em Dezembro de 1996 fez-se representar no Congresso da AIT em Madrid. Um ano depois foi tomada a decisão de formar uma secção portuguesa da AIT (AIT-SP). Pouco depois era editado o *Boletim Anarco-Sindicalista*.

Nas primeiras décadas do século XXI formou-se um pequeno núcleo de militantes (Lisboa, Porto), centrado nas questões da educação, editaram um boletim intitulado "Luta Social", activaram-se os contactos internacionais. Alguns dos membros deste colectivo integraram a secção portuguesa da Federação Europeia de Sindicalismo Alternativo - Educação. A secção foi constituída em Abril de 2004 e tinha a sua sede n`A Batalha. A FESAL reunia federações de ramo da CGT-Espanha (CGT-Enseñanza), UNICOBAS de Itália (UNICOBAS L'Altra Scuola), os sindicatos franceses SUD (Solidaires-Unitaires-Démocratiques) da Educação de Paris e de Grenoble; o sindicato SIP e o sindicato de estudantes (SISA), da Suíça Italiana, bem como outros colectivos (na Eslovénia, em Portugal, em Itália, em França). Na Guarda, de 4 a 5 de Março de 2006, realiza-se o I Fórum Ibérico "Sem Fronteiras sem bandeiras", organizado pela FESAL-E, no qual participaram organizações de Espanha e de Portugal, como a Associação Ambientalista "Quercus. Neste âmbito foi decidido criar um sindicato denominado Associação de Classe Interprofissional, tendo o boletim Luta Social como órgão. Extinguiu-se em 2009, em grande parte devido à falta de experiência sindical os seus fundadores.

A AIT-PS prosseguiu o seu caminho. A Federação Anarco-Sindicalista, em 2005, abriu no Porto uma sede na Rua da Constituição, 981, 4º andar. Graças a uma acção persistente da AIT-SP, em 2013, possuía já vários núcleos no país: Porto, Chaves, Guimarães, Lisboa, Setúbal, Algarve. No Porto constituiu-se um sindicato de ofícios vários. A 6 e 7 de Dezembro de 2014 realizou o Congresso Extraordinário da AIT no Porto, com a participação de 80 delegados e observadores de 13 secções e uma organização amiga da

AIT. Um facto inédito nas relações históricas da AIT com os sindicalistas portugueses, em prol de um sindicalismo independente. Três anos depois continuava ainda a luta.

Reformados. A questão da "reforma" em países como Portugal era uma situação dramática. A maioria dos trabalhadores quando deixava de ter capacidade para se sustentar, passava a viver à custa dos familiares. Os que auferiam reformas eram, em geral, funcionários públicos. As organizações de trabalhadores de carácter mutualistas desenvolveram-se, como vimos, para suprir esta tragédia social, dando origem às chamadas Caixas de Previdência. Apesar dos fundos acumulados pelas caixas terem sido sistematicamente desviados pela Ditadura, estas nunca pararam de crescer. Em 1960 haviam em Portugal 119.586 pensionistas, 60 anos depois eram 3.618.375, representando 40,1% da população residente. Os pensionistas, ao contrário do passado, constituem hoje uma parte significativa da população que nenhuma mudança social pode ignorar (21.1).

5. municipalismo

O municipalismo, na ampla concepção anarquista, é a base da sua organização social. Nesse sentido, sempre envolveu múltiplas dimensões de análise: ordenamento do território, urbanismo, espaços públicos, habitação, convivialidade, etc.

Após a queda da Ditadura em 1974 rapidamente se esboroou a esperança colocada no ressurgimento de um municipalismo liberto dos anteriores entraves. O sistema presidencialista que se impôs nas autarquias, limitou não apenas a participação dos cidadãos, mas também as possibilidades de fiscalização dos actos dos seus executivos. A Lei 24/98, de 26 de Maio, procurou corrigir as deficiências da fiscalização ao consagrar um conjunto de direitos da Oposição: Informação, Consulta Prévia, Participação e direito a depor. Na prática ninguém pode usufruir destes direitos sem uma informação completa e atempada. Ora, como não são fixados prazos para o executivo a prestar informação, esta é disponibilizada de forma arbitrária.

Uma incrível sucessão de autarcas corruptos nas câmaras municipais e juntas de freguesia criaram a imagem pública que as mesmas são órgãos públicos opacos, povoados por clientelas políticas, funcionado em rede e apostadas no enriquecimento dos seus membros. Perante o roubo generalizado praticado por autarcas que se perpetuavam no poder, em 2005 foi resolvido limitar os mandatos consecutivos dos presidentes. O objectivo era reduzir a dimensão do saque de modo reiterado por bandos de caciques.

Por todo o país eram, e continuam a ser, evidentes os desmandos, como a desordem e corrupção urbanística, equipamentos ruinosos e empresas municipais geradoras de empregos fictícios para membros do partido e familiares, destruição do património paisagístico e edificado, destruição de praças e jardins, etc. Estratégias que visaram afastar os cidadãos dos espaços públicos, encerrá-los em casa. Um processo que foi sendo consolidado com a proliferação de condomínios e conjuntos urbanos inóspitos. Os centros comerciais passaram a ser os únicos pontos de encontro que restavam às populações. A vizinhança foi a grande vítima deste processo. Muitos destes autarcas, mostram-se mesmo indiferentes aos problemas que quotidianamente os cidadãos se confrontam, desenvolvendo uma estratégia de diversão permanente, onde investem importantes recursos financeiros em obras inúteis, festas, festinhas e todo o tipo de "eventos". Uma estratégia seguida durante a Ditadura, e que teve em António Ferro o seu mentor.

A participação dos cidadãos nas assembleias municipais e de freguesia tornou-se irrisória, a indiferença pela coisa pública completa. A partidocracia afastou os munícipes da vida comunitária, como resultado a abstenção disparou. Em 2013 nas eleições autárquicas atingiu os 47,4%, fixando-se nos 45% em 2017.

Face a este descalabro os partidos políticos abriram de forma controlada a possibilidade de cidadãos independentes se poderem candidatar, embora em condições muito menos favoráveis. Podiam concorrer apenas às freguesias desde 1976. Só a partir de 2001 tiveram a possibilidade de o fazer também aos órgãos municipais. Os movimentos alternativos são escassos. Nas eleições autárquicas de 2017, nos 308 concelhos foram eleitos 17 presidentes de câmara independentes e nas 3.092 freguesias 403 de presidentes. Dir-se-á que é pouco, mas foi o bastante para gerar uma ofensiva contra a cidadania por parte dos partidos políticos. Em Agosto de 2020 aprovaram uma alteração à lei que regula as eleições autárquicas que pretendia impossibilitar as candidaturas de cidadãos independentes às Juntas e Câmaras Municipais. O que levou autarcas de grupos independentes a unirem-se para contestar a lei.

A regionalização, prevista na Constituição do país desde 1976, com excepção da Madeira e dos Açores não saiu do papel. O exemplo da plutocracia na Madeira e os desvarios nos Açores ajudaram a criar uma imagem negativa dos processos de regionalização. Em 1998 foi realizado um referendo sobre a regionalização, para além de uma taxa de abstenção de 51%, a mesma foi rejeitada por mais de 60% dos votantes. Uma análise atenta dos resultados permitia perceber que os cidadãos portugueses não recusavam a descentralização, o que temiam é que os partidos políticos se servissem da regionalização para aumentarem a burocracia e a corrupção do sistema. A desconfiança era total. Em 2023, os professores das escolas públicas ficaram alarmados perante a possibilidade do seu recrutamento passar a ser decidido localmente através dos municípios. Conscientes que ficariam sob o controlo de bandos de corruptos que controlam as juntas de freguesia e câmaras municipais e aderiram em massa a uma greve geral indeterminada, e no dia 14 de Janeiro deste ano, realizaram uma das maiores manifestações de sempre da classe. O primeiro-ministro foi obrigado a vir a público anunciar que a municipalização das escolas não iria avançar.

No movimento libertário as antigas concepções municipalistas começaram a ser reelaboradas tendo em conta os novos contextos sociais. Mantendo o princípio de construir um nova sociedade de baixo para cima, os anarquistas passaram a estar envolvidos na expansão dos espaços públicos, na reconfiguração humana de bairros ou cidades, seguindo princípios inspirados em Kropotkine ou E. Reclus, combatendo desta forma também a anomia social. Uma luta que tem sido acompanhada pela criação de jornais locais de modo a divulgarem as suas ideias e associarem moradores em torno de objectivos comunitários. Defendem a criação de espaços alternativos, onde os princípios anarquistas de liberdade, autonomia, partilha e igualdade sejam um realidade no presente. No passado estes espaços eram identificados apenas com as "comunas libertárias" hoje podem ser espaços públicos libertados do poder estatal ou do domínio privado (22). De registar a realização de uma conferência internacional "Ecologia Social e suas perspectivas políticas - o municipalismo libertário", 26 a 28 de Agosto de 1998, pela Soci US/Iseg-UTL, onde Murray Bookchin foi a figura de cartaz.

Entre os movimentos locais mais vigorosos três deles, não sendo novos, espelham movimentos internacionais: as assembleias populares, a ocupação de edifícios devolutos (Okupas) e as "cantinas comunitárias".

Durante a crise financeira que se desencadeou em 2008, surgiu em vários países o chamado movimentos das assembleias populares. Espaços públicos foram ocupados pacificamente e transformados em locais de discussão aberta e apartidária. Prendia-se estimular o sentido de comunidade, uma democracia mais directa e inclusiva, tendo como valores fundamentais a autonomia, igualdade, solidariedade e liberdade. Os temas em discussão tanto podiam ser problemas locais, como as desigualdades sociais, a influência dos grupos económicos na política ou a corrupção. As decisões, sob a forma de petições públicas, eram tomadas por consenso. Em 2011, no auge da crise financeira, obteve uma grande repercussão mundial, nomeadamente nos EUA (Occupy Wall Street). Em Portugal, o I.º Encontro de Assembleias Populares, ocorreu em Janeiro de 2012, na cidade de Coimbra. No ano seguinte, também em Coimbra, nos dias 2 e 3 de Fevereiro, realizou-se o II.º Encontro, contando com a presença de colectivos de Coimbra, Lisboa, Évora, Santarém, Galiza, Madrid e Barcelona. O movimento prossegue, numa continua reinvenção.

O movimento Okupas, remonta aos anos sessenta quando em cidades, como Londres, Amesterdão ou Berlim, grupos organizados passaram a ocupar edifícios abandonados dando-lhes uma função social, em geral, de apoio a associações ou cultural. Em Portugal a ocupação de casas devolutas, uma situação inconcebível quando tanta gente delas precisa para morar, adquiriu grande dimensão entre 1974 e 1978, tendo como prioridade a habitação. No princípio dos anos noventa iniciou-se um novo movimento, agora de características internacionais. As ocupações que tem sido realizadas, a maioria das quais temporárias, são alertas sociais para o problema da falta de habitações, a inoperância dos municípios, a necessidade de se avançar para a municipalização dos solos urbanos, entre outras medidas. Alguns destas delas deram origem a importantes polos culturais. Entre 1993 e 2017 houve cerca de 150 Okupadas (22.1). Entre as mais icónicas referem-se a Casa Reciclada (Porto, 1993), Kasa Enkantada (Lisboa, Praça de Espanha, 1997-2002) (22.2), Zarabanta Social Club (Queluz, 1997, antigo edificio dos CTT), a Casa de Cascais (1997), o Espaço Colectivo Autogestionado (Es.Col. A.), antiga escola primária no Alto das Fontainhas no Porto, a COSA - Casa Okupada de Setúbal Autogestionada (23). Tem sido igualmente promovidas assembleias populares de discussão sobre a temática da habitação, como as jornadas "Cidade em Revolta. Entrada e saída da Ruína Capitalista" (IIª Jornada, Dez.2018, Porto). Grupos, como GIP - Grupo de Intervenção do Porto, percorre a cidade sinalizando as casas abandonadas (*Público*, 26/08/2010).

Outro dos campo de ação é a denuncia dos guetos urbanos que constituem muitos dos bairros sociais. A sua construção obedeceu a uma intenção evidente não de integração e dignificação social, mas de colocar os seus habitantes num lugar à parte da sociedade. O problema de base mantém-se: nenhuma ação será capaz de mudar estas situações, se a população se mantiver desligada da intervenção social.

As "cantinas populares", saudadas no passado por Kropotkine, integram-se hoje num movimento internacional de protesto contra a pobreza, as desigualdades sociais e o militarismo. A sua génese actual está no Food Not Bombs - FNB (comida não bombas) que surgiu em 1982 nos EUA e que hoje está difundido por todo o mundo. As cantinas dão comida vegetariana gratuita, cujos ingredientes foram recolhidos em produtos ditos excedentários em mercados e outros estabelecimentos. A rede mundial da FNB é a manifestação viva que se a sociedade fosse organizada de forma solidária e tendo como prioridade não a guerra e o armamento, mas as necessidades das pessoas ninguém precisaria de passar fome e a pobreza seria erradicada. Com objectivos similares, as "Cucina del Popolo", lançadas em 2004 pela Federazione Anarchica Italiana, em Reggio Emilia, assumiram uma dimensão mais reflexiva sobre a alimentação e a sua dimensão

social. Um misto destes dois modelos podemos encontrar nas "Cozinhas populares" que pontualmente têm sido organizadas em Lisboa e Almada.

6. Cultura

A cultura nas suas diversas formas, não apenas a artística, sempre esteve no centro dos temas mais abordados pelos anarquistas. A cultura cria, forma ou reproduz as estruturas que configuram a nossa interpretação da realidade e das vivências quotidianas, neste sentido pode permitir expandir os horizontes de liberdade, escarpelizar e evidenciar obstáculos cognitivos a derrubar. A trajectória da arte contemporânea revela esse fascínio dos artistas por superar todos os conceitos sobre a arte e os objectos artísticos (23.1). É um processo de continua desconstrução em que os "objectos artísticos", não raro, se confundem como actos de provocação ou manobras comerciais. A mercantilização dominante tudo contaminou.

Num mundo dominado pela cultura do "homem sentado", em casa ou em qualquer lugar, frente a um ecrã, a manipulação de grandes massas está facilitada. Não há que ter ilusões e fazer apressadas generalizações: a cultura é também um poderoso instrumento ao serviço do poder. Não faltam exemplos históricos. Nas nossas sociedades democráticas ocidentais, como já foi notado: "O primeiro dever do Estado tornou-se o de promover, exaltar, cobrir, todos os seus gastos, outrora cruéis ou antipáticos, com o manto sublime do cultural" (24).

A televisão, a rádio e a imprensa, grandes veículo de criação e transmissão cultural, modeladoras da percepção do mundo, tornaram-se um perigo para a própria liberdade. Devido não apenas à sua elevada concentração, mas sobretudo ao tipo de informação que transmitem. A sobre-exposição das crianças, por exemplo, a cenas de violência e massacres tende a normalizar a própria barbárie. A opinião sobrepõe-se facilmente à procura da verdade. Controlada pelos grandes grupos económicos, a informação confunde-se com o entretenimento, a excitação momentânea, condicionando a percepção da realidade de espectadores, ouvintes ou leitores. Esta tendência tem sido levada ao extremo desde o início do terceiro milénio com as "redes sociais": a informação foi desligada dos factos. O que se afirma não é sujeito ao contraditório, debate de ideias. Pouco importa que aquilo que se publicita tenha alguma correspondência com a realidade, há sempre alguém disposto a acreditar como verdadeiro tudo o que é difundido. O que espanta ou talvez não, é o número dos que se mostram crentes nas mais absurdas afirmações.

A criação artística está, como nunca esteve, ao serviço do entretenimento. O mercado das indústrias culturais tornou-se indispensável para distrair, divertir, entreter milhões de pessoas cujo tempo e as mentes é preciso ocupar, mantendo-as numa desatenção permanente impeditiva da reflexão e de um pensamento estruturado sobre a realidade. O bombardeamento contínuo de eventos, notícias, espectáculos, anúncio de novos produtos cumpre esta função de esvaziamento mental pela superabundância de coisas a fruir, ver, ouvir ou sentir.

A criação artística, contudo, continua a ter uma função insubstituível: abrir novos horizontes. Desde Proudhon que as perspectivas anarquistas sobre a arte continuam a fascinar criadores e teóricos dos fenómenos artísticos. Muitos criadores continuam a afirmar-se "anarquistas" sem que se perceba a razão de o fazerem. Não deixa de ser todavia significativo que grande número das publicações anarquistas desde 1974 dediquem largos espaços a intervenções artísticas (plásticas ou literárias) ao ponto de se

confinarem praticamente a este tipo de intervenções. O pensamento crítico incide sobre a cultura dominante e os seus mecanismos de interiorização e reprodução das relações de domínio. Na internet, muitos poetas e escritores continuam a reclamar-se de uma difusa tradição libertária quando proclamam uma “liberdade livre”. O poeta surrealista A. Pedro Ribeiro, por exemplo, manteve entre 2007 e 2013 um site com esta inspiração sob o título “partido surrealista situacionista libertário” (<http://partido-surrealista.blogspot.com>).

O “anarquista bombista” desapareceu como personagem dos romances para ficar apenas o do libertador de sistemas opressivos, dois exemplos:

José Eduardo Agualusa em dois romances - *Nação Crioula* (1997) e *Milagreiro Pessoal* (2017) - através de duas personagens anarquistas faz uma curiosa homenagem, aos muitos libertários que se bateram pela emancipação do povo angolano.

José Saramago (1922-2010), envolvido depois de 1974 no assalto do PCP meios de comunicação social e na instauração de uma ditadura comunista em Portugal, depois do colapso do URSS fez uma inesperada aproximação ao anarquismo, através de sucessivos romances: *Ensaio sobre a Cegueira* (1995), *A Caverna* (2000), *Homem Duplicado* (2002), culminando no *Ensaio sobre a Lucidez* (2004). A partir de 2004 declarou-se em Espanha “Comunista Libertário” (*El País*, 26/04/2004) repudiando a manipulação que os regimes comunistas haviam feito da população.

São apenas dois exemplos de escritores que perante o colapso do comunismo marxista, não deixaram de reflectir nas suas obras o legado libertário.

7. Educação

Desde Godwin afirmou com clareza cristalina que a transformação da sociedade num sentido libertário, implicava uma mudança de mentalidade, no qual a educação e a auto-formação desempenhavam um função insubstituível. Em Portugal, da sua luta pela educação no passado, algumas das suas propostas são amplamente consensuais como a escola única, um ensino que interligue a teoria e a prática ou uma formação integral.

Numa sociedade marcada por uma cultura tecnocrata, onde a educação para a submissão ao sistema é apontada como a chave para o sucesso, o combate pela autonomia do pensar, a reflexão e a crítica tornaram-se indispensáveis para não nos deixarmos aprisionar nas malhas que o poder tece. Um longo historial libertário neste combate, amplamente disseminado, continua a ser uma preciosa fonte de inspiração. É preciso todavia não esquecer o novo contexto social: a educação perdeu em grande medida a sua relevância na ascensão social, produzindo actualmente enormes massas de jovens frustrados nas suas expectativas. As nossas escolas são hoje verdadeiros depósitos de jovens, procurando retardar a sua entrada no mercado de trabalho. As famílias estão a deixar de cumprir as funções mais básicas, nomeadamente no apoio emocional e na transmissão das regras de socialização, sobretudo quando ambos os progenitores têm que trabalhar. Os professores são chamados a assumirem-se como “pais substitutos” função que não é a sua.

No princípio do III^o milénio, a gestão das escolas perdeu os últimos vestígios do carácter colegial que haviam adquirido depois de 1974, tendo-se instalado um modelo de gestão hierarquizado, surgindo agora no topo, um director, sem um número de mandatos limitado, como no tempo da Ditadura. Os currículos escolares orientaram-se para uma rápida integração dos alunos em áreas profissionais ou profissionalizantes, perdendo na

formação integral. As práticas pedagógicas, motivadas pela urgência de resultados, tornaram as escolas em verdadeiras fábricas.

A abordagem anarquista da educação, nomeadamente a pedagogia libertária continua a ser neste domínio uma referência incontornável e inspiradora.

8. Globalização

Em todo o mundo na viragem do século XX para o XXI, foi assinalado o ressurgimento de movimentos anarquistas ligados a ações antiglobalização capitalista, protestos contra o G7, Organização Mundial do Comércio, FMI ou Banco Mundial, mas também contra o saque global das multinacionais (24.1). Em Portugal uma das ações deste género ocorreu no Porto em 2003 aquando da cimeira da OSCE. Estas organizações globais foram criadas para controlar uma nova ordem mundial que nasceu de uma feroz competição capitalista que tudo devora na maximização dos lucros e não conhece fronteiras, nem direitos. São a corporização da profunda incerteza que reina no mundo e que torna ilusória qualquer previsão sobre o futuro. A única coisa tida como certa é o aumento da precariedade do trabalho e que a expansão do consumismo tem que continuar, sem o qual a economia global entra em colapso.

Nesta nova ordem global, prossegue a concentração do poder, em proveito das grandes potências mundiais, num processo apoiado em três pilares fundamentais: Militar, Financeiro e Comunicacional. Nada de novo na história mundial.

Os grandes estados que se construíram à escala global a partir da segunda metade do século XIX, exploraram ou anexaram os mais pequenos, assim como vastos territórios coloniais. Foi um processo acompanhado da criação de poderosos arsenais militares e de continuas guerras directas ou indirectas. O nacionalismo e o racismo sustentou ideologicamente durante décadas o saque e o expansionismo praticado.

A primeira metade do século XX mostrou que nesta luta pelo poder global por parte dos grandes estados não havia limites. Na segunda metade do século duas potências globais (EUA e Rússia) apregoando a defesa da "Liberdade" e da "Democracia" ou da "Igualdade" e do "Socialismo", procuraram dominar o mundo através do terror do nuclear. A sobrevivência da espécie humana foi pela primeira vez equacionada face à possibilidade de uma guerra directa entre a Rússia e os EUA. Nada parou o investimento no armamento nuclear e em outras armas de destruição em massa.

A desagregação do bloco soviético em 1991 foi aproveitado pelos EUA e seus aliados para aproximar de Moscovo o poderoso sistema militar da NATO. Objectivo a que não foi alheio o temor do regresso do expansionismo russo. A história evidenciava esta possibilidade (25). A Rússia, depois de 2000, não tardou a procurar reconfigurar o seu bloco político-militar e a investir no armamento, procurando reocupar o domínio sobre o território da antiga URSS. As guerras de anexação, hoje como no passado, prosseguem, como mostra a recente invasão da Ucrânia (24/02/2022). Foi desencadeada uma guerra em que nada foi poupado, com um único objectivo: impedir que o povo ucraniano possa decidir sobre o seu destino. A aceitação da anexação pelo "Ocidente" é apresentada como contrapartida para o não uso de armas nucleares pela Rússia. Partidos comunistas, como o português, perante esta barbárie mantiveram-se fiéis aos novos senhores da Rússia, recusando-se a condenar a invasão da Ucrânia, negando-lhe o direito à auto-defesa. Ontem como hoje continuam a manter-se como agentes no exterior do Império Russo.

Enquanto estas mudanças aconteciam, como vimos, entrou em cena a China, um novo competidor global, apostou igualmente numa estratégia expansionista. Desde os anos oitenta do século XX o investimento militar chinês tem sido exponencial. A marinha chinesa é presentemente superior à do conjunto de todos os países europeus e consegue operar em todo o mundo. As anexações de pequenos estados e territórios prossegue. Os investimentos globais da China, nomeadamente em sectores estratégicos permitiram-lhes também condicionar as decisões políticas de muitos países pelo mundo. Pouco mais pode fazer.

O almejado poder global, ao qual todos os grandes blocos almejam atingir, exige um contínuo investimento militar por parte da potência dominante, condição indispensável para submissão dos aliados aos seus interesses. A NATO, instrumento de poder dos EUA, garantiu aos países europeus desde 1949, esta protecção contra a ameaça do Bloco Russo, acabando por forçar aqueles que ainda não lhe pertenciam a integrar a NATO, nomeadamente para puderem actualizar o seu arsenal militar. Um movimento idêntico ao que tem ocorrido em todo o mundo, e que tem levado governos nacionais a aderirem a pequenos e grandes blocos políticos, económicos e militares para reforçarem a sua segurança perante possíveis ameaças externas e uma "ordem mundial" que não controlam, e cuja sua capacidade de influência para a modificar é limitadíssima.

Face ao crescente poder global da China, NATO deixou de circunscrever a sua ação ao atlântico norte, passando a operar hoje em todos os continentes, assumindo a China como a sua principal ameaça.

Os EUA, nas últimas décadas foram confrontados com a emergência entre os seus aliados de um novo bloco político-económico, que os ultrapassa em muitos indicadores sociais: a **União Europeia**.

A processo de construção da actual União Europeia implicou primeiro uma integração económica, livre circulação de pessoas e mercadorias, num quadro legislativo unificado, a adopção de uma moeda única (2002). Medidas que foram esbatendo as diferenças nos modos de vida entre os países da UE. A UE, com os seus actuais 27 países, 450 milhões de habitantes, num território com 4.233.255 km² (2024), deixou de ser apenas um bloco económico, passou a ser também um bloco político e cultural, com interesses próprios na cena internacional. A sua capacidade de atracção de outros países é enorme.

A invasão da Ucrânia (2022) e liderança dos EUA por Trump, tiveram o condão de evidenciar duas coisas:

- A UE não tinha um sistema próprio de defesa contra ameaças externas, militares, energéticas entre outras. Estava totalmente dependente da energia russa e da defesa americana que dirige e doutrina a NATO, vendendo o material de guerra mais sofisticado aos aliados.

- Os EUA passaram a olhar a UE como um concorrente, uma ameaça ao seu poder internacional. A dimensão que a UE adquiriu tornou-a um actor internacional incontornável. Trump, desde o seu primeiro mandato (2017-2021) investiu desagregação interna da UE, fomentando divisões e movimentos de ruptura. A Grã-Bretanha, principal aliado dos EUA foi o primeiro país a sair (2020). Neste segundo mandato presidencial, reforçou o seu apoio a movimentos de extrema-direita europeus que defendem novas

saídas da UE. A Rússia, igualmente interessada na destruição da UE, tornou-se neste objectivo, sua aliada.

A consequência disto tudo é simples: A UE entra num processo de concentração do poder (federalismo), e se assume como uma potência militar, o que implica a criação de um comando unificado de poder e limita ainda mais a "soberania" de cada país. Ou assistimos à sua desintegração, aumentando a factura a pagar aos EUA pela sua segurança face ao Bloco Russo ou Chinês.

As guerras, o saque de recursos e domínio de mercados prossegue, e não poderia ser de outra forma nesta ordem mundial marcada por uma feroz competição que cria para logo destruir. Como no passado, a argumentação que sustenta esta expansão dos grandes blocos político-militares, faz-se quase sempre em nome da "segurança" e dos "interesses" dos países alegadamente "ameaçados" por outro bloco-militar. Novas guerras estão desencadeadas, prosseguindo a escalada militar cada vez mais sofisticada e destrutiva.

No século XIX descobria-se sem surpresas que por detrás de cada guerra havia sempre um **banco** ligado a grandes **indústrias** que necessitavam de matérias primas ou mercados para exportar. O processo de concentração dos recursos financeiros e dimensão das empresas nunca parou, tornando o poder dos grandes bancos e das grandes empresas multinacionais cada vez maiores. A sua lógica é a mesma dos grandes estados.

A partir dos anos oitenta do século XX foi acelerada a concentração da riqueza: a transferências de capitais foram facilitadas. Numa lógica especulativa global os bancos nos pequenos e médios países sugam os recursos financeiros locais para os canalizarem para os grandes bancos e empresas internacionais, cavando ainda mais as desigualdades mundiais e a sua percepção. A acelerada concentração da propriedade, desenvolveu a expansão dos movimentos especulativos e de operações de rapina numa dimensão inimaginável. As empresas multinacionais adquiriram um tal poder que impõem aos Estados as suas leis. Os "investimentos" dependem do grau de fidelidade que os estados demonstram para com as multinacionais e não para com a população. A interdependência das economias, incrementada pelos fluxos financeiros, neste contexto de rapina à escala planetária, aumentou a frequência das crises económicas e sociais tornando-as também mais devastadoras. Após cada nova crise económica constata-se que a riqueza está mais concentrada em grandes grupos económicos, os salários foram reduzidos e se destroem actividades consideradas "pouco rentáveis" ainda que essenciais para as populações. Fruto deste processo de concentração da riqueza as populações têm cada vez mais a percepção que, mesmo em regimes democratas, quem na prática governa nas são os governos sufragados nas urnas, mas por grupos de oligarcas ligados ao capital financeiro e às multinacionais.

A divisão internacional da riqueza e do trabalho, imposta pela globalização, acentuou e tornou evidentes a percepção das desigualdades planetárias. Grande parte da humanidade vive em condições miseráveis para alimentar o "estilo de vida" da outra parte. Trata-se de um "estilo de vida" assente no consumo de "bens" supérfluos, ecologicamente insustentáveis, mas que se revelam indispensáveis ao funcionamento do sistema capitalista, a acumulação da riqueza num número reduzido de indivíduos. O fecho de fronteiras (proteccionismo), como muitos advogam, não é solução dada a interdependências das economias.

A emergência da **comunicação global** foi outro dos meios que facilitou a concentração da propriedade ao criar de referências de consumo e modas globais, acabando por levar à própria concentração dos meios de comunicação social e à expansão das multinacionais. O que esta comunicação global também permitiu foi uma melhor percepção das profundas desigualdades no mundo, não apenas em termos económicos, mas também de liberdade. Para muitos esta constatação tornou insuportável a situação de miséria em que viviam. Esta deixou de ser encarada como natural, uma fatalidade resignada, produto da "lotaria social". A fuga em massa transformou-se num mal menor, para quem tem no horizonte a morte à fome ou uma bala como certa.

É evidente que nenhum muro pode parar a migração de populações inteiras de territórios onde o consumo de bens essenciais é escasso. O acesso a imagens de locais onde reina a abundância, ainda que sejam apenas imagens, tornam o quotidiano desesperante. Pouco importa se as imagens correspondem ou não à realidade. A fuga à miséria a qualquer preço é a única esperança que lhes resta. Os milhares de migrantes que todos os anos morrem a tentarem chegar à Europa são demonstração deste desespero.

A globalização das comunicações permitiu também o confronto de perspectivas numa escala sem precedentes. As narrativas criadas na Europa sobre a História da Humanidade são hoje questionadas, como historietas para legitimarem o domínio, a escravatura e o colonialismo. Como aconteceu em outros países, em Portugal constata-se que alguns dos seus heróis nacionais são alvo de acusações por parte de outros povos que lhes atribuem as piores atrocidades. Pouco importa recordar os contextos históricos em que as atrocidades foram cometidas. No novo contexto global os heróis admitidos ao panteão universal são outros, o padrão de avaliação não é nacional mas global. Esta inevitável convergência global, aliada aos movimentos especulativos globais, acaba por gerar entre as populações sentimentos de perda de "identidade", insegurança e receio pelo futuro, fenómenos potenciadores de movimentos nacionalistas e xenófobos.

A expansão da Internet, sobretudo a partir de 1995, foi saudada como um importante meio para a difusão das ideias anarquistas. Muitos foram os que viram neste movimento a concretização de uma velha ideia libertária da criação de uma rede de comunicação mundial livre e não controlável pelo Poder (26). A Internet ultrapassava inclusive as utopias do século XIX, desenvolvidas em torno das potencialidades das redes de caminhos de ferros e do telegrafo. Abria a possibilidade de interconectar todos os seres humanos do planeta e o acesso a toda a informação digitalizada, através de um simples telemóvel. O mundo real seria substituído por um mundo virtual que prometia criar um espaço ininterrupto, sem território, nem fronteiras. A rede planetária a todos iria aproximar, quebrar nacionalismos, xenofobias e etnocentrismos. Potenciava acções individuais globais contra regimes ditatoriais e entre outros combates, não importando o seu local. Em Portugal os anarquistas foram dos primeiros a fazê-lo.

A verdade é que o lado negativo destas utopias tecnológicas tem vindo a impor-se, fruto dos interesses dos blocos político-militares e das grandes multinacionais tecnológicas e financeiras.

Os anarquistas, como vimos, partem de uma inequívoca posição universalista, pacifista, defendendo o apoio-mutuo e a livre circulação de pessoas nesta terra que é de todos. Combatem o militarismo e a escalada armamentista. Denunciam a ameaça global comum que constituem todos os blocos político-militares: a manipulação em massa dos seres humanos, proporcionada pela união entre a ciência, a tecnologia e o militarismo (27). Hoje como ontem combatem os regimes imperialistas, o colonialismo, teocracia e todo o tipo de

ditaduras que proliferam pelo mundo. No entanto, a história demonstra que quando a guerra ocorre, não é surpresa que os anarquistas tomam duas posições divergentes: uns defendem a "objecção de consciência" recusando a pegar em armas, pagando com a própria vida esta posição; outros, partem do princípio que qualquer povo quando invadido tem o direito à auto-defesa, lutando contra o invasor, e neste sentido mobilizam-se para o apoiar.

Estão, como sempre, empenhados na circulação da informação como um meio de combate à ignorância e o despertar de uma consciência individual livre de preconceitos. Como no passado têm organizado múltiplas acções de solidariedade com povos de todo o mundo contra ditaduras, invasões, massacres, discriminações, saques e pilhagens de recursos.

9. Ecologia

Desde o século XIX que os anarquistas têm apontado várias tendências globais que exigem um rápido equilíbrio (sustentabilidade) entre os seres humanos e a natureza.

A primeira tendência apontada decorre das consequências catastróficas que poderão resultar do crescimento da população mundial. Um factor que só por si implica um brutal mudança na relação dos seres humanos com natureza, conduzindo à progressiva extinção de recursos naturais, de espécies, diminuição das áreas agrícolas, criação de megalópoles, etc. A escassez de recursos, se nada for alterado, as atuais relações de competição entre os Estados tenderão a gerar crescentes conflitos pela sua posse.

A segunda tendência que agrava a anterior, decorre da natureza predadora do sistema capitalista. A ideia que este sistema pode levar ao infinito a exploração dos recursos do planeta através de soluções técnicas, capazes de substituir aquilo é natural por produtos artificiais ignora as consequências para a vida humana e animal. É necessário acabar com atividades económicas e postos de trabalho ligados a atividades predadoras. Uma evidência que implica uma revolução global.

A terceira tendência é para um crescente acumular que situações imponderáveis, cujo controlo global é cada vez mais difícil dada a complexidade e interdependência das nossas sociedades. Um acidente ocasional numa central nuclear, uma experiência química ou biológica descontrolada, um vírus informático, uma catástrofe natural (sismo, irrupção vulcânica, incêndio), a ruptura numa barragem, e muitos outros acontecimentos resultantes de acasos, e numa sucessão de acasos, podem agora potenciar catástrofes de proporções gigantescas. As armas cibernéticas e as aplicações da Inteligência Artificial, como os sistemas autónomos de armamento agravam os riscos de existentes. Os acidentes provocados pela queda do lixo acumulado no espaço e na sua exploração passou a ser uma nova ameaça. Em Maio de 2020, por exemplo, os detritos de um foguetão chinês destruiu vários edifícios na Costa do Marfim. A tudo isto devemos acrescentar as alterações climáticas cujas consequências negativas já são sentidas em todo o mundo.

A conclusão óbvia é que temos que mudar a forma global como funcionam as nossas sociedades e o relacionamento entre os países, assim como o "estilo de vida" no quadro de uma ética global. Uma tomada de consciência destes problemas a nível mundial tem vindo a fazer o seu caminho, que se resume numa pergunta: que futuro vai ser deixado para as futuras gerações?

Percorrendo a imprensa libertária é visível um vasto conjunto de preocupações e de lutas "ecológicas", dos quais destacamos os seguintes:

Movimentos de acções centrados em torno das alterações climáticas e poluição, a preservação de espaços naturais, a mineração, dragagens de rios, a central nuclear de Almaraz (Espanha) ou o consumismo, nomeadamente a poluição têxtil. A desmontagem do discurso em torno das "energias renováveis", "limpas" e "verdes", mostrando como a construção de grandes barragens tem um efeito devastador sobre a natureza, povoações, para além das mesmas não serem eternas. A "transição energética" está a ser usada como argumento para a extracção de metais e terras raras provocando a devastação de vastas áreas e afectando negativamente a vida de povoações, a agricultura e silvicultura. O mesmo se pode dizer em relação à proliferação de parques eólicos (27.1) e fotovoltaicos.

Movimentos centrados na defesa da vida animal e numa outra relação com a natureza, continuam a ter em Elisee Reclus (*A Anarquia e os Animais*, 1901) a sua grande matriz ideológica, mas também em acções contras as touradas, os direitos dos animais como extensão dos direitos humanos, nas práticas de naturismo, vegetarianismo ou vivências comunitárias. Desde os anos setenta que tem emergido uma série de movimentos que desencadeiam acções directas na defesa dos animais ou do ambiente, como Animal Liberation Front (1976), com células activas em dezenas de países. Brian A. Dominick, como o seu "manifesto" deu corpo a estas ideias do chamado movimento "anarcoveganismo", unindo a defesa dos direitos dos animais à revolução social. As acções directas, como as protagonizadas por Theodore John Kaczynski, contra os impactos da tecnologia na destruição da natureza tem tido menos seguidores (27.2).

As alternativas globais, se assim se pode dizer, oscilam entre o "primitivismo" e o "crescimento zero" ou "Decrescimento-Sustentabilidade".

A "ecologia social" de Murray Bookchin, ao enfatizar a dimensão ética, é para muitos uma importante fonte de inspiração para ação dos anarquistas. Entre as organizações ecologistas, durante alguns anos, destacou-se pelo seu percurso coerente o **Planeta Azul** (Associação Ecológica Alternativa) do Porto. Em 2023 emergiu o movimento **Climaximo**, centrado em acções directas de forte impacto nos espaços públicos de forma a despertar a população para o colapso da vida na terra que está a ser conduzido por governos e empresas.

10. Memória

O anarquismo possui um vasto património de lutas, experiências e teorias sociais. Apesar disto continua a faltar uma história do anarquismo em Portugal (27.3). No campo académico desde os anos oitenta tem surgido vários estudos relevantes, mas devido às exigências próprias deste tipo de trabalhos revelam-se muito fragmentários, centrados temáticas muito específicas. Carlos da Fonseca continua a ser o único autor que saiu fora deste espartilho académico. Entre os autores que trouxeram importantes contributos para a história a fazer do anarquismo em Portugal, para além de Carlos da Fonseca, destacam-se João Freire, António Candeias, António Ventura, Francisco Trindade, Luís Garcia e Silva, António Cândido Franco, Paulo E. Guimarães, Ricardo António Alves, Fernando de Jesus Almeida, João Carlos Marques, Olinda da Conceição de Jesus Gama, Joana Dias Pereira, José Miguel de Jesus Teodoro, etc..

Antigos militantes publicaram nos anos oitenta e noventa, memórias e expuseram a sua visão de acontecimentos, com destaque para Edgar Rodrigues, Emídio Santana, José Francisco, Adriano Botelho, Acácio Tomás Aquino, Manuel Firmo, etc.

É todavia evidente que a interpretação corrente sobre a história do anarquismo em Portugal continua a ser marcada pelas teses marxistas. Desde os anos sessenta, como vimos, historiadores, sociólogos e outros investigadores de formação marxista tem procurado omitir ou deturpar esta história de modo a realçar a corrente marxistas. Instituições públicas onde assentaram arraiais prosseguem com esta sistemática omissão, como ocorreu no Museu Nacional da Resistência e Liberdade na Fortaleza de Peniche, criado em 2017. Os muitos presos libertários que estiveram nesta prisão foram omitidos do catálogo de modo a salientar os do PCP. Algo semelhante tem ocorrido no Museu do Aljube - Resistência e Liberdade, em Lisboa, propriedade da Câmara Municipal de Lisboa.

Liderado por João Freire, no âmbito universitário, entre 2008 e 2013 decorreu o projecto MOSCA/M.R. - Movimento Social Crítico e Alternativo: Memória e Referência (28), centrado no estudo do movimento operário na Primeira República. Desta iniciativa resultaram várias teses académicas e quatro livros, para além do levantamento de obras sobre o pensamento libertário que haviam caído no esquecimento. Em Lisboa, de 16 a 18 de Setembro de 2011 ocorreu o XV Encontro da Federação Internacional de Centros de Documentação Libertários, que contou com a presença da Biblioteca Terra Livre do Brasil.

No bicentenário do nascimento de Proudhon (2009) surgiram algumas iniciativas que revisitaram algumas das suas ideias, tentando perceber a sua actualidade em tempo de globalização económica, crise do sistema financeiro mundial e especulação bolsista. Destacava-se a sua obra *Manual do Especulador da Bolsa* (1857), em que é escalpelizada a categoria económica da «Especulação» (29). O mesmo aconteceu nas comemorações dos 200 anos do nascimento de Henry David Thoreau (1817-1862) na BN Portugal (2017), cuja obra influenciou o anarquismo, movimentos de objecção de consciência, desobediência civil e ecologia (30).

Relações Internacionais

Desde os anos oitenta que os movimentos nos EUA são a principal fonte de referência para os anarquistas em Portugal. O que acontece em França, Espanha ou mesmo Itália têm sido secundarizado ou mesmo ignorado. A partir do novo milénio, devido ao impacto da Internet, as ligações com o movimento anarquista no Brasil readquiriram uma nova relevância.

Organização. Persiste a dispersão dos grupos anarquistas e sobretudo para a acção individual, para desânimo de muitos (31). Multiplicam-se os textos sobre o "anarquismo individualista", associando Max Stirner, Nietzsche, Thoreau, etc. A coordenação continuou a assentar nos contactos pessoais em eventos. A partir do século XXI a internet facilitou esta ligação, assim como a organização de ações pontuais.

Os encontros anarquistas prosseguiram sendo assinalar os que ocorreram em Coimbra (1993), Porto (26 março a 28 de Abril no 1995), Izeda (agosto de 1997), Campo-Valongo, etc. Na pluralidades de iniciativas posteriores salientamos pelo seu significado as seguintes:

Numa época de profundo desânimo que se vivia na sociedade portuguesa, onde menos se esperava surgiu um movimento inconformista. Elementos de bandas anarcopunks criaram em Ferreira do Alentejo (Baixo Alentejo) um Centro de Cultura Anarquista. Em 2003 tendo surgido um espaço mais amplo em Aljustrel, reapareceu como Centro de Cultura Anarquista Gonçalves Correia (32) que editou a revista *Alambique* (2007-2013).

O CEL recebeu em 2003 um importante apoio de Joaquina Dora Pinta, viúva de Liberto Sarrau Royes, histórico militante da CNT, o que motivou a criação do Círculo Joaquina Dorado e Liberto Sarrau, promotor de ciclos de conferências (2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010) e da publicação dos *Cadernos d'A Batalha*. Em outubro de 2009 registe-se a organização no Museu da República e Resistência de um ciclo de conferências sob o título "*A Batalha: 90 anos de imprensa sindicalista*".

No Porto, em 2012, foi realizada uma importante Conferência Libertária (5 a 7 de Outubro) (19). No ano seguinte foi em Setúbal (5 a 7 de Abril) onde estiveram presentes elementos do Baixo Alentejo, Évora, Lisboa e Coimbra. O encontro em Évora (2016) foi também um excelente sinal de uma mudança em curso.

A exposição e organização de um colóquio na Biblioteca Nacional de Portugal comemorativo do 100 anos do jornal *A Batalha*, em fins de 2019, que permitiu um novo reencontro de antigos e novos militantes anarquistas e o lançamento de novas publicações.

Nos últimos vinte anos tem surgido algumas tentativas de federação da multiplicidade de grupos e indivíduos dispersos de que são exemplo os seguintes: "Movimento Anarquista" (?2005 -), abriu em 2008 um Ateneu Libertário de Lisboa, na Rua do Salitre, 139, 1º.; "União Anarquista Portuguesa" (2018); "União Libertária - Federação Portuguesa" (2020 -). Ninguém nega que a federação dos anarquistas lhes daria uma outra visibilidade e eficácia nas suas acções.

Publicações, Rádios, Editoras, Livrarias e Bibliotecas. O impacto da internet, sobretudo a partir de 1995, alterou profundamente a difusão das ideias anarquistas. As publicações em papel não desapareceram, mas tornaram-se complementares.

Nas últimas décadas das editoras e publicações em papel destacamos a *Coice da Mula* apareceu em 1999 e manteve-se até 2007. Em 2006 surgiu a revista *Húmos* (Almada) e a revista *Alambique* em 2007. Em 2012 apareceu a "Letra Livre" (editora), a revista *Acção Direta* em Évora, e ainda neste ano o jornal *MAPA*, em Setúbal, uma inteligente publicação de informação. Logo a seguiu a revista *Flauta da Luz* (nº.1, Jan.2013, Julio Henriques) em Portalegre e a *Erva Rebelde* (2016/18) no Porto pela Gera. Em 2017 arranca a editora anarquista "Barricada dos Livros".

Na sequência dos protestos de 1999 em Seattle, contra o encontro da Organização Mundial do Comércio foi constitui um projecto destinado a coordenar a cobertura jornalística alternativa. No Porto, um grupo libertário aderiu ao projecto em 2000. Em 2004 devido a uma acção dirigida pelo FBI os sites Indymedia forma temporariamente interrompido, o que foi prontamente contestado (a rede tinha na altura mais de 140 sites em dezenas de países). Devido à falta de voluntários com conhecimentos técnicos, o site acabou suspenso. Após uma longa ausência regressou em 2009, quando se constituiu a **Indymedia Portugal**, em cuja plataforma funciona hoje a **Rádio Paralelo** (<https://radio.indymedia.pt>).

Entre os sites libertários neste período destacamos: **Pimenta Negra** (<https://pimentanegra.blogspot.com>, Porto, Set.2004 - 2013); **Rede Libertária** (<http://redelibertaria.blogspot.com>, 2011); **O Portal Anarquista** (<https://colectivolibertarioevora.wordpress.com>, Évora, 2012 -) Exploram as potencialidades da internet na divulgação ideias e posições anarquistas. **Guilhotina.info** (<https://guilhotina.info>, 2013-).

Na tentativa de potenciar estes meios de informação, em Outubro de 2015, num encontro no Alentejo que juntou a Indymedia Portugal, o Jornal Mapa, o Portal Anarquista e a Guilhotina.info, foi decido avançar para a realização de um Encontro de Informação Alternativa, nos dias 25 e 26 de Fevereiro de 2016 no Ateneu de Coimbra. Para além da rádio e sites anteriores, participaram o Periódico Diagonal e Radio Vallekas, de Madrid, e o jornal catalão *La Directa*. Neste encontro foi criada a Rede de Informação Alternativa que funcionou durante alguns anos. Foi também lançada uma agência de notícias: **ANA** (<https://noticiasanarquistas.noblogs.org>).

Em Almada surge em 1988 a livraria e editora **Crise Luxuosa**, mantendo-se em actividade até 2002. No Porto em 2007 surgiu a **livraria Gato Vadio**, primeiro na Rua do Rosário, 281 (até Maio de 2019), depois na Rua da Maternidade,124 (2020), numa iniciativa entre outros de Júlio do Carmo Gomes e César Figueiredo (33). A **Livraria Utopia**, na Rua da Regeneração,22, prossegue a sua atividade (34). Em Lisboa apareceu a **Livraria Tortuga** (2017) e a editora **Letra Livre** abriu uma livraria. Em 2010 refundou-se em Lisboa a **BOESG** (Biblioteca dos Operários e Empregados da Sociedade Geral), que passa a chamar-se Biblioteca e Observatório dos Estragos da Sociedade Globalizada. O panorama é modesto reflectindo o conformismo instalado na sociedade portuguesa.

Sinal positivo dos tempos tem sido a organização de feiras do livro anarquista: No Porto (Encontro Anarquista do Livro, Maio de 2018 e Março de 2019) e em Lisboa (2008, Outubro de 2018, Setembro de 2021).

Conclusão Inconclusiva

Há uma longa pré-história do anarquismo (35), repleta de indivíduos que revoltaram (36) e combateram os preconceitos e injustiças sociais, contra o domínio de uns sobre outros, numa luta sem tréguas pela liberdade e igualdade e por uma organização social desse forma a esta "utopia" (37). Apesar de fascinante não foi o caminho que seguimos. Não era preciso, tal era a "riqueza" de exemplos destas lutas documentadas que encontramos no anarquismo em Portugal.

As ideias de Godwin, divulgadas por Francisco Solano Constâncio não tiveram seguidores conhecidos, embora muitos "anarchistas" revelassem estar das mesmas imbuídos. Foi preciso esperar algum tempo para as mesmas ganhassem forma, quando Sousa Brandão em 1850 apresentou o seu vasto programa para a organização política de Portugal segundo a "Anarchia, isto é, o pleno triumpho da soberania popular". A democracia directa aparecia claramente formulada e adoptada ao contexto português, numa altura que os mais elementares direitos continuavam a ser negados à esmagadora maioria da população. Um longo combate se perspectivava tendo em conta este objectivo.

A cidadania estava reservada a uma pequena minoria de homens que repartiam o poder entre si em função do valor das propriedades e do capital que haviam acumulado. Aos pobres e iletrados nenhum poder era concedido. À concentração da propriedade juntava-se o centralismo estatal, que garantia e acentuava as diferenças e o aumento das

desigualdades sociais. O combate dos anarquistas pela descentralização e o federalismo era um combate pela liberdade. Como a história demonstrou sempre que se reforçam os poderes do Estado a liberdade é posta em causa.

Aos trabalhadores, pouco lhes restava senão submeterem-se à vontade de uma minoria de exploradores, nenhum direito lhes era concedido. Para tornar possível o programa de Sousa Brandão havia que associar os trabalhadores, mudar mentalidades de forma a que os mesmos se sentissem capazes de pensar que tinham capacidade para se emanciparem a si mesmos. Assistimos a forma persistente e criativa como os anarquistas combateram preconceitos étnicos, sexuais, sociais, religiosos e tantos outros.

As ideias e formas de luta dos anarquistas ao longo de 225 anos mudaram bastante, acompanhado as relações de poder instituídas, tendo em vista provocar mudanças na organização social. No plano laboral foi um combate violento pelo direito à greve, redução dos horários e melhores condições de trabalho, segurança social, etc. No plano social pela igualdade de género, libertação sexual, contra a influência da religião na política, etc. No Plano internacional destacaram-se na luta pela descolonização e organização dos trabalhadores nas colónias, etc.

O objectivo da construção da Anarchia nunca foi abandonado. Muitos anarquistas seguindo Kropotkine ou E. Reclus acreditavam que era uma inevitabilidade ditada pelo desenvolvimento histórico das sociedades. Outros avisados por Proudhon ou Malatesta sempre disseram que dependia da vontade dos que se sentem oprimidos, explorados ou dos que simplesmente consideram injusta a forma como a sociedade está organizada. Progresso e brutais retrocessos são habituais na história da humanidade, nada está definitivamente adquirido.

Ao longo de 225 anos a concentração da propriedade e do capital atingiu dimensões inimagináveis. Os estados tornaram-se máquinas gigantescas, associando-se entre si para criarem organizações cada vez mais poderosas e afastadas do comum dos cidadãos. A resposta da maioria dos cidadãos nos países ocidentais tem sido o alheamento e isolamento social, enveredando por um individualismo ou narcicismo que frequentemente termina na anomia.

A Anarquia é inalcançável ? Ontem como hoje continua a ser o objectivo de todos os anarquistas. O que tem mudado são as formas e as lutas. Em Portugal o anarquismo está presente na sociedade em muitas áreas, através de acções individuais ou de pequenos grupos. A consistente prática organizativa que caracterizou o movimento durante largas décadas foi abandonada em favor de colectivos mais inorgânicos. Falta um acontecimento singular, como ocorreu no passado, para que as acções dispersas se liguem e impulsionem a sua intervenção social com outra visibilidade pública. Uma questão que presentemente os anarquistas são indiferentes. Uma coisa é certa: eles estão por aí, como sempre estiverem.

Carlos Fontes

Anarquismo em Portugal

Notas

1796 - 1847: Princípios. Godwin

1) A dissidência sempre se manifestou, apesar da brutal repressão da Inquisição. As formas como o pensamento crítico se manifestava dependia dos contextos políticos e da imaginação do autor. Foi o caso de Matias Aires Ramos (1705-1763), nascido em São Paulo. Viajou pela Europa e aqui se familiarizou com as ideias iluministas. Regressado a Portugal escreveu duas importantes obras, mas só uma foi publicada: *Reflexões sobre a vaidade dos homens* (1.ª Edição, 1752, 5.ª Ed. 1786). Sob o pretexto de atacar à vaidade, pecado condenado pela própria Igreja, denuncia a ciência tradicional (dominante), o ensino escolástico praticado, a religião, os conventos, a demagogia dos juizes, a sujeição da mulher ao homem, as desigualdades sociais, os privilégios e os preconceitos sociais, a nobreza hereditária, a história genealógica, o pretenso sangue azul da nobreza. Pelo meio do seu livro defende a igualdade de todos os seres humanos (“Nem Deus, nem a Natureza, nos distinguiu nunca”) critica a propriedade privada e faz mesmo a apologia da propriedade social (“A mesma terra que foi feita para todos, quiseram alguns fazê-la, unicamente sua”). Assumindo a retórica do tempo, advoga que as reformas necessárias deveriam ser feitas por um monarca esclarecido, mas a quem negou qualquer divindade.

2) George Woodcock publicou uma excelente síntese do pensamento anarquista de William Godwin na sua obra *O Anarquismo. Histórias das Ideias e dos movimentos literários*, com tradução em português.

3) Francisco Solano Constâncio, recessão de “An Enquiry Concerning The Power Of Increase In The Numbers Of Mankind, Being An Answer To Mr Malthus'S Essay On That Subject”, *Anais das Ciências das Artes e das Letras*, nº12, 1821, pp.171-191. Publicação mais recente: *Francisco Solano Constâncio. Leituras e Ensaios de Economia Política (1808-1842)*. Introdução e Direcção de edição José Luis Cardoso. Lisboa. Banco de Portugal. 1995. pp.171-191.

Bibliografia: Sousa, Maria Leonor Machado de, “Actividade política de Solano Constâncio”, *História*, nº3, Janeiro de 1979; idem, “O Pensamento...”, in *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, nº16, Lisboa, 2007; Amzalac, Moses Bensabat, *Francisco Solano Constâncio e o economista inglês William Godwin*, Lisboa, 1940; Silbert, Albert, *Do Portugal do Antigo Regime ...*, Lisboa, 1972.

4) Phanton, Félix - *The Ghost*. Edição Crítica de Maria Leonor Machado de Sousa, Edimburgo 1796- Lisboa 1976. UNL-FCSH. Lisboa. 1976

5) Alves, Hélio Osvaldo, “Francisco Solano Constâncio e a polémica sobre a Razão e Religião, nos fins do século XVIII, em Inglaterra”, in *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, nº4, 1995.

6) Sousa, Maria Leonor Machado de, *Solano Constâncio, Portugal e o mundo nos primeiros decénios do séc. XIX*. Arcádia. 1979

7) Sousa, Maria Leonor Machado de, *The Ghost e Francisco Solano Constâncio*. Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. 1978, p.79

8) Alves, José Augusto dos Santos, *A Opinião Pública em Portugal (1780-1820)*. Lisboa. UNL. p.304

9) **Anarcharsis Cloots** (Jean-Baptiste do Val-de Grace, 1755-1794), retirou dos princípios da revolução francesa uma perspectiva cosmopolita muito próxima do anarquismo. Advogou nos seus célebre escritos *A República Universal ou Discurso aos Tiranicidas* (1792) e *Bases Constitucionais da República do Género Humano* (1793) o fim de todos os povos, fronteiras, nações, ou Estados com soberanias distintas, assim como a federação entre eles. Defende uma

República Universal de indivíduos e o estabelecimento universal dos Direitos do Homem. A soberania era o género humano, a organização federalista com o mínimo de hierarquias possíveis. Durante a revolução francesa em 1789 autoproclamou-se “orador foi género humano”. Foi mesmo o criador da palavra Niilismo, combatendo todas as religiões.

10) Jacob Pereira ou Pereyra (c.1742 -1794), joalheiro, negociante de tabaco. Nasceu em Bayonne não seio da comunidade de judeus portugueses. Mudou-se para Paris em 1790 participando activamente nos conhecimentos revolucionários da Revolução Francesa até ser guilhotinado em 1794. Com Anarcharsis Cloots e outros combateu todas as religiões, defendendo a instauração do culto à razão.

11) A. Silbert, *Autour de Francisco Solano Constâncio*, Coimbra, Coimbra Editora. 1950

12) Lousada, Isabel, *Para o estabelecimento de uma bibliografia britânica em português, 1554-1900*, Lisboa, UNL, 1998, registou dois importantes textos de Godwin editados em Portugal:

“*DA popularidade entre os antigos, e os modernos. Dos Essays [de Godwin]. Lisboa, Typ. Ultramarina, 1840.. [Godwin, William (1756-1836), Essays, 1873.] Publicados postumamente: Paquete (O) do Ultramar, 10-1-1840, p. 3; [...] 17-1-1840, p. 2..*

“*As Cousas como elas na verdade são, ou as aventuras de Caleb Williams* por William Godwin. Traduzidas em português. Lisboa, Tip. Actividade, 1841-42. [Godwin, William (1756-1836), Things as they are: or The Adventures of Caleb Williams, 1794.]

13) Bibliografia em português: Maurício, Joaquim, *A Vindication of The Rights of Woman de Mary Wollstocraft. Um panfleto político pelos direitos de cidadania*. Lisboa. UL-FL. 2006; Nunes, Eugénia Maria Duarte, *Da Tradição à Revolução. Mary Wollstocraft e o radicalismo setecentista*. Lisboa, UNL-FCSH.1993; Neves, Isabel Cristina Marques, *A Vindication of The Rights of Woman: Da cidadania feminina à revolução*. Lisboa, UL- FL. 1996.

14) Lousada, Isabel, *Mary Wollstocraft em Lisboa, 4 Roteiros Feministas na Cidade de Lisboa*, Lisboa, 2010.

15)“Extractos das cartas de Maria Wollstonecraft, relativas á Suécia, Noruega e Dinamarca, e huma breve notícia de sua vida, offerecidos ao bello sexo portuguez por Henrique Xavier Baeta, doutor em medicina (1776-1854). Lisboa, Nova Off. João Rodrigues Neves, 1806. [Wollstonecraft, Mary (1759-1797), Letters Written during a Short Residence in Sweden, Norway, and Denmark, London, 1796.] A viagem à Escandinavia foi realizada em Junho de 1795. O texto é muito rico em observações sociais, políticas, económicas, culturais, mas também em críticas à educação feminina, relações entre sexos ou em aspectos particulares como os movimentos inadequados feitos pelas mulheres durante a maternidade.

“V. Henrique de Campos Ferreira Lima, "Mary Wollstonecraft esteve em Portugal" in *The Anglo-Portuguese News*, nº. 249, de 25 de Maio de 1944, pp. 7-10. A propósito da tradução da obra Extrtactos das cartas ..., refere Ferreira Lima: "É curioso consignar aqui que, em 1806, poucos anos após a sua morte [Mary Wollstonecraft], um português, o Dr. Henrique Xavier Baeta, médico pela Universidade de Edimburgo, onde tomou grau em 1800, tendo para ali emigrado em 10 de Julho de 1797, por motivo da perseguição feita, em Coimbra, aos estudantes que se mostravam afeiçoados ás ideias proclamadas pela revolução francesa, veiu [sic] divulgar entre nós o nome desta escritora inglesa.”, in Isabel Lousada -*Para o estabelecimento de uma bibliografia britânica em português, 1554- 1900*, Lisboa, UNL, 1998.

16) Mary Wollstocraft, *Uma Vindicação dos Direitos da Mulher*. Lisboa. Antígona. 2017

16.1) Samuel Coleridge, Robert Southey, Robert Lovell entre outros, organizadores da Pantisocracy, uma comunidade criada nos EUA segundo os princípios de Godwin.

16.2) Constâncio nas suas obras fez muitas referências a Robert Owen, nomeadamente em *Leituras e Ensaio de Economia Política 1808-1842*

16.3) Almeida, Olga Maria de Azevedo, *Utopias realizadas. De New Lanark de Robert Owen à Vista Alegre de Pinto Basto*. Tese. U.Porto. 2010

16.4) Bom, Laurinda Maria Pereira de Matos Escoval, *Lamennais e a recepção literária de Paroles d'un croyant em Portugal*. Lisboa. 1980

17) *Dicionário da Língua Portuguesa de Rafael Bluteau revisto por António Morais Silva*. 1789

17.1) Valente, Vasco Pulido, "O Povo em armas: a revolta nacional de 1808-1809", *Análise Social*, vol. XV, 1979, pp.15-16

18) Bibliografia sobre as revoltas populares: Valente, Vasco Pulido, "O Povo em Armas: A Revolta nacional de 1808-1809", in *Análise Social*, Vol. XV (57), 1979; Acúrcio das Neves, J. A., *História Geral da Invasão...*

19) À imprensa publicada pelos exilados portugueses e "brasileiros", devemos acrescentar a dos espanhóis que desde o início das invasões francesas publicavam uma vigorosa imprensa que apelava ao fim do absolutismo. Em Londres destacou-se o *Correio Brasiliense ou Armazém Literário* (1808-1819) de Hipólito José da Costa. Em Paris (após a queda de Napoleão) dois periódicos: *O Observador Lusitano em Paris, ou Coleção Literária, Política e Commercial* (1815) e os *Annaes das Ciências das Artes e das Letras* (1818-1822) tendo Francisco Solano Constâncio sido o editor do primeiro e coeditor do segundo. Cfr.: Reis, Fernando José Egídio, *Os Periódicos Portugueses de Emigração (1808-1820). As Ciências e a Transformação do País*. FCT-UNL. Lisboa, 2007

20) Nunes, Maria de Fátima; Pereira, Sara Azevedo e Sousa Marques, "O Espírito de Cádiz em " Investigador Portuguez em Inglaterra (1808-1818)", in, *Cultura*. Lisboa. UNL. Volume VII. 1993

21) Carneiro, Borges, *Portugal Regenerado em 1820*

22) Movimentações populares em 1820: José de Arriaga, *História da Revolução Portuguesa de 1820*. Pregoeiro Lusitano; Xavier de Araújo, *Revelações e memórias...*

23) Monteiro, N.G., *Lavradores, Frades e Forais: Revolução Liberal e Regime Senhorial na comarca de Alcobaca (1820-1834)*, ICS-UL. Sobre estes movimentos de camponeses: Cardoso, António Manuel Monteiro, *A Revolução Liberal em Trás-os-Montes (1820-1834). O Povo e as Elites*. ISCTE. 2004; Tengarrinha, José Manuel, *Movimentos de camponeses em Portugal na transição do Antigo Regime para a sociedade liberal*", in *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, 2º. vol. Lisboa. 1981; Lousada, Maria Alexandra, *Revoltas absolutistas e movimentos camponeses no norte (1826-1827. Algumas notas, i, O Liberalismo na Península Ibérica...*; Roque, João Lourenço, *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870), Contributos para o seu estudo*, vol. I, t.II, Coimbra. 1982

23.1) Tengarrinha, José, "Violência e Castigo nos campos portugueses após a Revolução Liberal (1821-1825)", in *Homenaxe á Professora Pilar Vázquez Cuesta*, sep. Universidade de Santiago de Compostela, pp. 763-771

23.2) Tengarrinha, *Movimentos Populares Agrários em Portugal (1751-1825)*, Tese, Lisboa, 1992, Vol. I, pp. 753-754.

24) Carneiro, Borges, *Portugal Regenerado em 1820*

25) Pina, Ana Maria, *De Rousseau ao Imaginário da Revolução de 1820*. Lisboa. 1988.

26) Pina, Ana Maria, "O Fantasma da Anarquia na Imprensa Vintista", in *Ler História*, Lisboa, nº17, 1989, p.129-135; Ferreira, Fátima Sá Melo, "O Conceito de Ordem em Portugal (séculos XVIII-XIX)", in ...

27) Vargues, Isabel Nobre, "A Fé Política Liberal", in *Revista de História das Ideias. Cultura, Política. Mentalidades*, nº.11. FL-UC. Coimbra. 1989

28) Bibliografia essencial sobre os miguelistas: Lousada, Maria Alexandra, *O Miguelismo (1828-1834)*. FL-UL. 1987; etc

29) Lousada, Maria Alexandra, "Imprensa e Política: Alguns Dados sobre a imprensa Periódica Portuguesa Durante as lutas Liberais (1820-1834)", in...

30) Coelho, Geraldo Mártires, *Anarquistas, Demagogos & Dissidentes. A Imprensa Liberal no Pará de 1822*. Pará. 1993

30.1) Anarchistas nas cortes. Debates gerais e extraordinários: 1822/03/23- vanguarda dos anarquistas, os representantes de São Paulo; 1822/05/21- Espírito do anarquismo em Pernambuco e na Baía (p.206), 1822/05/22-Espírito do anarquismo, da independência, da convulsão popular, inobediência (p.205);

31) Leite, Renato Lopes, *Republicanos e Libertários: Pensadores Radicais da Independência*: Rio de Janeiro (1822), Tese doutoral. Universidade Federal do Paraná. Novembro de 1997.

32) Reis, Arthur Ferreira, "*Anarquistas*" e "*Servis*": *uma análise dos projectos políticos no ano de 1826 no Rio de Janeiro*. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitoria. 2016.

33) Basile, Marcello Otávio Neri de Campos, *Anarquistas, rusguentos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na corte imperial (1829-1834)*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2000

34) Em Portugal, o termo anarquista só aparece na 4ª. edição (1831) do *Dicionário da Língua Portuguesa* de A. Morais da Silva (1823). No entanto já era corrente na literatura política, sobretudo no Brasil. Em França terá surgido pela primeira vez em 1791 associado à Revolução.

35) As denúncias destas ações anarquistas são publicitadas em muitos periódicos, como *O Ecco, Jornal Critico, Litterário, e Politico* (... nº86, 26/05/1836; nº87, 30/05/1836; nº92, 16/06/1836; nº.99, 12/07/1836..).46); *O Livro Azul ou Correspondência Relativa aos Negócios de Portugal, Ministério dos Negócios Estrangeiros*. Saldanha dirigindo-se ao rei, em Novembro de 1846, pelas povoações 2 ou três anarquistas incentivavam as pessoas à revolta (p.87); O Visconde Palmerston, em Fevereiro de 1847, acusa a Junta do Porto de ser liderada por anarquistas (p.202); D. Manuel de Portugal e Castro afirma, em Abril de 1847 que os anarquistas lideravam a revolta em Lisboa (p.350); etc.

36) Vasco Pulido Valente, aludindo a esta guerra entre anarquistas e miguelistas denominou o período de 1834 a 1842 de "Anarquia" na sua obra *Devoristas. A Revolução Liberal (1834-1836)*, Lisboa, 1993. Para uma síntese: Bandidos ou guerrilheiros em Portugal: a violência de 1807 até 1870, in Manuel L. Wiesebron, *Iberoamericana. América Latina - Espanha - Portugal*, 4(13), 7-22., 2014.

37) Pinto, João de Sousa, *Carta de uma proscrito do anarquismo ao ex-ministro do reino*. Lisboa. 1835

38) Bibliografia sobre os devoristas: Pulido, Valente, *Os Devoristas: A Revolução liberal (1834-1836)*, Lisboa. 1993;

38.1) Anarchistas nas revoltas nas década de trinta e quarenta:

Câmara de Deputados: 1835/03/23- "zelosos amigos da liberdade" (p.638); 1835/04/18- "Agitadores" (883); 1838/12/31- "exaltados" (p.68); 1939-01-30 - "O país está possuído pelo espírito anarchico, porque não cessam de apostrophar as leis mais santas, e caluniar os corpos legislativos que as publicam"; 1839/03/02- Há anarquistas em todos os grupos sociais. O presidente do Conselho de Ministros foi vítima de uma tentado no *Corpus Cristi* (p.452); etc.

39) *Correio do Minho*, nº152, 17/10/1838, p.615, referido por Estorninho de Almeida, *A Cultura Burocrática Ministerial. Repartições, empregados e quotidiano das secretarias de Estado na primeira metade do século XIX*, Lisboa, UL-ICS. 2002.

- 40) *Memórias do Conde do Lavradio*, parte segunda (1834-1835), vol.III, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, p.137, citado por Maria de Fátima Bonifácio, "A Revolução de Setembro de 1836: A Lógica dos Acontecimentos", in *Análise Social*, IIIª. Série, vol. 18, 1982- 2º.
- 41) A Guarda Nacional era uma força para-militar formada em 1823 para defender a constituição de 1822. Dissolvida em 1826 foi reorganizada em 1834 e extinta em 1838 na sequência do massacre do Rossio, em Lisboa.
- 42) *Revista Histórica de Portugal: Desde a Morte de D. João VI até ao Falecimento do Imperador D. Pedro*. Porto. 1846, pp.247-251
- 43)
- 44) "Hino à Carta", in Valentim, Maria José Q.C.A.B., *A Produção Musical de Índole Política no Período Liberal (1820-1851)*, Lisboa, UNL-FCSH.2008
- 45) Silva, Manuel Carlos Ferreira, *A Maria da Fonte, uma revolta anti-estatal*, in Actas do Congresso Maria da Fonte. Póvoa do Lanhoso, CMPL, 1996.
- 46) Paulo Midosi foi acusado pelo jornal *O Raio. Folha Moral* (6/08/1836), de ter sido nomeado deputado por um grupo anarquista que tomou de assalto o recinto do Colégio Eleitoral.
- 47) Vargues, Isabel Nobre, "Insurreições e revoltas em Portugal: (1801-1851): subsídios para uma cronologia e bibliografia", in *Revoltas e Revoluções*, IHTI.Fac.Letras. Coimbra. 1985
- 48) Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo, *Rebeldes e Insubmissos. Resistências Populares ao liberalismo (1834-1844)*. Porto. 2002, pp. 442-476
- 49) Tengarrinha, José, "As Greves em Portugal: Uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920", in *Análise Social*, Vol. XVIII, 1981; idem, *Movimentos Populares Agrários em Portugal (1751-1825). Mem Martins: Europa-América*, 2 vols.,1994; idem, *Lutas Laborais e Formação da Classe Operária Portuguesa*, Centro de História. UL. Lisboa. 2021
- 50) Guimarães, Paulo Eduardo, "Através da Natureza Campestre e Mansa": agrarismo e lutas pela justiça ambiental em Portugal (séculos XIX e XX),in, *Alterações Ambientais em Perspetiva Histórica*, UNL. 2018
- 51) O pensamento de Edmund Burke sobre as ideias da Revolução Francesa foram seguidos e comentados em Portugal desde 1790. Em 1812 era editado no Brasil, pela Imprensa Régia "Extractos das Obras Políticas e Económicas... de Edmund Burke" por José da Silva Lisboa. Em 1821 conheceu uma nova edição (seguida neste texto), com a indicação dos extractos serem "mui úteis para a regeneração de Portugal". Um ano depois foi feita uma segunda edição "mais correcta".
- 52) Javier, Maestro, "La Revolución en la prensa obrera española: (1871-1910)", in *A Revolução Francesa e a Península Ibérica*, *Revista de História das Ideias*, nº10, Coimbra, 1988
- 53) Proudhon, ao constatar que a Democracia não passava do governo de uma minoria em nome de uma maioria, desprezou as diferenças entre a monarquia absoluta e a democracia (cfr. *O que é a Propriedade?*, 1840). A questão central não era a forma de governo, ou até a sua alegada legitimidade, mas o próprio governo. A apregoada "soberania popular" não passava de uma mentira que escondia o poder de uma minoria, a limitação da autonomia e liberdade dos cidadãos. É este o argumento que fará escola na crítica anarquista à democracia (representativa).

1848 - 1870: Federalismo e Mutualismo. Proudhon

1) Principais obras de P.-J. Proudhon: *O que é a Propriedade* (1840), *Sistema de Contradições Económicas ou Filosofia da Miséria* (1846), *Da Justiça na Revolução e na Igreja* (1858), *Manual do Especulador da Bolsa* (1853); *A Guerra e a Paz* (1861), *O Princípio Federativo* (1863), *Da capacidade Política da Classe Operária* (1865), *Teoria da Propriedade* (1866), *Do Princípio da Arte e seu Destino Social* (1875), *A Pornocracia, ou as mulheres nos Tempos Modernos* (1875), *Amor e Matrimónio* (1876), *Cesarismo e Cristianismo* (1883), *Jesus e as Origens do Cristianismo* (1896), etc

2) Pelletan, Eugenio, *História dos Três Dias de Fevereiro de 1848*. Lisboa. 1848

3) Ribeiro, Maria Manuela Tavares, "Portugal e a Revolução de 1848", *Ler História*, Lisboa, nº16, 1989; idem, *Portugal e a Revolução de 1848*, Coimbra, 1990.

3.1) *O Século*, publicou-se entre 10 de Abril e 25 de Junho de 1848, em 11 números. Lopes de Mendonça foi o seu redactor. Proudhon está ainda ausente dos teóricos do socialismo que são citados: Charles Fourier (1772-1837), Lamennais (1782-1854), Lamartine (1790-1869), Louis Blanc (1811-1882) e Victor Considerant (1808-1865), o que nos induz a pensar que o seu conhecimento lhe foi transmitido por Sousa Brandão. Consultar: Rodrigues, Ernesto, *O Século de Lopes de Mendonça. O Primeiro jornal Socialista*. Lisboa. 2008.

3.2) Alphonse de Lamartine, poeta e político. Foi grande a sua influência na poesia romântica em Portugal. O mesmo se poderá dizer sobre o conhecimento que foi aqui divulgado sobre a revolução de 1848, antecedentes e protagonistas, através de obras como *História dos Girondinos* (1848), *História da Revolução em França* (1848), *O Passado. O Presente e o Futuro da República* (1850). Um retrato de Proudhon "sofista" aparece na *História da Revolução Francesa de 1848*, Lisboa, 1851, p.91; Cfr. Maria de Fátima, Outeirinho, *Lamartine em Portugal: alguns aspectos da sua recepção: 1844-1890*. Tese. U.Porto. 1988

3.3) José Inácio Abreu e Lima (1794-1869), participou ao lado de Bolívar na libertação das colónias espanholas. Em 1852 escreveu uma obra sobre *O Socialismo*, segundo uma perspectiva cristã. A providência divina estava a orientar Humanidade no sentido da constituição de uma grande família assente no progresso moral e material (bem estar).

4) **Francisco Maria de Sousa Brandão** (1818-1892). Está por fazer um estudo completo do seu pensamento proudhoniano. Desde muito cedo distinguiu-se no combate pela Liberdade. Em 1834 com apenas 15 anos alistou-se nas tropas liberais que no norte combatiam as absolutistas. Finda a guerra civil inicia a formação académica destinada a uma carreira militar. Em 1842 está de novo na linha da frente no combate pela liberdade, agora ao lado de José Estevão e do jornal *Revolução de Setembro*. Em 1844 é demitido do exercito por participar na insurreição de Torres Novas. Ruma para Paris, onde se forma em engenharia civil. Participa na revolução de Fevereiro de 1848 e adere ao ideário de Proudhon. Regressa a Portugal em 1849 trabalhando no planeamento e construção dos caminhos de ferro. Como revolucionário procura promover a organização e emancipação dos trabalhadores. Participa na fundação do jornal *Eco dos Operários* (1850), no Centro Promotor de Melhoramentos (1851), Associação dos Tipógrafos Lisbonenses e outras associações. Em 1857 publica o primeiro volume de "Economia Social: o trabalho", uma obra inovadora no país. Em 1865, ano do falecimento de Proudhon, foi eleito deputado pelo circulo de Vila da Feira, distinguindo-se no parlamento pela defesa dos operários. Participa na constituição do Partido Republicano Português (1876). No final da vida atinge o posto militar de general em engenharia.

J. M. Gonçalves Viana, em 1894, faz assentar em Sousa Brandão as bases do anarquismo em Portugal (cf. *A Evolução do Anarquismo em Portugal*, Prefácio e notas de Carlos da Fonseca, Lisboa, Seara Nova, 1975).

Bibliografia: Gomes, Rui Manuel dos Santos, *Associação, Município e república em Francisco Maria de Sousa Brandão*, Universidade de Coimbra. Tese. 1994; Pereira, Hugo Silveira, "Francisco Maria de Sousa Brandão (1818-1892), "mestre dos mestres" de traçados ferroviários",

TST, Jan.2018, 35, pp.162-194; Soares, Maria Isabel, 2005-2006. "Francisco Maria de Sousa Brandão (1818- 1892)", in Mónica, Maria Filomena (ed.), *Dicionário Biográfico Parlamentar. Imprensa de Ciências Sociais; Assembleia da República*, Lisboa, vol. 1, pp. 454-457.

5) Com o título "Acerca do Socialismo" Sousa Brandão (J.P.), nas edições de 15, 16, 20 e 21 de Novembro de 1849, discorre sobre o socialismo, com especial enfoque para Louis Blanc, sem esquecer Proudhon. Nesta altura, na *Revolução de Setembro* cita repetidas vezes *Voix du Peuple* o jornal que nesta altura era dirigido por Proudhon.

6) **António Pedro Lopes de Mendonça** (1826-1865), escritor e publicista, muito viajado pela Europa. Durante algum tempo foi oficial da marinha até decidir pela literatura. Participou no combate aos governos corruptos de Costa Cabral. Renovou a crítica literária em Portugal. Foi professor de literatura de literatura moderna no Curso Superior de Letras. Depois de promover uma falhada candidatura de um operário à Câmara de Deputados, ligou-se ao Partido Progressista, o mais liberal dos partidos ao tempo. Foi eleito deputado por Lamego (1853-1856), negando todavia que se tivesse afastado dos seus princípios. A partir de 1860 agravou-se a sua doença mental que o levará à loucura. Proudhon, para os seus críticos, era o seu ídolo.

Bibliografia: Couveiro, João, *O Pensamento Social e Político de António Pedro Lopes de Mendonça*. FL-UL. 2002; Gomes, Rui, "Herculano e Lopes de Mendonça: O Liberal e o Socialismo", *História*, nº78, Abril. 1985; Mónica, Maria Filomena, *A Europa e Nós: Uma polémica de 1853*, Lisboa, 1996; Branco, João Pedro, *Municipalismo no Pensamento de Alexandre Herculano (1834-1859)*, FL-UL. 2007. Ribeiro, Maria Manuela Tavares, *Lopes Mendonça. O Pensamento e a Obra*. Coimbra. 1974, idem, *Centralização- Descentralização. Uma polémica nos meados do século XIX*, 1990; idem, "Teorias e teses literárias de António Pedro Lopes de Mendonça", *Revista História das Ideias*, vol. II. Coimbra, 1978-1979

7) Citado por Hugo Silveira Pereira, Francisco Maria de Sousa Brandão (1818-1892), "mestre dos mestres", p.174

8) Lázaro, João, "O Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas. Integração e rotura na sociedade liberal portuguesa (1852-1871)", in *Revista Portuguesa de História*, t. L

8.1) **Proudhon nas Cortes**. Entra em força em 1850 como uma ameaça aos proprietários, e anunciava a revolta mundial do proletariado. A partir daqui passa as suas obras passam a ser usadas nos debates parlamentares. Na década de sessenta, começa a surgir uma nova atitude face a Proudhon entre os deputados, mais positiva e até justificativa.

Câmara dos Deputados:1850/03/19- Há 20 anos não se imaginava que o direito de propriedade viria a ser proclamado um roubo, e "o roubo uma virtude social, e que se diria ao povo - "Vós produzis tudo, tudo vos pertence. Ainda não se sonhava que com as doutrinas selvagens de Proudhon e Struve, e que delas se faria propaganda universal". Ainda o comunismo não havia desenrolado a sua bandeira vermelha de *vol e viol*. Ainda ninguém concitara os proletários a confederar-se para a grande obra de decepar três milhões de cabeças de proprietários em prol do pauperismo." Apelos à controlo da imprensa (p.227). 1851/03/24 - A sociedade está "aterrada" com as "grandes ideias" e "terríveis paradoxos" de Proudhon. Obras referidas: *O que é a propriedade?* e *Contradições Económicas*. "Proudhon, o socialista, o comunista, o destruidor agrário da propriedade, o Atila do juro usurário" (p.264). 1853/03/05 - "Discípulos de Fourier, Luiz Blanc e de M. Proudhon" no conflito entre Regeneradores e Cartistas (83); 1853/04/09- respeitador da dívida nacional (p.112);1853/07/01- Evocação do livro de Proudhon sobre o valor das indemnizações pela "nacionalização" da propriedade (p.17); 1854/06/027 - as revoluções, segundo Proudhon, são essencialmente negativas (p.374); 1864/03/18 - Proudhon escreveu uma obra notável sobre o tabaco, cujo imposto deve ser conservado e nunca diminuído (p.1000); 1865/03/28- Evocam-se princípios de Proudhon sobre a união entre o justo e o útil, numa perspectiva moral (p.858); 1866/01/09- Proudhon, é citado num debate sobre a liberdade de imprensa pelo ministro da Justiça (p.127); 1866/03/05- O dinheiro como uma mercadoria.A "tirania do dinheiro" segundo Proudhon (p.1981); 1867/05/07- Petição dos grémio dos latoeiros e guarda-chuva solicitando medidas proteccionistas contra o comércio com a França(p.1430); 1868/07/11- A questão da propriedade (p.1818); 1869/08/24- Usura, Empréstimos (p.1271) e Utopias, com Fourier, que beatificam a humanidade (p.1277); 1871/09/01 - (p.610); 1872/04/03- Conferências

do Casino, a economia social de Proudhon contra a economia política liberal e individualista em que assenta a vida das modernas sociedades (p.897); 1872/04/03- impostos e a sua classificação (p.897); 1872/04/20- Apreciações de Proudhon sobre Emile de Girardin(p.1275); 1873/03/14- Impostos(781);

Câmara dos Pares: 1855/04/09- Dentro dos quartéis liam-se folhetos de Proudhon, umas das causas da indisciplina militar (p.425); 1856/04/12- as ideias de Proudhon e Fourier sobre a propriedade estavam desacreditadas e banidas (p.540); 1858/11/19 - Não deveria ser permitida a publicação de obras de Proudhon, apelam ao roubo (p.1504); 1861/06/25 - Proudhon surpreendia pela forma como apresentava as suas ideias (p.1607);1866/04/25 - As ideias de Proudhon estão a propagar-se, nomeadamente a do Direito ao Trabalho (850);

9) Carvalho, João Lázaro Cavaleiro Diz de, *O Despontar do Movimento Operário na Esfera Pública (1850-1860)*, ISCTE-IUL. 2013. Consultar páginas 88 a 91.

10) Câmara dos Pares do Reino, 9/04/1855, p.425

11) Serrão, Joel - *O Século XIX em Portugal*, Comunicações ao Colóquio organizado pelo GIS, Nov. 1979, Lisboa, Editorial Presença.; Branco, João Pedro, *O Municipalismo no Pensamento de Alexandre Herculano (1834-1859)*, FCSH-UNL. 2007.

12) Monteiro, José Luis Cavaco, *Federalismo, Regionalismo e Municipalismo em Portugal (1920-1922)*. Tese. UL. 2009. *Joel Serrão atribuiu o princípio federalista de J.F. Henriques Nogueira a Proudhon (cfr. Do Sebastianismo ao Socialismo em Portugal, Lisboa, 1973, p.113)*.

13) Neto, Vitor, "Iberismo e municipalismo em J. F. Henriques Nogueira", in *Revista de História das Ideias* 10. Coimbra, 1988; Pi y Margall na mesma altura, em Espanha assume-se como republicano, federalista e proudhoniano e circunscreve o federalismo à união dos estados ibéricos.

14) Rosa, Alberto Machado da, "O Socialismo em Portugal Há um Século", *Seara Nova*, Ano XLVIII, nº1501 Novembro e nº1502, Dezembro de 1970; Carvalho, Joaquim de, *História do Regimen Republicano em Portugal*. Vol. I, pp.218-235;

15) O ensaio de Antero de Quental, baseado numa leitura singular de Proudhon opõe o patriotismo ao nacionalismo para sustentar a federação de povos. A pátria era a expressão da comunidade, vivências e memórias locais, o nacionalismo uma construção artificial (ideológica, centralista) dos Estados. A questão teórica era como ascender da esfera local a uma visão cosmopolita, matriz do anarquismo. A mediação encontrada assentava numa federação de "pequenas pátrias", baseada em contratos e unidas por histórias comuns, evitando deste modo a abstração e artificialidade dos Estados-Nação. Bibliografia: Catroga, Fernando, "o Patriotismo Republicano e o Descentralismo", 2010. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 19: 17-45.

16) **Oliveira Martins** "proudhoniano": "Do Princípio federativo e a sua aplicação à Península Hispânica", no *Jornal do Comércio* (19 a 25 de Setembro 1869); *A Teoria do Socialismo- Evolução Política e Económica da Europa* (1872); *Portugal e o Socialismo* (1873), da qual António Sérgio chamou à atenção para a confusa mistura entre Proudhon, Hegel, Spencer e outros, reveladora de uma incipiente formação filosófica (Cfr. Sérgio, A., Prefácio in *Portugal e o Socialismo*, Lisboa, 1990). As leituras de Proudhon levaram-no a descobrir Hegel, do qual assimilou a ideia que as sociedades humanas são organismos vivos, com uma existência superior à dos indivíduos, o que o conduziu ao socialismo de estado e a teorias racistas. Para uma leitura dos textos que publicou entre 1868 e 1878 em periódicos: Oliveira Martins, *Política e História*, I vol., Lisboa, Guimarães & C^a. Editores. 1957.

17) Homem, Amadeu Carvalho, "O Radicalismo Republicano ou o Temor do Poder", *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXV, Coimbra. 1990

18) Sampaio, Guilherme Martins Rodrigues, *A Ideia Federalista Republicana em Augusto Manuel Alves da Veiga (1850-1924)*. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. 2009; Rebocho, Sónia C.M. Santos, *Alves da Veiga. Uma Proposta de Organização Federativa da Sociedade Portuguesa*. Tese. UNL. 2007

- 18.1) Ramos, Rui, " No final dos anos sessenta, fruto destas associações, a republica passou a ser associada ao federalismo, municipalismo e ao socialismo, em oposição frontal contra o regime monárquico.", *Polis: Revista de Estudos Juridico-Políticos*, n.º 13/16 (2007), p.75
- 19) Santos, Fernando Piteira, artigo "Direito de associação" no *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, Lisboa, Vol.I, p.236
- 20) Lousada, Maria Alexandra, "O "Espírito de Associação" em Portugal 1820-1826", in *Anarquismo, Trabalho e Sociedade. Livro de Homenagem a João Freire*. Lisboa. Almedina. 2017
- 21) Fonseca, Carlos da, *Integração e Ruptura Operária. Capitalismo, Associacionismo, Socialismo. 1836-1875*. Lisboa. 1975, pp.68-71
- 22) Fonseca, Carlos da, *A Origem ...*, p.35
- 23) **José Fontana** (suíço, 1840-1876), encadernador e caixeiro. Antes de emigrar para Portugal, onde se assume como proudhoniano, foi membro do Conselho Geral da AIT na qualidade de secretário correspondente para Itália (1864 e 1865). Em 1871 está ligado à constituição da secção da AIT e da Aliança em Portugal. Em 1872 está na fundação da Fraternidade Operária da qual foi secretário-geral. Foi um ativo promotor do cooperativismo em Portugal tendo publicado: *O Quarto Estado*, Lisboa, 1872; *As Cooperativas*, Lisboa, 1873.
- 24) Saraiva, António José, *Para a História da Cultura em Portugal*, p.224
- 25) Lima, Campos, *O Movimento Operário em Portugal*. Porto. 1972, pp.27-28
- 26) António de Almeida, Fernando, *Operariado de Lisboa na vida e no teatro: 1845-1870*, Lisboa, Caminho. 1993; Ribeiro, Maria Manuela Tavares, "Movimento Operário e a Formação Cultural", *Lei 98 Ibéricos y el Mar. Torre do Tombo*. Lisboa (27-29 de Abril de 1998). Comisaría General de España, Expo Lisboa. 98. Madrid. 1998.
- 27) Barradas de Carvalho, Joaquim, *As Ideias Políticas e Sociais de Alexandre Herculano*, Lisboa, Seara Nova, 1971, p.125-130.
- 28) Sá, Victor, *A Crise do Liberalismo e as Primeiras...*, 323-327
- 29) A antologia de textos sobre Proudhon realizada por Petrus (Pedro Veiga), *Proudhon e a Cultura Portuguesa*, em cinco volumes, publicada no Porto, entre 1961 a 1966 (?), permite perceber como os textos de Proudhon foram amplamente comentados por todos os quadrantes durante um século.
- 30) **Pedro Amorim Viana e Proudhon**: O estudo desta relação foi marcado desde os anos 60 por uma abordagem marxista de Victor Sá em obras como: *Amorim Viana. Ensaio Bibliográfico*. Figueira da Foz, 1960; *Amorim Viana e Proudhon*. Lisboa, Seara Nova, 1960; *Perspectivas do Século XX* (1964); *A Crise do Liberalismo e as Primeiras Manifestações das Ideias Socialistas em Portugal (1820-1852)* (1969); *Sociologia em Amorim Viana*, 1982. Para uma abordagem mais ampla e fundamentada: Fernandes, António Teixeira, *O Socialismo Proudhoniano na Escola Portuense*. 2001
- 31) revista *O Instituto*, Coimbra, vol. 7-21, 1853
- 32) Calheiros, Maria Clara, "Filosofia Proudhoniano do Direito", in *Proudhon no Bicentenário do seu Nascimento*. Universidade do Minho. 2009.
- 33) Bernardes, Joana Duarte, "Quando ainda se acreditava que as ideias faziam revoluções - Manuel Emídio Garcia e Eça de Queirós", in *Revista de História das Ideias*, vol. 29 (2008).
- 33.1) Ferreira, Ana Paula, *Alves Redol e o Neo-Realismo Português*. Lisboa.1992.p.74

33.2) Campos, Fernando, *Camilo Castelo Branco Contra-Revolucionário*. 1925. Nesta tentativa de criar uma antologia reaccionário de Camilo sobre religião e política, refere um prefácio, datado de 1865, onde este refere que Proudhon cuspiu no rosto de Deus.

33.3) Barroso, Alfredo, *O Bruxo de Ceide. Breviário Camiliano*. Lisboa. 1992. p.14

33.4) Camilo numa carta a Vieira de Castro (1838-1872) escreve: "Recomendo-te um Livro de Proudhon chamada Justiça. Lê-o. Eu tenho grande veneração por esse homem. Has de achar ali consolações que tem unção do céu", in *Correspondência Epistolar de entre José Cardoso Vieira de Castro e Camilo Castelo Branco*. Tomo II. 1874, p.38. A obra a que Camilo se refere é *De la Justice dans la Révolution e dans l'Église*, 3 volumes. 1858.

33.5) Camilo publicou em 1850 no jornal *Semana*, vol. I, nº. 36, o seu poema *Harpa do Sceptico*, escrevendo-o também nas paredes de uma capela, conforme depois confessou. Nesta altura publicava em folhetim o seu primeiro romance *Anátoma*. Júlio César Machado, no seu romance *Claúdio* fica impressionada pelo desassombro da escrita e compara-o a Proudhon. Camilo, em 1858, numa prólogo à segunda edição refere o facto para se demarcar do "socialismo", "utopias" e das "escolas militantes".

33.6) *Correspondência Epistolar de entre José Cardoso Vieira de Castro e Camilo Castelo Branco*. Lisboa. 1874, Tomo II, p. 275

33.7) Castelo Branco, Camilo, 1924-1926, *Dispersos de Camilo*, compilação e notas de Júlio Dias da Costa, Coimbra, vols. I,p. 242

33.8) Proudhon ao contrário de Godwin que defendia a igualdade entre homens e mulheres, tinha uma posição muito conservadora sobre as "funções" e das "capacidades" das mulheres. em vez de igualdade preferia falar de "equivalência" e "complementaridade". Ideias que expressou em obras como *Da Revolução no Estado e na Igreja* (1858), e sobretudo na sua obra póstuma: *Pornocracia: ou as mulheres nos tempos modernos* (1875).

33.9) Lopes, Ana Nª. Costa, "Alguns Aspectos da Luta de Guiomar Torrezão pela Igualdade", *Povos e Culturas*, Lisboa, 2004

34) Sobre esta temática: Chaves, Maria Adelaide Godinho, *Júlio Dinis - um diário em Ovar*, p.13; Salgueiro da Silva, Ana Cláudia Boavida, *O Romance Matrimonial. A Representação do casamento na obra romanesca de Júlio Dinis*. Tese. Univ. Évora. 2014

34.1) Júlio Dinis, seguidor do romantismo de Alphonse de Lamartine e da sua visão política, assim como da importância que atribuiu aos párocos na manutenção da ordem, costumes e tradições (Lamartine, *Deveres Civis do Parocho*, 1866), o que já acontecera com Alexandre Herculano. No romance *Morgadinha dos Canaviais* (1868) identifica a Anarquia à balburdia: "O padre tinha perdido a cabeça e do púlpito animava a anarquia berrando e bracejando". Nos *Serões da Província* (1870), quanto à autonomia pessoal para cada um decidir do seu destino, associa a esta "doutrina perigosa", as ideias "subversivas", "anti-sociais", "republicanas". Nos *Fidalgos da Casa Mourisca* (1871), perante a possibilidade de uma "mistura de classes" (incluindo de géneros e idades), pela boca de Frei Januário dá a resposta: "... mal de nós todos, porque a sociedade precisa destas distinções; senão, não há ordem, não há governo, tudo é anarquia e república".

34.2) Joel Serrão em vários textos insistiu na ideia que Antero desempenhou um papel importante ao fazer a transição do federalismo de Proudhon para o colectivismo de Bakunine. Consultar: *Do Pensamento Pensamento Político-Social de Antero de Quental* (1868-1873), in *Análise Social*, Vol. XVI (61-62), 1980; "Du Socialisme Libertaire a L'Anarchisme", in *Actes du Colloque "Utopie et Socialisme au Portugal au XIX siècle"*, pp.331-368, Paris,10-13 janvier 1979, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris,1982.

- 35) **Eça de Queiróz** “Proudhoniano”: Medina, João, *Eça Político*, Seara Nova. Lisboa, 1974; Saraiva, A. J., *As Ideias de Eça de Queiróz*, Lisboa, 1945; Arrigoni, Carlo, *As Ideias de Eça de Queiróz*, UL -Faculdade de Letras., 2013; etc.,
- 36) **Antero de Quental** “ Proudhoniano”: Sérgio, António, "Sobre o Carácter do Socialismo em Antero," in *Ensaios*, t.VII, Lisboa, 1954; Catroga, Fernando, *Antero de Quental – História, socialismo, política*, Lisboa, Notícias Editorial, 2001; Rocha, Acílio da Silva Estanqueiro, “Proudhon e o Socialismo Anteriano”, in *Revista Portuguesa de Filosofia*, 47 , Braga, 1991, pp.349-374; Serrão, Joel, *Temas de Cultura Portuguesa - II, "Içar as Velas e Soltar os Ventos"*. Livros Horizonte, 1989; Sá, Fernando, “Liberdade, Igualdade e Fraternidade no pensamento político de Antero de Quental”, in *Ler História*, nº. 64, 2013; etc.
- 37) Quental, Antero, “Povo”, in *A Voz do Operário*, 9/10/1881
- 38) Quental, Antero, “Crítica ao Livro “Teoria do Socialismo” de Oliveira Martins”, in *Diário Popular*, Lisboa, Dezembro de 1872.
- 39) Cidade, Hernani, *Século XIX. A Revolução Cultural em Portugal e Alguns dos Seus Mestres*. Lisboa.Ática, 1961, pp.104-106

1871- 1885: Impulso Internacional. Bakunine

1) Nos debates no Centro a partir de Julho de 1871 passam a discutir-se temas subversivos como Comuna de Paris, a propriedade colectiva do solo, o fim do direito de herança, a espoliação dos capitalistas. Alguns sócios insurgem-se contra as conclusões dos debates e as iniciativas em curso. Abriu-se uma clivagem entre os que defendiam que o Centro deveria continuar a juntar numa mesma organização patrões, políticos e trabalhadores, assim como numa colaboração com o governo e os que defendem a sua separação em nome de uma transformação social. O governo passa a encarar o Centro como um perigo. A entrada de novos membros, onde predominavam os ligados à Aliança de Democracia Socialista de Bakunine acaba por provocar a debandada dos antigos sócios. Em 1872, a presidência dos Centro é entregue a Sousa Brandão, tendo como secretários Eduardo Maia e Carrilho Videira (republicano federalista). O Centro passa a defender as 8 horas de trabalho, a apoiar o movimento grevista numa tentativa de manter a sua centralidade no movimento operário. A mudança foi tardia, outras organizações vão-se mostrar mais preparadas para o fazer.

Bibliografia: Lázaro, João, "O Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas. Integração e rotura na sociedade liberal portuguesa (1852-1871)", in *Revista Portuguesa de História*, t. L

2) A comissão eleita para a secção da AIT em Barcelona, em 1870, não tardou enviar um apelo aos trabalhadores portugueses para se juntarem à AIT. A carta foi publicada por Anselmo Lorenzo, *El proletariado militante: memorias de un internacional ...*; Mora, Francisco. *Historia del socialismo obrero español. Desde sus primeras manifestaciones hasta nuestros días*. Madrid, 1902

2.1) A Comuna de Paris ocorreu num contexto de da guerra Franco-Prussiana de 1870, em que o movimento mais bem estruturado e com objectivos mais bem definidos do que nas revoluções anteriores. A formação de comunas auto-geridas não ocorreu apenas em Paris, mas foi aqui que os objectivos foram mais longe, como podemos observar em algumas medidas tomadas: 1. Foi aplicado um programa político federal, segundo princípios proudhonianos. 2. Estabeleceu-se um sistema de democracia directa; 3. Os funcionários administrativos da comuna, foram escolhidos pelo povo, e com cargos revogáveis; 4. Fomentou-se a criação de associações, nomeadamente das mulheres; 5. Foi estabelecido o horário de oito horas de trabalho; 6. Promoveu-se um ensino laico, a educação obrigatória e a co-educação dos sexos; 7. Fomentou-se as artes e a cultura; 8. Foi reconhecido o casamento civil e as uniões livres, com o reconhecimento jurídicos igualitário dos filhos nascidos destas uniões; 9. Foi abolido o culto obrigatório da igreja, instituindo-se a liberdade religiosa, caminhando-se para a separação o Estado Igreja; 10. A pena de morte foi abolida; 11. Dado o contexto de guerra foram criadas cantinas populares para evitar o desperdício de alimentos. A comuna acabou esmagada, apontando-se algumas razões: primeiro não se federou com outras comunas que haviam surgido como Lyon, Marselha ou Narbona entre outras. Segundo, o contexto de guerra, em que o revolucionários tiveram que lutar contra o poderoso exército prussiano; Terceiro, o governo francês que fugira de Paris, lutava igualmente contra estas ideias. A verdade é que as medidas tomadas na Comuna de Paris tornaram-se numa fonte de inspiração

3) Oliveira, César, *A Comuna de Paris e os Socialistas Portugueses. Introdução, selecção de textos e notas de César de Oliveira*. Porto. Brasília Editora. 1971. p.60

4) Lorenzo, Anselmo, ob.cit.; Guillaume, James, *L'Internationale: documents et souvenirs (1864-1878)*. Paris. 1905.p.27

5) A questão da Aliança da Democracia Socialista cavou um divórcio entre anarquistas e marxistas, levando à própria extinção da AIT. As conclusões foram publicadas n' *O Pensamento Social*, nº25, 6/10/1872

6) Os elementos que participaram nas primeiras reuniões foram Antero Quental, José Fontana, Batalha Reis (estudante), Eduardo Maia (estudante), José Tedeschi (professor primário) e Francisco Gonçalves Viana (tipógrafo).

7) Bakunine trabalhou em Itália na elaboração de um programa para a Fraternidade Internacional Revolucionária de que se destacam dois textos: *Princípios e Organização da Sociedade Internacional Revolucionária* (1866) e o *Programa da Sociedade da Revolução Internacional* (1868). No seu programa constata a igualdade económica, social dos indivíduos de ambos os sexos. A abolição da propriedade privada e da herança. Combatia todo o tipo de despotismos, preconizou um Estado reduzido a simples funções administrativas. Combatia também o patriotismo, a rivalidade entre as nações...

8) Após Mora e Lorenzo regressarem a Madrid, no final de 1871 participaram com Paul Lafargue, Mesa e Iglésias na criação de uma Federação que se opunha á Aliança de Bakunine.

9) Fonseca, Carlos da, *A Origem da 1ª. Internacional em Lisboa*, p.45-46

10) **Eduardo Maia** (1845-1897), médico, pertenceu ao Centro Promotor de Melhoramentos das Classes laboriosas, Associação Fraternidade Operária, AIT, Aliança da Democracia Socialista, Associação do Registo Civil (1876), Federação Académica de Lisboa. Depois do Congresso de Haia (1872) permanece fiel ao ideal libertário. Colaborou em vários jornais: *O Pensamento Social* (1872), *O Protesto*, *O Revoltado* (1897), etc. Escreveu quatro opúsculos: *A Comuna por um verdadeiro liberal: A origem da 1ª Internacional* (1871); *A Internacional, Sua História, Sua Organização e seus Fins* (1873); *Da Propriedade* (1873) e *Autoridade e Anarquia. Carta ao Exmo Sr. Conselheiro M. Pinheiro Chagas*, (1888). A partir de 1879 adere ao comunismo anarquista de Kropotkine. Em 1887 faz parte do Grupo Comunista -Anarquista de Lisboa e em 1894 do Grupo Revolução Social com J. M. Gonçalves Viana.

11) Fonseca, Carlos, *Integração e Ruptura Operária*, p.170

12) **J. Carrilho Videira** (1845-1905) foi um republicano federalista que se manteve sempre muito próximo do anarquismo. O seu texto "Ao Eleitor", no *Almanach republicano para 1876*, p. 31 defende uma concepção radical da república baseada numa democracia directa de base municipalista. Fundou em 1871 a célebre Livraria Internacional, na Rua do Arsenal, ponto de encontro dos internacionalistas. Co-fundador de jornais federalista como *O Rebate* (1873-1874) ou a *República* (1875) e de muitas outras edições nomeadamente na Biblioteca histórico-científica. Emigrou para Brasil em 1886 onde faleceu.

Para a referência do policia francês: Freymond, Jacques (Dir.), *La Première Internationale. Les conflits au sein de l'Internationale, 1872-1873*. Tomo III. Genève. 1971, p. 416

13) A nota foi assinado por França, J.C.N e Eduardo Maia, *O Pensamento Social*, nº.16, Junho de 1872.

14) Joaquim de Sousa, Manuel, *O Sindicalismo em Portugal*, pp.40-41

15) **João Bonança** (1836-1924). Foi ordenado padre em 1861, nove anos depois abandonava a Igreja católica, não sem antes ter provocado a ira da Igreja. Quando o fez já se distinguiu pelos seus artigos em defesa de uma ampla liberdade da imprensa, de associação e reunião, o estabelecimento do registo civil, a abolição da pena de morte, a descentralização administrativa, etc. Passou a criticar abertamente a Igreja Católica, tendo aderido à maçonaria. Proudhoniano defende uma república federal, o associativismo e a formação de cooperativas de consumo.

Em 1872 terá participado na constituição de uma segunda Aliança (Carlos da Fonseca, *A Origem da Primeira Internacional em Lisboa*, p.46), com o intuito de controlar a AIT. Manobra que foi prontamente denunciada o que terá levado ao fim desta Aliança. Fundou Associação Protectora do Trabalho Nacional (1871) e o jornal *O Trabalho* (1872) e depois a *República Federal*. O seu republicanismo federalista teve uma enorme influência na difusão na imprensa do Algarve.

João Bonança publicou neste período duas obras onde é bem evidente a influência de Proudhon: *Carta do Sr. Duque de Saldanha sobre o casamento civil* (1865); *Questões de Atualidade* (1868); *A Religião e a Política* (1870); *O Século e o Clero* (1872); *Da Reorganização Social aos Trabalhadores e Proprietários* (1875); etc.

Bibliografia: Baptista, José Alberto, *João Bonança na Cultura do seu Tempo*. Lisboa. Edições Colibri. 2010; Revista Occidente, Vol. XII, nº376, 1 de Junho de 1889.

16) **Caetano Albuquerque Moniz e Sousa** (1820-1881), Conde de Peniche, Marques de Angeja é um típico cacique da alta nobreza em Portugal. Nos seus palácios de Lisboa, em particular o de S. Lazáro, entretinha-se organizar comícios e movimentos sociais e militares para derrubar governos, envolvendo os estratos mais baixos da população. Atribui-se-lhe a autoria de movimentos como a Janeirinha (1868), Saldanhada (1870) e a Pavorosa (1872), na sequência do qual refugiou-se em Madrid. Regressou a Portugal em 1877 quando foi amnistiado.

Bibliografia: Dória, Luís Manuel Perdigão, *Correntes do Radicalismo oitocentista: O caso dos penicheiros, 1867-1872*. Lisboa. ICS. 2004

17) **Paul Lafargue** desde que chegou a Portugal, no dia 9 de Agosto de 1872, desenvolveu uma intensa campanha para combater a influência dos anarquista. Bibliografia: Santos, Fernando Piteira, “Paul Lafargue e os Inícios do movimento socialista em Portugal”, in *Liber amicorum de Vasco Magalhães-Vilhena organizado por Eduardo Chitas e Hernâni A. Resende: Filosofia. História. Conhecimento. Homenagem a Vasco de Magalhães-Vilhena*. Editorial Caminho. Lisboa, 1990.

18) Eduardo Maia proferiu várias conferências em 1873 sobre a questão da propriedade, nomeadamente na *Federação Académica* de Lisboa.

19) Teófilo Braga acusa José Fontana (1840-1876) de ter impedido durante largos anos a criação do Partido Republicano ao promover o abstencionismo, a primazia dada às questões sociais sobre as disputas eleitorais, mas também na divulgação das ideias socialistas e AIT em Portugal. “O suíço José Fontana não foi alheio a este modo de ver que anulou o partido republicano: lutando com o espírito de inércia dos nossos, incitava-os para o trabalho doutrinário, imprimia-lhes os escritos, fornecia-lhes as actas dos congressos da Associação Internacional do Trabalho, os jornais estrangeiros dos grupos socialistas, e foi aproveitando essa inércia, que fez as conversões ao socialismo. Com esse intuito doutrinário fundou as Conferências Democráticas, inauguradas no Casino em 1871 por Antero de Quental”, in *História das Ideias Republicanas em Portugal*. Lisboa. 1880, p.90 (2ª. Edição). Fontana antes de emigrar para Portugal foi membro do Conselho Geral da AIT, na qualidade de secretário para a Itália (1864-1865). Em Portugal destacou-se logo no Centro Promotor, na criação da Secção da AIT em Portugal (1871), na fundação da Fraternidade Operária (Janeiro de 1872), do qual foi secretário-geral. Com Sousa Brandão foi um ativo organizador do movimento cooperativo.

20) Pereira, Julio Maximo, *Alcoy e Guimarães*. Porto. 18 de Agosto de 1873. Typographia da Empreza Popular.

21) Bibliografia sobre as greves: Tengarrinha, José, *Lutas Laborais e Formação da Classe Operária Portuguesa*. Centro de História. UL. Lisboa. 2021; idem, “As Greves em Portugal: Uma Perspectiva histórica do século XVIII a 1920”, in *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981. .

22) Bibliografia: Mónica, Maria Filomena, *A Formação da Classe Operária Portuguesa. Antologia da Imprensa Operária (1850-1934)*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 1982; idem, *Artesãos e Operários. Indústria, Capitalismo e Classe Operária em Portugal (1870-1934)*. ICS-UL. Lisboa. 1986

23) Oliveira, César de, *13 Cartas de Portugal para Engels e Marx*. Iniciativas Editoriais. Lisboa. 1978.

24) Oliveira, César de, *13 Cartas de Portugal para Engels e Marx*. Iniciativas Editoriais. Lisboa.

25) Oliveira, César de, *O Socialismo em Portugal. 1850-1900*, Lisboa, 1973, p.159

26) Ermelindo António Martins (?-1884), metalúrgico.

27) Guimarães e Castro, Maria João de Abreu Mena, *O Operário (1878-1882) e o Movimento Socialista no Porto*. Faculdade de Letras. U. Porto. 1999

28) A ideia de apoio-mútuo acabará por corporizar-se no movimento cooperativo. Campos Lima em "A Revolução em Portugal" incorpora o cooperativismo na estratégia anarquista. António Sérgio a partir dos anos quarenta estabelecerá sob este princípio uma organização social solidária à margem do Estado.

29) Entre os historiadores marxistas que se debruçaram sobre o assunto, destacam-se Victor de Sá e Alfredo Margarido. O primeiro estudou a difusão das ideias de Proudhon para rastrear a emergência de ideias marxistas entre os seus opositores. O segundo listou as razões pelas quais Proudhon se constituiu num obstáculo as ideias de Marx, mas também algumas particularidades "psicológicas" do povo português: os portugueses eram muito sensíveis ao apelo à energia individual, recusam os discursos "fechados" (obscuros de Marx) assim como a centralização da ação. A razão principal é todavia outra: moral !.

"Pode de facto dizer-se que a prática socialista portuguesa considerava acima de tudo os valores morais, condenando a propriedade em nome da justiça, como fazia Proudhon. Daí a sua denúncia da propriedade como fonte de rendimento sem trabalho, quer se tratasse de aluguer, da renda, do lucro ou do juro. Aceitava-se e sublinhava-se assim o facto de a propriedade ser um roubo, quando a a estrutura social se recusava a considerar a noção de produção social colectiva.

"Como Proudhon, a grande maioria, ou até a totalidade dos socialistas portugueses pretendia quase exclusivamente eliminar o "lado mau" do capitalismo, mas não destruí-lo.", Alfredo Margarido, *A Introdução do Marxismo em Portugal (1850-1930)*, Lisboa, 1975, p.34

30) **José Martins Gonçalves Viana** (1875 -?), natural de uma aldeia perto de Viana do Castelo, serralheiro. Fez parte da ATRP e depois da Associação União dos Trabalhadores (AUT). Foi dirigente do Partido Socialista de cuja orientação política se afastou em Julho de 1877. Colaborou n' *A Voz do Operário*, *O Operário*, *O Trabalhador*, *O Eco Metalúrgico*, *O Tripeiro*, etc. Fundou a *Revolução Social* (1897). Obras: *O Anátema* (1891), *A Evolução Anarquista em Portugal* (1894), *11 de Novembro de 1887*, prefácio (1896). Ter-se-á aproximado do movimento operário católico, tendo colaborado nos jornais *A Palavra* e *O Grito do O Povo* (cfr. Policarpo, João Francisco de Almeida, *O Pensamento Social do Grupo Católico de A Palavra*. Coimbra. Universidade de Coimbra, 1977. p.230). Uma aproximação que terá feito também em relação aos evangélicos (Pereira, Gaspar Martins, *Famílias Portuenses na Viragem do Século (1880-1910)*. Porto. Afrontamento. 1995, p.199

31) **José António Pinto Barbosa** (?- 4/08/1926) publicou um prospecto - *O Movimento* -, cuja sede era na casa de José Pereira de Sampaio (Bruno), na Rua do Bomjardim. Participou em Abril de 1886 com Viterbo Campos na Conferência de Elisée Reclus que deu no Porto. Em 1890, no Salão da Laboriosa com o "Grupo Anarchista" realizou várias conferências. Prosseguiu na sua ação de propaganda tendo sido agredido pelos socialistas em 1913 e 1917 .

31.1) **António Henriques Verdial** (?-1898), colaborou com Pinto Barbosa na UDS, na fundação em 1885 da Associação de Classe dos manipuladores de tabacos.

32) **Ermelindo António Martins** (1843 - 18/07/1884), serralheiro. Originário de uma pequena aldeia próxima de Viana do Castelo veio para o Porto em 1857, onde ficou aos cuidados do seu tio (serralheiro). Uma família com envolvida no movimento associativo desta cidade. Integrou como muitos outros anarquistas a amalgama do Partido Socialista do qual foi um destacado elemento. Membro da Associação dos Trabalhadores do Porto, do Centro Eleitoral Operário da Cidade do Porto (1879), fundador da AUT (1881-1884). Colaborou no jornal *O Operário*. Bibliografia: Guimarães e Castro, Maria João de Abreu Mena, *O Operário (1878-82) e o Movimento socialista no Porto*. Universidade do Porto. Tese. 1999

33) Gonçalves Viana registou que entrara na ATRP no Porto, em 1875, onde encontrou os irmãos Alecrim e Teixeira, um dos irmãos Verdial, os primos Martins entre outros operários. Viana, J.M.

Gonçalves, "Aspirações Populares - Subsídios", in *O Tripeiro*. III Série. Vol. V e VI, Porto. 1926-1927. p.292

34) A Federación de Trabajadores de la Región de Española, de influência anarquista, no princípio dos anos oitenta do século XIX, empreendeu uma larga acção de organização dos trabalhadores rurais da Andaluzia e Extremadura, o que inquietou os grandes latifundiários. A Guardia Nacional não tardou a inventar que todos os roubos e assassinatos que ocorriam tinham sido executados por uma organização anarquista denominada "Mano Negra". Um coronel da policia, "descobriu" em 1883 numa casa abandona documentos com mais de dez anos e existência da "La Mano Negra, com o"Regulamento de la Sociedad de Pobres, contra sus ladrones y verdugos, Andaluzia". Era a prova que a organização secreta existia e dos meios violentos da sua actuação. Foi o bastante para iniciarem uma feroz perseguição aos anarquistas, procurando aniquilar a organização dos trabalhadores rurais. Milhares de trabalhadores são presos em Jerez e Cádiz entre Fevereiro e Março de 1883. A 14 de Junho de 1884 são executados sete anarquistas, na praça do Mercado de Jerez: Pedro Corbacho Lagos, Francisco Corbacho Lagos, Juan Ruiz y Ruiz, Gregorio Sánchez Novoa, Bartolomé Gago de los Santos, Cristobal Fernandez Torrejón e Manuel Gago de los Santos. Cayetano de la Cruz, suicidou-se. Seis outros foram condenados a prisão perpétua. Ao longo de décadas as famílias destes anarquistas foram vítimas de perseguições e marginalização social. O nome Mano Negra, escolhido pela policia, nos contos populares, simbolizava o sangue "negro" dos judeus, hereges e perigosos políticos. Bibliografia: José de Carvajal y Hué. *La Mano Negra*. Madrid. 2017; Clara Eugenia Lida, *La Mano Negra: Anarquismo agrario en Andalucía* (1972).

1886-1910: Movimento Anarquista. Kropotkin

1) Os debates nas cortes são ilustrativos do avanço do conhecimento do anarquismo em Portugal. No debate da câmara dos deputados, a 16/03/1883, fala-se já de uma temerosa propaganda anarquista que se estava a difundir na Europa, mas que em Portugal "Não encontra alicerces nem nos costumes nem das tradições". Em todo o caso, neste debate sobre a educação, advertia-se que não se poderia permitir que um dia "em qualquer rua de Lisboa se fundasse um colégio de anarquistas em que se ensinasse o desprezo de Deus; o desprezo da propriedade; o desprezo, enfim, de todos os princípios fundamentais das sociedades civilizadas". O debate de 9/03/1885, sobre os pobres lavradores portugueses, afirma-se que apesar da miséria, eles não fazem greve, não sabem impôr-se aos poderes públicos, não são anarquistas, nem dinamitista, nem tem a *mão negra*.

Face a estas mudanças no anarquismo, a anarchia de Proudhon nos debates nas cortes deixou de se identificar com dos anarquistas. Tornara-se um filósofo aceitável, estudado e até citado. O deputado Luiz José Dias, ao argumentar filosoficamente que não era possível separar o Estado da Igreja, a 8/05/1885, sustenta que nos pressupostos Proudhon parte tem razão em afirmar que a "propriedade é um roubo". Que o seu "sistema de anarchia é "perfeito e rigorosamente lógico", mas só seria concretizável se os homens fossem "anjos". Oliveira Martins, a 8/06/1887, acentua o perigo do novo anarquismo. O socialista que defendia, opunha-se à luta de classes, protegia tanto os operários, os lavradores, como os capitalistas e os negociantes, e tinha como referência personalidades como Bismarck. O outro socialismo, o anarquista, tem "com lema a protecção exclusiva e por vezes insensata dos interesses das classes operárias, e a exaltação opressora do que chamam o quarto estado". Neste sentido, haveria que distinguir o "socialismo" do "anarquismo". O atentado a Pinheiro Chagas a 7 de Fevereiro de 1888, como veremos, obrigou os deputados e pares a saírem das banalidades que afirmavam sobre o anarquismo. Uma coisa era certa, as ideias políticas de Proudhon eram aceitáveis, as novas não. No debate de 10 de Fevereiro de 1896, o então ministro da Justiça na Câmara dos Deputados, sobre os novos anarquistas afirma: "As ideias de Proudhon sobre anarchia, que serão seguramente conhecidas por muitos cavalheiros que compõem esta câmara, não se confundem com as teorias propagadas por Vaillant, Ravachol, por Pallas e outros corifeus notáveis da propaganda anarquista" (p.256).

1.1) **João António Cardoso** (caixeiro, 1868-?), natural de uma aldeia perto de Viana do Castelo. O *Protesto Operário* nº. 213, de 11 de Abril, onde Cardoso fazia parte da redação, assinala que Reclus estava em Lisboa "há oito dias". Reclus e ficou hospedado na casa de João António Cardoso. Na sequência da bengalada de Fevereiro de 1888 foi preso. Após sair da prisão, não arrançando trabalho em Lisboa foi para o Porto, empregando-se na Fábrica Menéres, Monchique, onde existia um núcleo de operários anarquistas rolheiros. Não tardou a entrar em conflito com J. M. Gonçalves Viana que o acusou de querer liderar o movimento no Porto. Em Abril de 1889 publicou no Porto, como se fosse de Lisboa, um jornal com o título *O Rebelde*, semelhante *A Revolução Social*. Depois terá tentado acabar com este jornal. Não o conseguindo lançou *A Revolta*. Alimentou a polémica com J. A. Gonçalves Viana em jornais como *A Voz do Artista* (Coimbra) e em *O Radical* de Felizardo Lima, segundo o qual terá perdido a credibilidade quando se casou em 1898 (?) Pela Igreja.

2) "Elisée Reclus, carta a Jacques Gross (Clarens, 16/05/1887)", citada por Carlos da Fonseca, Reclus, *Seara Nova*, nº 1545, Julho de 1974.

3) Na imprensa operária desde o início dos anos oitenta surgem com alguma frequência artigos de anarquistas, nomeadamente da sua ação em França.

O *Protesto Operário*, órgão do Partido Operário Socialista, alguns socialistas reagem ao perigo da "seita anarquista" (21/01/1883), mas outros no mesmo jornal fazem aberta propaganda do seu ideário. Publicam uma extensa biografia de Kropotkin (5/08/1883), o Programa e Regulamentos da Aliança da Internacional da Democracia Social (nº47, 1884), criada por Bakunin. Em Janeiro de 1885 informa que aceita assinantes para a *Revue Anarchiste Internationale*. J. A. Cardoso neste ano publica também vários artigos de teor anarquista.

No jornal *A Voz do Operário* a ação dos anarquistas faz-se igualmente sentir. José Francisco da Costa, por exemplo, escreve um artigo intitulado “A Propriedade” n’*A Voz do Operário* (nº145, 23/07/1882), assumindo-se como anarquista. No ano seguinte, notícias sobre o movimento anarquista e anarquistas são mais frequentes (números 175 e 180). Tecem-se críticas às “cooperativas como solução social” (nº212).

J. M. Gonçalves Viana, em 1885, no jornal *A Voz do Operário*, inicia uma verdadeira ação de propaganda anarquista, historiando nomeadamente o que se tinha feito e urgia fazer. Ataca republicanos, socialistas e os falsos anarquistas: *O Proletariado Português* (315, 8/11/1885); *Reacção* (317, 22/11/1885); *Organização e Propaganda* (318, 29/11/1886); *Os Heróis e Martires* (319, 6/12/1885); *Organização e Propaganda* (321, 20/12/1885);

Ação de propaganda que prossegue ao longo de 1886: *A Política Militante*. Revista Retrospectiva (323,3/01/1886); *A Política Militante.Os Republicanos* (324, 10/01/1886 e nº325, 17/01/1886); *A Política Militante. Vida Nova* (326, 24/01/1886); *A Política Militante* (327, 31/01/1886); *A Política Militante. Os Direitos do Homem* (329, 14/02/1886); *A Situação dos Trabalhadores* (330, 21/02/1886); *A Política Militante* (331, 28/02/1886); *As Associações Operárias do Porto e o Conflito entre Braga e Guimarães* (333, 13/03/1886); *Pronúncios* (334, 21/03/1886); *Paris de 18 de Março a fim de Maio* (335,28/03/1886); *A Crítica da História* (336, 4/04/1886); *A Política Militante* (338, 18/04/1886);

No artigo *A Política Militante* (339, 25/04/1886), sintetiza os artigos anteriores: “Na nossa viagem á roda do mundo político português, vimos o que valiam para o povo os partidos, ou bandos políticos burgueses, desde os chamados conservadores, que, mais tempo tem estado de posse do poder, até aos republicanos ou mesmo aos socialistas burgueses, autocratas ou como lhe queiram chamar”. Propõem-se historiar a trajectória das tendências do próprio Partido Operário Socialista. Assinala as duas tendências deste partido, a eleitoralista e a abstencionista. Referindo-se a esta última, escreve: “Temos visto mais de uma vez membros dos mais antigos no movimento operário, preconizar a política cooperativista e no resto dizer, eu cá sou anarquista”.

O Paraíso (nº343, 23/05/1886); *O Paraíso* (344, 30/05/1886); *O Movimento Político e Social* (348, 27/09/1886); *Em Face da História* (350, 11/07/1886); *Movimento Operário* (356, 22/08/1886); *Os Homens e a Natureza* (358, 5/09/1886); *A Cruzada Moderna. I* (360, 19/09/1886); *A Cruzada Moderna. II* (361, 26/09/1886); *A Cruzada Moderna. III* (362, 3/09/1886); *A Cruzada Moderna. IV e V* (364,17/10/1886), Sobre a organização sindical anarquista em Espanha; *O Proletariado Português* (367, 7/11/1886); *A Claridade... Burguesa* (368, 14/11/1886); *A Cruzada Moderna. VI* (371,5/12/1886); ...

Em 1887 os artigos de J.M. Gonçalves Viana n’*A Voz do Operário* tornam-se mais incisivos definindo um claro programa de ação:

A Cruzada Moderna. IX (380, 6/09/1887); *A Cruzada Moderna. X* (381, 13/02/1887); *A Cruzada Moderna. XI* (382, 20/02/1887); *A Cruzada Moderna. XII* (384, 6/03/1887); *A Cruzada Moderna,. XIII* (385, 13/03/1887); *A Cruzada Moderna. XIV* (387, 27/03/1887); *A Cruzada Moderna. XV* (10/05/1887); *A Cruzada Moderna. XVI* (390, 17/04/1887).*A Cruzada Moderna. XVII* (391, 24/04/1887); *A Cruzada Moderna. XVIII* (394, 15/05/1887); *A Cruzada Moderna. XIX* (395, 22/05/1887); *A Cruzada Moderna. XX* (396, 29/05/1887); *A Cruzada Moderna.XXI* (397, 5/06/1887); *A Cruzada Moderna. XXII* (398, 12/06/1887); *A Cruzada Moderna. XXII* (400, 26/06/1887); *Questões Sociais: Horas de Trabalho* (401, 3/07/1887 e 405, 31/07/1887; 406, 7/08/1887; 408, 21/08/1887; 409, 28/08/1887; 410, 4/09/1887; 411, 11/09/1887);

Theoria Praticável (412, 18/09/1887) este artigo foi comentado e refutado pela redação do jornal, abrindo uma clara ruptura com a mesma.

Questões sociais.X. O Colectivismo (413, 25/09/1887); *Questões Sociais. XI, Confrontos* (414, 2/10/1887); *A Protecção e Filantropia Pública* (418, 30/10/1887); *Questões Sociais.XII* (419, 6/11/1887); *Considerações*. Artigo onde J. M.Gonçalves Viana refuta os comentários ao seu artigo “*Teoria Praticável*” (421, 20/11/1887).

Na revista *O Tripeiro* (3ª. Série, Porto), em 1926 e 1927, publicou 28 artigos com o título “Aspirações Populares - Subsídios” escreve a historia das organizações operárias e do movimento anarquista no Porto: III Série. Ano I (1926): 15 de Agosto - Pág. 246 - I; 15 de Setembro - Pág. 280 - II; 1 de Outubro - Pág. 292 - III; 1 de Novembro - Pág. 322 - IV; 15 de Novembro - Pág. 348 - V; 1 de Dezembro - Pág. 364 - VI; 15 de Dezembro - Pág. 380 - VII; III Série Ano II - (1927): 1 de Janeiro - Pág. 6 - VIII; 1 de Fevereiro - Pág. 43 - IX; 1 de Março - Pág. 74 - X; 15 de Março - Pág. 87 - XI; 1 de Abril - Pág. 106 - XII; 15 de Abril - Pág. 122 - XIII; 1 de Maio - Pág. 141 - XIV; 15 de Maio - Pág. 156 - XV; 1 de Junho - Pág. 172 - XVI; 1 de Julho - Pág. 205 - XVII; 15 de Julho - Pág. 218 - XVIII; 1 de Agosto - Pág. 235 - XIX; 15 de Agosto - Pág. 250 - XX; 1 de Setembro - Pág. 268 - XXI; 15 de Setembro - Pág. 279 - XXII; 1 de Outubro - Pág. 301 - XXIII; 15 de Outubro - Pág. 314 - XXIV; 1 de Novembro - Pág. 331 - XXV; 15 de Novembro - Pág. 344 - XXVI; 1 de Dezembro - Pág. 364 - XXVII; 15 de Dezembro - Pág. 383 - XXVIII.

J. A. Cardoso, n`O *Protesto Operário* escreveu vários artigos, como *Devassidão* (29/11/1885), *A Guerra* (24/05/1885), *O Dia d’Amanhã* (28/06/1885), *Cholora* (19/07/1885), *Artes Texteis* (10/01/1886). No início de 1887 passa a escrever para *A Voz do Operário* : “*Considerações*” (379, 30/01/1887), onde aborda as “conferências contraditórias” onde anarquistas e socialistas se confrontaram; *Considerações* (380, 6/02/1887); *Crónica de Braga* (377, 16/01/1887); “*Crónica de Braga*” (390, 17/04/1887); “*Crónica de Braga*” (391, 24/04/1887); “*Resoluções e Reclamações*” (397, 5/06/1887); “*As Artes da Construção Civil*” (399, 19/06/1887); “*As Artes da Construção Civil*” (400, 26/06/1887);

Educação Revolucionária.I (401, 3/07/1887), *Lei e Autoridade* (404, 24/07/ 1887 e 405, 31/07/1887) estes artigos são comentados e refutados pela redação do jornal.

A Redação da *Voz do Operário*, em Julho de 1887 critica as ideias de J. A. Cardoso e em Setembro as de J. M. Gonçalo Viana. Em Novembro recusam-se a publicar mais textos da sua autoria: Numa carta da redação dirigida a Gonçalves Viana, afirmam recusar-se a servir de “baluarte para a defesa das ideias anarquistas” (422, 27/11/1887) .

4) Fonseca, Carlos, “Prefácio e Notas”, *A Evolução anarquista em Portugal...*, 1975, p.32. Trindade Coelho, no *Manual Político do Cidadão Português* (2ª edição, 1908, pp.675-678) afirma que a autoria do manifesto de 1887 forma obra dos dois “chefes” do movimento anarquista na altura: João António Cardoso em Lisboa e a J. M. Gonçalves Viana no Porto, ambos oriundos de aldeias próximos de Viana do Castelo.

5) Rodrigues, João Daniel Dias, *O Protesto Operário e o Socialismo em Portugal (1882-1894)*. FL-Universidade do Porto. 2018

6) Kropotkine o anarquistas mais traduzido e provavelmente mais lido em Portugal. Numa linguagem clara, concreta e ilustrada com exemplos procurou explicar com deveria ser organizada a sociedade comunista. Primeiras edições de obras traduzidas : *A Anarquia na Evolução Socialista* (Porto, 1887), *O Governo Revolucionário. Considerações do Tradutor* (1892); *A Conquista do Pão* (Porto, 1895); *A Moral Anarchista* (Coimbra, 1901); *Á Gente Nova* (Lisboa, 1904); *Um Século d’Expectativa: 1889-1889* (Porto, 1904); *Em Volta da Minha Vida: Memórias* (Lisboa, 1907); *A Anarchia. A sua Filosofia- O seu Ideal* (1908); *O Terror da Rússia: Um apelo à nação Britânica* (1909?); *Palavras d’Um Revoltado* (Lisboa, 1912); *Sindicalismo e Parlamentarismo* (Lisboa, 1913); *A Grande Revolução* (Lisboa, 1913); etc.

7) Freire, João, “Proudhon, o anarquismo e o movimento operário”, in Manuel Gama (Org. e Introd.), *Proudhon. No Bicenténario do seu Nascimento*. Universidade do Minho. 2009

8) **Manuel Joaquim Pinto**. Ex-cabo de Infantaria 5, professor do ensino livre, segurando o jornal *A Revolução Social* desferiu a Pinheiro Chagas uma bengala por um artigo insultuoso que este publicara sobre Louise Michel. Em Lisboa o jornal *O Repórter* desencadeou um alarido na imprensa da época. No Porto, o jornal *O Norte*, revelou que Manuel Joaquim Pinto era colaborador d’A Revolução Social o que conduziu a prisões a norte. Bibliografia essencial sobre a bengalada: *O Processo dos Anarquistas de Lisboa*. Publicação do Grupo anarquista. tip. Phenix. 1888; *Renovação*, nº.14, 1926; Medina, João, “Pinheiro Chagas, a virgem vermelha e a bengala

do anarquista (A agressão a Pinheiro Chagas na Imprensa lisboeta da época)", *Seara Nova*, Janeiro de 1974; etc.

9) José de Sousa também conhecido por José da Escada, destacava-se nos comícios dos cigarreiros tendo sido em tempos preso por insultar odiados políticos ao tempo

10) Bibliografia: Chorão, Luís Bigotte, *Para uma História da Repressão do Anarquismo em Portugal no Século XIX, seguido de "A Questão Anarchista" de Bernardo Lucas*, Lisboa, Letra Livre, 2015; Zenha, Francisco Salgado - "Apontamentos sobre a repressão do anarquismo na monarquia (1896-1910)", in *Seara Nova*, Dez. 1969, etc.

11) Eça de Queiroz, "Os Anarquistas", in *Gazeta de Noticias*, nº26, 27 e 28 de Fevereiro de 1894; idem, 26, 27 e 28 de Abril de 1894.

12) Alguns "cientistas" procuravam na altura sustentar que o anarquismo era resultado de uma doença mental. Uma pessoa normal não se revoltava. Consultar o estudo de Luís Bigotte Chorão.

12.1) Manuel da Silva Mendes (S. Miguel das Aves, 1867-Macau, 1931), conclui em 1895 o curso de direito na Universidade de Coimbra. No ano seguinte escreve *Socialismo Libertário ou Anarquismo*, inserindo-se numa corrente individualista do anarquismo. Em 1898 traduz e publica o poema *Guilherme Tell* de Schiller. Participa activamente na imprensa do norte, em particular de Vila Nova de Famalicão, assim como em associações locais. Em 1901 foi para Macau, onde exerce a docência no liceu, tendo como colegas Camilo Pessanha e Wenceslau Moraes. Entrega-se ao estudo das religiões e da cultura oriental, tendo publicado diversas obras: *Lao-Tze e a sua doutrina segundo Tao-te-King* (1908), e postumamente *Barros de Kuang Tung* (1967) e *Arte Chinesa* (1983). Colaborou também na imprensa macaense. A sua visão do anarquismo terá sido prosseguida nos seus estudo sobre o taoísmo. Bibliografia: António Aresta - "Manuel da Silva Mendes e a Poética do Taoísmo", 1990; Manuel da Silva Mendes: historiador do socialismo libertário", *Revista de Cultura*. Macau, n.º 16 (Ou.-Nov.-Dez, 1990; Victor de Sá, "Um Anarquista Famalicense em 1896: Manuel da Silva Mendes, In *Boletim Cultural. V. N. de Famalicão*, n.º 13, 2005, pp. 141-144; Pedro da Silveira - "Silva Mendes: notícias biobliográficas", *Revista Seara Nova*, nº 1446, Abril de 1966; Luís Gonzaga Gomes, *Colectânea de Artigos de Manuel da Silva Mendes*, três volumes, 1949/1950; Amadeu Gonçalves, "Manuel da Silva Mendes com Vila Nova de Famalicão e em Macau: entre o anarquismo e a filosofia oriental", *Boletim Cultural. Vila Nova de Famalicão*, 2007.

13) A conferência contou com a presença de 54 delegações de 21 países europeus (*Diário Ilustrado*, 23/12/1898). Entre as medidas recomendadas estava a troca de informações entre as policias, sobre os estrangeiros que fossem acusados de serem anarquistas e expulsos para o seu país de origem.

14) Chorão, Luís Bigotte, *Para uma Historia da Repressão do Anarquismo em Portugal no Século XIX*, Letra Livre, Lisboa, 2015, pp. 83 a 95

15) Chorão, Luís Bigotte, ob.cit., p.112

16) Chorão, Luís Bigotte, ob.cit., pp.105 e 106

17) Chorão, Luís Bigotte, ob.cit., p.106, nota 383.

18) Fonseca, Carlos da, *Para uma Análise do Movimento Libertário e da Sua História*. Antígona Lisboa. 1988

19) **Manuel Joaquim de Sousa** (Porto,1883 - 1944). Aderiu ao anarquismo por volta de 1900, tornando-se durante décadas uma das suas figuras de referência em Portugal. Colaborou nos jornais *O Despertar* (1902-1905), *A Vida* (1905-1910), *A Aurora* (1910-1920) e outras publicações libertárias. Participou no Congresso Sindicalista de 1909 e no congresso sindical de 1911 foi eleito como secretário-geral da União dos Trabalhadores do Norte. Ainda durante o regime monárquico terá aderido à maçonaria. Obras: *O 1.º De Maio: a sua Origem* (1910?); *Sindicalismo e Acção*

Directa (1911); *O Sindicalismo em Portugal: esboço histórico* (1931); *Últimos tempos de Acção Sindical Livre e do Anarquismo Militante* (1989).

20) A bibliografia sobre a participação dos anarquistas na carbonária é muito extensa. Alguns títulos: Ribeiro, Aquilino, *Um escritor confessa-se*, Lisboa, Bertrand, 2008; Ventura, António, *A carbonária em Portugal, 1897-1910*, Lisboa. Livros Horizonte, 2004; Almeida, Luz de, "A Obra revolucionária da propaganda. As Sociedades Secretas", in Montalvor, Luís de (dir.), *História do Regime Republicano*, Lisboa, Ática, 1932; Abreu, Jorge de, *A Revolução portuguesa* (Lisboa 1910), s.l., Casa de Alfredo David, 1912; José Maria Nunes, *E Para Qué? (Subsídios para a História)*, Lisboa, 1918.

21) Bibliografia essencial: relatório de António Augusto Martins, membro da Carbonária Lusitana, de Coimbra (cfr.: Manuel Alberto Carvalho Prata, *A Academia de Coimbra (1880-1926), Contributo para a Sua História...*).

22) José Nunes era serralheiro na Imprensa Nacional, pertencia ao grupo anarquista "Os Mineiros" era perito no fabrico de bombas.

23) A bibliografia essencial sobre o emprego de bombas desde o final da monarquia ao final da I^a. República: Marques, Tiago Pires, *Crime e castigo no Liberalismo em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005; Cerazales, Diego Palacios, *Portugal à coronhada – Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*, Lisboa: Tinta-da-China, 2011; Carrapato, Júlio, *O Regicídio, o 5 de Outubro de 1910, a I República Portuguesa e a intervenção anarquista*, Loulé: Edições Sotavento, 201; Nunes, José Maria, *A bomba explosiva: depoimentos de diversos revolucionários: 28 de Janeiro de 1908 a 5 de Outubro de 1910*, Lisboa: Livros Horizonte, 2008 (Fac-símile); Neves, Hermano, *Como triunfou a República: Subsídios para a História da revolução de 4 de Outubro de 1910*, Lisboa: Letra Livre, 2010 (Fac-símile); Ventura, António, *A Carbonária em Portugal: 1897-1910*, Lisboa: Livros Horizonte, 2008; Marinho, António Luís; Carneiro, Mário, *Portugal à Lei da Bala. Terrorismo e violência política no século XX*. Temas e Debates.

24) Ribeiro, Aquilino, *Um Escritor Confessa-se*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1974; *Homens de Acção, por Eu* (Silva Vianna), editor Mendes de Almeida, Lisboa, 1909.

25) Fonseca, Carlos, *Introduction à l'histoire du Mouvement Libertaire au Portugal*

26) José do Valle com João Borges surge na capa da revista, *Ilustração Portuguesa*, nº. 255, 9/01/1911, a fabricarem bombas. O seu testemunho está compilado na obra de José Maria Nunes *A bomba explosiva: depoimentos de diversos revolucionários: 28 de Janeiro de 1908 a 5 de Outubro de 1910*, Lisboa: Livros Horizonte, 2008;

27) Ferrão, Carlos, revista *História*, Lisboa, Novembro de 1979

28) Muito se escreveu sobre a ligação dos anarquistas ao atentado, sem nada de conclusivo ter sido apurado. O processo judicial desapareceu de modo aos monárquicos puderam construir a historia mais conveniente dos implicados no regicídio. Os republicanos sempre negaram qualquer envolvimento no caso, As dúvidas sobre a ligação ao anarquismo recaem sobre Manuel Buiça (professor) e não em relação a Alfredo Luis Pereira Costa (1885-1908), carbonário, fundador da empresa "A Social Editora". Júlio Carrapato não tem dúvidas em atribuir aos anarquistas a autoria do atentado (cfr. *O Regicídio, o 5 de Outubro de 1910, a I República Portuguesa e a Intervenção Anarquista*, Faro, Edições Sotavento, 2011). João Freire, pelo contrário, nega esta ligação afirmando que "De entre os 389 processados como suspeitos de envolvimento no caso, poucos foram os anarquistas incluídos na lista: Porém, três dos mais conhecidos, António José de Ávila, Augusto Machado e Miguel Córdoba, foram violentamente espancados nas esquadras de polícia para ver se confessavam o crime"(cfr. Público,). Domingos Rebelo, por exemplo, na onda de perseguições que ocorreu refugiou-se no Brasil. O governo conseguiu a sua extradição por "peculato", dado não ter provas do seu envolvimento no regicídio, e após algum tempo na prisão acabou libertado.

Bibliografia: Ribeiro, Aquilino, *Um escritor confessa-se* (1974); Chagas, João, *Subsídios Críticos para a História da Ditadura*, 1911; Albuquerque, António, *A Execução do Rei D. Carlos*; Revista

“Alma Nacional”, Lisboa, 24/02/1908; Martins, Rocha, *Vermelhos, Brancos e Azuis*; Ferreira do Amaral, *Aclamação*; Ferrão, Carlos, “Onde Pára o Processo do Regicídio”, in *História*, Lisboa, nº13, Novembro de 1979; Dias, Carlos Malheiro, *Entre Precipícios* (1913); Ferrão, Carlos, *História da República*, 1976; Martins, Rocha, *D. Carlos/ História do seu Reinado*, 1926, Samara, Maria Alice; Tavares, Rui, *O Regicídio*. Lisboa. 2008. etc.

29) *Germinal*. Semanário Sociológico, órgão da Federação Socialista Livre, Lisboa. Nº1 -5 de Outubro de 1902. Editor: Thomas Mathias. Colaboradores: Christiano de Carvalho, Bento Faria, Claudio, Ernesto Silva, Faria de Vasconcelos, Firmino Salvochêa, José Luiz da Silva, Magno Sandávil, Mayer Garção, Motta Assumpção, Neno Vasco, Soledad Gustavo, Thomas da Fonseca. Redação: José do Valle. Secretários: Emílio Costa, João Frollo, Ramada Curto e Adelino Coelho. Colaboradores artísticos.

30) Lima, Magalhães, *O Socialismo na Europa*, 1892, pp.334 e segs.; Na revista *Aurora* foram publicados dois importantes artigos reconhecendo esta proximidade: “Magalhães Lima e a sua Aproximação ao Ideal Anarquista”, *Aurora*, nº.3, nov. 1930 e nº.4, dez.1929.

31) **José do Vale** (1880-1927). Ainda muito jovem balançou entre o anarquismo e o socialismo possibilista. Começa a colaborar no jornal *A Obra* (1896), apoiando as posições de Ernesto da Silva. Em 1900 foi expulso com João Borges e Cândido Morais do Grémio Socialista José Fontana. Desde muito cedo combatia nas associações operárias, mas não só. Esteve na origem da carbonária em Portugal. Com Helidoro Salgado, em 1899, fundou a Liga dos Livres Pensadores, sendo um dos seus elementos mais ativos. Desde o início do século XX colabora para vários jornais anarquistas, republicanos, sindicalistas e outros, vindo a abraçar a profissão de jornalista. A policia move-lhe uma constante perseguição, registando mais de 14 prisões em 1908 (Discurso de Afonso Costa na Sessão Parlamentar de 13/05/1908. O poema que lhe foi dedicado era da autoria de José Agostinho, *O Combate*, nº 46, 17/08/1905. Participa no Congresso Sindicalista de 1909, que abriu uma rotura com os socialistas. Foi expulso do Congresso Sindicalista de 1911 devido ao seu envolvimento com os republicanos. Voltou a participar no congresso de 1914, mas a sua voz deixara de ser ouvida com fora no passado.

32) **Bartolomeu Constantino** (Olhão,1863- Lisboa,1916), sapateiro. Figura incontornável no movimento anarquista antes e depois da primeira república, temível orador. Colaborou activamente na imprensa da época como *A Obra*, *A Vida*, *Propaganda*, *Germinal*, *Liberdade*, *O Agitador*, *Libertário*, *A Revolta*, *Aurora*, *A Comuna Livre*, etc. Em 1887 integra a Comissão de Resistência contra a Lei das Licenças para Trabalhar, quando ainda estava ligado ao Partido Socialista. Em 1895 é um dos protagonistas da contestação ao Centenário Antoniano. Em 1897 é o delegado da Associação de Classe dos Distribuidores de Jornais e Obras de Impressão. Nesta altura é já referenciado como um dos mais destacados anarquistas ao tempo. Cofundador da Sociedade de Educação A Questão Social e da Assoc. Instrutiva e Beneficiadora A Obra. Em 1902 participa na criação da Federação Socialista Livre e depois no jornal *Germinal* de Setúbal. Em 1903 e 1904 desempenhou uma relevante missão na organização dos pescadores algarvios, tendo sido preso em Olhão (1904) (*Germinal*, nº.41, 7/08/1904) e nº.43 (21/08/1904). Afonso Costa assumiu a sua defesa em tribunal. Foi libertado em Junho do ano seguinte da cadeia do Limoeiro (*A Obra*, nº.547, 29/07/1905). O poema que lhe foi dedicado era da autoria de José Augusto Castro (*O Combate*, nº33, 17/03/1905). Em 1908 fixou-se em Almada (Mutela) onde participa nas lutas da Federação Corticeira, e integra o braço armado da carbonária. Proclamou a República em Almada. Sobre uma das perseguições que lhe foi movida escreve *A Aurora*: “Quando em 1913, às ordens do tirano Afonso Costa, se desencadeou no país a feroz perseguição aos elementos sindicalistas e anarquistas, Bartolomeu Constantino, refugiou-se aqui (em Coimbra) onde apareceu disfarçado de hortelão, permanecendo cá largo tempo debaixo do nome de João Cruz, tendo mais tarde de retirar para Vidago.” Pugnou pela organização dos anarquistas na organização da Federação Socialista Livre (1901), no Congresso Anarquista de 1911 (era secretário da Federação Anarquista da Região Sul), nas Conferências de 1914 e na criação da União Anarquista Comunista (1915). Em 1912, na sequência da repressão republicana, refugia-se em Vidago- Chaves e aproveita para fundar a União Operária Transmontana. Quando faleceu em 1916 contava 52 anos de idade e 36 prisões por questões sociais (*A Comuna Livre*, nº.6, Fevereiro de 1916). Estava quase cego (*A Questão Social*, nº.3, 16/01/1916). Era casado com **Júlia da Cruz**, professora primária, militante anarquista, co-fundadora, em 1912, da União das Mulheres Anarquistas. Bibliografia: Gonçalves, Gil, “A dez mil léguas da civilização moderna” -

Bartolomeu Constantino e a militância libertária na província", *Mediações*. Revista Online. IHC-NOVA FCSH. Lisboa. Vol. 9, nº1, 2021

33) Fonseca, Carlos da, *O 1.º de Maio em Portugal. 1890-1990*. Crónica de um século. Edições Antígona. Lisboa. 1990; Catroga, Fernando, "Os Primórdios do 1.º do maio em Portugal. Festa, Luto, Luta", in *Revista de História das Ideias*, Vol. II, 1989.

(34) Mónica, Maria Filomena, *Artesãos e Operários. Indústria, Capitalismo e Classe Operária em Portugal (1870-1934)*, Ed. ICS. UL. 1986, pp-142-149.

35) Mónica, Maria Filomena, *O movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*. IN-CM. 1985

36) Cerezales, Diego Palacios - *Portugal à Corunhada - Protesto Operário e Ordem Pública nos Séculos XIX e XX*. Tinta da China. 2011

37) Torres, Eduardo Cintra, *A Greve Geral de 1903 no Porto. Um Estudo de História, Comunicação e Sociologia*. Afrontamento. 2018

38) O movimento grevista costuma ser associado ao início da República quando foi promulgada a lei da greve (1911). Manuel Villaverde Cabral (*Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, Regra do Jogo, 1979, p.210) demonstrou que este movimento começou a partir de 1903. A lei da greve foi a resposta do governo republicano aos movimentos reivindicativos e aos confrontos sociais que continuavam a registar-se e que eram coincidentes com um ciclo de lutas internacionais. O autor refere ainda a melhoria do poder de compra que se verificou em 1904, assim como se criou um clima favorável para uma mudança de regime.

39) Freire, João. "Influences de la Charte d'Amiens et du syndicalisme révolutionnaire sur le mouvement ouvrier au Portugal", In: Miguel Chueca (org.), *Le syndicalisme révolutionnaire, la charte d'Amiens et l'autonomie ouvrière*, Paris, CNT-RP, p. 94-95.

40) Pereira, Joana Dias, "O Sindicalismo Revolucionário em Portugal no Primeiro quartel do século XX", in *Estudos do Século XX*. nº9, Coimbra. 2009.

41) Em 1907, anarquistas e socialistas constituíram em Lisboa um grupo de propaganda e defesa dos interesses dos empregados de hotéis, restaurantes e cafés que se transformou, ano depois, numa associação de classe. A sua principal reivindicação era justamente um dia de descanso semanal. A Lei que o concedeu só foi publicada a 9/03/1911, mas remeteu para as câmaras municipais a sua regulamentação...

41.1) **Alexandre Vieira** (1880-1973). Tipógrafo e jornalista. Participa na fundação de vários jornais operários: *O Lutador* (Viana do Castelo), órgão local da Federação das Associações operárias; o jornal diário *A Greve* em Lisboa (1908); *O Sindicalista* (1910), *O Movimento Operário* (1917), órgão da UON e *A Batalha* (1919), órgão da CGT que dirige até 1921. Deixou a sua colaboração por vários jornais e revistas, para além de vários livros. Foi secretário-geral da OUN. Defendia uma concepção de um sindicalismo revolucionário que se bastava a si mesmo. Em 1928 foi convidado a participar no IV Congresso da Internacional Sindical Vermelha, convite que aceitou. No regresso ficou exilado em Paris até 1932, passando a colaborar em várias publicações, como *Seara Nova*, *República*, *A Voz do Operário* ou *A Terra Minhota*. Foi um activo colaborador da Universidade Popular Portuguesa. Bibliografia: Santana, Emidio, "Alexandre Vieira, director d'«A Batalha», jornal da CGT", *O Jornal*, 12/9/1980; Bento, Paulo Torres, *Alexandre Vieira (1884-1973) de Viana a Caminha*. 2022

42) **Miguel Diaz Cordoba** (-1923), espanhol, sapateiro, fixou residência em Lisboa. Colaborou na imprensa libertária, como *A Obra*, *Novos Horizontes*, *Protesto*, *O Sindicalista*, *A Humanidade*, *Germinal*... Foi preso várias vezes, em 1908, por alegadamente fazer parte de um grupo anarquista (António José d'Ávila, Constantino Mendes (Norte), Adão Duarte e Augusto Machado) apoiou Buiça e Costa no assassinato o rei. Foi expulso para Espanha onde foi de novo preso. Regressou em 1912 a Lisboa. Vivia na Vila Cândida, nº12, r/c, onde também morava Manuel Joaquim de Sousa.

43) Vieira, Alexandre, *Para a Historia do Sindicalismo em Portugal*. Notas preliminares de César de Oliveira. Lisboa. 2º. Edição. 1974

44) **Deolinda Lopes Vieira** (1888-1993). professora primária, pedagoga, sindicalista (professora da Escola Oficial nº.1, Liga de Acção Educativa, Associação dos Professores de Portugal), participou na greve académica de 1907 contra o ditador João Franco, feminista (organização do I e II Congresso Feminista e de Educação- 1924 e 1928, Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas-1914-1947, etc), fez parte da maçonaria e do movimento de Livre Pensamento (2º. Congresso do Livre Pensamento). Participou activamente na imprensa anarquista (*O Protesto, Guerra Social, Amanhã, Terra Livre*, etc) e em revistas sobre educação (*Educação, Educação Social, Revista de Educação Geral e Técnica, Voz do Professor*, etc). Era casada com **Pinto Quartim**.

45) **António José de Avila** (1853- 6/12/1923), pintor de carruagens. Antero de Quental apresentou-o a João de Deus, cujo método utilizou nomeadamente na formação de adultos. Convicto anarquista foi varias vezes preso: em 1902 por difundir ideias anarquistas (Elvas); em 1908, acusado de ter participado no atentado contra o rei. Durante o sidonismo foi internado no Forte do Monsanto. Foi um dos organizadores da conferência anarquista de 1914, tendo participado a de Maio de 1923 (Alenquer). Fez parte do grupo Semeador, com Adriano Botelho, Augusto Carlos Rodrigues, José Carlos de Sousa, António Altavila e Luna de Carvalho. Colaborou na imprensa libertária. Bibliografia: *A Batalha*, nº10 (5/03/1919).

46) **António Tomás Pinto Quartim** (Rio de Janeiro, 1887-1970). Em 1905 ingressou na Faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, sendo expulso dois anos depois devido a ter participado na Greve Académica, o que o leva dedicar-se ao jornalismo: Colaborou n' *A vida* (1905-1910), n' *O Século* (1908). Funda e dirige *O Protesto* (1908-1909), chefia a revista *Amanhã* (1909), colabora no jornal *A Greve* (1908-1917). Após a implantação da República afirma-se como um dos maiores notáveis jornalistas libertários. Funda e dirige a revista *Terra Livre* (1913). No Brasil colabora na revista *A Vida* (1914-1915), n' *A Voz do Trabalhador* (órgão da Confederação Operária Brasileira). No regresso colabora n' *O Século* (1915), *A Aurora* (1917), *O Movimento Operário* (1917-18), *Cultura Popular- boletim do Ateneu Popular* (1919), *A Batalha* (chefe de redacção), *A Pátria* (1920), *A Tarde* (1923), *A Ideia Nacional*, *O Globo* (1930), *O Rebate*. Entre 1930 e 1936 viveu em Angola, onde colaborou no jornal *A Província de Angola, Última Hora* e n' *O Planalto*. No regresso colaborou n' *O Diabo* (1934-1940), *O Primeiro de Janeiro* (chefe da redacção de Lisboa, 1945-1960 ?). Era casado com Deolinda Lopes Vieira, professora na Escola-Oficina nº.1.

Livros e folhetos: *Vítimas da Guerra* (conto, Lisboa, 1906); *Mocidade Vivei!* (Lisboa, 1907); *Libertai-Vos!* (1908); *Eu e a Questão Universitária*; *Falar é semear*; *O Sindicalismo e os Intelectuais*; *Ao Trabalhador Diferente*, s.d. *Mulheres*, s.d., s.l.; *Trezentos Contos* (peça de teatro satírica, em 4 quadros)(Luanda, 1934); *A Lenda e o Processo do Estranho Caso Pauling* (novela) (Luanda, 1935).

Traduções: *Ao Meu irmão Camponês*, Reclus (1908), *Como Não Ser Anarquista*, J. Cuenca (1909), *A Ficção "Deus"*, Dikran Elmassian, etc.

Bibliografia: Marques, João Carlos, *Um Indesejável além-mar: Pinto Quartim e o movimento libertário nos dois lados do Atlântico (1887-1930)*. Tese doutoramento. ISCTE. 2020; MEDINA, João. "Um semanário anarquista durante o primeiro Governo de Afonso Costa: "Terra Livre". *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3, pp. 735-765; *Boletim de Estudos Operários*, 1 (maio de 1982) e 2 (Dez.1982).

47) Paz, Ana (2000). *Amanhã: uma revista anarquista em 1909*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (documento policopiado).

48) **José Carlos de Sousa** (1886 -1935). Professor, contabilista. Foi professor e director na Escola-Oficina nº1. Ensinou línguas em escolas particulares. Colaborou na *Aurora, Comuna, Terra Livre, Sementeira, A Batalha* e seu Suplemento, *A Sementeira*, revista *Educação Social*, etc. Participou na conferência anarquista de 1923, na fundação da UAP. Colaborou activamente na **Universidade Popular Portuguesa**, exercendo a função de secretário-geral entre 1924/5 e 1934.

Sucedeu-lhe no cargo Adriano Botelho, ambos pertenciam ao grupo anarquista *Semeador*.
Bibliografia: Botelho, Adriano, "José Carlos de Sousa", *A Ideia*, nº8, Outubro de 1977;

49) Bibliografia: Fernandes, Rogério, "Las Universidades Libres y Populares en Portugal y el Problema de la Cultura Popular", *Historia de la Educación. Revista Interuniversitaria*. Salamanca. Ediciones Universidad de Salamanca; Bandeira, Filomena (1994). *A Universidade Popular Portuguesa nos anos 20. Os intelectuais e a educação do povo: entre a salvação da República e a Revolução Social*. Diss. de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX (Secção do Século XX). 2 vols Lisboa. FCSH. UNL Neves, Marlene Oraide Marcelino (1996). *As Universidades Populares Portuguesas no seu período áureo: 1ª República. Contribuição para o estudo das suas concepções educacionais e filosóficas*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho: Instituto de Psicologia e Educação, Quintas, Maria da Conceição (2000). *A Universidade Popular de Setúbal*. O Distrito de Setúbal, no 2918, 15-08-2000; Id., no 2919, 22-08-2000; no 2920, 29-08-2000. Quintanilha, A. (1925). *A Universidade Livre de Coimbra*. Coimbra: Edição da Universidade Livre.

50) Ventura, António, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal...*, p.40

50.1) A igreja católica começou por condenar a liberdade concedida à imprensa, vendo nela um perigo capaz de gerar convulsões sociais. Aconselhou os católicos a submeterem-se aos seus bispos, lendo o que estes lhes recomendavam, a chamada "imprensa católica". No final do século XIX estava já difundido este conceito com um número apreciável de jornais e revistas, sobretudo a norte do Mondego. Para uma análise global: Azevedo, Joaquim; Ramos, José, "Inventário da Imprensa Católica entre 1820 e 1910", *Lusitânia Sacra*, 2ª. série, 3, pp.215-264, 1991

51) Bibliografia essencial: "A Contestação ao Centenário Antoniano de 1896", in *Lusitânia Sacra*, tomo VIII-IX, 1996/7.

51.1) Arranja, Álvaro, "Germinal de Setúbal (1903-1913)", *A Batalha*, nº145, Maio-Junho, 1994

52) **Carlos Augusto Nobre**, algarvio, teve uma barbearia, na rua dos Mártires da Liberdade onde, em Novembro de 1901, lançou o jornal *O Proletário*. Em Maio de 1904 publica o jornal *O Clarão*, de oito páginas, tendo na capa uma ilustração de António José da Silva. O conteúdo era um violento ataque à religião. A polícia aprendeu muitos dos seus exemplares, mas não todos. Preso foi ilibado da acusação de ser um criminoso. Em Agosto de 1909 volta a publicar *O Clarão*, com uma gravura de Kropotkine. Em Novembro publica o nº. dois, agora com uma ilustração de Ferrer. O nº. 3 surgiu em Janeiro de 1912 e nº.4 em novembro. Em 1913 surge o nº. 5. Em Fevereiro de 1914 publica o nº. 6 e Agosto o nº. 7. A revista publicava lições de esperanto Carlos Nobre trabalhava nesta altura na papelaria da Batalha tendo-se retirado para Lisboa.

53) Machado de Abre, Luís - "O Programa Anticlerical de Tomás da Fonseca", in *Revista Lusófona de Ciências das Religiões*, nº20 (2017)

54) Freire, João, "Entre a Cruz e o Compasso, Os Anarquistas portugueses, a Igreja e a Malçonaria", *A Ideia*, nº55, Inverno. 90/91

55) *Paz e Liberdade*. Revista mensal anti-militarista, sindicalista revolucionária e neo-malthusiana. Nº 1- Julho de 1909. Propriedade e redactor principal: Silva Junior. Redacção e administração: Rua Tomás Ribeiro, Carnaxide, Lisboa.

Sobre a prisão de António da Silva consultar: Tavares, José - Apontamentos sobre os Anarquistas e a Guerra, in, *Utopia* nº11/12 (2001)

56) Freire, João; Lousada, Maria Alexandre, "O Neomalthusianismo na Propaganda Libertária", in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982.

56.1) Afonso Lopes Vieira, poeta precoce, na sua juventude foi um activo anarquista. Foi amigo do anarquista Alberto António da Silva e Costa, *pad Zé*, implicado na explosão da Rua do Carrião (1907) e autor de *Livro do Dr.Assis*. Afonso Lopes Vieira traduziu o folheto em *À Gente Jovem* de Kropotkine (1904). Terá tido em Paris uma paixão por uma sobrinha de Kropotkine. Obras que

reflecte a influência libertária: *Marques* (1904). Era leitor d' *A Batalha* e Alexandre Vieira era o seu amigo e revisor preferido das suas obras. Veio mais tarde a aderir ao Integralismo. Cfr. João Medina, "Afonso Lopes Vieira Anarquista", *Diário Popular*, 29/6/1978.

57) César Porto (1873-1944). Professor, jornalista, escritor e tradutor. Maçon. Licenciou-se em antropologia em Paris. Com Adolfo Lima fundou o Grémio de Educação Racional (1909). Professor da Escola-Teatro e administrador do Teatro Juvénia. Foi director da Escola Oficina nº1. Colaborou activamente na imprensa libertária: *Almanaque Cosmopolita* (1899), *A Vida, Lumen*, Educação (1913), *A Batalha, Renovação*, a revista *Educação Social* (1924-1925), etc. Foi preso em 1927, pertencia à Associação dos Professores de Portugal. Na sua vasta obra temos livros de poesia, romance, teatro, pedagogia, ensaio ou política (*A Rússia Hoje e Amanhã. Uma Excursão ao País dos Sovietes*, 1929). Era pai de Manuela Porto (1908-1950), jornalista, encenadora, etc.

Bibliografia: Castelo, Cláudia, "César Porto", *Dicionário de Educadores Portugueses*, dir. De António Nóvoa, Lisboa. Asa, 2003, pp. 1114-1117.

58) Adolfo Lima (1874-1943). Adolfo Godfrey de Abreu e Lima (nome completo), advogado, pedagogo foi um dos mais notáveis anarquistas da sua geração. Maçónico. Professor do ensino secundário particular e no Liceu Pedro Nunes, foi também chefe dos serviços escolares de A Voz do Operário. Foi um activo promotor da renovação do ensino na Escola-Oficina nº1, do Grémio de Educação Racional de Lisboa (1909-1911), no Grupo de Estudos Sociais Germinal de Lisboa (1914-1917), da Escola do sindicato dos metalúrgicos, etc. Colaborou em várias publicações libertárias, como *Lumen, Terra Livre, A Batalha, Germinal*, etc., mas também na imprensa do movimento sindical. Publicou uma vasta obra.

Bibliografia: Candeias, A., "Lima, Adolfo Ernesto Godfroy de Abreu e". In: Nóvoa, A. (Dir.). *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto: Edições ASA, 2003. p. 736-746; Fernandes, Manoela Amaral, *Anos Vinte em Portugal: A Importância de Adolfo Lima para o Teatro, para a Escola e para o Teatro na Escola*. Tese. Faculdade de Letras. UL. 2011; Pintassilgo, Joaquim António Sousa, "Anarquismo e educação nova em Portugal: o contributo de Adolfo Lima", *Revista Espaço Académico*, nº196, Setembro/2017. Ano XVII.

59) Moura-Carvalho, Carlos, *Um Homem Livre. Severiano de Carvalho e o Movimento Cultural Anarquista na Transição do Século XIX para o Século XX (1887-1914)*. Lisboa. 2018. Obra plagiada de duas teses: Figueiredo, Cláudia, *Arte, Redenção e Transformação: a experiência da Sociedade Teatro Livre (1902-1908)*, FSCH-UNL. 2011; Ferreira, Laurinda, *À Luz da Estrela: O Teatro da Natureza no Jardim da Estrela (1911)*, FL-UL. 2014.

60) Ventura, António, Ernesto da Silva e o Socialismo, in *Republicanismo, Socialismo, Democracia*, Coord. Ernesto Castro Leal. Lisboa. Centro de História. Faculdade de Letras. Univ. Lisboa, 2010

61) Serrão, Joel, *Temas Oitocentistas - II. Para a História de Portugal no Século Passado*. Lisboa. Portugália Editora. 1962. p.82

62) Garnel, Rita - "Bernardo Lucas: A Defesa dos Arguidos e a Perícia Médico-Legal", in *A Criminologia: um arquipélago Interdisciplinar* (Dir. Cândida da Agra). 2012

63) Campos Lima (1877- 1956) foi um dos mais notáveis activistas e pensadores anarquistas, cuja vida e vasta obra continuam por estudar.

Romances, contos, versos e peças de teatro: *Retalhos do Coração (versos, 1897)*, *A Monja* (1898), *A Monja e os Católicos, Os Reis Magos, Notas de um Alucinado: prosas intimas* (1899), *A Ceia dos Pobres* (Peça, 1907), *O Rei* (versos, 1908), *O Regicida* (1908), *Ar Livre, O Amor e a Vida* (contos, 1924), *Gente Devota: via dolorosa* (romance, 2 volumes, 1927), *A Quebra* (romance, 1928), *Mulher Perdida* (1928), *O Romance do amor: esboço de uma nova moral sexual* (ed. Spartacus, 1931). Deixou inéditos, os livros *Musa Antiga, O Crime, Serros da Gleba e Camaradas*.

Livros de Testemunhos: *Os meus dez dias em Paris* (1906), *A Questão da Universidade (depoimentos de um estudante expulso)* (1907); *O Reino da Traulitânia (25 dias de reacção monárquica)* (1919).

Livros Teóricos: *Nova Crença* (1901), *O Movimento Operário em Portugal* (1904), *Da Responsabilidade* (1905), *A Questão Social* (Edição do Núcleo de Educação de Coimbra, 1906), *A Gafanha* (panfletos, 1909), *Carácter Jurídico da operação de recrutamento dos Funcionários Públicos* (1914), *O Estado e a Evolução do Direito* (Livreria Bertrand, 1914), *A Revolução em Portugal* (1925), *A Teoria Libertária Ou o Anarquismo* (Ed. Spartacus, 1926), e *Gramática Internacional*.

Jornalista e editor: Colaborou em jornais como *O Gigante, publicação semanal literária* (Braga, 1897), *Ideal e Verdade* (Braga, 1898), *Ave Azul* (Viseu, 1900), *Boémios* (Porto, 1900), *Mocidade* (Lisboa, 1901-1905), *Revista Nova* (Lisboa, 1901-1902), *Arte & Vida* (Coimbra, 1904-1906), *A Vida* (Porto, 1905), *Nova Silva* (Porto, 1907), etc. Dirigiu a *Revista Livre* (Coimbra, 1902), redactor da *A Verdade* (1903), Editor do semanário *A Boa Nova* (1908). Trabalhou, como redactor nos jornais *Vanguarda* (1899-1911), *O Século*, *O Mundo* (1900), *Verdade* (1903), *País* (1905-1921), *O Povo* (1911-1916), *A Batalha* (1919-1927), *Pátria* (1920) e *Diário de Notícias*. Diretor do jornal *Imprensa de Lisboa* (durante a greve de 1921) e *Imprensa Livre* (1921). Fundou a editora Spartacus (1924) que editou para além de algumas das suas obras, também de Ferreira de Castro - *Sendas de Lirismo e de Amor* (1925) e *A Casa dos Móveis Dourados* (1927), entre outros autores. Fundou a revista *Cultura* (1929-1930), colaborou na revista do Instituto de Coimbra *Vida Contemporânea* (1934-1936) e no magazine *Civilização* (1925-1937), *A Notícia* (1928), *Diário da Noite* (1932-33), *Gleba* (1934-1936).

Tradutor: Entre as muitas obras que traduziu para português destacamos: *Palavras dum revoltado*, Kropotkine (1912), *O Trabalho*, E. Zola, *Três Aspectos da Revolução Russa*, Emile Vanderveld (1925), *A História do Movimento Macnovista*, de Pedro Archinoff (1925), *Trabalho*, Emilio Zola (1934), *Nas Origens da Liberdade*, Edouard Harriot (1939).

Bibliografia sobre Campos Lima: Pimenta, Belisário, *Vértice*, nº 153; Freire, João, "A evolução ideológica de alguns expoentes do anarquismo português no pós-guerra", *Revista da Biblioteca Nacional*, 1-2, 1995, p. 140; Franco, António Cândido; Domingos, Jorge, "João Evangelista Campos Lima (Nova Documentação biográfica)", in *A Batalha*, nº295, Maio-Agosto de 2022; Franco, António Cândido, "Campos Lima e as Novas Tendências do Realismo", *Anarquismo, Insubissão, Inconformismo. Cadernos Nova Síntese*. Lisboa, 2022.

64) Franco, António Cândido, "A Ideia de Deus e o Pensamento Libertário", *A Ideia*, nº55, Inverno. 90/91

64.1) Martins, Hermínio, *As Mudanças de Regime em Portugal no Século XX*, 2018.

65) Marques, A. H., *História de Portugal*, Vol. II, p. 45, citado por Gouveia, Regina, *A Interação entre o Universo Político e o Campo da Comunicação*. A Imprensa e as Elites beirãs (1900-1930). Covilhã. 2009, p.377

66) Carlos da Fonseca, prefácio e notas..., pp.40-43

67) É extensa a bibliografia sobre a revolta dos estudantes em 1907. Destacamos: Quartim, Pinto, *Mocidade Vivei!* 1907.

68) Freire, João; Lousada, Maria Alexandra, *Roteiros de Memória Urbana de Setúbal- Marcas Deixadas pelos Libertários e afins ao Longo do Século XX*. Lisboa. Edições Colibri, 2013.

69) Costa, Albérico Afonso, "O Germinal, um Roteiro Acrata para a Revolução Social", in *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 13-15 de Março de 2013*, FSCH-UNL, vol. I, 2013; 59); *Germinal de Setúbal (1903-1913)*, in *A Batalha*, nº145, Maio-Junho 1993

70) Mendonça, Artur Angelo Barracosa, “Notas para a História do Movimento Associativo e Operário do Algarve no Final da Monarquia Constitucional (1870-1910)”, in *Atas do I Congresso 2013*

71) A prisão de Bartolomeu Constantino na casa da Associação Marítima onde residia foi objecto de várias interpretações e aproveitamentos políticos. Afonso Costa, dirigente republicano, deslocou-se ao Algarve para o defender graciosamente como advogado. José Negrão Buízel terá estado envolvido na reorganização em 1906 do partido republicano no Algarve. Consultar: Pires, Maria de Fátima Pegado Martins de Almeida, *O Surto das Ideias Republicanas no Algarve (1876-1910) através da Imprensa*. Tese. Universidade do Algarve. 2012. pp. 65 a 75

72) A bibliografia sobre os anarquistas portugueses no Brasil: Maram, Sheldon Leslic, *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário (1890-1920)*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.1979; Menezes, Lena Medeiros de, *Os Indesejáveis: Desclassificados da Modernidade. Protesto, Crime e Expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro, EDVERJ. 1996; Fausto, Bóris, *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo. Difel. 1977.

73) **Neno Vasco** (1878-1920), assim que chegou ao Brasil, em 1901, estabeleceu-se em S. Paulo, onde se concentrava a maioria dos imigrantes italianos. Na opinião de Edgar Rodrigues foi o grande impulsionador do anarquismo do Brasil e da suas ligações internacionais (*Socialismo e sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969). Regressou a Portugal no princípio de 1911, casado com Mercedes Moscoso. Exercia a actividade de tradutor, era fluente em seis línguas. Em Portugal colabora n’A Aurora (1910-1920), *A Sementeira*, *A Terra Livre* (1913), *A Batalha*, etc.

Obras: *Da Porta da Europa* (1913); *O Pecado da Simonia* (São Paulo,1920); *Greve dos Inquilinos* (Lisboa,1923); *Concepção anarquista do Sindicalismo*

Bibliografia: Samis, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário em Dois Mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009; idem, *Uma Fração da Barricada: Neno Vasco e os grupos anarquistas no Brasil e Portugal*. Socius Working Papers. n.1, Lisboa, 2004; Freire, João. “Estudo introdutório” In: *Vasco, Neno. Concepção anarquista do sindicalismo*. Porto: Afrontamento, 1984; Botelho, Adriano. “Alguns Traços Biográficos de Neno Vasco”. *A Idéia*, n. 2, p. 12- 17, 1974; Rodrigues, Edgar, *Os Libertários: José Oiticica, Maria Lacerda de Moura, Neno Vasco e Fábio Luz*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000; Silva, Thiago Lemos, *Fragments Biográficos de um Anarquista na Porta da Europa: A Escrita Cronística de Si em Neno Vasco*. Tese pós-graduação. Universidade Federal de Uberlândia. 2012; *Neno Vasco 100*, org. Biblioteca Terra Livre. 2020;

74) Martins, Angela Maria Rioberti, “A Experiência Libertária de um Português na Primeira República: uma análise da trajectória política e intelectual de Mota Assunção (1899-1910)”, in *Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico*

75) Rocha, Ilídio, “1º. De maio de Lisboa a Lourenço Marques - Sonho, Generosidade e Utopia”, in *História*, ano XI, nº118, Junho/Julho de 1989. Lisboa

76) Capela, José, *O Movimento Operário em Lourenço Marques (1898-1927)*. Edições Afrontamento. 1981

76.1) **Cristiano de Carvalho** na sua obra *Revelações* (1933), sobre o período do Ultimatum inglês (1890-1891), escreveu uma interessante biografia de Eliseu Réclus, reeditada por António Cândido Franco na revista *Singularidades* (nº. 15, Maio de 2000). Do mesmo autor: *A Batalha*, nº.181, Maio-Julho de 2000.

77) Freire, João, “O Pensamento anarquista (e algumas das suas práticas) e o iberismo”, Comunicação apresentada no seminário *Portugal-Espanha: Nações e Transnacionalidade entre dois séculos (1812-1986)*. Faculdade de Letras de Lisboa, 19 a 20 de Junho de 2014.

1910-1926: Educação e Sindicalismo. Malatesta

1) Raul Magalhães Coutinho quando em 1913 foi preso pela 17ª. vez desabafava: “uma grande parte delas (prisões) foi devido ao esforço que empreguei para a implantação do regime que agora tanto me persegue” (*A Revolta*, 9/03/1913).

2) **José Joaquim Teixeira Júnior** (1889 -), madeirense, pouco antes de 1908 instalou-se em Lisboa, integrou a carbonária. Participou na implantação da República. Escreveu nos jornais *A Greve*, *O Protesto*. Foi proprietário de *O Agitador*, redactor principal de *A Humanidade*. Escreveu: “*Um Lisboaeta!... Apontamentos de um Madeirense Libertário*. Lisboa, 1909; Um dos livros mais polémicos da 1ª. República: *Mulheres, não procreeis!*. Das suas primeiras impressões do continente escreveu: “Impressões de um libertário madeirense em Lisboa” (1909), onde anunciava outros projectos editoriais: “Contra a Reacção” (*Livre Pensamento*), “Aos Operários”, “Prostitutas, revoltai-vos!”, “Soldados, desertai!”. Foi preso pela edição do primeiro.

Bibliografia: Batista, Jacinto, “Conversa com o autor de “Mulheres, não procreeis!”, in *História*, nº6, Abril de 1979.

3) Neves, Hermano, *Como Triunfou a República*. 1910. Reedição Letra Livre.

4) Valente, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo: A Revolução de 1910*. Lisboa. Moraes Editores. 1982

5) Valente, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo. A Revolução de 1910*. Lisboa. Moraes Editores. 1982

6) Ferrão, Carlos, “O Cardeal Cerejeira Nunca se opôs a Salazar”, in *Diário Popular*, 17/09/1977.

7) Entrevista de Magalhães Lima: “Democracia e Republica - A Liberdade triunfante ! A Republica é, para mim, uma realidade pungente - diz-nos o velho democrata Dr. Magalhães Lima”, suplemento Literário de *A Batalha*, nº7, 14 de Janeiro de 1924. Ventura, António, “Sebastião de Magalhães Lima e a República”, in, *Republica e Liberdade*, Coord. Ernesto Castro Lealk, CH-FL da UL.2011

8) Basílio Teles esteve envolvido na revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891, tendo-se exilado em Espanha e no Brasil. Amnistiado regressou ao país para entre os republicanos defender a instauração em Portugal de uma ditadura racista e elitista. Durante a Ditadura de João Franco publicou no jornal *A Voz Pública* (17 a 22 de Junho de 1907), uma serie de artigos onde defendia este tipo de regime. Em 1911 os artigos foram reunidos e publicados num livro: *I - As Ditaduras; II- O Regime Revolucionário*. A obra foi reedita em 1975. Não faltava no país quem defendia uma nova tirania.

9) **Fernão Boto-Machado** (1865-1924). Durante a monarquia manteve-se muito próximo do anarquismo (*A Aurora*, nº54, 30/09/1911), proferindo discursos e escrevendo textos de claro conteúdo libertário, como *O Ideal e a Solidariedade Humana*, 1910. Implantada da República, como muitos outros esquece o seu passado libertário. Consultar: Ventura, António, “Um Republicano Heterodoxo: Fernão Boto-Machado”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 27, 2006

10) **José Lopes de Oliveira** (1881-1971), professor. Oscilando entre o republicanismo e o anarquismo na monarquia, participou activamente na imprensa libertária. Escreveu digno de registo: *A Justiça e o Homem*, 1905.

11) Leonardo Coimbra durante a monarquia manteve uma forte ligação ao anarquismo. Em 1909 aparece a proferir uma conferência na Associação de Classe dos Empregados de Comércio e Industria do Porto (*Nova Luta*, nº.6, 21/03/1909). Nela expôs os seus princípios anarquistas afirmando: “Delegar é sempre e em todos os casos uma incoerência e abdicação, facto este que só é aceitável nos nossos tempos, em virtude da má organização social em que os povos vivem” (*Nova Luta*, nº7, 30/04/1909). Quinze anos depois, *A Plebe* (nº. 3, 14/12/1924) não lhe poupa nas criticas por o mesmo ter aderido à propaganda autoritária.

12) Alvaro Pinto foi um dos fundadores da *Nova Silva* (1907). A *Aurora* (nº21, 11/12/1910) recordava o seu percurso anarquista quando aderiu aos republicanos.

13) Castelo Branco, Francisco, *Homem de Cristo Filho: Do Anarquismo ao Fascismo*, 2001

14) Golpe de 1913: *Ilustração Portuguesa*, nº.393, 1 de Setembro de 1913; *Golpe de 1916*: Medina, João, *Análise Social*, vol. XVIII, nos 67,68, 69 (1981).

15) *Machado Santos, A Carbonária e a Revolução de Outubro*. Textos de Joaquim Madureira, Augusto Vivero e Antonio de la Villa, precedido de um estudo por João Medina. Lisboa. Cooperativa Editora. 1980.

16) Ferreira, José Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*,. Imprensa Universitária. Editorial Estampa. 1992; Pelo, António José, "O Exército e a República", in, *História*, nº. 25, Novembro de 1980;

17) Arranja, Álvaro, *Mataram a Mariana. Dos Fuzilamentos de Setúbal, à ruptura operariado-república em 1911*. Setúbal. 2011; idem, *Anarco-sindicalistas e republicanos : Setúbal na I República*, Setúbal, CEB, 2009 ; idem, *A República e os Operários – a Greve Geral de 1912 na imprensa da época*, Setúbal, CEB, 2017; idem, *Anarco-sindicalistas e republicanos : Setúbal na I República*, Setúbal, CEB, 2009. **António Mendes**, era irmão de José Augusto Mendes, militante da sindical do tráfego do Porto de Lisboa. Ambos eram filhos de José Mendes (?-1925), destacado anarquista e companheiro de Bartolomeu Constatino .

18) **José Carlos Rates** (1879-1961) emerge no movimento libertário durante o congresso sindicalista de 1909, mas foi durante as greves de Março de 1911 em Setúbal que veio a adquirir grande notoriedade. Revelou grande capacidade de organização dos trabalhadores em sindicatos na Madeira, no Alentejo, nas Beiras e Trás-os-Montes (cfr. *Almanaque de A Batalha para 1926*). Foi o redator do projecto de Estatutos da União Operária Nacional. Após a revolução russa de 1917 abandona o anarquismo. Colaborou activamente na imprensa libertária: *O Sindicalista*, *A Batalha*, *Renovação*, etc. Fez parte da Federação Maximalista Portuguesa, vindo a ser eleito secretário-geral do PCP (Novembro de 1922-1926). Começou por defender a instauração de um Ditadura pela CGT, e depois pelo PCP, para finalmente apoiar a Ditadura Militar instaurada em 1926.

Obras: O problema português: os partidos e o operariado (1919); A ditadura do proletariado (1920); A Rússia dos soviets (1925); Democracias e ditaduras (1927)

Bibliografia: Prostés da Fonseca, *Incorrigível - A história desconhecida de Carlos Rates*, ed Ponto de Fuga. 2021

19) Pereira, Ana Paula de Brito. "As Greves rurais de 1911-1912: uma leitura através da imprensa", in *Análise Social*, no 77/78/79, Lisboa, 1983; Freire, João, "A Agitação Sindicalista e Anarquista no Início da República: Outubro de 1910 - Janeiro de 1912, *Cadernos do Museu da Presidência da República*, volume 3; "Outras Vozes da República. 1910-1926". *Actas do Congresso de História e Ciências Políticas*. 2016 ; Barreto, José, "Jorge Coutinho e «O despertar dos trabalhadores rurais» (1911)". *Análise Social*, 83, pp. 523-540, 1984; Pereira, José Pacheco, "A Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais (1912-1926). Síntese da comunicação", in *Les campagnes portugaises de 1870 à 1930. Image et réalité. Actes du colloque. Aix-en-Provence, 2-4 décembre 1982*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, 1985; idem, "As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve". *Análise Social*, 61-62, pp. 135-156, 1980

19.1) **José Sebastião Cebola** (1877-1920). Trabalhador rural, anarquista. Co-fundador da Associação dos Trabalhadores Rurais de Évora (1910). Destaca-se nas greves dos trabalhadores rurais de 1911 e 1912, durante as quais é preso. Participa no Congresso fundador da Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Agosto de 1912), da qual foi eleito secretário-geral. Realiza por esta altura uma activa propaganda por todo o Alentejo e Ribatejo. Funda o jornal *O Trabalhador Rural* (1912), participa na criação da UON (1914). O grupo anarquista que faz parte, em 1912, criou nos arredores de Évora (Canaviais), uma escola. Volta a ser preso em 1920

quando foi condenado a dois anos de prisão, o que ditou a sua morte. Bibliografia: jornal *Registo*, Évora, nº 123, 7/10/2010

20) A **Casa Sindical** foi inaugurada no último dia de Dezembro de 1911, ocupando o palacete na actual Rua do Século. Entre os oradores contavam-se dois operários espanhóis (Sola e Saavedra) que haviam sido expulsos de Cuba e um operário da construção civil francesa. Emílio Costa preferiu uma conferência subordinada ao tema “Acção Directa e Acção Legal”. Em Janeiro de 1919 a casa foi assaltada, o senhorio conseguiu anular o aluguer. Foi alugada outra casa com menores condições na Rua dos Prazeres, 39.

21) Vieira, Alexandre - *Para a História do Sindicalismo em Portugal*.

22) A polícia afirmou que quem lançou a bomba foi o anarquista Aurélio da Conceição César, boliteiro e poeta.

23) O primeiro número de *Terra Livre*, saiu a 13 de Fevereiro de 1913. Pinto Quartim fundador e redator da revista, na sequência da bomba atirada no cortejo de 10 de Junho de 1913, é preso e expulso para o Brasil e impedido durante dez anos a regressar a Portugal. No Brasil passa a colaborar na revista *Vida*. A entrevista que concede ao diário do Rio de Janeiro *A Época* (25/07/1914) provoca um incómodo ao então Ministro Plenipotenciário de Portugal no Brasil (Bernardino Machado) que pressionado promete resolver a situação. Pinto Quartim acabou por regressar a Portugal (1915). Foi um período de intensa actividade jornalística: colabora na revista *Cultura Popular*, *boletim do Ateneu popular* (1919), chefe de redacção d’*A Batalha*, etc

23.1) **Aurélio Quintanilha** (1892-1978) . Ainda estudante da Faculdade de Medicina integrou o 1º. Núcleo das Juventudes Sindicalistas. Activo militante antimilitarista, durante a 1ª. Guerra Mundial (1914-1918) exilou-se na Galiza. Colaborou na imprensa anarquista, n’*A Batalha*, nas universidades populares. Em Paris, durante o seu exílio, colaborou no jornal anarquista *Plus Loin*. Fixou-se em Moçambique.

24) Entre os anarquistas que “apoiaram” o golpe registam-se os seguintes: Sebastião Eugénio, corticeiro, bom orador e sindicalista. Foi nomeado em 1918 representante dos trabalhadores na comissão administrativa da CML e oficial no Ministério da Agricultura;

25) **Francisco Rodrigues Franco** (1879-1953). Destacado anarquista de Setúbal, membro da Associação dos Trabalhadores do Mar e da Casa dos Pescadores desta cidade. Foi preso várias vezes, em 1918, no movimento de oposição à Ditadura de Sidónio Pais. Em 1931 quando organizou com Jaime Rebelo uma greve dos pescadores de Setúbal que durou 92 dias. Era casado com Sabina Lopes Condeça Franco, anarquista.

26) A imprensa republicana afirmou que o assassinato - José Júlio da Costa (1893-1946), 1º. cabo do exército, era anarquista (*O Liberal*, *A Manhã*, etc). *A Batalha* veio de pronto rebater a acusação, mostrando que o mesmo ainda em vida de Sidónio Pais havia perseguido os trabalhadores rurais de Odemira e do Vale de S. Tiago (*A Batalha*, nº. 50, 14/04/1919) de onde era natural (Garvão). Na verdade, havia-se oferecido como mediador do conflitos levando os trabalhadores que se haviam barricado a deporem as armas e acabaram presos, espancados e deportados para Angola. José Júlio ter-se-á sentido traído e tratou de honrar a sua honra de anarquista matando o mandante: Sidónio Pais.

A Batalha, a seu pedido, foi o único jornal todavia que concedeu uma entrevista: “Duas Horas na Penitenciária conversando com José Júlio da Costa. Executor de Sidónio Pais”, *A Batalha*, nº. 301 (28/12/1919). Bibliografia essencial: Medina, João, “O Homem que Matou Sidónio Pais”, in revista *História*, nº.10, agosto 1979; Alberto Franco e Paulo Barriga, *O Homem que matou Sidónio Pais*; etc.

27) *O Sindicalista* (1910 - 1916), semanário, inserido na mesma linha do jornal *A Greve*, desempenhou uma função relevante na informação, formação e no apoio à organização dos trabalhadores. Foi um notável exemplo do jornalismo operário. Bibliografia: Moreira da Cunha, José Fernando, “Semanário “O Sindicalista”, *História*, nº. 9, Julho de 1979.

28) Oliveira, César, *O Congresso Sindicalista de 1911. Selecção e Textos de César de Oliveira*. Porto. Afrontamento. 1971

29) Manuel Joaquim de Sousa a partir de 1911 adquiriu grande protagonismo no mundo sindical e libertário. Entre os libertários defendia a constituição de uma organização específica anarquista, sobre o assunto apresentou uma tese no 1.º Congresso Anarquista. Embora estivesse envolvido em várias frentes de luta, como o anti-militarismo, privilegiava todavia a intervenção nos sindicatos. Em 1914 representou a União Geral dos Trabalhadores da Região Norte no Congresso de Tomar que criou a União Operária Nacional. Participa em 1919 no Congresso de Coimbra constitutivo da CGT, sendo o redator das bases da Confederação, como da tese "Relações Internacionais". Nesta altura reside grande do tempo em Lisboa, morava na Vila Cândida (Sapadores). Foi eleito secretário-geral do primeiro Comité Confederal, cargo que ocupou durante três anos, até ao Congresso da Covilhã. Exerceu o cargo de redactor-chefe d'A *Batalha* (1921-1916), substituindo Alexandre Vieira. Foi preso em Fevereiro de 1928, 1932 e 1934. Fez parte da Aliança Libertária. Era pai de **Germinal de Sousa**, secretário-geral da FAI (1938-1939).

30) Oliveira, César, *A Criação da União Operária Nacional*. Afrontamento. Porto. 1973; Íñiguez, Miguel, "Anarquistas en Portugal. De los orígenes al congreso obrero de Tomar de 1914". S. I.: Calumnia, 2020

31) Bibliografia essencial sobre a CGT: Teodoro, José Miguel de Jesus (2013) – *A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)*. – 2 vols. – Lisboa: UL/FL – Diss. doutoramento em História Contemporânea; Guimarães, Paulo Eduardo – "Cercados y perseguidos: La Confederação Geral do Trabalho (CGT) en los últimos años del sindicalismo revolucionario em Portugal (1926-1938)". In Mercedes Gutiérrez Sánchez; Diego Palacios Cerezales (eds.), *Conflicto político, democracia y dictadura. Portugal y España en la década de 1930*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, pp. 199-241;

32) Não é consensual o número de sindicalizados na CGT. João Freire que tem procurado corrigir os números mais expressivos, aponta os seguintes: 1919 -80 mil; 1920/21- 85 mi; 1922 - 90 mil; 1923/24- 55 mil; 1925 - 70 mil. In, *Anarquistas e Operários...* p.203.

33) As Uniões Locais de sindicatos, também denominadas Uniões de Sindicatos Operários (USO), tinham por missão unir todos os sindicatos locais, partilhar estruturas, promover a solidariedade e estabelecer objectivos comuns tanto nacionais como locais. Seriam a base do **municipalismo libertário** daí a sua crescente importância. Foram substituindo as antigas federações socialistas por todo o país: Porto (Março de 1910), Setúbal (Dezembro de 1910), Lisboa (Agosto de 1911), Évora (1911), etc.

34) Baptista, Jacinto, *Surgindo Vem ao Longe a Nova Aurora... (para a historia do diário sindicalista A Batalha/ 1919-1927)*.Lisboa, Bertrand. 1977; O título foi inspirado no órgão oficial da CGT em França - *La Bataille Syndicaliste - Syndicaliste Révolutionnaire* que se publicou entre 1911 e 1920. Em 1915 o título foi mudado para apenas *La Bataille , organe Quotidien Syndicaliste*.

35) Freire, João, "As Juventudes Sindicalistas em Portugal", in *Penélope*, nº4, Abril de 1990. Bibliografia: Freitas, Filipa. *Les jeunesses syndicalistes au Portugal (1913-1926): idéologie, violence et révolution dans les années 20*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales (tesis doctoral), (2007); idem., "Violence et terrorisme dans les années 20 au Portugal: l'exemple des Jeunesses Syndicalistes", in *Nouvelles perspectives de la recherche française sur la culture portugaise*. S. I.: s. e., pp. 39-49, 2007; idem, "Jeunesses Syndicalistes: violence et action directe dans les années 20", in P. A. da Silva y F. C. da Silva (eds), *Ciências sociais: vocação e profissão. Homenagem a Manuel Villaverde Cabral*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 145-180, 2013; Guimarães, Paulo E., "Cultura juvenil anarco-sindicalista e culturas populares urbanas em Portugal (1910-1940)", *Utopia, Anarquia e Sociedade*. Coimbra, 2017.

36) **Pierre Monatte** (1881-1960), membro do *Comité Confédéral* da Confederação Geral do Trabalho francesa defendia uma concepção "sindicalista revolucionaria" sem qualificações. Em 1909 fundou o influente jornal *La Vie Ouvrière*. A eclosão da Primeira Guerra Mundial marcou o fim de muitas das tácticas que defendia: a greve geral revolucionária não ocorreu, a CGT abandonou uma perspectiva internacionalista e anti-patriótica, etc. Finda a guerra Monette

abandonou o *Comité Confédéral*. Seduzido pela Revolução Russa de 1917 acaba por aderir ao Partido Comunista Francês do qual foi expulso em 1924. No ano seguinte lança o journal *La Révolution Proletarienne*, sob o lema “au syndicat le pouvoir” (todo o poder aos sindicatos), mas a sua influência no sindicalismo desaparecera.

37) Para uma perspectiva desta polémica em Portugal, consultar: João Freire, *Estudo Introdutório. Concepção Anarquista do Sindicalismo*. Edições Afrontamento. 1984; Pereira, Joana Dias, *O Sindicalismo Revolucionário em Portugal no Primeiro Quartel do Século XX...*

38).....

39) Freire, João, “Malatesta e o Anarquismo Português”, in *Ler História*, nº6, 1985

40) Bibliografia: Lourenço, Maria Gabriela dos Santos, *Ideia(s) e Movimento(s). Sindicalismo libertário e educação*. Universidade de Lisboa., Instituto de Educação. 2015; Campos, Ana, “«Para lutar é preciso ser instruído». A ideologia e o movimento operário na Universidade Popular de Setúbal. 1ª República e o advento do Estado Novo”, in P. P. Cabreira (ed), *História do movimento operário e dos conflitos sociais em Portugal. Congresso História do Trabalho, do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*. Lisboa: U. Nova de Lisboa, pp. 361-370, 2020.

41) A Universidade Livre no Porto criada pelos anarquistas em 1902 deixou raízes nesta cidade. Em 1911, surge a Universidade Popular do Porto (UPP), numa iniciativa de um grupo de intelectuais com um passado anarquista como Alvaro Pinto, Jaime Cortesão, Leonardo Coimbra, apoiados pela Universidade desta cidade e pela associação cultural Renascença Portuguesa. Não tardou a surgirem por todo o país outras universidades: Coimbra (Novembro de 1912-?. Voltou a ser fundada em 1925, onde colaborou Aurélio Quintanilha); Póvoa do Varzim (1912); Setúbal (1912); Ponta Delgada (Açores, 1913?); Vila Real (1914); Algarve (1921); Foi sempre limitada a frequência dos cursos pelos trabalhadores. No Porto, a grande excepção foram as três sessões de Cristiano de Carvalho sobre a Comuna de Paris (junho de 1912).

Em Lisboa Tomás da Fonseca, Alexandre Quintanilha e outros anarquistas fundaram a Universidade Livre em Lisboa que se manteve ativa até aos anos trinta. Também em Lisboa surgiu em 1919 a celebrada **Universidade Popular Portuguesa** que se manterá em atividade até aos anos cinquenta, contando com a colaboração de vários anarquistas como José Carlos de Sousa, Adriano Botelho, Alexandre Fernandes Vieira, Augusto Carlos Rodrigues (?-1956), Adolfo Lima, campos Lima, etc. Durante a I República manteve grande ligação às organizações sindicais. A sua secção de Setúbal foi também muito concorrida. (Cfr. Bandeira, Filomena, *A Universidade Popular Portuguesa nos anos 20. Os intelectuais e a educação do povo: entre a salvação da República e Revolução Social*. Tese. FCSH. UN. Lisboa.1994).

42) Candeias, António, “Escolas Operárias Portuguesas do Primeiro Quartel do Séc. XX”, in *Análise Social*, 3, 1987; idem, idem, “Contributos para a história da educação na 1ª República portuguesa: a educação popular através do jornal «A Batalha» – 1919-1927”, in *1o Encontro de História da Educação em Portugal. Lisboa, 14- 16 de Outubro de 1987*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 81-91, 1988. idem, “Movimento operário português e educação (1900-1926)”. *Análise Psicológica*, II(1), 39-60 (1981); idem, “Cultura e escola nos meios sindicais portugueses 1900-1930”. *A Ideia*, 38/39, 31-43 (1985); idem, *Educar de Outra Forma: a Escola Oficina Nº 1 de Lisboa. 1905- 1930*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional (1994); idem, “A Educação Popular Através do jornal A Batalha (1919-1927)”, *A Batalha*, nº. 143, Jan-Fev.1994; idem, “Apontamentos biográficos sobre Adolfo Ernesto Godfroy de Abreu e Lima (1874-1943), pedagogo e anarquista”. In A. Candeias, A. Nóvoa & M.H. Figueira, *Sobre a Educação Nova: Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos. 1923- 1941* (pp. 43-64). Lisboa: EDUCA(1995); idem, “Utopias, hipocrisias e educação”. In A. F. Araújo & J. Magalhães (Orgs.), *Actas do II Encontro sobre História, Educação e Utopia* (pp. 45-52). 24 de novembro de 1997, Universidade do Minho, Portugal (1998); idem, “Anarquismo, sindicalismo e educação no 1º terço do século XX em Portugal: Os “alternativos”? Comunicação apresentada no Colóquio: Pensar a República 1910-2010, no dia 3 de novembro de 2009. Disponível em: <http://lagosdarepublica.wikidot.com/alternativos> (junho de 2011)(2009); etc.

- 43) **Mário Augusto de Oliveira e Sousa** (1892-1970) era professor do ensino oficial, activista do movimento sindical. Foi delegado dos funcionários públicos ao Congresso Operário de 1922. animador da Associação dos Professores de Portugal, da União dos Professores de Portugal e da Liga de Acção Educativa, director dos cursos nocturnos da Sociedade *A Voz do Operário*. Editor da revista "Educação". Autor da brochura: *A Escola Única- Uma Nova ideia pedagógica-social* (1933). Foi um activo na imprensa libertária como *A Batalha*, *Aurora*, etc. Cfr. *A Batalha*, nº155, Jan-Fev.1996; *A Ideia*, Março, 2018; *Pão e Dignidade*, nº7, Nov-Dezembro de 2021).
- 44) Professora na Escola Oficina nº1 em Lisboa e na *Voz do Operário*. Era casada com Pinto Quartim.
- 45) **António Manaças** (1889-1920). Foi um dos fundadores do Grémio dos Professores Primários Oficiais, secretário-geral da União dos Professores Primários, representante da classe no Congresso Nacional Operário em 1919. Director d' *O Professor Primário*. Colaborou no *Protesto*, *A Greve*, *Terra Livre* entre outras publicações.
- 46) **Francisco Nóbrega Quintal Júnior** (1898-1987). Oficial da marinha mercante. Co-fundador da UAP(1923), director do jornal *O Anarquista* (1926). Fez parte do Batalhão Académico de Lisboa, em 1919, para defender a República. Foi preso em 1927 quando regressou do Congresso anarquista de Valência. Voltou a ser preso em 1929 , sendo deportado para Angola onde conseguiu fugir em 1931. Colaborou n' *A Batalha*, *A Comuna* (Porto, 1920-1927), *Germinal*, *Aurora* (1929-1930), *Vanguarda Operária*, usando muitas vezes o pseudónimo *Meridional*. Pertenceu ao comité da Aliança Libertária e da FARP-FAI. Director de *A Voz Anarquista* de Janeiro de 1975 a Janeiro de 1984. Era casado com Irene Franco Quintal (1924-), filha de Francisco Rodrigues Franco (1880-) e de Sabina Lopes Condeça Franco, todos destacados anarquistas de Setúbal (Cfr. rev.*Singularidades*, nº.22, 2003). Entrevista: "Ainda há Anarquistas?", Joaquim Palminha da Silva, *Diário de Notícias*, 9/01/1982.
- 47) Henrique **Caetano de Sousa** (1888 -1954). Fez parte do grupo anarquista *Renovação Social* que criou no bairro do Alto do Pina uma escola primária para crianças e adultos (Escola de Ensino Livre), da qual foi secretário-geral. Entre 1918 e 1932 colaborou na sociedade mutualista Inabilidade. Foi o 1º. secretário-geral do PCP, então Junta Nacional do PCP (1921-1922), sendo expulso em 1923.
- 48) Gama, Olinda da Conceição de Jesus - *Anarquismo e Relações de Género - O Olhar Anarquista no Início do Século XX*, Tese. ISCTE-IUL. 2014. Os jornais analisados foram *A Sementeira* (1908-1919), *O Protesto* (1908-1909) e a *Guerra Social* (1908-1909).
- 49) "Miquelina Maria Possante Sardinha (1902-1966)", revista *A Ideia*, nº13, primavera de 1979.
- 50) Cravinho, Anabela Pontes Gomes, *Influência da maçonaria nos Feminismos da Iª. Republica*, FCSH-UNL. 2013, p.49. Sobre Adelaide Cabete: Lousada, Isabel, *Perfil de uma Pioneira: Adelaide Cabete, 1856-1935*, Lisboa. 2011; idem, "A Batalha de Adelaide Cabete em A Batalha: higienista no feminino", *Actas do XIX Congresso Feminista, 2008*. Lisboa. UMAR, Lisboa, 2019
- 51) Samara, Maria Alice, *Operárias e Burguesas. As Mulheres no Tempo da República*. Lisboa. Esfera dos Livros. 2007. p. 146
- 51.1) Estas acções foram condenadas por Emílio Costa, por exemplo, nas páginas *Terra Livre*, 10/04/1913. Artigo citado por Ricardo Diogo Mainsel, *Violência Anticlerical na I República (1910-1917)*. *Perspectivas Antropológicas e Historiográficas*. Tese. UNL. Lisboa. 2011. p.43
- 52) **Jaime Brasil** (1896-1966) foi um dos mais notáveis jornalistas formado na "escola" do jornal *A Batalha*, colaborando activamente no *Suplemento Semanal* e na revista *Renovação*. Como jornalista profissional trabalhou n' *O Primeiro de Janeiro* (Lisboa) e n' *O Século* até 1936. Foi um dos fundadores e 1º. Secretário-geral do Sindicato dos profissionais da Imprensa de Lisboa (1925) e da Caixa de Previdência. Trabalhou no jornal *República*. Lançou o jornal *O Globo*. Participou na Guerra Civil de Espanha. Era defensor da criação de uma "Frente Anti-fascista". Refugiou-se em Paris (1937-1940), onde dirigiu "Unir". Foi correspondente d' *O Primeiro de Janeiro* em Paris (1938-1941). Após a invasão alemã de Paris (junho de 1940), regressou a Portugal, sendo então

preso (1941-942). Voltou a exilar-se em Paris. No seu regresso do exílio, em 1945, continuou a trabalhar para *O Primeiro de Janeiro* convidando Pinto Quartim para chefe da Delegação de Lisboa. Criou páginas literárias nos jornais *A República* e *O Primeiro de Janeiro*, em cuja página *Das Artes, das Letras*, colaboraram alguns dos mais conhecidos autores das décadas de 1940 a 1960. Permaneceu sempre ligado ao movimento anarquista. Obras: Possui uma vasta obra sobretudo sobre sexualidade, biografias e outras temáticas.

52.1) *A Questão Sexual*, pp.100-101, citado por Ricardo Diogo Mainsel Duarte - *O anarquismo e a arte de governar: Portugal, última década do século XIX e primeiras décadas do Século XX*, Tese. FCSH-UNL, 2021, p. 249.

53) Algumas publicações anti-militaristas: *A Guerra*, S. Pinho (1912); Delaise, Francis, *Os Financeiros, os Políticos e a Guerra* (Porto: Biblioteca de A Vida, 1914); Carvalho, Ribeiro de, *Maldita seja a Guerra*. Lisboa: 1925;

54) Louçã, António, 1916: “A Aurora” denuncia o significado da Guerra”, *História*, nº18, Abril. 1980. Um típico artigo de propaganda do PCP contra os anarquistas.

55) Samara, Maria Alice, *Portugal e a Guerra no Ano de Sidónio Pais*. Lisboa. Editora de Noticias. 2003. Consultar: “Guerrista e Antiguerristas. Análise retrospectiva de um conflito”, in *Portugal na Grande Guerra. Guerristas e Antiguerristas*. João Medina. Lisboa. Cadernos Clio. Centro de História da Universidade de Lisboa. INIC. 1986

55.1) Oliveira, Maria José - *Os portugueses que Combateram pela Galiza Republicana*, E- A Revista do Expresso, 19/04/2024

56) Bourbon e Meneses na sua “Autobiografia (Fragmento)”, na revista “Ilustração (ano 1, nº.2, 16/01/1926, p.18), descreve como um janota do Chiado aderiu ao anarquismo e como dele se cansou. Um afastamento que culmina quando Bernardino Machado o nomeou administrador do concelho de Viana do Castelo.

57) Marques, Oliveira, *História de Portugal*, Vol. III, p. 250

58) Rocha, Ilídio, “Dois Casos típicos. Luta contra a Ditadura na Imprensa colonial”, in *História*, Lisboa, nº.51, Jan.1983; Rocha, Ilídio, *Catálogo dos Periódicos e principais seriados de Moçambique (1854-1975)*, Lisboa. Edições 70. 1985; Capela, José, *O Movimento Operário em Lourenço Marques, 1898-1927*, Porto. Edições Afrontamento. 1981.

59) Ramos, Moisés da Silva, “Socialismo Reformista. A Experiência Portuguesa até à 1ª. guerra mundial”, *O Tempo e o Modo*, nº82, Nova Série. Setembro de 1970.

60) Bibliografia: Rodrigues, Francisco Martins, “O PCP e a questão Colonial”, *O Comuneiro*, nº4, Março de 2007

61) **Mário Domingues** (1899-1977), escritor, historiador, jornalista, militante anarquista desde os dezanove anos, colaborador n’*A Batalha*, *A Comuna* e outras publicações libertárias, fez parte a União Anarquista Portuguesa. Na década de vinte desenvolveu uma vasta campanha de denuncia das atrocidades cometidas nas colónias e na defesa da sua independência.

Bibliografia essencial sobre Mário Domingues e este movimento em Portugal: Garcia, José Luis, *Mário Domingues. Afirmção Negra e a Questão Colonial. Textos, 1919-1928. Ensaio e Seleção de José Luis Garcia*, Lisboa, Tinta da China; Castro, Jose; Garcia, Luis, “A Batalha” e a Questão Colonial”, in *Ler História*, 237/28, 1995; *Estado, Regimes e Revoluções*, Estudo de Homenagem a Manuel Lucena.. ICS; Varela, Pedro; Pereira, José Augusto, “As Origens do Movimento Negro em Portugal (1911-1933): Uma geração pan-africanista e antirracista”, in *Revista de História*, nº179, 2020. Departamento de História. Universidade de São Paulo. 2020

62) **José António Correia de Sousa** (1895-1969). Nasceu no seio de um família marcada pela marginalidade e a pobreza numa freguesia de Vila Verde. A 8 de Agosto de 1916 é condenado a 15 anos de prisão, o pai e dois irmãos cada um a 25 anos. Motivo: uma rixa na qual o irmão

(Simão) deu um tiro na perna a um indivíduo (13/06/1915). A partir deste acontecimento toda a família é brutalmente reprimida, visando o seu aniquilamento. Correia de Sousa passa por várias prisões (P.Vila Verde, P. Ponta da Barca, Penitenciária de Braga, Penitenciária do Porto, Limoeiro, Monsanto).

Dado a leituras e ao exercício da escrita pelo menos desde 1913 (*A Águia*, nº17, 1913, primeiro artigo identificado), os mais diversos temas na imprensa da época, em particular na anarquista. Os seus relatos em 1919 sobre as terríveis condições em que se encontravam os presos na Penitenciária de Lisboa e no Monsanto, publicados em jornais como *O Despertar* ou *A Batalha* tiveram grande impacto. Neste ano é deportado para Angola, a bordo do "Pedro Gomes", ficando preso na Fortaleza de Luanda a trabalhar como revisor da Imprensa Nacional e na Secção de Depósito de Materiais.

A partir de 1920 passa a abordar de forma sistemática temas africanos, como a condição dos deportados e dos negros. Em 1925 é libertado e regressa a Portugal. Escreve então para alguns jornais do norte (*Fôlha de Vila Verde*), continua a colaborar activamente n' *A Batalha*, *A Comuna*, *Aurora*, etc. Participa na criação da Aliança Libertária Portuguesa (1931), sendo eleito seu secretário. Foi como delegado da ALP (FARP) ao Congresso da FAI em Madrid (1932). Foi preso em Dezembro de 1932, acusado de distribuir propaganda no Sindicato dos Manipuladores do Pão, situado na Calçada Castelo Branco Saraiva, em Lisboa. Julgado em Junho de 1933, foi condenado a um ano de prisão. Em 1937 passa a colaborar na jornal *Sol Nascente*, sendo-lhe movida uma campanha difamatória por um cacique de Vila Verde: João Evangelista de Meneses Pinheiro e pelo jornal *Correio do Minho* (4/01/1938). A propósito desta perseguição escreveu um notável testemunho de vida: *Porquê? Para quê?: uma resposta a uma carta anónima*, Lisboa, 1938. Em 1946 torna-se inspector em Lisboa do jornal *O Primeiro de Janeiro*, onde trabalhavam desde 1945 Pinto Quartim e Jaime Brasil, o seu grande amigo. Refere com carinho Alexandre Vieira, embora nunca o tenha conhecido pessoalmente, e a amizade que nutria por Santos Arranha, Alfredo Marques (co-fundador da UAP), Manuel Figueiredo, António Alves Pereira (rev. *Aurora*), Cristiano de Carvalho e António da Costa Coelho. Usou vários pseudónimos de forma a não ser identificado, nunca escreveu sobre a sua vida e só o fez numa edição de autor em 1938. Escreveu para mais de 20 jornais. Passou largas temporadas hospitalizado (tuberculose?). Até falecer esteve debaixo de uma constante vigilância da polícia.

Artigos identificados sobre Angola publicados n' *A Batalha* em 1926: Março: 11, 12, 16, 19; Abril: 6, 7, 8, 15, 17, 20, 24; Maio: 13, 14, 15, 16, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 30; Junho: 4, 5, 11, 16, 26, 27. Estes artigos apresentam uma perspectiva sobre esta colónia, muito mais crítica do que os artigos publicado na mesma altura n' *A Batalha* por Julião Quintinha, a propósito de uma viagem que realizou pelas colónias portuguesas em África.

62.1) Após os sucessivos falhanços do regime republicano, no principio dos anos vinte pretenem refundar a republica segundo bases federalistas e municipalistas. Foram então organizados importantes congressos municipalistas. Como era de esperar redundaram num fracasso. Republicanos na estavam dispostos abandonar o centralismo e o controlo partidário dos municipios e freguesias. Cfr. Monteiro, José Luís Cavaco, *Federalismo, Regionalismo e Municipalismo em Portugal (1920-1922)*. Tese. UL-FL. Lisboa. 2009

63) Élisée Reclus. Fundador da geografia urbana, analisou em profundidade a contradição entre o espaço urbano e a cidade, mostrando como as cidades saídas da revolução industrial eram segregadoras e destruidoras da sua identidade e diversidade. A ligação à natureza era a única forma como as podia regenerar. Obras: *Nova Geografia Universal*; *O Homem e a Terra*; etc.

Piotr Kropotkin. Este filósofo concebe a sociedade como parte da natureza. Uma sociedade justa assenta no apoio mútuo entre indivíduos livres e iguais. As cidades deviam ter uma escala humana, onde a agricultura e a industria estivessem interligadas e não separadas. Obras: *A Conquista do Pão*; *Campos, Fábricas e Oficinas* (1899); *Mutualismo: Um Factor de Evolução* (1902); etc.

64) Fonseca, Carlos da, *Para uma Análise do Movimento Libertário e da Sua História*. Antígona Lisboa. 1988, p.60

65) O Programa das Três Etapas segundo Charles Gide definia como objectivo destruir o capitalismo (o lucro e o salariado) através do cooperativismo: Na primeira etapa seriam criadas cooperativas de consumo que se uniriam numa federação. A acumulação dos seus excedentes monetários permitiria, compras a preços muito baixos e a criação de uma rede de armazéns grossistas. Numa segunda etapa os excedentes que fossem gerados seriam aplicados na criação de cooperativas de produção industrial, cuja produção suprimiria as necessidades dos cooperadores. Na terceira e última etapa passava-se à produção agrícola em função das necessidades dos consumidores-cooperadores. Deste modo toda a economia seria baseada na cooperação.

66) J.Joblin, “A Igreja e o Desenvolvimento Histórico dos Direitos Humanos (No bicentenário da Revolução Francesa)”, *Brotéria, Cultura e Informação*, Vol. 129, nº 4, Outubro de 1989

67) Campina, Ana Claudia Carvalho, *António de Oliveira Salazar. Discurso Político e “Retórica” dos Direitos Humanos*. Tese Doutoral. Salamanca, 1912.

68) Monteiro, Américo Enes, *A Recepção da Obra de Friedrich Nietzsche na Vida Intelectual Portuguesa (1892-1939)*.Universidade do Porto. 1997

69) **José Franco** (- 1957), modelista de sapatos é claramente o principal divulgador desta corrente libertária. Foi preso em Setembro de 1920. Publicou: “O Indivíduo Livre” (1918, Setúbal); “Anarquia” (1919, Lisboa). **Juliano José Ribeiro** (1885-?), membro dos Grupo Mocidade Anarquista (Porto, 1913-1915) da FARN. Foi também preso em Setembro de 1920. Era redator do *Jornal de Notícias* e director do jornal *Lutuosa de Portugal*. No dia 6 de Novembro de 1921, no Centro Comunista do Porto (anarquista), promoveram com outros elementos do jornal, um sarau com música, poesia e uma conferência sobre Stirner e Nietzsche de Juliano José Ribeiro (*Refractários*, nº 1 e 2).

70) Freire, João, “O Comunitarismo na História do Movimento Libertário em Portugal”, ? , nº. 171, Set-Out,1998.

71) Franco, Alberto, *A Revolução é a minha namorada - Memórias de António Gonçalves Correia. Anarquista alentejano*. Ed. Câmara Municipal de Castro Verde, 2000. Fundou e dirigiu em Cuba o jornal "A Questão Social" (1916). Breve bibliografia: M.B., *Impressões duma Comuna*, in *Alambique*, Primavera de 2013; Bicho, Francisco, “António Gonçalves Correia”, in *A Batalha* números 250 (Jul-Agosto, 2012), 251 (Set-Out. 2012) e 252 (Nov-Dez.2012) .

72) **Miguel Correia** (Beja, 1889-1940). Ferroviário. Foi preso em 1918 com **António José Piloto** (1886- 1867), outro dos mais destacados anarquistas membros da Associação de Classe das Oficinas Gerais do Barreiro, e editor do jornal *O Sul e o Sueste* (1919-1933). Miguel Correia foi preso a 19 de Agosto de 1926 e deportado para Cabo Verde a 19 de Setembro deste ano, na sequência do luta dos ferroviários contra o golpe militar. Morreu em Lourenço Marques. Bibliografia: *Diário de Notícias*, 13/10/1983; Freitas, Pedro de, *Páginas Históricas do Passado*. Setúbal, separata do jornal *O Distrito de Setúbal*, 1976..

73) Almeida, António; Alves, Natália, “A Comuna de Albarraque”, *A Ideia*, (54), Maio de 1990.

74) Gomes, Sónia Piedade Apolinário Ribeiro, *O Esperanto em Portugal. Língua Internacional e Movimentos Sociais*, UL.ISCTE. 2016, p.182; idem, “O movimento da língua internacional esperanto”, in M. de L. Rodrigues *et al.* (eds), *Anarquismo, trabalho e sociedade. Livro em homenagem a João Freire*. Coimbra: Almedina, pp. 191-235, 2017

75) Freire, João, “O Naturismo na História do Movimento Libertário em Portugal”, *A Batalha*, nº165, Set-Out, 1997

76) Iza Luso Barbosa, " O Utopista portuense Ângelo Jorge: Subsídios para a sua biografia ", E-topia: *Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.o 5 (2006). ISSN 1645-958X.<<http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/revista/index.htm>>

77) Bibliografia essencial: Baltrusch, Buyrghard, *Anarquia e Heteronímica em Fernando Pessoa - O Banqueiro Anarquista Revisitado*. 2014.

78) Raul Brandão. Bibliografia essencial: Simão, Vitor Manuel Martins, *Raul Brandão pintor da miséria - para uma estética da condição humana*. Universidade de Aveiro. 2005.

79) **Stuart de Carvalhais** (1887-1961) iniciou a 30 de Novembro de 1923 a sua colaboração no jornal *A Batalha* como caricaturista. Para além do diário, ao longo de três anos não houve periódico da Secção Editorial em que não tenha colaborado, como o *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha* ou a revista *Renovação*. Nos seus desenhos denuncia as desigualdades sociais, a guerra, a exploração infantil, o desemprego, a fome, crise da habitação, mendicidade, prostituição ou a condição feminina. Interrompe a sua colaboração a 1 de Abril de 1926. O país estava mergulhado numa feroz onda repressiva que culminará no início da ditadura militar de 28 de Maio de 1926. Nos seus desenhos abandona as questões sociais e políticas. Um das raras excepções foi o cartaz que fez em que se apelava ao voto na Constituição de 1933. Terminou a sua carreira como decorador na Feira Popular. Alcoólico, morreu de ataque cardíaco no Hospital de Santa Maria, a 3 de Março de 1961. Bibliografia: “Renda Barata e outros cartoons de Stuart Carvalhais n’*A Batalha*. Texto introdutório de António Baião. Editado por *A Batalha*. Lisboa 2019.

80) *Documentos Políticos Encontrados em Paços Reais*. Imprensa Nacional. Lisboa. 1915

81) Nogueira, César, *Notas Para a História do Socialismo em Portugal (1895-1925)*, vol. II, Colecção Portugalia. pp.132-134

82) Nogueira, César, idem, pp.112-118

83) Bibliografia introdutória: Ferreira, Pedro Soares (2011) – *Entre o terror e a esperança. A Revolução Russa na sociedade portuguesa, 1917-1921*. Casal de Cambra: Caleidoscópio; Leal, Ernesto Castro (2017) – “A Revolução Russa de Outubro de 1917 e os primórdios do regime comunista: aspectos da recepção pública e da dinâmica política em Portugal (1917-1926)”, *História Crítica*, Bogotá, 64: 39-60; Rates, José Carlos (1976) – *A Rússia dos Sovietes (1925)*. – 2ª Edição – Lisboa: Seara Nova, 1976 – prefácio de César de Oliveira; Ventura, António (1981) – “Os primeiros contactos. Portugal e a Rússia soviética”, *História*, 30: 44-46; Vilhena, Marcos Nunes de (2013) – *Recepção e Percepção da Revolução Russa na Crise do Sistema Demoliberal Português. Uma Análise de Imprensa*. – Lisboa: ISCTE-IUL; Guimarães, Paulo Eduardo (2017) – “O Iconoclasmo Acrata na década de 20”, *A Ideia: revista de cultura libertária*. II série – ano XLIII – vol. XX – n.ºs 81/82/83; No início da Revolução a UON e a CGT denunciaram a fome que se passava na Rússia, mas não atribuíram qualquer responsabilidade ao Partido Comunista. Sobre a fome para além de artigos n’*A Batalha*, o jornal publicou a brochura com o título *A Fome na Rússia: causas e efeitos* (1920) de Fridtjof Nansen. Depois da ruptura com os comunistas, começaram a ser publicados outros textos de denúncia sobre o que se passara na Rússia: Archinof, Piotr: *Para a História da Revolução Russa* (Porto: A Comuna, 1924); *A Revolução Social e o Sindicalismo* (Lisboa: A Batalha, 1925), *A História do Movimento Macnovista* (Lisboa: Spartacus, 1925).

84) A opinião pública foi intoxicada com a ideia que se estava a instalar o “comunismo anarquista” no Vale de Santiago em Odemira. Tudo concorria para esta interpretação: os trabalhadores rurais tinham no concelho uma forte organização sindical; a Comuna de Gonçalves Correia alimentava uma viva polémica sobre o “amor livre” e “comunismo prático”; a imprensa anarquista noticiava e saudava as expropriações de terrenos que estavam a ocorrer na Rússia; registaram-se, como em 1912, “expropriações” de terrenos incultos. Bibliografia: Campos, João Maria, “Para a História das Lutas Operárias. O Anarco-Sindicalismo no Concelho de Odemira”, in *A Batalha* nº16, 24/05/1975 e nº20, 9/08/1975; Rocha, Francisco Canais e Laredas, Maria Rosalina, *Os Trabalhadores Rurais do Alentejo e o Sidonismo. Ocupação de terras no Vale de Santiago*, Lisboa. 1982; Bica, António, “Uma Expropriação no Alentejo”, *O Diário*, 28/01/1977

85) *O Rebelde*, Beja. O último número, o 26, saiu a 5 de Fevereiro de 1920. Redator principal: António Monteiro; Administração: Manuel Rodrigues.

86) Escadas, Débora Duarte Val, *A Vida Impossível: O Movimento Operário em Braga durante a I República*. Universidade do Minho. 2017. pp. 191-193.

87) Matos, José Nuno, "Censura Vermelha: as empresas de jornais perante a greve da imprensa de 1921", in *Ler História*, 73 (2018)

88) **Manuel Ribeiro** (Beja, 1878-1941) aderiu ao anarquismo por volta de 1903 tendo desempenhado uma função importante como tradutor de autores como Gorki, Tolstoi, Kropotkine ou Paul Elzbacher e como colaborador na imprensa libertária e sindicalista. Foi o principal impulsor da Federação Maximalista Portuguesa (1919-1921) e do jornal *A Bandeira Vermelha* de que foi director (1919), assim como na fundação do PCP (1921). Entrou numa dimensão mística que o levou a afastar-se do comunismo.

Obras: *Imperiosa Verdade* (1908); *Sentido da Vida* (1909); *A Catedral* (1920); *O Deserto* (1922), a *Ressureição* (1923). Publicou depois a sua conhecida "trilogia social": *A Colina Sagrada* (1925), *A Planície Heróica* (1927) e *Os Vínculos Eternos* (1929).

Bibliografia: *A Batalha*, nº245, Maio-Junho de 2011; Pina, André, *A Federação Maximalista Portuguesa e a sociogénese do Partido Comunista Português*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2018

89) Numa declaração de princípios publicada a 12 de Outubro no jornal *A Bandeira Vermelha* afirmam que embora tenham adoptado a designação de bolchevistas, comunistas, maximalistas ou soviéticos todos os seus membros "são em princípio anarquistas e sindicalistas revolucionários", uma ligação ao anarquismo que procuram sustentar. Manuel Ribeiro n.º *A Batalha*, nº221, 7/10/1919, afirma que a revolução Russa era confirmação das ideias sindicalistas revolucionárias, que tão desprezadas pelos socialistas haviam sido.

90) O Centro Comunista do Porto (anarquista) apesar de estar empenhado na angariação de recursos para a construção de uma escola na Rua Entre-Paredes, nº33-1º, não deixou também de angariar dinheiro para *A Bandeira Vermelha* (B.V., 28/12/1919).

91) **Alexandre Sobral de Campos** (1888 - 1962 ?). Advogado, maçom. Em Coimbra participou na "Falange Demagógica" (outubro de 1910). Colaborou na "Terra Livre" (1913). Participou na Conferência Anarquista de 1914. Depois da revolução Russa de 1917 começou a afastar-se do anarquismo. Em 1918 aderiu à Liga Económica Nacional (fund. 1915). Foi delegado ao Congresso Operário de 1919 e fez parte do Conselho Jurídico da CGT. Co-fundou a Federação Maximalista Portuguesa (1919) e do PCP (1921). Mudou-se Moçambique.

92) **José de Sousa** (1898-1967). Era um dos elementos mais ativos das Juventudes Sindicalistas (JJSS), participando na sua Escola de Militantes (1920) e no comité nacional da Federação Nacional das JJSS. A sua mudança política ocorre quando recebe uma carta das Juventudes Marxistas da Alemanha, na qual o convidam a visitar esta organização em nome das JJSS. A visita foi recusada numa assembleia da organização. José de Sousa abandona então as JJSS e adere ao PCP, onde pretendia constituir uma organização semelhante às JJSS mas marxista. Foi acusado por antigos camaradas de ter ficado com a documentação da Federação Anarquista do Centro. Despeitado tornou-se no mais feroz adversário dos anarquistas. Foi eleito secretário-geral do PCP (1923), fundador da Intersindical (1930). Deportado para o Tarrafal, em 1938 questiona a posição do partido face ao pacto entre a Rússia e a Alemanha. Desiludido em 1943 afastou-se do PCP e tentou fundar um novo partido comunista. O PCP afirmou depois que se tratou não de uma saída, mas sim de expulsão, por ainda estar influenciado de ideias anarquistas (Alvaro Cunhal, *50 Anos de Luta do PCP*).

93) Testemunho de Raul Pereira dos Santos, *A Voz Anarquista*, nº71, Junho/Julho de 1983

94) O artigo era escrito por David de Carvalho que aderiu depois ao PCP. Em 1977 publicou um típico livro de propaganda comunista - *Os Sindicatos Operários e a República Burguesa (1920-1926)*, Lisboa, *Seara Nova*. Nesta obra, a Legião Vermelha deixa de ser uma criação dos comunistas para ser obra de anarquistas. Recorde-se que Jules Humbert-Droz, após a sua vinda a Portugal como delegado da Internacional Comunista, em 1923, não tem dúvidas em afirmar que

era uma organização comunista de carácter terrorista (Cfr. César de Oliveira, *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português*, Lisboa, Seara Nova. 1975, pp.90-91.

95) A bibliografia sobre a insurreição de Cronstadt (março de 1921) e o movimento Maknovista (1917 e 1921) embora reduzida não deixa de ser significativa: Archinov, *História do Movimento Macknovista (A Insurreição dos Camponeses da Ucrânia)*, com prólogo de Voline. 1º. Edição: Spartacus, 1925; 2ª. Edição: Assírio & Alvim, 1976 (Campo Lima é referenciado como sendo do Partido Socialista); S.M. Petritchenco, *A Verdade sobre Cronstandt*, edições A Batalha, 1975; J.Barrot, *Notas para uma análise da revolução russa*. Lisboa.1972;

96) Alexandre Vieira afirma que o principal critério para a escolha de **Francisco Perfeito de Carvalho** foi o facto falar várias línguas. Tipógrafo, autodidata, foi um activo militante anarquista e sindicalista, sobretudo entre 1908 e 1915. Colaborou n`O *Sindicalista*, participou na greve dos tipógrafos em 1911. Foi preso aquando do assalto pela policia à Casa Sindical (1913). Em 1914 foi eleito secretário-geral da UON, e no ano seguinte mudou-se para a Madeira onde dirigiu o semanário *Trabalho e União*. Foi preso e expulso para o continentes, em 1916 quando nas páginas do jornal se opôs à participação de Portugal na Guerra. Em 1919 está na fundação d`A *Batalha*. Entusiasmado com a Revolução Russa, nos começos de 1921 participa no trabalhos preparatórios da fundação do PCP. Em junho deste ano parte para a Rússia, onde participa no congresso constitutivo da Internacional vermelha (ISV). Em Moscovo acabou por se casar com uma moscovita "filha de um alto magistrado da antiga nobreza, com a qual viera residir em Paris, ao cabo de alguns meses", onde passa a trabalhar como tipógrafo. Alexandre Vieira conseguiu convencê-lo a vir ao congresso da CGT na **Covilhã** (Outubro de 1922) para apresentar o relatório de que ficara incumbido. Nada trouxe escrito e resolveu apresentá-lo oralmente e em verso. Desacreditado regressou a Paris, desligando-se completamente do sindicalismo e de qualquer ligação ao PCP. Bibliografia: Vieira, Alexandre, *Figuras Gradadas...*, p.26-27; Rocha, Francisco Canais, *Perfeito de Carvalho. Um sindicalista da Primeira República (1908-1922)*. Lisboa. CGTP-IN. 2016

97) *Renovação*. Director: Gonçalves Vidal. Editor: Alexandre Assis. Propriedade: Editorial A Batalha. Redação e administração: Calçada do Combro, 38-A-2º. Lisboa. O nº. 1 saiu a 2 de Julho de 1925, o último a 15 de Junho de 1926. Publicaram-se 24 números.

98) As publicações anarquistas procuraram aprofundar uma estratégia revolucionária baseada nos sindicatos e cooperativas de que são exemplo: Neno Vasco, *Concepção Anarquista do Sindicalismo*, Lisboa, 1923 (2ª. edição, estudo Introdutório de João Freire, 1984); Campos Lima, *A Revolução em Portugal*. Lisboa, 1925.; Pierre Besnarf, *Os Sindicatos Operários e a Revolução Social*, numa tradução de Francisco Quintal. Publicado pela editora libertária O Argonauta. 1931, Mario Castelhana, *A Ação dos Organismos de Transporte na Transformação Social*, 1932;

98.1) Brito, Nogueira de, *Em Marcha. Notas e comentários sobre a greve do funcionalismo público em 1920*. Apresentação e notas de Beatriz Ruivo e Eugénio Leitão. Seara Nova. Lisboa. 1976.

98.2) **João Pereira do Rio**, identifica-se como "operário barbeiro" e anarquista. Antes de 1921 já tinha passado pelas prisões de Braga e Lisboa. Terá sido deportado para Angola, onde se encontrava em 1930. Usa vários pseudónimos e anuncia que tem várias obras no prelo, não se confirmando a sua edição. Alguma das obras editadas assumidamente anarquistas: *Palestra Social. Diálogo entre um anarquista- comunista e um velho camponês*. Braga, 1921; *Canções e Hinos Revolucionários*. Braga. 1921; *Contos dum Revoltado*, Braga, 1921; *Horas Anárquicas* (versos), Braga, 1922 ?; *Definições Sociais*, Braga, 1922; *Roberto: O "Pescador"* (novela), Braga, 1923; *O Cavador - Episódio dramático social*, Braga, 1925; Os textos estão repletos de dedicatórias, com uma linguagem muito simples e directa. Exemplo: "Os governos: Os governos são uns núcleos de criminosos que vivem à custa das nossas lágrimas..." (*Definições Sociais*). Sem grande consistência teórica publicou nos anos trinta: *Da Terra dos Pretos (Crónica Gentílica)*, Coimbra, 1931. Nesta obra, revela alguns preconceitos em relação aos "pretos", afirmando que encontrou em Angola o verdadeiro comunismo anarquista defendido pelos seus principais teóricos (p.76), elogiando vários aspectos da cultura africana em comparação com a europeia.

- 99) Freire, João; Lousada, Maria Alexandra, *Roteiros da Memória Urbana - Porto: Marcas deixadas por libertários*; Cruz, Manuel Carvalho Ferreira, *O Movimento Libertário Português à Luz do Periódico A Aurora (1910-1919)*. Tese. Faculdade de Letras. Universidade do Porto.
- 100) Brigola, João Carlos, "O Padre Francisco Nunes da Silva (1790-1869) nas origens do Movimento Operário de Santarém". *Cadernos Culturais*, nº2, Setembro de 1989.
- 101) Freire, João; Lousada, Maria Alexandra, *Roteiros da Memória Urbana - Lisboa: Marcas deixadas por libertários*.
- 102) Pereira, Joana Dias, *A Produção Social da Solidariedade Operária: O Caso de Estudo da Península de Setúbal (1890-1930)*, FCSH-UNL, Setembro de 2013
- 103) Freire, João; Lousada, Maria Alexandra, *Roteiros da Memória Urbana - Setúbal: Marcas deixadas por libertários*.
- 104) Pereira, José Pacheco, "As Lutas dos Trabalhadores Alentejanos: Do banditismo à greve", in *O Século XIX em Portugal*. Colóquio. Novembro de 1979. Editorial Presença.
- 104.1) **Artur dos Santos Modesto** (1897-1985). Em 1912 filiou-se no Sindicato dos Sapateiros de Beja. Militante das Juventudes Sindicalistas desta cidade. Esteve na fundação da União dos Sindicatos Operários de Beja. Foi um dos fundadores do Despertar Sporting Clube de Beja, local de reuniões clandestinas dos anarquistas na cidade. Participou na Conferência Libertária em Belém em 1932. Activista da Federação Portuguesa de Solidariedade, do Núcleo Cultural "Ferreira de Castro". Ativista clandestino da CGT. Cooperativista. Depois de 1974 participou no relançamento do movimento anarquista, filiando-se na FARP. Obras: *Páginas do Meu Caderno* (1978) e "Alfarrábio Poético" (em conjunto com Francisco Quintal e José Francisco)(1984).
- 105) Matias, Elias, *Alentejo em Luta (Testemunho sobre os trabalhadores rurais durante a 1.ª República)*. Lisboa, 1985
- 106) Lutas dos mineiros de Aljustrel e Minas de S. Domingos...
- 107) Sequeira, José dos Reis, *Relembrando e Comentando (memórias de um operário corticeiro). 1914/1938*. Lisboa. A Regra dos Jogo. 1978.
- 108)...
- 109) Braga, Teófilo, *A Lanterna*, um jornal anarquista da Ilha Terceira, *A Batalha*, nº282, Nov/Dez.2018. O jornal foi impresso em Ponta Delgada, na rua da Fonte Velha, 34 e 36, e a redação e administração sediada na Rua Visconde de Bruges, em Angra do Heroísmo.
- 110) *A Revolta*. Nº1.- Janeiro de 1913. Órgão da Federação Anarquista da Região Sul. Redactor principal: Bartolomeu Constantino. Redação e Administração: Rua de Alcantara, 39-1º. Lisboa. Referia duas outras moradas: a Secursal da Internacional, na Rua do Carmo, pertencente ao camarada Plaza; O Centro de Estudos Sociais, Rua d'Alcantara, 36-1º.
- 110.1) A revista *Aurora* publicou diversos documentos destas conferências, no número 5 (Janeiro de 1930) ao número 9 (maio de 1930).
- 110.2) **Roberto das Neves** (1907-1981). Participou na fundação da UAP (1923), Aliança Libertária (1930), em revoltas contra a ditadura em Portugal. Em 1931 exilou-se em Espanha, participa na FAPE, na guerra civil de Espanha e no auxílio à fuga de refugiados, etc. Foi várias vezes preso (1926-27, 1931, 1934). Refugiou-se no Brasil em 1942, onde prosseguiu uma intensa actividade contra as ditaduras e onde fundou a *Editora Germinal*. Escreveu e participou na fundação de vários jornais em Portugal libertários, como *A Batalha*, *A Comuna*, *Igualdade* (1928-29), *Aurora* (1929-30), *Rebelião* (1932-1938), e em outros jornais como *O Diário da Noite*, *O Século*, *O Diabo*, *O Comércio do Porto*, *O Primeiro de Janeiro*. No Brasil: *Acção Direta* (1946-1959), *A Plebe*, *Portugal Democrático* (1956-1975, S. Paulo), *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro. Obras: *O Espectro de Buissa*; *Assim Cantava um Cidadão do Mundo* (1952). Bibliografia: Braga, Francisco

Victor Pereira, "Roberto daas Neves: Anarquismo, Antifascismo e Exílio na Trajetória de um "Cidadão do Mundo", *Revista Latino-Americana de História*, vol.7, nº.19, Jan-Jul. 2018

111) *A Plebe*, mensário defensor do povo. Nº. 1 - 19 de Outubro de 1924 e o nº19 a 1 de Junho de 1926. Redactor e editor: Manuel Candido Machado. Redação: Rua do Lidador, 22.

112) *Aurora*, mensário. Nº1, Outubro de 1925. Órgão e propriedade da Federação Anarquista da Região Sul de Portugal. Redação e administração: Cercal do Alentejo. Redactor principal: A. Alexandre de Melo. Editor: João Tomás. Administrador: Aniceto Lopes.

113) *O Anarquista*, órgão da UAP, Lisboa. Nº 1, 28 de Fevereiro e o nº9, o último a 8 de Agosto de 1926. Redator principal: Francisco Quintal. Editor: Fernando de Almeida Marques. Redação e Administração: Calçada do Combro, 38-A, 2º. Lisboa. Era a sede da CGT, Juventudes Sindicalistas, Federação da Construção Civil, Dramático de Solidariedade Operária, uma escola primária entre outras organizações. A sede era a mesma da UAP, na Travessa da Água da Flor, nº1, também em Lisboa. Como outras publicações libertárias foi proibido de circular depois da instauração da Ditadura Militar.

113.1) O conflito entre a UAP e a CGT é despoletado com um artigo publicado no jornal *Tiempos Nuevos*, editado em Paris por exilados anarquistas espanhóis. A CGT, entre outras coisas é acusada de se ter acomodado à ditadura militar. *O Anarquista* a 11 de Julho de 1926 faz a seguinte acusação: "A confederação está-se afastando do terreno revolucionário que lhes estão demarcado. Procuremos faze-la enveredar pelo verdadeiro caminho". A CGT corta relações com a UAP. *O Anarquista* é expulso da Calçada do Combro, e o grupo de Francisco Quintal é acusado de andar pelo país a denegrir a acção da CGT (*A Batalha*, 5/09/1926, 8/09/1926 e 9/9/1926). Francisco Quintal responde afirmando que *A Batalha* fazia "uma barreira acintosa" aos textos da UAP, e que a maioria dos anarquistas na CGT não ousavam falar como "militantes operários uma linguagem anarquista" (*Aurora*, Junho de 1930). Manuel Joaquim de Sousa, em *Últimos Tempos de Acção Sindical Livre e do Anarquismo Militante*, num texto datado de 1938 (?) chega a acusar a redação d`*A Batalha* de traição e de sabotar a CGT.

114) A instauração de um regime comunista no império russo e o aniquilação do movimento anarquista provocou uma forte reacção nos seus militantes. Qual a causa da derrota? Em 1926, um grupo de anarquistas russos e ucranianos exilados em Paris - Piotr Andreyevich Archinoff (1886-1937), Nestor Makhno 1888-1934) entre outros -, reunidos em torno do periódico *Dielo Truda* (A Causa dos Trabalhadores) publicou uma Plataforma Organizativa dos Comunistas Libertários. No seu entender visava corrigir as deficiências organizativas que explicariam a derrota dos anarquistas pelos bolchevistas. Na prática pretendiam criar um "partido anarquista" segundo o modelo do partido comunista russo. Para isso havia que combater o individualismo e a pluralidade de correntes do anarquismo, instaurando princípios, táticas e ações comuns, determinadas por um "comité executivo". Algumas das ideias: 1. A luta de classes como a principal teoria anarquista; 2. A ideia das massas como portadoras de uma capacidade criativa e anarquista natural; 3. O comunismo libertário estruturado com base numa organização sindical dos trabalhadores, seguindo princípios federalistas; 4. A responsabilidade colectiva; 5. A criação de um exército para a defesa destes princípios; 6. Uma férrea disciplina às ordens de um comité executivo. Bibliografia: Rossineri, Patrick, *Entre a Plataforma e o Partido. As Tentativas Autoritárias e o Anarquismo*. Ateneu Diego Giménez. Buenos Aires. 2011

114.1) Baião, António, "Suplemento Literário Ilustrado A Batalha (1923-1927)", edição online "Seminário Livre de História das Ideias e Fundação Mário Soares, 2017", edição em papel: *A Batalha*, 2018

115) Alves, Paulo, *A Verdade da Repressão: Práticas Penais e outras Estratégias na Ordem Republicana (1890-1921)*...

116) Menezes, Lená M. de, Os Processos de Expulsão como Fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (1907-1930), in *Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos ...*

117) José Marques da Costa foi preso no dia 3 de outubro de 1924, acusado de ser da sua autoria a bomba que explodiu no ``Francfort-Hotel''. Cfr. revista "Domingo Ilustrado", 1926, n.º 58, Ano 2,

Página 7.; Rodrigues, Edgar, *Companheiros-3*, pp.33-54; *A Batalha*, 21/11/1925 (entrevista na Guiné).

118) Cruz, Sara Nogueira, *Emigração e Expulsão: Repressão de Anarquistas e Comunistas Portugueses no Brasil (1890-1930)*. Tese. U Porto. 2013.

1926-1974: Resistência às Ditaduras

- 1) **Mário dos Santos Castelhana** (1896-1940), ferroviário, desde muito cedo ligado à organização e lutas sindicais dos ferroviários. Dirigiu e participou em jornais como *A Federação Ferroviária*, *O Ferroviário*, *O Rápido* (1923-1927). Dirigiu *A Batalha* desde 1 de Janeiro de 1927 até 6 de Outubro de 1927 quando foi preso e desterrado para Angola (1927-1930), Açores, Madeira (1931). Na clandestinidade fez parte da direcção da CGT, voltou a ser preso em 1934. Foi deportado para o Tarrafal onde veio a falecer. Obras: *A Acção dos Organismos de Transporte na Transformação Social* (1932), *Quatro Anos de Deportação*
- 2) Oliveira, César, *Portugal e a II República de Espanha. 1931-1936*. Lisboa. s/d., p. 41
- 3) Nos anos vinte foi-se consolidando um novo tipo de ditaduras na Europa que adquiriram primeiro na Itália e depois na Alemanha nos anos trinta a sua máxima expressão. Estas ditaduras estavam assentes num Estado centralista, uma organização corporativa (anti-liberal) e uma ideologia nacionalista e expansionista. O regime era dirigido por um partido de massas, tendo à sua frente um líder divinizado pela propaganda do regime. O comunismo era a grande ameaça externa, cujo combate justificava a eliminação física dos opositores internos. O modelo e práticas da ditadura Soviética não deixou também de influenciar as ditaduras "ocidentais". Cada ditadura na Europa teve naturalmente as especificidades de cada país, a sua história, as bases de apoio que possuía, as características pessoais dos ditadores, etc.
- 4) Pais, Rui Miguel Lamas, *A Bomba Explosiva no Porto 1920-1927*. Tese. FLUP. 2012
- 5) Carlos Frederico Bacelar e Sousa (1877-?) foi preso a 23/07/1925 acusado de estar envolvido num grupo da "Legião Vermelha" do qual faziam parte António Luíz Junior, o Vidraça, Raul Fernando de Oliveira Lopes e Celso Pinto Marques dos Santos (*A Capital*, 23/07/1925). Dedicavam-se ao fabrico de cédulas de 20 centavos e estampilhas de 40 que depois eram vendidas por uma rede de falsários. Em Abril de 1927 com 62 sindicalistas e anarquistas foi deportado para Timor (*A Batalha*, 15/04/1927), evitando ser levado para a Guiné para onde foram desterrados 98 "gatunos" e 50 "vadios". Em Timor revelou-se amigo íntimo do coronel Dias Antunes, deportado e um dos dirigentes do golpe de 26 de Agosto de 1931 (faleceu em Timor em 1940). No seu longo percurso de criminalidade destaca-se a sua passagem por Coimbra, onde possuía com um comparsa um restaurante (*Fenómeno*), estava ligada ao jogo, criação e exploração de um casino clandestino e exploração de prostitutas. Foi notícia a sua participação no roubo do Tesouro da Sé (21 para 22 de Junho de 1914), prisão (27/11/1914), julgamento (30/11/1915). Em Timor aparece ligado ao incêndio do Palácio do Governador (20/04/1933). Consultar: *Gazeta de Coimbra*, 22/12/1915, etc. José Grácio Ribeiro, *Quem Foram os Incendiários? - História dum crime político praticado em Timor, em que de maneira idêntica à do caso Reichstag, foi lançado fogo ao Palácio do Governador daquela colónia* (1934), *Deportados* (1972), etc.
- 5.1) José Gomes Pereira, o conhecido *Avante*, publicou um folheto intitulado *A Propósito de um Artigo* (edição de autor, Lisboa, maio de 1922), no qual acusa M. J. de Sousa de colaboracionismo com o patronato, em resposta a um artigo publicado no *A Batalha* (22/04/1922). *Avante* esteve envolvido numa explosão na própria sede da CGT que foi prontamente condenada.
- 5.2) A 18 de Abril de 1926 chegaram a Lisboa de 9 dos 10 sindicalistas deportados de Moçambique, acusados de liderarem as greves dos ferroviários nesta colónia. Foram recebidos e apoiados pela CGT.
- 6) Fontes, Carlos, *Feira Popular de Lisboa. Diversão e Poder*. Lisboa. Tese. ISCTE. 2001
- 7) A participação do PCP nos golpes do PRR foram amplamente publicitadas na imprensa comunista mas também socialista. O PRR em 1924, como vimos, é considerado pelo partido comunista o melhor posicionado para derrubar a República. No golpe de 10 de Dezembro de 1923, o primeiro de colaboração entre o PRR e o PCP. O *Comunista* (nº8, 20/12/1923) declara: " Os radicais republicanos com a cooperação de muitos comunistas tentaram um golpe de mão em Lisboa no dia 19 de Dezembro, com o sentido, evidentemente, de se apoderarem do governo

e de dirigirem os destinos do país”. No golpe de 1924 o PRR prometeu ao PCP o ministério do trabalho segundo os socialistas (*República Social*, nº140, 14/09/1924).

Sobre o golpe de Fevereiro de 1926, o PCP declara que foi convidado a participar com o PRR, militares e intelectuais. No entanto, “Os partidários da ISV reconhecendo que isoladamente o proletariado nada poderia tentar com êxito, não tiveram dúvida, apesar de todas as divergências de ideias e interesses, a dar o seu apoio e interferir na ação a desenvolver”, *A Internacional*, nº61, 20/093/1926. Este golpe tinha em vista antecipar-se a um golpe fascista que estaria em preparação. Quem acabou por fazer o golpe que instaurou a Ditadura Militar foi um membro do PRR.

Nesta altura, o PCP vinha desenvolvendo uma campanha contra os “Direitos Humanos”, a “Liberdade” e a “Democracia” burguesa.

7.2) Este afastamento como é sabido levantou provocou um conflito entre 1922 e 1927 entre a imprensa monárquica (*A Época*, *Acção Realista*, *O Dia*, *Correio da Manhã*, entre outros) e *Novidades* (orgão do episcopado). Os monárquicos sentiram-se traídos pela Igreja.

7.3) O golpe de Abril de 1925 foi um teste e um ensaio para o golpe de 28 de maio de 1926. Permitiu aos golpistas saberem que estava por eles e no que tinha falhado: a mobilização dos militares fora de Lisboa e do Porto. Cfr. Paxeco, Oscar, *Os Que Arrancaram em 28 de Maio*. Lisboa. 1937

7.4) Leal, Ernesto Castro, "A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)", *Análise Social*, vol. XXXIII (148), 1998, p.835

7.5) Em plena ditadura salazarista, Tomás da Fonseca, em 1955, publicou na editora libertária *Germinal*, no Rio de Janeiro, a sua conhecida obra - *Fátima. Cartas ao Patriarca de Lisboa*.

7.6) Campinos, Jorge, *A Ditadura Militar. 1926/1933*. Lisboa. 1975

8) A censura prévia não era nenhuma novidade em Portugal. Durante a Monarquia e na Primeira República foi várias vezes instituída. Após o golpe de 28 Maio, os militares trataram logo de a impôr como já haviam feito no passado. No dia 22 de Junho de 1926, numa nota enviada pela polícia às redações dos jornais de Lisboa determinava-se a obrigação de serem apresentados quatro exemplares de cada jornal ao comando-geral da GNR, no quartel do Carmo para exame e autorização. Dois dias depois exigia-se que na primeira página do jornal constasse a frase: “Este número foi visado pela Comissão de Censura”. Um sistema de censura que ao longo quase cinco décadas foi sendo aperfeiçoado.

9) José da Silva Santos Arranha (1890-1962). Colaborou em vários jornais, como *A Voz do Operário*. Em 1922 -1923 foi eleito secretário-geral da CGT. Em 1925 e 1926 foi director d’*A Batalha*. Após a sua prisão em 1927 fugiu para a Bélgica, onde combateu no Sindicato dos Operários da Construção Civil. Para fugir aos nazis regressou a Portugal em 1939, mantendo-se muito activo na resistência contra ditadura. Fez parte do grupo Esperança.

10) Barreto, Madalena Ceppas Salvação, *Timor do século XX: deportação, colonialismo e interações culturais*. UNL-FCSH. Outubro de 2015. Com um excelente levantamento dos presos políticos para esta antiga colónia.

11) Raul Pereira dos Santos. Para um resumo da vida impressionante deste anarquista : *A Voz Anarquista*, nº71, Junho/Junho de 1983.

12) Deportados para Timor em 1927 com fortes ligações iniciais à *Legião Vermelha*: Joaquim António Pereira (Bela Kun, 1896-1929), Hillário Gonçalves (1907- ?), António Augusto dos Santos, Artur Pinho Alonso, José Gomes, o Avante, Arsénio José Filipe (pintor da construção civil), João Filipe (pintor da construção civil, irmão do anterior), António Luís Júnio, O Vidraça, Carlos Frederico Vasconcelos Bacelar e Sousa, Augusto Victor Martins, José de Melo Aguiar, Luís José de Abreu (1887-?), José Abrantes Castanheira (1901-1929), José Maria da Cruz (1897-1932),

Júlio da Anunciação, o Gago, José de Abreu (1887-), Manuel Simões de Miranda (1903-1943), Manuel Tavares da Silva (1900-).

13) José Alberto (?- Março de 1930). Natural de Portimão muito jovem foi para Évora. Destacou-se nas lutas dos trabalhadores corticeiros, dos rurais de Évora e na União Fabril do Barreiro. Participou no Congresso Anarquista da Região Sul (1914), Conferência de 1923, fez parte da Federação Anarquista da Região Centro (1924). Foi preso em 1927 e deportado para Angola, onde faleceu em Sá da Bandeira (Lubango).

13.1) Emídio Santana (1906-1988). É uma figura incontornável do movimento anarquista em Portugal durante a ditadura e após a restauração da democracia. Antigo aluno da Escola Oficina nº. 1 na Graça. Militante activo das Juventudes sindicalistas, das quais foi secretário-geral (1925-1926). Foi secretário-geral do sindicato metalúrgico, da Federação Mineira e Metalúrgica (1931-32) dirigiu vários órgãos destas organizações sindicais. Foi também secretário-geral da Câmara Sindical de Lisboa. Participou na fundação da Aliança Libertária de Lisboa (1931), de cuja acusação pela polícia política lhe valeu a prisão e deportação para Angra do Heroísmo (1933-24 Agosto de 1934). No regresso integra o Comité Confederal clandestino da CGT (1935-1937). Como delegado da CGT participa no Congresso de Saragoça (maio de 1936). No regresso participa na organização de diversas acções armadas contra a ditadura (1937), durante as quais é preso (19 de Outubro) e condenado a 16 anos de prisão. Durante a sua prisão nunca se desliga da acção revolucionária contra o regime. Após a sua libertação a 23 de maio de 1953, prossegue em diversas frentes (cooperativismo, inquilinato, imprensa, comícios da oposição, etc) a luta pela liberdade. Depois do 25 de Abril de 1974 assume a direcção do jornal *A Batalha* até falecer (16 de Outubro de 1988). Desde muito jovem participava regularmente na imprensa libertária e sindical. Obras: *História de um Atentado: O atentado da Salazar* (1976); *Memórias de um militante anarco-sindicalista: Tempos luta de adversidade e de Esperança* (1987); *Onde o Homem Acaba e a maldição Começa: Crónicas do Mundo dos Ex-Homens* (1989), etc.

14) Faustino Bretes (1902-1986), carpinteiro, destacou-se como organizador do operariado de Torres Novas. Em 1920 co-fundou a Associação de Classe União dos Trabalhadores de Torres Novas. Participou a revolta do 7 de Fevereiro de 1927. Foi várias vezes preso. Editou dois periódicos sindicais: *Sindicato Metalúrgico* e *Construção Civil*. Foi um activo colaborador da imprensa libertária e socialista em Portugal (*A Batalha*, *A Comuna*, *Aurora*, *Liberdade*, *Renascença*, *O Protesto*, *República Social*, *Pensamento*, etc) e em Espanha (*Tiempos Nuevos*) e França. Fundou o jornal *O Rebate* (1925-1927) e a *Alma Torrejana* (1928). Escreveu diversos livros, como *Flexas* (1928), *A Igreja e a Escravidão* (1932), *Ideias do Integralismo: Breve Resposta-Refutação do Folheto Balisas sobre Sindicalismo Orgânico do Integralismo Sr. Rolão Preto* (1932) ou *Centenário do Mutualismo em Torres Novas* (1962). Integrou a Associação de Socorros Mútuos Montepio de Nossa Senhora da Nazaré de Torres Novas da qual foi presidente (1960-1965), director e editor do seu Boletim.

14.1) Madureira, Arnaldo, *A Igreja Católica na Origem do Estado Novo*, Lisboa, 2006, p.127

14.2) A Liga de Defesa da República foi fundada na Galiza, pouco depois da revolta de 3 a 7 de Fevereiro de 1927, transferindo-se a seguir para Paris. Era constituída entre outros por Afonso Costa, Raul Proença, Jaime Cortesão, José Domingos dos Santos, Alvaro de Castro, Jaime de Morais, Viriato Lobo, António Sérgio. Estabeleceram-se em 1932 em Madrid.

15) Manuel da Conceição (1890-1966), encadernador da Imprensa Nacional. Foi secretário-geral Interino da UON (1917), participou nos congressos operários de 1919 e 1922. A partir de 1926 envolveu-se na direcção de actividades desportivas, sem todavia desligar-se completamente do movimento sindical. Fez parte da direcção da Federação Portuguesa de Hóquei e Patinagem (1926) e da Associação Atletismo de Lisboa (1930). Foi por três vezes presidente da Benfica (1926, 1931-1933 e 1946-1947). Em 1934 perante o assalto da Ditadura aos bens dos sindicatos colaborou na transformação do Sindicato do Pessoal da Imprensa Nacional no Grupo Desportivo e Recreativo da Imprensa Nacional de forma a evitar o seu saque. Perseguido pela Ditadura a sua subsistência foi assegurada pela direcção do jornal *A Bola*.

16) *Germinal*, quinzenário. Doutrina e Crítica Social. Editor: Mário Ferreira. Director: Rodrigo M. Ferreira. Correspondência: Rua das Fontainhas, 38. Porto. Nº1, 5 de Agosto de 1929.

17) *Aurora*, revista. Director: Abílio Ferreira. Editor: Fernando Barros. Sede: Rua Cunha Espinheira, 131-A, Porto. Depois do número 3: Largo da Povoia. O nº1 saiu em Setembro de 1929, o último - 14, em Outubro de 1930. A redação foi assaltada e selada. A tipografia que já forma d'A *Comuna* foi salva por Júlio Gonçalves Pereira tendo sido utilizada em Lisboa na edição clandestina d'A *Batalha*.

18) *Vanguarda Operária*, quinzenário, depois semanário, Porto. Nº1 (14 de Julho de 1929) e o último (?): 58 (3 de Novembro de 1930). Editor e director: Zacarias de Lima; Administrador: Francisco Ferrão. Neste período foi um dos órgãos possíveis da CGT.

19) *A Cultura*. Revista Mensal Ilustrada, Lisboa. Director: Campos Lima. Foram publicados 18 números. Ano I: 1 a 12 (janeiro de 1929-fevereiro de 1930). Ano II - 1 a 5 (Março, Julho, Novembro e Dezembro de 1930, Janeiro e Fevereiro de 1931). O número 5 do IIº ano (Janeiro de 1931), pública o manifesto da Aliança Libertária.

20) *Igualdade*. Coimbra. 1928 (2 números) e 1929. Direção: José de Almeida. Colaboradores: Roberto das Neves, José Garcia Ribeiro, etc

21) *Terra e Liberdade*. Redacção e administração: Rua Miguel Pais, 102, Barreiro. Redatores: J. Pedro Lourenço, Germinal Brandão e Eduardo Ferreira Júnior. Editores: Adriano A. Pimenta. Administrador: Virgílio P. Barroso. A partir do nº 7 (Setembro de 1931) passou a ser porta-voz da Aliança Libertária Portuguesa. O último número legal foi o 8º., em Dezembro de 1931. O grupo Terra e Liberdade, entre outros, era constituído para além dos mencionados por Barroso da Silva, José dos Reis, Miquelino da Silva, José António Machado. Em 1932 a tipografia foi transferida do Barreiro para a Atalaia, Montijo, onde continuaram a ser impressas publicações clandestinas.

22) Freire, João, "O Anarquismo nos Implacáveis anos 30", in *Diário de Notícias*, Lisboa, 15/03/1984, suplemento *História*, pp.7-10.

23) **Germinal de Sousa** (1909-1968), tipógrafo. Foi membro das Juventudes sindicalistas. Entre 1926 e 1928 participou em vários grupos anarquistas de Espanha e França. Foi várias vezes preso e torturado. Esteve na criação da ALP (1931). Exilou-se em Espanha em 1932, servindo como elemento de ligação da CGT. Durante a Guerra Civil foi nomeado secretário-geral da FAI (1938). Em Janeiro de 1930 refugiou-se em França e aí encarcerado em Campos de Concentração. Fugiu para a Argélia em 1943, onde saiu para regressar a Portugal em 1948. Depois de 1953 passou a lutar nas organizações cooperativas e de defesa do inquilinato de Lisboa e Porto. Era defensor do anarquismo intervencionista.

23.1) Bibliografia: Gonçalves, Gil, "Península rubro-negra. FAI e o iberismo libertário no entre guerras (1927-1936)". *História*, 10 (1), pp. 29-52, 2020

24) **Valentim Adolfo João** (1902-1970). Mineiro, destacado sindicalista. Delegado ao congresso da CGT em 1925. Membro de grupo de anarquista da Mina de S. Domingos (1923-1933). Participou na Conferência Anarquista do Sul (1925). Participou na greve dos Mineiros de 1932, tendo sido preso. Foi presidente do sindicato dos mineiros da Mina de S. Domingos e depois da Mina de Aljustrel. Participou no atentado a Salazar, entrando na clandestinidade até 1946 quando foi preso.

24.1) **Luís Joaquim Portela** (c.1906 -1954), estucador, membro do Sindicato da Construção Civil. Foi preso em 1932 e de novo em 1933, condenado a 14 anos de degredo, foi deportado para os Açores, seguiu-se Peniche de onde conseguiu fugir para o Brasil (1946). Regressou clandestinamente a Portugal, em 1952, sendo de novo preso. Cinco cartas da correspondência entre Luís Joaquim Portela e Edgar Rodrigues foram publicadas no livro *Na Inquisição de Salazar* (1957). O primeiro assina Ludoviko e o segundo Varlin. As cartas de Luís Portela foram enviadas da cadeia civil do Porto (15/01/1934, 25/01/1934 e 3/02/1934) são um retrato impressionante da resistência anarquista contra a ditadura.

24.2) Gil Gonçalves - "Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)". *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série. Vol. 10 no 1. 2020. 29-52.

24.3) Freire, João, "Os Jovens no Movimento Libertário e Sindicalista Português", *A Batalha*, Nov/Dez. 2001

25) *Diário de Notícias*, 095/05/1926, 2137, p.1, New Bedford.; *A Batalha*, 25/08/1926

26) *A Luta*. Jornal de Combate às Religiões. Editor: Alfredo Gaspar. Propriedade: Ateneu de Estudos Sociais. 627.500 First St. Correspondência: a Luta, 139. Couty Street, Bom. 167 New Bedford, Mass. O número 36 (22 de Agosto de 1929) era dedicado à memória de Sacco e Vanzetti.

27) Correia, Rui, *Salazar em New Bedford. Leituras Luso-Americanas do Estado Novo nos Anos 30*. Lisboa, 2021.

27.1) Em 1932 o grupo de exilados republicanos em Paris transferiu-se para Madrid. Era dirigido por Jaime de Moraes, Alberto Moura Pinto e Jaime Cortesão. Estiveram envolvidos no fornecimento de armas à conhecida revolta das Astúrias (1934). Participaram com os anarquistas portugueses em várias acções contra a ditadura. Aponta-se como elemento de ligação Inocêncio Câmara Pires. Consultar: Paulo, Heloisa, "Portugueses pela República: republicanos e anarquistas combatentes em Espanha (1934/1936-1939)", RUA-L. Revista da Universidade de Aveiro, n.o 7 (II. série) 2018.

28) Clímaco, Cristina, "Os Anarquistas no Exílio (1930-1936)", in Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, Lisboa, 2013.

28.1) Oliveira, César de, *Portugal Perante a II República Espanhola*. Lisboa.1985

29) *A Batalha*, semanário. Editor: Alberto Dias. Administrador: Domingos Afonso Ribeiro. Sede: Calçada Castelo Branco Saraiva, 42, Lisboa. Propriedade: Comissão Interfederal. Nº1 (13/9/1930), 2 (20/09/1930), 3 (27/09/1930), 4 (4/10/1930), 5 (11/10/1930), 6 (18/10/1930), 7 (25/10/1930), 8 (1/11/1930), 9 (8/11/1930), 10 (15/11/1930), 11 (22/11/1930), 12 (29/11/1930), 13 (6/12/1930).

30) Oliveira, César, "Jaime Rebelo: Um Homem para Além do Tempo", in, *História* (Nova Série), nº6, Lisboa, Março de 1995.

30.1) **Aníbal Dantas** (1897-1963). Militante sindicalista do norte do país. Participou na revolução do 7 de Fevereiro de 1927. Em outubro de 1930 foi preso e deportado para os Açores. Em Março de 1931, com Mário Castelhanho e outros participou na Revolta da Madeira. Conseguiu fugir para o continente vivendo clandestinamente até 1963, quando faleceu. A sua companheira - Vígínia Dantas (1904-1991?) foi uma destacada militante sindicalista do Porto. Em 1924 fundou com Margarida Peixoto, Maria Júlia e outras, o Grupo Libertário Louise Michel aderente da União Anarquista Portuguesa.

31) Soares, João, *A Revolta da Madeira. Documentos*. Recolha e Organização de João Soares. Perspectivas & Realidades.Lisboa, 1979

32) Castelhanho, Mário, *Quatro Anos de Deportação*, p.189

32.1) Nos anos vinte, por influência dos discursos marxistas muitos anarquistas reduziram a questão da emancipação à "classe operária". A questão não passou despercebida n' *A Batalha* que esclareceu que na perspectiva anarquista a emancipação não era de classes, mas de indivíduos (*A Batalha*, 6/11/1926).

33) Guimarães, E. Paulo, "António Pinto Quartim (1887-1970): Um Anti-Colonialista em Angola nos anos '30 do Século XX", *Anarquismo, Insubissão, Inconformismo. Cadernos Nova Síntese*, Lisboa, 2022, pp. 187-206.

34) No princípio de 1932 a quantidade de deportados que se acumulavam em Timor era tal que desestabilizou a vida local. A 20 de Abril de 1932 o Palácio do Governador - Quartel General foi incendiado, tendo sido acusado um "preso social" - Rodrigo Rodrigues. Soube-se que tentara

arregimentar outros deportados de 1927 (Domingos Paiva, Arsénio José Filipe e Carlos Bacelar), que se recusaram a participar no incêndio dizendo-lhe “A Rapaziada velha não se mete nisso” . Um jovem “advogado” deportado em fins de 1926 - José Gracio Ribeiro - tomou conta da defesa do acusado e descobre que afinal Rodrigo Rodrigues estava inocente. Servia apenas de “bode espiatório” de uma sublevação falhada de republicanos. Condenado a 20 anos foi ilibado depois no Tribunal da Relação. Cfr. José Gracio Ribeiro -. *Quem Foram os Incendiários?*, 1934.

35) A imprensa que dava maior destaque a estas prisões e lutas era naturalmente a imprensa libertária, onde aparece inclusive fotografias de deportados anarquistas em Timor. José (Rodolfo) Marques da Costa, por exemplo, no semanário *El Libertário* de Madrid publica um artigo sobre o deportados em Timor (Nº43, 17 setembro de 1932) ou sobre a Greve dos Mineiros de São Domingos que resistiam às investidas repressivas da GNR (nº49, 29 de Outubro de 1932). Os exilados anarquistas dentro das limitadas condições em que viviam realizaram um notável trabalho de denúncia da Ditadura em Portugal, contrariando a propaganda que o regime fazia no exterior.

36) Entre 1933 e 1945 foram presos pela PIDE/DGS e outras polícias políticas suas predecessoras 16.693 indivíduos. Entre 1946 e 1974 foram 13.123. Os anarquistas foram os mais atingidos pela repressão.

37) **José António Machado** (1916 -1978). Operário corticeiro, tipógrafo e jornalista. Pertenceu ao grupo “Terra e Liberdade” (Barreiro) que editava o jornal com o mesmo nome. Em 1934 monta a imprensa clandestina que durante três anos assegurou a edição d’A *Batalha*, numa furna do Monsanto. Preso em 1934 e depois em 1937, quando foi deportado para Angra do Heroísmo. Quando saiu da prisão foi logo preso, tendo-se refugiado em Coimbra, onde passa a trabalhar como jornalista no *Diário de Coimbra* e depois no *Jornal do Comércio*. Depois de 1974 colabora no relançamento d’A *Batalha*. Obras: *Madame de Stael* (1967)

38) Uma das manobras típicas da atuação dos comunistas era denunciarem os seus “inimigos de classe”. A *Batalha* (nº.3, Junho de 1935) refere dois exemplos: A Delegação Confederal do Norte apoiou um grupo de comunistas espanhóis que se haviam refugiado no Porto. Os comunistas negaram este apoio, afirmando que o mesmo havia sido dado pelo Socorro Vermelho. O outro era um aviso a todos os militantes: “Prevenção. Previne-se a organização em geral que se acautele contra os ex-operários Rodrigues Lopes e um tal Braga, gráfico, ambos do Porto, o primeiro ainda recentemente chefe comunista tripeiro e o segundo também comunista, pois ambos se encontram ao serviço da Polícia de Informação da Ditadura. Segundo nos consta o segundo está em Lisboa, onde conhece muitos camaradas. Um e outro já tinham estado presos e deportados por delitos sociais varias vezes”.

38.1) Guimarães, Paulo E., "Socialistas e Libertários na Década de 1930: Mito e Criação Cultural. Notas de Leitura a Propósito da Revista Pensamento (1930-1940)", in *Anarquismo, Insubmissão, Inconformismo*. Cadernos Nova Síntese, Lisboa, 2022, pp.356-357.

39) Guimarães, Paulo, *Industria e Conflito no Meio Rural: os mineiros alentejanos (1858-1938)*, Lisboa,. Colibri,. 2001; idem, “Os últimos anos do sindicalismo revolucionário: a Federação Mineira e Metalúrgica e o Alentejo”, in *A Ideia*, nº.58, Março de 2003.

39.1) Sousa, Manuel Joaquim de, *Últimos Tempos de Acção Sindical Livre e do Anarquismo Militante*. 1925-1938 (obra póstuma), Lisboa. 1989, p.92.

39.2) Campinos, Jorge, *Ideologia Política do Estado Salazarista*. Lisboa. 1975

39.3) Medina, João, *Salazar e os Fascistas. Salazarismo e Nacional-Sindicalismo. A história dum conflito*. 1932-1935. Lisboa. 1979

40) A questão se o “salazarismo” foi ou não um regime “fascista” continua a alimentar uma vasta literatura. A maioria dos seus autores procura “adocicar” a ditadura em Portugal face às suas congéneres europeias. Reconhece-se que quase tudo foi igual, mas destacam-se algumas diferenças: os ditadores portugueses (Salazar ou Marcelo Caetano) eram mais modestos nos seus gastos quotidianos que Mussolini ou Hitler. Não tinham a retórica que estes possuíam,

pareciam-se com “burocratas”. A repressão foi violenta, no entanto depois de 1945, terá sido exercida de forma mais selectiva e discreta, possibilitada por uma vasta rede de informadores (bufos) que minavam a relação de confiança entre os portugueses, e o próprio interior das famílias. O partido único - a União Nacional - não era um partido de massas como em Itália ou na Alemanha, com os seus quadros convictos da sua ideologia, mas uma organização de “protegidos” do regime (proprietários, empresários, militares, funcionários públicos, etc). O expansionismo da ditadura portuguesa reduzia-se a preservar as colónias. O futuro que se prometia para o país não era urbano ou industrial, mas rural, pitoresco, imbuído da moral propagada pela Igreja Católica. A questão como é obvio não está no nome, mas na natureza do regime. Uma ditadura é uma ditadura. Bibliografia: Lucena, Manuel de, *A Evolução do Sistema Corporativo Português. I Vol. I Salazarismo. Vol. II. O Marcelismo*. Lisboa. 1976.

40.1) Caetano, Marcelo, *Problemas da Revolução Corporativa*. Lisboa. 1941, p.113. Nesta seleção de textos procura sintetizar os pressupostos ideológicos do corporativismo. Recorre a Hobbes para afirmar que o ser humano é mau por natureza, logo tem que ser domesticado, integrado no grupo a que pertence. O Indivíduo livre e independente não existe, é uma fantasia. A sua existência real é como membro de um grupo ou instituição: a família, a igreja, o município, a nação (p.52) ou no exercício de uma dada função social (p.49). O liberalismo ao exaltar a livre iniciativa e ao estabelecer na economia a livre concorrência fomentou o egoísmo, o domínio dos mais fortes sobre os mais fracos (p.130), cujas consequências foram assim a "preversão económica": as crises de sobreprodução". O proletariado ao tomar consciência que dos valores produzidos pela sua força de trabalho apenas arrecadava uma pequena parte, passou a alimentar a ideia de ficar com tudo o que produzia (p.113), o que foi explorado por aqueles que lhe prometeram o "comunismo libertário" e o "marxista" (após um indefinido período de transição". Foi por esta razão que o liberalismo estava falido. Também a Democracia o estava, porque ao envolver-se em continuas discussões, dada a liberdade de opinião, não consegue dar resposta aos problemas. O governo da sociedade devia pois, ser confiado a uma elite. Quanto à acusação do corporativismo ser um neo-absolutismo (Mirkine-Guetzévitch- *Le Néo-absolutisme corporatif, L'Année politique française et étrangère*, 1934), sem o negar afirma que se trata apenas de uma fase transitória necessária à implantação do corporativismo em Portugal (p.91).

40.1) Lucena, Manuel de, *O Presidencialismo do Estado Novo*. Lisboa. 1978

41) Emídio Santana regista que os únicos sindicatos confederados que se submeteram ao estatuto corporativo foram o dos marítimos de longo curso, devido à necessidade de assegurarem a escala de embarque dos seus filiados (cfr. “Sob o Signo dos Fascismo e da Guerra”, in *Diário de Notícias*, 15/03/1984)

42) Vieira, Alexandre, *Para a História do Sindicalismo em Portugal*. Seara Nova. 1974

42.1) **Acácio Tomás Aquino** (1899-1998). Com 17 anos ingressa na secção de Belém do Sindicato da Construção Civil de Lisboa. Participa nas Juventudes Sindicalistas. Fez parte do Concelho da CGT. Colaborou no jornal "Construtor".

43) **José Francisco** (1899-1990) deixou-nos um relato da sua prisão - *Episódios da Vida Familiar e de Militante Confederal* (Lisboa, 1982). A CGT solicitou à CIS elementos que deviam constar numa declaração conjunta a imprimir numa tipografia clandestina na Ramada. Dado não terem sido entregues pelo delegado da CIS, José Francisco em nome da CGT dirigiu-se no dia 16 de Novembro um sindicato que lhes era afecto - Sindicato do Pessoal das Carnes Verdes. Quando aí chegou percebeu que o sindicato fora assaltado e tinha caído numa ratoeira, acabando preso. Fora denunciado pouco antes quando a polícia assaltou uma tipografia na Rua Antero de Quental onde era impressa propaganda da CGT, e um funcionário da mesma indicou o seu nome como a pessoa que tratava do material a imprimir (p.60).

44) VV, *O 18 de Janeiro de 1934 e alguns antecedentes. Depoimento colectivo de Acácio Tomás Aquino, Américo Martins, Custódio da Costa, José Francisco, Marcelino Mesquita e Emídio Santana que coligiu*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.

45) Nota de António Ventura sobre os presos no concelho de Elvas: “A única acção concreta teve lugar na noite de 18 para 19, no concelho de Elvas, com o corte das linhas telefónicas e a

obstrução, com troncos de árvore, da estrada entre Vila Boim e Terrugem, por iniciativa de trabalhadores rurais anarco-sindicalistas. A PSP de Elvas procedeu a várias prisões em Vila Boim e Terrugem, sendo apreendidos, segundo o *Diário de Notícias*, «impressos contendo doutrinas subversivas». No dia 2 de Fevereiro, foram enviados para Lisboa, onde alguns foram julgados pelo tribunal Militar Especial. Manuel António dos Santos, de Vila Boim, foi condenado a 8 anos de degredo, 16 mil escudos de multa e 12 anos de perda de direitos políticos, seguiu para Angra do Heroísmo e foi libertado em 24-6-1940; João Ventura Travanca, de Vila Boim, foi condenado a 3 anos de prisão, multa de 3 mil escudos e perda de direitos políticos por 5 anos, seguiu para Angra do Heroísmo e foi libertado em 7-1-1937, ficando com residência fixa em Elvas; Manuel Luís Marques, de Vila Boim, foi condenado a 4 anos de prisão, 4 mil escudos de multa e perda de direitos políticos por 5 anos, seguiu para Angra do Heroísmo e foi libertado em 7-1-1937, ficando com residência fixa em Elvas; João Vicente Guerra, de Vila Boim, deu entrada no Forte de Peniche em 19-5-1934 e foi libertado em 22-1-1935; João Luís Cantarilha deu entrada no Forte de Peniche em 19-5-1934, foi condenado em 18 meses de prisão correcional e libertado em 27-7-1935; João Manuel Vinagre, natural de Vila Viçosa, foi condenado a 18 meses de prisão correcional e libertado em 27-7-1935.”

46) A imprensa ligada à Ditadura atribuiu até 1974 as várias ações revolucionárias aos comunistas. Em relação à greve geral de 18 de Janeiro de 1934, a sua organização foi atribuída quase exclusivamente ao PCP, e só marginalmente foi referido a CGT (cfr. Maria de Fátima Patriarca, ob.cit, nota 35).

O PCP, com base destas notícias, não tardava a reclamar a autoria das mesmas, mesmo que só marginalmente tivesse alguma participação. O caso do “18 de Janeiro de 1934” é demonstrativo desta técnica propagandista. Após a greve publicou dois documentos essenciais:

- “Das ilusões anarquistas e revirahistas no seio dos trabalhadores à frente única independente de classe (as primeiras lições da jornada do 18 de Janeiro), da autoria do secretariado do PCP em 1934, publicado por António Ventura, “As primeiras lições da jornada de 18 de janeiro”, em *Estudos sobre o Comunismo*, nº2, Janeiro/Abril de 1984. Não apenas reclama a organização da greve, como também ataca a CGT, atribuindo-lhe o fracassos.
- O *Proletário*, nº 1, Março de 1934, prossegue a mesma apropriação, publicando uma entrevista com José Gregório, dirigente do PCP e do Sindicato dos Vidreiros da Marinha Grande, que não participou na greve geral, nem sequer estava em Portugal. A entrevista foi publicada por L. H. Manta, O 18 de janeiro de 1934, Lisboa, Assírio e Alvim. 1975.

A CGT, como vimos, refutou a autoria da Greve Geral pelos comunistas. No entanto a propaganda continuou

Bento Gonçalves, no documento “Duas Palavras” (Tarrafal, 1941), continua a reclamar para o PCP a organização da Greve Geral, sobretudo na Marinha Grande, mas concluiu que o resultado foi uma “anarquizada”. Na verdade, o panorama do partido em 1933, conforme descreve estava profundamente desorganizado. Aceitava a estatização dos sindicatos, apelando à infiltração nos mesmos. Opunha-se a qualquer acção revolucionária. Recorde-se que na Marinha Grande, a célula do PCP, em 1934, nem um ano de existência tinha e a greve durou aqui apenas uma hora.

47) Bibliografia: Patriarca, Maria de Fátima, “O “18 de Janeiro”: uma proposta de releitura”, in *Análise Social*, Vol. XXVIII (123-124), 1993; Nunes, Hermínio, *Antecedentes Sociais do 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande*; *O 18 de Janeiro de 1934 e alguns antecedentes. Depoimento colectivo de Acácio Tomás Aquino, Américo Martins, Custódio da Costa, José Francisco, Marcelino Mesquita e Emídio Santana que coligiu*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1978; etc.

Para uma abordagem á mistificação mais recente: Ferreira, António José Lopes, *O 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande: A Imprensa Local na (Re) Construção do Mito*. Tese. Universidade Lusófona de Humanidades e tecnologias. Lisboa. 2018.

48) Santana, Emídio, “Sob o Signo dos Fascismo e da Guerra”, *Diário de Notícias*, 15/03/1984

49) Victor da Conceição (1894-1934), continuou no Ministério do Comércio foi preso diversas vezes. Em 1928 por ter participado na revolta do 7 de Fevereiro de 1927. Foi deportado para Timor a 2/09/1932. Veio depois preso para Angra do Heroísmo. Após ser libertado voltou a ser preso a 11/01/1934, quando andava a distribuir manifestos da FARP. Morreu na cadeia do Aljube a 8/05/1934.

49.1) António Augusto Quaresma (1905-1987). Operário da conserveiro de Setúbal, das juventudes sindicalistas e do Sindicato Único da Industria de Conservas de Setúbal. Participou activamente no 18/01/1934, tendo sido preso durante cinco anos em Peniche.

50) José Negrão Buísel (1875-1954), professor, seguidor da pedagogia libertária. Em 1902 fundou o jornal A Verdade, três anos depois o colégio Lusitano. Em 1912 fundou em Portimão o 'Grupo Libertário A Verdade', filiado na Federação Anarquista do Sul. Fez parte da CGT. Liderou o movimento grevista em Portimão e Silves em defesa dos operários corticeiros e marítimos (1922, 1925, 1926) e em acções contra a guerra em Marrocos (1925). O seu colégio estava aberto a todos, os alunos mais pobres não pagavam propinas. Foi preso várias vezes, nomeadamente na sequência da greve geral de 18 de Janeiro de 1934.

50.1) José Correia Pires (1907-1976), marceneiro. Destacado anarquista de S. Bartolomeu de Messines. Fez parte da direcção Sindical da Construção Civil, dinamizador de um escola local. Foi preso em 1931 por defender o ensino na *Voz do Sul*, de um modo que terá desagradado ao administrador do concelho. Voltou a ser preso em 1932, quando a policia assaltou o Sindicato dos Marceneiros e Mobílias encontrou documentação da sua pessoa. Foi então enviado para o Aljube, onde entrou em contacto com outros destacados anarquistas que aí se encontravam presos. Após ser libertado em Maio de 1933, participa na organização da Greve Geral de 18 de Janeiro de 1934, fazendo parte dos comités do Alentejo e Algarve. Após a greve, para não ser preso, fugiu para Espanha e França, sendo aí expulso. Participou na FAPE. Regressou a Portugal em Dezembro de 1935, colaborou na edição clandestina d'A *Batalha*. Denunciado foi preso em Novembro de 1936, e deportado para o Tarrafal em Maio de 1937 de onde regressou em 1945, para ser novamente preso. Após ser libertado, prosseguiu a luta contra a Ditadura. Bibliografia: Soares, Manuel Lourenço, "José Correia Pires", *Jornal de Almada*, 26/10/1976.

50.2) Manuel Francisco Rodrigues (1901-1977). Anarquista, seguidor de Tolstoi, pacifista, naturista, vegetariano, esperantista, defensor dos animais. Proudhon e Kropotkine era duas outras referências fundamentais no seu pensamento. A partir de 1923 empreende uma viagem por toda a Europa e norte de África, durante vinte anos, que o leva a conhecer comunas libertárias naturistas-pacifistas, como Villanueva del Ariscal (Sevilha), Bacon, Eden Kolonie (Oranienburg, Berlim. Quinta cooperativa fundada em 1893, onde viveu 5 anos) e a de Grawnas (Suécia). Vive 10 anos em Paris, diplomou-se como professor de francês em Bruxelas. Fluente em várias línguas. Privou com Stefan Zweign, do qual foi tradutor para português da obra *O Mundo de Ontem*. Em 1936 está em Espanha, exercendo o papel de tradutor e professor em Mislata (Valência) e Barcelona (1937-1939). Recusa-se a combater durante a guerra civil. Depois da guerra esteve com outros anarquistas em Gurs, um campo de concentração em França (1939-1940), decidiu regressar a Portugal em 1940 tendo sido preso, passou pelas cadeias do Aljube, Caxias, Peniche e foi deportado para o Tarrafal (1941-1945). Obras: *Eine Nacht im Gebirge* (*Uma Noite na Montanha*, obra escrita a pedido da comuna de Eden Oranienburg, edição de 50 mil exemplares), *Trent mille kilometres à travers le monde* (?), *Memórias de Oryam* (1950), *Elegia de Touro de Lida. Poema de José Maria Valverde* (1954), *O Cântico de Oryam: sobre o homem, a terra, o universo, a vida, o além, a morte* (1957), *A Ideia venceu a morte: drama* (1958), *Mensagem* (1965), *A Estrada do Tempo* (1967, a posição sobre as colónias é incompreensível. Uma imposição por ser professor no Liceu de Chaves?), *Tarrafal Aldeia da Morte Diário da b5* (Junho de 1974), *Um Caminho para o Socialismo* (1974 ?), *Socialismo em Liberdade* (1975, refundindo a obra anterior). Até ao fim da vida escreveu centenas de artigos para jornais e revistas de Portugal e estrangeiro. Era genro de José Rodrigues Reboredo.

50.3) Abílio Gonçalves (2004). Membro da Associação dos Manipuladores do Pão. (Cfr. A *Batalha*, nº203, Jan-Fev. 2004)

51) António dos Santos Marcelino Mesquita (1912-1886), com apenas 21 anos, foi um dos principais organizadores da greve geral no distrito de Leiria. Coube-lhe o derrube dos postos

telegráficos e telefónicos para cortar as comunicações. Foi preso a 1 de Fevereiro, passou pelo presídio de Angra do Heroísmo e o Tarrafal (23/10/1936 -15/07/1940). Após a sua libertação trabalha como jornalista no jornal a República até à extinção do jornal. Consultar: Hermínio Nunes, *A Batalha*, n.º. 287; Baptista-Bastos, *Jornal de Negócios*, 18/12/2015; *Diário de Lisboa*, 20/09/1986. Publicou: *Os Mortos Acusam: O Processo do Vietname em Crónica*. Lisboa. 1973.

52) *A Batalha*. Números publicados da IIIª. série: número 1 em Abril de 1934 e o número 2 em Maio deste ano. Devido à prisões foi publicado o Boletim número 5 em Setembro de 1934. O PCP, através do seu jornal *O Comunista* sobre este facto escrevia: "Ora A Batalha iniciou a sua publicação ilegal na segunda quinzena de Abril, o n.º.2 saiu a 15 de Maio e o n.º.3 devia sair no dia 3 de Junho. No dia 30 de Maio foi a tipografia assaltada pela policia de informações que apreendeu o n.º. 3 e roubou-nos quanto existia na tipografia". O *Boletim* n.º. 6 saiu em Outubro de 1934 e o n.º.7 em Novembro/Dezembro de 1934

53) *A Batalha*, IVa. Série saíram apenas quatro números: no1 (março de 1935), cujo suplemento saiu em Abril; no2 (Abril de 1935) e no3 (Junho) e o no. 4 saiu em Janeiro de 1936

53.1) Consultar: Madroñero, Manuel Burgos, *Crónicas portuguesas de la Guerra Civil de España los informes del Vicecónsul portugués en Fernando Poo* (14 de agosto - 31 de octubre de 1936), Aldaba: revista del Centro Asociado a la UNED de Melilla, N.º. 31, 2001; idem, *Crónicas portuguesas de la Guerra Civil de España: los informes del Consulado de Portugal en Tángar: julio-diciembre de 1936*, Transfretana: revista del Instituto de Estudios Ceutíes, N.º. Extra 5, 1999; idem, *La colonia española en Portugal y la Guerra Civil (1936-1939)*, Historia 16, N.º 172, 1990; idem, *Crónicas portuguesas de la Guerra Civil 1936: los informes consulares de Andalucía y Extremadura*, Revista de estudios regionales, N.º. 15-16, 1985-1986; idem, *Salazar y la guerra de España, La guerra civil española / coord. por Manuel Tuñón de Lara*, Vol. 18, 1997; idem, *Portugal ante el estallido de la guerra civil española*, XI Congreso de Profesores-Investigadores, 1994; idem, *La misión militar portuguesa de observación entre España y los Viriatos*, Comunicaciones presentadas al VII Congreso de Profesores Investigadores: Motril, 1988; Oliveira, César, *Portugal e a II República de Espanha (1931-1936)*. Lisboa, 1985; idem, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa, 1987.

54) *O Despertar* n.º.1 saiu em maio de 1936, o n.º.2 em Julho, n.º. 3 em Outubro, o n.º. 4 em Novembro de 1936. O n.º. 6 (fevereiro de 1937), no7 (Maio) e o n.º. 8 em Setembro, com as siglas FAI-FIJL

55) Pires, José Correia, *Memórias de um Prisioneiro do Tarrafal*. Lisboa. Julho de 1975. Pp.129-132

57) *A Batalha*, volta a ser publicada: o no5 (IVa. série) surge em Janeiro de 1937; o no6 (Fevereiro), o 7 (Abril), o no8 (Maio), no9 (Junho) no11 (Julho), no11 (Setembro) que contém uma noticia sobre um pleno da CGT.

58) Santana, Emídio, "Sob o Signo dos Fascismo e da Guerra", in *Diário de Noticias*, 15/03/1984

59) **Lígia de Oliveira** (1917-1999), filha de pedagogo libertário Mário Augusto de Oliveira e Sousa (1892-1970), ingressa aos 16 anos nas Juventudes Libertárias. Em 1937 participa na organização do atentado a Salazar (cfr.Entrevista a Lígia de Oliveira in *Diário de Noticias*, suplemento "Mulher", 16/05/1984). Para evitar a sua prisão é levada para França, onde conhece Helmut Rudiger, anarquista sueco que fez parte da célebre Coluna de Durruti. Regressa mais tarde a Portugal, exercendo várias actividades profissionais, como cabeleireira. Nas suas visitas frequentes a Paris e Suécia funciona como elemento de ligação entre libertários e outros opositores à Ditadura. Acaba por fixar-se durante vários anos na Suécia, onde adere à SAC. Depois de Abril de 1974 integrada a *A Batalha*, assumindo muitas funções, nomeadamente nas relações internacionais com a SAC. Helmut Rudiger foi assassinado num Hotel em Madrid, a 9 de Junho de 1966, após um encontro com Lígia e quando esta regressava a Portugal (cfr. "Lígia de Oliveira (a biografia possível...)", in *Pão e Dignidade*, n.º.7, Nov-Dezembro de 2021.

60) *O Clarão*. Boletim policopiado do Comité de Lisboa das Juventudes Libertárias, o no.1 foi publicado em Junho de 1937

61) O jornal editado pela PIDE, aparecia como a 2a. série, tendo como director-delegado e editor: António Benjamim de Lima. Secretário Mário Mata e Silva. Director-Principal José Duarte Costa. A Redação e administração eram no Beco dos Apóstolos, 6-1o. Lisboa. Para disfarçar anunciava que havia sido "Visado pela Comissão de Censura".

61.1) Vasconcelos, José Manuel de, "*Pão Incerto*, de Assis Esperança", in *Anarquismo, Insubmissão, Inconformismo*. Cadernos Nova Síntese, Lisboa, 2022, pp.207-216

62) Rudolf Rocker (1873-1958) na sua magistral obra *Nacionalismo e Cultura* (1933), como referimos, analisou em profundidade este período e a tragédia que estava a acontecer. Embora a obra não fosse traduzida em português, muitos dos seus textos eram largamente divulgados na imprensa libertária em Portugal.

63) Miguel Torga. Bibliografia essencial:

64) *A Batalha*, nº247, Nov-Dez. 2011; Franco, António Cândido,

65) Avelino Nildo, *Anarquistas. Ética e Antologia de Existências*. São Paulo. 2004. p.109

66) Angel J. Cappelletti sistematizou da seguinte formas as "teses" fundamentais da "Moral Anarquista" de Kropotkine: 1ª. *Anti-Teológica*. Anula o factor religioso, pretendendo ser tão científica quanto possível e uma prática ética elevada; 2ª. *Anti-metafísica*. Procura situar-se apenas no campo da natureza, onde toma os seus exemplos; 3ª. *Hedonista*. O bem moral, o ponto de partida, é aquilo que satisfaz a natureza (causa prazer); 4ª. *Anti-Egoísta*. O bem moral e a felicidade de cada um só pode ser considerada em relação à sociedade em que cada indivíduo vive. O prazer e felicidade de cada é indissociável do prazer e felicidade dos outros. O que só pode ser atingido através da solidariedade e apoio-mútuo; 5ª. *Justiça como valor supremo*. É considerada como a absoluta igualdade, a máxima virtude. Coincide com a Anarquia. 6ª. *Anti-Estatismo*. O Estado é a fonte de toda a injustiça e imoralidade, ao manter e reproduzir as desigualdades sociais, negando desta forma a igualdade, a liberdade e a justiça; 7ª. *Anti-Individualista*. A moral anarquista visa produzir um ser humano inteiramente entregue aos demais, que se realiza na luta por a justiça e por a liberdade de todos. Cappelletti, Angel J., *El Pensamiento de Kropotkin. Ciencia, ética y anarquía*. Madrid. 1978

66.1) Pereira, Victor, "A imprensa e o jornalismo português em França: da implantação da Primeira República à Revolução dos Cravos de 1974", *Livros ICNOVA*. Lisboa. 2021. p.102.

67) O jornal *A Liberdade*, publicado por José Agostinho das Neves, cujo primeiro número saiu a 9 de Abril de 1938, em Paris, assumia-se como "Porta-voz dos anti-fascistas portugueses", tendo como divisa: "Uma nova barricada que se ergue nos campos da luta contra a ditadura e uma bandeira que simboliza as aspirações supremas de emancipação humana." Não era um órgão anarquista, comunista, socialista ou republicano. "É apenas um jornal que pugna pelas liberdades e pelo progresso social; é um porta-voz dos anti-fascistas portugueses e como tal viverá." Afirma que nesta frente contra a ditadura nada se poderá fazer sem uma frente que unisse a CGT, a CIS e os Sindicatos Autónomos. O número 30 foi publicado a 24/06/1939.

68) Godinho, Paula, "A Batalha de Cambedo", *Revista de História*, nº 27, Dezembro de 1996; Godinho, Paula; Pereira, Dionísio, *Cambedo da Raia. Solidariedade Galego-Portuguesa...*

69) **Manuel Firmo** (1909-2005) deixou-nos um testemunho dos anarquistas nos campos de concentração franceses, a que se seguiu depois a sua prisão no Tarrafal. Consultar: *A Batalha*, nº. 147, Set-Out, 1994, nº148, Nov-Dez.1994 e nº.149, Jan-Fev.1995.; *Caderno d' A Batalha*, 2003, jornal *A Batalha*. Obras: *Nas Trevas da Longa Noite: Da Guerra de Espanha ao Campo do Tarrafal*. 1977. Maquinista dos Caminhos de Ferro Sul e Sueste, era um activo militante anarquista do Barreiro. Exilou-se em Espanha antes de 1936, integrando durante a guerra civil as fileiras militares da CNT, como sargento mecânico da aviação. Após a vitória franquista refugiou-se em França, sendo internado num campo de concentração, onde conseguiu fugir. Foi preso na fronteira de Portugal e enviado para o Tarrafal. Depois de libertado foi viver para o sul de Angola, para onde foram (1949) também foram dois dos seus irmãos: José Firmo (1914-?, ferroviário) e João Firmo, também anarquistas. José Firmo participou activamente na organização do sindicato

dos ferroviários de Benguela, onde dirigiu a primeira greve (1971). Regressou a Portugal em 1974, participando activamente na organização d' *A Batalha* até ao fim da vida.

69.1) José Bernardo (-1987), operário conserveiro de Setúbal, militante das juventudes sindicalistas e do respectivo sindicato, deve-lhe em grande parte a feitura deste jornal. Participou activamente no 18/01/1934, tendo passado pelas prisões da Trafaria, Peniche, Angra do Heroísmo e Tarrafal.

70) Em 1938 era publicada uma "folha de Divulgação Doutrinária", intitulada "Claridade", cujo nº 2, tem a data de 20 de Junho de 1938.

70.1) Valente, José Carlos, *Salazar, os sindicatos e as greves: o ano crucial de 1942*

71) Freire, João, "Os Anarquistas na Conjuntura do Após-Guerra", in *O Estado Novo, Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*. Lisboa. Fragmentos. Vol. II. pp. 9-26, 1987. Texto fundamental para os anos 40.

72) Quintas, Maria da Conceição, "O Pensamento Libertário e as Juventudes no Portugal da Primeira Metade do Século XX", in revista *Cultura*, Lisboa, 2ª. Série, vol. XIII, 2000/2001; idem, Vol. XIV, 2002.

73) Os panfletos clandestinos informam-nos sobre as lutas em curso e as respectivas organizações. No caso das juventudes libertárias registamos, a título de exemplo, alguns destes panfletos.

1942: "À Opinião Pública. Liberdade para os Presos Sociais!. Guerra a esta Situação. Outubro de 1942. A Juventude Libertária; "Em Face das Realidades. Palavras Claras e Actitudes Firmes. O Paraíso "Salazarista" a Descoberto. Novembro de 1942. O Comité das Juventudes Libertárias"; "À Lerta Povo Português!". Novembro de 1942.JL.

1943: "1º. de maio", Comité Regional das Juventudes Libertárias de Portugal (FIJL), 1º. de Maio de 1943; "Contra a Fome. Mais uma Vez o Povo Português Protesta Contra o "Estado Novo". Agosto de 1943. Impresso. Grupos Neno Vasco e Os Iconoclastas das JL.; "Portugueses !! Exigi a libertação de todos os presos políticos principalmente as vítimas do Tarrafal" (impresso); "A hora que passa". Comité das Juventudes Libertárias.

74) "O que Querem os Anarquistas Comunistas?", folheto de 4 páginas, datilografado, editado pelo grupo Os Iconoclastas. Dezembro de 1945.

75) O *Jovem Libertário* surgiu como anexo de Circulares Internas: A primeira circular que conhecemos dirigia-se "A grupos e camaradas isolados das Juventudes Libertárias. FIJL", 4 páginas, e está datada de 1 de janeiro de 1943. A que se seguiu datada de Fevereiro de 1943, tinha como anexo *O Jovem Libertário*. Dos Jovens para os Jovens. Datilografado. 4 páginas; A circular de Março de 1943, tinha como anexo *O Jovem Libertário*, nº2; A circular de Abril, anexava *O Jovem Libertário*, nº3; a circular de Junho, anexava *O Jovem Libertário*, nº5.

76) *Boletins das Juventudes Libertárias*: nº1 (Dezembro de 1945), nº 2 (Janeiro de 1946), nº3 (Fevereiro), nº4 (março), nº5 (Abril), nº6 (maio), nº7/8 (Junho-Julho), nº9 (Agosto), nº10 (Setembro), nº 11º (Outubro) e nº. 12 (Novembro de 1946).

77) *O Despertar* nº. 3 (Vª série) surgiu em Fevereiro de 1947; o nº 6, em Junho (Vª. Série) e os números 7/8 em Julho/Agosto de 1947.

78) Guimarães, Paulo, "As Juventudes Libertárias e o Problema da Reorganização do Movimento Anarquista dos anos 40", *A Batalha*, nº. 140, Abril-Junho de 1993

79) A maioria dos panfletos desta época desapareceram. Os que subsistiram permitem-nos vislumbrar as lutas a que estavam associados: " Carta Aberta aos Trabalhadores. Impresso, 2 páginas. Junho de 1944. Comité Central da "Trabalho e União", ligada à CGT; "A todos os militantes da organização Confederal e a Todos os Simpatizantes do Sindicalismo Libertário. 1944

(?); "Liberdade de Pensamento ! Liberdade de Reunião! Liberdade de Associação! São os Direitos Basilares que Informam as actuais reclamações da Confederação Geral do Trabalho". Impresso. Conselho Confederal. Outubro de 1945.

80) Edições clandestinas de *A Batalha*: nº.7 (Maio de 1947, Vª série), nº10 (Agosto de 1947), nº11 (Novembro de 1948), nº 12 (Dezembro de 1948), nº 13 (Janeiro de 1949), nº14 (Fevereiro), nº15 (Abril), nº. 16 (Maio), nº17 (Junho), nº18 (Julho), nº19 (Agosto), nº20 (Novembro) e nº21 (Dezembro de 1949).

81) A propaganda do PCP tem divulgado a ideia que as greves do Outono de 1942 e Julho de de 1943 são demonstrativas da hegemonia que o PCP já tinha adquirido no movimento operário. Foram greves localizadas na região de Lisboa, com excepção das de 1943 que também tiveram alguma expressão em S. João da Madeira. Nas primeiras o PCP não teve qualquer influência. Nas segundas, embora afirme que as organizou, tal não corresponde à verdade, tendo inclusive as mesmas sido criticadas por dirigentes comunistas como Militão Ribeiro.

82) O MUD foi precedido pelo MUNAF (Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista) criado em Dezembro de 1943, cujo principal dirigente era Norton de Matos, antigo Alto-Comissário da República em Angola. Os republicanos maioritários no MUNAF defendia ações militares como o único meio par derrubar a ditadura.

83) Rodrigues, Edgar, *A Oposição Libertária em Portugal (1939-1974)*. Editora Sementeira, Lisboa, 1982; Botelho, Adriano, "Vivaldo Fagundes", in *A Ideia*, nº26/27, setembro de 1982.

84) Freire, João, "A Evolução Ideológica de Alguns Expoentes do Anarquismo Português no Pós-Guerra", *Revista da Biblioteca Nacional*. 1995.

85) Pinto, Antónia Maria, *Tarrafal: Resistir como Promessa. O poder de transformar uma experiência de opressão numa história de grandeza*. FSCH-UNL. Lisboa. 2019 pp.208-211

86) A questão organização dos anarquistas num partido política voltou a ressurgir no pós-guerra na cena internacional. Em França, as tentativas de unificação das várias tendências corporizaram-se na refundação em 1946 na Fédération Anarchiste, onde se destacaram militantes como Georges Fontenis (1920-2010) ou Maurice Joyeux (1910-1991). O primeiro não tardou a criar um grupo secreto com o objectivo de transformar esta federação num partido anarquista, semelhante a um partido "bolchevista", o que se traduziu na criação da Federação Comunista Libertária (1953). Esta organização concorreu em 1956 às eleições nacionais em França e acabou dissolvida um ano depois. Em 1968, Georges Fontenis co-funda uma nova versão do partido anarquista: Mouvement Communiste Libertaire, transformada depois em outras organizações similares.

86.1) *Carta particular (com vistas à opinião pública), dirigida por Jaime Brasil ao autor das "Orelhas compridas"*. Porto. 1950, pp.36-37. A polémica envolve Jaime Brasil e Agustina Bessa Luis e decorre de uma crítica literária feita pelo primeiro a um romance (*Super-Heróis*, maio de 1950) escrito pela segunda. A autora que desde 1948 enviava os seus escritos à consideração de Jaime Brasil, não gostou da critica feita n' *O Primeiro de Janeiro*, 12/08/1950. Iniciou-se então uma troca de correspondência entre ambos. Agustina, em Agosto de 1950, resolveu escrever um opúsculo - "*Os Super-Homens*" e "*Os Orelhas compridas*". *A propósito do diálogo Bessa Luis - Jaime Cortesão*, onde publica as cartas pessoais que enviou ao crítico. Aproveita para o desancar e mostrar que o mesmo, por ser anarquista, não gostara do romance. Refere que o seu cartão tinha escrito: "*Ex-Sentenciado e jornalista libertário*". Acusou-o também de censurar o romance por referir um aborto. Como resposta Jaime Cortesão escreve a citada *Carta Particular*, afirmando que se tratava de uma manobra publicitária da autora. Agustina aproveita a réplica para se auto-promover enquanto "artista" e escreve mais um opúsculo: *Dissecações a um ex-Critico de Arte*, Porto. 1950. Todo o discurso é propagandístico, recheado de afirmações, tais como: Portugal em oito séculos de história não produziu um único escritor, pintor ou guerreiro. Ela era a excepção.

88.2) A História do PCP sobre a década de cinquenta está repleta de acusações contra os funcionários do partido. Enveredaram pelo "sectarismo" e o "reformismo na acção política e

liquidacionismo no plano organizativo" (1949-1955), provocaram um "desvio de ultra-direita" (1955- 1961). O PCP fora transformado num "partido de funcionários", apostados na propaganda, mas desligado do combate de base. Cfr. Ramiro da Costa, *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal*. 2º. Volume. 1930-1975, Lisboa. 1979, p. 117

87) Os historiadores marxistas, como João Manuel Martins Madeira ("O Partido Comunista Português e a Guerra Fria. "Sectarismo", "Desvio da Direita", "Rumo à Vitória" (1949-1965). FCSH-UNL. Maio de 2021) tem insistido nesta tese, escondem que embora o grande crescimento do PCP tenha ocorrido entre 1944 e 1949, quando atingiu os 5 mil militantes, depois desta data começou a debandada geral. Entre 1949 e 1965 reinou a instabilidade no PCP. A sua estrutura dirigente quase desapareceu, assim como o aparelho clandestino. O MUD Juvenil, criado em 1945 e onde o PCP recrutou muitos dos quadros, em 1956 estava dada como extinta. Na sociedade portuguesa a única organização de jovens que registou nos anos cinquenta um forte crescimento foi a Acção Católica Portuguesa.

88) Teixeira de Sousa, A; Eduardo Freitas, *Subsídios para uma análise da população activa operária de Portugal*, GIS.Lisboa, 1974

88.1) Riegelhaupt, Joyce Firstenberg, "Os camponeses e a política no Portugal de Salazar - O Estado Corporativo e o "apoliticismo nas aldeias", *Análise Social*, vol. XV, 1979, pp. 505-523

89) Petrus, no 5º. volume de "Proudhon e a Cultura Portuguesa" publicou uma vasta antologia de textos de António Sérgio sobre cooperativismo na perspetiva do "socialismo libertário".

89.1) **Moisés da Silva Ramos** (1919-2000). Engenheiro Electrotécnico. Era filho de **Álvaro da Costa Ramos** (1895-1948), anarquista, destacado activista do sindicato do Pessoal de Câmaras da Marinha Mercante, várias vezes preso e deportado. Participou de muito novo nas Juventudes Libertárias. Entre 1936 e 1939, em ações de apoio à luta contra o franquismo (Rádio Fantasma). Apoiou a fuga de refugiados para Marrocos, Inglaterra e França. Participou no final dos anos 30 na Universidade Popular Portuguesa, na cooperativa A Padaria do Povo. Nos anos quarenta está envolvido no relançamento do movimento anarquista. Nos anos cinquenta dedica-se ao cooperativismo e inquilinato: Em 1956 é eleito presidente do Ateneu Cooperativo (Fraternidade Operária de Lisboa) e no ano seguinte presidente da Associação dos Inquilinos Lisbonenses, áreas em que desenvolve uma continua actividade. Nos anos sessenta participa no MAR-Movimento de Ação Revolucionária. A sua oposição à ditadura permanente, mesmo quando é preso. Obras. Moisés deixou-nos artigos, espalhados por diversas publicações: *O Tempo e o Modo*; *A Ideia* (números 51/52 e 53 entre Maio e Outubro de 1989), etc. (cfr. Pão e Dignidade, nº.8, Abril de 2022.

90) José Hipólito dos Santos escreveu um importante testemunho destas manobras do PCP dentro da Fraternidade/Ateneu Cooperativo. Após a entrada de José de Sousa, em 1946, foi alvo de uma perseguição sistemática, anulando as ações que empreendia. Este antigo anarquista foi um dos que aderiu ao PCP, onde foi um destacado dirigente. Organizou participação do PCP na Greve Geral do 18 de Janeiro de 1934, na sequência da qual foi preso e desterrado para o Tarrafal. Em 1939 foi expulso do partido após ter criticado o Pacto Germano Soviético. Quando regressou a Portugal tentou juntar-se aos socialistas mas sem sucesso. O PCP nunca lhe perdoou a sua falta de fidelidade às ordens de Moscovo. A luta pelo controlo do Ateneu prosseguiu, e segundo Hipólito Santos só desapareceu por volta de 1959 quando o PCP sofreu uma forte vaga de prisões policiais que o desarticularam. Foi então possível estabelecer uma colaboração alargada entre as várias forças políticas que participavam no Ateneu. Cfr. Santos, José Hipólito - *Maneiras Cooperativas de Pensar e Agir*. Lisboa, Ed. Universidade Lusófona. 2009.

91) *A Batalha*, nº162, Março-.Abril de 1997

92) Hipólito dos Santos, José J., "A Redinamização da Associação dos Inquilinos Lisbonense (1966-1979)", *A Ideia*, nº.65, Out. 2008

93) *Diagnóstico Preliminar do Plano a Médio Prazo* (Janeiro de 1977) dados referentes a 1970.

94) Russinho, Joaquim Augusto; Teixeira, José Daniel Catela; Alves, Maria de Deus; Rodrigues, Maria de Lurdes; Silva, Maria de Fátima, in *A Questão do Arrendamento Urbano em Portugal desde os fins do século XIX*, Julho de 1978

94.1) Parreira da Silva, Manuela, "A Liberdade de ser livre: poesia e anarquia", *Anarquia e Anarquismos*. Lisboa. 1921

95) Franco, António Cândido, *Notas para a Compreensão do Surrealismo em Portugal*, editora *Lícone*, 2012, pp. 200-214; idem, *Surrealismo e Anarquismo na Obra de António Maria Lisboa*. Lisboa: Sementeira, 1989;

96) Fátima Marinho, Maria de, *O Surrealismo em Portugal*, Lisboa, 1987.

97) Pereira, Paula Cristina Antunes, *De Pedro Oom a Luiz Pacheco: O (Neo-) Abjeccionismo como Insubmissão*. Tese. Universidade Aberta. 2016.

98) Natália Correia, *O Surrealismo na Poesia Portuguesa*. 1973

99) Belo, José António Dias, Santa Maria - *O Pacote Rebelde (Operação Dulcinea - "O Acontecimento que Viveu para Ser Esquecido")*. ISCTE-Academia Militar. Lisboa. 2009; Jorge Souto Mayor (José Fernandez Vázquez, 1904-1986), galego, publicou um interessante livro cujo título revela a sua faceta de revolucionário: "Eu Roubei o Santa Maria". Era um homem inconformado passou pelos republicanos, socialistas e comunistas, assumindo-se sempre como um guerreiro que através de "ações directas" procura derrubar regimes. Outras interpretações: Paulo, Heloisa, "O Exílio Português no Brasil nas décadas de cinquenta e sessenta", *Cadernos CERU*, v. 23, n. 2, 2013; Travancas, Isabel Siqueira, "Portugal Democrático: um jornal de exilados", *Braz.journal.res.*, Brasília-DF, v.13-n.3, Dezembro 2017.

100) Adelino de Figueiredo Lima, publicou entre outras separatas a seguinte: *O Anarquismo, Linha Auxiliar do Comunismo*. Centro dos Portugueses do Ultramar. Estudos Luso-Afro-Brasileiros. Rio de Janeiro, 1961. Entre os "anarquistas" que nela são apontados como estando ao serviço dos comunistas cita os seguintes: Mário Pinto de Carvalho, cujo quartel geral estava em Conakry e presidia ao Movimento Popular Português. Outro "anarquista" era Jorge Souto Mayor, do DRIL -Directório Revolucionário Ibérico de Libertação, fundado em Havana em 1959.

Mário Pinto de Andrade, poeta, cofundador do MPLA, pertencia aos grupo de intelectuais deste movimento de libertação angolano. Os serviços secretos ocidentais identificavam-no como marxista. Ficou associado a uma facção internas do MPLA, corporizada na grupo "Revolta Ativa" que pugnava por uma movimento multirracional, contra o centralismo e a autocracia dos seus líderes. A maioria dos seus membros foram assassinados em Angola no dia 27 de maio de 1977 às ordens de Agostinho Neto. Mário Pinto de Andrade morreu no exílio. Mário Pinto de Andrade conhecia a tradição anti-colonialista dos anarquistas, mas pensamos que nunca o foi.

101) Ferrua, Pietro, "A breve existência da seção brasileira do centro internacional de pesquisas sobre o anarquismo [1a parte]", in *Revista Verve*, nº15, 2009

102) Hipólito Santos recordando Moisés Espírito Santo e outros anarquistas, o Ateneu e a Seara Nova, testemunha várias ações contra a ditadura testemunha:

"O Ateneu Cooperativo permitiu o estabelecimento de relações políticas de confiança, levando ao envolvimento de um conjunto de pessoas em actividades contra o regime – casos de Moisés Silva Ramos, Emídio Santana, outros velhos anarquistas mas também de alguns jovens. Ali, no Ateneu, tive a possibilidade de contar e ser questionado sobre o meu envolvimento em actividades oposicionistas, como a Comissão Promotora do Voto ou as discussões na Seara Nova. E o Moisés era sempre muito crítico!

Mas também as relações permitiram saídas menos pacíficas, como a participação nas manifestações em Santa Apolónia para esperar Humberto Delgado e que depois de uma investida policial levou o Moisés e eu próprio a tomar a cabeça da manifestação reagrupada que subiu a Rua da Prata na direcção da Avenida da Liberdade, onde fomos recebidos a tiro pela PSP.

O mesmo se passou, em 1960 na passagem dos 50 anos da República. Depois da tradicional romagem ao Cemitério do Alto de S. João, e de uma brutal carga, à espadeirada, por parte da GNR a cavalo, sobre os manifestantes pela Rua Morais Soares abaixo. Reagrupando-nos no Rossio, Moisés e eu arrancámos com uma manifestação pela Rua do Ouro até à Câmara Municipal de Lisboa. O advogado republicano Adão e Silva, com escritório naquela rua, atirou-nos uma bandeira nacional com a qual desfilámos. A PSP recebeu-nos a tiro, provocando dois feridos, quando nos aproximávamos novamente do Rossio, subindo a Rua Augusta.

Mas já antes disso, Moisés (e Emídio Santana) foram sendo informados da preparação duma tentativa revolucionária, com forte componente de gente nova não militar, aquilo que veio a ser conhecido como o Movimento da Sé.

Moisés e Emídio Santana compareceram, como combinado, no anexo da Sé a partir de onde deviam ser distribuídas armas. Comunicaram com outros elementos anarquistas preparando-se para dar seguimento à acção revolucionária que foi suspensa quando já estava em andamento.

O mesmo sucedeu aquando da chamada Revolta de Beja, na passagem do ano de 1961 para 1962. Moisés e Emídio Santana deram a sua adesão ao que se preparava e mobilizaram outros elementos anarquistas para, uma vez tomado o quartel de Beja, fazerem o necessário para ser cortada a corrente de electricidade à cidade de Lisboa, paralisando transportes e fábricas. Entretanto, Germinal de Sousa e Correia Pires encarregavam-se da produção de panfletos de agitação, a ser distribuídos em Lisboa – Alcântara e Sacavém – e na Margem Sul.

Alguns meses antes deste envolvimento Moisés fora preso durante algumas semanas pela PIDE, metido num curro onde entrou com o cabelo preto e saiu com ele branco...

A prisão não o amedrontou, como sucedia frequentemente.", publicado no *Portal Anarquista*, 2014.

Hipólito Santos publicou n' *A Batalha* dois significativos artigos sobre a participação dos anarquistas no derrube da ditadura: "A Participação de Libertários em Movimentos para Derrubar a Ditadura Salazarista", *A Batalha*, nº252, Nov-Dez, 2012 e nº. 253; "A Revolta de Beja com a Participação Anarquista", *A Batalha*, nº.248, Jan.-Fev,2012.

103) Edgar Rodrigues, *A Oposição Libertária em Portugal (1939-1974)*, p. 81

103.1) Castro, Armando, *Desenvolvimento Económico ou Estagnação?*. Lisboa. 1970

104) Pereira, Miguel Serras, *Outra Coisa. Poesia, Psicanálise e Política- Algumas Linhas*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa. 1983.

105) Moreira, João, "Trotskismo em Portugal (1968-1974)", in *Atas do I ...* 2013

106) Obras de Alexandre Vieira: *Em Volta da Minha Profissão*, Lisboa, 1950; *Figuras Gradadas do Movimento Operário*, Lisboa, 1955; *Delegacia a um Congresso Sindical*, Lisboa, 1960; *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, Lisboa, 1970 ; *Subsídios para a História do Movimento Sindicalista em Portugal. De 1908 a 1919*. Lisboa, Edições BASE, 1977.

106.1) No final dos anos setenta, uma série de historiadores e sociólogos de formação marxista irão sustentar a ideia que o movimento operário não foi a causa principal da ascensão do fascismo em Portugal, mas apenas um dos seus factores. Entre eles destacam-se as obras de Fernando Medeiros, Manuel Vilaverde Cabral e António José Telo.

107) *História do Movimento Operário em Portugal (das origens ao PCP)*. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04435.731#!23>

108) Livros e artigos de João Medina sobre anarquistas: *Pinheiro Chagas...*, Seara Nova, Jan.1974 e Fev. 1974; Afonso Lopes Vieira *Anarquista*, 1980;

- 109) Sobre Carlos da Fonseca (?-2017) consultar *In Memoriam*, artigo de Américo Nunes, jornal Mapa, 29/12/1917
- 110) Salvador, José, *José Afonso: O Rosto da Utopia*. Ed. Afrontamento. 3ª. Edição. 2000
- 111) Caeiro, Maria de Fátima Cancela Antunes, *Influências Francesas na música de intervenção portuguesa nos anos 70*. Universidade de Aveiro. 2012
- 112) Prévost, Claude, *Os Estudantes e o Esquerdismo*. Lisboa. Prelo. 1973
- 113) Leibzón, Boris - *Sobre o Anarquismo, O Trotskismo e o Maoismo*. Lisboa, Editorial Estampa, 1975.
- 114) Alvaro Cunhal - *Radicalismo Pequeno Burguês de Fachada Socialista* (1970). Este histórico dirigente do PCP foi um defensor intransigente da linha mais radical do PC da União Soviética, do Pacto Germano-Soviético (1939), da Invasão da Hungria e da Checosláquia (1968) e de ditaduras comunistas no mundo. Em 1970 entra em pânico quando começam a impor-se em Portugal movimentos políticos sem ligações ao PCP. Cunhal, alia-se à ditadura, para os combater considerando-os sucedâneos de velharias "anarquistas e troskistas". Mário Soares é outros dos seus inimigos
- 115) Pinto, Mário; Moura, Carlos, *As Estruturas Sindicais Portuguesas*. GIS.Lisboa. 1973
- 116) Barreto, Alvaro, "Os Primórdios da Intersindical sob Marcelo Caetano", *Análise Social*, Vol. XXV (105-106), 1990.
- 117) O comunicado assinado em 1960 por cinco signatários da Ala Liberal, prometiam alterar a Constituição de 1933, consagrando numa nova constituição os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos e instaurar um regime de tipo europeu ocidental.cfr. Carneiro, Francisco Sá, *Uma tentativa de participação política*. Lisboa.1971

1974 -1989: Redescoberta e Acção Directa. Murray Bookchin

1) Em 1974 e 1976 foram publicadas várias obras contra o anarquismo, seleccionamos três de ditadores comunistas e duas dos seus seguidores:

Estaline, José, *Anarquismo ou Socialismo?*. Esta pequena obra escrita por Estaline antes da 1917 foi publicada em Lisboa em Novembro de 1974 por um grupo maoísta (MRPP).

Bujar Hoxha, *O Anarquismo como Teoria e Prática Contra-Revolucionária*, Edições Voz do Povo, 1975. Partido dos Trabalhadores da Albânia, *O Anarquismo e o Trotskismo, Teorias Contra-Revolucionárias*. Documentos do partido Comunista da Albânia, 1975.

Pedro Soares, histórico funcionário do PCP, repetindo a argumentação desenvolvida pelo Partido Comunista da União Soviética escreveu - *Herdeiros e Continuadores do Anarquismo* (1975). Outro funcionário, desta vez do PCF - Jacques Douglas (1974) publicou *Anarquistas de Ontem e de Hoje*.

Tratam-se de textos que insistem nas vantagens de uma ditadura comunista face aos perigos que representava a liberdade defendida pelos anarquistas.

1.1) O golpe desencadeado pelo PCP tirou partido dos descontentamento dos paraquedistas, utilizados no golpe de 11 de Março de 1975 por Spínola e na destruição dos emissores da rádio Renascença a 7 de Novembro de 1975. O comando dos paraquedistas estava a cargo de um grupo de sargentos ligados ao PCP. Este partido partiu do pressuposto que as várias organizações clandestinas que se haviam formado nos quartéis (comissões de soldados, SUV, etc) daria apoio ao golpe, e contaria com grupos de civis armados. Nada disto aconteceu. Um grupo de comandos em poucas horas frustrou a tentativa de golpe: Garcia, Filipe, "As Linhas Cruzadas do 25 de Novembro. O dia em que a revolução Acabou", *Expresso- Revista*, 25/11/2022

1.2) O MDLP, a partir do 11 de Março de 1975, promove uma onda de ataques terroristas em Portugal. Sucederam-se os assassinatos não apenas de "opositores", mas também dos ameaçam sair da rede criminosa. A viúva de Joaquim Ferreira Torres, industrial, assassinado a 21 de Agosto de 1979, acusou Alpoim Galvão, Júlio Regadas, Teixeira Gomes e Marques da Costa de o terem morto quando ameaçou revelar nomes. (Fernando Cavaleiro Angelo - *As Bombas que Aterrorizaram Portugal. Os bastidores do terrorismo contra-revolucionário no pós-25 de Abril*. Lisboa. 2023)

Entre meados de 1975 e Abril de 1977 ocorreram em Portugal quase 600 atentados e ações violentas que provocaram várias mortes, efectuadas por uma rede bombista coordenada por Ramiro Moreira, militante do PSD (Miguel Carvalho - *Quando Portugal Ardeu*, 2017). O somatório dos atentados provocados por esta rede foi superior a todos os praticados durante toda a 1ª. República, o período dos "bombistas" .

1.3) Dos assassinatos praticados pela PSP e a GNR, alguns deles tiveram grande repercussão pública: o assassinato pela GNR de quatro pessoas, no dia 1/01/1976, quando se manifestavam pacificamente à porta da prisão de Custóias no Porto, onde se encontravam presos centenas de militares e civis, alegadamente envolvidos na tentativa de golpe a 25/11/1975; a morte pela GNR de um trabalhador rural, em Montemor-o-Novo, em 1979, numa desocupação de terras; o assassinato pela GNR de duas pessoas, quando comemoravam o 1º. de maio de 1982, na Praça dos Aliados, no Porto; a morte pela GNR de um trabalhador de uma firma de produtos químicos (CIFA) em Valongo, num protesto de 1700 trabalhadores que não recebiam à três meses ordenados. A brutalidade da actuação policial era reveladora, segunda a imprensa da época, que estas forças policiais mantinham intactas práticas herdadas da Ditadura.

1.4) Martins, Maria Belmira, *Sociedades e Grupos Económicos em Portugal*. Lisboa. 1973

2) Neste comício, inicialmente previsto para o Pavilhão dos Desportos fizeram-se representar o Comité Intercontinental da CNT no Exílio, representado por Marciano Singuenza, a Federação Anarquista Ibérica, representada por Roberto, a Federação Anarquista Italiana, a Federação

Anarquista Internacional por Mazzorchi, e a AIT por Balkanski e Liarte. Para além de elementos da CNT do interior de Espanha, da Frente Libertária de França e da SAC da Suécia (Lars).

3) Eurico da Fonseca publicou na *Voz Anarquista* (nº.43, Setembro de 1979) uma síntese da “sociedade do futuro”: As energias fósseis serão substituídas por energias renováveis (solar, hídrica e biomassa); As zonas rurais revitalizadas, absorvendo a população que hoje está concentrada em megalópoles; As grandes zonas industriais desaparecerão para dar lugar à pequena indústria e serviços, próximos dos locais de residência e dos campos; o centralismo, autoritarismo e a concorrência serão substituídos pela descentralização e a cooperação. Esta mudança não se fará por qualquer determinismo evolutivo, mas por uma questão de sobrevivência da Humanidade. O modelo é claramente inspirado em E. Reclus e Kropotkine.

4) Bookchin, Murray, *Para uma Tecnologia Libertadora*, Via Editora, 1976. Anos depois veio a considerar esta visão ingénua. Eurico da Fonseca traduziu e publicou na coleção Argonauta - *O Colosso Anarquista* (1978) de A.E. van Vogt, uma obra de ficção científica sobre uma “sociedade anarquista” controlada por máquinas... Nesta altura não faltavam também publicações das visões libertárias de Júlio Verne sobre o futuro.

5) Chesneaux, Jean, “Júlio Verne Anarquista”, in *Historia*, Lisboa, nº.67, Maio de 1984, pp.2-28; Rocha, Ilídio, “Júlio Verne em Portugal”, idem, pp.29-33,

6) João Freire escreveu um detalhado testemunho da sua adesão ao anarquismo em França (1970) e acção no movimento após 1974, com destaque para a fundação da FARP. Cfr. Freire, João, *Pessoa Comum no Seu Tempo...*Porto. Afrontamento. 2007. pp. 434-504.

7) O grupo Acção Directa, num contexto político de grande violência social, mostrou-se particularmente atento aos movimentos de luta armada na Europa de que é exemplo, a publicação entre outros do texto: *A Brigada da Cólera: Guerrilha Urbana na Grã-Bretanha (1967-1972)*. Lisboa: Edições Acção Directa, 1980

8) Rui Vaz de Carvalho (1941-2003). A revista *Utopia* (nº16,2003) publicou a nota biográfica deste anarquista com vários erros. De relevante a sua participação na revista Antítese (1984-1988, 7 números) e na revista Utopia entre 1994 e 2003.

8.1) Franco, António Cândido, “Para a História de uma Revista Anarquista em Portugal (1974-2020)”, *Anarquia e Anarquismos*. Forte da Casa. 2021

9) Edições: André, *Textos de Combate ao Quotidiano de Miséria*. Leiria: Revolta, 1980.

10) Publicaram um comunicado “Ao Gado Eleitoral. É A Tua Carcaça Que Eles Querem, e um cartaz Voto Não é Solução (desenhado por Miguel Bandeira).

11. Bakunine era lido em Portugal através de curtos textos. Os textos de Kropotkine e o sobre sindicalismo acabaram por secundarizar o seu pensamento insurrecional. Apenas em 1923 (?) foi editado um único folheto da sua obra: *O Sentido em que Somos Anarquistas* (Lisboa, A Sementeira). A situação mudou depois de 1974 quando se editaram vários textos: *O Estado a Democracia Burguesa e a Prática Revolucionária*. Porto: Paisagem, 1975; *Revolução Social ou Ditadura Militar*. Lisboa: Arcádia, 1975; *Confissão*. Lisboa: Arcádia, 1975; *Federalismo: A Associação dos Irmãos Internacionais*. Lisboa: A Ideia, 1976; *Deus e o Estado*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1976; *A Reação na Alemanha*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1976; *O Socialismo Libertário*. Lisboa: Pontos de Vista, 1976.

12) Murray Bookchin começou por ser conhecido através da sua obra *Para uma Tecnologia Libertadora* (Lisboa: Via Editora, 1976). Uma visão ingénua sobre a tecnologia que acabou por abandonar. Nos anos oitenta e noventa surge como o teórico da “ecologia social” e o “municipalismo libertário” em obras como: *Espontaneidade e Organização* (Lisboa: Mandrágora, 198...); *Sociobiologia ou Ecologia Social* (Lisboa: Sementeira, 1988), *Textos Dispersos* (Lisboa: Socius, 1998).

13) Sobre a posição dos anarquistas face aos militares depois do 25/04/1974 e o antimilitarismo consultar: Reeve, Charles, *25 de Novembro. Portugal: A Concepção Golpista da Revolução Social*. Introdução de J. Carvalho -Ferreira. Posfácio de Júlio Henriques. Lisboa. 1976; *A Ideia*, nº.5, Julho de 1976; etc.

13.1) A formação militar dos incorporados após o 25 de Abril de 1974, pensada para a guerra colonial, nos quartéis onde era ministrada foi logo questionada. A palavra de ordem era na altura "nem mais um soldado para África". Em muitos quartéis formaram-se clandestinamente grupos de soldados que desencadearam acções de protesto, como levantamentos de rancho, questionamento dos oficiais, etc. Soldados e oficiais ligados a partidos políticos passaram a difundir também nos quartéis panfletos e pequenas publicações com os seus próprios objectivos de luta: *A Revolta* do Comitês de Soldados e Marinheiros Vermelhos da OCMLP; *Resistência*, do MRPP; *Jornal dos Soldados e Marinheiros*, dos Núcleos Revolucionários de Soldados da UDP; *A Caserna* da Frente Revolucionária de Soldados e Marinheiros de grupos trostkistas, etc. A agitação nos quartéis era enorme, quebrando por completo a disciplina militar. Para controlar este movimento, no verão de 1975, foram criados os Conselhos de Unidade e pouco depois a Assembleias Democráticas de Unidade (ADU) constituídas por soldados e oficiais, tendo à sua frente o comandante da unidade militar. Não tardou as comissões de soldados a autonomizarem-se, definindo os seus próprios objectivos de luta à margem das ADUs. Em Lisboa avançou-se para a constituição de intercomissões de Soldados e Marinheiros, com um secretariado provisório (sede: Depósito Geral de Adidos, Calçada da Ajuda). Na região militar do Porto, militantes do PRP-BR, MES e Trostkistas (LCI) promovem o SUV (Soldados Unidos Vencerão). Embora não tivessem nenhuma implantação nos quartéis, conseguiram grande impacto fora deles: conferência de 6 de Setembro de 1975 no Porto e a manifestação de 6 de Outubro nesta cidade. A sigla foi usada por várias organizações políticas. O PCP, após ter sido afastado do Governo lança a sua própria organização: a Associação Revolucionária dos Praças do Exército (ARPE), que se traduziu num fracasso. O mês de Novembro de 1975 foi de enorme agitação nos quartéis na região de Lisboa, era consensual que estava marcha um golpe de Estado. As Intercomissões de Soldados e Marinheiros, depois de várias acções e manifestações que agitaram os quartéis, pela sua ligação a comissões de moradores e trabalhadores, começou a organizar uma grande manifestação para o dia 27 de Novembro, na Praça do Comércio. Eram então constituídas por representantes de comissões de soldados das seguintes unidades militares: RIA, EPSM, EPTM, BRT, COPCON, 1º, Tribunal Militar, GDACI, DGMG, RALIS, DGA, Forte de Almada, DGMFA, BA 11, de quartéis em Tavira, Lagos e Faro. No dia 24 de Novembro, difundiu um comunicado onde se opunha à substituição de Otelo Saraiva de Carvalho por Vasco Lourenço, e estavam reunidas com Comissões de Trabalhadores e Moradores, quando foram cercadas pelos Comandos. Na madrugada do dia 25 de Novembro o PCP lança-se num golpe militar, desencadeando a contra ofensiva que estava a ser preparada.

14) De Espanha onde foi realizado o primeiro encontro vieram companheiros de Salamanca, Plasencia (Cáceres) e Barcelona. De Portugal estiveram presentes Paulo Mil Homens da ALOC de Lisboa, José Tavares pelo Ateneu Libertário de Leiria, dois elementos do departamento Anti-Militarista do Grupo Ecológico do Porto, 1 elemento de Vila do Conde, Carlos Pessoa do *Diário de Lisboa*, vários membros do Grupo Ecológico da AAC de Coimbra.

14.1) Ursula K. Le Guin, sem abandonar um sugestivo registo ficcional mostrou como a história da guerra não podia ser separada dos cultos dos valores masculinos, dos seus heróis viris e sanguinários: *A Ficção como cesta: uma teoria e outros Textos*. Autora de clássicos da literatura libertária como *Os Despojados: Uma Utopia ambigua ou O dia antes da revolução*. Com várias edições em português.

15) José de Brito, o "Guro da Bica", tornou-se no símbolo dos chamados "anarcas" depois de 1975, desdobrando-se em entrevistas. Em 1976 falava de uma "revolução frustrada" a regressão que se verificava nos movimentações sociais (entrevista, *Nova Vida*, nº.72, Setúbal, 2/07/1976).

16) "O Livrinho Vermelho do Galo de Barcelos. Ex-citações de MAU de Zé y CHUNGA". 2ª. Edição. Amadora. s/d (1975)

17) Entre o vasto grupo de anarquistas asseguraram durante os primeiros anos o CEL/ A Batalha destacam-se desde logo os antigos militantes como Emídio Santana, Custódio da Costa, Ligia

Oliveira, Artur Modesto, Moisés da Silva Ramos, Tomás Aquino, José António Machado (1915-1978), António Luís (1909-1997), Manuel Joaquim Galhóz Júnior (1918-2010), José Firmo, e entre os mais jovens Carlos Fontes, Júlio Mendes Palma, Carlos Reis, Carlos Nuno...

17.1) Fontes, Carlos, "Texteis e Vestuário: sector em mutação", *Emprego e Formação. Revista de Estudos e Informação Técnica*. IIEFP. Lisboa, nº11, Maio de 1990.

17.2) Namorado, Rui, "Em Defesa de Um Projecto Autogestionário (Cinco Teses sobre o Controlo da Produção Dez anos Depois de Abril)", Colóquio Portugal 1974-1984. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Nº.18/19/20. Fevereiro de 1986

18) Carlos Fontes entre 1975 e 1987 publicou dezenas de artigos n' *A Batalha*. Muitos eram anónimos, outros com pseudónimos (N.R.A., Manuel Pereira), alguns tinham uma simples letra "C" ou duas "CF", outros com o nome Carlos, C Fontes ou Carlos Fontes. As temáticas resultavam de debates saudáveis com Emídio Santana e outros camaradas de redacção. Artigos identificados:

a) Municipalismo: "Comissão de moradores. Escola de Democracia direta", 19/07/1975; "Comissão de moradores: uma arma autónoma e de base dos trabalhadores, 5/08/1975; Desmantelar o Estado pela Base. Comissão de moradores, 30/08/1975; "Conselhos de Aldeia. Órgãos de moradores e de trabalhadores simultaneamente, 30/08/1975; A Luta do Povo pela Habitação, 7/12/1975; Libertar e Desenvolver a Imprensa Regional, 7/12/1975; "Interior: Terra e Homens sugados pelo litoral...", 17/03/1976; "Autarquias locais: porque tanto barulho?", Out.1976; Açores: Autocracia, Agos/Set1985 e Out/Nov/Dez1985; "Urbanização Desumanizada", Out. Nov. Dez. 1986;

b) Autogestão: "Um tipo de gestão. Estabelecimentos Rodrigues & Rodrigues", 24/05/1975; Rodrigues & Rodrigues: uma experiência autogestionária", 14/06/1975; "Biolacta - Outra Experiência autogestionária", 5/07/1975; "Fomos para a autogestão para impedir a manobra de despedimentos", 19/07/1975; "Autogestão e marxismo", 19/07/1975; "Autogestão numa firma de montagem metálicas", 9/08/1975; "Fluorescente: A desmontagem numa luta autogestionária, 30/08/1975; "É necessário consolidar e ampliar as realizações autogestionárias, 11/10/1975, com Emídio Santana; Hotel das Arribas: um caso de autogestão, 20/12/1975; Da Empresa ao Sindicato, Out.1976; O Hotel Baia em Autogestão, Nov. 1976;

c) Escolas: "A Escola em debate", Nov. 1976; "Notas sobre o ensino em Portugal", Set/Out/Nov.1984 e Jan/Fev1985;

f) Sindicalismo: "Greve com ocupação num sector da função pública, 1/11/1975; "Os Sindicatos arma revolucionária", Jan.1977; "O Congresso da Inter: e Agora?", Mar. 1977; "Sindicalismo em Luta", Maio, Junho e Julho de 1978;"Sim ou Não aos Sindicatos", Out 1978; "Descentrar um Debate", Novembro de 1978; "Quatro anos depois ... A Reforma Agrária", Jan 1979; "Sindicalismo em Debate", Fev.1979; "Para que servem os sindicatos?", Nov.1979; Itinerário do Marasmo", Nov. 1979; "UGT: os "democratas contra os "totalitários"..., agosto de 1979;

d) Anti-Militarismo: "Trabalhadores fardados uma força revolucionária", 19/07/1975; "Os militares e a burguesia", Jan.1978;

e) Estratégia centrada em organizações locais: "Novas formas de capitalismo em Portugal", 9/08/1975; "A Luta pelo poder autónomo e de base em Portugal, 30/08/1975"; "Para uma estratégia anarquista, 22/11/1975, 20/12/1975 e 7/02/1976;"Da empresa ao sindicato", Out.1976; "O Contra-Poder Popular", Jan. 1977; "Estado e Luta de Classes", Abr 1977;

g) Capitalismo de Estado: "Marxismo-Leninismo: Teoria Oficial do Capitalismo de Estado", 10/01/1976; "Porquê as Nacionalizações ? Porquê as desintervenções", Dez. 1977;

h) Crítica do Quotidiano: "Relações humanas ou relações de autoridade?", Fev.1977; "O Tempo fora das Fábricas", Jan.1978;" Na vida do trabalhador...", Julho de 1979; "A Fuga", Agosto 1979 "O poder dos Objectos", Fev, mar. e Abril de 1980; "O Milagre", Out1980; "O Misticismo Científico, Set.1983; "A Vida contra o poder", Out.1983; "Sair da lógica da miséria", Mar. 1984; "Notas sobre o reformismo", Abr.-Maio 1984;

i) Estética: "Mais além da arte", Set.1983;

j) Primeiras páginas do jornal: Capitalismo de Miséria ou as misérias do capitalismo? ", Julho 1979; "Não há poder..", Agosto 1979; "As Eleições...",Set.1979; "Como Tudo...", Out.1979; "Manual...", Nov.1979; "Sempre foi assim..", Dez.1979; "A quem nos vamos vender?", Fev.1980; "No rescaldo das eleições", Nov.1980;

l) História do Movimento e Pensamento Anarquista: "A propósito do Congresso da ALAS", Fev.1977; "O que queremos ?", nº48, 1978 (?), "Movimento Anarquista em Portugal", Jul. 1978; "Kropotkine. O Anarquismo como Ciência", Fev.1983; "Os Novos Místicos ou o Fim do Universo de Job", Agosto 1983; "Os Novos Demónios", Agosto e Setembro 1983; "Anarquismo em Portugal. Dez anos para Ressurgir...", Setembro, Outubro e Novembro de 1983; "A Recusa da Uniformidade e Apelo à Diferença. Proudhon", Nov. 1983; A Complexidade Anárquica. Silva Mendes", Dez.83-Jan. 1984; "Bakunine e a Aristocracia da Inteligência", Fev. 1984; "Anarquismo em Portugal (Notas para um percurso)", Jul.-Agosto, 1984; "Breves Notas para uma antropologia anarquista", data ?; "Notas sobre Antero Quental", Jan.-Fev.1986, Mar.-Abril de 1986, Maio-Junho.1986; "O Anarquismo Hoje", Fev. Mar. Abr.1987;

Artigos publicados na *Voz Anarquista*: "Cúpulas e base. Retrocesso? Ou, um passo em frente no Capitalismo de Estado ?", Maio/Junho 1976; "A Cooperação entre trabalhadores: A base da luta contra a exploração", nº.15, Julho 1976; "Anarquismo e Revolução Social", nº16, Agosto de 1976; "A Conquista da Liberdade?", nº.17, Setembro de 1976; "A Arte e a Sociedade", nº18, Novembro de 1976; "Comunas - Uma Utopia ?", nº.19, Janeiro de 1977; "Anarquistas contra o poder", nº.20, Fev.Março de 1977; "Filosofia Anarquista", nº22, maio de 1977; "Quem fará a revolução ?", nº24, Agosto de 1977; "E os camponeses?", nº.25, Set./Outubro de 1977; "O que Queremos ?", nº.27, Dez.1977; "Da Arte do Poder à Arte da Vida", nº28, Jan.Fev.1978; "Quebrar o isolamento", nº.39, março 1979;

João Freire, na seu livro *Jornal A Batalha. 1974-2024. Esboço para uma análise mais distanciada*. (A *Batalha*, Fevereiro de 2024), baralha pseudónimos e artigos deste autor.

19) O tema da "autogestão" era também então debatido fora do movimento anarquista, nomeadamente entre o revisionista do marxismo, como um possível modelo de gestão de empresas que permitiria envolver os trabalhadores na produção, aumentar a sua produtividade e a inovação. Entre as obras então publicadas destacamos "Os Anarquistas e a Autogestão" (Publicações Dom Quixote, 1975), "A Autogestão" de Yvon Bourdet e Alain Guillermin (Publicações Dom Quixote, 1976).

19.1) O modelo de organização entre a ALAS e a FARP foi abordado pelo jornal *Frente Libertario*, ano VII, nº68, em Dezembro de 1976. Paris.

19.2) "Emídio Santana (ALAS). A Lei da unicidade foi um papão de papel", *O Jornal*, 7/1/1977.

20) Boletim de Informação da AIT. Associação Internacional dos Trabalhadores, nº16-17, Junho de 1974. Suplemento de em língua portuguesa. Edição especial promovida pelos anarco-sindicalistas portugueses (João Freire). Director: J. M. Congost. Sede: 38, Rue Victor Chabot, 87100 Limoges-France.

20.1) Bandeirinha, José António, "Nuno Teotónio Pereira, 1950-1970. Arquitectura como prática política", *Estudo Prévio*, Revista CEACT/UAL - Centro de Estudos de Arquitectura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, 2016.

20.2) A *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº. 18/19/20 Fevereiro de 1986, publicou diversos artigos de intervenientes sobre os objectivos e realizações do SAAL e onde é unânime este boicote partidário: Coelho, Mário Coelho, "Um Processo Organizativo de Moradores (SAAL/Norte-1974/1976)", Portas, Nuno, "O Processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local"; Coelho, Margarida, "Uma Experiência de Transformação no sector habitacional do Estado. SAAL -1974-1976";

- 20.3) Salgueiro, Teresa Barata, "A Promoção Habitacional e o 25 de Abril", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº. 18/19/20 Fevereiro de 1986, pp. 684-691
- 20.4) Vários jornais fizeram reportagens sobre o acontecimento: Lourdes Faria, no *Diário de Lisboa*, 14/01/1975; Júlio Henriques, *Expresso*, 18/01/1975; *Liberation*, a 4/2/1975, carta do MLP; Pena, Cristina, *A revolução das Feministas Portuguesas. 1972-1975. Do "Processo das Três Marias" à Formação do MLM- Movimento de Libertação das Mulheres*. Tese. Universidade Aberta. 2008.
- 20.5) Dacosta, Fernando, *O Botequim da Liberdade*, Lisboa, 2ª. edição, 2013, p. 55
- 21) Entrevista com Afonso Cautela, in *A Batalha*, nº251, Set.-Out.2012
- 22) Madeira, Bruno, *Pela Subversão do Quotidiano. "Não foi para morrer que nascemos". O Movimento Ecológico do Porto (1974-1982)*. Porto. edições Afrontamento. 2020
- 23) Bernardo, João, *O Inimigo Oculto. Ensaio sobre a Luta de Classes. Manifesto Anti-Ecológico*. Afrontamento. Porto. 1979
- 24) Quintela, Pedro; Guerra, Paula, "Culturas de Resistência e médias alternativos: Os fanzines punks portugueses", in *Sociologia. Problemas e Práticas*, 80, CIES-ISCTE. Lisboa, 2016.
- 25) Lemos, Paulo Bettencourt - *A Importância do Punk em Portugal. O Movimento Punk Nacional e o Caso da Banda Mata-Ratos (1982-2010)*. Universidade de Coimbra. 2011
- 26) A associação dos anarquistas a bombistas foi desde 1974 assumida em várias publicações libertárias. Um indivíduo de negro segurando uma bomba pronta a explodir era a imagem icónica do libertário (*A Ideia*, nº1, 1974). Não consta em Portugal que depois de 1974 algum anarquista tenha fabricado ou lançado quaisquer artefacto explosivo. Entre os livros editados envolvendo atentados anarquistas destacamos dois: *Um Escritor Confessa-se*, de Aquilino Ribeiro (1974) e *Historia de um Atentado* de Emídio Santana (1976), ambos com grande impacto na comunicação social. A revista "Opção" (nº.32, 8/12/1976), por exemplo, dedicou um largo espaço ao tema com o sugestivo título: "A Formação dos Anarquistas"... "A História Aliciante dos Homens cuja Atividade foi um "incentivo para a policia de todos os países". No final da década era publicado: *Ravachol e os Anarquistas* de Jean Maitron (1981).
- 26.1) *A Batalha*, Set-Dez 2022, entrevista com Herculano Lapa
- 26.2) O *Diário de Lisboa* de 4/03/1975, tem uma descrição desta manifestação que reflecte o estereótipo que se procurava fixar dos anarquistas.
- 27) revista *Alambique*, primavera de 2013.
- 29) M. Ricardo de Sousa e Júlio Henriques escreveram um pequeno mas lúcido ensaio sobre as expectativas que nos anos 60 e 70 se chegou a alimentar numa transformação social (auto-governo) dos trabalhadores e o desânimo e cepticismo que marcou os anos oitenta: "À Tribo dos Irrecuperáveis" (Coimbra, Fora de Texto, Março de 1990).
- 30). Freire, João, "1974-1984: Evocação ou Renovação da Ideia Anarquista?", in Colóquio Portugal 1974-1984. Dez Anos de Transformação Social, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº.s 15,16 , 17. maio 1985.
- 31) *Tecnologia e Liberdade* (8 a 10 de Abril de 1987). Resumo das comunicações, in *A Ideia*, nº.46/47, Nov.1987; Abreu, Carlos e Colaço, Jorge (Org.), *Tecnologia e Liberdade*. Lisboa: Sementeira, 1988.
- 32) As ideias de **Max Stirner** (1806-1856), pseudónimo de Johann Kaspar Schmidt, eram conhecidas em Portugal. Nos anos vinte tiveram mesmo alguma difusão no movimento anarquista. No entanto foi depois de Abril de 1974 cujos textos passaram ser editados e comentados: Pequena Antologia do Anarquismo-Stirner, Bakunine, Kropotkine (1975) e Textos

Dispersos (1979 e 1983) traduzidos por José Bragança de Miranda. No princípio nas no século XXI após terem sido editadas duas importantes obras - *Textos Dispersos* (2003), *O Único e a Sua Propriedade* (2004 e 2019) - surgiram vários trabalhos académicos: Serrão, Adriana Veríssimo. (2013) "A Pergunta de Feuerbach a Stirner: «Que significa 'ser um indivíduo'?»", *Philosophica*, nº. 41 (abril 2013), pp. 97-108; Senft, Gerhard. (2013) "Max Stirner e a Crítica da Economia Política", *Philosophica*, no 41 (abril 2013), pp. 71-84 ;Miranda, José Bragança de. (2004) "Stirner, o passageiro clandestino da história", posfácio a Max Stirner, *O Único e a sua Propriedade*. Lisboa: Antígona, pp. 295-339; Falé, Laura Sequeira. (2015) *Os Fantasmas em Max Stirner: a falha do Humanismo*. Dissertação de Mestrado em Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Prof. Alexandre Franco de Sá;Barata-Moura, José. (2013) "Stirner: Da Nadificação ao Momento Ético da Intimidade Proprietária", *Philosophica*, nº 41 (abril 2013), pp. 7-56 ; Rodrigues, Beatriz de Almeida, *Crime e fruição: o egoísmo de Max Stirner como discurso de resistência contra a dominação?* . Tese. FCSH-UNL.2018

33) Franco, António Cândido, "Henry David Thoreau e a Moderna Tradição Libertária", in *Revista Anglo-Saxonica*

1990-2024: Novas Lutas. Noam Chomsky

- 1) Fukuyama, Francis, *O Fim da História e o Último Homem*. Lisboa, Grádiva, 1992
- 1.1) **Ilídio dos Santos**, filho de **Bernardino Maria dos Santos** (1877-1958, anarquista deportado em 1926 para Timor e de onde só regressa em 1945), com um grupo de timorenses radicados em Portugal, em 1983, decidiram reconstituir as "Juventudes Libertárias de Portugal", tendo como órgão *O Despertar*. A questão timorense que já era acompanhada na redacção d'*A Batalha* ganhou uma outra visibilidade, com a publicação de várias peças com informações e reflexões sobre a luta do povo timorense: N.º.94, Abril de 1983; n.º.131/Jan-Março 1991; n.º.132, Abril-Set.1991; n.º.133/ Out-Dez.1991 (autoria de Sérgio Duarte);n.º.136, Abr-Junho de 1992 (Sérgio Duarte); n.º. 167/Jan-Agost 1997 (Sérgio Duarte); n.º.192/ Mar-Abr.2002.
- 1.2) Huntington, Samuel P., *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Grádiva, 3ª. edição, 2006, p.344
- 1.3) Ibáñez, Tomás, *Interstícios Insurrectos*, Barricada do Livros. Lisboa. 2022.
- 1.4) A bagagem teórica destes anarquistas que lutam contra os "microfascismos" quotidianos, reclamando-se de uma "guerrilha estética" é fundamentada nas análises do poder de Michel Foucault , conjugadas com *Mille Plateaux* de Gilles Deleuze e Félix Guattari.
- 1.5) Ideia defendida em 2002 por John Holloway (1947-?), na sua obra "Mudar o Mundo sem Tomar o Poder".
- 1.6) Entrevista com Boaventura Sousa Santos - "O Intelectual de Retaguarda", de Helena Mateus Jerónimo e José Neves, in *Análise Social*, (XLVII), 2012
- 1.7) Bibliografia de Francisco Trindade sobre Proudhon: Algumas reflexões sobre a importância de Proudhon na CGT e nas lutas sociais em Portugal, *A Batalha*, n.º122-123, 1989; O antagonismo de classe no seio da Grande Revolução, *A Batalha*, n.º126, Out-Dez, 1989; Proudhon o federalismo como sustento da democracia direta, *A Batalha*, 127, Jan.1990; Reflexões sobre a espontaneidade das massas no processo histórico, *A Batalha*, 129, Jul-Set.1990; O Capital ou o valor de uma crítica da economia política, *A Batalha*, 133, Jul-Set. 1991; Proudhon e Eça de Queirós, *A Batalha*, Julho/Setembro de 1992; Proudhon e o federalismo, *A Batalha*, Nov-Dez. 1996; Proudhon e o federalismo, *Razão, Sup. Cultural, PS de Mesão Frio*, jan. 1997; Proudhon: a guerra e a paz ou a lógica da força, in *Singularidades*, IV, 2º ser.,1997; A atualidade de Proudhon, *Utopia*, 8, Out-Nov, 1998; *O essencial Proudhon*, Lisboa, Universitária Editora, 2000; *Proudhon revisitado. Repensar o federalismo*, Lisboa: Universitária Editora, 2001.
- 1.8) Sobre a obra de Proudhon - *Guerra e Paz* (1861) - consultar o excelente texto de Thiago Rodrigues - "Sob o Signo da Guerra: Proudhon e as Relações Internacionais", *Anarquia e Anarquismos. Práticas de Liberdade entre Histórias de Vida (Brasil/Portugal)*. Forte da Casa. 2021
- 1.9) Ferry, Luc, *A Revolução do Amor. Para uma espiritualidade laica*. Circulo dos Leitores. 2011.
- 2) Os bloquistas à semelhança dos militantes do PCP têm, produzido uma significativa produção literária sobre o movimento anarquista, numa frustrada tentativa da sua apropriação.
- 3) Revista *Singularidades*, n.º 18, Novembro de 2001
- 4) Freire, João, *Pessoa Comum no Seu Tempo...Porto*. Afrontamento. 2007
- 5) Carrapato, Júlio, *Resposta Bem-Humorada ao Professor Doutor João Freire*. Edições Sotavento. Loulé. 2007
- 6) Entrevista a Paulo Borges n.º *A Batalha*, n.º.251, 2012

7) Revista *Singularidades*. Número 0: Dezembro 1993 - Março de 1994. Número 1: Maio - Agosto de 1994. Jorge M. Colaço foi sempre o seu director, com excepção do período entre 1998 e 1999 em que surge nesta cargo Jorge Telles de Menezes (1951-2018), quando a redacção da revista se instalou em Sintra. Foram editados 29 números. Jorge Meneses, com José Estevão editaram em Amesterdão e depois em Lisboa, a revista *Terra e Liberdade*. Jorge Colaço, co-fundador da Cooperativa Editora Sementeira, não parou o seu labor editorial. Em 2012 passou a publicar a revista *Letra a Letra* e a colecção *Pão e Dignidade*, onde tem dado a conhecer a vida e acção de anarquistas. Cfr. Freire, João, "A Acção de Jorge Colaço. O anarquismo de não-violência em Portugal", *A Ideia*, 97-99, 2022

8) **Noam Chomsky** (1928-). Tomando como referências fundamentais Bakunine, Kropotkine e Rudoklf Rocker, concebe o anarquismo como um movimento do pensamento e da acção que procura identificar as estruturas de autoridade, hierárquicas e de dominação, exigindo que elas se justifiquem, e, se elas se mostrarem incapazes de o fazer combatê-las e tentar superá-las, substituída-as por uma organização mais livre e mais justa. Um exemplo desta situação são as grandes empresas que funcionam como regimes totalitários, não prestando nenhuma justificação pelas suas actividades predadoras. Os Estados, embora estejam ao serviço dos poderosos, nos regimes democráticos devem exercer algum controlo sobre as actividades predadoras das empresas. Neste sentido, é possível exigir que os Estados Democráticos se expliquem e alterem a sua relação com as mesmas, assim como o seu funcionamento, no sentido de um maior controlo por parte dos trabalhadores e das comunidades. Bakunin, recorda, afirmou que era possível construir as instituições da sociedade futura dentro da sociedade atual. O anarcossindicalismo na sua concepção é o modelo de uma sociedade bem organizada, a partir de baixo com participação direta dos trabalhadores em todos os níveis, com mínimo de controlos e dominação possíveis, de preferência nenhum.

Bibliografia: Chomsky, Noam, *Notas sobre o Anarquismo*. Editora Hedra. 2011

9) "Linguagem, Política e escrita: uma conversa com Noam Chomsky", publicado no *Journal of Advanced Composition* 11, 1 (1991), pp. 4-35, in *Noam Chomsky Sobre Democracia y Educación*, vol.2, Paidós. Barcelona. 2006

10) Entrevista com Noam Chomsky, *A Batalha* nº. 149, Janeiro-Fevereiro de 1995

11) Gaston Leval (*La crise permanente de l'anarchisme*, 1967) afirma que um dos defeitos matriciais dos grandes teóricos anarquistas, como Proudhon, Bakunine, Kropotkine ou Elisée Reclus foi a sua imensa curiosidade, levando-os a discorrerem sobre tudo para fundamentarem as suas ideias, acabando por apontar em tantas direcções que dificilmente se chegava a um programa de luta colectivo. Muitos outros seguiram idêntico caminho. Os "bons resultados" obtidos pelo "anarco-sindicalismo" devem-se justamente a um visão pragmática e redutora das questões sobre o poder.

11.1) Gros, Frédéric, *Desobedecer*. Lisboa. 2019

11.2) Lagasnerig, Geoffroy de, *Sair da Nossa Impotência Política*. Lisboa. 2021

11.3) A etimologia de política é o que relativo à polis, termo que os gregos designavam a "comunidade" (*koinomía*) mais ampla onde o cidadão se dava expressão à sua humanidade. A polis é a comunidade vivencial. Enquanto membro desta comunidade era o *polites*. Traduzir polis por Estado é um anacronismo. A política era entendida como o conjunto de actividades, teorias e praticas das relações entre os cidadãos na comunidade ou com outras comunidades. Durante o período helenístico, perde-se esta união entre a pessoa e a comunidade, e a política passa a tratar das relações entre os indivíduos e o Estado: a autoridade do Estado, os deveres dos cidadãos face ao Estado e o seu funcionamento. A afirmação dos direitos humanos no século XVIII, como naturais e anteriores ao Estado, recoloca a questão da união entre a pessoa e o cidadão (membro de uma comunidade com direitos e deveres iguais a todos os outros membros). É neste perspectiva que se insere o anarquismo.

12) Em 1976 foi reconhecido o direito aos emigrantes que residissem na Europa de participarem nas eleições legislativas, mas só aos que estivessem recenseados nos consulados. Dez anos

depois foi a estes reconhecido o direito a participarem nas europeias. Apenas em 1997 foi-lhes dada a possibilidade de participarem nas presidenciais, mas neste caso o voto teria que ser presencial. Em 2009 emigrantes fora da Europa puderam também votar. Nas legislativas deste ano só 28 mil foram às urnas, registando-se uma levada percentagem votos nulos. Dez anos depois, o universo dos potenciais votantes foi alargado para 1.466.754. Foram às urnas 158 mil, registando-se 35,9% votos nulos. O número de emigrantes portugueses em 2019 era superior a quatro milhões.

13) Kropotkine, em 1897 publicou o seu célebre texto: *As Prisões*. Era a revisão de um texto anterior datado de 1877. Na sua perspectiva as prisões não regeneram um ser humano, antes pelo contrário são verdadeiras escolas de crime e de inadaptados sociais. As causas profundas a criminalidade são sociais. Os criminosos, com raras excepções, são o seu produto. Neste sentido advogou a extinção das prisões, através de uma revolução social.

14) Corrupção na produção de leis. A sua denuncia tem sido um dos grandes combates dos anarquistas desde meados do século XIX, sem que a situação se tenha alterado aos longos dos tempos em regimes ditatoriais ou democráticos. A Assembleia da República é uma câmara de negócios, numa completa promiscuidade entre o público e o privado. Os Partidos Políticos que monopolizava esta assembleia montaram um sistema de saque do Erário Público. A questão passou a ser encarada como “cultural”, como a abundante literatura sobre o assunto refere.

Bibliografia essencial sobre a corrupção do sistema político em Portugal: Paulo de Moraes, *Pequeno Livro Negro da Corrupção*, 2020; idem, *Da Corrupção à Crise*, idem 2013); Ackerman, Susan, “Corrupção e Governo”, Prefácio, Lisboa, 2002; Costa, Almeida, “Sobre o Crime de Corrupção”, Coimbra, 1987; Ferreira, Eduardo e Batista, Maria, “Práticas de Corrupção na Sociedade Portuguesa Contemporânea”, in *Polícia e Justiça – II série*, nos 3 e 4”, Instituto Nacional de Polícia e Ciências Criminais, Lisboa, 1992, 75 - 105; Maia, António, “Os Números da Corrupção em Portugal”, in *Polícia e Justiça – Branqueamento de Capitais*, Coimbra, 2004, p.83 - 129; Maia, António, *Representações Sociais da Corrupção – Contributo para o seu Conhecimento*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2006; idem, *Corrupção: Realidade e Percepções – o papel da imprensa*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2008; Porta, Donatella Della; Mény, Yves, (org.), *Democracia e Corrupção na Europa*, Lisboa, 1995; Sousa, Luís, “A Internacionalização do Combate à Corrupção: Actores, Processos e Impactos”, Comunicação efectuada em Março 2007 no *Colóquio Internacional “Combate à Corrupção, Prioridade da Democracia*, Assembleia da República, Lisboa, 2007; Sousa, Luís; Triães, João, *Corrupção e Ética em Democracia: O Caso de Portugal*, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2007; Triães, João, *Aspectos Sociológicos da Corrupção em Portugal: Actores, Recursos e Mecanismos do Crime de Corrupção entre 1999 e 2001*, Dissertação de Licenciatura em Sociologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2004; Cunha, I. (2014). “Visibilidade da Cobertura Jornalística da Corrupção Política e Indicadores de Opinião Pública”. In: Cunha, I. F. & Serrano, E. (coords.). *Cobertura Jornalística da Corrupção Política* (pp. 260-294). Lisboa, 2014; Cunha, I. & E. Serrano (coords) (2014). *Cobertura Jornalística da Corrupção Política: Sistemas Políticos, Sistemas Mediáticos, Enquadramentos Legais*. Lisboa, 2014; Maia, A. & H. Borges,. *Prevenir e Reprimir a Corrupção Política em Portugal Evolução do Quadro Legal*. In: Cunha, I. F. & Serrano, E. (coords.). *Cobertura Jornalística da Corrupção Política* (pp. 109-179). Lisboa, 2014; Morgado, M. & Vegar, J. (2003). *O Inimigo Sem Rosto – Fraude e Corrupção em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003;.

15) Corrupção na Justiça. A Justiça em Portugal tem uma longa tradição de perseguição da população. Entre 1536 e 1820 esteve escurada na Inquisição. Nos regimes liberais, intervalados por ditaduras até 1926 caracterizou-se pela perseguição das camadas mais pobres da população e dos que se revoltavam. Durante a longa ditadura (1926 e 1974) o sistema judicial era com os militares e a igreja católica uma peça fundamental na repressão. Depois de 1974 foi declarada a independência do sistema judicial, mas rapidamente os vários agentes judiciais (juizes, procuradores entre outros) descobriram que podiam tirar partido a seu favor desta independência. Multiplicaram-se então os casos de tráfico de influência, abusos de poder, movimentos partidários dos seus agentes, judicialismo, etc. Os juizes pensaram que estavam a cima da própria Lei. A corrupção tornou-se larvar. A instituição que era suposto julgar a corrupção é ela própria corrupta. Os juizes usaram jornais sensacionalistas para promoverem campanhas contra partidos,

linchamento na praça pública de quem os podia afrontar. Criaram “mega-processos” que se arrastam ao longo dos anos para lançarem suspeições sobre todos os seus inimigos. A justiça transformou-se numa força política partidarizada que atua na mais completa impunidade. Bibliografia essencial sobre a corrupção na justiça: Lisa Scottoline, *Corrupção na justiça*, Queluz de Baixo, 2003

16) Corrupção no governo. Aos processos de corrupção que abalaram a confiança que muitos portugueses ainda tinham nas leis e na justiça, juntou-se o mediático processo de corrupção de um primeiro-ministro: José Sócrates (2005-2011). No exercício de funções aceitou, como normal, viver de “empréstimos” que um amigo lhe dava sem qualquer controlo.

17) O processo de José Sócrates, independentemente dos seus crimes, será estudado no futuro como uma das páginas mais negras da justiça em Portugal, pela forma como foi perseguido, humilhado e julgado na praça pública num processo criado em alimentado pelo sistema judicial, num total desrespeito pela dignidade da pessoa humana.

18) Papi, Andrea, "Será ainda possível uma estratégia revolucionária de transformação social?", *Tecnologia e Liberdade*, Lisboa, 1988, pp.299-309.

19) Santos, Boaventura Sousa, *A Gramática do Tempo. Para uma nova cultura política*. Lisboa. 2022. pp.

20) Bibliografia: Freire, João, *Um Projecto Libertário, Sereno e Racional*. Lisboa. Edições Colibri. 2018. Uma estratégia fundamentada que foi sendo elaborada ao longo de várias décadas. Strefano d'Errico, *Anarquismo e Política: Revisão Crítica de Camilo Berneri*. Cadernos A Batalha. 2009; etc.

21) Black, Bob, *A Abolição do Trabalho*. Lisboa, Crise Luxuosa, 1999

21.1) Taibo, Carlos, *Repensar a Anarquia. Ação Direta. Autogestão. Autonomia*. Ponta Grossa-PR. 2020, p.59

22) Hakim Bey radicalizou esta estratégia na sua conhecida obra: *Zona Autónoma Temporária* (Braga: Discórdia Edições, 1999).

22.1) Mapa, "Okupas: Uma história que se escreve a cada dia", 7 de Novembro de 2017.

22.2) Público, *Ipsilon*, 28/10/2010

23) Freitas, Helena de Sousa, *A expressão anarquista nas paredes de Setúbal: o cavalo de batalha de Tróia*. Tese CIES.IUL. 2012

23.1) Fontes, Carlos, "O Fascínio dos Limites", *Logos*. Publicação Filosófica, nº2, Dezembro de 1984. Um projecto editorial colectivo que Adelino D. Cardoso se apropriou contrariando o que havia sido acordado.

24) Lourenço, Eduardo, *O Explendor do Caos*, Lisboa. Gradiva. 1998. p.120

24.1) A primeira grande manifestação conta a OMC (Organização Mundial do Comércio) ocorreu a 12 de Dezembro de 1997 na Austrália, bloqueando várias cidades. No entanto foram as manifestações de Novembro de 1999, em Seattle (EUA) que provocaram grande impacto na opinião pública mundial. Cfr. Augusto, Acácio, "As Lutas Anarquistas no Presente como Experiências: Contra as Utopias", *Anarquia e Anarquismos. Práticas de Liberdade entre Histórias de Vida (Brasil/Portugal)*. Forte da Casa. 2021

25) **Noam Chomsky** tem produzido algumas das mais lúcidas análises das motivações deste bloco político-militar liderado pelos EUA. Algumas das suas obras editadas em Portugal: *O poder Americano e os Novos Mandarins* (1976), *Arquipélago de Sangue* (1976); *O Programa Minimalista* (1999); *A Democracia e os Mercados na Nova Ordem Mundial* (2000), *Discurso da dissidência* (2000), *O Neoliberalismo e a ordem global: crítica do lucro* (2000), *O Novo Humanismo militar:*

lições do Kosovo (2002), *Propaganda e Opinião Pública* (2002), *Nova Iorque: 11 de Setembro* (2002), *Piratas e imperadores: velhos e novos. Terrorismo internacional no mundo real* (2003), *A Manipulação dos media: os efeitos extraordinários da propaganda* (2003), *Iraque, assalto ao Médio Oriente* (2003), *Estados Párias: a lei da força nos assuntos internacionais* (2003), *Poder e Terror* (2003), *Hegemonia ou Sobrevivência. O Sonho Americano de Domínio Global* (2007); *Mudar o Mundo* (2015), *Quem Governa o Mundo* (2016); *O Terrorismo Ocidental: de Hiroxima à guerra dos drones* (2016); *Otimismo e não Desespero* (2017), *Requiem para o Sonho Americano: os 10 princípios da concentração da Riqueza e do Poder* (2018); *Os Senhores do Mundo* (2018); *As consequências do capitalismo: produção de descontentamento e resistência* (2021), etc.

26) Rui Tavares, escrevia n' *A Batalha* (nº. 151, Maio-Junho de 1995) um dos artigos em sustenta esta ligação da Internet ao anarquismo, não porque os anarquistas a tenham criado mas por que as coisas nesse sentido apontaram. Rui Tavares anos depois aderiu ao Bloco de Esquerda, e fundou depois o polémico Partido Livre.

27) Mazzola, Andrea, *Transumano Mon Amour* I (2021) e II (2022). Uma abordagem a partir do Movimento H+, desenvolvida nas páginas do jornal *Mapa* (Setúbal). Editora *Jornal Mapa*

27.1) Marques, José Carlos Costa, "Que ouvimos quando ouvimos a palavra "ambiente"?", in *A Ideia*, 97/98/99, 2022

27.2) Kaczynski, Theodore John, *A Sociedade Industrial e o seu futuro - Manifesto do Unabomber* (1995). Lisboa, 1997 e Amadora, 2022

27.3) Para uma abordagem à incipiente historiografia anarquista em Portugal: Nieto, Isaac Martín, "Entre historia y memoria. La historiografía sobre el anarquismo portugués", *Ler História*, 81, 2022.

28) Sobre o projecto MOSCA consultar *A Batalha*, nº255, Maio-Junho, 2013

29) Colóquio: "Atualidade de Proudhon? No Bicentenário do seu Nascimento", Universidade do Minho, 30/10/2009. Consultar: Gama, Manuel (org. Introdução)- *Proudhon. No Bicentenário do seu Nascimento*. Braga. Centro de Estudos Lusíadas / Universidade do Minho. 2009. Neste âmbito: Rapaz, Virgílio, "Efeméride. Pierre-Joseph Proudhon: bicentenário do seu nascimento (1809-1865)", in *Lusíada. Economia & Empresa*. Lisboa, nº.10/2010

30) *Thoreau em Portugal. Resistência civil. Acordo com a natureza*, Coord. Margarida Vale de Gato. Textos: António Cândido Franco; et. al., Lisboa. BNP. 2017

31) Ricardo de Sousa, M., *Os Caminhos da Anarquia. Uma Reflexão Sobre as Alternativas Libertárias em Tempos Sombrios*. Lisboa, Letra Livre. 2013

32) "Um Apanhado do Anarcoounk no Alentejo. Música e ação a partir de Aljustrel", in, *Alambique*, nº.9, Janeiro de 2009.

33) *A Batalha*, nº.282, Nov/Dez., 2018

34) *A Batalha*, Set-Dez. 2022

35) Não falta nas histórias do anarquismo referências às suas difusas origens. Diga-se a verdade que não é difícil as encontrar. A luta pela liberdade, contra todas as formas de domínio não começou no século XVIII, mas o anarquismo não é um conjunto de ideias dispersas.

Max Nettlau (*A Anarquia através do Tempos*) associa o anarquismo a todos os movimentos progressivos ao longo da história e de aspiração à liberdade. Na antiga Grécia encontra as raízes das ideias anarquistas na emergência da filosofia e da individualização. Destaca Aristipo de Cirene (c.435-356 a. C), Antifon e sobretudo Zenón (342-270 a.C), fundador do estoicismo, pela na sua recusa de qualquer coacção exterior e na afirmação que o impulso moral próprio do indivíduo é suficiente para regular as acções e da comunidade. Nesta linha refere também os primórdios dos Direito Natural caro aos anarquistas. Karpokrates (Carpócrates de Alexandria),

fundador escola gnóstica do Egito (século II), defendeu o comunismo e a liberdade sexual. O terreno é fértil em exemplos, mas sempre limitado.

Norman Cohn (*The Pursuit of Millenium: Revolutionary Millenarians and Mystical Anarchists of the Middle Ages*, 1957), descobre entre os hereges medievais (séculos XI-XVI), a pulsão das ideias anarquistas: desprezo pelas riquezas materiais, a revolta contra as instituições religiosas e temporais, a libertação sexual, o amoralismo e o damismo (prática de culto em completa nudez). O "anarquismo místico" destes hereges (joaquinitas, anabaptistas, franciscanos e outras correntes), configurou os movimento revolucionários contemporâneos. Esta dimensão mística do anarquismo, para James Joll mantém-se. Diz ele que embora o anarquismo seja um produto da racionalismo do século XVIII, e da crença da bondade e continuo aperfeiçoamento intelectual e moral dos seres humanos, incorpora igualmente um dimensão religiosa que o aproxima dos heréticos extremistas do passado (*Anarquistas e Anarquismo*, p.28-29).

Não falta que ligue os anarquismo a protestantes, como Gerrard Winstanley ou a padres católicos anclericais como Jean Meslier. **Gerald Brenan** (*O Labirinto Espanhol*, 1943), cavalgando sobre o milenarismo conseguiu unir anarquismo e protestantismo de forma a sustentar que estiveram na base da guerra civil espanhola.

Eric Hobsbawm, historiador marxista, sem recuar tanto no tempo, sustentou apenas que o anarquismo eram um produto das sociedades pré-industriais (*Revolucionários*, 1973), que desapareceu quando as mesmas acabaram. Nesse sentido ficou espantado como ressurgimento do anarquismo nos anos sessenta, depois de o ter dado com o morto. Na sua concepção histórica as únicas ideias que faziam sentido existirem no século XX, eram das defendidas pelo Partido Comunista da União Soviética, às quais se manteve fiel.

36) A revolta, como a bem definiu **Alberto Camus** (*O Homem Revoltado*, 1951) parte do princípio da igualdade de todos os homens, os quais ao tomarem e consciência de injustiças e humilhações que os afecta a si próprios e simultaneamente a todos outros revoltam-se. É esta consciência que impele os homens à acção pela liberdade e a igualdade, assumidos como valores supremos. Camus, embora parta da posição que a nossa existência é um absurdo, não deixa de sustentar que por solidariedade com todos os outros fomos levados a procurar sentido para as nossas vidas nos princípios da natureza humana. Rastreado a cultura ocidental encontra o fundamento para a procura incessante pela Liberdade e a revolta contra tudo o que se lhe opõe. A revolta é um direito que assiste a todos os seres humanos de lutarem por o que é preferível face ao que não é. Nas questões sociais até onde é justificável os meios empregues na revolta? Matar é justificável?

37) O anarquismo é classificado como uma utopia, um produto de imaginação no domínio do desejo. A questão está na natureza desta utopia. A história das ideias políticas da Europa está repleta de utopias. Platão (*A República, As Leis*) ou Agostinho de Hipona (*A Cidade de Deus*) conceberam-nas como modelo de sociedades hierárquicas estáticas. Tomás Moro (*Utopia*), Francisco Rabelais (*Gargantúa*), Campanella (*A Cidade do Sol*), Francis Bacon (*Nova Atlântida*), James Harrington (*Oceana*), Fenelón (*Telémaco*) e outras que se lhe seguiram, conceberam-nas como formas inteligentes de crítica à organização das sociedade do tempo. Os seus autores não raro pagaram caro pela crítica. A partir do século XVIII, as novas utopias que começaram a surgir faziam parte de programas sociais de luta, mostrando que era possível uma outra organização social, mais harmoniosa e justa. Estas são as utopias anarquistas, cujas configurações resultam dos contextos históricos específicos, embora mantendo alguns princípios básicos (Liberdade, Democracia Directa, Autogestão Económica e Federalismo Político). Consultar: Garcia, Victor, *Utopias y Anarquismo*. México. 1997, p.44

Anarquismo (literalmente "sem poder")

Movimento político que defende uma organização social baseada em consensos e na cooperação de indivíduos livres e autónomos, abolindo entre eles todas as formas de poder. A Anarquia seria assim uma sociedade sem poder, dado que os indivíduos se auto-organizariam de tal forma que garantiriam que cada um teria em todas as circunstâncias a mesma capacidade de decisão. Esta sociedade, objecto de inúmeras configurações, apresenta-se como uma "Utopia" (algo sem tempo ou espaço determinado). É um ideal a atingir.

As origens do anarquismo entroncam directamente na concepção individualista dos direitos naturais defendida por John Locke. A sociedade para este filósofo inglês era o resultado de um contrato voluntário acordado entre indivíduos iguais em direito e em deveres. No entanto foi só a partir do final do século XVIII que o anarquismo se veio a estruturar como uma corrente política autónoma, com seguidores em toda a parte do mundo. Entre os seus teóricos contam-se pensadores tão diversos como William Godwin (1773-1836), P.J.Proudhon (1809-1865), Bakunine (1814-1870), Kropotkine (1842-1921) ou o português Silva Mendes.

A intervenção política dos anarquistas, pouco inclinados à constituição de grandes organizações, embora muito dispersa tem-se historicamente centrado na defesa de seis ideias fundamentais:

1. Direitos Naturais dos Indivíduos. Os anarquistas, como os liberais foram os primeiros retirar as profundas implicações políticas da ideia que todos os seres humanos possuem um conjunto de direitos naturais que não podem ser postos em causa por nenhum tipo de sociedade que exista ou venha a ser criada. Neste sentido são devedores de filósofos como John Locke, mas também de Jean Jacques-Rousseau no pressuposto da bondade natural do todo o ser humano.

Defendem a primazia do indivíduo face à sociedade, afirmando a dignidade, liberdade e identidade individual como valores inquestionáveis.

Embora reconheçam a importância da ligação dos indivíduos a uma dada cultura, etnia ou pátria a sua perspectiva é universalista recusando todo o tipo de discursos sobre a pseudo identidades de grupos majoritários ou de minorias que mais não visam do que subjugar os seus membros retirando-lhe a capacidade de escolha (liberdade).

2. Acção Directa. Recusando por princípio o sistema de representação política, afirmam o valor da acção directa do indivíduo na realidade social, corporizando uma ética global de posicionamento social: não esperes que outros façam por ti aquilo que sentes que deve ser abolido, corrigido, superado: Age!. Este conceito foi interpretado no final do século XIX/princípios do século XX, por alguns anarquistas como uma forma de actuação política violenta contra figuras políticas que simbolizavam as relações de domínio de uns sobre outros que reprovavam (a célebre propaganda por factos).

Este conceito está hoje associado a acções cívicas ou de cidadania global. Acções individuais ou colectivas em que os indivíduos não esperam pelos poderes públicos para agir em todas as áreas (espaços públicos, consumo, abusos do Estado, combate à exploração nas empresas, poluição, corrupção, etc).

3. Crítica dos Preconceitos. Uma das facetas mais conhecidas dos anarquistas é a crítica que fazem aos preconceitos sociais, ideológicos, religiosos ou morais. Pretendem destruir todas as condicionantes mentais que possam impedir o indivíduo de ser livre e de se assumir como tal.

4. Práticas Libertárias. Os anarquistas tem desenvolvido métodos de educação que procuram levar à emancipação mental dos indivíduos. Acreditando que através da liberdade e do conhecimento se pode contribuir para criar as bases de uma nova sociedade mais igualitária. Nas artes, ciência ou na tecnologia assim como em muitos outras atividades preconizaram métodos capazes de romperem com espartilhos e constrangimentos que impedem a abertura de novos horizontes e uma apropriação colectiva consciente e igualitária dos meios e recursos disponíveis.

5. Auto-organização. Embora recusem qualquer forma de domínio de uns sobre outros (relações assimétricas de poder) não recusam a constituição de organizações. A liberdade manifesta-se sempre como escolha num dado quadro normativo.

No entanto acrescentam algumas condições essenciais: As normas sociais que regulam o funcionamento da sociedade e respetivas sanções devem assegurar a máxima de liberdade individual e o seu desenvolvimento; O acesso à definição destas normas deve ser igualitário, excluindo-se todos os acessos privilegiados à sua definição, assim como normas que impliquem relações de domínio de uns sobre outros (poder, autoridade).

As organizações sejam elas quais forem no mínimo devem ser democráticas, idealmente deverão funcionar segundo decisões consensuais, mantendo entre os seus membros relações de igualdade de forma a impedir a formação de relações assimétricas permanentes de poder (dirigentes/dirigidos, representantes/representados, etc) tendo como objectivo a eliminação do domínio de uns sobre outros.

Os anarquistas tendem rejeitar grandes organizações burocráticas, como os Estados, porque nelas a esmagadora maioria dos indivíduos são afastados dos processos de escolha, tanto são os níveis hierárquicos estabelecidos.

Os anarquistas desde o século XIX estão ligados à criação de sociedades mutualistas, cooperativas, associações de trabalhadores (sindicatos e confederações, etc), ateneus, colónias e experiências auto-gestionárias. Em todas estas formas de organização procuram em pequena ou grande escala ensaiar ou experienciar a sociedade que preconizam.

Apesar disto, aceitam alguns compromissos com as certas regras do sistema vigente, entendidas como etapas necessárias para avanços igualitários posteriores.

6. Sociedade Global. Um dos seus grandes ideais foi sempre a constituição de uma sociedade planetária que permitisse a livre circulação de pessoas ou o fim das guerras entre os países. O fim das fronteiras. É neste sentido que alguns anarquistas, como P. Kropotkin viram no desenvolvimento das tecnologias de comunicação um meio que poderia conduzir ao advento da Anarquia. Uma sociedade global, num planeta partilhado por todos, onde a solidariedade constitui um valor fundamental que une e a todos envolve.

A perspetiva social anarquista é universalista e solidária contrária a certas posições liberais individualistas (egocêntricas, egoístas) com as quais o procuram confundir.

A defesa destas ideias tem caracterizado o movimento anarquista internacional ao longo de mais de duzentos anos de existência.

Ética Anarquista

1. Prazer ou Ausência de Dor. Estes são os estímulos que numa perspetiva naturalista todo o ser humano procura na vida. O conceito anarquista alarga-os a níveis superiores como o bem-estar, conforto, felicidade... Estamos perante algo que é desejado por todos os seres humanos.

2. Apoio-Mútuo. O ser humano deve a sua existência a uma comunidade, país ou à humanidade. Os bens que desfrutamos por pequenos que sejam são o resultado de uma infinidade de contributos individuais e colectivos ao longo dos tempos. Sem a colaboração e solidariedade entre os membros de uma comunidade, país ou de todos os seres humanos nenhum progresso seria possível, nenhum bem-estar ou conforto teria sido alcançado. A partilha, cooperação, solidariedade e fraternidade são desta forma uma exigência retributiva (reciprocidade) que se impõe a todo o ser humano.

Os anarquistas assumem que todo o ser humano tem um dever fundamental de contribuir de acordo com as suas capacidades para melhorar a comunidade, país ou a humanidade.

3. Recusa de todas as formas de poder (domínio). Ninguém pode sentir prazer, bem-estar, conforto ou felicidade sendo escravizado, humilhado, tratado como um ser inferior sem direito a decidir sobre a sua própria vida. Ninguém pode sentir-se feliz sendo excluído dos bens que a sua comunidade, país ou que a humanidade criou ao longo dos tempos. Neste sentido, a ética anarquista assenta num impulso natural de revolta contra todas as formas de poder e preconceitos que constituem formas de domínio de uns sobre outros.

4. Revolução Social. Ninguém pode sentir-se feliz vendo o seu semelhante a sofrer, ser humilhado, escravizado, despojado de toda a dignidade como pessoa. A busca do prazer implica um compromisso com a transformação social que acabe com todas as formas domínio de uns sobre outros e promova a igualdade entre os seres humanos, tendo como meta a constituição de uma sociedade livre e igualitária. Uma transformação coerente entre os meios usados e os fins prosseguidos, não reproduzindo ou engendrando no processo de luta, aquilo contra o qual se está a lutar. É uma luta em que o ser humano se supera a si mesmo projectando a sua ação para além do seu tempo e circunstância.

Embora os anarquistas partam de uma concepção positiva da natureza humana, não deixam de reconhecer que todas as formas de regressão humana e social são sempre possíveis, independentemente do grau de desenvolvimento atingido. Disso é prova, o facto de uma parte da humanidade ser constituída por indivíduos que vivem a explorar ou parasitar outros seres humanos. Kropotkine admitiu mesmo o direito de matar, por exemplo, ditadores. Estes e outros tipos de indivíduos da mesma espécie representam a negação daquilo que se espera de um ser humano e constituem entraves ao processo de libertação da própria humanidade.

Carlos Fontes